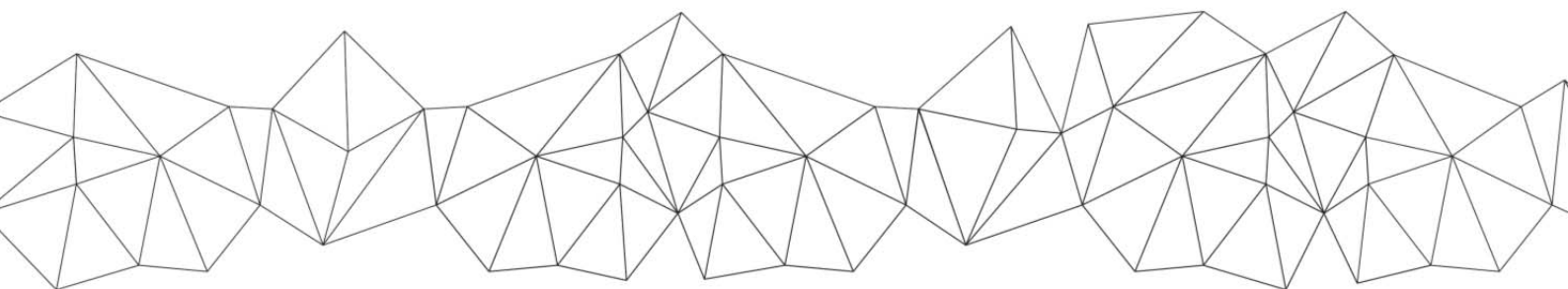




O NOVO NORTE

PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE



Relatório de Execução | 2012



www.novonorte.qren.pt



SUMÁRIO EXECUTIVO

APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O Novo Norte

O Programa Operacional Regional do Norte 2007- 2013, designado por ON.2 - “O Novo Norte”, é financiado pelo FEDER e constitui um dos cinco Programas Operacionais Regionais do Continente, incidindo sobre a região de convergência NUTS II Região do Norte.

No ano de 2012, foi alvo da sua segunda reprogramação, no contexto e em resultado da reprogramação estratégica do QREN, por opção do Governo Português. Na base desta reprogramação estiveram alterações socioeconómicas e de prioridades de política, bem como a intenção de acelerar a execução dos programas.

Formalmente decidida pela Comissão Europeia em 10 de dezembro do mesmo ano - Decisão C (2012) 9000 - não prejudica o objetivo global do ON.2 nem altera de forma sensível a sua estrutura programática, mantendo-se todos os seus Eixos Prioritários. As principais alterações consubstanciam-se: a) na inclusão de novas tipologias que contribuirão para a concretização de iniciativas integradas nos Programas “Impulso Jovem” e “Valorizar”, bem como dos compromissos da Iniciativa JESSICA transferidos do POVT; b) no reforço da dotação alocada aos Sistemas de Incentivos e a projetos de reabilitação urbana (serviços de proximidade na área da segurança dos cidadãos); c) na transferência de 50 M€ para o POFC, reduzindo-se a dotação do ON.2 nesse montante; d) na diminuição do FEDER afeto aos Eixos 2, 3 e 4, sobretudo associada a projetos de iniciativa municipal; e) na transferência da elegibilidade de algumas tipologias de projetos para o POVT.

As reprogramações não envolveram qualquer alteração do modelo de governação do Programa no decurso de 2012, nem se registaram alterações assinaláveis na estrutura dos Organismos Intermédios (OI). Salienta-se, contudo, uma redução do número de secretários técnicos e coordenadores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Realização Física

Constata-se uma notória aceleração da realização executada da maioria dos indicadores, face à observada no ano de 2011, sendo esta variação significativamente superior à verificada nos níveis de contratação, dados os elevados níveis de compromisso já antes atingidos.

No entanto, são de assinalar os acréscimos de realização contratada observados no número de projetos de energias renováveis, de inclusão social e de turismo, bem como na área dos transportes e da investigação e desenvolvimento.

As áreas com níveis de desempenho mais salientes são, claramente, a educação e os transportes. Se atendermos às metas previstas nas operações contratadas, evidenciam-se indicadores da área das energias renováveis, dos transportes, da inclusão social e da educação, domínios em que foram claramente ultrapassados, em alguns casos de forma significativa, os compromissos previstos. Considerando a execução, são também os domínios dos transportes e da educação que se revelam mais adiantados, salientando-se também os projetos nos domínios da saúde, da inclusão social e da reabilitação urbana, com níveis muito razoáveis de cumprimento das suas metas. As áreas que mais se destacaram no que toca à conclusão física de operações foram o ambiente, a sociedade da informação e as ajudas diretas ao investimento nas PME.

Apesar do progresso registado, nos domínios da competitividade das empresas e da I&DT os níveis de desempenho são menos expressivos, corolário da menor maturidade das operações e da maior complexidade de alguns projetos infraestruturais. No caso dos sistemas de incentivos, é de prever que o reforço da dotação resultante da reprogramação e a elevada procura que se tem vindo a registar se repercutam, a breve prazo, na melhoria dos indicadores de realização.

Sem prejuízo de poder vir a ser necessário efetuar algum ajustamento pontual, prevê-se que a generalidade das metas definidas possa ser cumprida. De facto, embora haja ainda algum caminho a fazer no sentido de assegurar que estas sejam plena e transversalmente atingidas, há alguns domínios onde as operações contratadas, desde já, tornam quase certa a possibilidade de cumprir e mesmo ultrapassar essas metas, prevendo-se que, a breve trecho, os dados de “realização executada”, associada aos projetos fisicamente concluídos, possam traduzir de modo mais completo a execução de um número assinalável de projetos quase terminados mas ainda não dados como “concluídos” e de outros mais tardiamente aprovados.

Realização Financeira

O ano de 2012 registou uma execução financeira de 584,8 M€, a que se associa um montante FEDER de 491,8 M€. A 31 de dezembro, foi atingida uma taxa de execução global de 52,3%. Tratou-se do melhor ano, em termos de execução financeira do Programa ON.2 (equivalente a 18% da dotação do Programa). Pelo segundo ano consecutivo, a execução anual FEDER ultrapassou a dotação programada para o próprio ano, o que permitiu continuar a recuperar algum do atraso verificado nos primeiros anos.



Este ano foi marcado pela alteração das taxas de cofinanciamento das operações aprovadas, sem impacto no investimento elegível, mas com um impacto significativo no FEDER executado. Também o pagamento em regime de *Top-Up* contribuiu de forma relevante para uma aceleração da execução, reduzindo as dificuldades de tesouraria dos beneficiários.

O desempenho dos Eixos Prioritários (EP) é diverso, oscilando os valores das respetivas taxas de execução acumuladas entre os 27,5% no Eixo 1, na parte respeitante aos investimentos públicos, e 67,3% no Eixo 4. Apesar de neste último ano terem recuperado parte dos atrasos, os Eixos 1 e 2 continuam a registar taxas de execução abaixo da média do PO.

| iii

ANÁLISE QUALITATIVA DAS REALIZAÇÕES FACE ÀS METAS

É efetuado um ponto de situação global e uma reflexão sobre a realização conseguida, por referência às principais metas definidas para o Programa. Valorizam-se, nesta análise as seguintes dimensões:

- as alterações do enquadramento programático e regulamentar da gestão do Programa, destacando-se a reprogramação estratégica do QREN e do ON.2, bem como um conjunto de orientações emitidas pela CMC do QREN e as alterações transversais aos vários Regulamentos Específicos aplicáveis aos PO regionais, em especial o que resultou da RCM nº 33/2012, de 15 de março;
- as principais características da dinâmica de seleção e de decisão das operações apresentadas;
- a consonância entre o cumprimento das metas programadas e a previsão de realização considerada nas operações contratadas, no que toca aos indicadores comuns comunitários, aos indicadores de Eixo e à repartição do FEDER por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa (“tabela de *earmarking*”). Prevê-se que a generalidade das metas definidas possa ser cumprida até 2015 e destaca-se o volume financeiro associado às aprovações nas áreas temáticas prioritárias “Investimento em infraestruturas sociais” e “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo”, com cerca de 41% e 30% da contribuição para o *earmarking*, respetivamente.

PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS E MEDIDAS TOMADAS

São identificados os principais problemas e o modo como condicionaram a implementação do programa. Salientam-se:

- a conjuntura económica e financeira adversa;
- as alterações do enquadramento programático e regulamentar;



- a gestão das disponibilidades orçamentais;
- a persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Neste âmbito, enfatiza-se o significativo acréscimo de tarefas na gestão do Programa provocado pela conjugação e simultaneidade de várias medidas, em especial, das constantes da RCM nº 33/2012, bem como as dificuldades de os promotores (públicos e privados) mobilizarem a contrapartida nacional.

| iv

São ainda identificadas as principais medidas adotadas, sejam as medidas transversais que decorreram da iniciativa da tutela e das instâncias de coordenação do QREN, sejam aquelas a que a AG entendeu recorrer, com relevo para:

- a aposta na melhoria da eficiência interna (simplificação de procedimentos de gestão, desmaterialização e agilização de processos, flexibilização das regras relativas à apresentação de garantias, nova metodologia de receção de candidaturas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, reafectação interna de recursos humanos e recurso à contratação de serviços externos em domínios específicos);
- a correção dos elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira (rotina de avaliação periódica de compromissos sem execução e novas regras de análise de reprogramações);
- a definição de “Regras para a criação de *overbooking* no âmbito dos Sistemas de incentivos” e o reforço da dotação dos avisos ainda não decididos;
- a aposta na qualificação dos colaboradores envolvidos na gestão.

MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

O contexto no qual evoluiu a economia da Região do Norte e em que decorreu a execução do ON.2 ficou marcado pelo segundo ano de vigência do programa de assistência financeira a Portugal, tendo como efeito a forte compressão todas as componentes da procura interna, que as exportações, em pronunciada desaceleração de crescimento, não se mostraram capazes de contrariar. Como resultado, assistiu-se a um elevado aumento do desemprego, sobretudo nos setores da construção e do comércio. Evidencia-se a importância da envolvente nacional e internacional na execução do Programa e valoriza-se a relevância dos indispensáveis instrumentos de política regional.

Através do ON.2 – “O Novo Norte” e, em particular, a partir das duas reprogramações efetuadas, tem-se procurado dar resposta, à medida deste instrumento de política pública, a esta evolução do mercado de trabalho: do lado da oferta, rebalanceando os apoios entre o Estado e as empresas, com o aumento da dotação para Sistemas de Incentivos, e destinando parte dos apoios públicos para a promoção do emprego e da empregabilidade dos mais jovens, no contexto do “Impulso Jovem”; do

lado da procura, através da aceleração do investimento, muito propiciado pelo acréscimo das taxas de cofinanciamento e pela postura pró-ativa na gestão da libertação de compromissos resultantes de candidaturas com dificuldades de execução e na sua orientação para iniciativas de investimento com maior potencial de execução.

Não obstante os instrumentos de política regional cofinanciados pelos Fundos Estruturais mobilizáveis pelo ON.2 e pelos restantes Programas Operacionais Temáticos do QREN com incidência na Região do Norte serem indispensáveis e deverem ser cada vez mais valorizados, são insuficientes, por si sós, para compensarem os efeitos negativos decorrentes da envolvente nacional e internacional.

| v

COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS PROGRAMAS E INSTRUMENTOS

A este propósito, é analisada a aplicação dos fundos alocados às regiões de convergência, em particular à Região do Norte, através dos Programas Operacionais Temáticos, salientando-se a sua relevância e a falta de correspondência com a dimensão relativa da Região do Norte, com exceção do POPH. Confirma-se, ainda, que a distribuição sub-regional dos Fundos Estruturais aprovados no Programa Operacional Regional do Norte está correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios e, simultaneamente, incorpora um efeito redistributivo e contributivo para a coesão social, expresso no facto de os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento *per capita* serem os que apresentavam, em 31 de dezembro de 2012, maior incidência de investimento *per capita* do Programa.

A Iniciativa JESSICA - *JESSICA Holding Fund Portugal* é uma forma inovadora de aplicação dos fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano, numa ótica de financiamento reembolsável e no âmbito de novos mecanismos de engenharia financeira: os Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU). No que respeita à utilização, em 2012, do FDU do ON.2, e considerando que o BPI iniciou a análise de candidaturas ainda em 2011, foi possível a assinatura de contratos de empréstimo para quatro projetos, totalizando 11,2 M€ de investimento total. Estes projetos respeitam aos sectores do Comércio (1), dos Equipamentos Sociais (1) e do Turismo (2).

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A atividade levada a cabo pela AG ao longo de 2012 foi marcada pelas seguintes linhas de preocupação dominantes:



- a recuperação de atrasos de análise e de decisão candidaturas ainda pendentes;
- o cumprimento dos objetivos e das metas de gestão definidos, em especial, quanto à execução;
- a preparação da reprogramação do Programa e a concretização das alterações dela decorrentes;
- a correção dos elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira, possibilitando a rápida libertação de recursos de modo a colmatar a indisponibilidade orçamental verificada em alguns eixos e tipologias de projetos;
- o acompanhamento da contratualização com as Comunidades Intermunicipais e com a AMP e, numa perspetiva mais abrangente, das operações de iniciativa municipal;
- o acompanhamento dos Organismos Intermédios e da Rede dos Sistemas de Incentivos, em particular o modo de fazer face à elevada procura dos promotores;
- a adoção de regras e de práticas de gestão promotoras de uma maior eficiência, assegurando condições para melhorar a capacidade de resposta dos colaboradores e do Sistema de Informação;
- a intensificação das verificações no local e do encerramento de projetos;
- a melhoria do dispositivo de controlo interno e do acompanhamento das auditorias externas.

| vi

Em consonância com preocupações sinalizadas, apresenta-se uma descrição e uma avaliação das diversas vertentes da atividade desenvolvida pela AG, bem como de outras instâncias relevantes no acompanhamento do Programa, designadamente, dos organismos com quem a Autoridade de Gestão celebrou protocolos e contratos de delegação com subvenção global, e de outras parcerias.

Releva-se, ainda um ponto de situação do acompanhamento feito pela Autoridade de Gestão à concretização do empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. No final do ano de 2012, considerando já as anulações/rescisões ocorridas, estavam aprovadas 191 operações, totalizando um montante de financiamento EQ BEI de 62.672.473,21 €.

A AVALIAÇÃO

Apesar de não ter sido possível iniciar os trabalhos de avaliação intermédia do Programa ON.2 durante o exercício de 2012, foram ultimadas as diligências preparatórias, designadamente as cláusulas técnicas do respetivo Caderno de Encargos. Os exercícios de avaliação do ON.2 inserem-se no contexto mais amplo do QREN, pelo que se faz também um ponto de situação do respetivo Plano Global de Avaliação.

Pela importância que lhe é atribuída pelas políticas comunitárias, é feito o seguimento das recomendações efetuadas ao ON.2 – “O Novo Norte” no âmbito do “*Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica* produzido no início do atual período de programação, concluindo-se que a Autoridade de Gestão tem conseguido dar bom seguimento às recomendações em causa.

EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

| vii

Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

O Eixo Prioritário (EP) 1 apresenta uma dotação global de 962 M€ e engloba dez objetivos específicos. Estes objetivos corporizam-se num conjunto de apoios ao investimento empresarial, com uma dotação de 481,8M€, veiculados através dos Sistemas de Incentivos. Num segundo grande grupo incluem-se os outros instrumentos de apoio a iniciativas de natureza pública e/ou em parceria com outras entidades regionais e locais sem fins lucrativos, com um FEDER programado de 480,2 M€, integrando algumas tipologias cuja gestão foi alvo de protocolos estabelecidos com as CIM e AMP (“contratualização”).

No final de 2012, o Eixo Prioritário 1 abrangia 2.989 operações aprovadas (63% do total de operações do PO). Não obstante apresentar uma taxa de compromisso (94,87%) próxima da taxa média do Programa, o nível de concretização estava aquém dos valores globais médios. A taxa de execução era de 36,79%.

No que respeita aos Sistemas de Incentivos, 2012 foi um ano de continuidade nos progressos anteriormente registados, destacando-se um aumento significativo no número de projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas. Neste âmbito, merecem referência a definição de uma metodologia de *overbooking* e o reforço decorrente da reprogramação, permitindo a abertura de um número significativo de avisos durante o último trimestre. A taxa de execução desta tipologia de projetos regista valores inferiores aos das restantes tipologias como reflexo quer do volume de aprovações recentes quer das dificuldades sentidas pelas empresas durante 2012.

Quanto às restantes tipologias, realça-se que as operações integradas nos domínios da sociedade da informação, da economia digital e da modernização administrativa se encontram numa fase adiantada de execução, grande parte das quais em fase próxima de conclusão. Já no que se refere às intervenções associadas a parques de ciência e tecnologia, áreas de acolhimento empresarial e infraestruturas científicas, identifica-se como fatores explicativos da menor execução (i) a complexidade dos projetos e (ii) a morosidade acrescida da verificação do cumprimento das exigências necessárias (vg. licenciamentos e legitimidade para a intervenção nos imóveis), de que resultou algum atraso na aprovação dos projetos, alguns dos quais apenas contratados em 2012. Espera-se, assim, um aumento progressivo da execução nos anos de 2013 e 2014.

Globalmente, os indicadores de realização estão próximos ou, nalguns casos, ultrapassam as metas definidas para 2015. Considerando que ainda são pouco significativos os projetos encerrados, os indicadores de resultado apresentam também valores pouco expressivos. Sem prejuízo de poder vir a ser necessário efetuar algum ajustamento pontual, não se perspetiva a ocorrência de desvios relevantes.

| viii

Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica dos Recursos Específicos

Este Eixo apresenta uma dotação de 230,4 M€, incluindo o FEDER afeto às subvenções globais para as CIM / AMP. Abrange um conjunto de apoios a iniciativas de natureza pública e/ou em parceria com outros agentes regionais e locais sem fins lucrativos, corporizando os contributos para cinco objetivos específicos. No final do ano em apreço, o Eixo 2 abrangia 221 operações aprovadas, apresentando uma taxa de compromisso de 83,5% e uma taxa de execução de 36,9%, inferiores aos valores médios do PO Norte, o que foi determinado pelo atraso verificado na componente não contratualizada e fortemente condicionado pela necessidade de as aprovações da Autoridade de Gestão deverem obter a validação prévia da Equipa Conjunta Governo/ANMP.

Apesar deste atraso, verificado em matéria de concursos e de aprovações, considera-se que estes números refletem um nível satisfatório de execução física e financeira do Eixo Prioritário 2.

Resultado disto são os indicadores de realização, onde se constata um significativo número de operações contratadas nos vários objetivos específicos definidos para o Eixo que, na sua grande maioria, estão próximos ou ultrapassam as metas definidas. Os indicadores de resultado apresentam valores pouco expressivos uma vez que existem poucos projetos encerrados.

Eixo Prioritário 3 – Valorização do Espaço Regional

O Eixo Prioritário 3, com uma dotação de 260,8 M€, compreende 4 objetivos específicos, associados à “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” e apresenta uma taxa de execução de 60,8% para uma taxa de compromisso de 102,3%. É de salientar que as operações já aprovadas nas diferentes tipologias superam os indicadores de realização definidos para 2015 ou encontram-se muito próximas das metas definidas.

Importa ainda referir que, em resultado da reprogramação aprovada em 2012, está prevista a transferência para o POVT das operações relativas a: Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais, Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas e Otimização de Gestão de Resíduos.



Eixo Prioritário 4 - Coesão Local e Urbana

Este Eixo Prioritário, com uma dotação de 1.134 M€ (632 dos quais se encontram afetos à contratualização com as CIM e a AMP), compreende 3 objetivos específicos, associados à “Coesão Local e Urbana”, e apresenta uma taxa de compromisso de 95,7% para uma taxa de execução de 67.3%.

| ix

De salientar que as operações já aprovadas nas diferentes tipologias superam os indicadores de realização definidos para 2015 ou estão muito próximas de alcançar as metas definida.

Uma referência especial para a Requalificação da Rede Escolar, com 333 centros escolares do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e 23 escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, abrangendo 87.891 e 8.279 alunos, respetivamente, e superando as metas previstas para 2015.

Será ainda importante salientar que, no domínio da Regeneração Urbana, foram envolvidas 14 cidades nas redes urbanas para a competitividade e 33 protocolos de parceria, abrangendo uma população de 1,1 milhões de habitantes e intervencionando uma área de 3.925.362 m², superando igualmente as metas previstas para 2015.

Refere-se igualmente que está prevista a transferência para o POVT das operações relativas ao Ciclo Urbano da Água.

GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

O projeto designado “*Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões*”, promovido pela Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. (APDL), representa um Investimento Total de 49,7 M€, com um financiamento FEDER de 25,5 M€. Face à comunicação da APDL sobre o desenvolvimento de investimentos complementares a realizar a curto prazo neste projeto, a Autoridade de Gestão do ON.2 transmitiu à DG Regio e ao IFDR que serão adotadas, em 2013, as diligências necessárias, no sentido do tratamento desta operação como “Grande Projeto”.

No âmbito do Programa não foram apoiados projetos ambientais na aceção do ponto 5-A do Anexo I do Regulamento (UE) n.º 832/2010.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os beneficiários da Assistência Técnica são, no caso do ON.2: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), enquanto entidade responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão e ao Observatório das Dinâmicas Regionais (ODR); os Organismos Intermédios da rede dos Sistemas de Incentivos (OI) e as Comunidades Intermunicipais (CIM) e Área Metropolitana do Porto (AMP).

[x](#)

Este Eixo tem uma dotação FEDER de 74,9 M€ que, em 31/12/2012, se encontrava comprometida a 68,9%, a que correspondia o montante FEDER de 52 M€.

INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Efetuada a revisão do referencial estratégico de comunicação inicialmente aprovado (fase 1 – 2008/2009), que elencou as ações de comunicação relativas às fases 2 (2010/2011) e 3 (2012/2013), privilegiou-se o reconhecimento das boas práticas lançadas em anos anteriores e deu-se início ao delinear de novas ações centradas no planeamento do novo ciclo de aplicação de fundos estruturais.

CONCLUSÃO

Num contexto a vários níveis adverso, o Programa conseguiu no ano em apreço acelerar definitivamente a execução. Considerando a previsível continuidade deste enquadramento, são identificadas as principais preocupações e desafios a cumprir em 2013, quer em matéria de aprovações e de compromissos, quer no domínio da execução, identificando como objetivos de gestão o cumprimento da Regra n+2 do ano 2013, uma taxa global de execução do Programa de 75%, a intensificação do encerramento de operações e dos esforços de controlo interno. Prevê-se, ainda, investir na definição de regras de encerramento do Programa, designadamente, uma metodologia de *overbooking*, na conclusão da avaliação intercalar e na preparação do próximo ciclo de programação.

Com estes pressupostos, prevê-se a apresentação de pedidos de pagamento à Comissão Europeia no valor de 665,2 M€ e 560,4M€, respetivamente em 2013 e em 2014.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	i
ÍNDICE GERAL	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE QUADROS	xv
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xviii
INTRODUÇÃO	xx
1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE	1
2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE	10
2.1. Realização e Análise dos Progressos	11
2.1.1. Realização Física do ON.2 – O Novo Norte	11
2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte	18
2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos	30
2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo	33
2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado	34
2.1.6 Análise Qualitativa	36
2.2. Informação sobre a conformidade com o Direito Comunitário	47
2.2.1. Regras da Concorrência	47
2.2.2. Mercados Públicos	50
2.2.3. Proteção do Ambiente	53
2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação	55
2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa e medidas tomadas	61
2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional	67
2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) 1083/2006	94
2.6. Complementaridade com outros instrumentos	94
2.6.1. Complementaridade com outros programas	94
2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira	107
2.7 Acompanhamento e Avaliação	111
2.7.1 Acompanhamento	111
2.7.2. Avaliação do ON.2	157
2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	163
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	176
3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	177
3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos	177
3.1.2. Análise Qualitativa	184
3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	202
3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos	208
3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos	208
3.2.2. Análise qualitativa	212
3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	221
3.3. Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	222
3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos	222



3.3.2. Análise qualitativa	226
3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	233
3.4. Eixo Prioritário 4 – Coesão Local e Urbana	235
3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos	235
3.4.2. Análise qualitativa	241
3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	250
4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	252
4.1. Grandes projetos	253
4.2. Projetos ambientais	257
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	258
6. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	263
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013	278
ANEXOS	282

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Estrutura Programática do ON.2	8
Figura 2.1.2.1 – Evolução da Execução e dos Pagamentos ao longo de 2012	20
Figura 2.1.2.2 – Programação/Execução acumulada por Eixo Prioritário de 2007 a 2012	21
Figura 2.1.2.3 – Evolução da Execução do EP1, Sistemas de Incentivos, por anos	22
Figura 2.1.2.4 – Evolução da Execução do EP1, outros Regulamentos, por anos	22
Figura 2.1.2.5 - Evolução da Execução do EP2, por anos	22
Figura 2.1.2.6 - Evolução da Execução do EP3, por anos	22
Figura 2.1.2.7 - Evolução da Execução do EP4, por anos	22
Figura 2.1.2.8 - Evolução da Execução do EP5, por anos	22
Figura 2.1.2.9 – Evolução das Aprovações/Execução – Cumprimento das Metas	26
Figura 2.4.1 - Taxas de crescimento do produto interno bruto, em volume	68
Figura 2.4.2 - Determinação da importância relativa da Região Norte enquanto origem das Exportações nacionais	70
Figura 2.4.3 - Determinação da importância relativa da Região Norte enquanto destino das Importações nacionais	70
Figura 2.4.4 - Dinâmicas comparadas de crescimento das exportações, a preços correntes	71
Figura 2.4.5 - Crescimento em valor das exportações da Região do Norte, por mercados	71
Figura 2.4.6 - Dinâmicas comparadas de crescimento das importações, a preços correntes	74
Figura 2.4.7 - Crescimento em valor das importações da Região do Norte, por mercados	74
Figura 2.4.8 - Construções novas licenciadas na Região do Norte	77
Figura 2.4.9 - Reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas licenciadas	77
Figura 2.4.10 - Índice “Confidencial Imobiliário”: preços da habitação	78
Figura 2.4.11 - Avaliação bancária da habitação	78
Figura 2.4.12 - Empréstimos concedidos às famílias (saldos em fim de período)	81
Figura 2.4.13 - Rácios de crédito vencido das famílias	82
Figura 2.4.14 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (saldos em fim de período)	83
Figura 2.4.15 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras	83
Figura 2.4.16 - Número de passageiros transportados no Aeroporto Sá Carneiro	84
Figura 2.4.17 - Atividade hoteleira na Região do Norte	84
Figura 2.4.18 - Taxas de crescimento da população empregada (sobre valores médios anuais)	85
Figura 2.4.19 - Taxas de emprego dos 20 aos 64 anos (valores médios anuais)	86
Figura 2.4.20 - População empregada por ramos de atividade na Região do Norte	87
Figura 2.4.21 - Taxas de Desemprego: Portugal e Região do Norte (valores médios anuais)	88
Figura 2.4.22 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por género (valores médios anuais)	89
Figura 2.4.23 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por grupo etário (valores médios anuais)	89
Figura 2.4.24 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por níveis de instrução (valores médios anuais)	89
Figura 2.4.25 – Média Anual de 2012 do Desemprego Registrado (Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência)	90
Figura 2.4.26 - Indicador Local de Desemprego Registrado de 2012	91
Figura 2.6.1- Fundo disponível versus fundo aprovado do QREN e dos PO em 31/12/2012	95
Figura 2.6.2- Distribuição territorial dos Fundos Estruturais (FE) do QREN em 31/12/2012	95
Figura 2.6.3- Fundos estruturais do QREN aprovados <i>per capita</i> e por regiões NUTS II em 31/12/2012	96
Figura 2.6.4- Peso das aprovações nos PO Regionais face ao total de aprovações QREN por NUTS II em 31/12/2012	97
Figura 2.6.5- Fundo disponível versus fundo aprovado dos PO Temáticos em 31/12/2012	98
Figura 2.6.6- Distribuição territorial do FSE aprovado pelo POPH em 31/12/2012	99
Figura 2.6.7- Aprovações por eixo do POPH em 31/12/2012	100
Figura 2.6.8- Distribuição territorial do FEDER aprovado pelo POFC em 31/12/2012	100
Figura 2.6.9- Aprovações por eixo do POFC em 31/12/2012	101
Figura 2.6.10- Distribuição territorial do FEDER e Fundo de Coesão aprovado pelo POVT em 31/12/2012	102



Figura 2.6.11- Aprovações por eixo do POVT em 31/12/2012	102
Figura 2.6.12- PO Regionais: Fundo disponível vs Fundo aprovado em 31/12/2012	103
Figura 2.6.13- Distribuição relativa do fundo aprovado do ON2 por UT do QREN em 31/12/2012	104
Figura 2.6.14- Índice de distribuição do ON2 aprovado, <i>per capita</i> em 31/12/2012 (Norte =100)	104
Figura 2.7.1.1.1 - Organograma da Autoridade de Gestão	112
Figura 2.7.1.3.1 - Evolução do desenvolvimento aplicacional do SIGON.2	135
Figura 2.7.1.4.1 - Indicadores financeiros por CIM e AMP	144
Figura 2.7.1.4.2 - N.º Operações a corrigir e Novo Montante Elegível (componente terrenos 10%)	147
Figura 2.7.1.5.1 – PROVERE Região do Norte	153
Figura 2.7.3.1 - Processo de elaboração do capítulo da Avaliação Ambiental Estratégica	164
Figura 3.1.2.1 - Operações, Aprovação e Execução por NUTS III - Eixo 1	185
Figura 3.1.2.1.1 – Execução dos Sistemas de Incentivos no ano de 2012 (FEDER)	191
Figura 3.2.2.1 - Operações, Aprovação e Execução por NUTS III - Eixo 2	218
Figura 3.3.2.1 - Evolução recente dos níveis de compromisso, execução e pagamentos no Eixo 3	229
Figura 3.3.3.2 – Operações, Aprovação e Execução por NUTS III – Eixo 3	230
Figura 3.4.2.1 - Evolução recente dos níveis de compromisso, execução e pagamentos no Eixo 4	244
Figura 3.4.2.2 – Operações, Aprovação e Execução por NUTS III – Eixo 4	246

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Principais alterações programáticas decorrentes da Reprogramação do ON.2	4
Quadro 1.2 – Principais alterações do quadro orçamental decorrentes da Reprogramação do ON.2	6
Quadro 1.3 - Orçamento do Programa ON.2	9
Quadro 2.1.1.1 - Realização física	13
Quadro 2.1.2.1 – Comparação entre o Fundo Programado e o Fundo Executado no Programa, por anos	18
Quadro 2.1.2.2 – Investimento Elegível Executado no Programa, por anos	18
Quadro 2.1.2.3 – Evolução da Execução no ON.2, por principais tipologias de operações	21
Quadro 2.1.2.4 – Evolução da Execução no Programa, por Eixos Prioritários	23
Quadro 2.1.2.5 – Monitorização operacional e financeira do Programa a 31/12/2012, por Eixos Prioritários	24
Quadro 2.1.2.6 – Crescimento da Execução no ON.2 – 2012	24
Quadro 2.1.2.7 – Metas definidas para o Programa – Cumprimento da Regra N+3 e da Regra N+2	25
Quadro 2.1.2.8 - Execução Semestral do Programa até 2012	26
Quadro 2.1.2.9 - Realização Financeira	27
Quadro 2.1.2.10 - Pedidos de Certificação de Despesa (PCD) apresentados até 31/12/2012	28
Quadro 2.1.2.11.- Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2012 e acumulados, por eixo prioritário	29
Quadro 2.1.2.12 - Fluxos Financeiros do Programa	29
Quadro 2.1.3.1 - Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento	30
Quadro 2.1.3.2 - Repartição da contribuição da União por Tipo de Território	31
Quadro 2.1.3.3 - Repartição da contribuição da União por Atividade Económica	31
Quadro 2.1.4.1 - Distribuição dos montantes aprovados e executados no ON.2, por tipologia de beneficiários	33
Quadro 2.1.5.1 – Ações de controlo com propostas de correção financeira	34
Quadro 2.1.5.2 - Apoios restituídos não reutilizados	35
Quadro 2.1.5.3 - Apoios suspensos pelo IFDR	35
Quadro 2.1.6.1 – Indicadores gerais do processo de seleção nos concursos e/ou períodos de candidatura até final de 2012	39
Quadro 2.1.6.2 – Nº de candidaturas e custo médio unitário nos concursos e/ou períodos de candidatura até final de 2012	40
Quadro 2.1.6.3 – Indicadores de processo relativos aos concursos e/ou períodos de candidatura até ao final de 2012	42
Quadro 2.1.6.4 - Operações anuladas/rescindidas, por Eixo a 31/12/2012	42
Quadro 2.1.6.5 – Principais indicadores de realização financeira, por Eixo/Vertente, a 31/12/2012	43
Quadro 2.1.6.6 – Indicadores por nível de realização contratada face às metas, a 31/12/2012	44
Quadro 2.1.6.7 - Relevância dos Temas “Earmarking” na Programação, Aprovações e Execução (31/12/2012)	45
Quadro 2.1.6.8 - Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição da União)	46
Quadro 2.2.1.1 - Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do ON.2, por enquadramento comunitário em vigor, em 31/12/2012	49
Quadro 2.2.1.2: Apoios concedidos a título de Auxílios de Estado no âmbito do ON.2, por enquadramento comunitário (31/12/2012)	50
Quadro 2.2.4.1 – Empreendedorismo Qualificado	58
Quadro 2.2.4.2- Postos de Trabalho criados no âmbito de projetos concluídos dos Eixos 3 e 4	61
Quadro 2.4.1 - Mercados de exportação da Região do Norte (em percentagem do total)	72
Quadro 2.4.2 - Mercados fornecedores da Região do Norte (em % do total)	75
Quadro 2.4.3 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas (variações anuais a preços correntes, em %) 75	75
Quadro 2.4.4 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas	76
Quadro 2.4.5 - Investimento municipal na Região do Norte em 2012	79
Quadro 2.4.6 - Repartição territorial do investimento municipal na Região do Norte em 2012	80
Quadro 2.4.7 - Repartição territorial da participação comunitária em projetos cofinanciados promovidos pelos municípios da Região do Norte em 2012	80
Quadro 2.5.1 – Alteração substancial artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006	94
Quadro 2.6.2.1 – Estrutura do FDU BPI	108
Quadro 2.6.2.2 – JESSICA Holding Fund: lista de projetos assinados em 2012	109
Quadro 2.7.1.1.1 – Orientações técnicas e de gestão aprovadas em 2012	113

Quadro 2.7.1.1.2– Visitas realizadas e despesa controlada	116
Quadro 2.7.1.1.2 – Candidaturas apresentadas	121
Quadro 2.7.1.1.3 – Deliberações sobre as propostas e pedidos de financiamento	121
Quadro 2.7.1.1.4 – Candidaturas abrangidas (2ª fase da 1ª tranche)	122
Quadro 2.7.1.1.5 – Deliberações sobre as propostas e pedidos de financiamento	122
Quadro 2.7.1.1.6 – Candidaturas abrangidas (3ª fase da 1ª tranche)	123
Quadro 2.7.1.1.7 – Empréstimo Quadro BEI – Fases de Afetação da 1.ª Tranche	123
Quadro 2.7.1.1.8 – Empréstimo Quadro BEI – Contratos de empréstimo em vigor a 31.12.2012	124
Quadro 2.7.1.2.1 – Ações de verificação	128
Quadro 2.7.1.3.1 Quadro de Indicadores do SIGON.2	134
Quadro 2.7.1.3.2 - Gestão de Pedidos e incidentes SIGON.2	137
Quadro 2.7.1.4.1 - Candidaturas pendentes em Avisos/Concursos não decididos	141
Quadro 2.7.1.4.2 - Candidaturas, investimento e FEDER aprovados	141
Quadro 2.7.1.4.3 - FEDER aprovado por CIM/AMP e Eixo	142
Quadro 2.7.1.4.4 - Tipologia de operações e FEDER associado	142
Quadro 2.7.1.4.5 -Taxas de realização por CIM e Eixo	143
Quadro 2.7.1.5.1 - Quadro Síntese de Reformulação dos Projetos-âncora das EEC PROVERE na Região do Norte	154
Quadro 7.1.2.1 - Questões a considerar na Avaliação Intercalar do Programa ON.2	158
Quadro 2.7.2.2 - Exercícios de avaliação em curso	161
Quadro 2.7.2.3 - Exercícios de avaliação em curso	163
Quadro 3.1.1.1 – Realização Física do Eixo Prioritário 1 (incluindo SI e Contratualização)	178
Quadro 3.1.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012	184
Quadro 3.1.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 1	184
Quadro 3.1.2.3 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário	185
Quadro 3.1.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica	186
Quadro 3.2.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 2 (inclui Contratualização)	209
Quadro 3.2.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012	213
Quadro 3.2.2.2-- EEC PROVERE enquadradas pelo ON.2	216
Quadro 3.2.2.3 - Principais indicadores financeiros do Eixo 2	217
Quadro 3.2.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário	219
Quadro 3.2.2.5 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica	219
Quadro 3.3.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 3	223
Quadro 3.3.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012	226
Quadro 3.3.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 3	228
Quadro 3.3.2.3 - Operações aprovadas, contratadas e concluídas, em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário	230
Quadro 3.3.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica	231
Quadro 3.4.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 4	235
Quadro 3.4.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012	241
Quadro 3.4.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 4	243
Quadro 3.4.2.3 - Ponto de Situação dos Concursos com atividade em 2012	245
Quadro 3.4.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário	247
Quadro 3.4.2.5 - Operações aprovadas, contratadas e concluídas, em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica	247
Quadro 4.1.1. Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos	255
Quadro 5.1 – Monitorização do Eixo Prioritário 5 a 31/12/2012	260
Quadro 5.2 –Distribuição do Investimento aprovado no âmbito da assistência técnica a 31 de dezembro de 2012	260
Quadro 5.3 – Distribuição da Despesa Executada no âmbito de candidaturas da Assistência Técnica para 2012	261
Quadro 5.4 - Realização Física do Eixo Prioritário 5	262
Quadro 6.1 - Evolução de Acessos 2008-2012 (www.novonorte.qren.pt)	271
Quadro 6.2 – Indicadores Gerais Web 2012	271
Quadro 6.3 - ON.2 - Indicadores Específicos Web - ficheiros mais descarregados	271



Quadro 6.4 - Resultados Mediáticos do ON.2	272
Quadro 6.5 - Análise Qualitativa da Notoriedade Mediática do ON.2	273
Quadro 7.1 – Previsões de Pedidos de Pagamento a efetuar à CE	281

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ADENE	Agência para a Energia
ADI	Agência de Inovação, S.A.
AG	Autoridade de Gestão
AIA	Avaliação de impacto ambiental (
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência de Modernização Administrativa
AMP	Área Metropolitana do Porto
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APDL	Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.
ARH-N	Administração da Região Hidrográfica do Norte
AT	Assistência Técnica
BEI	Banco Europeu de Investimento
BI	Business Intelligence
BPI	Banco Português de Investimento
BPM	Business Process Modelling
BPMN	Business Process Model and Notation
C&T	Ciência e Tecnologia
CAE	Classificação das atividades económicas
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CCP	Código os Contratos Públicos
CCS	Comissão de Coordenação e Supervisão
CD	Comissão Diretiva
CE	Comissão Europeia
CE	Centro Escolar
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CIM	Comunidades Intermunicipais
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação do QREN
COCOF	Comité de Coordenação dos Fundos
CODR	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte
COMPETE	Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade
CUA	Ciclo Urbano da Água
DG Regio	Direção-Geral da Política Regional e Urbana
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGTF	Direção Geral de Tesouro e Finanças
DIA	Declaração de impacto ambiental
DL	Decreto-Lei
EAT	Estrutura de Apoio Técnico
EB1	Escola Básica do 1º Ciclo
EB23	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos
EEC	Estratégias de Eficiência Coletiva
EP	Eixo Prioritário ou Empresa Pública
EPE	Entidade Pública Empresarial
EQ	Empréstimo-Quadro
EU	União Europeia
FC	Fundo de Coesão
FDU	Fundo de Desenvolvimento Urbano
FE	Fundos Estruturais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.
IC&DT	Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Público
IPSS	Instituição Privada de Solidariedade Social
ISO	International Organization for Standardization
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
JESSICA	Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas



JI	Jardim de Infância
LCPA	Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
MAI	Ministério da Administração Interna
MEA	Monitorização ambiental estratégica
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
ODR	Observatório das Dinâmicas Regionais
OI	Organismos Intermédios
ON.2	Programa Operacional Regional do Norte
ONG	Organização Não Governamental
PAECPE	Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PAEL	Programa de Apoio à Economia Local
PCD	Pedidos de Certificação de Despesa
PCT	Polos de Competitividade e Tecnologia
PDM	Plano Diretor Municipal
PGA	Plano Global de Avaliação
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME	Pequena e Média Empresa
PNR	Programa Nacional de Reformas
PO	Programa Operacional
POAT	Programa Operacional Assistência Técnica
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PP	Pedido de Pagamento
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR	Programa Operacional da Pesca
PROVERE	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
PRU	Parcerias para a Regeneração Urbana
PTD	Programas Territoriais de Desenvolvimento
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
QREN-EQ	Empréstimo Quadro BEI
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RE	Regulamento Específico
RGIC	Regulamento Geral de Isenção por Categoria
RN	Região do Norte
RPM	Rede Portuguesa de Museus
RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SEAEDR	Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional
SEAOT	Secretaria de Estado do Ordenamento do Território
SGC	Sistema de Gestão e Controlo
SI	Sistemas de Incentivos
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGON.2	Sistema de Informação de Gestão do Programa ON.2
ST	Secretariado Técnico
TC	Tribunal de Contas
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UPTEC	Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
UT QREN	Unidades Territoriais do QREN
VAB	Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais comunitárias e nacionais aplicáveis e em conformidade com as instruções para o efeito definidas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, regista-se no presente Relatório o essencial da atividade desenvolvida pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) ao longo do ano de 2012.

O Relatório Anual constitui um exercício de responsabilização e de prestação de contas sobre a atuação da Autoridade de Gestão do ON.2 neste período. Assim, o conteúdo deste documento oferece uma base para que as diversas instâncias pertinentes e os próprios cidadãos possam avaliar o desempenho do Programa.

Este Relatório visa, em primeira linha, o diagnóstico e a avaliação da atividade do ON.2 em 2012, mas pode servir igualmente outros fins. De modo especial, julgamos ser possível extrair dele uma importante base de informação para melhor conhecer e refletir a realidade sobre a qual se projeta o próximo período de programação e para saber construir as melhores soluções do futuro NORTE2020.

O ano de 2012 aqui em reporte é marcado por um contexto e pela ocorrência de circunstâncias que lhe conferem alguma especificidade.

Não sendo um dado novo, não pode deixar de ser registado neste contexto

que, em 2012, Portugal viveu sob o efeito do Programa de Assistência Financeira da União Europeia/FMI.

É neste contexto que as autoridades governamentais nacionais, em estreita articulação com as instâncias comunitárias, se viram impelidas a realizar num tempo muito breve um exercício de reprogramação estratégica do QREN. Esta reprogramação, que implicou alterações dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos, incluindo do ON.2, obteve a competente aprovação pela Comissão Europeia em dezembro de 2012.

Desta reprogramação resultou, entre outras consequências, o reforço do apoio à atividade empresarial, com a inevitável diminuição das verbas afetas ao investimento público. No plano regulamentar, foram ainda adotadas outras medidas, tais como: a alteração das taxas máximas de comparticipação comunitária de que passaram a poder beneficiar determinadas entidades; o mecanismo *Top-Up*, que permitiu uma folga de tesouraria para os beneficiários; a determinação imposta às Autoridades de Gestão de implementação de medidas que permitam uma avaliação regular e periódica dos projetos sem capacidade de execução.

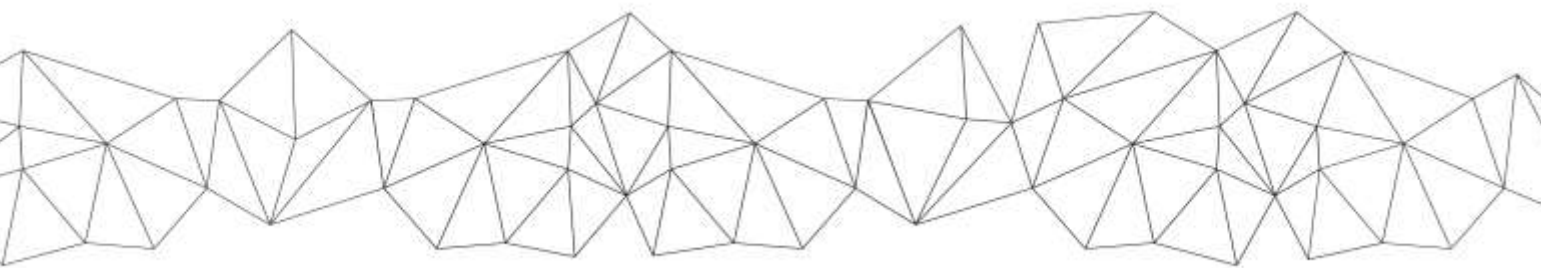
O ano em referência neste Relatório foi ainda marcado pelas alterações na estrutura dirigente da Autoridade de Gestão do ON.2, tanto ao nível da



Comissão Diretiva, como dos Secretariados Técnicos e das Unidades de Coordenação.

Não podemos deixar de registrar uma menção de reconhecimento consensual do esforço, da dedicação e do profissionalismo que marcaram o mandato do Presidente da Comissão Diretiva do ON.2, Eng.º José Manuel Duarte Vieira, mandato que exerceu desde fevereiro de 2012 até ao limite do tempo que a doença fatalmente marcou.

Prestamos-lhe aqui também a justa e devida homenagem.



1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE





Programa Operacional	Objetivo: Convergência
	Zona Elegível: NUTS II NORTE
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007 PT 16 1 PO 002
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013
Relatório Anual de Execução	Ano do relatório: 2012
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 11 de junho de 2013

O Programa Operacional Regional do Norte 2007- 2013, designado por ON.2 - “O Novo Norte”, foi inicialmente aprovado pela Comissão Europeia a 10 de outubro de 2007, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que consubstancia o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período em causa. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), constitui um dos cinco Programas Operacionais Regionais do Continente, sendo abrangido pelo Objetivo Convergência. Tal como os restantes Programas Operacionais do QREN, ainda que em moldes e intensidades específicos, consubstancia a concretização das três grandes Agendas Operacionais Temáticas assumidas pelo QREN: o Potencial Humano, os Fatores de Competitividade e a Valorização do Território.

Com um financiamento comunitário que ascende, atualmente, a cerca de 2,66 mil M€, o Programa ON.2 apresenta a mais relevante dotação financeira global dos programas operacionais regionais e corresponde a 12,4% do orçamento do QREN, estimando-se que fundo estrutural mobilizado possa viabilizar um investimento na Região do Norte de cerca de 3,22 mil M€.

Na sequência de uma primeira reprogramação, aprovada pela Comissão Europeia em 15 de dezembro de 2011 (Decisão C(2011) 9374), o Programa foi alvo de nova alteração em 2012, formalmente decidida pela Comissão Europeia em 10 de dezembro deste ano (Decisão C(2012) 9000). À semelhança do que acontecera anteriormente, esta alteração decorreu da opção do Governo Português de reprogramar o QREN, à luz do previsto nas alíneas a), b) e d) do art.º 33º do Regulamento (CE) 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho de 2006. Foram, assim, alterações socioeconómicas e das prioridades de política, bem como dificuldades de execução que determinaram a reprogramação estratégica do QREN e dos seus Programas Operacionais, revestindo-se das seguintes características principais:

- Constituiu uma iniciativa do Estado Membro;
- Decorreu de alterações socioeconómicas significativas;

- Reforçou o alinhamento estratégico do QREN com as prioridades de ajustamento estrutural, preconizado no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e, nesse quadro, com a agenda da Estratégia Europa 2020 e com o instrumento nacional que corporiza essa estratégia – o Programa Nacional de Reformas (PNR);
- Não sendo centrada nas conclusões dos exercícios de avaliação, procurou ter em conta as conclusões e recomendações dos exercícios já concluídos, quer ao nível de PO, quer de natureza temática ou global.

| 3

Neste contexto, a reprogramação do QREN resultou da conciliação de um conjunto de restrições (disponibilidades financeiras decorrentes dos compromissos assumidos e rigidez das dotações atribuídas por objetivos e elegibilidades específicas do Fundo de Coesão) com as seguintes orientações da Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários:

- Contribuir para a consolidação das contas públicas, por via da maximização da componente comunitária de financiamento das operações do QREN, tendo em consideração os montantes financeiros não comprometidos e os montantes financeiros descomprometidos, designadamente na sequência da RCM n.º 33/2012, de 15 de março;
- Estimular a produção de bens e serviços transacionáveis e favorecer as condições gerais de financiamento das empresas, nomeadamente das que contribuam para a melhoria da balança externa;
- Reforçar os apoios à formação de capital humano, designadamente nas áreas da educação, ciência e da formação profissional certificada;
- Promover ações de apoio e valorização de jovens à procura de emprego e de desempregados.

Em linha com estas opções, foram assumidos os seguintes vetores para a elaboração das propostas de reprogramação dos PO:

- Reforço dos apoios ao emprego e aos desempregados, promovendo em particular a empregabilidade dos jovens;
- Reforço dos recursos destinados a estimular o investimento das empresas;
- Reforço dos recursos destinados à formação dual de dupla certificação dos jovens, designadamente no quadro do combate ao abandono escolar e à saída precoce da escola;
- Reforço dos apoios à inclusão social de grupos particularmente vulneráveis;
- Reforço dos apoios à I&DT, à formação avançada e ao alargamento da base social do ensino superior;

- Adequação da alocação de fundos para projetos de infraestruturas às condições de concretização física e financeira dos investimentos públicos, com reorientação do Fundo de Coesão para o investimento na área ambiental;
- Integração do financiamento da rede secundária do Alqueva no FEDER (PO Alentejo);
- Adequação das elegibilidades dos PO à reprogramação, designadamente no que respeita ao financiamento das medidas da Iniciativa Impulso Jovem;
- Reforço das taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental.

| 4

Neste enquadramento, a reprogramação do Programa ON.2 foi essencialmente determinada por decisões tomadas ao nível nacional, assumindo as características e fundamentos que sustentaram a reprogramação do QREN e dos seus vários PO. No entanto, sendo válidas para a Região do Norte as alterações socioeconómicas e a reorientação de prioridades da política pública que justificaram a reprogramação global, não deixaram de ser tidas em conta as especificidades da sua expressão regional e as particularidades do próprio Programa, tal como se explana na “Fundamentação da Proposta de Reprogramação do ON.2 – O Novo Norte”.

Em jeito de síntese, esta reprogramação pode caracterizar-se pelos seguintes traços:

- Mantém-se e é reforçada a pertinência do objetivo global/visão do ON.2 – O Novo Norte, não obstante se tratar de uma reprogramação de carácter estratégico: “A Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial”.
- Não se alterou de forma sensível a estrutura programática, mantendo-se todos os seus Eixos Prioritários. No entanto, ao Eixo 1 foi acrescentado um novo objetivo específico que visa dar resposta, no plano operacional e financeiro, às novas políticas a apoiar pelo Programa: “Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade (especialmente) dos ativos jovens em situação de desemprego”. Reforçaram-se igualmente algumas das políticas já previstas e reduziu-se o apoio a outras, tal como de seguida se identifica.

Quadro 1.1 – Principais alterações programáticas decorrentes da Reprogramação do ON.2

Acréscimo de novas políticas	
–	Programa de estágios e formação de vocação específica integrados no “Impulso Jovem” (Passaportes Emprego Industrialização, Inovação e Internacionalização);
–	Medidas de apoio ao empreendedorismo de base local e à criação do próprio emprego, nomeadamente iniciativas previstas neste domínio no programa Impulso Jovem (Passaporte para o Empreendedorismo, financiamento de iniciativas de microcrédito e de apoio a cooperativas – COOPJOVEM) e ao programa PAECPE (Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego).
–	Medidas de apoio ao investimento decorrentes do programa Impulso Jovem.



– Reforço da dotação FEDER do Eixo 1.
Reforço das atuais políticas
<ul style="list-style-type: none"> – Reforço da componente alocada aos Sistemas de Incentivos para a promoção de investimento na modernização do tecido produtivo, visando estimular a produção de bens e serviços transacionáveis, a melhoria das condições de financiamento das empresas e a criação de oportunidades de emprego, designadamente para jovens (incluindo as medidas de apoio ao investimento decorrentes do “Impulso Jovem”); – Reforço do financiamento para projetos de reabilitação urbana, tendo em vista, nomeadamente, assegurar a prestação de serviços de proximidade na área da segurança dos cidadãos, resultante da parceria entre o MAI e os Municípios – Transferência dos compromissos atualmente aprovados no PO Valorização do Território no âmbito da iniciativa JESSICA para o “ON.2 – O Novo Norte”; – Reforço da dotação FEDER do Eixo 1.
Redução das atuais políticas
<ul style="list-style-type: none"> – Redução do financiamento de projetos municipais, resultantes do acordo recentemente aprovado entre o Governo e ANMP; – Transferência para o PO Fatores de Competitividade para o financiamento do reforço dos mecanismos de engenharia financeira; – Em complemento da transferência para o POVT ocorrida na 1ª reprogramação (elegibilidades respeitantes ao “Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa”, “Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental”, “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais” e “Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas”, partir de 31/12/2010), são transferidos todos os compromissos (aprovados antes e depois de 01/01/2011); – Perda da elegibilidade da “Energia” no ON.2 (as operações apresentadas até 15 de julho 2012, são concluídas neste Programa Regional, fechando-se a elegibilidade para novas candidaturas que passam a ser assumidas pelo POVT). – Redução dos montantes FEDER alocados ao Eixo 2, 3 e 4.

- No plano financeiro, a dotação FEDER do ON.2 – O Novo Norte reduziu-se para 2.661.645.133 Euros, em resultado da transferência de 50 M€ para o Programa Operacional Fatores de Competitividade, implicando uma redistribuição interna dos recursos e a alteração do perfil temporal da afetação deste Fundo Estrutural.

Quadro 1.2 – Principais alterações do quadro orçamental decorrentes da Reprogramação do ON.2

Eixo prioritário 1	
–	Realocação interna de recursos e reforço da dotação FEDER em 80,9 M€ provenientes dos Eixos 2, 3 e 4, para fazer face aos acréscimos de compromissos do “Impulso Jovem” e dos Sistemas de Incentivos;
–	Aumento do peso relativo (de 32,5% para 36,1%).
Eixo prioritário 2	
–	Redução da dotação FEDER em 28 M€, dado que as potenciais transferências de recursos dos Eixos 3 e 4 para o Eixo 1 se consideravam insuficientes;
–	Diminuição do peso relativo (de 9,5% para 8,7%).
Eixo prioritário 3	
–	Redução líquida da dotação FEDER em 20 M€, para assegurar o financiamento do reforço dos mecanismos de engenharia financeira do PO Fatores de Competitividade (50 M€) e incrementar a dotação do Eixo 1;
–	Diminuição do peso relativo (de 10,4% para 9,8%).
Eixo prioritário 4	
–	Redução líquida da dotação FEDER em 82,9 M€, para assegurar o financiamento do reforço dos mecanismos de engenharia financeira do PO Fatores de Competitividade (50 M€) e incrementar a dotação do Eixo 1;
–	Diminuição do peso relativo (de 44,8% para 42,6%).
Eixo prioritário 5	
–	Manutenção da dotação FEDER e do peso relativo (2,8%).

- A redução líquida do montante FEDER dos Eixos 3 e 4 resulta das quebras de financiamento de projetos municipais, estipuladas no acordo aprovado entre o Governo e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da assunção dos compromissos atualmente aprovados no PO Valorização do Território no âmbito da iniciativa JESSICA e do reforço do financiamento para projetos de reabilitação urbana, tendo em vista, nomeadamente, assegurar a prestação de serviços de proximidade na área da segurança dos cidadãos, resultante da parceria entre o MAI e os Municípios.
- No âmbito do acordo acima referido, foi aceite que da avaliação contínua da capacidade de concretização por parte dos municípios dos projetos por eles promovidos, nos calendários programados, resultaria a rescisão de contratos de financiamento aprovados nos PO Regionais do Continente das regiões Convergência, com a consequente libertação de recursos de pelo menos 250 M€, dos quais 132,9 no Programa ON.2 e que acrescem aos fundos libertados em resultado da aplicação da RCM 33/2012, montante que, no âmbito da reprogramação, será predominantemente afetado aos programas “Impulso Jovem” e “Equipamentos Escolares”.
- A inclusão de novas elegibilidades, a transferência de elegibilidades e compromissos para o PO Valorização do Território e de 50 M€ para o PO Fatores de Competitividade, assim como a nova ventilação interna de recursos determinaram uma revisão da tabela de *earmarking*. Salienta-se, neste âmbito, o reforço da dotação das rubricas dedicadas aos Sistemas de Incentivos e às novas tipologias elegíveis (7, 62, 66 e 68), o estabelecimento dos correspondentes indicadores de realização e de resultado e respetivas metas para 2015, bem como a revisão em baixa das estimativas orçamentais de outras rubricas e a exclusão de

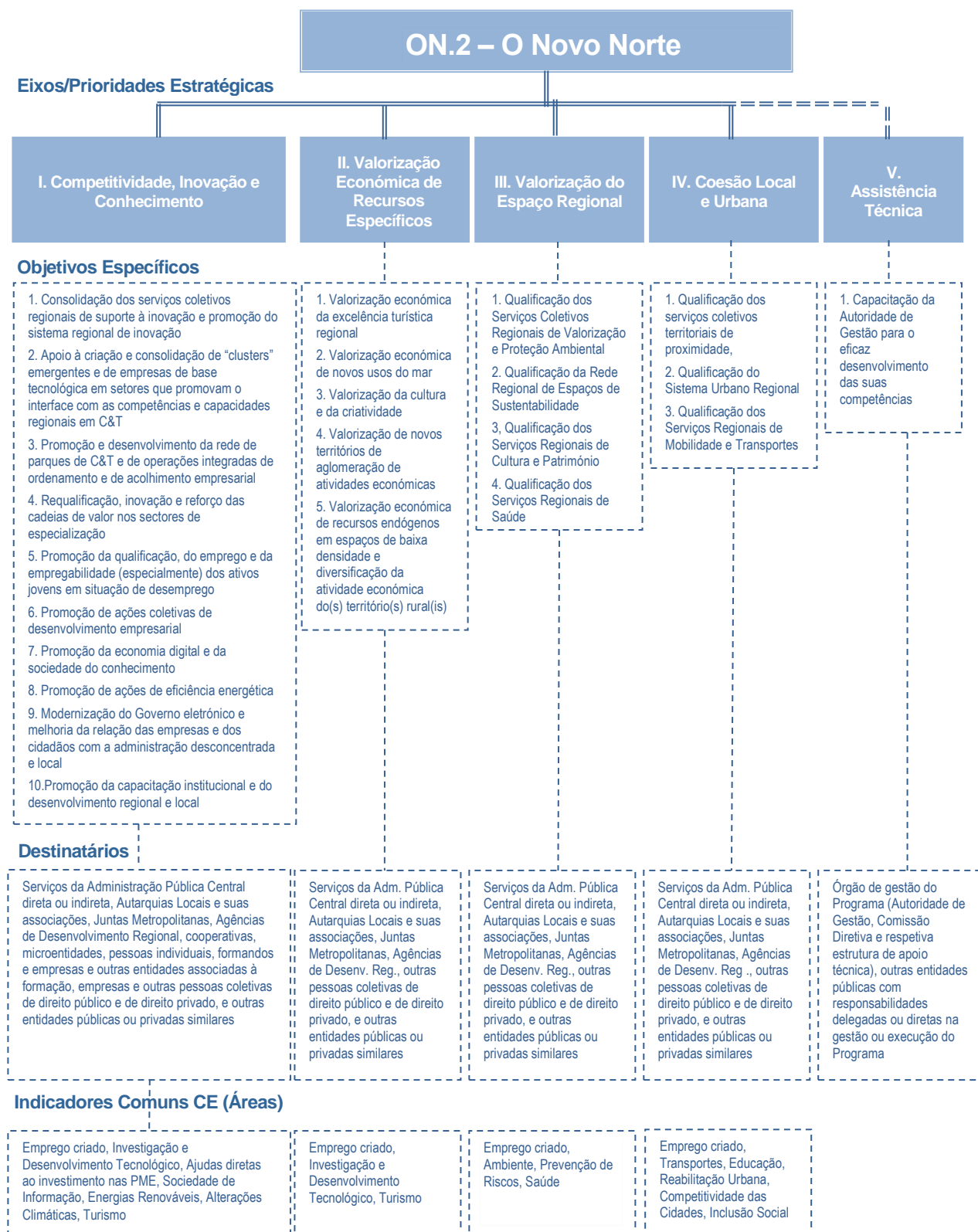


todos os indicadores de realização e de resultado e os *core indicators* respeitantes às elegibilidades que transitaram para o PO Valorização do Território. Globalmente, o valor earmarking passou de 72,0% para 73,3%.

Assim, em resultado das reprogramações operadas em 2011 e 2012, o Programa ON.2 – O Novo Norte integra 5 Eixos Prioritários a que estão associados os objetivos específicos, tipologias de operações, destinatários e áreas de indicadores comunitários identificados na Figura 1.1.

Para além dos Regulamentos Comunitários e do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, o enquadramento normativo principal do ON.2 é constituído por um conjunto de 36 Regulamentos Específicos, aprovados pela CMC do QREN, que sustentam a apresentação de candidaturas ao Programa (cf. **ANEXO A.1**) e pelos correspondentes critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do ON.2.

Figura 1.1 - Estrutura Programática do ON.2



Assim, o atual orçamento do ON.2 é o que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 1.3. - Orçamento do Programa ON.2

Eixos Prioritários	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa FEDER %	Para informação	
			Financiamento Público nacional	Financiamento Privado nacional			Contribuição BEI	Outros
EP 1 -Competitividade, inovação e conhecimento	962.002.177	245.263.129	84.829.796	160.433.333	1.207.265.306	79,68	125.000.000	
EP 2 -Valorização económica de recursos específicos	230.406.824	40.660.028	40.660.028	0	271.066.852	85,00	10.000.000	
EP 3 -Valorização do espaço regional	260.814.425	46.026.075	46.026.075	0	306.840.500	85,00	30.000.000	
EP 4 – Coesão local e urbana	1.133.512.510	208.248.366	199.489.969	8.758.397	1.341.760.876	84,48	30.000.000	
EP 5 -Assistência técnica	74.909.197	13.219.270	13.219.270	0	88.128.467	85,00	2.500.000	
Total PO	2.661.645.133	553.416.868	384.225.138	169.191.730	3.215.062.001	82,79	197.500.000	0

Unidade: Euro

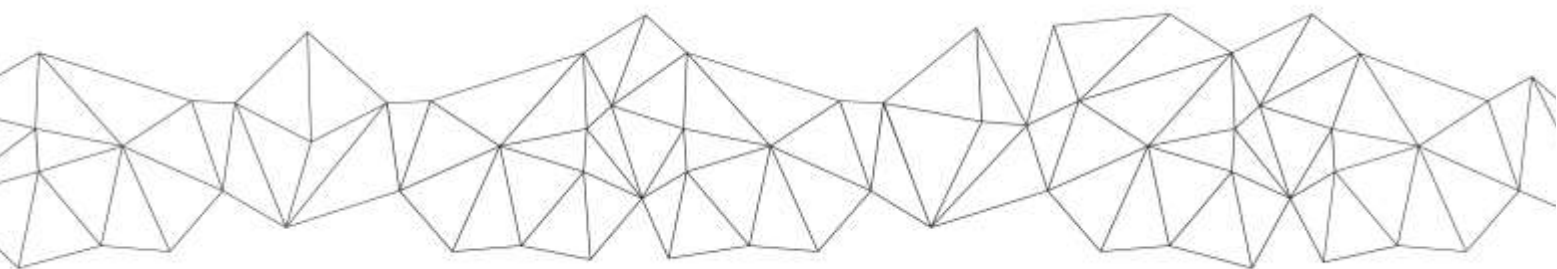
As reprogramações não envolveram qualquer alteração do modelo de governação do Programa no decurso de 2012, pelo que se mantém o estabelecido no enquadramento normativo da arquitetura do QREN¹, no que respeita aos órgãos envolvidos na governação ao nível da direção política, aconselhamento estratégico, gestão e acompanhamento e monitorização, bem como à sua composição, atribuições, competências e articulação, tal como sucintamente identificado no **ANEXO A.2** e no **ANEXO A.3**².

Salienta-se, contudo, as alterações verificadas na estrutura de apoio da Autoridade de Gestão, resultantes da RCM n.º 76/2012, de 6 de setembro, descritas no ponto 2.7.1.1 Acompanhamento (Autoridade de Gestão).

Durante o exercício em apreço, não se registaram alterações assinaláveis na estrutura dos Organismos Intermédios (OI) nos quais a Autoridade de Gestão formalmente delegou um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida das operações, através de protocolos assinados a 2 de julho de 2008 (IAPMEI, AICEP, Turismo de Portugal e ADI, no âmbito da gestão dos Sistemas de Incentivos) e a 19 de dezembro de 2008 (Área Metropolitana do Porto e as Comunidades Intermunicipais, no âmbito das subvenções globais da contratualização).

¹ Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respetivos Programas Operacionais, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão monitorização, auditoria e controlo, certificação, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de julho.

² Uma descrição detalhada, incluindo a composição, atribuições e competências das diversas instâncias, consta do documento "Sistema de Gestão e Controlo" (versão revista em novembro de 2012).



2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE



2.1. Realização e Análise dos Progressos

2.1.1. Realização Física do ON.2 – O Novo Norte

Reporta-se neste ponto a informação relativa à execução física do Programa, globalmente considerado, fazendo-se uma breve análise dos níveis de execução alcançados. Esta informação encontra-se sistematizada no **Quadro 2.1.1.1** e corresponde aos valores apurados a 31 de dezembro de 2012 para os Indicadores Comuns Comunitários de Realização e de Resultado. É complementada com os dados relativos à execução física e com a reflexão apresentados mais adiante:

- a) no ponto 2.1.6. Análise Qualitativa (A realização física e financeira das operações);
- b) no capítulo 3. Execução por Eixo Prioritário (Cumprimento de metas e análise de progressos), os Indicadores de Eixo e, com maior detalhe, os Indicadores Comuns Comunitários associados aos vários objetivos específicos de cada eixo Programa;
- c) no **ANEXO C.1** deste Relatório, de acordo com o modelo de prestação de informação do IFDR, a informação sobre os Indicadores Comuns Nacionais.

No corpo do Relatório, privilegia-se, assim, a apresentação dos indicadores que decorrem de exigências regulamentares³, remetendo para anexo os Indicadores Comuns Nacionais. A inclusão dos dados relativos a estes indicadores prejudicaria a legibilidade do documento, dada a significativa sobreposição com os primeiros. Deve lembrar-se que os dados constantes do **Quadro 2.1.1.1** consideram o valor acumulado associado às operações contratadas no final de 2012, tendo em conta os efeitos de eventuais rescisões ocorridas. Este pode ser um dos fatores explicativos de ajustamentos retroativos verificados nalguns indicadores, a par de eventuais correções que se sinalizam no capítulo 3. Execução por Eixo Prioritário (Cumprimento de metas e análise de progressos). No ano em apreço, a aplicação da metodologia de descativação de compromissos prevista na RCM n.º 33/2012, de 15 de março de 2012, conduziu à revogação da decisão de financiamento de diversas operações, situação que se reflete no desempenho de vários indicadores.

Formalmente, os dados a reportar deveriam ter em conta a atual versão do ON.2 resultante da última reprogramação. Contudo, tendo em conta que no final de 2012 ainda não havia sido concretizada a transferência dos projetos para o POVT e que estes projetos foram contabilizados neste exercício ao nível financeiro, optou-se por considerar ainda os indicadores de realização física associados às tipologias a transferir, assinalando-se as situações em causa.

Salienta-se que foi feito um esforço no sentido de colmatar algumas lacunas no que respeita à disponibilização de dados que expressem, de forma mais adequada, a execução real do Programa. Contudo, considerando a metodologia definida pelo IFDR e a necessidade de garantir a fiabilidade

³ Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009 e alínea c) do nº 1 do artº 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

dos dados, como regra geral, os dados de “realização executada” reportados são os que decorrem dos projetos fisicamente concluídos, independentemente de estes estarem financeiramente terminados. Assim, não obstante o trabalho de aperfeiçoamento que tem sido empreendido, quer na precisão dos conceitos e da metodologia subjacentes, quer na melhoria do dispositivo de recolha e de tratamento dos indicadores⁴, subsistem alguns constrangimentos na obtenção de dados fiáveis, sobretudo no que respeita a alguns indicadores de resultado e à ventilação de outros segundo o género. A este nível, a informação disponível é ainda escassa e circunscrita, seja porque os indicadores mobilizados assentam em estimativas não vinculativas ou pouco fiáveis, seja porque são ainda pouco significativos os projetos encerrados a que devem associar-se esses indicadores.

| 12

Algumas lacunas poderão ser colmatadas à medida que avançarmos no ciclo de gestão dos projetos, outras poderão vir a necessitar de eventuais estudos específicos, designadamente no contexto de exercícios de avaliação.

Inclui-se no quadro que se segue um item que procura traduzir o “Nível de Implementação” (NI) de cada um dos Indicadores Comuns Comunitários, de forma a permitir uma mais fácil apreensão do grau de concretização do cumprimento das metas definidas para as principais áreas, usando-se a seguinte escala:

1. **Difícilmente recuperável:** Os elementos provisórios disponíveis sobre a realização contratada e executada apontam para um nível de implementação abaixo das metas pré-definidas, dificilmente recuperável até final de 2015, caso não se alterem significativamente as condições (ex.: dotação disponível para novas aprovações, procura, ritmo médio de execução).
2. **Recuperável:** Os elementos provisórios disponíveis sobre a realização contratada e executada apontam para um nível de implementação abaixo das metas pré-definidas, existindo, contudo, a expectativa de que possa vir a atingir-se um nível próximo do desejado até final de 2015, na perspectiva de uma evolução normal das atuais condições (ex.: dotação disponível para novas aprovações, procura, ritmo médio de execução).
3. **Próximo ou convergente:** Os elementos provisórios disponíveis sobre a realização contratada e executada permitem perspetivar para 2015 um nível de implementação próximo das metas pré-definidas, considerando as manutenção das atuais condições.
4. **Superado:** Os elementos provisórios disponíveis sobre a realização contratada e executada apontam para a previsível superação das metas definidas para 2015, a manter-se a trajetória atual;
5. **Claramente superado:** Os elementos provisórios disponíveis sobre a realização contratada e executada apontam para uma clara superação das metas definidas para 2015.
- O. **Outros:** Não foram definidas metas e/ou não existem elementos provisórios que permitam fazer um juízo sobre o nível de implementação e/ou a meta deixou de se aplicar, por inelegibilidade das tipologias que para ela concorriam.

Contudo, deve salvaguardar-se que:

- a) este exercício é necessariamente provisório e indicativo;

⁴ Refira-se, a título de exemplo, a elaboração de um referencial de “meta-informação” sobre cada um dos indicadores e os ajustamentos introduzidos no guião de apoio ao preenchimento, pelos promotores, dos relatórios de execução anual e final.

- b) as metas identificadas não assumem um carácter vinculativo. Constituem, contudo, uma orientação quanto ao nível de realização e de resultados entendido pela Autoridade de Gestão como desejável. Como se referiu anteriormente⁵, a recente reprogramação implicou a inclusão de novas tipologias e indicadores, a supressão de outros e o ajustamento de algumas metas, tendo em conta, entre outros aspetos, o potencial de recursos existentes no PO e a ventilação interna. Não se exclui a possibilidade de a Autoridade de Gestão vir a efetuar, num futuro muito próximo, alguns novos ajustamentos que se revelem necessários e justificados, designadamente em resultado da Avaliação Intercalar;
- c) na leitura dos dados, deve atender-se à contextualização, fatores críticos e razões que justificam o desempenho evidenciado, elementos que poderão ser encontrados no capítulo relativo à execução de cada um dos Eixos. Importa ter presente que atingir mais rapidamente uma meta não é necessariamente sinal de um melhor desempenho ou motivo de maior satisfação, sobretudo se o objetivo era de prossecução relativamente fácil ou a meta era pouco exigente. Por outro lado, uma determinada distância face ao estimado, nesta data, não é necessariamente preocupante, sobretudo se estivermos perante objetivos de realização mais complexa e se estiverem asseguradas as condições para que as metas venham a concretizar-se até 2015, como previsto.

| 13

Quadro 2.1.1.1 - Realização física⁶

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	NI
Emprego Criado									
1. Empregos criados	Realização Contratada	0	0	0	0	0	3.765		0
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	-	
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico									
4. N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	0	33	178	293	411	453		3
	Realização Executada	0	0	0	0	0	32		
	Metas	-	-	-	-	-	-	500	
5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	28	54	62	76		3
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	80	
Ajudas diretas ao investimento nas PME									
7. N.º de projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização Contratada	0	245	906	1.432	1.798	2.103		3
	Realização Executada	0	0	0	8	49	244		
	Metas	-	-	-	-	-	-	2.000	

⁵ "1. Apresentação do programa ON.2"

⁶ Corresponde à Tabela 2.1. Realização Física, do IFDR, que reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009.

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	NI
8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	135	216	248	258		3
	Realização Executada	0	0	0	0	6	30		
	Metas	-	-	-	-	-	-	250	
9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	-	-	-	-	-	3.765		0
	Realização Executada	-	-	-	-	-	-		
	Metas	-	-	-	-	-	-	-	
10. Investimento Induzido (milhões de Euros)	Realização Contratada	0	53	141	227	262	263		3
	Realização Executada	0	0	0	1	9	25		
	Metas	-	-	-	-	-	-	260	
Sociedade de Informação									
11. N.º de projetos	Realização Contratada	0	90	223	345	386	448		4
	Realização Executada	0	0	0	1	7	44		
	Metas	-	-	-	-	-	-	400	
12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	0	0	0	0	244.147	244.147		3
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	230.000	
Transportes									
13. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	49	139	188	199		4
	Realização Executada				23	84	141		
	Metas	-	-	-	-	-	-	150	
14. N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7	77	94	119		5
	Realização Executada					60	102		
	Metas	-	-	-	-	-	-	70	
16. N.º de km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357	1.055	1.206	1.290		1
	Realização Executada				171	1.040	1.235		
	Metas	-	-	-	-	-	-	1.500	
17. N.º de km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto) *	Realização Contratada	0	0	1	8	8	0		0
	Realização Executada			1	7	8	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto) *	Realização Contratada	0	0	38.940	161.342	161.342	0		0
	Realização Executada					161.342	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
Energias renováveis									
23. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	0	0	7	12		5
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	NI
24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	Metas	-	-	-	-	-	-	5	2
	Realização Contratada	0	0	0	0	4.804	4.804		
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-	4.804	
Ambiente									
25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados *	Realização Contratada	0	0	0	0	181.898	121.846		0
	Realização Executada					84.988	45.484		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados*	Realização Contratada	0	0	0	0	49.488	55.436		0
	Realização Executada					18.211	54.471		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
27. N.º de projetos de Resíduos Sólidos *	Realização Contratada	0	0	3	5	7	6		0
	Realização Executada						4		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
28. N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	1	1	1		3
	Realização Executada				1	1	1		
	Metas	-	-	-	-	-	-	1	
29. Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais *	Realização Contratada					1,083	1,083		0
	Realização Executada					0,035	1,035		
	Metas	-	-	-	-	-	-	n.a.	
Prevenção de risco									
31. Nº de projetos	Realização Contratada	0	0	0	32	76	20		3
	Realização Executada					7	8		
	Metas	-	-	-	-	-	-	20	
33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização Contratada	0	0	0	3.523.914	3.523.914	3.523.914		3
	Realização Executada	0	0	0	86.005	779.027	946.053		
	Metas				0			3.500.000	
Turismo									
34. N.º de projetos	Realização Contratada	0	13	61	134	202	278		4
	Realização Executada	0	0	1	1	17	36		
	Metas	-	-	-	-	-	-	275	
35. . Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	0	0	0	0	730		0
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	-	-	-		

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	NI
Educação									
36. N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254	292	331	356		4
	Realização Executada			17	134	218	278		
	Metas							337	
37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	109.346		5
	Realização Executada		2.635	3.744	20.484	56.950	78.573		
	Metas	-	-	-	-	-	-	75.000	
Saúde									
38. N.º de projetos	Realização Contratada	0	18	31	31	29	29		3
	Realização Executada				5	13	18		
	Metas							30	
Reabilitação Urbana									
39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	373	489	427		3
	Realização Executada				13	68	159		
	Metas	-	-	-	-	-	-	400	
Competitividade das cidades									
40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0	0	40	38		2
	Realização Executada	0	0	0	0	0	1		
	Metas							40	
Inclusão Social									
41. N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social.	Realização Contratada	0	0	0	39	39	65		4
	Realização Executada	0	0	0	0	0	20		
	Metas	-	-	-	-	-	-	40	

A análise dos elementos apresentados permite constatar uma notória aceleração da realização executada da maioria dos indicadores, face à observada no ano de 2011. As áreas que mais se destacaram, no que toca à conclusão física de operações, foram o ambiente (em especial, a “Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais”), a sociedade da informação (número de projetos) e as ajudas diretas ao investimento nas PME (número de projetos de apoio direto ao investimento das PME e número de novas empresas - *start-up* - apoiadas).

Como seria de esperar, esta variação é significativamente superior à verificada nos níveis de contratação, por força dos elevados níveis de compromisso atingidos anteriormente. No entanto, são de assinalar os acréscimos de realização contratada observados no número de projetos de energias renováveis, de inclusão social e de turismo, bem como na área dos transportes (número de km de novas estradas) e da investigação e desenvolvimento.



As áreas com níveis de desempenho mais salientes são, claramente, a educação e os transportes. Se atendermos às metas previstas nas operações contratadas, evidenciam-se indicadores da área das energias renováveis, dos transportes, da inclusão social e da educação, domínios em que foram claramente ultrapassados, em alguns casos de forma expressiva, os compromissos previstos. Considerando a execução, são também os domínios dos transportes e da educação que se revelam mais adiantados, registando no final de 2012, um nível de implementação que ultrapassa as metas definidas, o que traduz, simultaneamente, uma clara aposta do Programa e um elevado estado de maturidade dos projetos. Salientam-se igualmente os projetos dos domínios da saúde, inclusão social e reabilitação urbana, com níveis muito razoáveis de cumprimento das respetivas metas.

| 17

Apesar do progresso registado, os domínios da competitividade das empresas e da I&DT registam os níveis de desempenho menos expressivos, corolário da menor maturidade das operações, mais recentemente aprovadas, e da maior complexidade de alguns projetos infraestruturais.

No caso dos sistemas de incentivos, é de prever que, a breve prazo, o reforço da dotação resultante da reprogramação e a elevada procura que se tem vindo a registar se repercutam na melhoria dos indicadores de realização. Embora com efeitos mais retardados e apesar da menor procura que os caracteriza no quadro dos Sistemas de Incentivos, também no domínio da I&DT será de esperar que sejam atingidas as metas definidas, designadamente por via da recente aprovação das várias operações que integram os “Programas Integrados de IC&DT”.

Como se aludiu acima, as variações negativas de alguns indicadores resultam de descativações de operações (reabilitação urbana e competitividade das cidades) ou da transferência de operações para o POVT. Esta transferência, resultante da reprogramação do ON.2, explica ainda a não aplicação de algumas metas, por inelegibilidade das tipologias que para elas concorriam (indicadores nºs 17, 22, 25, 26, 27 e 29). Assim, apesar de estas tipologias não serem já elegíveis no âmbito do ON.2, optou-se por identificar a realização associada até à sua efetiva transferência.

A não existência de um referencial prejudica ainda um juízo sobre o nível de implementação no que respeita aos indicadores para os quais não foram definidas metas (indicadores nºs 1, 9 e 35).

Em complemento dos elementos aqui disponibilizados, remete-se para o ponto 2.2.4 deste Relatório, onde é apresentada informação sucinta sobre a repartição por género dos postos de trabalho criados, bem como para os pontos 3.3 e 3.4, onde é apresentada uma justificação mais detalhada do nível de implementação e dos desvios verificados.

Em conclusão: sem prejuízo de poder vir a ser necessário algum ajustamento pontual, prevê-se que a generalidade das metas definidas venha a ser cumprida, sem a ocorrência de desvios relevantes.

2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

O ano de 2012 registou uma execução financeira de 584.800 mil Euros, a que se associa um montante FEDER de 491.759 mil Euros.

Pelo segundo ano consecutivo, a execução anual FEDER ultrapassa a nova dotação programada para o próprio ano (352.712 mil Euros), o que fica demonstrado pela taxa de execução, que atinge o significativo valor de 139,4%. Esta execução significa também que o Programa mantém a recuperação dos atrasos registados nos primeiros anos de execução (2007-2009).

De referir que, mesmo considerando a programação anterior à Reprogramação Estratégica do QREN de 2012 (que em termos de dotação global do ON.2 para o período 2007-2013 implicou uma diminuição da dotação FEDER de 2.711.645.133 Euros para 2.661.645.133 Euros, com esta quebra de 50 M€ a incidir em 2012), seria obtida uma taxa de 122,1% e manter-se-ia como um ano de recuperação.

Quadro 2.1.2.1 – Comparação entre o Fundo Programado e o Fundo Executado no Programa, por anos⁷

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
FEDER Programado	364.749	372.044	379.485	387.074	394.816	352.712	410.766	2.661.645
FEDER Executado	0	5.143	70.473	336.933	488.816	491.759	0	1.393.124
Tx Execução	0,0%	1,4%	18,6%	87,0%	123,8%	139,4%	0,0%	52,3%

Unidade: Mil Euros

O investimento realizado com o apoio do Programa passou de um montante de 652.381 mil Euros para 584.800 mil Euros, ou seja, verificou-se uma diminuição de cerca de 10,4%.

Quadro 2.1.2.2 – Investimento Elegível Executado no Programa, por anos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Investimento Elegível Executado	0	5.820	95.888	473.819	652.381	584.800	1.812.708

Unidade: Mil Euros

A justificação para a situação ocorrida em 2012 – aumento de execução FEDER e diminuição do investimento apoiado – resulta de um conjunto alargado de razões que importa aqui analisar.

Desde logo, o resultado da Reprogramação Técnica do QREN, cuja decisão da Comissão Europeia ocorreu em 15 de dezembro de 2011, e assim, só teve impacto em 2012, concretamente em fevereiro, data em que o ON.2 recebeu as operações do POVT, e abril e julho, datas de transição de operações deste Programa para o POVT e para o COMPETE. Para o ON.2, o balanço final, em

⁷ De relembrar que os três primeiros anos de programação do Programa (2007, 2008 e 2009) coincidiram com a realização dos programas do anterior Quadro Comunitário, cujo encerramento do período de elegibilidade de despesas só aconteceu em 30 de junho de 2009. É esta a justificação para as baixas taxas de execução do ON.2 durante este período.



termos de execução, foi desfavorável, pois o Programa viu a sua execução diminuída em cerca de 63 M€ de investimento elegível a que estava associado um FEDER de cerca de 45 M€.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, de 15 de março, determinou, entre outras disposições: (i) a anulação dos compromissos de aprovação de operações sem execução; (ii) a revisão dos compromissos que apresentavam significativos défices de execução; (iii) a suspensão temporária de novos concursos, de novas aprovações e da assinatura de contratos de financiamento. Estas medidas tiveram fortes implicações no desempenho do ON.2 durante o primeiro semestre de 2012, resultando numa proposta de descativação no Programa de cerca de 48 M€. Por outro lado, a implementação das medidas estabelecidas nesta Resolução teve implicações na execução do Programa, pois o esforço das Equipas Técnicas da Autoridade de Gestão foi prioritariamente dirigido para o apuramento de montantes a descativar, em detrimento do acompanhamento da execução das operações.

| 19

Em contraponto aos efeitos descritos nos parágrafos anteriores, a Deliberação da CMC de 8 de agosto de 2012, que alterou os regulamentos específicos, permitindo o reforço das taxas de comparticipação dos fundos comunitários até 85% nos projetos públicos com contribuição direta para a consolidação orçamental, veio contribuir para acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental. Esta medida teve como resultado um aumento do FEDER comprometido no Programa de cerca de 85,6 M€, compromisso este sem impacto no investimento elegível das operações.

Com o fim de ajudar a acelerar os investimentos e de melhorar a disponibilidade dos fundos destinados a executar a política de coesão, a Deliberação da CMC, de 17 de julho de 2012, autorizou, temporariamente, uma nova modalidade de pagamento, com a designação de pagamento *Top-Up*. Esta modalidade, estabelecida no Regulamento (UE) 1311/2011, de 13 de dezembro, autoriza, temporariamente, uma disponibilização de recursos visando assegurar a contrapartida nacional e, desta forma, garantir a execução ininterrupta dos programas operacionais, sendo concretizada por um aumento dos pagamentos intermédios e dos pagamentos do saldo final efetuados pela Comissão Europeia ao abrigo dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão, correspondente a dez pontos percentuais acima da taxa de cofinanciamento aplicável a cada eixo prioritário.

Assim, na prática, os pagamentos *Top-Up* traduzem-se numa antecipação do financiamento comunitário, com o consequente adiamento do esforço de mobilização da contrapartida nacional por parte do promotor, através do reembolso dos pedidos de pagamento a uma taxa superior a 85% durante um determinado período de tempo e até ao limite do montante de fundo aprovado na operação. Em 31/12/2012, o montante utilizado através desta modalidade de pagamento totalizou 45 M€.

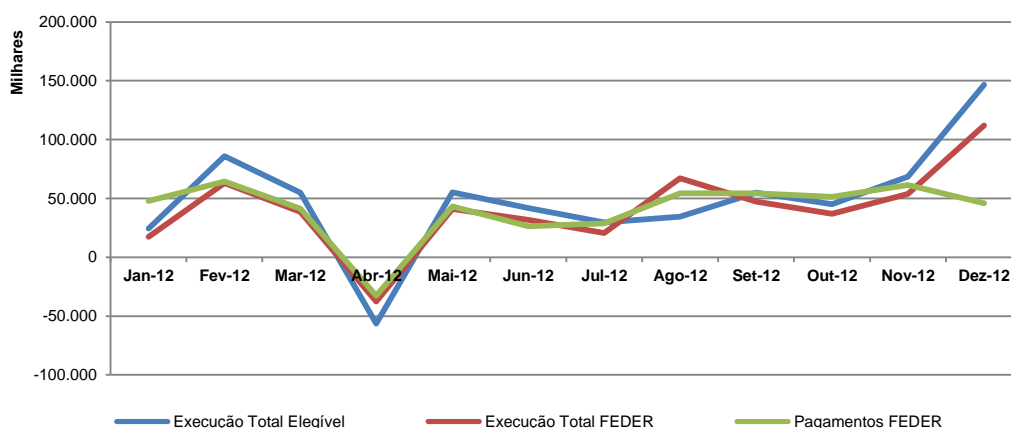
As situações acima descritas encontram-se evidenciadas no Gráfico abaixo, que mostra que 2012 foi um ano de grandes oscilações, especialmente marcado pela situação dos meses de março e abril,

em que ocorreu o processo de transferência das operações para os outros Programas, com as correspondentes quebras de execução e pagamentos. Refira-se ainda os registos de agosto, marcados pela alteração das taxas de cofinanciamento das operações aprovadas, sem impacto no investimento elegível, mas com um impacto significativo no FEDER executado, pois esta medida teve efeitos retroativos sobre toda a despesa validada das operações que beneficiaram deste reforço de taxa. Também a partir de agosto, é notório o aumento dos pagamentos FEDER face ao FEDER executado, pois foi partir desta data que os pagamentos *Top-Up* passaram a ser processados.

| 20

De referir ainda que, como normalmente acontece, dezembro é sempre um mês de forte execução e de quebra de pagamentos FEDER, uma vez que o pagamento desta execução só ocorre a partir do início do ano seguinte.

Figura 2.1.2.1 – Evolução da Execução e dos Pagamentos ao longo de 2012



Uma análise da execução por tipologia de operações permite verificar que os investimentos que mais contribuíram para o acréscimo da execução do ano foram os associados a operações públicas (56%), apesar de o investimento enquadrado nos Sistemas de Incentivos ter igualmente registado um crescimento próximo deste valor (46%), como demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 2.1.2.3 – Evolução da Execução no ON.2, por principais tipologias de operações

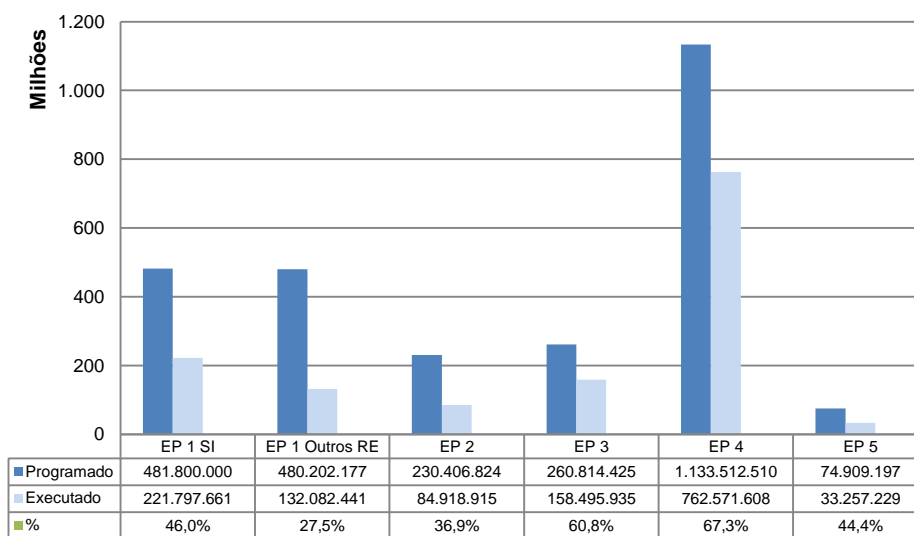
Ano	Operações públicas			Operações Sistemas de incentivos			Total		
	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.
2008	2.872	2.195		2.948	2.948		5.820	5.143	
2009	71.555	51.846	2262%	30.354	23.910	711%	101.909	75.756	1373%
2010	448.384	324.025	525%	127.143	88.524	270%	575.527	412.549	445%
2011	997.938	749.805	131%	229.970	151.560	71%	1.227.908	901.365	118%
2012	1.464.768	1.171.326	56%	347.940	221.798	46%	1.812.708	1.393.124	55%

Unidade: Mil Euros

21

Ao nível dos Eixos Prioritários (EP) e considerando a programação prevista para 2007-2013, o comportamento da execução é diverso, oscilando entre uma taxa de execução acumulada de 27,5% no Eixo 1, na parte respeitante aos investimentos públicos, e 67,3% no Eixo 4.

Figura 2.1.2.2 – Programação/Execução acumulada por Eixo Prioritário de 2007 a 2012



Assim, e tendo como referência a taxa de execução do Programa atingida em 2012 (52,3%), é de realçar o desempenho positivo dos Eixos 3 e 4, que apresentam uma taxa de execução acima desta média, e o atraso do Eixo 1, na parte respeitante aos investimentos públicos, e do Eixo 2. Apesar de neste último ano terem recuperado parte dos atrasos, estes dois eixos continuam a registar taxas de execução abaixo da média do PO.

Uma análise mais detalhada permite-nos perceber a tendência de recuperação que cada Eixo apresenta e concluir que, também para aqueles que apresentam uma taxa de execução mais baixa, se verifica, pela primeira vez em 2012, que a sua execução anual ultrapassa a dotação programada. Este comportamento encontra-se evidenciado nos gráficos seguintes.

Figura 2.1.2.3 – Evolução da Execução do EP1, Sistemas de Incentivos, por anos

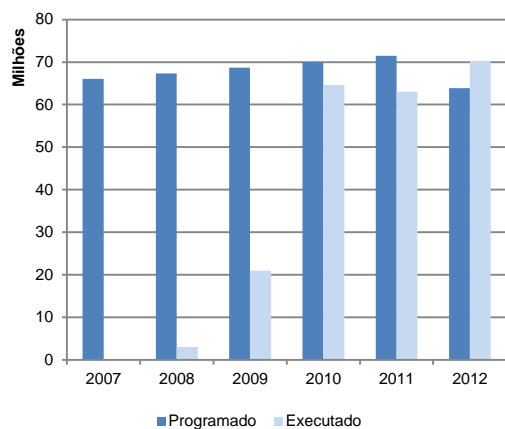


Figura 2.1.2.4 – Evolução da Execução do EP1, outros Regulamentos, por anos

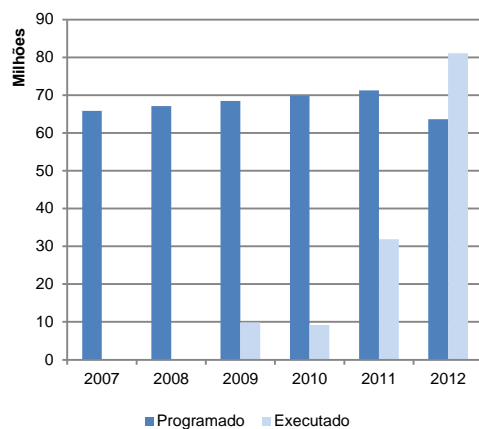


Figura 2.1.2.5 - Evolução da Execução do EP2, por anos

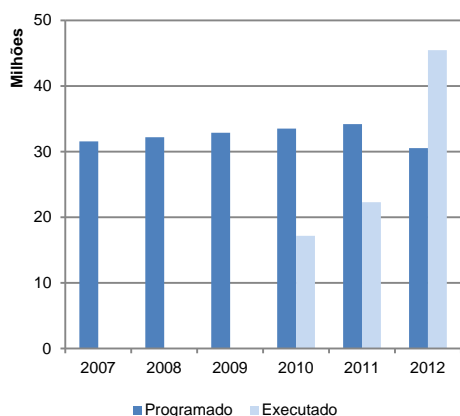


Figura 2.1.2.6 - Evolução da Execução do EP3, por anos

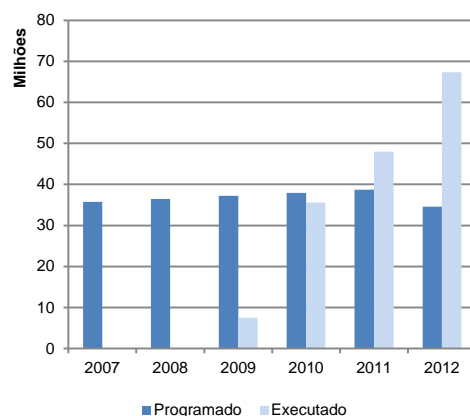


Figura 2.1.2.7 - Evolução da Execução do EP4, por anos

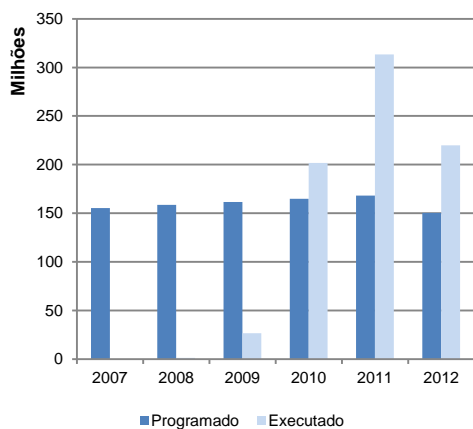
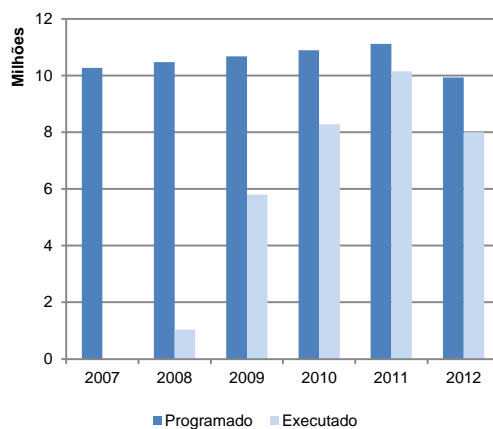


Figura 2.1.2.8 - Evolução da Execução do EP5, por anos



O Eixo 1, no que respeita aos Sistemas de Incentivos, tem registado uma execução muito próxima da dotação programada desde 2010. No entanto, também este Eixo necessita ainda de recuperar a falta de execução de 2007 a 2009, pelo que terá de acentuar o respetivo ritmo no período remanescente.

No que se refere aos investimentos públicos dos Eixos 1 e 2, apenas em 2012, e de forma muito acentuada, a dotação executada ultrapassa a programada, iniciando-se a recuperação da não execução dos primeiros anos de programação. Nestes eixos, os objetivos de gestão definidos para 2013 estabelecem a manutenção desta acentuada recuperação. De referir que o comportamento registado é, em grande medida, justificado pela complexidade dos investimentos neles enquadrados, com processos de seleção e decisão mais demorados, pelo que só a partir de 2010 foi possível dar início à sua execução de forma expressiva.

Os Eixos 3 e 4 apresentam as taxas de execução mais elevadas. Prevê-se, por isso, a um abrandamento no crescimento da sua execução no que respeita aos investimentos públicos, situação que já se encontra evidenciada em 2012, no caso do Eixo 4. Estes dois Eixos abarcam essencialmente investimentos infraestruturais, cujas decisões ocorreram nos primeiros anos de programação, o que justifica o elevado registo de execução nestes anos e a perspetiva de encerramento, em 2013, de um número significativo de operações.

À semelhança do Eixo 1 e embora respeite a investimentos distinta natureza (operações de assistência técnica), também o Eixo 5 tem vindo a executar dentro do programado.

Quadro 2.1.2.4 – Evolução da Execução no Programa, por Eixos Prioritários

Eixos Prioritário	Execução em 31/12/2011		Execução em 31/12/2012		Taxa de Crescimento 2011/2012	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	1.227.908	901.365	1.812.708	1.393.124	47,6%	54,6%
EP1	295.543	202.564	511.811	353.880	73,2%	74,7%
EP2	58.893	39.484	115.822	84.919	96,7%	115,1%
EP3	134.781	91.163	216.359	158.496	60,5%	73,9%
EP4	708.976	542.895	929.589	762.572	31,1%	40,5%
EP5	29.715	25.258	39.126	33.257	31,7%	31,7%

Unidade: Mil Euros

O quadro anterior, apresentando a evolução da execução por Eixo, entre 2011 e 2012, demonstra o já referido nos parágrafos anteriores: os Eixos 1, 2 e 3 com forte recuperação dos atrasos registados nos primeiros anos de programação do ON.2; o Eixo 4, e dada a aceleração apresentada em 2011, com uma ligeira desaceleração da execução de 2012; e o caso do Eixo 5 a executar a sua programação anual.

Para os resultados apresentados contribui o nível das aprovações realizadas nos últimos anos, evidenciado no quadro seguinte, onde se regista igualmente o nível de execução atingido.

Quadro 2.1.2.5 – Monitorização operacional e financeira do Programa a 31/12/2012, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações (AP)		Execução (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Taxa de compromisso	Taxa de execução	Taxa de realização
							(AP/PR)	(EX/PR)	(EX/AP)
PO	3.215.062	2.661.645	3.402.509	2.545.869	1.812.708	1.393.124	95,7%	52,3%	54,7%
EP1	1.207.265	962.002	1.356.854	912.621	511.811	353.880	94,9%	36,8%	38,8%
EP2	271.067	230.407	257.522	192.467	115.822	84.919	83,5%	36,9%	44,1%
EP3	306.841	260.814	360.212	266.867	216.359	158.496	102,3%	60,8%	59,4%
EP4	1.341.761	1.133.513	1.367.173	1.122.278	929.589	762.572	99,0%	67,3%	67,9%
EP5	88.128	74.909	60.748	51.635	39.126	33.257	68,9%	44,4%	64,4%

Unidade: Mil Euros

A taxa de aprovações atingida em 31 de dezembro de 2012 é essencialmente resultante do volume de aprovações registadas nos anos anteriores, já que neste ano, em termos absolutos, o acréscimo de FEDER comprometido foi apenas de cerca de 132 M€. Este montante resulta, fundamentalmente, do facto de 2012 ter sido um ano de balanço do Programa, em que os esforços levados a cabo pela Autoridade de Gestão foram essencialmente dirigidos para a monitorização das operações aprovadas, no sentido de avaliar a possibilidade da sua execução no período de programação definido.

Em 2012, a taxa de execução do Programa, face à sua dotação, ficou ligeiramente aquém da meta de execução definida pela Comissão Diretiva do ON.2 para 31/12/2012 (52,3%). Efetivamente, apontava-se para uma taxa objetivo em 31/12/2012 de 53%, a que corresponderia um montante de execução FEDER a atingir de cerca de 1.411 M€. Face ao objetivo traçado, daqui decorre um valor de Fundo por executar de 18 M€. Contudo, é de salientar que a execução do Programa superou não só a programação estabelecida para o ano, mas também as metas definidas regulamentarmente (regra n+3).

No quadro seguinte, é apresentada a evolução da execução mensal em 2012.

Quadro 2.1.2.6 – Crescimento da Execução no ON.2 – 2012

Ano / Mês	Operações Públicas		Operações Sistemas de incentivos		Execução Total	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
Ano 2008	2.872	2.195	2.948	2.948	5.820	5.143
Ano 2009	68.482	49.511	27.406	20.962	95.888	70.473
Ano 2010	377.028	272.319	96.788	64.613	473.819	336.933
Ano 2011	549.554	425.781	102.827	63.035	652.381	488.816
Ano 2012	466.829	421.521	117.969	70.237	584.800	491.759



Ano / Mês	Operações Públicas		Operações Sistemas de incentivos		Execução Total	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
Jan-12	21.614	16.132	2.897	1.146	24.512	17.278
Fev-12	76.425	57.124	9.410	6.035	85.835	63.159
Mar-12	34.863	26.555	19.922	12.056	54.785	38.611
Abr-12	-68.005	-45.051	11.524	7.363	-56.481	-37.688
Mai-12	47.222	36.162	8.062	4.777	55.284	40.940
Jun-12	33.314	26.032	8.500	5.721	41.814	31.753
Jul-12	22.060	15.939	7.575	4.585	29.635	20.524
Ago-12	29.907	64.289	4.479	2.782	34.387	67.071
Set-12	50.143	44.547	4.645	2.656	54.788	47.204
Out-12	41.366	35.065	3.702	1.835	45.068	36.900
Nov-12	57.720	47.483	10.749	6.423	68.469	53.905
Dez-12	120.200	97.244	26.504	14.858	146.704	112.102
TOTAL	1.464.765	1.171.327	347.938	221.795	1.812.708	1.393.124

Unidade: Mil Euros

| 25

Registe-se que, em 2012, a execução média mensal é de cerca de 41 M€.

Como já foi referido, e atendendo o estipulado no nº 13 do Artigo 1º do Regulamento (UE) 539/2010, de 16 de junho, o bom nível de execução do Programa está traduzido no cumprimento da *Regra n+3* de 2012, cujo valor de 669.738 mil Euros foi atingido antes do final do ano de 2012, concretamente no início de agosto.

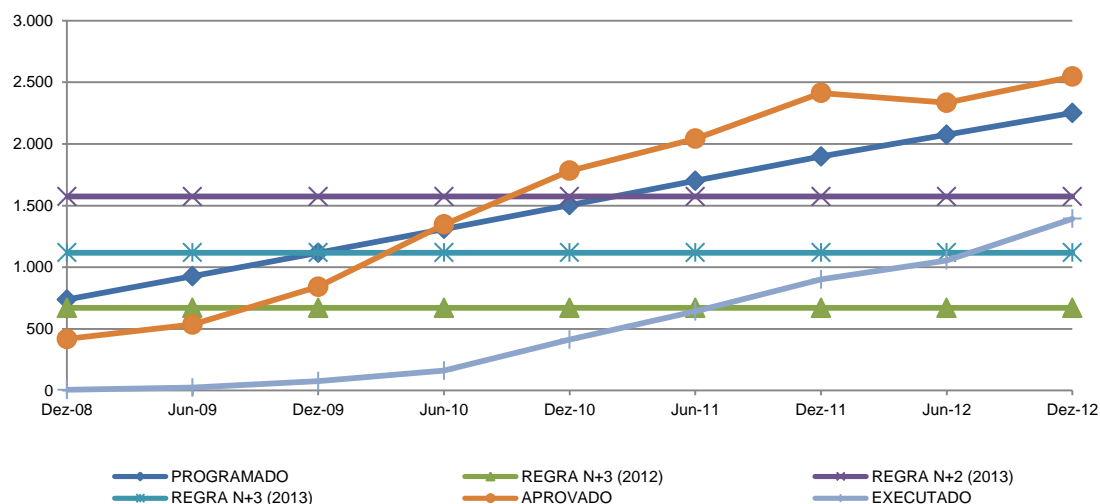
No quadro abaixo, encontram-se evidenciadas, por ano, as dotações regulamentarmente estabelecidas para o ON.2, quer no âmbito da Regra n+3, quer da Regra n+2. Assim, face à evolução registada na execução do Programa será expectável que no final do 1.º Semestre de 2013 fique cumprida a Regra n+2 deste ano.

Quadro 2.1.2.7 – Metas definidas para o Programa – Cumprimento da Regra N+3 e da Regra N+2

Dotações	Ano de Aplicação da Regra	Meta Regra n+3	Meta Regra n+2
2008	2011	229.461.729	-
2009	2012	669.737.715	-
2010	2013	1.117.603.393	-
2011	2013		1.573.210.555
2012	2014		1.986.714.032
2013	2015		2.661.645.133

No gráfico seguinte, ilustra-se o grau de cumprimento destas metas, considerando quer a sua formulação inicial quer a sua definição atual.

Figura 2.1.2.9 – Evolução das Aprovações/Execução – Cumprimento das Metas



| 26

Os dados de base para construção do gráfico apresentado constam do quadro seguinte e respeitam aos apuramentos dos valores semestrais de aprovações e execução do Programa, verificados entre 2008 (início da execução do PO) e 2012.

Quadro 2.1.2.8 - Execução Semestral do Programa até 2012

FEDER / Semestre	Dez-08	Jun-09	Dez-09	Jun-10	Dez-10	Jun-11	Dez-11	Jun-12	Dez-12
PROGRAMADO	736.792	926.535	1.116.277	1.309.814	1.503.351	1.700.759	1.898.167	2.074.523	2.250.879
REGRA N+3 (2012)	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738
REGRA N+2 (2013)	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211	1.573.211
REGRA N+3 (2013)	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603
APROVADO	418.103	535.330	841.595	1.346.637	1.782.514	2.041.896	2.413.520	2.334.273	2.545.869
EXECUTADO	5.143	22.815	75.756	160.674	412.549	641.401	901.365	1.055.418	1.393.124

Unidade: Mil Euros

Fluxos Financeiros

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 832/2010, de 17 de setembro, é apresentado no quadro seguinte o montante da despesa elegível total certificada no âmbito do Programa junto da Comissão Europeia até 31/12/2012. O valor certificado totaliza, assim, 1.407.202 mil Euros e representa 43,8% do custo total elegível programado, um valor que mais que duplica face ao registado em 31/12/2011 (643.715 mil Euros – 19,7%). Os valores mais elevados das taxas de execução da despesa certificada respeitam aos Eixos Prioritários 3 e 4.

Quadro 2.1.2.9 - Realização Financeira⁸

Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1
EP 1	1.207.265.306	Custo Total	420.488.526	315.572.203	34,8%
FEDER	1.207.265.306	Custo Total	420.488.526	315.572.203	34,8%
EP 2	271.066.852	Custo Total	78.756.884	78.756.884	29,1%
FEDER	271.066.852	Custo Total	78.756.884	78.756.884	29,1%
EP 3	306.840.500	Custo Total	179.210.293	179.210.293	58,4%
FEDER	306.840.500	Custo Total	179.210.293	179.210.293	58,4%
EP 4	1.341.760.876	Custo Total	694.023.104	694.023.104	51,7%
FEDER	1.341.760.876	Custo Total	694.023.104	694.023.104	51,7%
EP 5	88.128.467	Custo Total	34.723.673	34.723.673	39,4%
FEDER	88.128.467	Custo Total	34.723.673	34.723.673	39,4%
Total PO	3.215.062.001	Custo Total	1.407.202.480	1.302.286.157	43,8%

Unidade.: Euro

O crescimento dos montantes certificados deve-se, fundamentalmente, ao desbloqueio da situação que impossibilitava a certificação de despesas relativas a operações acompanhadas pelas Associações de Municípios. Apesar da aceitação pela Comissão Europeia da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 ter sido concretizada no final de 2010, na parte respeitante à organização e metodologia das verificações administrativas levadas a cabo pelas estruturas técnicas destas entidades, só após a Auditoria de Sistema da responsabilidade da Autoridade de Auditoria, terminada em dezembro de 2011, foi possível o desbloqueio desta situação.

No final de 2012, o montante de despesa apresentado pela Autoridade de Gestão junto da Autoridade de Certificação e aquele que foi apresentado pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia é o que resulta do demonstrado no quadro seguinte.

⁸ Corresponde à Tabela 2.2: Realização Financeira (do IFDR) e ao quadro constante do Anexo I do Regulamento CE 832/2010 de 17 de setembro.

Quadro 2.1.2.10 - Pedidos de Certificação de Despesa (PCD) apresentados até 31/12/2012

N.º Sequencial	Data do Pedido da AG à AC	Data de corte da despesa	Total das despesas elegíveis apresentadas pela AG (Valores acumulados)	Pedidos apresentados à CE (Valores acumulados)		Montante do PP à CE			Data do Pagamento pela CE
				Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Reembolso	Top-Up	Total	
1.º PCD	07-09-2009	31-03-2009	5.487	5.487	5.487	4.024	0	4.024	10-11-2009
2.º PCD	22-01-2010	10-12-2009	48.189	47.893	46.461	26.955	0	26.955	08-03-2010
3.º PCD	21-05-2010	30-04-2010	111.229	110.229	106.980	40.196	0	40.196	22-07-2010
4.º PCD	06-08-2010	30-06-2010	165.909	164.908	143.649	31.368	0	31.368	28-10-2010
5.º PCD	03-11-2010	30-09-2010	245.034	237.647	209.230	46.155	0	46.155	15-12-2010
6.º PCD	23-12-2010	30-11-2010	359.191	350.011	321.594	76.857	0	76.857	16-03-2011
7.º PCD	07-03-2011	31-01-2011	548.287	408.361	369.439	35.377	0	35.377	08-06-2011
8.º PCD	26-05-2011	30-04-2011	748.363	458.642	419.720	35.124	0	35.124	27-07-2011
9.º PCD	22-08-2011	31-07-2011	924.500	568.006	508.904	66.979	0	66.979	17-10-2011
10.º PCD	19-12-2011	31-10-2011	1.062.371	643.715	574.951	147.910	0	147.910	19-01-2012
10.º PCD	19-12-2011	31-10-2011		895.776	827.012	212.136	39.450	251.587	14-05-2012
11.º PCD	24-04-2012	29-02-2012	1.290.614	1.091.261	1.007.878	160.213	12.919	173.133	31-05-2012
11.º PCD	08-06-2012	29-02-2012		1.141.462	1.058.079	42.008	4.987	46.994	06-07-2012
12.º PCD	12-06-2012	31-05-2012	1.342.524	1.290.777	1.192.875	120.644	8.859	129.503	04-09-2012
13.º PCD	10-08-2012	31-07-2012	1.398.210	1.346.738	1.248.837	48.446	4.747	53.193	03-10-2012
14.º PCD	18-09-2012	31-08-2012	1.448.616	1.406.005	1.301.168	48.858	2.215	51.073	17-10-2012
14.º PCD	18-09-2012	31-08-2012		1.407.202	1.302.286	1.018	63	1.081	28-12-2012
15.º PCD	26-11-2012	15-11-2012	1.557.568						
Total						1.144.268	73.239	1.217.507	

Unidade: Mil Euros

Na verdade, o valor de custo total elegível apresentado a 31/12/2012 para certificação pela Autoridade de Gestão, um total de 1.557.568 mil Euros, difere do apresentado, até esta mesma data, pela Autoridade de Certificação à CE. Esta diferença é fundamentalmente justificada pelo facto de o último Pedido de Certificação do ano, que totalizava 108.952 mil Euros, apresentado à Autoridade de Certificação em 26/11/2012, só ter sido remetido à CE no início de 2013.

Se considerarmos o último Pedido comunicado à Comissão Europeia (14.º PCD), a diferença entre o montante apresentado pelo Programa e o aceite pela Autoridade de Certificação foi apenas de 41.414 mil Euros, respeitando essencialmente a despesas relativas à Iniciativa JESSICA, que totalizam 33.209 mil Euros e cuja certificação estava dependente da aceitação, por parte da Autoridade de Auditoria, da descrição dos procedimentos aplicáveis às operações enquadradas nesta Iniciativa.

De referir ainda que as previsões de despesa a apresentar ao IFDR para efeitos de certificação à CE e da correspondente contrapartida para o ano de 2012 (796.687 mil Euros) foram praticamente alcançadas (763.488 mil Euros), tendo ficado por apresentar um total de despesas pagas pelos beneficiários no montante de 33.199 mil Euros. Esta diferença encontra-se coberta pelo último Pedido de Certificação de Despesas apresentado pela Autoridade de Gestão à Autoridade de Certificação que, tal como referido anteriormente, só foi enviado à CE no início de 2013.

Quadro 2.1.2.11.- Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2012 e acumulados, por eixo prioritário

Eixo Prioritário	2012				Total Acumulado			
	Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE		Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Total Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE	
			Total	Do qual top-up			Total	Do qual top-up
EP 1	181.952	145.800	145.800	0	420.489	315.572	315.572	0
EP 2	37.626	37.626	37.590	5.608	78.757	78.757	72.551	5.608
EP 3	63.332	63.332	65.160	11.328	179.210	179.210	163.657	11.328
EP 4	470.047	470.047	447.185	54.426	694.023	694.023	634.334	54.426
EP 5	10.530	10.530	10.828	1.878	34.724	34.724	31.393	1.878
Total PO	763.488	727.335	706.564	73.239	1.407.202	1.302.286	1.217.507	73.239

Unidade: Mil Euros

No quadro seguinte, apresenta-se as verbas disponibilizadas pela Comissão Europeia à Autoridade de Gestão, a título de pré-adiantamento de 7,5%, de montantes reembolsados (PCD 1 a 14) e de montantes *Top-Up*. Para além destas receitas, o Programa beneficiou ainda dos juros obtidos pelo pré-financiamento.

Em termos de tesouraria, o Programa recuperou o FEDER associado às operações transitadas no âmbito da Reprogramação Técnica 2011 e ainda um valor correspondente a montantes recuperados e/ou devolvidos.

Quadro 2.1.2.12 - Fluxos Financeiros do Programa

Fluxos financeiros	2012	Total Acumulado
	Fundo €	Fundo €
Entradas	905.047.570,14	1.486.475.903,31
Transferências da CE	854.473.523,30	1.420.880.381,16
Pré-financiamento		203.373.384,98
Reembolsos da CE	781.234.125,80	1.144.267.598,68
<i>Top-Up</i>	73.239.397,50	73.239.397,50
Juros obtidos pelo pré-financiamento		3.768.018,40
Transição de operações	45.870.106,52	45.870.106,52
Recuperações e Devoluções no final do ano	4.703.940,32	15.957.397,23
Saídas	580.328.816,42	1.501.114.332,65
Pagamentos aos Beneficiários	503.351.875,98	1.237.874.205,45
Transferências para os OI	76.976.940,44	263.240.127,20
Saldo da conta do PO	324.718.753,72	-14.638.429,34

Unidade: Euro

Em jeito de balanço e de acordo com a informação disponibilizada neste quadro, as contas do Programa encontram-se praticamente equilibradas, tendo-se encerrado 2012 com um saldo negativo de apenas 14,6 M€, assegurado por operações específicas de tesouraria.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação relativa à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada para as dimensões de categorização previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006 apresenta, em 2012, os resultados registados nos Quadros que se seguem⁹:

| 30

Quadro 2.1.3.1 - Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento¹⁰

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	4305	2.187.440.201	1.205.272.942	55,1%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	431	328.428.390	157.850.847	48,1%
4	Outras formas de financiamento	1	30.000.000	30.000.000	100,0%
TOTAL		4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Em termos de Formas de Financiamento e estando aprovada, a 31 de dezembro de 2012, 95,7% da dotação FEDER do Programa, é possível verificar que a forma privilegiada respeita o inicialmente programado, ou seja, 4.305 operações aprovadas correspondem a ajudas do tipo não reembolsável, apresentando um valor FEDER aprovado de 2.187 M€. O valor destas ajudas não reembolsáveis representa 86% das 4 formas de financiamento identificadas no quadro acima. Esta forma de financiamento abrange operações aprovadas em todos os Eixos Prioritários do Programa.

Estão também efetuadas aprovações segundo a forma de financiamento que respeita a ajudas reembolsáveis, estando estas associadas exclusivamente a operações do Eixo I – Sistemas de Incentivos, cujo valor FEDER aprovado ascende a 328 M€.

Por último, 30 M€ assumem a forma de instrumento de engenharia financeira e respeitam à iniciativa JESSICA, criada de acordo com o estabelecido no Artigo 44º do Regulamento (CE) 1083/2006.

⁹ Em complemento desta informação, veja-se também os elementos apresentados no capítulo 3. Execução por Eixo Prioritário (análise qualitativa), designadamente, a distribuição por NUTS III e área de atividade económica.

¹⁰ Corresponde à Tabela 2.3: Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento (do IFDR).

Quadro 2.1.3.2 - Repartição da contribuição da União por Tipo de Território¹¹

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Aglomeração urbana	3398	1.647.099.881	817.369.098	49,6%
4	Zonas de fraca e muito fraca densidade populacional	390	213.044.565	143.190.449	67,2%
5	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	828	526.545.032	324.426.891	61,6%
0	Não aplicável	121	159.179.113	108.137.351	67,9%
TOTAL		4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

| 31

No que respeita ao Tipo de Território, são novamente de destacar as operações localizadas em aglomerações urbanas, que justificam 1.647 M€ FEDER dos 2.546 M€ aprovados a 31 de dezembro de 2012, com um peso de 65% no montante total aprovado. Se tivermos em conta o valor FEDER executado, as operações aí localizadas representam 59% do valor executado até 31/12/2012.

Seguem-se, ao nível das aprovações, as operações localizadas em zonas rurais e em regiões de fraca e muito fraca densidade, que, com 526 e 213 M€, representam no conjunto 29% do total FEDER aprovado. Em termos de execução FEDER, as operações nestes tipos de territórios apresentam uma taxa de execução de 34%, um desempenho também abaixo da execução relativa à tipologia anterior.

Estas três tipologias de caracterização do território justificam, em conjunto, 94% do FEDER aprovado e 92% do FEDER executado.

De referir, ainda, que as 121 operações sem enquadramento numa determinada dimensão territorial respeitam a projetos com incidência em mais do que uma NUT III/UTQREN e/ou em mais do que um concelho.

Quadro 2.1.3.3 - Repartição da contribuição da União por Atividade Económica¹²

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Agricultura, caça e silvicultura	2	41.505	16.180	39,0%
3	Indústrias alimentares e das bebidas	123	20.226.663	7.637.908	37,8%
4	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	131	29.895.348	10.967.037	36,7%
5	Construção de material de transporte	23	8.584.966	3.871.101	45,1%
6	Indústrias transformadoras diversas	716	189.635.204	73.284.700	38,6%
8	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	60	21.529.063	1.754.679	8,2%
9	Captação, tratamento e distribuição de água	23	27.976.564	22.397.210	80,1%
10	Correios e telecomunicações	1	34.895.600	18.483.301	53,0%
11	Transportes	248	162.978.762	128.106.492	78,6%
12	Construção	510	293.637.402	160.923.156	54,8%

¹¹ Corresponde à Tabela 2.4: Repartição da contribuição da União por Tipo de Território (do IFDR).

¹² Corresponde à Tabela 2.5: Repartição da contribuição da União por Atividade Económica (do IFDR).

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
13	Comércio por grosso e a retalho	534	51.327.010	18.869.731	36,8%
14	Hotéis e restaurantes	105	96.327.819	49.431.249	51,3%
15	Atividades financeiras	1	30.000.000	30.000.000	100,0%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	849	214.011.067	72.881.552	34,1%
17	Administração pública	121	93.682.209	53.266.404	56,9%
18	Educação	401	601.044.355	438.424.291	72,9%
19	Atividades de saúde humana	33	179.060.741	103.167.668	57,6%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	529	287.528.448	120.576.902	41,9%
21	Atividades associadas ao ambiente	112	98.885.793	48.247.492	48,8%
22	Outros serviços não especificados	195	96.235.779	23.740.984	24,7%
0	Não aplicável	20	8.364.293	7.075.751	84,6%
TOTAL		4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

A 31/12/2012, o montante FEDER aprovado por atividade económica distribuía-se prioritariamente pelos sectores da educação (24%) e da reabilitação urbana/construção (12%). Assume ainda alguma relevância o investimento ligado a serviços prestados a empresas, à ação social e serviços coletivos e a transportes (entre os 6 e os 11%). Estes sectores, em conjunto, envolvem 1.033 M€ dos 2.545 M€ de FEDER aprovados (41%).

Os setores de atividade que apresentam melhores taxas de execução FEDER, acima da taxa média do Programa (54,7%), são as atividades financeiras (JESSICA), a captação, tratamento e distribuição de água, a educação, a reabilitação urbana, os transportes, a saúde e a administração pública.

Assim, e no que respeita ao investimento público, os sectores com melhor execução são os sectores que mais cedo iniciaram as aprovações do Programa, ou seja, o ciclo urbano da água, a mobilidade territorial e a educação, fechando 2012 com taxas de execução de 80,4%, 78,5% e 72,9%, respetivamente. A reabilitação urbana, que ocupa a segunda posição em termos de aprovações, dado o momento mais tardio em que estas ocorreram, apresentava em 31/12/2012 uma taxa de execução de 54,8%, o que representa um aumento considerável face ao registado em 2011 (23%).

Em termos de investimentos privados, destaca-se o desempenho dos sectores da hotelaria e hotéis, com 51,3% de execução.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Conforme se verifica no Quadro abaixo, os principais beneficiários do ON.2 são as entidades públicas que detêm 66% do FEDER aprovado, com destaque para as que integram a administração autónoma local, tipologia fundamentalmente representada pelos municípios (77% do total das entidades públicas). No conjunto das entidades públicas, as empresas do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local apresentam um valor de aprovações ainda significativo (9%).

| 33

Quadro 2.1.4.1- Distribuição dos montantes aprovados e executados no ON.2, por tipologia de beneficiários

Tipologia de Entidades Beneficiárias	Fundo			
	Aprovação		Execução	
	Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
Entidades Públicas	1719	1.675.741.636	1.025.117.795	61,2%
Administração Autónoma Local	1508	1.282.257.910	814.678.671	63,5%
Administração Direta Serviços Centrais	3	33.722.033	31.928.859	94,7%
Administração Direta Serviços Periféricos	30	53.139.472	28.277.764	53,2%
Administração Indireta Serviços Personalizados	54	80.617.773	60.796.687	75,4%
Associações Públicas	11	24.270.393	8.041.577	33,1%
Centros de I&D	9	4.034.092	2.106.982	52,2%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	77	157.062.584	76.421.114	48,7%
Instituições do Ensino Superior	34	46.542.973	5.117.084	11,0%
Entidades Privadas	3018	870.126.955	368.005.994	42,3%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	10	3.199.179	758.679	23,7%
Associações empresariais	32	24.773.905	7.228.332	29,2%
Centros de I&D	7	3.954.983	2.056.602	52,0%
Empresa de média dimensão (recomendação 2003/361/CE)	13	4.322.234	2.752.430	63,7%
Entidade Privada sem fins lucrativos	271	255.657.131	116.348.769	45,5%
Fundação	19	8.070.370	3.976.527	49,3%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	39	16.310.199	8.193.991	50,2%
Instituições do Ensino Superior	5	10.897.321	1.027.779	9,4%
Microempresa (recomendação 2003/361/CE)	1312	244.955.746	102.380.210	41,8%
Moradores e suas associações	3	599.982	368.770	61,5%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	1	207.837	14.510	7,0%
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	1306	295.227.458	122.705.055	41,6%
TOTAL	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Quanto ao investimento aprovado para as entidades privadas (34%), os principais beneficiários são as pequenas e microempresas, as quais beneficiam dos apoios concedidos no âmbito do Eixo I – Sistemas de Incentivos (62% do total das entidades privadas). É ainda de salientar o investimento aprovado em projetos de tipologia pública de que são beneficiárias entidades privadas sem fins lucrativos (29% do total das entidades privadas).

Relativamente a 2011, em que a distribuição foi de 70% para as entidades públicas e de 30% para as entidades privadas, verifica-se um aumento relativo do investimento aprovado para entidades privadas face ao investimento público, o que resulta das opções estratégicas iniciadas em 2011 e reforçadas no âmbito da Reprogramação Estratégica do QREN, com o objetivo de aumentar a dotação FEDER para os investimentos na modernização do tecido produtivo, em especial das PME.

Ao nível da execução, são as entidades públicas que mais contribuíram para a taxa de execução de 2012 do Programa. Se considerarmos a taxa média de execução, os melhores valores das taxas de execução face aos respetivos montantes aprovados são as registadas pelas entidades da administração direta central do Estado, pelos serviços personalizados do Estado e pelas entidades da administração autónoma local, com relevância para os municípios.

| 34

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Do total de oito ações de controlo que, em 2012, incidiram sobre o Programa Operacional¹³, duas ações concluíram por propostas de correção financeira cujos valores globais constam do Quadro infra.

Quadro 2.1.5.1 – Ações de controlo com propostas de correção financeira

Processo	Designação	Nº de Operações Auditadas	Propostas de Correção Financeira (Valores Globais das Operações da Amostra)
Autoridade de Auditoria – IGF			
PROCESSO N.º 2012/12/A2/525	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo dos organismos intermédios com contratos de delegação de competências, com subvenção global, celebrados com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte - (ON.2)	6	103.227,17 €
Controlo Estrutura Segregada – IFDR			
Auditoria nº1/12/SC1/Norte	Auditoria em operações no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2011 a 31-12-2011	26	5.999.343,08 €

Durante este mesmo ano, apenas se deu por concluído um processo relativo a uma situação de irregularidade enquadrada no previsto do n.º 3 do artigo 98.º do Regulamento CE 1083/2006, conforme a seguir indicado.

¹³ No ponto 2.7.1 deste Relatório, na parte respeitante ao Sistema de Gestão e Controlo (Auditorias), encontram-se tratadas em detalhe as auditorias realizadas em 2012 pelo Tribunal de Contas Europeu, pela Comissão Europeia, pela Inspeção-Geral de Finanças e pelo IFDR.

Quadro 2.1.5.2 - Apoios restituídos não reutilizados

Código da Operação	Designação da Operação	Montante da Despesa Irregular	Montante FEDER associado
NORTE-10-0241-FEDER-000137	Requalificação dos Edifícios de Vila D Este - Fase 1	51.975,38€	41.580,30€

Neste âmbito e dando-se cumprimento ao estipulado no referido artigo, a Comissão Diretiva do Programa aprovou a reformulação financeira desta operação, deduzindo ao investimento elegível um montante de 1,07% do seu valor, de modo a corrigir não apenas a despesa considerada não elegível (1.910,67 €) no âmbito da Auditoria em Operações n.º 1/2011/SC1/Norte, da responsabilidade do IFDR, mas também a despesa não elegível apurada para além da amostra (50.064,71 €). Esta decisão garante que o fundo libertado por esta correção não seja reutilizado na operação, podendo ser utilizado, assim, em novas aprovações do Programa.

Já no que respeita a situações de alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação a uma determinada operação, como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do mesmo Regulamento, a Autoridade de Gestão do ON.2, com exceção da situação relatada no ponto 2.5 do presente Relatório, não verificou, em 2012, alterações significativas ocorridas ao nível das operações aprovadas que afetem a sua natureza ou que tenham proporcionado vantagens indevidas a empresas ou organismos públicos.

Esta exceção, não teve expressão, em termos de apoio restituído, uma vez que o respetivo processo de recuperação não teve início no ano de 2012.

De referir também que, durante o ano de 2012, no âmbito dos Pedidos de Certificação de Despesas apresentados por esta Autoridade de Gestão junto da Autoridade de Certificação, foram suspensas por esta última entidade, como medida preventiva, diversas despesas no montante global de 3,7 M€, conforme quadro abaixo:

Quadro 2.1.5.3 - Apoios suspensos pelo IFDR

Entidade responsável pela Auditoria	Número de Operações	Montante da Despesa Irregular	Montante FEDER associado
DG REGIO	1	2.883,12 €	2.450,65 €
IFDR/UC/NCDD - Ação CIM	9	525.495,66 €	446.671,31 €
IFDR/UCA/EAS - Amostra 2011	8	599.343,08 €	484.297,06 €
IGF - Auditoria CIM	7	2.172.129,20 €	1.846.309,83 €
IGF - Supervisão da atividade de controlo sobre operações	2	389.200,00 €	323.290,00 €
Total Geral	27	3.689.051,06 €	3.103.018,85 €

Sublinhe-se que a suspensão de despesas efetuada pelo IFDR contempla todos os casos em que ainda não foi possível determinar em definitivo os valores a corrigir, por estar a decorrer o *follow-up* das recomendações, designadamente, em sede de reanálise junto das entidades de controlo, pelo

que o procedimento adotado pela Autoridade de Certificação tem carácter meramente preventivo e, caso se venha a concluir pela regularidade de algumas das despesas, as mesmas poderão vir a integrar a certificação de despesas à Comissão Europeia.

2.1.6 Análise Qualitativa

| 36

Feito o ponto de situação do Programa e identificados os principais progressos conseguidos nas vertentes física e financeira, pretende-se agora efetuar uma análise qualitativa dessa realização por referência aos objetivos e às metas fixadas para o ON.2, em especial, às prioridades temáticas relevantes para a Estratégia de Lisboa. Nesta análise, tenta relevar-se alguns elementos de síntese, devendo ser complementada com os dados e com a reflexão explicitados noutros pontos deste relatório, designadamente:

- a) no ponto 2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação, onde se apresenta a análise possível do contributo do Programa para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- b) no ponto 2.6.1. Complementaridade com outros programas, onde se alude ao nível de progresso da execução do Programa no contexto do QREN;
- c) nos pontos 2.7.1.4 Organismos Intermédios e Subvenções Globais e 2.7.1.5 Outras Parcerias, Resultados de acordos de parcerias estabelecidos no âmbito do Programa, bem como a estratégia a desenvolver para criação de novas sinergias;
- d) no capítulo 3, relativo à realização por Eixos prioritários.

Relembra-se que esta apreciação já considera a reprogramação aprovada pela Comissão Europeia em dezembro de 2012.

Enquadramento Normativo

Como se referiu aquando da apresentação do Programa e adiante se detalha¹⁴, o ano de 2012 viu acontecer um conjunto de alterações do enquadramento programático e regulamentar da gestão do Programa, destacando-se, pela sua importância, a reprogramação estratégica do QREN e do ON.2, bem como um conjunto de orientações emitidas pela CMC do QREN e as alterações transversais aos vários Regulamentos Específicos aplicáveis aos PO regionais.

¹⁴ Ver, por exemplo, os pontos “2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do programa e medidas tomadas” e , no capítulo 3, os relativos à “Análise qualitativa” de cada eixo.

Da reprogramação do ON.2 resultou uma redução global da dotação em 50 M€ (destinados a reforçar o POFC), a inclusão de novas elegibilidades, a transferência de elegibilidades e compromissos para o POVT e, em consequência disso, uma nova distribuição interna de recursos, com revisão das metas e da tabela de *earmarking*.

Em estreita articulação com esta reprogramação estratégica e de modo a permitir a reafetação de verbas às prioridades identificadas e a aceleração da execução dos programas, a RCM n.º 33//2012, de 15 de março (“Operação Limpeza”), determinou a adoção de medidas corretivas dos elevados montantes comprometidos em projetos sem execução financeira, enquanto outras deliberações da CMC do QREN estabeleceram regras instrumentais que visavam a concretização desses objetivos, designadamente através da suspensão temporária de decisões de aprovação de novos compromissos e a definição de uma metodologia de monitorização da execução dos projetos municipais.

| 37

Estas alterações foram complementadas com ajustamentos transversais aos Regulamentos Específicos aplicáveis às tipologias financiadas pelos vários PO do QREN, prevendo a possibilidade de adoção da modalidade de convite para a apresentação de candidaturas e introduzindo alterações nas taxas de cofinanciamento de certas categorias de beneficiários e de operações (entidades que contribuem para o perímetro orçamental e algumas tipologias de intervenção consideradas prioritárias e fortemente dependentes da intervenção pública, como é o caso das infraestruturas científicas e tecnológicas).

Para além destas alterações transversais e de alguns ajustamentos relativos a algumas tipologias do SI Qualificação de PME (criação do “Vale Energia ou Ambiente”, do “Vale Empreendedorismo” e do “Vale Internacionalização”) e às entidades a contratar para prestação dos serviços de apoio, não são de assinalar, em 2012, mudanças significativas nos Regulamentos Específicos aplicáveis ao ON.2. Registe-se que as novas tipologias decorrentes da reprogramação foram acomodadas no âmbito de Regulamentos já existentes.

A apreciação possível, nesta fase, leva-nos a considerar que as medidas e as alterações foram justificadas face às alterações do contexto e às necessidades identificadas, esperando-se que, no curto e médio prazo, se venham a sentir os seus efeitos na melhoria das condições de investimento das empresas e na promoção do emprego dos jovens. Não suprimindo outros constrangimentos que continuam a limitar a intervenção dos promotores, o mecanismo *Top-Up* e a alteração das taxas de cofinanciamento tiveram já repercussões claras, facilitando a concretização do investimento público e a execução dos projetos.

Por sua vez, a libertação de verbas para afetação às novas prioridades revelou-se mais difícil e morosa, exigindo um processo de sensibilização e de negociação com os promotores, bem como uma gestão orçamental cuidada, com recurso ao mecanismo de *overbooking*, nalguns casos de forma

transitória, de modo a não inviabilizar a atempada afetação de verbas aos novos compromissos. Globalmente, contudo, é possível concluir que estes esforços se revelaram frutíferos, permitindo afetar à Iniciativa JESSICA as dotações previstas na reprogramação, abrir vários novos avisos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, divulgar avisos para apresentação de candidaturas a apoiar no âmbito do programa “Impulso Jovem” e na medida relativa às esquadras, bem como retomar a aprovação de vários PROVERE e de equipamentos escolares ainda pendentes.

Esta apreciação é corroborada no relatório da “Equipa Conjunta de Monitorização da Execução dos Compromissos dos Municípios Programas Operacionais Regionais do Continente das regiões Convergência”, apresentado em março de 2013. Aí se conclui que os objetivos fixados pelo Despacho nº 11670/2012 foram genericamente atingidos, quantificando-se em 85% o seu nível de cumprimento:

“Na libertação de recursos estimados em 250 M€ nas operações de iniciativa municipal, nos PO Norte, Centro e Alentejo, ainda que as metas atingíveis, sempre inferiores à meta fixada, sejam concretizáveis apenas numa fase mais adiantada do encerramento das operações e dos PO,

Na afetação prioritário dos recursos libertados a projetos inseridos nos programas Impulso Jovem e Equipamentos Escolares,

Na avaliação contínua da capacidade de concretização por parte dos municípios dos projetos por estes executados.”

Assim, no universo das operações de iniciativa municipal, desde o início de agosto de 2012 até ao final do ano, o Programa ON.2:

- a) descativou 38,3 M€, através da anulação de operações e da revisão em baixa das decisões de aprovação;
- b) viu melhorado o nível de execução financeira (validação de despesa e pagamentos) destes projetos;
- c) reduziu o FEDER alocado a operações com evidentes dificuldades de realização;
- d) afetou 32,1 M€ ao “Impulso Jovem” e 33,2 M€ a novas Escolas EB23.

Em todos os PO, o único indicador da normal e atempada realização das operações que não registou uma evolução positiva foi o que mede a capacidade de execução no prazo previsto na fase de candidatura, registando-se uma especial incidência deste problema no Programa ON.2, com 1.022 operações que haviam já ultrapassado o prazo previsto. Como se procura explicar no referido relatório, isso poderá dever-se sobretudo às “limitações orçamentais para a execução do investimento público e do efeito de outros fatores exógenos, tais como insolvências de empresas adjudicatárias, demora na obtenção de Vistos do Tribunal de Contas, ou conclusão de necessários trabalhos de

arqueologia não previstos”. No caso do ON.2, acresce ainda o facto de muitos projetos relativos aos Centros Escolares aguardarem o esclarecimento das dúvidas suscitadas sobre a interpretação das normas sobre a elegibilidade de contrapartidas em espécie, o que só veio a ocorrer já em 2013.

Concursos e Processo de Seleção

| 39

Até ao final do ano de 2012, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento de 381 concursos, com especial incidência no âmbito do Eixo 1 (Sistemas de Incentivos) e da vertente contratualizada do Eixo 4, respetivamente, com 29 e 24% do total.

Nessa data, encontravam-se já encerrados 96% dos concursos e decididos 80%. A maioria dos avisos que permaneciam abertos no final do ano reportava-se aos Sistemas de Incentivos, apresentando os restantes Eixos/vertentes uma expressão residual. No Eixo 3, não foi aberto qualquer novo concurso em 2012.

Quadro 2.1.6.1 – Indicadores gerais do processo de seleção nos concursos e/ou períodos de candidatura até final de 2012¹⁵

Eixo Prioritário/ Vertente	Dotação de Fundo	Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura							
		Total até 31-12-2012		Em aberto a 31-12-2012		Encerrados a 31-12-2012			
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos Nº	Fundo cand. Aprovadas
Total PO	2.786.190.116	381	2.696.197	16	61.187	365	2.635.009	304	2.815.988
Eixo Prioritário 1	1.126.205.799	190	1.076.104	14	46.798	176	1.029.306	142	1.061.527
Sistemas de Incentivos	550.300.000	109	536.850	13	39.000	96	497.850	77	669.088
Contratualização	50.562.233	32	45.911		0	32	45.911	24	28.366
Outros	525.343.566	49	493.344	1	7.798	48	485.546	41	364.073
Eixo Prioritário 2	292.190.903	46	290.391	1	2.390	45	288.001	29	210.583
Contratualização	33.972.470	16	32.672		0	16	32.672	12	39.340
Outros	258.218.434	30	257.718	1	2.390	29	255.329	17	171.243
Eixo Prioritário 3	237.585.195	25	237.435		0	25	237.435	23	299.981
Contratualização	1.295.373	5	1.145		0	5	1.145	4	2.427
Outros	236.289.822	20	236.290		0	20	236.290	19	297.555
Eixo Prioritário 4	1.064.683.219	106	1.026.741	1	12.000	105	1.014.741	96	1.192.262
Contratualização	628.908.946	91	590.967		0	91	590.967	83	647.575
Outros	435.774.273	15	435.774	1	12.000	14	423.774	13	544.686
Eixo Prioritário 5	65.525.000	14	65.525		0	14	65.525	14	51.635
Outros	65.525.000	14	65.525		0	14	65.525	14	51.635

Unidade: Milhares de euros

¹⁵ Os dados constantes deste quadro correspondem ao anexo XII da Norma IFDR e ao anexo C.12 que integra este Relatório. Salienta-se que, nesse âmbito, são contabilizados como “Avisos” as diferentes fases de um mesmo concurso da modalidade “em contínuo” dos Sistemas de Incentivos.

Do ponto de vista financeiro, os concursos lançados correspondem a 105% da dotação programada, sendo os principais contribuintes do fundo aberto a concurso os Eixos 1 (40%) e 4 (38%), mais concretamente, a vertente contratualizada do Eixo 4 (22%) e os Sistemas de Incentivos (20%), seguidos das vertentes não contratualizadas dos Eixos 1 (18%) e 4 (1%).

O FEDER aprovado nos concursos decididos ultrapassou ligeiramente a dotação indicativa disponibilizada nos respetivos avisos. Face ao respetivo fundo programado, o valor das aprovações correspondiam à assunção de um *overbooking* global que resulta, sobretudo, da metodologia aprovada para os sistemas de incentivos¹⁶ e do *overbooking* autorizado a título transitório para algumas tipologias dos Eixos 3 e 4, enquanto se aguarda a transferência de projetos para o POVT.

O quadro seguinte permite constatar que os Sistemas de Incentivos são, de longe, a vertente do Programa com mais procura, registando 64% do total de candidaturas apresentadas (7.416 em 11.625). Seguem-se-lhe o Eixo 1 (tipologias cuja gestão está diretamente a cargo da AG) e as várias vertentes do Eixo 4.

O custo médio das candidaturas aprovadas ronda os 800 mil euros, sendo ligeiramente superior ao do universo das candidaturas apresentadas. Excluindo as operações de assistência técnica, verifica-se que os custos médios mais elevados estão associados aos eixos/vertentes que acolhem as Escolas EB23 (Eixo 3), os Centros Escolares do 1º Ciclo (Eixo 4) e as infraestruturas científicas e tecnológicas (Eixo 1).

Quadro 2.1.6.2 – Nº de candidaturas e custo médio unitário nos concursos e/ou períodos de candidatura até final de 2012

Eixo Prioritário/ Vertente	Candidaturas apresentadas		Candidaturas admitidas		Candidaturas aprovadas	
	Nº	Custo total médio por candidatura	Nº	Custo total médio por candidatura	Nº	Custo total médio por candidatura
Total PO	11.625	781	7.553	796	5.658	799
Eixo Prioritário 1	8.778	609	5.129	542	3.756	523
Sistemas Incentivos	7.416	567	4.148	443	3.356	420
Contratualização	115	752	72	670	56	647
Outros	1.247	844	909	984	344	1.513
Eixo Prioritário 2	427	1.075	339	1.168	238	1.256
Contratualização	52	1.021	49	1.066	43	1.127
Outros	375	1.082	290	1.185	195	1.285
Eixo Prioritário 3	659	1.375	476	1.477	278	1.753
Contratualização	8	448	8	448	6	565
Outros	651	1.386	468	1.495	272	1.779
Eixo Prioritário 4	1.706	1.345	1.557	1.320	1.336	1.266
Contratualização	752	1.595	709	1.581	580	1.562
Outros	954	1.148	848	1.102	756	1.040
Eixo Prioritário 5	55	1.422	52	1.487	50	1.538
Outros	55	1.422	52	1.487	50	1.538

Unidade: Milhares de euros

¹⁶ Aprovada por Despacho exarado pelo Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, a 22 de outubro de 2012.

Relativamente aos indicadores que caracterizam os processos de seleção e de decisão, pode observar-se no Quadro 2.1.6.3 que o tempo médio de decisão sobre as candidaturas apresentadas é de 110 dias, revelando um desvio assinalável face ao tempo previsto. Globalmente considerados, os sistemas de incentivos e a vertente contratualizada dos vários eixos apresentam os menores períodos de análise¹⁷. Tendo por referência os períodos estimados em sede dos Avisos, os menores desvios relativos são os registados nos sistemas de incentivos, na vertente contratualizada do Eixo 2 e na vertente não contratualizada do Eixo 4.

| 41

Não obstante poder concluir-se que seria desejável encurtar estes períodos de decisão, estes dados não autorizam um juízo conclusivo sobre os vários fatores explicativos, embora estes estejam certamente relacionados não só com as características das candidaturas (número e concentração em determinados períodos; diversidade - mais ou menos tipificáveis; natureza – imateriais, equipamentos, infraestruturas), mas também com a dimensão e a capacidade de resposta das equipas responsáveis (vários Organismos Intermédios, no caso dos Sistemas de Incentivos; CIM, no caso da vertente contratualizada; secretariados técnicos da Autoridade de Gestão, nas restantes).

Como se evidencia no quadro seguinte, da análise às 11.625 candidaturas apresentadas ao Programa resultou uma taxa de admissibilidade média de 65%, verificando-se o maior nível de seletividade nas diversas vertentes do Eixo 1. Já no que se refere ao custo total, globalmente, apenas o Eixo 1 registou níveis de admissibilidade inferiores à média do Programa. Estes distintos níveis de seletividade poderão ser explicados por uma conjugação de fatores onde se destaca os níveis de procura, a exigência determinada pelos regulamentos/avisos ou a dificuldade dos promotores em instruírem as candidaturas assegurando o cumprimento das condições exigidas.

Já no que toca à taxa de aprovação face às candidaturas apresentadas, salienta-se que os Eixos 3 e 1 apresentam um maior grau de seletividade, com taxas de aprovação que ficam aquém da verificada no Programa (48,7%). A contratualização apresenta valores de aprovação iguais ou superiores à média em todos os Eixos, sendo a vertente não contratualizada do Eixo 1 a que se revelou mais seletiva.

¹⁷ Não são consideradas nesta análise, pela sua especificidade, as operações de assistência técnica.

Quadro 2.1.6.3 – Indicadores de processo relativos aos concursos e/ou períodos de candidatura até ao final de 2012

Eixo Prioritário/ Vertente	Candidaturas apresentadas		Tempos médios de decisão		Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)		Taxa de contratação (contratos/ aprovadas)	
	Nº	Custo total médio por candid.	Dias previstos	Dias efetivos	Candid.	Custo total	Candid.	Custo total	Candid.	Fundo
Total PO	11.625	781	62	110	65,0%	66,2%	48,7%	49,8%	82,9%	93,0%
Eixo Prioritário 1	8.778	609	61	88	58,4%	52,0%	42,8%	36,7%	75,0%	83,0%
Sistemas de Incentivos	7.416	567	63	72	55,9%	43,7%	45,3%	33,5%	73,3%	75,6%
Contratualização	115	752	58	99	62,6%	55,7%	48,7%	41,8%	100,0%	100,0%
Outros	1.247	844	61	181	72,9%	85,0%	27,6%	49,4%	87,8%	95,4%
Eixo Prioritário 2	427	1.075	64	177	79,4%	86,3%	55,7%	65,2%	95,4%	96,9%
Contratualização	52	1.021	56	78	94,2%	98,4%	82,7%	91,2%	100,0%	100,0%
Outros	375	1.082	69	195	77,3%	84,7%	52,0%	61,7%	94,4%	96,2%
Eixo Prioritário 3	659	1.375	80	172	72,2%	77,6%	42,2%	53,8%	99,3%	99,7%
Contratualização	8	448	46	113	100,0%	100,0%	75,0%	94,7%	100,0%	100,0%
Outros	651	1.386	87	173	71,9%	77,5%	41,8%	53,6%	99,3%	99,7%
Eixo Prioritário 4	1.706	1.345	58	139	91,3%	89,6%	78,3%	73,7%	99,0%	99,1%
Contratualização	752	1.595	47	88	94,3%	93,5%	77,1%	75,5%	99,3%	99,3%
Outros	954	1.148	123	181	88,9%	85,3%	79,2%	71,8%	98,7%	98,9%
Eixo Prioritário 5	55	1.422	70	46	94,5%	98,8%	90,9%	98,3%	100,0%	100,0%
Outros	55	1.422	70	46	94,5%	98,8%	90,9%	98,3%	100,0%	100,0%

Unidade: Milhares de euros

Por último, apresentam-se alguns elementos relativos à dinâmica de anulações/rescisões de operações, salientando que entre estas se inclui as operações já transferidas para o POVT, na sequência da primeira reprogramação do ON.2, e inseridas nos Eixos 3 (Metro do Porto) e 4 (Ciclo Urbano da Água).

Quadro 2.1.6.4 - Operações anuladas/rescindidas, por Eixo a 31/12/2012

Eixos Prioritários	Operações Decididas ¹⁸		Operações Anuladas/Rescindidas		Taxa Anulação
	N.º Operações	FEDER	N.º Operações	FEDER	
EP 1	3756	1.061.526.743	767	148.906.018	14,0%
EP 2	238	210.583.218	17	18.116.159	8,6%
EP 3	323	310.020.355	69	43.153.027	13,9%
EP 4	1369	1.319.307.976	146	197.029.988	14,9%
EP 5	50	51.635.491			0,0%
Total PO	5736	2.953.073.783	999	407.205.192	13,8%

Unidade: Euros

¹⁸ Inclui operações aprovadas, contratadas e encerradas.

A realização física e financeira das operações

Atentas as considerações apresentadas nos pontos anteriores e as constantes da análise por eixos, procura-se apresentar aqui uma visão global das realizações físicas e financeiras do Programa e fazer uma breve análise por referência aos objetivos e às metas definidas.

Como se sinaliza no quadro seguinte, globalmente e numa ótica financeira, são os Eixos 4 e 3 e o conjunto vertentes da Contratualização que apresentam melhores níveis de concretização, medida pela taxa de execução, enquanto os Eixos 1 e 2 registam os valores mais baixos e muito próximos. São de assinalar, com valores claramente acima da média do Programa, a vertente contratualizada do Eixo 4, onde pontuam os Centros Escolares, bem como o conjunto de tipologias do Eixo 3 geridas diretamente pela AG. Embora a evoluir de forma positiva, as vertentes contratualizada e gerida pela AG do Eixo 1 são as que mais se distanciam da taxa de execução média do ON.2. Como se referiu anteriormente, sem prejuízo de as dificuldades financeiras dos promotores poderem ter um impacto diferencial nas várias tipologias e beneficiários, este atraso relativo dever-se-á também ao arranque mais tardio e à complexidade de algumas operações.

| 43

Quadro 2.1.6.5 – Principais indicadores de realização financeira, por Eixo/Vertente, a 31/12/2012

Eixo Prioritário/ Vertente	FEDER Programado (PR)	Nº Operações	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamentos. (PG/AP)
EP 1	962.002.177	2.989	94,9%	36,8%	38,8%	41,0%
Sistemas de Incentivos	481.800.000	2.616	110,3%	46,0%	41,7%	45,2%
Contratualização	44.719.557	55	63,2%	31,0%	49,0%	50,5%
Outros	435.482.620	318	81,0%	27,2%	33,5%	33,7%
EP 2	230.406.824	221	83,5%	36,9%	44,1%	46,8%
Contratualização	41.965.406	43	93,7%	58,4%	62,3%	67,6%
Outros	188.441.418	178	81,3%	32,1%	39,4%	41,4%
EP 3	260.814.425	254	102,3%	60,8%	59,4%	60,9%
Contratualização	2.426.572	6	100,0%	45,6%	45,6%	47,8%
Outros	258.387.853	248	102,3%	60,9%	59,5%	61,0%
EP 4	1.133.512.510	1.223	99,0%	67,3%	67,9%	67,7%
Contratualização	623.795.419	566	101,3%	79,3%	78,3%	78,2%
Outros	509.717.091	657	96,2%	52,6%	54,7%	54,2%
EP 5	74.909.197	50	68,9%	44,4%	64,4%	71,6%
Outros	74.909.197	50	68,9%	44,4%	64,4%	71,6%
Sistemas de Incentivos	481.800.000	2.616	110,3%	46,0%	41,7%	45,2%
Contratualização	712.906.954	670	98,5%	74,9%	76,1%	76,4%
Outros	1.466.938.179	1.451	89,5%	43,5%	48,6%	49,3%
Total PO	2.661.645.133	4.737	95,7%	52,3%	54,7%	55,9%

Unidade: Euros

Analisando agora a dimensão física da realização do Programa deve salientar-se o facto de a maioria dos indicadores comuns comunitários e dos indicadores de eixo apresentarem já realização

contratada. O Quadro 2.1.6.6 permite evidenciar, de forma sintética, um ponto de situação global dos Indicadores por nível de realização contratada face às metas¹⁹.

Atente-se na significativa consonância entre o cumprimento das metas programadas e a previsão de realização considerada nas operações contratadas, no que toca aos *core indicators* (Indicadores Comuns Comunitários).

Se tivermos em conta os indicadores de Eixo, como se detalha no Capítulo 3, apenas 6 indicadores relativos às novas tipologias associadas ao Objetivo Específico 5 (Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade (especialmente) dos ativos jovens em situação de desemprego) não apresentam operações contratadas. Refira-se, ainda, um conjunto de 7 indicadores, maioritariamente de resultado e associados ao Eixo 1, para os quais, apesar de já se registarem candidaturas contratadas e iniciadas, não é ainda possível disponibilizar dados (ex.: “Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas”).

| 44

Quadro 2.1.6.6 – Indicadores por nível de realização contratada face às metas, a 31/12/2012

Indicadores (nº)		Sem meta fixada		<50%	50-75%	75-100%	100-125%	125-150%	>150%
ICC (35) ²⁰	100%	37%		-	-	14%	34%	6%	9%
Indicadores de Eixo (77)		Sem dados ²¹	Não iniciada ²²	<50%	50-75%	75-100%	100-125%	125-150%	>150%
EP 1 (28)	100%	14%	21%	11%	11%	-	29%	4%	11%
EP 2 (14)	100%	7%	-	29%	7%	21%	7%	-	29%
EP 3 (12)	100%	-	-	8%	17%	33%	33%	-	8%
EP 4 (19)	100%	-	-	-	5%	32%	21%	16%	26%
EP 5 (4)	100%	50%	-	-	25%	25%	-	-	-

Os restantes indicadores apresentam níveis bastante razoáveis de implementação, pelo que, como se evidencia no ponto 2.1.1. – Realização Física, sem prejuízo de eventuais ajustamentos pontuais, prevê-se que a generalidade das metas definidas possa ser cumprida até 2015, considerando uma normal evolução das atuais condições (ex.: dotação disponível para novas aprovações, procura, ritmo médio de execução). De facto, embora haja ainda algum caminho a fazer no sentido de assegurar o cumprimento das metas, deve recordar-se que os dados de “realização executada” traduzem a realização associada aos projetos fisicamente concluídos, pelo que um número assinalável de projetos quase terminados mas ainda não dados como “concluídos” e outros mais tardiamente aprovados contribuirão, a breve trecho, para uma redução significativa desse hiato.

¹⁹ Para maior detalhe, veja-se também o ANEXO C.5 - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União), a que corresponde o Anexo V do IFDR.

²⁰ Não são considerados os 6 indicadores que deixaram de ser aplicáveis ao ON.2, relativos a tipologias transferidas/a transferir para o POVT (indicadores nºs 17, 22, 25, 26, 27 e 29).

²¹ Consideram-se nesta categoria os indicadores de resultado para os quais ainda não está disponível informação válida.

²² Consideram-se nesta categoria os indicadores relativos às novas tipologias que o ON.2 passou a integrar após a reprogramação e que ainda não têm associada realização contratada (indicadores nºs 7, 62, 66 e 68).

Esta apreciação é corroborada pela análise da repartição do FEDER por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa (vulgarmente conhecida como “tabela de *earmarking*”)²³.

Como se explicita no quadro seguinte, continua a verificar-se uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 nas prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego.

Quadro 2.1.6.7 - Relevância dos Temas “Earmarking” na Programação, Aprovações e Execução (31/12/2012)

| 45

Temas Prioritários	Programação		Aprovação		Execução	
	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER
Total c/ contributo ON.2	63	2.661.645.133	52	2.545.868.591	51	1.393.123.789
Contributo para <i>Earmarking</i>	40	1.950.916.807	30	1.837.650.317	29	981.184.413
% <i>Earmarking</i> / Total		73,3%		72,2%		70,4%

Relembra-se que a reprogramação do ON.2 atrás apresentada determinou uma revisão da tabela de *earmarking*, designadamente, o reforço da dotação das rubricas dedicadas aos Sistemas de Incentivos e às novas tipologias elegíveis (7, 62, 66 e 68), passando o valor *earmarking* de 72,0% para 73,3%.

Analisando mais em detalhe a despesa de *Earmarking* no conjunto das operações aprovadas, tal com consta do Quadro seguinte, destaca-se o volume financeiro associado às aprovações nas áreas temáticas prioritárias “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo” e “Investimento em infraestruturas sociais”, respetivamente, com cerca de 41% e 30% da contribuição para o *Earmarking*. Na primeira área temática evidencia-se o contributo do indicador “Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)”, enquanto a segunda área prioritária está exclusivamente associada ao tema “Infraestruturas de ensino”.

²³ O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, no seu artigo 9º, n.º 3, determina que os Estados-Membros devem cumprir metas mínimas de despesa, com base em categorias de despesas estabelecidas face a prioridades definidas a nível europeu, como forma de garantir a concretização dos objetivos da Agenda de Lisboa. Aquele Regulamento determina, ainda, que o cumprimento destas metas indicativas será aferido com base na execução média do período 2007-2013, por objetivo.

Quadro 2.1.6.8 - Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição da União)²⁴

Designação da Área Temática Prioritária Earmarking	Programado (PR)		Nº Proj.		FEDER Aprovado (AP)		Tx AP/PR	Executado (EX)		Tx EX/AP
	Montante	%		%	Montante	%		Montante	%	
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo (Tema 1 a 9)	771.602.420	40%	2623	71%	752.872.024	41%	97,6%	272.420.848	28%	36,2%
Sociedade da informação (Tema 10, 11, 13, 14 e 15)	120.219.052	6%	171	5%	114.241.876	6%	95,0%	72.951.172	7%	63,9%
Transportes (Temas 16, 26, 28, 29 e 30)	32.184.078	2%	2	0%	26.139.864	1%	81,2%	13.237.173	1%	50,6%
Energia (Tema 40, 41 e 43)	35.507.650	2%	83	2%	24.607.461	1%	69,3%	4.703.756	0%	19,1%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos (Tema 44, 45, 46 e 53)	9.872.504	1%	59	2%	37.258.193	2%	377,4%	25.466.886	3%	68,4%
Reabilitação urbana e rural (Tema 61)	353.949.897	18%	368	10%	303.646.318	17%	85,8%	180.663.352	18%	59,5%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários (Tema 62 a 64)	17.185.278	1%	15	0%	8.542.632	0%	49,7%	1.474.717	0%	17,3%
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade (Tema 65 a 70)	71.382.996	4%	14	0%	10.084.844	1%	14,1%	4.947.279	1%	49,1%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos (Tema 71)	1.424.942	0%	0	0%	0	0%	0,0%	0	0%	#DIV/0!
Melhorar o capital humano (Tema 73 e 74)	2.587.989	0%	1	0%	1.080.665	0%	41,8%	909.949	0%	84,2%
Investimento em infraestruturas sociais (Tema 75)	535.000.000	27%	372	10%	559.176.440	30%	104,5%	404.409.281	41%	72,3%
TOTAL Earmarking	1.950.916.806	100%	3708	100%	1.837.650.317	100%	94,2%	981.184.413	100%	53,4%
TOTAL Temas Prioritários	2.661.645.132		4737		2.545.868.591		95,7%	1.393.123.789		54,7%

Unidade: Euros

A manutenção de uma maior concentração do FEDER atribuído pelo ON.2 nestas temáticas reflete a orientação do Programa na prossecução das prioridades da União Europeia no âmbito da promoção da competitividade e de criação de emprego, englobando todos os projetos de apoio à inovação produtiva nas empresas, ou seja, o estímulo à competitividade pela via da criação de novos serviços ou de produtos inovadores, pela aposta em novos processos produtivos e em expansão de atividades em sectores com alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas.

Já a relevância das aprovações nas Infraestruturas de Ensino traduz a aposta na qualificação dos estabelecimentos de ensino e na disponibilização aos cidadãos de mais e melhores condições de aprendizagem e de formação.

Com exceção dos temas mais associados às tipologias recentemente incorporadas no PO, o investimento aprovado nas restantes áreas temáticas está em linha com o previsto, registando-se apenas um ligeiro atraso na aprovação de operações que contribuam para a área da “Energia”, pelas razões que se explicitam no Capítulo 3.1., bem como a ultrapassagem dos valores previstos para as áreas da “Proteção do ambiente e prevenção de riscos” e do “Investimento em infraestruturas sociais”.

²⁴ Corresponde à Tabela 2.7.: Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição da União).

Reembolsos

No que respeita à atribuição de incentivo reembolsável, importa recordar a existência de apoios desta natureza no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Este tipo de cofinanciamento tem origem, essencialmente, no Sistema de Incentivos à Inovação, estando-lhe associado um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital (reembolso), que diferem com o tipo de projetos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projetos do sector do turismo.

| 47

Decorrente do incentivo reembolsável já pago aos beneficiários, verifica-se terem já ocorrido até ao final de 2012 reembolsos no montante de 1.763.346,52 Euros. Veja-se que, em sede de aprovação, o montante inicialmente previsto para o mesmo período era de 3.963.708,40 Euros, sendo que a diferença se deverá essencialmente a ajustamentos aos planos de reembolsos ainda não refletidos no Sistema de Informação.

2.2. Informação sobre a conformidade com o Direito Comunitário

2.2.1. Regras da Concorrência

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas. No entanto, pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem fatores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 107.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 107º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, a saber: i) os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 do Conselho de 7 de maio (em 2008 foi publicado o Regulamento de Isenção por Categoria – Regulamento (CE) 800/2008); ii) os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis*.

A regra *de minimis* foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 107.º e, por conseguinte, não sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 108.º. Não são, assim,

considerados auxílios estatais na aceção do n.º 1 do artigo 107.º. Devido ao seu reduzido valor, não são considerados incompatíveis com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia. Este tipo de auxílios é concedido num período de três exercícios financeiros, não podendo exceder, nesse período, o limiar fixado para este efeito. Esse limiar foi inicialmente de 200.000 Euros, sendo que na sequência das medidas prevista na Comunicação da Comissão Europeia - “Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica” (2009/C 16/01, de 22 de janeiro), foi permitido o seu alargamento até ao limiar de 500.000 Euros. Esta medida foi transposta para o quadro regulamentar nacional através da publicação da Portaria 184/2009, de 20 de fevereiro, aplicando-se o novo limiar a todos os apoios concedidos entre 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

| 48

Tendo presente que se mantinham os constrangimentos relativos ao normal funcionamento da economia portuguesa, que levaram à adoção da Portaria 184/2009, de 20 de fevereiro, cuja vigência terminou em 31 de dezembro de 2010, e na sequência da revisão efetuada pela Comissão Europeia ao «Quadro temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica», a Portaria 70/2011, de 9 de fevereiro, determinou a utilização da margem do limite de acumulação de ajudas de *minimis* previsto pela referida comunicação (n.º 2.2) em todos os regimes de auxílio em aplicação pelo Estado Português implementados ao abrigo do Regulamento (CE) 1998/2006, da Comissão, de 15 de dezembro. Neste sentido, as autoridades portuguesas notificaram a Comissão Europeia, em 20 de dezembro de 2010, da intenção de prorrogar o auxílio estatal n.º 13/2009, que este Estado membro viu aprovado em 7 de janeiro de 2011, através da Comunicação C(2011) 63 final – State Aid SA. 32122 (2010/N) – Portugal contemplando a possibilidade de utilização dos limites *de minimis* de 500 000 Euros para as candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2010 e cujo auxílio tivesse sido aprovado até 31 de dezembro de 2011.

Nos termos da mencionada Portaria, os restantes auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento que tivessem sido apresentados após 31 de dezembro de 2010 voltavam a ter de observar um limite de acumulação de ajudas previsto no referido Regulamento.

Porém, sobre a acumulação de ajudas entre o regime de exceção – auxílio estatal n.º 13/2009 – Portugal – e o regime *de minimis* REG (CE) 1998/2006, a Comissão Europeia veio posteriormente a transmitir às autoridades nacionais que considera que, para efeitos de acumulação de ajudas e, consequentemente, do cálculo do limite dessas ajudas, deve existir uma separação de apoios concedidos ao abrigo do auxílio estatal n.º 13/2009 dos demais auxílios concedidos ao abrigo do regime *de minimis*. Assim, entende a Comissão que as autoridades nacionais devem tratar estes regimes como regimes de apoio distintos e como tal não devem ser acumuláveis para efeitos de aferição do limite de ajuda.

Neste contexto, os apoios concedidos entre 2008 e 2010 ao abrigo do quadro temporário autorizado, bem como os apoios concedidos em 2011 relativamente a pedidos de financiamento apresentados até final de 2010 e decididos em 2011, não devem ser considerados no cômputo dos apoios para aferição atual do limiar de acumulação de ajudas ao abrigo do Regulamento (CE) 1998/2006.

Esta comunicação transmitida à Autoridade de Gestão do ON.2, através do IFDR, em março de 2012, clarifica que, através de uma nova regra de cálculo de aferição do limite de acumulação das ajudas, os apoios concedidos em 2011 para pedidos de financiamento apresentados em 2011, bem como todos os apoios concedidos em 2012, não tenham em consideração, no período de três exercícios financeiros, os apoios concedidos ao abrigo do regime temporário.

Não se registou qualquer alteração ao enquadramento comunitário dos auxílios de Estado concedidos no âmbito do ON.2 durante o ano de 2012, pelo que mantém-se o enquadramento comunitário dos Regimes de Auxílio aplicáveis.

Quadro 2.2.1.1 - Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do ON.2, por enquadramento comunitário em vigor, em 31/12/2012²⁵

Instrumentos	Disposições transitórias ²⁶	Enquadramento comunitário anterior ²⁷	Enquadramento comunitário atual ²⁸
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais) XS 73/2008 (Auxílios às PME) XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.) Minimis	SA.32240 (RGIC) N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME) XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.) N 780/07 (SI I&DT) Minimis	SA.32240 (RGIC) N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME) Minimis	N 780/07 (SI I&DT) XS 73/2008 (Auxílios às PME) Minimis	SA.32240 (RGIC) N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
SAFPRI			X 316/09 (RGIC) N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Iniciativa JESSICA			SA.35049 (RGIC) SA.32122 (2010/N) (Minimis)

Assim, no final de 2012, o valor de apoios *de minimis*, no conjunto de operações aprovadas no ON.2, ascendia a um total de 34.760.439,72 Euros. O incremento em 2012 deveu-se ao valor dos apoios *de minimis* das operações aprovadas nos Sistemas de Incentivos, conforme quadro infra.

²⁵ Corresponde à informação disponibilizada pelo IFDR como enquadramento para todos os PO do continente.

²⁶ Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT.

²⁷ Antes da entrada em vigor do RGIC.

²⁸ Após entrada em vigor do RGIC.

Quadro 2.2.1.2: Apoios concedidos a título de Auxílios de Estado no âmbito do ON.2, por enquadramento comunitário (31/12/2012)²⁹

Instrumentos	Disposições Transitórias ³⁰	Enquadramento Comunitário Anterior ³¹	Enquadramento Comunitário Atual ³²	FEDER aprovado (2007-2012)
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais)	SA.32240 (RGIC)	324.416
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		Minimis	Minimis	4.012
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME)	SA.32240 (RGIC)	109.583
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		AE N 780/07 (SI I&DT)		
		Minimis	Minimis	29.626
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	AE N 780/07 (SI I&DT)	SA.32240 (RGIC)	62.843
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
	Minimis	Minimis	Minimis	1.123

Unidade: Mil Euro

Por último, importa ainda referir que o procedimento de controlo de acumulação destas ajudas, em conformidade com o estabelecido no Regulamento (CE) 1998/2006, de 15 de dezembro, é efetuado através do Registo Central de Auxílio *de Minimis*, consagrado na Resolução de Conselho de Ministros 27/2009, de 20 de março, cabendo ao IFDR, nos termos da mesma resolução, a responsabilidade por esse Registo Central e pelo controlo da acumulação das referidas ajudas.

2.2.2. Mercados Públicos

Tal como descrito no Sistema de Gestão e Controlo (DSGC), a Autoridade de Gestão do ON.2 disciplinou esta matéria, nos termos nacionais e comunitários aplicáveis, através da elaboração e divulgação da Orientação Gestão 4 (2008) - '*Metodologia de verificação dos procedimentos de contratação pública*'. Esta Orientação teve por objetivo clarificar, junto dos Beneficiários do ON.2, por um lado, as normas já existentes, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, e por outro, identificar as mais recentes disposições legais a observar na vigência do Código dos Contratos Públicos.

Pretendeu-se ainda fixar a metodologia de verificação adotada pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo em vista o cumprimento das regras dos mercados públicos. Esta tarefa destinou-se, ainda, a suportar a verificação da elegibilidade da despesa e do cumprimento das exigências legais, procurando prevenir, sempre que possível, a ocorrência de situações de irregularidade.

Assim, e de forma a assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários foram efetuadas, nesta temática, no estrito cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de

²⁹ Os valores constantes desse quadro correspondem à decisão de aprovação/anulação dos projetos, podendo não ser coincidentes com o registo central de minimis do IFDR.

³⁰ Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT.

³¹ Antes da entrada em vigor do RGIC.

³² Após entrada em vigor do RGIC.

contratação pública, impôs-se verificar os documentos que fundamentam a adjudicação e os contratos públicos celebrados pelos Beneficiários do ON.2, acompanhando a sua execução. Esta verificação é efetuada de forma sistemática e por amostragem.

Os elementos que permitem proceder às verificações acima identificadas decorrem, entre outros, dos elementos fornecidos pelos Beneficiários aquando do preenchimento da 'Ficha de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública'.

De uma forma sucinta, o preenchimento das 'Fichas de Verificação' destina-se a apurar se, a partir da informação prestada e dos elementos anexos à 'Ficha de Cumprimento' preenchida pelo Beneficiário, é confirmado o procedimento adotado em cada etapa, e se existe ou não a apresentação por parte do Beneficiário do fundamento para as eventuais exceções aplicáveis.

Complementarmente, a Autoridade de Gestão promove a realização de verificações físicas e administrativas junto do Beneficiário e contempla no seu plano anual a realização de auditorias temáticas, por amostragem, cujos precisos termos e critérios de seleção/risco são definidos, no âmbito das ações de Controlo Interno.

É de salientar que a implementação desta Metodologia de Verificação, descrita no Sistema de Gestão e Controlo do Programa (SGC do ON.2) e como tal considerada conforme, quer pela Autoridade de Auditoria quer pela Comissão Europeia, implica, todavia, uma permanente atenção e atualização por parte da Autoridade de Gestão.

Não obstante a responsabilidade pelo cumprimento do enquadramento relativo à contratação pública ser das entidades beneficiárias, incide sobre a Autoridade de Gestão do ON.2, bem como sobre as entidades por esta designadas, a responsabilidade de verificar se tal enquadramento foi respeitado.

Esta tarefa não se afigura de fácil execução, considerando quer as sucessivas alterações legislativas e jurisprudenciais relacionadas com esta matéria, quer o escasso contributo que imediatamente decorre das normas de direito positivo (nacionais e comunitárias) reguladoras da intervenção dos fundos comunitários.

Nesta senda, no primeiro semestre de 2011, a Autoridade de Gestão entendeu submeter às regras da contratação pública todas as entidades beneficiárias do Programa, que pudessem estar subtraídas do âmbito de aplicação do bloco legal vigente. Tal ensejo foi concretizado com a realização de um estudo e a aprovação da Orientação de Gestão 1/2011.

Esta Orientação foi revista em 2012 face: (i) às dúvidas apresentadas pelas entidades beneficiárias; (ii) ao Memorando assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; (iii) à Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de outubro de 2011, relativo à modernização no domínio dos contratos públicos; (iv) ao Regulamento 1251/2011, de 30 de novembro de 2011 (que alterou os limiares comunitários da Contratação Pública, a partir de janeiro de

2012) e à (v) entrada em vigor dos Decretos-Lei 111/2012, de 23 de maio, 149/2012, de 12 de julho e 190/2012 de 22 de agosto.

Assim, a OG 1 (2011) _Rev 1 (2012) tornou-se aplicável a procedimentos iniciados após 1 de dezembro de 2012 pelas entidades beneficiárias do Programa Operacional ON.2 que não são entidades adjudicantes por não reunirem os requisitos legais enunciados no CCP (excetuando-se os beneficiários dos projetos aprovadas na Rede dos Sistemas de Incentivos que adotam, nesta temática, as orientações dos Organismos Intermédios). Nela se estipula que aquelas entidades beneficiárias devem seguir o procedimento do Concurso Público Internacional previsto para os Organismos de Direito Público para contratos com valores iguais ou superiores aos limiares comunitários.

| 52

As referidas entidades devem ainda adotar o concurso público para contratos de empreitada com valores iguais ou superiores a 350.000€ e inferiores aos limiares comunitários. Por outro lado, devem consultar no mínimo 3 entidades no caso de contratos de empreitada com valores iguais ou superiores a 150.000€ mas abaixo dos 350.000€ e de contratos de prestação de serviços com valores iguais ou superiores a 75.000€ mas inferiores aos limiares comunitários.

Para os contratos de empreitada com valores inferiores a 150.000€, bem como para os contratos de prestação de serviços inferiores a 75.000 € não será necessário formalizar um procedimento de contratação pública.

É de referir ainda que, durante o ano de 2012, foram implementadas as “Orientações para a determinação das correções financeiras a aplicar às despesas cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos” - constantes no documento com a referência COCOF 07/0037/03, de 29 de novembro de 2007 e aprovadas por esta Autoridade de Gestão em 2011. Neste âmbito, foram propostas e aplicadas recomendações e correções financeiras em montante que varia entre 25% e 100% da despesa apresentada a financiamento.

Esta Autoridade de Gestão deu ainda particular atenção às iniciativas desenvolvidas pela Comissão Europeia, no sentido da revisão das diretivas 2004/17/C e 2004/18/CE, analisando os esforços que estão a ser desenvolvidos para modernizar a contratação pública a nível europeu com aposta na simplificação processual, no *E-Procurement* e no favorecimento do acesso de PME aos contratos públicos até como forma de apoiar o crescimento e o emprego.

Assim a Autoridade de Gestão implementou algumas alterações no âmbito dos procedimentos administrativos associados à abertura de contas de fornecedores e à apresentação de pedidos de pagamento com relevância direta na análise da contratação pública, face à necessidade de agir de forma célere e concreta sobre os principais constrangimentos verificados na operacionalização do ON.2.

Em consequência dessas alterações, os valores dos limiares mínimos de verificação passaram a ser os seguintes:

- a) Para valores de contrato iguais ou inferiores a 10.000,00 €, a verificação da conformidade do cumprimento é exclusivamente da responsabilidade do promotor;
- b) Para valores iguais ou superiores a 10.000,01 € e iguais ou inferiores a 25.000,00 €, a validação da conformidade da contratação pública obriga ao preenchimento pela entidade beneficiária da respetiva ficha de cumprimento, procedendo a Autoridade de Gestão a uma verificação por amostragem (1 em cada 10 procedimentos de contratação da operação, segundo método de amostragem aleatório a definir, sendo que o procedimento nº 1 é sempre verificado). O SIGON.2 efetua a identificação dos processos a validar com notificação ao respetivo secretariado técnico.
- c) Para valores iguais ou superiores a 25.000,01 €, a validação da conformidade da contratação pública obriga ao preenchimento pela entidade beneficiária da ficha de cumprimento, procedendo a Autoridade de Gestão à verificação de todos os procedimentos de contratação.

Os Secretariados Técnicos poderão aplicar níveis de verificação superiores, em função da disponibilidade de recursos e dos indícios de menor rigor que possam surgir na análise dos processos.

2.2.3. Proteção do Ambiente

As ações cofinanciadas devem ser coerentes com os princípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável e de melhoria do ambiente referidos no Tratado da União Europeia. Assim, devem observar a legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no seu artigo 6º e nos termos do qual as *“exigências em matéria de proteção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas”* da União Europeia.

O ON.2 exige que as operações cofinanciadas disponham de toda a informação requerida no respetivo Regulamento Específico e demonstrem um grau de maturidade adequado. Este requisito prende-se com a necessidade de salvaguardar a celeridade que é imposta à execução das operações pelas regras comunitárias, significando, em termos práticos, que os processos de licenciamento ou autorização dos projetos de natureza material se encontram concluídos ou praticamente finalizados. Daí decorre que a demonstração do cumprimento da legislação sobre Ambiente, e também sobre Ordenamento do Território, já foi devidamente verificada pelas autoridades competentes. Assim e para a instrução da candidatura exige-se a apresentação dos

documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

Ainda no que concerne às questões ambientais e tendo presente as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia - DOC COCOF 08/0020/01, em fase de candidatura, a Autoridade de Gestão do ON.2 solicita e assegura-se que existem as licenças em matéria ambiental necessárias à execução de uma determinada operação. Para o efeito, foram definidas normas de análise, sistematizando o quadro das exigências legais aplicáveis, e concebidas fichas de verificação utilizadas pelos técnicos na análise de cada operação, tendo em conta, designadamente, os seguintes aspetos: adequação à legislação sobre reserva agrícola, reserva ecológica, licenças ambientais, declaração de impacto ambiental (DIA) ou declaração da autoridade competente em matéria de avaliação de impacto ambiental (AIA). É verificado o enquadramento do projeto de investimento face ao seu regime de licenciamento e à legislação ambiental nacional e comunitária aplicável e são solicitados os comprovativos do seu cumprimento (pareceres /declarações/ autorizações/ licenças emitidos pelas respetivas autoridades competentes, nomeadamente o extrato das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM com a intervenção implantada). Sempre que se revela pertinente, são realizadas consultas aos serviços da administração com atribuições nessa área.

| 54

Em sede de acompanhamento, a estrutura de gestão apresenta a devida evidência das verificações no local em sede dos relatórios efetuados, utilizando para o efeito a 'Ficha para verificações no local' anexa ao 'Manual de procedimentos do ON.2' e aperfeiçoada no final de 2012.

A própria avaliação de mérito das candidaturas, submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de seleção o enquadramento do projeto apresentado nos planos de ordenamento do território e nos documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis em cada caso.

Para que isso possa ser cabalmente cumprido, a Autoridade de Gestão tem solicitado a colaboração das entidades regionalmente competentes em matéria ambiental e de ordenamento do território.

O facto de a gestão do ON.2 ter o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte tem permitido, desde o início do Programa, a colaboração dos serviços regionalmente competentes nesta matéria: a Direção de Serviços de Ambiente e a Direção de Serviços de Ordenamento do Território. Essa colaboração abrangeu, designadamente, a participação na elaboração de avisos e na análise de mérito das candidaturas no âmbito dos passivos ambientais e nos programas de ação das parcerias para a regeneração urbana, bem como o apoio na verificação do enquadramento de operações em planos municipais de ordenamento do território.

Também a ARH-N – Administração da Região Hidrográfica do Norte, atualmente integrada na APA – Agência Portuguesa do Ambiente, colaborou com a Autoridade de Gestão no âmbito de concursos relativos às ações de valorização do litoral, ações de valorização e qualificação ambiental e do círculo urbano da água.

Para garantir o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, a Autoridade de Gestão recolhe as necessárias evidências, seja em sede de análise das candidaturas, seja no âmbito do acompanhamento das operações financiadas.

Na sequência de uma recomendação da Autoridade de Auditoria, a Autoridade de Gestão do ON.2 em colaboração com os competentes serviços da CCDRN atualizou e divulga todas as regras nacionais e comunitárias ambientais em vigor. No endereço <http://www.novonorte.qren.pt/pt/gca/index.php?id=1445> pode ser consultada a legislação ambiental Comunitária e Nacional aplicável às operações financiadas por esta Autoridade de Gestão.

| 55

Relembra-se que, no exercício de reprogramação dos Programas Operacionais do QREN, em 2011, foi realizada uma verificação por uma entidade independente, tal como exigido pela legislação aplicável³³. Uma vez que esta reprogramação configurava alterações de natureza técnica e de programação financeira, incluindo apenas pequenas alterações no quadro das elegibilidades, esta verificação concluiu que não seria necessário a realização de uma nova avaliação ambiental estratégica.

Por último, salienta-se que a AG está a colaborar em vários estudos coordenados pelo Observatório do QREN, destacando-se, em matéria ambiental, os estudos sobre eficiência energética e sobre alterações do uso do solo e a afetação de ecossistemas.

2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação

A igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental da União Europeia, consagrado no seu Tratado³⁴ e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia³⁵, assumindo-se como uma das suas missões fundamentais. Impõe-se, assim, que esta procure eliminar as desigualdades e promover ativamente a igualdade entre homens e mulheres, assegurando a integração desta dimensão em todas as políticas comunitárias. Nesta linha e em coerência, os Estados membros e a Comissão Europeia devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspetiva do género nas várias fases de aplicação dos fundos estruturais³⁶.

De entre as iniciativas mais recentes que visam promover este princípio, por via das políticas públicas, sublinhe-se a adoção da nova Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens, para

³³ Anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio e Anexo II da Diretiva 2011/42/CE, de 27 de Junho.

³⁴ Cf. art.ºs 2.º, 3.º, 13.º e 141.º.

³⁵ Cf. art.ºs 21.º e 23.º.

³⁶ Nos termos do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

vigorar no período de 2010 a 2015³⁷, e a aprovação, pelo Governo Português, do IV Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2011-2013³⁸. Mais recentemente, foi ainda adotado um conjunto de medidas a aplicar no setor empresarial do Estado e recomendações à aplicação de outras nas empresas do sector privado cotadas em bolsa³⁹.

Esta preocupação foi tida em conta na avaliação *ex-ante* e na conceção do Programa ON.2 e deverá também ser alvo de outros exercícios de avaliação, de modo a identificar o impacto das políticas. Relembra-se que, no Programa ON.2, a promoção da igualdade de oportunidades não se corporizou na definição de uma prioridade específica, antes assumiu uma dimensão transversal, pelo que o Programa não inclui eixos ou objetivos específicos diretamente orientados para a igualdade de oportunidades. Constitui exceção a tipologia de projetos “Empreendedorismo Feminino”, incluída no “SI Inovação” dos sistemas de incentivos às empresas.

Face à natureza e aos objetivos deste Relatório, procuraremos realçar alguns aspetos relacionados com a execução, tendo em conta os princípios gerais a considerar nas diferentes fases de implementação, tal como previstos no Programa⁴⁰, e as dimensões da igualdade de oportunidades mais pertinentes. À semelhança do que acontece na generalidade dos programas regionais e nos financiados pelo FEDER, em geral, as dificuldades na operacionalização de objetivos, metas, indicadores e dados consolidados limitam o alcance da análise, sobretudo na perspetiva de avaliação dos resultados, pelo que algumas referências terão um carácter meramente ilustrativo. Prevê-se que as fases seguintes da avaliação intercalar e os próprios relatórios de execução dos próximos anos possam aprofundar e alargar o alcance da análise.

Conciliação da vida familiar e profissional

Um primeiro domínio relevante prende-se com a conciliação da vida familiar e profissional, enquanto forma de diminuir a penalização das mulheres na esfera profissional e a dos homens na realização familiar. A este respeito, o Programa apresenta contributos significativos para a melhoria das condições de vida quotidiana, através da forte aposta na ampliação e otimização das redes de equipamentos de cuidados da primeira infância (creches), de educação (educação pré-escolar e escolaridade obrigatória) e de saúde (em especial, a rede de cuidados continuados). Estas tipologias correspondem, aliás, ao investimento com um maior peso relativo em todo o Programa. Para além destes, outros contributos são de assinalar, em domínios relevantes para o acesso de todos os cidadãos e para a coesão social (equipamentos desportivos, da Sociedade de Informação/TIC,

37 Adotada pela Comissão Europeia a 21 de setembro de 2010.

38 RCM n.º 5/2011, de 18 de janeiro.

39 RCM n.º 19/2012, de 8 de março.

40 Ver ponto “6.16. Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres no Processo de Conceção e Execução do Programa Operacional” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (versão aprovada pela Comissão Europeia em 10 de dezembro de 2012, pp. 153 e 154)

qualidade de vida nos núcleos urbanos, etc.), facilitando, assim, um cumprimento dos encargos familiares mais compatível com a atividade profissional⁴¹.

No Eixo Prioritário IV, para além dos centros escolares com jardim-de-infância (78, abrangendo um total de cerca de 21 mil crianças), dos “equipamentos para a coesão local” e das ações de desenvolvimento social, no âmbito da prevenção da exclusão social e do apoio aos imigrantes, há que considerar as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana, que incluem o apoio a ações de conciliação da vida familiar e profissional, à melhoria de competências e à inserção no mercado de trabalho, em particular de pessoas em risco de exclusão social.

Merecem particular destaque as operações aprovadas no âmbito dos concursos ES/1/2009 e ES/1/2010, designadamente 26 Creches, abrangendo 1.051 novos utentes, e 12 Unidades de Cuidados Continuados Integrados, que abrangem 485 novos utentes. Destaque ainda para as operações aprovadas no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, que integram 2 lares de idosos, 2 creches, 1 centro de dia e 1 projeto de apoio domiciliário. Para um maior detalhe, pode consultar-se a lista de projetos apoiados no âmbito dos Eixos 3 e 4⁴².

A título ilustrativo, refira-se dois projetos:

“Fórum Sociocultural - Cidadania e Igualdade de Género e Violência Doméstica”

O projeto tem como objetivos específicos: a (re)inserção socioprofissional de vítimas de violência doméstica; facilitar a conciliação das dimensões pessoal, familiar, profissional e social; desmistificar os preconceitos, estereótipos sobre os papéis sociais da mulher e do homem presentes no discurso social; contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais junto de agentes estratégicos em matéria de Igualdade de Género; contribuir para uma maior igualdade entre os géneros nos mais diversos domínios; educar os membros da comunidade em aspetos de vivência familiar e da violência doméstica; intervir em famílias que adotam atos violentos no meio familiar, oferecendo apoio às vítimas; apoiar a autonomização e emancipação da pessoa, através de uma série de fatores de suporte (emprego, escolarização, habitação, formação profissional) que possibilitam a integração na sociedade; criação de um sítio na internet para a promoção da Igualdade de Género e implementação do Observatório local de Cidadania e Igualdade de Género.

O gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica (“Janela Aberta”) apresenta um plano de intervenção que agrega respostas transdisciplinares, incluindo outros agentes em matéria de Igualdade de Género. Os técnicos de Intervenção Social que trabalham na instituição assumem um papel importante de agentes da construção da Igualdade de Género, através de ações de sensibilização da sociedade civil e da comunidade escolar, bem como a formação dos agentes de intervenção social que contribuem para ampliar o leque de atores implicados na concretização da igualdade de género.

Inclusão Social e Valorização Socioeconómica e profissional

O projeto tem como objetivos específicos: promover da coesão e da inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das comunidades que constituem a cidade; promover os fatores de igualdade entre homens e mulheres; estimular a revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados; reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos.

É desenvolvido em Vila D'Este, território com problemáticas de forte degradação social ligadas à carência de meios económicos, resultado da conjuntura de desemprego dos últimos anos. Fatores vários levam à degradação das habitações e do edificado em geral e à degradação dos arranjos exteriores, zonas ajardinadas, passeios e do ambiente urbano em geral por falta de iniciativa e investimento privado na urbanização. Assim, prevê-se a criação um equipamento multiusos, incluindo:

- O “Espaço Jovem”, destinado a atividades de apoio e informação atualizada sobre emprego, formação e educação, habitação, saúde, sexualidade, toxicodependência, tolerância a atividades lúdicas e desportivas, cidadania nos contextos

41 Ver Pontos “2.1.1. Realização Física do ON.2 – O Novo Norte” e “3. Execução por Eixo Prioritário” (Cumprimento de Metas e análise qualitativa).

42 Ver ANEXO A.8 - Principal contributo do Eixo Prioritário 4 para a Igualdade de Oportunidades.

local, nacional e europeu;

- . O “Espaço Mulher”, para apoio e informação atualizada sobre emprego, formação e oportunidades de educação, habitação, sexualidade, hábitos de vida saudável, toxicodependência, organização e gestão doméstica, relacionamento intergeracional, prevenção da violência doméstica;
- . O “Espaço Aberto”, espaço com características e atividades atrativas para a população.
- . “QUER ENTRAR? – CONCURSO PARA A VALORIZAÇÃO DAS ENTRADAS DOS PRÉDIOS EM VILA D’ESTE - concurso destinado aos condomínios de Vila D’Este, visando incentivar e valorizar as intervenções realizadas pelos próprios condóminos nas áreas verdes envolventes dos edifícios.

Empreendedorismo Qualificado

No contexto dos Sistemas de Incentivos, previstos no Eixo Prioritário I do ON.2, a temática da igualdade de oportunidades materializa-se sobretudo no apoio ao empreendedorismo qualificado previsto no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação conforme quadro seguinte.

Quadro 2.2.4.1 – Empreendedorismo Qualificado

Igualdade de Oportunidades	Empreendedorismo Feminino	Empreendedorismo Jovem	TOTAL
N.º Projetos	27	33	60
Investimento Total Aprovado	28.106.598,45 €	22.038.000,68 €	50.144.599,13 €
FEDER Aprovado	18.060.805,04 €	14.722.928,35 €	32.783.733,39 €

Este apoio contempla a possibilidade de atribuição de uma majoração de 10 p.p. ao incentivo⁴³, no caso de projetos que sejam promovidos por mulheres e jovens, devendo verificar-se para tal que estes: (i) detêm, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 50% no capital da empresa, durante dois anos; (ii) desempenham funções executivas na empresa e mantêm-nas pelo menos até dois anos após a conclusão do projeto; (iii) têm uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, nos casos de empreendedorismo jovem.

Estes requisitos encontram-se clarificados na Orientação Técnica n.º 04/2008 dos Sistemas de Incentivos e, mais recentemente, nos Avisos para Apresentação de Candidaturas da tipologia de Empreendedorismo Qualificado.

Aqui se destaca ainda o papel da Comissão da Cidadania e Igualdade de Género relativamente aos projetos de empreendedorismo feminino, visto que o seu parecer positivo é requerido para a atribuição da referida majoração.

A título de exemplo da incidência desta temática nos projetos dos Sistemas de Incentivos, destacamos, de entre o elenco de projetos de empreendedorismo feminino e/ou jovem apoiados no

⁴³ Cf. previsto na alínea c) do artigo 14.º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação.

âmbito dos Sistemas de Incentivos⁴⁴, a operação NORTE-07-0403-FEDER-006913, com majoração de empreendedorismo feminino, promovido pela empresa OLINDUNA – Empreendimentos Turísticos, Lda. De notar, ainda, que contempla outras características que certamente relevam para a igualdade de oportunidades, tais como a existência de condições para utentes com mobilidade condicionada.

QUINTA DE SANTIAGO DA GEMIEIRA - 15 QUARTOS DE LUXO EM PAISAGENS RURAIS

| 59

O projeto tem como objetivo a construção de um empreendimento, designado por *Carmo's Boutique Hotel*, com a categoria de 4 estrelas, inserido numa zona com características rurais. Este é constituído por 15 unidades de alojamento (uma das quais adaptada a utentes com mobilidade condicionada), das quais 3 suites e 12 quartos duplos. O hotel é composto por 2 edifícios que comunicam, entre si, através de um percurso exterior.

Foram realizadas obras de reabilitação num edifício pré-existente e construído um edifício de raiz, destinado a um Hotel Rural, com a categoria de 4 estrelas numa propriedade com a área de 9.426,00 m², inclinada, junto à E.N que liga Arcos de Valdevez a Ponte de Lima, do lado Sul.

O terreno é valorizado com alguns socacos, o que, além da interessante implantação dos edifícios, conjuntamente com a vegetação existente e a vista sobre o verde vale do Rio Lima, conferem uma mais-valia ao mesmo.

Em termos de apoios, a unidade hoteleira conta com um átrio de entrada com receção, sala de estar, sala de refeições com esplanada, áreas de serviço, áreas técnicas, instalações sanitárias comuns, um pequeno SPA com jacuzzi, sala de massagens, cabeleireiro, piscina e balneários de apoio.

Quanto aos estacionamento privativos com 16 lugares, dois destinam-se a utentes com mobilidade condicionada.

Outros aspetos a salientar

No que respeita à não discriminação da participação feminina noutros domínios relevantes para a competitividade nacional, para além do empreendedorismo qualificado, salientam-se os potenciais contributos dos projetos a apoiar no domínio ciência e tecnologia, designadamente, os Programas Integrados de IC&DT, no quadro de Regulamento Específico “Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional”. Um ponto de situação poderá ser efetuado ulteriormente, dado o atraso verificado na aprovação destas operações.

Em 2012, a IGF realizou uma auditoria temática com o objetivo de testar o funcionamento dos Programas Operacionais FEDER, concluindo que os sistemas “funcionam mas são necessárias algumas melhorias”, ao nível da transmissão de normas e orientações específicas aos beneficiários e da inclusão de parâmetros que permitam aferir o princípio em causa nos instrumentos de gestão e avaliação, em especial, na avaliação de mérito e nas verificações no local. Tendo em vista a concretização de algumas das recomendações desta auditoria e dada a transversalidade da matéria, o IFDR promoveu o estudo “Avaliação da Integração da Perspetiva de Género nos Fundos Estruturais 2007-2013”, com a colaboração da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Dele resultou um conjunto de normas e orientações específicas a divulgar junto dos beneficiários e a ter em conta nas verificações no local, dadas a conhecer aos Programas já em abril de 2013.

⁴⁴ Uma lista dos projetos apoiados neste âmbito é apresentada no **ANEXO A.9** - Principal contributo do Eixo Prioritário 1 (Sistemas de Incentivos) para a Igualdade de Oportunidades: Empreendedorismo Jovem e/ou Feminino.

Nesta fase, a AG encontra-se a preparar o processo de difusão destes elementos junto dos seus beneficiários. De facto, embora os beneficiários sejam alertados para o cumprimento das suas obrigações em matéria de igualdade de oportunidades, nomeadamente, aquando da formalização dos contratos de financiamento e da realização das verificações no local, é pertinente reforçar a sua sensibilização.

No que toca às visitas, sem prejuízo de aperfeiçoamentos adicionais que possam ser ainda introduzidos nas *check-lists* de verificação administrativa, importa referir que, em outubro de 2012, foi aprovada a “Orientação Técnica Específica 1 (2012) - Ações de Acompanhamento no Local das Operações Promovidas pela Autoridade de Gestão”, nela se prevendo que a “Ficha de Verificações no Local” passará a incorporar um ponto específico sobre esta matéria (“5.2. Promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação”). No respetivo “Guião de Preenchimento”, foram ainda esclarecidas e precisadas instruções com o seguinte teor:

“Assinalar eventuais evidências de incumprimento da legislação aplicável ou boas práticas que se imponha realçar em matéria de promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, etc. (Ex.: atingir iguais oportunidades económicas para mulheres e homens; assegurar a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; participação na tomada de decisões; erradicação da violência e o tráfico baseado no género; estereótipos da sociedade baseados no género; acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou outros mecanismos que permitam a utilização por parte de pessoas com necessidades especiais).”

Refira-se, ainda, que tem vindo a ser assegurada a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa.

A AG tem participado, como observadora, na Comissão de Acompanhamento do POPH, o que facilita uma perceção mais abrangente e contribui para promover a articulação temática e uma melhor integração na prossecução dos objetivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

No que respeita ao apuramento de indicadores de realização e de resultado ventilados por género, persistem ainda dificuldades várias. De facto, face a algumas insuficiências na parametrização dos instrumentos de recolha de informação em sede de candidatura e de acompanhamento da execução, não se revela possível apurar dados fiáveis nestas etapas. Apenas em sede de encerramento se poderá contar com informação adicional, no que se refere aos postos de trabalho diretos criados na fase de exploração dos projetos de investimento público, sendo que por ora são pouco significativos os projetos concluídos. Assim, a título de exemplo, refira-se que no âmbito dos 18 projetos dos Eixos 3 e 4 com relatórios finais aprovados até 31/12/2012, 62% dos postos de trabalho criados são ocupados por mulheres.



Quadro 2.2.4.2- Postos de Trabalho criados no âmbito de projetos concluídos dos Eixos 3 e 4

Postos de trabalho								
Permanentes			Temporários			TOTAL		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
61	23	38	18	7	11	79	30	49

Já no que se refere aos projetos dos sistemas de incentivos, importa lembrar que apenas são disponibilizados dados sobre este indicador nos projetos do SI Inovação e do SI Qualificação de PME, em que é apoiada a criação de postos de trabalho. Contudo, em sede de candidatura, não é facultada a ventilação por género e a ocupação de postos de trabalho criados apenas é comprovada aquando do encerramento dos projetos (3 anos após a entrega dos relatórios finais que consubstanciam o encerramento dos investimentos). Acresce que, no final de 2012, era ainda muito reduzido o número de operações concluídas nestas tipologias. Entende-se, assim, não ser possível evidenciar informação fiável e vinculativa sobre a distribuição por género do emprego criado neste domínio de intervenção.

| 61

2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa e medidas tomadas

Ao longo do ano de 2012, alguns dos problemas anteriormente identificados continuaram a fazer-se sentir, assumindo outras expressões e contornos novos. Sinalizam-se de forma breve aqueles que, no entender da AG, mais condicionaram a intervenção do Programa neste período, bem como as principais medidas tomadas para os ultrapassar.

OS PROBLEMAS

A conjuntura económica e financeira adversa

No último ano, assistiu-se a um agravamento da situação já identificada no Relatório de 2011. Do lado dos promotores, as dificuldades de tesouraria, os constrangimentos no acesso ao crédito e os limites impostos ao endividamento coartaram seriamente a sua capacidade de avançar com novos investimentos e condicionaram o ritmo de execução dos projetos já em curso. Neste contexto, os apoios disponibilizados através dos fundos comunitários constituem uma alternativa mais necessária e pertinente, de que é sinal a elevada procura revelada nos avisos dos Sistemas de Incentivos

abertos mas, ao mesmo tempo, a sua efetiva utilização é dificultada pela incapacidade de os promotores assegurarem a contrapartida nacional.

Pela relevância que assumem no contexto deste Programa, salientam-se os condicionalismos financeiros que envolvem os municípios.

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso⁴⁵ (LCPA) e a Lei do Orçamento do Estado de 2012 determinaram um novo ambiente financeiro para a atuação dos municípios. Destes diplomas legais resultou a imposição de regras e de obrigações que tiveram como objetivos o controlo da execução orçamental e a resolução, de forma estrutural e sustentada, das dívidas vencidas anteriores à publicação da LCPA. Em termos práticos, os municípios ficaram condicionados à assunção de novos compromissos apenas e no montante dos fundos líquidos disponíveis e à obrigatoriedade de conferir prioridade ao pagamento das dívidas já vencidas.

Estas circunstâncias levaram muitos municípios a reconhecerem a sua situação de “desequilíbrio conjuntural”, habitualmente designada por saneamento financeiro, e a recorrerem ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, como forma de encontrarem um mecanismo que lhes permitisse o cumprimento dos seus compromissos vencidos.

Na Região do Norte, foram 37 os municípios considerados em situação de saneamento financeiro (dos quais 16 em situação de reequilíbrio financeiro, de dimensão mais grave que a anterior), o que representa cerca de 43% dos municípios da RN.

Como se depreende do exposto, a capacidade de investimento e de manutenção de um ritmo de execução das candidaturas ficou razoavelmente comprometido, sem embargo de se reconhecer o enorme esforço que os municípios têm vindo a fazer para evitar a descativação dos seus projetos e honrarem, dentro de prazos aceitáveis, os compromissos contratuais.

Também a AG foi de algum modo condicionada na sua atuação pelas medidas de contenção e de austeridade impostas aos organismos da Administração Pública, com efeitos mais notórios ao nível da obtenção de autorizações para a contratação de serviços externos de apoio à gestão.

As alterações do enquadramento programático e regulamentar

O ano de 2012 foi particularmente fértil em alterações do enquadramento dos Programas Operacionais, de que se destacam a reprogramação estratégica do QREN e do Programa ON.2 e um conjunto de orientações conexas:

- a) A RCM n.º 33//2012, de 15 de março (“Operação Limpeza”), com efeitos a 1 de março, de que resultou uma determinação dirigida às Autoridades de Gestão do QREN (Programas Operacionais Temáticos e Regionais do Continente) no sentido de adotarem medidas

⁴⁵ Lei n.º 8/2012, de 8 de janeiro de 2012.



corretivas da manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem execução financeira. A rápida libertação desses recursos com vista à sua realocação a outras finalidades foi assumida naquele diploma como indispensável ao exercício de reprogramação estratégica do QREN, então em preparação pelo Governo, colocando-os ao serviço da dinamização da economia. O exercício de “descativação” a concretizar neste processo de monitorização e de decisão incidia sobre as seguintes situações consideradas mais críticas: (i) operações aprovadas sem contrato, (ii) operações contratadas sem execução decorrido o período de 6 meses desde a data da celebração do contrato, e (iii) operações com execução inferior a 10%, decorrido mais de um ano sobre a data da celebração do contrato.

| 63

- b) A deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 8 de maio de 2012, que estipulou a suspensão de iniciativas de gestão tendentes à abertura de procedimentos de apresentação de candidaturas, a aprovação de novas operações, incluindo a sua reprogramação quando visasse o acréscimo do valor da participação de fundos comunitários.
- c) A deliberação da mesma CMC do QREN, adotada em 13 de agosto de 2012, que, embora permitindo que as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais temáticos e regionais do Continente retomassem “a plenitude da sua capacidade de iniciativa para a realização dos procedimentos associados à aprovação de novas operações), estabeleceu uma disciplina de validação prévia, por parte da Equipa Conjunta de Monitorização da Execução dos Compromissos dos Municípios”⁴⁶ (Equipa Conjunta Governo/ANMP), aplicável às operações de carácter municipal, e definiu um valor máximo de 60 milhões de Euros para o conjunto de operações que poderiam ser aprovadas no âmbito do ON.2;
- d) As sucessivas alterações dos Regulamentos Específicos: a 30 de janeiro, consubstanciando a possibilidade de adoção da modalidade de convite para a apresentação de candidaturas; a 20 de março, 8 de agosto e 12 de novembro, introduzindo alterações nas taxas de cofinanciamento de certas categorias de beneficiários e de operações.

As medidas e as alterações preconizadas visavam colmatar alterações do contexto e fazer face a necessidades prementes (por exemplo, reforçando os recursos destinados a estimular o investimento das empresas, promovendo a empregabilidade dos jovens e reforçando as taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental), bem como criar condições para acelerar a execução dos projetos e libertar verbas de projetos com dificuldades de execução para as novas prioridades.

Contudo, da simultaneidade da aplicação e da duração da vigência das medidas, bem como das exigências daí decorrentes, resultaram efeitos gravosos e duradouros que cumpre assinalar:

⁴⁶ Equipa Conjunta de Monitorização da Execução dos Compromissos dos Municípios nos PO Regionais do Continente das regiões de Convergência, criada pelo Despacho n.º 11670/2012, de 30 de agosto de 2012.



- a) um longo período de tempo sem possibilidade de assumir novos compromissos, retardando, consequentemente, a entrada em execução de muitos projetos;
- b) a necessidade de sensibilizar e negociar com os promotores a desejada descativação de verbas nos projetos contratados com níveis incipientes de execução;
- c) uma intensificação de tarefas de monitorização e de reprogramação das operações (alterações de taxas de cofinanciamento, recalendarização e imposição de novas condições de concretização das operações, descativação de verbas de procedimentos adjudicados em baixa, etc.);
- d) a necessidade de definir os normativos e os dispositivos de enquadramento das novas elegibilidades incorporadas no Programa, em articulação com a tutela e os restantes PO envolvidos, numa fase já adiantada do ciclo de gestão do PO;
- e) o acréscimo de tarefas associadas à concretização da transferência de projetos de e para outros Programas;
- f) a necessidade de permanente ajustamento do sistema de informação para fazer face às alterações e às maiores exigências de monitorização.

| 64

Este acréscimo de tarefas desviou as equipas do desejável reforço do acompanhamento dos projetos e da obtenção de melhores resultados, designadamente ao nível da análise de candidaturas e de pedidos de pagamento, bem como da realização de verificações no local.

A gestão das disponibilidades orçamentais

Como se referiu no ponto 1 deste Relatório, a reprogramação do ON.2 teve como consequência uma redução global da sua dotação e uma reafectação interna das verbas programadas. Assim, não se tratou de reprogramar recursos ainda não comprometidos ou adicionais, alocando-os às atuais ou a novas políticas públicas, mas, antes e sobretudo, de encontrar recursos para a implementação de novas políticas públicas em resposta às alterações de contexto, com base em descativações totais ou parciais de projetos aprovados sem execução ou com baixas probabilidade de atingirem níveis adequados no calendário adequado. Assim, à data do fecho da reprogramação, o balanço das disponibilidades orçamentais para aprovação de novos projetos em carteira era negativo em cerca de 64,4 M€, vindo a somar-se a este défice 87,8M€ dos compromissos decorrentes do aumento efetivo da taxa de cofinanciamento para 85% no caso dos projetos das entidades integrantes do perímetro de consolidação orçamental.

Tendo em consideração os elevados níveis de aprovação já registados antes da reprogramação, a aprovação de novos projetos pressupunha, assim, a descativação total ou parcial dos montantes afetos a outros já aprovados, nomeadamente daqueles que se viessem a enquadrar-se no montante

acordado entre a ANMP e o Governo português. A gestão deste processo não se revelou pacífica, tendo exigido um esforço acrescido de negociação e de articulação com os Municípios.

O atraso na definição das orientações gerais para a adoção de uma metodologia de *overbooking*, a propor pelo IFDR, condicionou as opções da AG nesta matéria e a gestão de expectativas dos promotores.

No caso dos Sistemas de Incentivos, o interesse em reforçar os apoios ao investimento empresarial e a grande pressão exercida pela procura revelada nos avisos abertos obrigaram a uma mais célere definição de uma metodologia de *overbooking*, levada a cabo no contexto da Rede dos Sistemas de Incentivos QREN⁴⁷. Em resultado deste exercício, foi possível afetar a novos concursos a decorrer até ao final de 2013 cerca de 42 milhões de Euros. Contudo, a manutenção dos elevados índices de procura exigiu uma posterior atualização destas estimativas.

Neste âmbito, acresce referir algumas dificuldades adicionais verificadas na estabilização do leque de operações a transitar para o POVT e do montante das verbas que, por essa via, poderiam ser libertadas.

A persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Subsistem alguns problemas no domínio do acompanhamento da execução física e financeira das operações contratadas, sendo de salientar os seguintes:

- a) a existência de tempos médios ainda elevados de análise de pedidos de pagamento, em larga medida devidos à morosidade da verificação exaustiva dos procedimentos de contratação pública e da excessiva carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial;
- b) o atraso verificado no encerramento de um elevado número de operações já concluídas;
- c) A incerteza na aplicação de alguns normativos e alguma dificuldade na obtenção célere dos necessários esclarecimentos. São disso exemplos o tratamento dos projetos geradores de receitas, a elegibilidade das contribuições em espécie e os respetivos limites, as dotações para Assistência Técnica das Associações de Municípios ou a interpretação de alguns aspetos do regulamento específico “Mobilidade territorial” que têm condicionado o fecho de algumas auditorias.

Problemas identificados no relatório anual de controlo

Nos termos do artº. 62º do Regulamento (CE) 1083/2006, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), enquanto Autoridade de Auditoria, emite um relatório anual de controlo e o respetivo parecer.

⁴⁷ Ver ponto “3.1.2.1 Sistemas de Incentivos”.

No relatório anual de Dezembro de 2012 entendeu a IGF que, “(...) com base no exame [efetuado], consideramos que, em termos globais, no período em análise, os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o Sistema comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade.”

| 66

Ainda relativamente ao sistema comum do FEDER, acrescenta ainda aquela Autoridade de Auditoria (AA) que, apesar de “Algumas [das] recomendações [emitidas pela AA] ainda não [terem sido] implementadas, parcial ou totalmente (...)”, considera “que as situações em causa apenas influenciam moderadamente o funcionamento dos requisitos essenciais dos sistemas daquelas entidades. Esta opinião é reforçada pelo facto de estarem em curso ações que permitem ultrapassar a curto prazo as deficiências que poderiam ter um impacto mais relevante.”

Esta foi, pois, a apreciação efetuada pela Autoridade de Auditoria que classificou o ON.2 na “Categoria 2”⁴⁸, não assinalando, em concreto, nenhum problema significativo na implementação do Programa Operacional.

AS MEDIDAS

Para tentar ultrapassar ou minimizar os problemas acima identificados, a AG procurou implementar da melhor forma um conjunto de medidas adotadas pelas autoridades de coordenação do QREN e, em complemento destas, assumiu outras iniciativas específicas que julgou útil e necessário concretizar no âmbito do ON.2.

De modo sintético, apresentam-se no quadro abaixo as medidas mais significativas:

MEDIDAS TRANSVERSAIS	
–	Reprogramação do ON.2, reforçando a dotação do Eixo 1 do programa, designadamente para fazer face aos acréscimos de compromissos do “Impulso Jovem” e dos Sistemas de Incentivos;
–	Alterações dos Regulamentos Específicos de modo a contribuir para a consolidação das contas públicas, por via da maximização da componente comunitária de financiamento das operações do QREN (majoração das taxas de cofinanciamento e mecanismo <i>Top-Up</i>);
–	RCM n.º 33/2012, de 15 de março, e deliberações várias da CMC do QREN definindo medidas corretivas da manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem execução financeira, de modo a permitir a sua realocação a finalidades prioritárias;
–	Orientação, no âmbito da Lei de Execução Orçamental, que privilegia os pagamentos de projetos cofinanciados;

⁴⁸ Conforme previsto na Nota de Orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (documento COCOF 08/0019/00).



MEDIDAS ESPECÍFICAS⁴⁹

Aposta na melhoria da eficiência, através:

- da simplificação de procedimentos de gestão, designadamente por via da introdução de mecanismos de amostragem na análise da contratação pública, dos pagamentos e da realização de verificações no local;
- da desmaterialização e da agilização de processos, por via de novas funcionalidades e ajustamentos ao sistema de informação;
- flexibilização das regras relativas à apresentação de garantias, quer nos Sistemas de Incentivos, quer no âmbito das restantes tipologias de projetos;
- da adoção de uma nova metodologia de receção de candidaturas no âmbito dos Sistemas de Incentivos (receção de candidaturas de forma contínua até final do QREN, com decisões faseadas);
- da reafecção interna de recursos humanos e do recurso à contratação de serviços externos em domínios específicos (ex.: controlo interno e verificações no local), reforçando a capacidade de resposta em áreas deficitárias.

Esforço no sentido de corrigir a manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira (“descativação”), através:

- da adoção de uma rotina de avaliação periódica de compromissos sem execução, enquadrada por uma nova Orientação Técnica Específica e recorrendo a uma nova funcionalidade do SIGON.2 de apuramento de situações em incumprimento e respetiva monitorização;
- da análise de reprogramações, redefinindo regras e critérios de apreciação e promovendo a libertação de verbas (não admissibilidade de “Novas componentes/ações” e descativação de verbas associadas a adjudicações em baixa);
- no caso dos Sistemas de Incentivos, não obstante a existência prévia de um mecanismo de “Descativação de Incentivos”, foi desencadeado um processo mais incisivo de descativação na sequência da RCM n.º 33/2012.

A definição de “Regras para a criação de *overbooking* no âmbito dos Sistemas de incentivos”⁵⁰ e o reforço da dotação dos avisos ainda não decididos;

Aposta na formação em domínios relevantes para a gestão.

| 67

2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional

Neste capítulo, são analisados os principais traços que caracterizaram a conjuntura económica da Região do Norte ao longo de 2012 e que, dessa forma, definiram as condições do contexto da execução do “ON.2 – O Novo Norte”.

Esta sistematização resulta do trabalho de monitorização das condições de contexto desenvolvido pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, nomeadamente em sede dos relatórios trimestrais “Norte Conjuntura”.

Crescimento económico

A crise financeira que, a partir de meados de 2008, contagiou a economia internacional levou à ocorrência de uma forte recessão em 2009, quer a nível nacional (-2,9% de variação real do PIB), quer sobretudo na Região do Norte (-3,6%) e, de forma ainda mais acentuada, na média da União

⁴⁹ Ver também o ponto “2.7.1.1. Autoridade de Gestão” (“Procedimentos internos estabelecidos” e “Principais atividades desenvolvidas”).

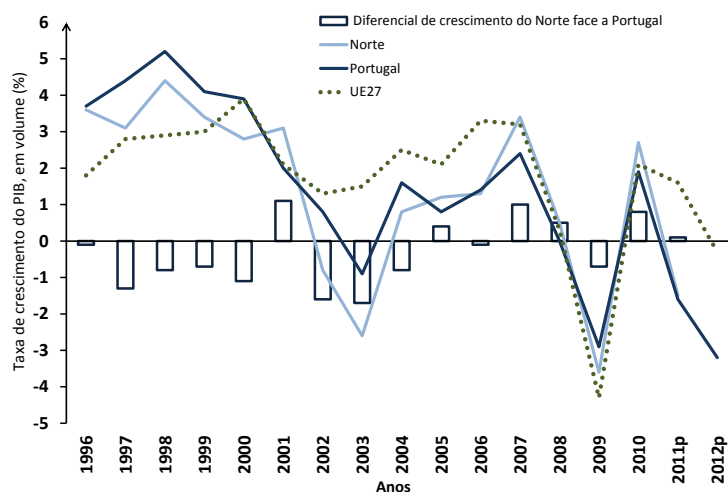
⁵⁰ Ver apresentação constante do Ponto “3.1.2.1 Sistemas de Incentivos” deste Relatório.

Europeia (-4,3%). Em 2010, um conjunto de políticas expansionistas impulsionou a procura interna em vários estados europeus, incluindo Portugal, e contribuiu para a reanimação da economia europeia e global, permitindo também um melhor dinamismo do comércio internacional – fator que veio a refletir-se na procura externa dirigida às exportações portuguesas e da Região do Norte. Foram assim observados, em 2010, importantes crescimentos económicos para Portugal (+1,9% em volume), para a Região do Norte (+2,7%, de acordo com os últimos valores revistos disponibilizados pelo INE) e, globalmente, para a União Europeia (+2,1%). Em 2011, a degradação da situação financeira interna, a crise do Euro e as políticas de austeridade resultaram em nova quebra do PIB português (-1,6%, em volume) e da Região do Norte (-1,5%), enquanto a nível comunitário (UE) se manteve um cenário de crescimento económico (+1,6%), embora em desaceleração face a 2010.

| 68

Em 2012, o crescimento económico tornou-se negativo também para a média da União Europeia (-0,3%), enquanto em Portugal o PIB recuou 3,2% em volume. Embora não sejam ainda conhecidos resultados do PIB para a Região do Norte em 2012, parece seguro afirmar que também esta região terá sofrido um forte agravamento da tendência recessiva que já se fizera sentir em 2011.

Figura 2.4.1 - Taxas de crescimento do produto interno bruto, em volume



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat

Comércio internacional de mercadorias

Participação da Região do Norte no comércio internacional de mercadorias⁵¹

A Região do Norte continua, indubitavelmente, a ser a principal região exportadora de Portugal, embora a sua importância relativa, enquanto plataforma exportadora da economia nacional, tenha vindo a sofrer alguma erosão, pelo menos desde 2007, num processo que continuou em 2012. De acordo com a melhor estimativa⁵², as exportações de bens da Região do Norte em 2012 terão ascendido a cerca de 17,3 mil M€ (valor ainda provisório, que deverá ser revisto em alta, podendo aproximar-se dos 18 mil M€). Em termos relativos, a atividade exportadora da Região do Norte representou, em 2012, aproximadamente 39,3% das exportações portuguesas – valor que compara com 40,6% em 2011 e com 45,2% em 2007 (incorporando, em todos os casos, uma correção pela parcela “extra-regio”).

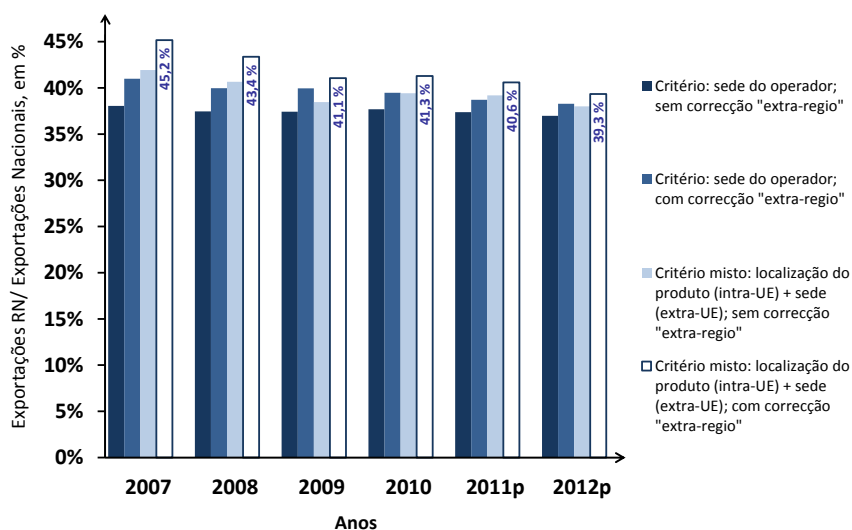
Do lado das importações de bens, e de acordo com os mesmos critérios, a Região do Norte foi, em 2012, responsável por cerca de 12,2 mil M€ de importações (valor igualmente provisório, calculado por defeito), representando 22,8% das importações portuguesas – proporção idêntica à observada em 2009, mas inferior à estimada para 2010 e para 2011.

O Norte de Portugal continua, portanto, a ser uma região muito mais exportadora do que importadora de mercadorias, ao contrário do que sucede com a globalidade da economia portuguesa. A participação da Região do Norte no comércio internacional de Portugal apresentou, em 2012, um excedente de cerca de 5 mil M€.

⁵¹ Os resultados do comércio internacional de mercadorias aqui analisados, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, correspondem a resultados definitivos até ao ano de 2010. Para 2011, utilizámos os resultados mais recentes, revistos em dezembro de 2012, mas que o INE continua a considerar como provisórios. Para o ano de 2012, os dados são também provisórios, numa versão atualizada em abril de 2013. Em relação ao anterior relatório anual de execução do programa ON.2, ocorreram revisões dos dados de 2010 e de 2011. Os cálculos das variações anuais para 2012 foram feitos tendo por referência uma versão do ano de 2011 tida por equivalente à que hoje se encontra disponível para o ano de 2012, por forma a não enviesar a análise.

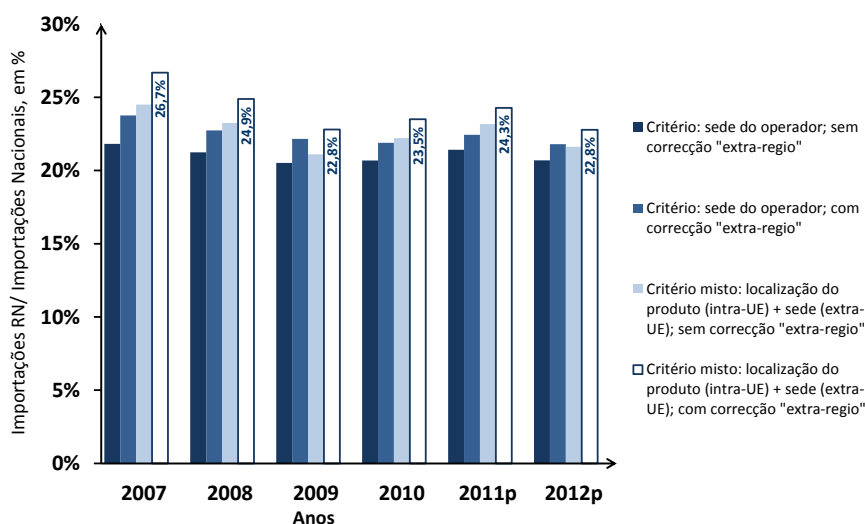
⁵² Ver **ANEXO A.5** - Importância relativa da Região do Norte face ao comércio internacional de Portugal: questões metodológicas.

Figura 2.4.2 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto origem das Exportações nacionais



Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

Figura 2.4.3 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto destino das Importações nacionais



Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

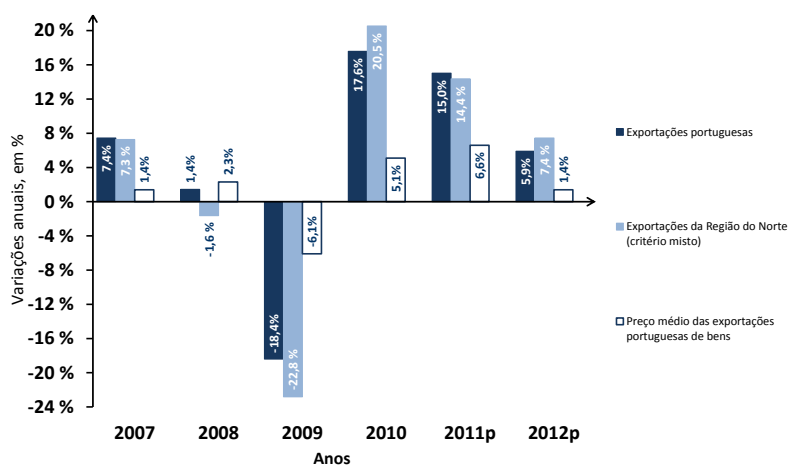
Exportações de mercadorias da Região do Norte em 2012

As exportações portuguesas de mercadorias, incluindo o caso específico das exportações atribuíveis à Região do Norte, observaram em 2012 crescimentos inferiores aos do ano anterior, prosseguindo, assim, a desaceleração que já fora notória em 2011. Em 2012, o crescimento das exportações oriundas da Região do Norte foi superior ao crescimento da globalidade das exportações portuguesas.

As exportações de mercadorias da Região do Norte avaliadas pelo critério misto⁵³ terão crescido cerca de 7,4%, em valor, no ano de 2012. A nível nacional, as exportações tiveram, em 2012, um crescimento nominal de 5,9% e o respetivo preço médio cresceu 1,4%. As exportações de mercadorias da Região do Norte registaram, em 2012, um crescimento muito mais acentuado no comércio extracomunitário (+21,7%, em valor) do que nas trocas intra-União Europeia (+4,3%).

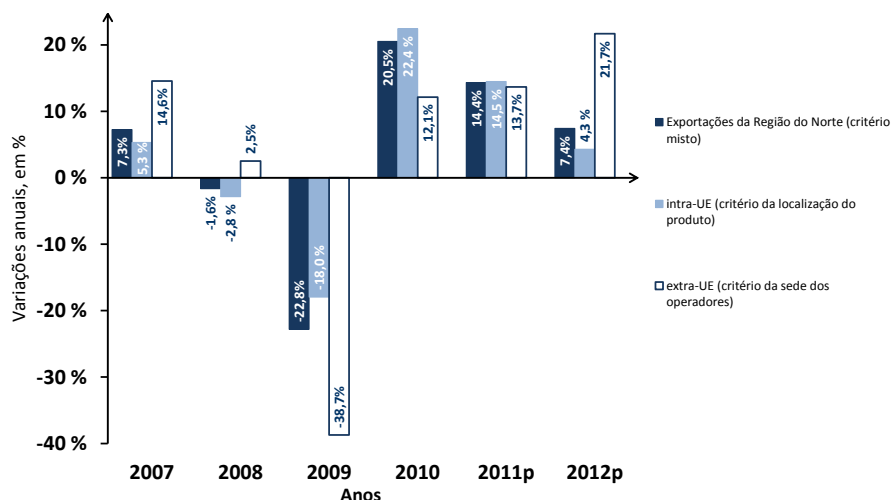
Figura 2.4.4 - Dinâmicas comparadas de crescimento das exportações, a preços correntes

| 71



Fonte: INE, Contas Nacionais; INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012) e cálculos próprios

Figura 2.4.5 - Crescimento em valor das exportações da Região do Norte, por mercados



Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

⁵³ Ver ANEXO A.7 – Exportações da Região do Norte 2005-2012 (em % do total de cada ano).

Em 2012, cerca de 80% das mercadorias exportadas pela Região do Norte tiveram como destino a União Europeia. Três países (Espanha, França e Alemanha) absorveram metade do total exportado pela Região do Norte, mas perdendo importância relativa face a 2011. Angola, Estados Unidos da América e Suíça são os únicos países de fora da União Europeia que surgem na lista dos 14 principais destinos das mercadorias exportadas por esta região NUTS II.

Quadro 2.4.1 - Mercados de exportação da Região do Norte (em percentagem do total)

| 72

Mercados	2011	2012
ESPAÑA	25,5%	22,9%
FRANÇA	15,7%	14,3%
ALEMANHA	13,2%	12,8%
REINO UNIDO	6,7%	7,1%
ANGOLA	4,2%	5,6%
BÉLGICA	4,6%	4,6%
ITÁLIA	4,1%	4,5%
PAÍSES BAIXOS	4,2%	4,5%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	2,5%	2,9%
DINAMARCA	1,0%	1,1%
POLÓNIA	1,1%	1,1%
SUÉCIA	1,2%	1,1%
REPÚBLICA CHECA	1,0%	1,1%
SUÍÇA	0,9%	1,0%
Outros Estados-membros da UE	4,5%	4,4%
Resto do mundo	9,5%	10,9%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (resultados provisórios)

As exportações internacionais da Região do Norte são reveladoras da sua especialização, em especial no têxtil e nas máquinas e aparelhos (sobretudo do sector elétrico e eletrónico). Em segundo plano, surgem os plásticos e borrachas, o calçado, os metais comuns e mesmo a fileira automóvel, embora em perda de importância. Em 2012, face ao ano anterior, destaca-se sobretudo a perda de importância relativa da fileira automóvel e da dos têxteis.

Os produtos da fileira têxtil mantêm-se dominantes, embora ao longo dos anos tenham vindo a perder alguma da sua importância relativa. Em 2012, os têxteis representavam 17,0% das exportações da Região do Norte (proporção que compara com 18,3% em 2011 e com 24,8% em 2005). O vestuário, em particular, deixou de representar cerca de um sexto (16,5%) das exportações da Região Norte em 2005, para passar a pouco mais de um décimo do total (10,6%) em 2012.

As máquinas, aparelhos e materiais elétricos sofreram uma brusca perda de importância relativa na estrutura exportadora da Região do Norte em 2009, em resultado do encerramento da atividade de um grande exportador. O peso relativo deste grupo de produtos nas exportações da Região do Norte tem-se mantido estável nos últimos anos (10,3% em 2012). O conjunto das máquinas e aparelhos (elétricos e mecânicos) representou 15,7% do total em 2012.



O grupo dos plásticos e borrachas apresentou, nos últimos anos, uma importância relativa sempre crescente, atingindo, em 2012, cerca de 8,6% das exportações de mercadorias do Norte de Portugal.

Ao contrário dos têxteis, o calçado é um exemplo de uma especialização tradicional que tem conseguido manter quase intacta a sua representação face ao total das exportações da Região do Norte, embora com ligeira perda nos anos mais recentes. Em 2012, o calçado representou 8,4% das exportações do Norte de Portugal.

Tal como os plásticos e borrachas, também o grupo dos metais comuns e suas obras tem vindo lentamente a aumentar a sua importância relativa na estrutura exportadora do Norte de Portugal. Em 2012, os metais comuns e suas obras responderam por 8,3% das exportações desta região.

O peso da fileira automóvel nas exportações da Região do Norte diminuiu em 2012 para 7,5%.

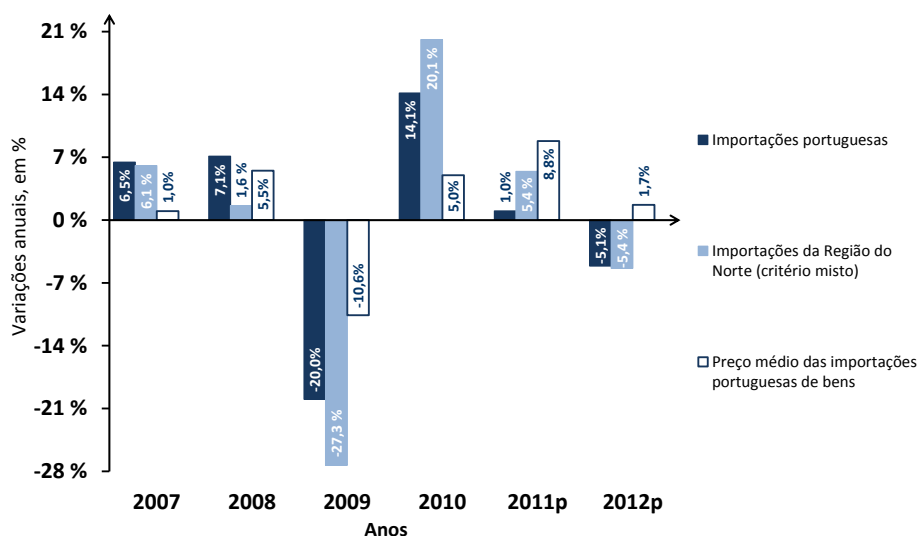
Na estrutura exportadora da Região do Norte em 2012, destacam-se ainda as caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos (com 5,4% do total), o mobiliário (4,5% do total, embora em conjunto com outros produtos de menor expressão relativa), a cortiça (4,3%), as bebidas (3,5%), os produtos das indústrias químicas ou conexas (também 3,5%) e os combustíveis minerais (3,2%).

Por último, refira-se a continuação, em 2012, do aumento da importância relativa de um grupo de produtos constituído por pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras, bijutaria e moedas. Este conjunto representava apenas 0,3% das exportações do Norte em 2008, tendo a sua importância relativa progredido até 4,2% em 2012. Apesar do esforço de internacionalização da indústria de ourivesaria e joalheria, esta forte progressão traduz sobretudo a exportação de valores alienados pelas famílias em busca de liquidez.

Importações de mercadorias pela Região do Norte em 2011

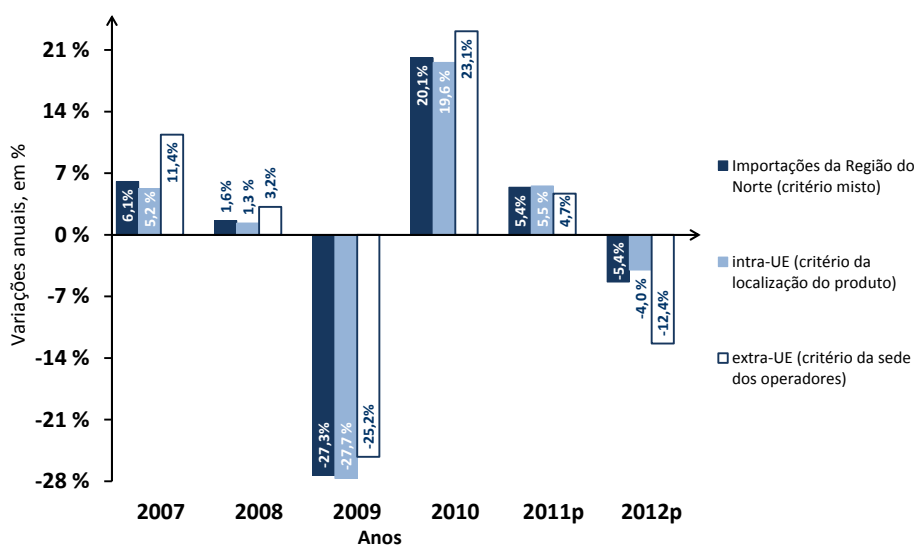
Em 2012, tanto as importações atribuídas à Região do Norte como o total das importações portuguesas registaram uma diminuição muito semelhante. Assim, as importações portuguesas diminuíram 5,1%, em volume, no ano de 2012, ao passo que as importações para a Região do Norte diminuíram 5,4%. No caso da Região do Norte, a queda foi mais acentuada nas importações oriundas de fora da União Europeia (-12,4%) do que nas trocas intracomunitárias (-4,0%).

Figura 2.4.6 - Dinâmicas comparadas de crescimento das importações, a preços correntes



Fonte: INE, Contas Nacionais; INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012) e cálculos próprios

Figura 2.4.7 - Crescimento em valor das importações da Região do Norte, por mercados



Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

Em 2012, cerca de 84,9% das mercadorias importadas pela Região do Norte foram oriundas da União Europeia. A concentração geográfica é ainda mais acentuada do que no caso das exportações, com os três principais mercados fornecedores (Espanha, Alemanha e Itália) a assegurarem 59,4% do total. Fora da UE, a China e a Índia são os principais fornecedores da Região do Norte.

Quadro 2.4.2 - Mercados fornecedores da Região do Norte (em % do total)

Mercados	2011	2012
ESPAÑA	36,2%	35,6%
ALEMANHA	14,5%	15,2%
ITÁLIA	8,1%	8,5%
FRANÇA	6,4%	6,7%
PAÍSES BAIXOS	6,1%	6,2%
CHINA	3,8%	4,0%
REINO UNIDO	4,1%	3,3%
BÉLGICA	3,2%	3,1%
SUÉCIA	1,5%	1,5%
ÍNDIA	1,5%	1,4%
Outros Estados-membros da UE	4,7%	4,7%
Resto do mundo	9,9%	9,7%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados provisórios)

| 75

Quadro 2.4.3 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas (variações anuais a preços correntes, em %)

Anos	Produtos alimentares e bebidas	Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	Material de transporte e acessórios	Bens de consumo não especificados noutra categoria	Total
2008	6,0%	1,9%	-1,8%	1,0%	-2,7%	1,7%	1,6%
2009	-14,7%	-27,6%	-26,0%	-39,5%	-22,1%	-15,1%	-27,3%
2010	14,9%	28,2%	15,0%	10,0%	17,3%	17,5%	20,1%
2011	11,3%	8,6%	47,7%	-0,3%	-6,1%	-5,0%	5,4%
2012	6,2%	-6,4%	-24,7%	-0,3%	-13,0%	-9,4%	-5,4%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

A diminuição, no ano de 2012, das importações de mercadorias atribuídas à Região do Norte foi sentida em todos os tipos de bens, exceto nos produtos alimentares. A evolução, nos últimos cinco anos, da estrutura das importações destinadas ao Norte de Portugal por grandes categorias económicas mostra uma diminuição da importância relativa dos bens de investimento (máquinas e material de transporte), compensada com um reforço do peso relativo dos *inputs* destinados à atividade industrial e dos produtos alimentares e bebidas.

Quadro 2.4.4 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas

Anos	Produtos alimentares e bebidas	Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	Material de transporte e acessórios	Bens de consumo não especificados noutra categoria	Total
2008	10,5%	42,8%	2,9%	25,1%	7,2%	11,5%	100%
2009	12,3%	42,7%	2,9%	20,9%	7,7%	13,4%	100%
2010	11,8%	45,6%	2,8%	19,1%	7,5%	13,2%	100%
2011	12,4%	47,0%	3,9%	18,1%	6,7%	11,9%	100%
2012	13,8%	47,2%	3,3%	18,4%	6,1%	11,1%	100%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2010 e provisórios para 2011 e 2012)

| 76

Construção e Habitação

No sector da construção civil, o ano de 2012 veio prolongar – tanto a nível nacional, como na Região do Norte – um ciclo já longo de contínuo abrandamento da atividade, avaliada pelo número de obras licenciadas.

De acordo com dados preliminares, o número de construções licenciadas na Região do Norte, em 2012, terá diminuído cerca de 7,9% face ao ano anterior (valor que compara com uma queda de 12,3% em 2011, com base em dados revistos). Contudo, o número de construções novas licenciadas observou uma queda bastante mais acentuada, com uma variação de -21,9% em 2012 (acentuando a tendência que em 2011 tinha sido um recuo de 15,9%). É, pois, de supor que o crescimento do mercado de reconstruções tenha continuado a permitir atenuar a intensidade da crise que afeta o sector.

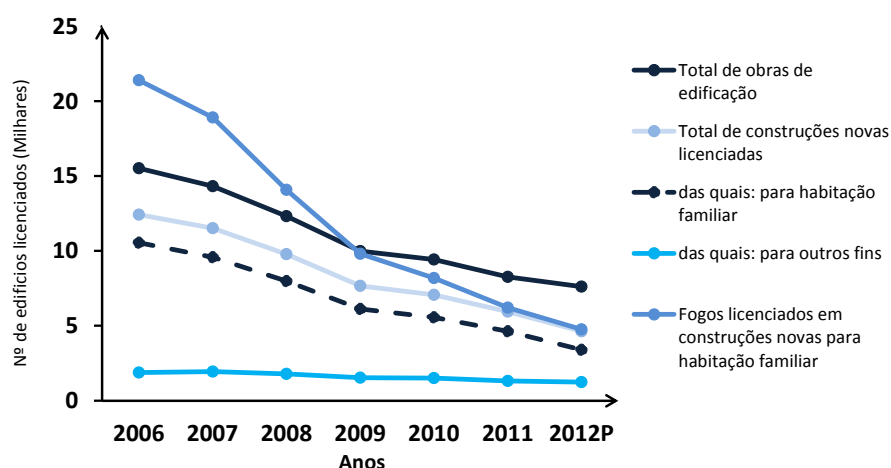
A proporção de reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas não é ainda conhecida para 2012, mas foi sempre crescente nos anos anteriores. Na Região do Norte, aquela proporção passou de 5 reconstruções por cada 100 construções novas, em 2007, para 7,3 reconstruções por cada 100 construções novas, em 2011. Trata-se de proporções superiores às observadas a nível nacional, mas, ainda assim, são valores muito pouco expressivos face ao potencial que é reconhecido ao mercado de reconstruções. Tudo leva a crer que em 2012 a importância relativa das reconstruções tenha continuado a aumentar.

Ao mesmo tempo, acentuou-se o movimento descendente dos preços no mercado de habitação. De acordo com o índice “Confidencial Imobiliário”, os preços da habitação na Região do Norte registaram, em média, uma variação de -5,0% em 2012. Este resultado significa um agravamento de uma tendência que, nos três anos anteriores, já tinha sido negativa.

Para o território do Continente (NUTS I), o índice “Confidencial Imobiliário” (baseado em preços de transações efetuadas) apresentou também uma variação negativa em 2012, mas menos acentuada (-2,2%). Neste caso, trata-se apenas do segundo ano consecutivo com tendência negativa neste índice.

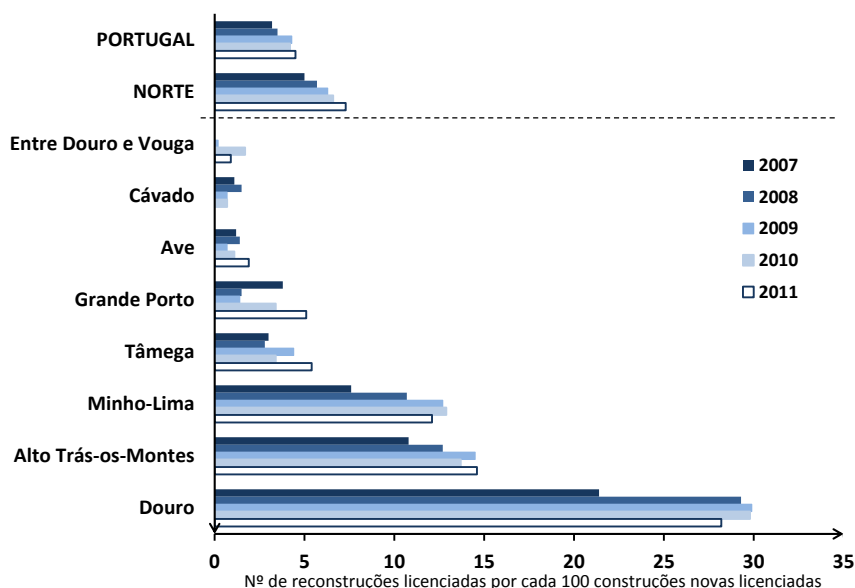
Também os valores médios por m2 praticados na avaliação bancária de habitação voltaram a diminuir em 2012 e de forma particularmente acentuada. Na Região do Norte, a variação registada em 2012 foi de -6,0%. Este indicador, porém, ao contrário do que sucedeu com índice “Confidencial Imobiliário”, registou um recuo mais acentuado a nível nacional (-7,1%) do que no Norte do país.

Figura 2.4.8 - Construções novas licenciadas na Região do Norte



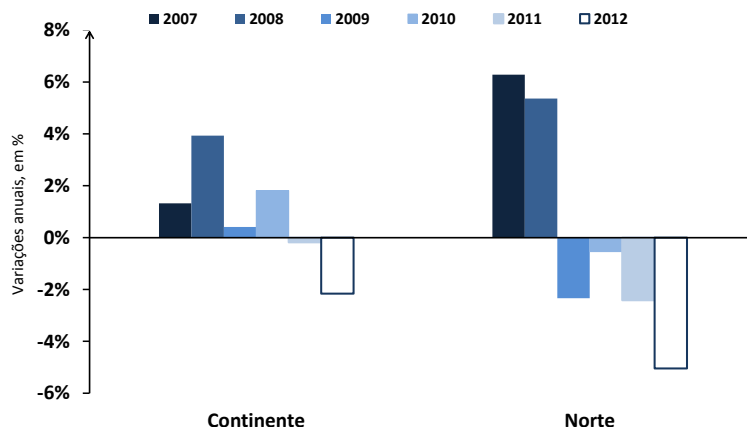
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios (valores preliminares para 2011)

Figura 2.4.9 - Reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas licenciadas



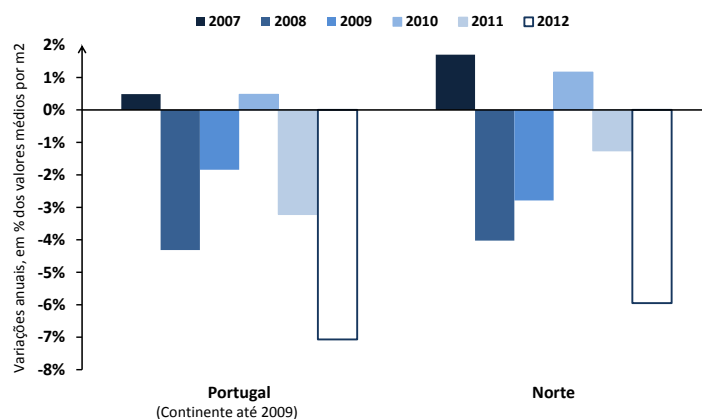
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios

Figura 2.4.10 - Índice “Confidencial Imobiliário”: preços da habitação



Fonte: Confidencial Imobiliário, Índice “Confidencial Imobiliário”

Figura 2.4.11 - Avaliação bancária da habitação



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação

Investimento municipal

O investimento realizado pelos municípios da Região do Norte constitui uma parte importante do investimento público, nomeadamente, por resultar de dinâmicas geradas à escala local no espaço da própria região. A sua análise ganha aqui particular relevância, na medida em que uma parte muito significativa do ON.2 – “O Novo Norte” se destina a apoiar investimento público destas entidades. Assim, o investimento realizado pelos municípios é um fator relevante no que se refere à execução deste Programa Operacional Regional.

Os municípios realizam investimento diretamente, através da aquisição de bens de capital. Mas uma parte do investimento é realizada por outras entidades, através das transferências de capital, sem por

isso deixar de ser impulsionado e financiado pelos municípios Na análise que se segue⁵⁴, chamaremos investimento municipal à soma destas duas rubricas: despesas com aquisição de bens de capital e despesas com transferências de capital.

Em 2012, o investimento realizado pelos municípios da Região do Norte ascendeu a 1.145,9 M€ (valor dos compromissos assumidos para o próprio exercício do ano 2012). Deste total, estavam já pagos, no final de 2012, cerca de 690,3 M€ (M€), restando 455,6 M€ de compromissos por pagar⁵⁵.

| 79

Quadro 2.4.5 - Investimento municipal na Região do Norte em 2012

unidade: milhões de euros (10⁶ euros)

	Compromissos assumidos do exercício	Despesas pagas	Compromissos por pagar
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	978,1	561,4	416,7
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	167,8	128,9	38,9
07+08 INVESTIMENTO MUNICIPAL	1145,9	690,3	455,6

Fonte: Mapa de controlo orçamental da despesa; Prestação de contas dos municípios de 2012 (DGAL – SIIAL)
Nota: não inclui o município de Macedo de Cavaleiros

A maior fatia (representando 85,4% do investimento municipal) diz respeito a investimento realizado diretamente pelos municípios, dado que a rubrica aquisição de bens de capital totalizou 978,1 M€ de compromissos assumidos para o exercício. Deste total, há 488,6 M€ de compromissos que dizem respeito a “construções diversas”. Estas “construções diversas” incluem, entre outras, as seguintes: viadutos, arruamentos e obras complementares (com 198,2 M€), viação rural (70,2 M€), sistemas de drenagem de águas residuais (44,7 M€), instalações desportivas e recreativas (42,0 M€), parques e jardins (32,2 M€) e captação e distribuição de água (14,3 M€).

A seguir às “construções diversas”, a segunda maior parcela da rubrica aquisição de bens de capital são os edifícios, com compromissos assumidos no valor de 363,4 M€, destacando-se as escolas (204,4 M€), as instalações desportivas e recreativas (50,6 M€) e instalações de serviços (43,2 M€).

Ainda dentro da rubrica aquisição de bens de capital, vale a pena referir os compromissos assumidos respeitantes à aquisição de terrenos (29,3 M€), à construção e aquisição de habitações (11,8 M€) e a *software* informático (9,1 M€).

Aproximadamente um sétimo do investimento municipal na Região do Norte foi, em 2012, promovido por outras entidades que não os municípios. As transferências de capital da responsabilidade dos municípios ascenderam a 167,8 M€ (o equivalente a 14,6% do total de compromissos assumidos com investimento municipal). Entre os destinatários destas transferências de capital, destacam-se as

⁵⁴ Os dados que aqui se analisam foram obtidos a partir da base de dados do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), da responsabilidade da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). Foi utilizada informação dos Mapas de Controlo Orçamental da Despesa e da Receita produzidos no âmbito dos documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2012. A data de consulta ao SIIAL foi o dia 15 de Maio de 2013. Importa ressaltar que os dados cobrem apenas 85 dos 86 municípios que integram a Região do Norte, estando ainda em falta, naquela data, a informação de Macedo de Cavaleiros.

⁵⁵ Note-se que, uma vez que esta informação tem origem no mapa de controlo orçamental da despesa, não estão contabilizados os valores que eventualmente tenham sido pagos em 2012 referentes a compromissos transitados de anos anteriores.

freguesias (62,9 M€), as empresas públicas municipais e intermunicipais (com 53,0 M€), as instituições sem fins lucrativos (38,8 M€) e as associações de municípios (6,6 M€).

Quadro 2.4.6 - Repartição territorial do investimento municipal na Região do Norte em 2012

unidade: milhões de euros (10⁶ euros)

UTs do QREN	Compromissos assumidos para o exercício de 2012			
	07: AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	08: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	INVESTIMENTO MUNICIPAL (07+08)	
	milhões de euros	milhões de euros	milhões de euros	%
REGIÃO DO NORTE *	978,1	167,8	1.145,9	100 %
Minho-Lima	96,3	15,3	111,6	9,7 %
Cávado	66,7	25,9	92,6	8,1 %
Ave	115,7	17,9	133,6	11,7 %
Grande Porto	219,9	67,8	287,7	25,1 %
Entre-Douro-e-Vouga	76,9	7,0	83,9	7,3 %
Tâmega	188,0	10,9	198,8	17,4 %
Douro	97,7	12,9	110,7	9,7 %
Alto Trás-os-Montes *	116,8	10,1	126,9	11,1 %

* - não inclui Macedo de Cavaleiros

Fonte: Mapa de controlo orçamental da despesa; Prestação de contas dos municípios de 2012 (DGAL – SIIAL)

Quanto à repartição territorial do investimento municipal na Região do Norte em 2012 pelas Unidades Territoriais de referência do QREN, constata-se que cerca de um quarto dos compromissos foram assumidos pelos municípios do Grande Porto. Em segundo lugar, surgem os municípios do Tâmega, com 17,4% do total, e logo depois os do Ave (11,7% do total) e os do Alto Trás-os-Montes (11,1%, sem incluir Macedo de Cavaleiros).

Uma parte do investimento municipal foi alavancada por transferências comunitárias, no âmbito de projetos cofinanciados por fundos comunitários. Em 2012, os municípios da Região do Norte (excluindo Macedo de Cavaleiros) receberam um total 310,8 M€ pela participação comunitária em projetos cofinanciados. Os municípios do Tâmega e do Grande Porto (UT QREN) concentraram mais de um quarto desse valor.

Quadro 2.4.7 - Repartição territorial da participação comunitária em projetos cofinanciados promovidos pelos municípios da Região do Norte em 2012

unidade: milhões de euros (10⁶ euros)

UTs do QREN	Participação Comunitária em Projectos Co-financiados em 2012			
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	
	milhões de euros	milhões de euros	milhões de euros	%
REGIÃO DO NORTE *	7,4	303,4	310,8	100 %
Minho-Lima	0,3	36,5	36,8	11,8 %
Cávado	0,3	20,3	20,6	6,6 %
Ave	1,0	43,2	44,2	14,2 %
Grande Porto	2,8	50,5	53,2	17,1 %
Entre-Douro-e-Vouga	0,1	20,9	21,0	6,8 %
Tâmega	0,6	52,6	53,2	17,1 %
Douro	1,3	38,9	40,2	12,9 %
Alto Trás-os-Montes *	1,1	40,3	41,5	13,3 %

* - não inclui Macedo de Cavaleiros

Fonte: Mapa de controlo orçamental da receita; Prestação de contas dos municípios de 2012 (DGAL – SIIAL)

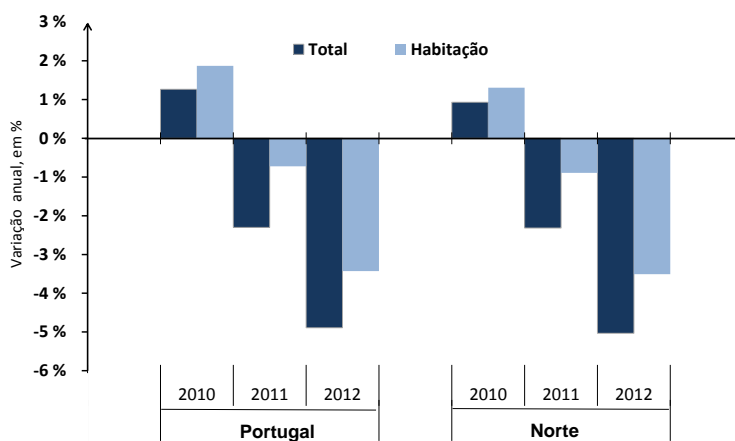
Endividamento das famílias

A informação disponibilizada pelo Banco de Portugal referente ao crédito às famílias em 2012 confirma a intensificação de uma política restritiva na concessão de crédito por parte do sistema financeiro e os níveis crescentes de incumprimento por parte das famílias, inclusive no segmento do crédito à habitação.

Em 2012, o crédito às famílias na Região do Norte (saldo no final do ano) ascendia a 40.509 M€ e apresentava uma variação anual negativa de -5,0%, resultado que compara com uma variação de -2,3% em 2011. No segmento do crédito à habitação, a variação observada na Região do Norte em 2012 foi de -3,5%, representando também neste caso um agravamento da tendência que tinha caracterizado o ano de 2011 (-0,9%). Assinale-se que as variações observadas no crédito às famílias na Região do Norte em 2012 foram muito semelhantes às verificadas a nível nacional (-4,9% no crédito total e -3,4% no segmento da habitação).

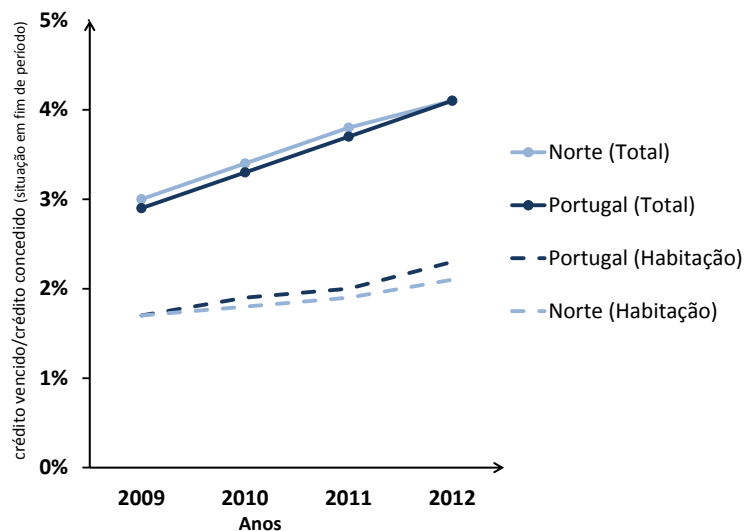
Os níveis de incumprimento por parte das famílias (crédito vencido em % do crédito concedido, em final de período) voltaram a aumentar em 2012, tanto na Região Norte (de 3,8% para 4,1%), como a nível nacional (de 3,7% para 4,1%). No segmento do crédito à habitação, os níveis de incumprimento são inferiores, mas registaram também um novo agravamento em 2012 (de 1,9% para 2,1%, no caso da Região do Norte, e de 2,0% para 2,3% a nível nacional).

Figura 2.4.12 - Empréstimos concedidos às famílias (saldos em fim de período)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Figura 2.4.13 - Rácios de crédito vencido das famílias



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

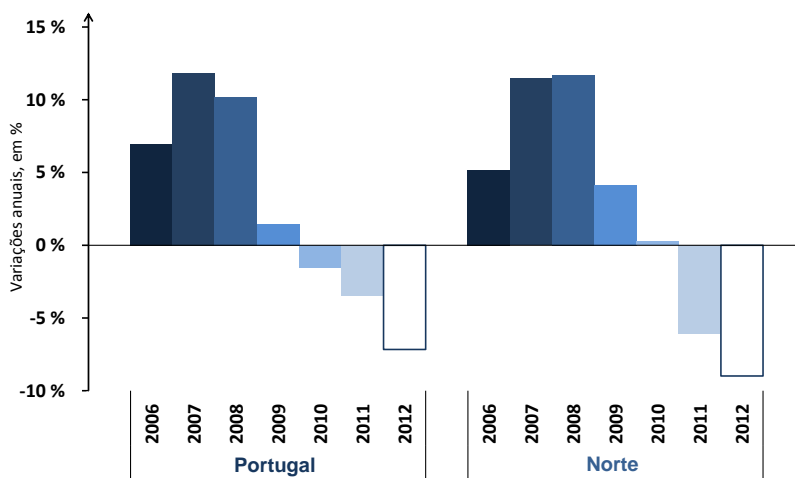
Endividamento das empresas

Com os níveis de incumprimento das empresas a continuar a subir, em 2012, os bancos e outras instituições financeiras restringiram ainda mais o acesso ao crédito, pelo que a dívida das empresas perante o sector financeiro diminuiu. Em 2012, de forma ainda mais clara do que no ano anterior, as empresas não tiveram, em geral, capacidade de se financiarem junto do sistema financeiro.

Em 2012, o crédito às sociedades não financeiras da Região do Norte (saldo no final do ano) ascendia a 27.538 M€ e apresentava uma variação anual de -9,0%, resultado que compara com uma variação de -6,1% em 2011.

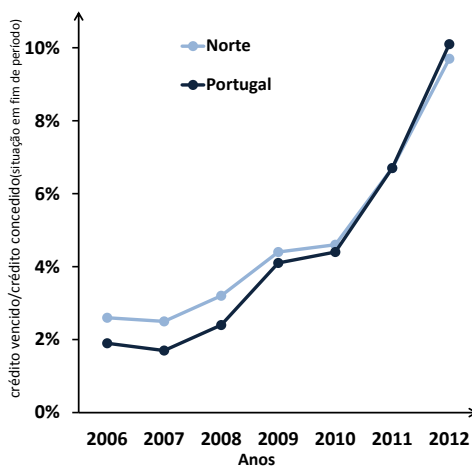
Em simultâneo, acelerou o crescimento dos rácios de crédito vencido, que traduzem o incumprimento das empresas perante o sistema financeiro. No final de 2012, o crédito às empresas vencido e não liquidado representava já 9,7% do total para as empresas da Região do Norte e 10,1% a nível nacional. No final de 2011, estes rácios eram de 6,7%, tanto para a Região do Norte como para o total do país.

Figura 2.4.14 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (saldos em fim de período)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Figura 2.4.15 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Atividade turística

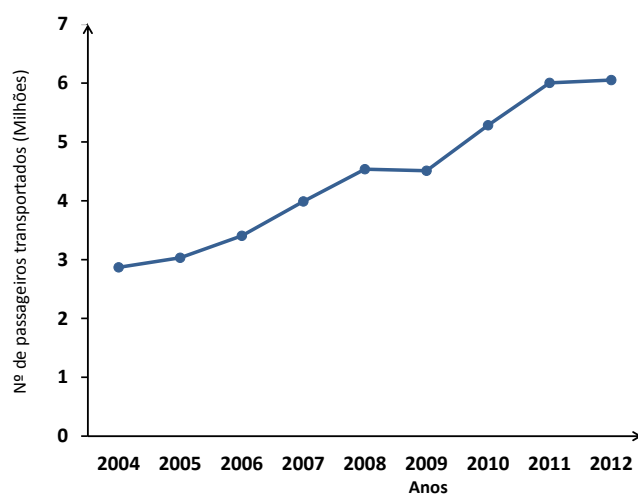
Em 2012, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro voltou a atingir a marca de 6 milhões de passageiros, consolidando o resultado do ano anterior, apesar da deterioração da conjuntura económica internacional. Em 2012, passaram pelo Aeroporto Francisco Sá Carneiro aproximadamente 6.051 milhares de passageiros, o que representa apenas +0,77% do que em 2011.

Quanto à atividade hoteleira da Região do Norte, o ano de 2012 ficou marcado por variações negativas nos principais indicadores.

Os estabelecimentos hoteleiros do Norte de Portugal registaram, em 2012, ligeiros decréscimos nos números de hóspedes (-0,6%, segundo dados provisórios) e de dormidas (-0,2%). As quebras foram mais acentuadas nos proveitos, com variações de -2,4% nos proveitos de aposento e de -5,0% nos proveitos totais.

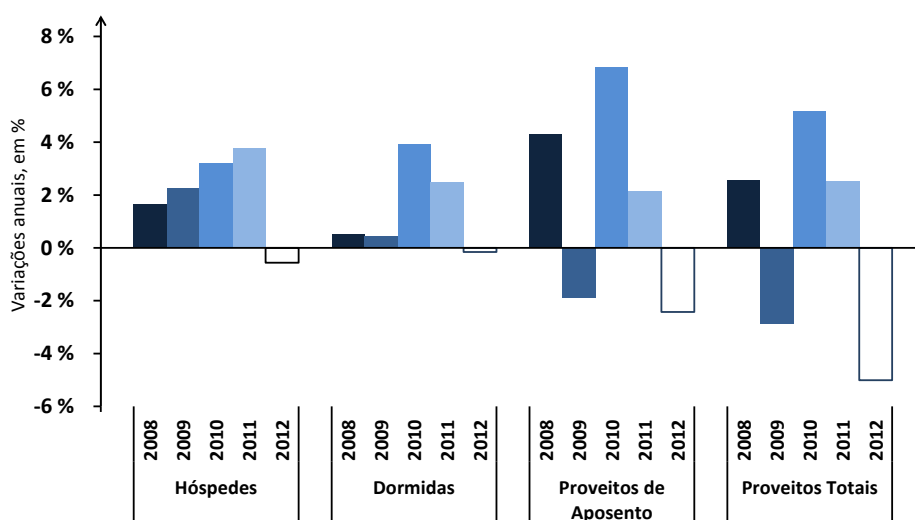
Figura 2.4.16 - Número de passageiros transportados no Aeroporto Sá Carneiro

| 84



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e ANA, Aeroportos

Figura 2.4.17 - Atividade hoteleira na Região do Norte



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Emprego⁵⁶

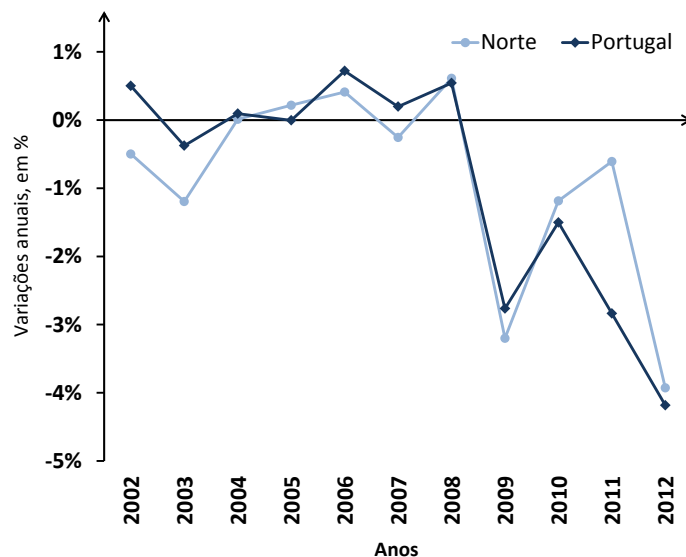
Em 2012, tal como nos três anos anteriores, ocorreu, em termos líquidos, um processo de destruição de emprego, quer na Região do Norte, quer a nível nacional.

A população empregada residente na Região do Norte cifrou-se, em 2012, em cerca de 1.655 milhares de pessoas (em média anual). Este valor significa, aproximadamente, menos 68 mil indivíduos empregados do que em 2011 e menos 157 mil do que em 2008.

Em termos relativos, a variação do número de empregados residentes na Região do Norte foi de -3,9% em 2012 (resultado que mostra um claro agravamento da tendência, quando comparado com a variação de -0,6% observada em 2011). Em 2012, pelo terceiro ano consecutivo, a perda de emprego foi, em termos relativos, menos acentuada na Região do Norte do que a nível nacional (onde se cifrou em -4,2%).

No entanto, a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos de idade na Região do Norte continua a ser inferior à observada a nível nacional. Em 2012, a taxa de emprego (dos 20 aos 64 anos) cifrava-se em 65,5% na Região do Norte e em 66,5% para Portugal.

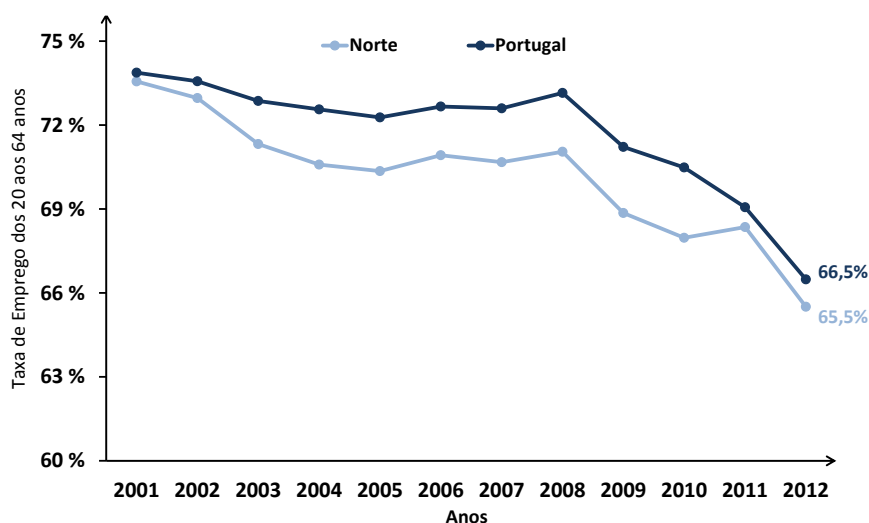
Figura 2.4.18 - Taxas de crescimento da população empregada (sobre valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

⁵⁶ Ver nota metodológica no ANEXO A.4 - Impacto da quebra de série do Inquérito ao Emprego na Região do Norte.

Figura 2.4.19 - Taxas de emprego dos 20 aos 64 anos (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Por ramos de atividade, as indústrias transformadoras continuam a ser o principal setor empregador da Região do Norte, embora prosseguindo uma tendência de diminuição do respetivo número de trabalhadores empregados. Em 2012, eram, em média anual, cerca de 415 mil as pessoas residentes no Norte empregadas em alguma indústria transformadora (menos 12 mil do que em 2011, representando -2,8%). Desde 2008, a variação acumulada é de menos cerca de 45 mil indivíduos da Região do Norte empregados no sector transformador. Em termos relativos, porém, as indústrias transformadoras continuam a ser responsáveis por cerca de um quarto do emprego da Região do Norte, não existindo aí grandes alterações (25,1% em 2012, contra 25,4% em 2008).

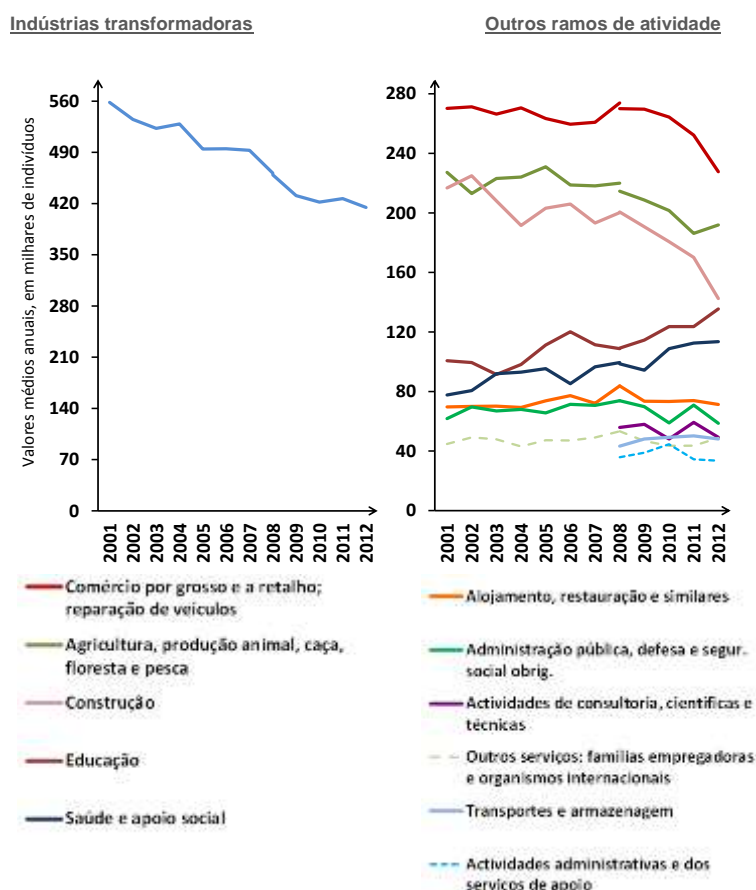
Os sectores que na Região do Norte registaram, em 2012, as maiores quebras no emprego em termos absolutos, foram a construção, com menos 28 mil indivíduos empregados (variação relativa de -16,3%) e o comércio grossista e retalhista (incluindo reparação automóvel), com menos 25 mil empregados (representando -9,7%). Desde 2008, a destruição de emprego nestes sectores, em termos líquidos, representa menos 58 mil trabalhadores na construção e menos 42 mil no comércio.

Também com perdas importantes em 2012, na Região do Norte, importa referir a administração pública, defesa e segurança social obrigatória e as atividades de consultoria. Na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (sector onde não se incluem nem as atividades educativas, nem de prestação de saúde, desenvolvidas em estabelecimentos públicos), contabilizavam-se, em 2012, aproximadamente menos 12 mil indivíduos empregados da Região do Norte do que em 2011 (variação de -17,2%). Nas atividades de consultoria, a variação observada na Região do Norte em 2012 foi de menos 10 mil indivíduos empregados (-16,9%).

No sentido contrário, o sector que, em 2012, apresentou a maior criação líquida de emprego na Região do Norte, foi a educação, com uma variação absoluta de cerca de mais 12 mil pessoas

empregadas (+9,5%). Neste aspeto, vale a pena referir também o sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que em 2012 ganhou, na Região do Norte, mais cerca de 6 mil ativos empregados (+3,1%).

Figura 2.4.20 - População empregada por ramos de atividade na Região do Norte⁵⁷



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Desemprego⁵⁸

Em 2012, a taxa de desemprego na Região do Norte cifrou-se em 16,1% (valor médio anual), o que representa um forte agravamento face ao verificado em 2011 (13,0%). Além de o valor de 2012 ser o mais elevado de que há registo, esta diferença entre os valores de 2011 e 2012 (+3,1 pontos percentuais) é também o mais acentuado agravamento anual da taxa de desemprego alguma vez

⁵⁷ Neste gráfico, está representado o emprego de residentes na Região do Norte por ramos de atividade segundo as secções da CAE Rev.2.1 até 2008 (inclusive) e segundo as secções da CAE Rev.3 desde 2008 (inclusive). Na legenda, são usadas apenas as designações da CAE Rev.3. O conteúdo das secções de uma e outra versão da CAE não é absolutamente coincidente, razão pela qual algumas das séries representadas apresentam uma evidente descontinuidade no ano de 2008.

⁵⁸ Ver nota metodológica no ANEXO A.6 - Indicador Local de Desemprego Registrado de 2012.

observado na Região do Norte. Deste modo, o desemprego na Região do Norte continuou, em 2012, a situar-se um pouco acima do valor nacional da taxa de desemprego (o qual se cifrou 15,7%, valor que compara com 12,7% no ano 2011).

O aumento da taxa de desemprego na Região do Norte, em 2012, afetou todos os estratos populacionais observados, mas foi particularmente acentuado entre os menores de 35 anos e entre os indivíduos cujo nível de instrução corresponde ao ensino secundário.

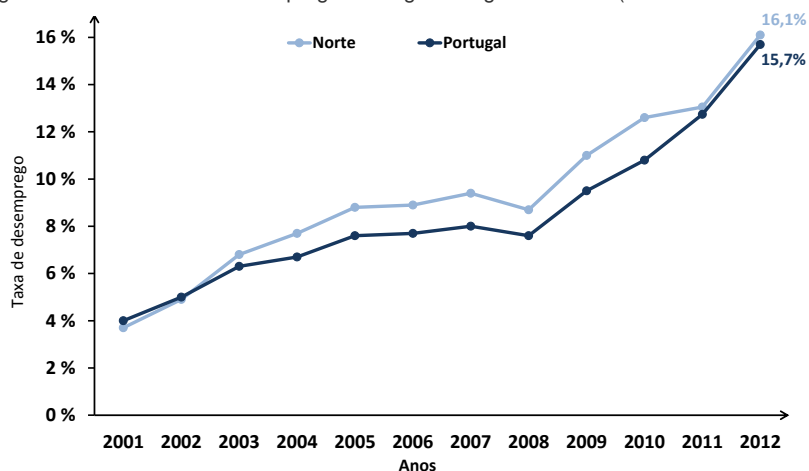
| 88

Na Região do Norte, a diferença entre os níveis médios anuais de desemprego masculino e feminino voltou a reduzir-se em 2012, tendo atingindo um nível que passou a ser a menor diferença observada nos últimos 10 anos. De facto, o desemprego feminino atingiu o valor de 17,0% (mais 2,7 pontos percentuais do que em 2011), enquanto o desemprego masculino se fixou em 15,3% (mais 3,4 pontos percentuais do que no ano precedente).

A taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos) atingiu, em 2012, um valor médio anual de 32,8% na Região do Norte (valor que compara com 28,5% em 2011). No entanto, foi no grupo etário dos 25 aos 34 anos que o nível de desemprego mais se agravou entre 2011 e 2012 (tendo passado de 13,4% para 18,8%). Nos grupos etários mais velhos não só as taxas de desemprego são menores, como também sofreram um agravamento mais moderado em 2012.

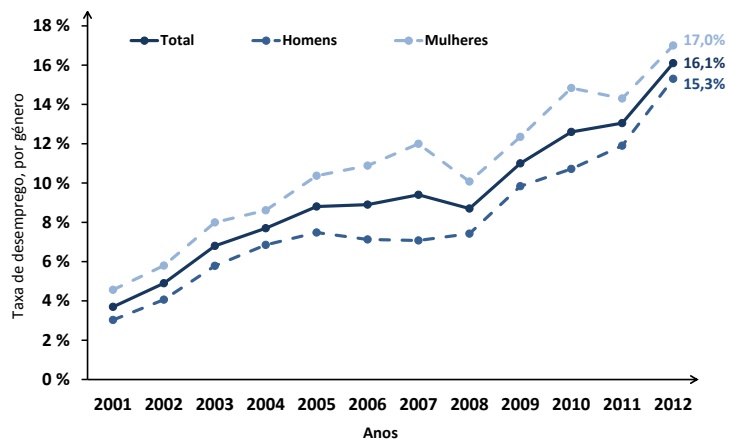
Por níveis de instrução, os indivíduos com habilitação ao nível do ensino secundário enfrentam um nível de desemprego que, em 2012, foi não apenas o mais elevado (20,3%), como também aquele que mais se agravou face a 2011 (mais 4,1 pontos percentuais).

Figura 2.4.21 - Taxas de Desemprego: Portugal e Região do Norte (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.4.22 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por género (valores médios anuais)



| 89

Figura 2.4.23 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por grupo etário (valores médios anuais)

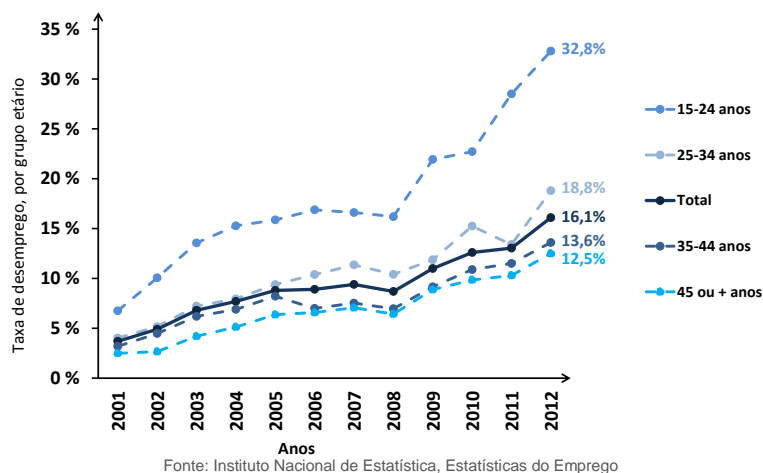
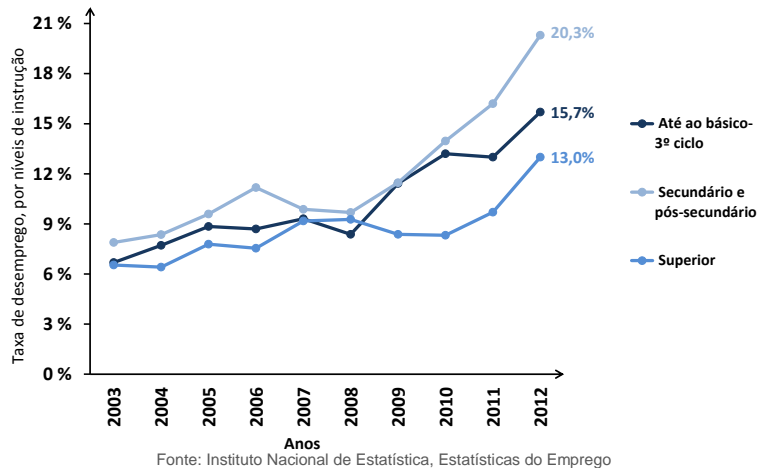


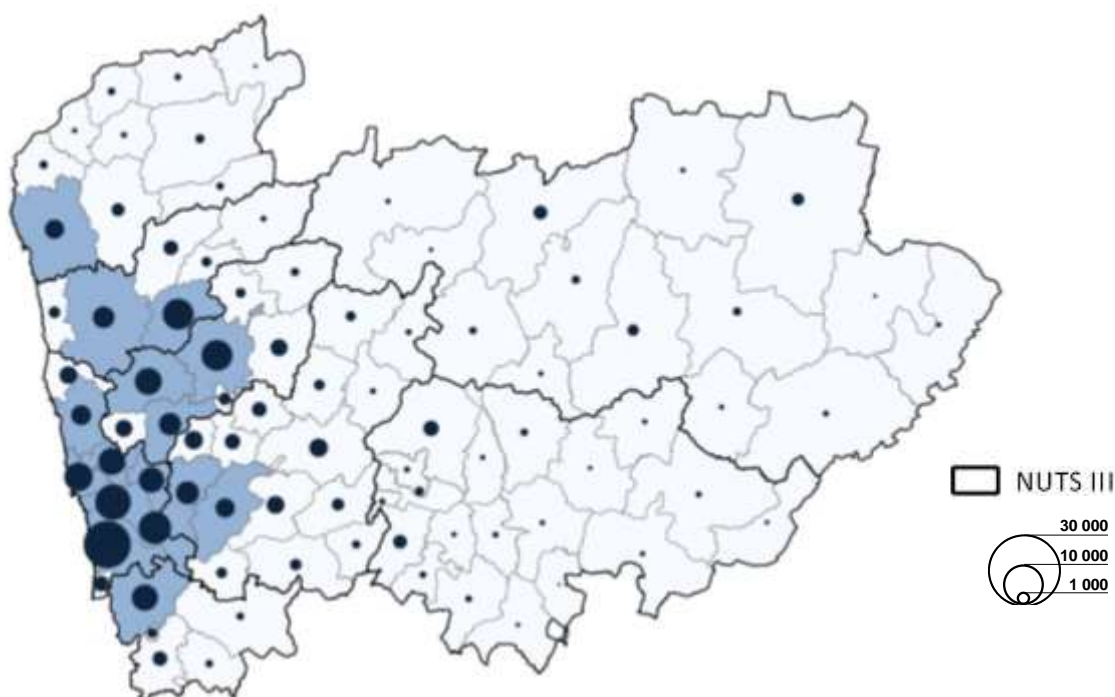
Figura 2.4.24 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por níveis de instrução (valores médios anuais)



O padrão territorial do desemprego pode ser avaliado, à escala local, com recurso aos dados do Desemprego Registrado por concelho, que contabilizam (mensalmente) o número de inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, neste caso apurados por concelho de residência. São esses dados que se analisam de seguida, com base em valores médios anuais (média dos valores em fim de mês).

| 90

Figura 2.4.25 – Média Anual de 2012 do Desemprego Registrado (Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registrado por concelhos

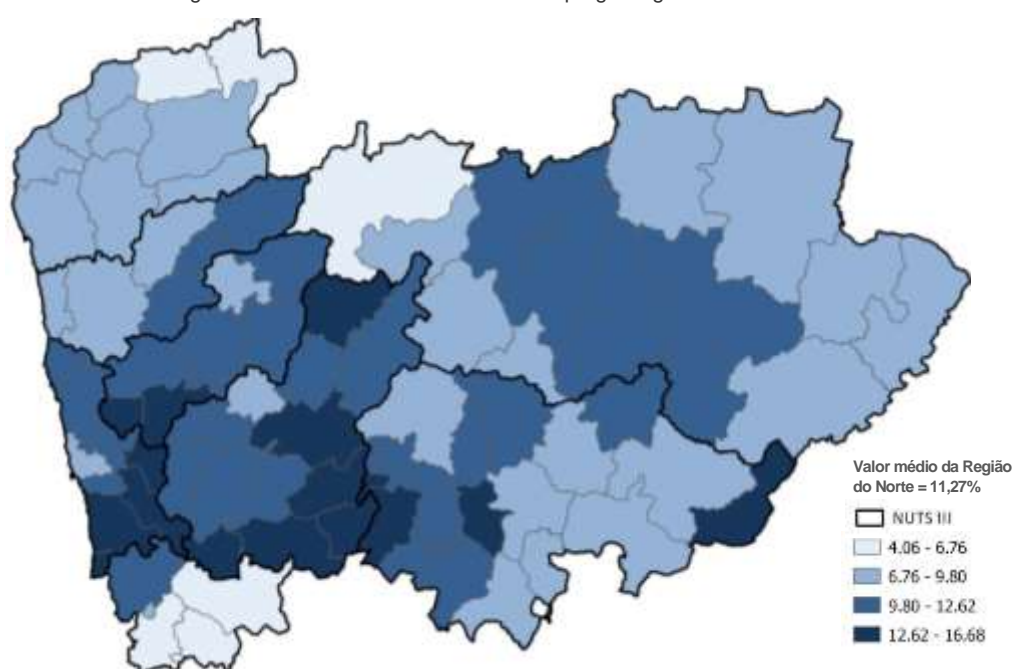
O mapa (cartograma) anterior representa o desemprego registrado por concelho, em valor absoluto (número de desempregados). Neste mapa, o fundo sombreado identifica mais claramente os concelhos com mais de 5 mil desempregados na média anual de 2012 – os quais se verifica serem os mesmos que em 2011 e ainda Viana do Castelo, Vila do Conde e Penafiel.

Não é possível o cálculo de taxas de desemprego por concelho, por inexistência de informação corrente sobre a população ativa concelhia. Mas é possível apresentar a informação do desemprego registrado numa unidade de medida relativa que tenha em conta a dimensão populacional de cada concelho, particularmente a dimensão populacional no grupo etário mais frequentemente associado à idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Ao resultado desse exercício de cálculo chamamos, como em anos anteriores, “indicador local de desemprego registrado”. O cartograma seguinte mostra a distribuição territorial desse indicador. É importante, porém, frisar – sempre e uma vez mais – que não se trata de

uma taxa de desemprego e, portanto, não deve ser interpretado nem designado como se de uma taxa de desemprego se tratasse, nem devem os seus valores serem equiparados ou comparados aos de qualquer taxa de desemprego. Aliás, o valor médio para a Região do Norte deste “indicador local de desemprego registado” foi, em 2012, de 11,27% – resultado completamente distinto da taxa de desemprego que, no mesmo ano e para a mesma região foi, como já referimos, de 16,1%. Fica assim claramente estabelecido que se trata de dois indicadores distintos, insuscetíveis de serem confundidos.

| 91

Figura 2.4.26 - Indicador Local de Desemprego Registado de 2012



Fonte: Cálculos próprios, com base em: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registado por concelhos e INE, Censos 2011

Com valores do indicador local de desemprego registado superiores a 15%, surgem, em 2012, os municípios de Mesão Frio (com 16,7%), Espinho (16,0%), Lamego (15,5%) e Vila Nova de Gaia (também 15,5%). No extremo oposto, com valores inferiores a 6%, encontramos os municípios de Melgaço (4,1%), Monção (5,4%), Vale de Cambra (5,7%) e Arouca (5,8%).

Em anexo⁵⁹, poderá consultar-se as tabelas onde se encontra justificado o cálculo do indicador local de desemprego registado para cada um dos concelhos da Região do Norte, em 2012, por ordem decrescente do respetivo valor.

⁵⁹ Ver **ANEXO A.6** - Indicador Local de Desemprego Registado de 2012.

As condições de contexto na Região do Norte e sua relação com a execução do ON.2 – “O Novo Norte”: breve nota conclusiva e prospetiva

O ano de 2012 foi o segundo ano de vigência do programa de assistência financeira a Portugal, nos termos do Memorando de Entendimento firmado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Essa circunstância determinou – porventura ainda mais do que em 2011 – todo o contexto no qual evoluiu a economia da Região do Norte e em que decorreu a execução do ON.2.

| 92

As políticas adotadas com o objetivo anunciado de estabilização das contas públicas tiveram como efeito a forte compressão de todas as componentes da procura interna. As exportações, em pronunciada desaceleração de crescimento, não se mostraram capazes de contrariar a queda da procura interna e o resultado foi um forte agravamento da recessão que, em 2011, já havia sido observada, quer na Região do Norte, quer a nível nacional.

As exportações de mercadorias a partir da Região do Norte tiveram, em 2012, um crescimento superior ao observado para a totalidade das exportações portuguesas, demonstrando a boa performance do sector exportador desta região. Mas, ao mesmo tempo, as importações destinadas ao Norte tiveram uma quebra ligeiramente mais acentuada do que a quebra observada para o total das importações portuguesas – atestando, porventura, uma maior fragilidade da procura interna na Região do Norte. Assim, se é certo que a Região do Norte voltou, em 2012, a contribuir com um excedente para a balança comercial portuguesa, é também verdade que tal circunstância não se traduziu no estímulo anticíclico de que a economia regional necessitava. Sendo claro que a internacionalização (termo que significa mais do que simplesmente exportações) representa uma oportunidade única para as empresas da Região do Norte, importa, no entanto, ter presente que a maior parte do tecido produtivo regional depende muito mais da procura interna do que das exportações.

O turismo, com um ano negativo na Região do Norte, não contribuiu para a dinamização da atividade económica.

A este cenário acresce a diminuição do financiamento à economia assegurado pelo sector bancário e financeiro, confrontado com níveis crescentes de incumprimento por parte das famílias e, sobretudo, das empresas. As dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas não são neutras no que respeita à execução da componente de Sistemas de Incentivos do ON.2. Este contexto gera dificuldades adicionais à implementação dos projetos de investimento, tanto maiores quanto menores forem os níveis de capitalização das empresas, constituindo, deste modo, um teste adicional à robustez do sistema de seleção de candidaturas.

Mas os problemas de liquidez não se circunscrevem às empresas e famílias. São transversais e envolvem todos os sectores institucionais da economia regional e, portanto, também o Estado, em particular, as autarquias. Os elevados níveis de endividamento de algumas delas, apesar dos

acréscimos das taxas de cofinanciamento comunitário registados ao longo do período de vida útil do ON.2, dificultam a execução dos seus projetos de investimento, com reflexos negativos na execução deste Programa Regional no seu conjunto. A análise efetuada também permite concluir, pelo contrário, que os recursos comunitários veiculados pelo ON.2 são fundamentais para a dinâmica de investimento local. De outro modo, registar-se-ia uma mais acentuada ainda retração do investimento público e, em geral, do dinamismo económico, com consequências sobre o produto e o emprego, nomeadamente no sector da construção, aquele que tem registado nos últimos anos uma maior retração de atividade.

| 93

Nestas circunstâncias, o crescimento acentuado do desemprego surgiu como um resultado indesejado das políticas de ajustamento da economia nacional e regional. Os ramos de atividade que mais contribuíram para essa diminuição do emprego regional foram a construção e o comércio – ilustrando a fragilidade do investimento e do consumo. A destruição de emprego operada em 2012 na Região do Norte representou, em termos líquidos, menos cerca de 68 mil ativos empregados face a 2011. Mas entre 2008 e 2012 (valores médios anuais), a Região do Norte sofreu a perda de 157 mil empregos, em termos líquidos.

Através do ON.2 e, em particular, a partir das duas reprogramações efetuadas, tem-se procurado dar resposta, à medida deste instrumento de política pública, a esta evolução do mercado de trabalho. Esta resposta situa-se a dois níveis. Do lado da oferta, rebalanceando os apoios entre o Estado e as empresas, com o aumento da dotação para Sistemas de Incentivos, e destinando parte dos apoios públicos para a promoção do emprego e da empregabilidade dos mais jovens, no contexto do “Impulso Jovem”. Do lado da procura, através da aceleração do investimento, muito propiciado pelo acréscimo das taxas de cofinanciamento e pela postura pró-ativa gestão na libertação de compromissos resultantes de candidaturas com dificuldades de execução e na sua orientação para iniciativas de investimento com maior potencial de execução.

Contudo, os recursos mobilizáveis pelo ON.2 e pelos restantes PO Temáticos do QREN com incidência na Região do Norte são insuficientes, por si só, para compensarem os efeitos da redução da procura interna e, também, externa (sobretudo na União Europeia e nos principais destinos das exportações regionais). Os instrumentos de política regional cofinanciados pelos Fundos Estruturais são indispensáveis e devem continuar a ser cada vez mais valorizados, mas não restam dúvidas de que as envolventes nacional e internacional serão determinantes para o rumo futuro da economia regional.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) 1083/2006

O artigo 57.º do Regulamento (CE) 1083/2006 diz respeito a situações que afetem a natureza da operação ou as suas condições de execução, ou tenham proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infraestrutura, quer da cessação de uma atividade produtiva.

| 94

Quadro 2.5.1 – Alteração substancial artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006

OPERAÇÃO	BENEFICIÁRIO	CUSTO ELEGÍVEL	FEDER
NORTE-08-0369-FEDER-000019	Agência Inova – Associação para a Cultura e Criatividade	1.872.924,93 €	1.311.047,45 €

A Autoridade de Gestão detetou, no âmbito de uma ação de controlo interno, que o beneficiário, sem conhecimento ou autorização prévias da AG, realizou uma dação em cumprimento a uma instituição financeira de um imóvel, cuja aquisição foi objeto de financiamento pelo Programa, tendo ainda cessado a sua atividade. Para além de ter imediatamente revogado o financiamento, procedeu-se à auditoria ao projeto, cujos resultados se encontram em análise à data da elaboração deste relatório.

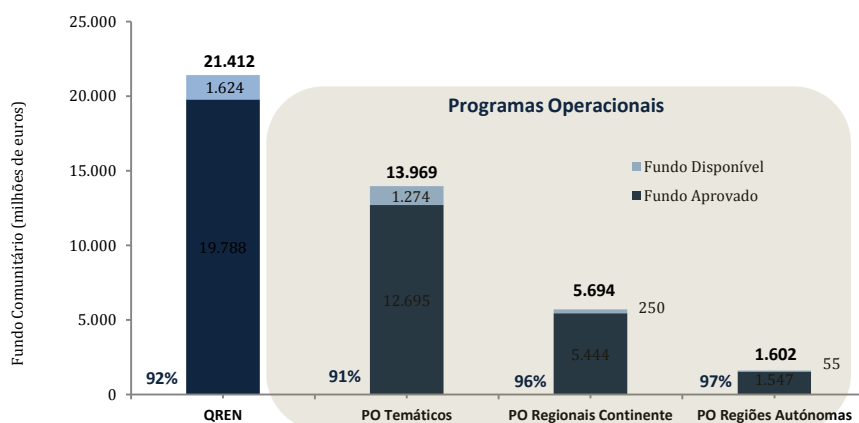
2.6. Complementaridade com outros instrumentos

2.6.1. Complementaridade com outros programas

No atual período de programação 2007-2013, cerca de 79% dos recursos financeiros dos Fundos Estruturais (FE) atribuídos a Portugal destinam-se às regiões NUTS II do objetivo convergência, onde se incluem as Regiões do Norte, do Centro, do Alentejo e a dos Açores. Com a exceção desta última, só uma parte limitada destes recursos é veiculada pelos respetivos PO Regionais, visto que a grande maioria encontra-se alocada aos PO Temáticos.

No final de dezembro de 2012, já tinha sido aprovada 92% da dotação financeira dos Fundos Estruturais do QREN, no valor de 19.788 M€, estando ainda disponíveis 1.624 M€ até ao final do período de programação. Relativamente aos programas operacionais que constituem o QREN, os referentes aos PO Regionais do Continente apresentavam a maior taxa de compromisso (96%), tendo sido aprovados 5.444 M€. Por sua vez, nos PO Temáticos, o nível de aprovações rondava os 12.695 M€, equivalente a uma taxa de compromisso de 91%.

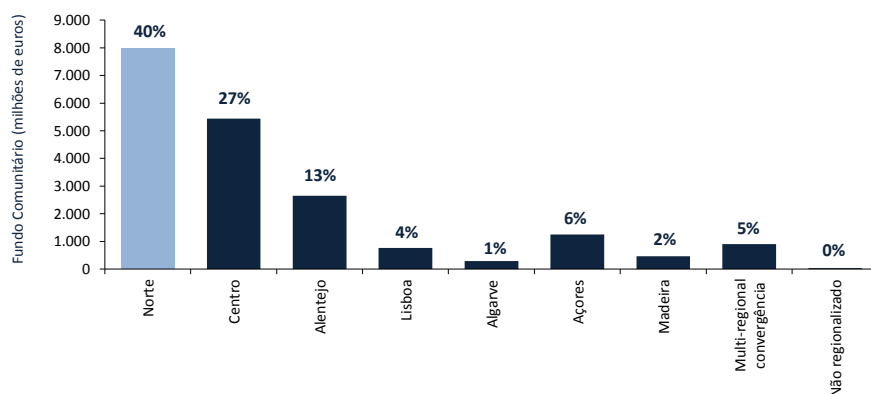
Figura 2.6.1- Fundo disponível versus fundo aprovado do QREN e dos PO em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Relativamente à distribuição inter-regional dos Fundos Estruturais do QREN (PO Regionais e Temáticos), em 31 de Dezembro de 2012, cerca de 40% das aprovações totais tinham sido realizadas na Região do Norte, que exibia o maior peso relativo entre as congéneres nacionais, seguida das restantes três Regiões Convergência, a Região do Centro, a Região do Alentejo e a Região dos Açores, como se ilustra no gráfico seguinte.

Figura 2.6.2- Distribuição territorial dos Fundos Estruturais (FE) do QREN em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

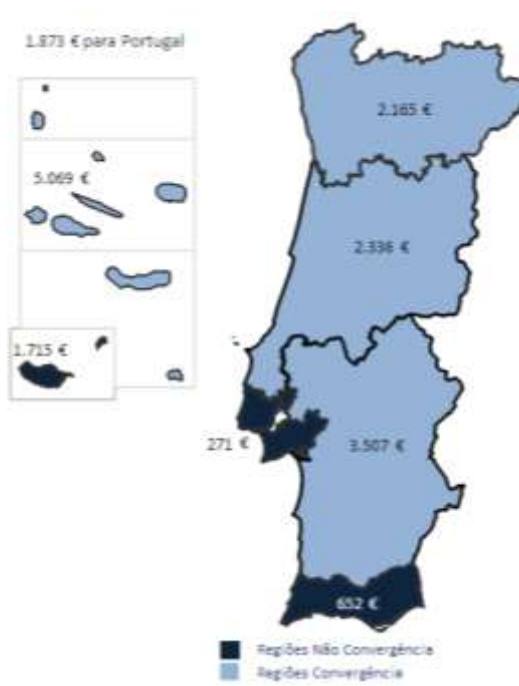
Este maior nível de aprovações na Região do Norte não é, no entanto, compatível com a sua importância relativa face às outras regiões, no que respeita à dimensão populacional e produtiva. A

título de exemplo, e de acordo com os dados definitivos à data dos censos de 2011, na Região do Norte residia 52,5% da população total afeta às Regiões Convergência. Por isso, se se comparar a distribuição territorial dos Fundos Estruturais tendo em conta a dimensão populacional de cada região (Fundos Estruturais aprovados *per capita*) constata-se que a Região do Norte é, das regiões do objetivo “convergência”, aquela que se encontra, destacadamente, em pior posição, com um nível de aprovação *per capita* de 2.165 Euros, sendo bastante inferior aos valores verificados na Região do Centro (2.336 Euros), na Região do Alentejo (3.507 Euros) e na Região dos Açores (5.069 Euros).

| 96

O conflito entre a distribuição assimétrica dos Fundos Estruturais e a equidade territorial não é um facto, apenas, do atual QREN. Pelo contrário, a inconsistência verifica-se desde o primeiro Quadro Comunitário de Apoio e a sua aplicação contribuiu, na devida extensão, para diferentes trajetórias de convergência/divergência real entre as Regiões NUTS II de Portugal, em prejuízo da Região do Norte. De facto, desde 1999, esta Região tem vindo a divergir com a média nacional, em termos do PIB *per capita*, coincidindo este período com um nível de aprovações *per capita* de fundos comunitários, sucessivamente, inferior ao da média das Regiões Convergência.

Figura 2.6.3- Fundos estruturais do QREN aprovados *per capita* e por regiões NUTS II em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

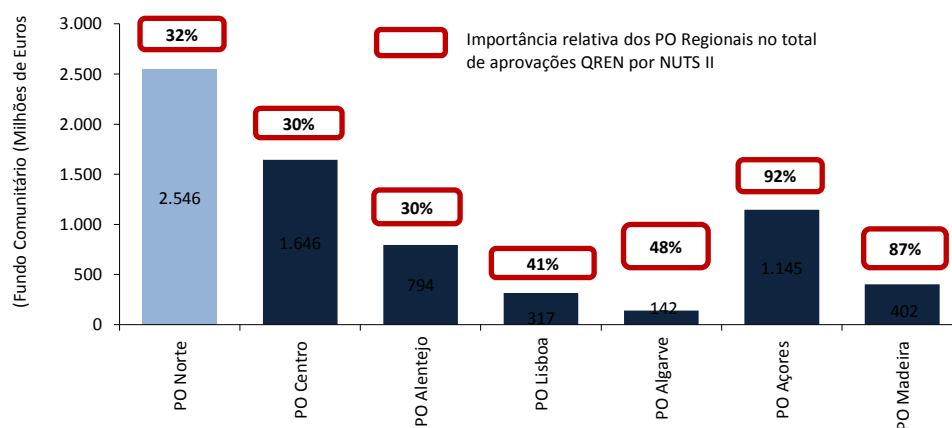
No entanto, as causas da divergência da Região do Norte não se esgotaram na aplicação assimétrica dos fundos comunitários. É também reconhecido que os recentes choques externos, tais como a globalização, o alargamento a leste da União Europeia e a criação da Moeda Única, estimularam a reconversão da estrutura económica da Região do Norte para atividades mais produtivas, embora

menos intensivas em mão-de-obra. Este ajustamento ainda não induziu um ritmo de crescimento económico suficiente para compensar a destruição líquida de emprego e inverter a trajetória de divergência real da economia da Região do Norte com a média nacional.

O modelo financeiro do QREN é composto por programas operacionais regionais e temáticos. Os primeiros são desenhados para otimizar a política pública às especificidades do território, enquanto os segundos têm um âmbito de ação transversal a todas as regiões, como são os casos do PO do Potencial Humano (POPH), o PO Fatores de Competitividade (POFC) e o PO Valorização do Território (POVT).

| 97

Figura 2.6.4- Peso das aprovações nos PO Regionais face ao total de aprovações QREN por NUTS II em 31/12/2012



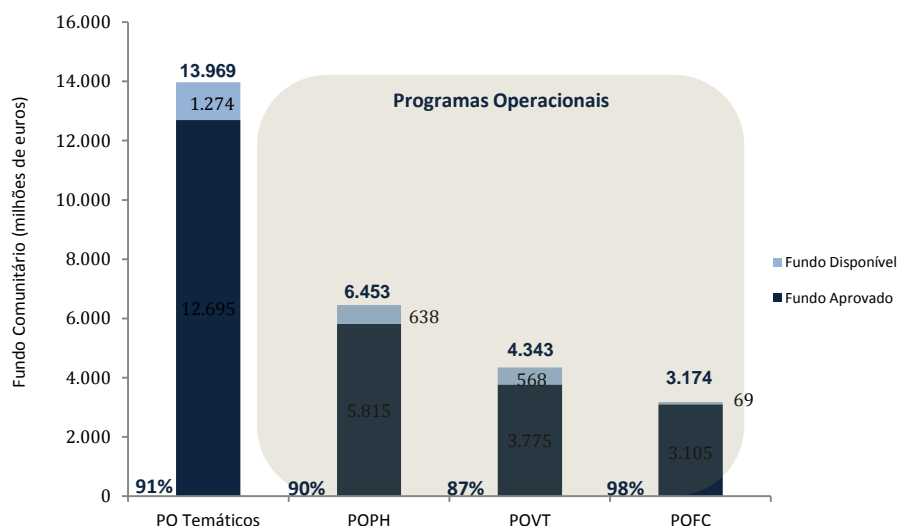
Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

A primeira conclusão que se pode retirar dos dados sobre a distribuição regional dos programas operacionais é que o nível relativo das aprovações do Programa Operacional do Norte é compatível com o dos outros programas operacionais regionais, em particular, nos que dizem respeito às Regiões Convergência, com exceção da Região dos Açores. Assim, cerca de 32% das aprovações totais do QREN na Região do Norte foram veiculadas através do respetivo programa operacional regional, descendo ligeiramente no caso dos programas operacionais da Região do Centro e da Região do Alentejo. O corolário deste facto é, então, que o subfinanciamento da aplicação do QREN na Região do Norte decorre de uma menor alocação de recursos a partir dos Programas Operacionais Temáticos.

Ainda a nível nacional, no final de dezembro de 2012, e relativamente aos Programas Operacionais Temáticos, já tinha sido comprometida cerca de 91% da dotação total prevista, correspondendo a 12.695 M€ de fundo comunitário aprovado. Em destaque, o POFC exibiu a maior taxa de

compromisso (98%) com um nível de aprovações de 3.105 M€, enquanto o POPH e o POVT apresentavam taxas de compromisso de 90% (5.815 M€) e de 87% (3.775 M€).

Figura 2.6.5- Fundo disponível versus fundo aprovado dos PO Temáticos em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

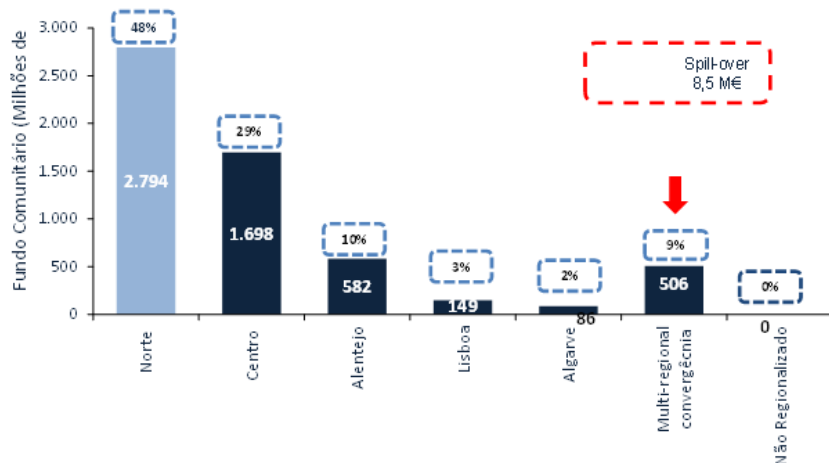
A importância dos PO Temáticos reside no facto de as medidas de programação visarem qualificar os territórios, traduzindo-se no aumento da empregabilidade, da competitividade e da eficiência económica e na valorização dos territórios.

Sintetizando-se os objetivos programáticos de cada um dos PO Temáticos, pode-se concluir que o POPH, ao melhorar as competências e as qualificações dos recursos humanos, contribui para promover a empregabilidade e a inclusão dos cidadãos. Por seu turno, o POFC abarca um conjunto de incentivos à inovação e à competitividade das empresas, projetando a economia numa trajetória eficiente e indutora de emprego. Por fim, o POVT visa dotar os territórios de infraestruturas e equipamentos indispensáveis à mobilidade das pessoas e das mercadorias, à redução dos riscos ambientais e ao ordenamento urbano, permitindo reduzir os custos de transação e as externalidades negativas resultantes da atividade económica.

Dadas as características distintas dos territórios, a distribuição à escala regional dos Programas Operacionais Temáticos permite analisar a compatibilidade entre as dotações financeiras e as necessidades legítimas das regiões. A primeira conclusão que se pode retirar é que somente no POPH o financiamento comunitário está de acordo com a dimensão relativa da Região do Norte. Como se pode verificar, no final de Dezembro de 2012, a Região do Norte reunia 48% do total de

aprovações do POPH no país, correspondendo a 2.794 M€, sendo seguida pela Região do Centro com 29% das aprovações totais.

Figura 2.6.6- Distribuição territorial do FSE aprovado pelo POPH em 31/12/2012

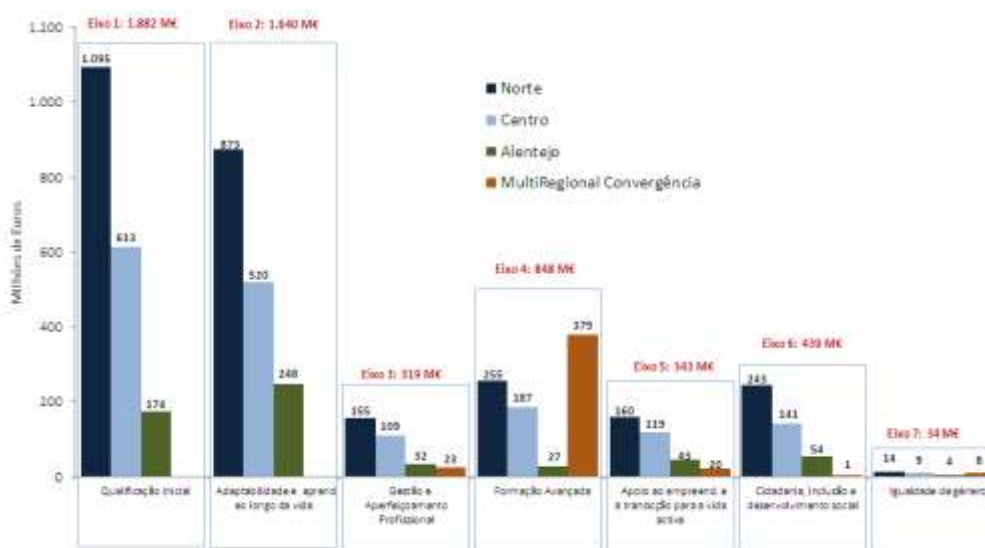


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Como foi dito, sendo o âmbito da intervenção do POPH direcionado para ampliar as qualificações dos recursos humanos, o peso relativo das aprovações deste Programa Operacional Temático na Região do Norte está em sintonia com a dimensão relativa da população, que é muito sensível, pelas suas características, às iniciativas inscritas nos eixos “qualificação inicial”, e “adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida”. Em conjunto estes dois eixos representavam 70,4% do total de aprovações do POPH na Região do Norte e um volume de aprovações de 1.968 M€.

A importância destes dois eixos é harmonizável com a reconversão económica da Região do Norte, consubstanciada, entre outras especificidades, na modificação qualitativa da força de trabalho (população ativa) que requer, por exemplo, a redução do abandono escolar e da entrada precoce no mercado de trabalho, o aumento das qualificações mínimas para uma escolaridade de nível secundário e a formação profissional.

Figura 2.6.7- Aprovações por eixo do POPH em 31/12/2012

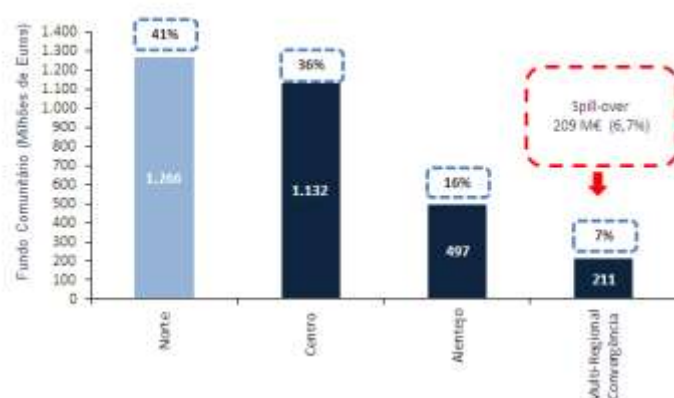


Fonte: Observatório do QREN

Relativamente à aplicação dos Fundos Estruturais inscritos no POFC, no final de Dezembro de 2012, a Região do Norte já tinha aprovado 1.266 M€, o que correspondia a 41% do total das aprovações deste programa operacional no país, estando, no entanto, abaixo do que seria de esperar face à sua dimensão relativa em termos populacionais e produtivos.

Pelas características e objetivos do POFC, a desproporcionalidade territorial na distribuição de fundos é tão mais gravosa, quanto maior for a integração de um território, como o da região do Norte, no mercado internacional, onde os fatores de competitividade residem, cada vez mais, em novas vantagens competitivas que são induzidas por atividades de inovação e especialização económica.

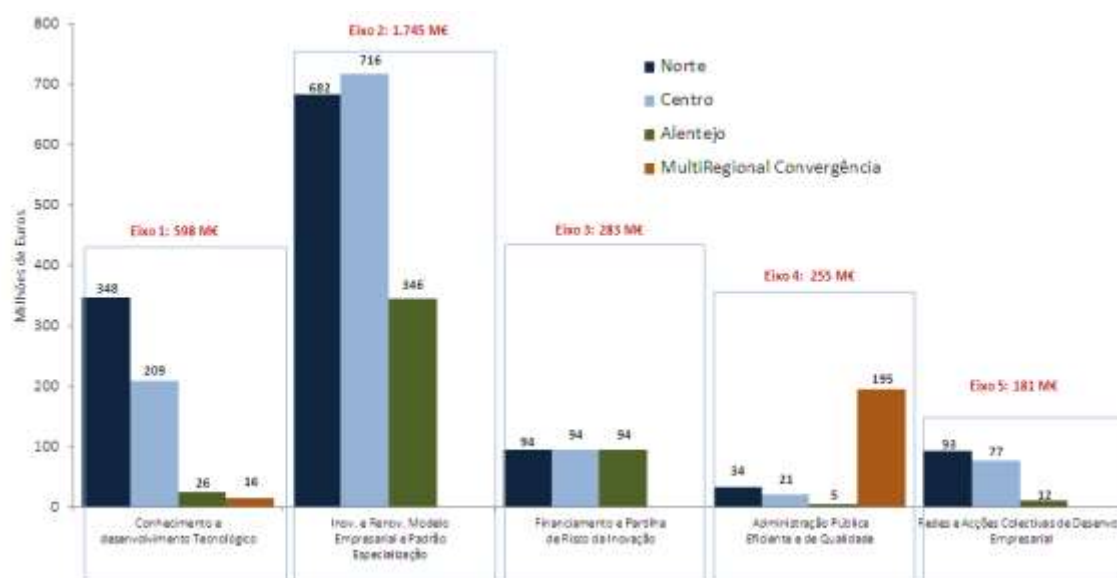
Figura 2.6.8- Distribuição territorial do FEDER aprovado pelo POFC em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

A sensibilidade da Região do Norte à procura de incentivos públicos à inovação e reconversão económica é aferida através do peso relativo das aprovações nos eixos “inovação e remodelação do modelo empresarial e padrão de especialização” e “conhecimento e desenvolvimento tecnológico”, que correspondiam a 54,5% e 27,8% do total de aprovações no POFC, no valor de 682 M€ e 348 M€, respetivamente.

Figura 2.6.9- Aprovações por eixo do POFC em 31/12/2012



Fonte: Observatório do QREN

Pormenorizando a relação entre o nível de aprovações nos eixos do POFC e os objetivos estratégicos da Região do Norte, pode-se concluir que o eixo “inovação e remodelação do modelo empresarial e do padrão de especialização”, ao concentrar a fatia principal de sistemas de incentivos às empresas, atribuiu um claro enfoque à viabilização de um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estrutural nas empresas onde a qualificação, a diferenciação, a diversificação e a inovação na produção de bens e serviços transacionáveis eram as fontes da mudança estrutural na economia. Claro que a predominância deste tipo de ajustamento se localiza na Região do Norte, onde reside o maior número de empresas exportadoras a nível nacional.

Paralelamente, este ajustamento depende também do dinamismo no Sistema Científico e Tecnológico, que pode ser avaliado pela amplitude e persistência de interações entre os vários atores (empresas, universidades, laboratórios públicos e privados de I&D, entre outros) no estímulo à inovação. Neste âmbito programático insere-se, também, o eixo “conhecimento e desenvolvimento tecnológico”.

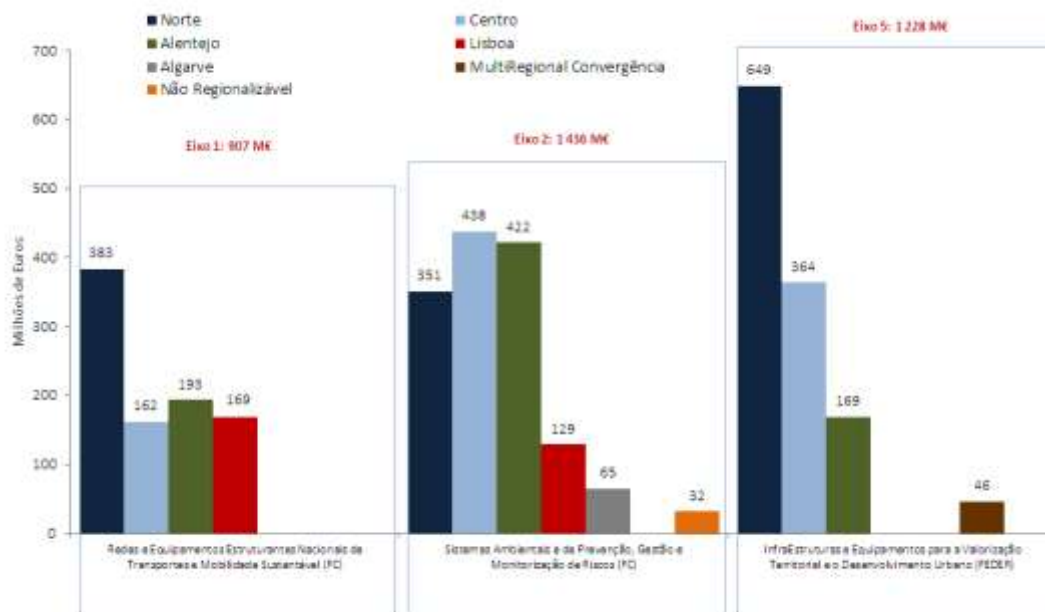
Figura 2.6.10- Distribuição territorial do FEDER e Fundo de Coesão aprovado pelo POVT em 31/12/2012



Fonte: Observatório do QREN

A incongruência da aplicação do POVT na Região do Norte não é muito diferente da registada no POFC, tendo em conta a dimensão populacional e produtiva da região. As aprovações ascendem a 37% do total do país, sendo este o nível relativo mais baixo entre todos os Programas Operacionais Temáticos aplicados na Região do Norte.

Figura 2.6.11- Aprovações por eixo do POVT em 31/12/2012



Fonte: Observatório do QREN

O valor total das aprovações do POVT na Região do Norte ascendia a 1.383 M€ em 31 de dezembro de 2012, sendo o eixo das “Infraestruturas e Equipamentos para Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano” o que apresentava o maior nível de aprovações (649 M€ e um peso relativo 46,9%). Imediatamente a seguir, por grau de importância relativa, o eixo das “Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes e Mobilidade Sustentável” apresentava um financiamento aprovado de 383 M€ (27,7% em termos relativos). Por fim, no eixo dos “Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos” tinham sido aprovados 351 M€, cujo peso relativo era de 25,4%.

| 103

Relativamente aos PO Regionais, o referente à Região do Norte apresenta uma taxa de compromisso de 96%, com 2.546 M€ aprovados até 31 de dezembro de 2012, estando apenas disponíveis 116 M€ de fundo comunitário até ao fim do período de programação.

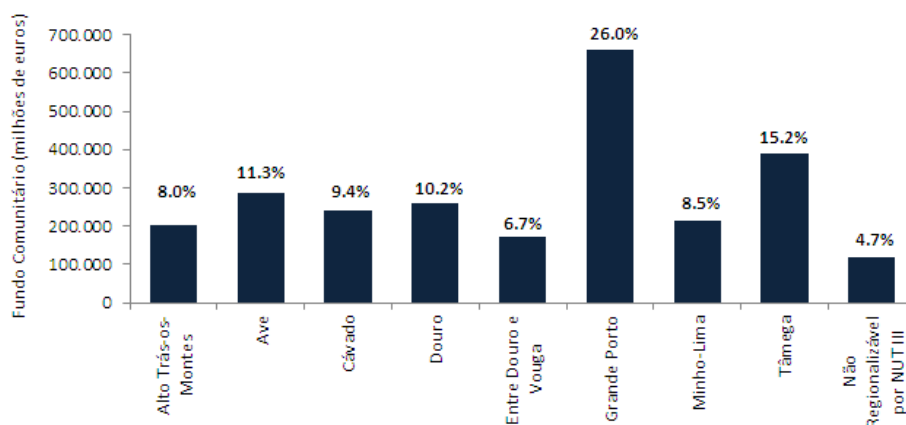
Figura 2.6.12- PO Regionais: Fundo disponível vs Fundo aprovado em 31/12/2012



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Um aspeto qualitativo relevante tem a ver com expressão do Programa ao nível intrarregional, sendo esperado que a distribuição dos montantes aprovados reflita o peso económico e demográfico dos diferentes territórios, mas também que corresponda a objetivos de coesão territorial interna à Região do Norte.

Figura 2.6.13- Distribuição relativa do fundo aprovado do ON2 por UT do QREN em 31/12/2012



Fonte: Observatório do QREN

Numa primeira conclusão, confirma-se que a distribuição dos Fundos Estruturais aprovados no Programa Operacional Regional do Norte está correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se o montante aprovado no Grande Porto. Nesta região, tinham sido aprovados 662,1 M€, correspondendo a 26,0% do total de aprovações do ON.2 na Região do Norte.

Figura 2.6.14- Índice de distribuição do ON2 aprovado, *per capita* em 31/12/2012 (Norte =100)



Fonte: Observatório do QREN

Outro aspeto relevante prende-se com o papel do PO Regional do Norte na redução das assimetrias regionais, uma problemática central da política regional. Na Região do Norte coexistem subespaços com diferentes níveis de desenvolvimento económico e sustentabilidade social. Nuns, prevalecem sectores económicos mais dinâmicos, com empresas mais inovadoras e polos de trabalho mais diversificados, como é o caso do Grande Porto; noutros, predominam sectores económicos mais estáticos, com recursos menos versáteis para fazer face às transformações estruturais, como são os casos da Região do Douro e da Região do Alto Trás-os-Montes.

| 105

Estas disparidades regionais são amplificadas com a crescente mobilidade inter-regional de pessoas, que ao deslocarem-se para as regiões mais prósperas, provocam o despovoamento num número alargado de sub-regiões. Tendo a política regional um objetivo corretivo das desigualdades regionais, incorporando um efeito redistributivo e contributivo para a coesão social, é de salientar o facto de os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento *per capita* serem aqueles que apresentavam, em 31 de dezembro de 2012, incidências de investimento *per capita* maiores (“Douro” e “Alto Trás-os-Montes”).

Articulação do Programa com outros Fundos Estruturais⁶⁰

No âmbito do ON.2 – “O Novo Norte”, a articulação entre o FEDER e o FEADER e o FEP tem vindo a ser desenvolvida de acordo com o estabelecido na Caixa 4 – “Complementaridade com as ações financiadas pelos fundos comunitários FEADER e FEP” do seu documento técnico aprovado pela Comissão Europeia em 10/10/2007 [Decisão C(2007)5070] e que se mantém na atual versão do Programa.

Nesse contexto, foi subscrito, em 2 de Outubro de 2008, o “Protocolo de Articulação FEADER e FEDER” entre a Autoridade de Gestão do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e as Autoridades de Gestão do PO Fatores de Competitividade e dos PO Regionais do Continente. Aí se definem, de forma mais detalhada, por um lado, as regras de delimitação/complementaridade na aplicação dos dois fundos (FEADER e FEDER) e, por outro lado, os procedimentos de acompanhamento e de troca de informações entre as diversas Autoridades de Gestão referidas, que permitem ir verificando o cumprimento desses mesmos limites. Tais regras são tidas em conta nos processos de análise da admissibilidade dos projetos. Este protocolo continuou a ser aplicado durante o ano de 2012.

No que concerne à articulação com o FEP, a mesma é efetuada ao nível da análise a identificação de projetos que poderiam ser objeto de financiamento por esse Fundo, desenvolvendo-se, sempre que necessário, procedimentos de consulta e articulação com a estrutura de gestão do PROMAR.

Sobre esta temática é de destacar a referência que tem sido efetuada nos mais recentes Avisos para Apresentação de Candidaturas dos Sistemas de Incentivos no que respeita à consideração de restrições sectoriais relativas às áreas de atividade abrangidas pelo PRODER e PROMAR, aí se consagrando, designadamente, a necessidade de acautelar as delimitações previstas no protocolo acima referido, bem como as restrições impostas pela alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 800/2008 no que toca às atividades dos setores da pesca e aquicultura, tal como definidos no Regulamento (CE) n.º 104/2000.

Não obstante o Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM) ter sido criado já no ano de 2013, refira-se

⁶⁰ Em complemento desta informação, veja-se também o ponto 2.7.1 Acompanhamento (Parcerias) e o capítulo 3. Execução por Eixo Prioritário (pontos relativos à análise qualitativa de cada Eixo).

que também no seu enquadramento regulamentar ficou definida a articulação com a ação “Criação e desenvolvimento de microempresas” do PRODER, quer em termos de cobertura do território, quer em termos de limites aos valores de investimento, por forma a garantir a sua complementaridade com esse instrumento de financiamento de política.

Em 22 de Julho de 2010 foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais.

Em concreto, no caso da Região do Norte, são exclusivamente apoiados pelo ON.2 – “O Novo Norte” todos os 44 concelhos considerados (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Arouca, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vimioso e Vinhais), não se verificando, neste âmbito, a intervenção do PRODER. Durante o exercício de 2012, o projeto foi sendo executado de acordo com o programado.

A relação entre o FEDER e o FSE tem-se vindo a efetivar no âmbito mais amplo da “Articulação entre as Agendas Temáticas Fatores de Competitividade e Potencial Humano”, estabelecida na Caixa 3 do documento técnico do ON.2 – “O Novo Norte” aprovado pela Comissão Europeia. Tem sido no estrito cumprimento dessa “Articulação” que o FEDER tem vindo a ser aplicado neste Programa ao abrigo do nº2 do Artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Para esse efeito, em 2008, foi aprovado o “Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional” pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Fatores de Competitividade e dos PO Regionais.

Sobre esta matéria, cumpre ainda referir as ações concretizadas na esfera das Estratégias de Eficiência Coletiva, dada a prevista complementaridade de vários Programas no seu financiamento (não só dos diversos Programas Operacionais Regionais e Temáticos do QREN, como também do PRODER e do PROMAR). Os despachos ministeriais de reconhecimento de cada EEC PROVERE indicam os projetos-âncora do Programa de Ação bem como os respetivos Programas financiadores (potencialmente, Programas do QREN, PRODER e PROMAR), determinando que as Autoridades de Gestão dos Programas assegurem a disponibilidade de recursos necessária para garantir o financiamento dos projetos-âncora, desde que as candidaturas a submeter pelos promotores cumpram os critérios de admissibilidade e tenham mérito absoluto.

Assim, e no que toca às EEC com expressão na Região do Norte, salienta-se a complementaridade com os Sistemas de Incentivos e PRODER, bem como com o PO “MAIS CENTRO” (neste caso, respeitante à EEC PROVERE “Montemuro, Arada e Gralheira”, enquadrada pelo Programa ON.2, e à EEC PROVERE “Turismo e Património do Vale do Côa”, enquadrada pelo PO MAIS CENTRO).

Esta articulação entre vários Programas no contexto das Estratégias de Eficiência Coletiva (envolvendo não só os Programas Temáticos do QREN como, nomeadamente o PRODER) releva mais do ponto de vista do modelo de governação do que propriamente dos dispositivos de gestão que asseguram a não existência de redundâncias e sobreposições concorrenciais de financiamento comunitário. Não obstante e em complemento da delimitação estabelecida nos despachos de reconhecimento, as AG dos vários Programas têm vindo a assegurar a necessária articulação, sobretudo ao nível da abertura de avisos e da aprovação e execução de operações. A título ilustrativo, refira-se a colaboração com o COMPETE tendo em vista a monitorização da aprovação e execução dos projetos-âncora dos polos e *clusters*, a articulação com o PRODER quando se revela necessário esclarecer a elegibilidade de determinadas operações no âmbito dos Sistemas de Incentivos, bem como com o PO MAIS CENTRO, em especial, no que respeita às EEC acima identificadas.

Sendo assim, estes elementos poderão ainda ser complementados com os apresentados no capítulo deste relatório destinado à análise das parcerias (capítulo 2.7.1 Acompanhamento).

2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira

No Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano Regional do Programa ON.2 está definida a afetação de recursos a instrumentos de engenharia financeira para apoio a operações de reabilitação urbana, nos termos do artigo 44º do regulamento geral dos fundos.

| 107

A iniciativa JESSICA- *JESSICA Holding Fund Portugal* constitui, atualmente, a única participação deste Programa Operacional em instrumentos desta natureza,

Esta Iniciativa é uma forma inovadora de aplicar os fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano. A sua implementação ocorre através de um *Holding Fund* cuja gestão foi atribuída ao Banco Europeu de Investimento (BEI). Este responde perante um Comité de Investimento que representa todos os Programas Operacionais e a Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF), financiadores da Iniciativa.

O *Funding Agreement* entre a Autoridade de Gestão do ON.2, a DGTF e o BEI, para a criação de um Fundo de Participação no âmbito desta Iniciativa, foi celebrado em julho de 2009.

No âmbito dos trabalhos de operacionalização da iniciativa JESSICA em Portugal, foi necessário assegurar o cumprimento de um conjunto de requisitos que permitiram proceder à transferência das verbas para constituição do Holding Fund. No caso do ON.2, a ventilação por fontes de financiamento dos recursos afetos à Iniciativa JESSICA, por fração de financiamento, é a que se apresenta no Quadro que se segue:

Transferências para o Holding Fund	Montante €
1.ª Transferência FEDER	12.945.344
2.ª Transferência FEDER	17.054.656
Transferência Contrapartida Nacional	16.153.846
Total do Fundo de Participação do PO Norte	46.153.846

Através do *JESSICA Holding Fund*, a tradicional forma de apoio a projetos isolados, consubstanciada em participações a fundo perdido, é substituída pela mobilização de fundos estruturais comunitários, numa ótica de financiamento reembolsável (empréstimos) e no âmbito de novos mecanismos de engenharia financeira: os Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU).

Os FDU, com contribuições do Fundo de Participações JESSICA, podem investir num leque variado de projetos enquadrados num Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com

destaque para: (i) os domínios da reabilitação e regeneração urbanas em cidades de média/grande dimensão; (ii) eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas; (iii) revitalização económica de áreas urbanas direcionada para PME e empresas inovadoras; (iv) disseminação de tecnologias de informação e comunicação em áreas urbanas, incluindo banda larga e infraestrutura sem-fios.

Neste enquadramento, o Fundo de Participações JESSICA Portugal é, assim, a entidade beneficiária dos apoios, sendo os seus destinatários finais as entidades públicas ou privadas, coletivas ou singulares, com ou sem fins lucrativos, que disponham de contabilidade organizada segundo as normas legais que nessa matéria lhe sejam aplicáveis, e que promovam Projetos Urbanos no âmbito de planos integrados de desenvolvimento urbano sustentável, selecionados pelos Fundos de Desenvolvimento Urbano.

Para efeitos de seleção e aprovação dos FDU, foi aberto um procedimento público, através do qual as entidades privadas e públicas interessadas na constituição de FDU, em condições de igualdade de tratamento e de transparência, submeteram as respetivas candidaturas. Estas candidaturas contemplavam um Plano de Atividades com a definição da estratégia de investimento do Fundo.

Dando cumprimento ao previsto nas disposições da União, as candidaturas foram objeto de análise e seleção, com base nos critérios aprovados pelas Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais.

Este processo culminou com a assinatura, em 11 de outubro de 2011, dos Acordos Operacionais celebrados entre os Programas Operacionais e as entidades gestoras dos FDU.

No caso do ON.2, a gestão do FDU foi atribuída ao Banco Português de Investimento (BPI), sendo a sua estrutura a seguinte:

Quadro 2.6.2.1 – Estrutura do FDU BPI

FDU	Tranche JESSICA		Tranche BPI	TOTAL
	FEDER	Contrapartida Nacional		
NORTE	30.000.000	16.153.846	46.153.846	92.307.692

Unidade: Euros

Após esta fase operacional de implementação, que decorreu entre 2009 e 2011, o ano de 2012 foi fundamentalmente marcado pelo desenvolvimento de um conjunto prévio de tarefas, nomeadamente as necessárias a assegurar a disponibilidade de todas as condições legais, operacionais e financeiras para que fosse possível iniciar o financiamento de projetos através dos FDU. Destacam-se, neste âmbito:

- A definição da estrutura de monitorização do JESSICA para Portugal.

- A implementação das equipas junto dos Gestores dos FDU.
- A aprovação da alteração do regulamento específico que enquadra o JESSICA – “Regulamento Específico de Reabilitação Urbana”, tanto para os PO Regionais como para o PO de Valorização do Território, definindo o regime de acesso aos apoios concedidos pelos Programas Operacionais no âmbito desse Fundo.
- A elaboração e aprovação do Manual de Procedimentos do JESSICA.
- A atualização, no que respeita a esta Iniciativa, dos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas Operacionais.
- A promoção do produto.

| 109

No que respeita à utilização, em 2012, do FDU do ON.2, e considerando que o BPI iniciou a análise de candidaturas ainda em 2011, foi possível a assinatura de contratos de empréstimo para quatro projetos, totalizando 11,2 M€ de investimento total. Estes projetos respeitam aos sectores do Comércio (1), dos Equipamentos Sociais (1) e do Turismo (2).

Quadro 2.6.2.2 – JESSICA Holding Fund: lista de projetos assinados em 2012

FDU	Concelho	Tipo	Designação	Investimento total	Financiamento solicitado	Tranche JESSICA	Tranche FDU	TOTAL JESSICA
BPI	Porto	Comércio	Espaço Restauração Clérigos	1.800.000	1.100.000	550.000	550.000	1.100.000
BPI	Trofa	Social	Lar S.C. Misericórdia Trofa	2.350.000	900.000	450.000	450.000	900.000
BPI	Porto	Turismo	Pestana Porto Carlton	5.700.000	4.500.000	2.250.000	2.250.000	4.500.000
BPI	Porto	Turismo	CP71 – Oporto Tourist Apartments	1.350.000	1.150.000	575.000	575.000	1.150.000
Total				11.200.000	7.650.000	3.825.000	3.825.000	7.650.000

Unidade: Euros

Tendo em conta o número de candidaturas que no fim de 2012 se encontravam em apreciação, é expectável uma alteração significativa no início de 2013, quer em termos de número e de valores de financiamentos concedidos, quer em termos de diversificação da tipologia de projetos apoiados.

Por último, é de referir o exercício de Reprogramação Estratégica do QREN, concluído em dezembro de 2012, que concentrou a elegibilidade do fundo JESSICA nos Programas Operacionais Regionais do Continente, implicando a respetiva transferência do financiamento deste fundo aprovado no Programa Operacional Valorização do Território. Esta transição permite que a dotação do JESSICA até aqui financiada pelo POVT possa assumir a total amplitude de elegibilidades das dotações do JESSICA financiadas pelos PO Regionais.

No caso do ON.2 e no âmbito deste exercício, este Programa recebeu o FDU da Caixa Geral de Depósitos, passando a estrutura do JESSICA Holding Fund no PO Norte a ser a seguinte:

Quadro 2.6.2.3 - Plano Financeiro da Operação JESSICA em vigor no ON.2 (na sequência da reprogramação estratégica de 2012)

PO NORTE	Plano Financeiro da Operação JESSICA					
	CT	Despesa Pública				Privado **
		Total	Fundo	OE	Outros (Público) *	
JESSICA	67.582.418	67.582.418	45.000.000	16.153.846	6.428.572	0
BPI	46.153.846	46.153.846	30.000.000	16.153.846	0	0
CGD	21.428.572	21.428.572	15.000.000	0	6.428.572	0

* Corresponde à contrapartida nacional assegurada pelas entidades gestoras dos FDU:CGD

** O BPI não assegura contrapartida nacional nos PO Norte e Alentejo, sendo essa comparticipação assegurada pela DGTF

A transferência do reforço da participação do ON.2 no Holding Fund, resultante da referida Reprogramação Estratégica do QREN, ocorreu apenas no início de 2013.

Refira-se ainda que, no final de 2012, o FDU da CGD não registava qualquer decisão de financiamento para a Região do Norte.

2.7 Acompanhamento e Avaliação

2.7.1 Acompanhamento

2.7.1.1 Autoridade de Gestão

| 111

Apresenta-se, de seguida, alguns aspetos relativos à atividade de acompanhamento desenvolvida pelos órgãos de gestão do Programa. Esta informação é complementada com a referência a outras dimensões do acompanhamento autonomizadas nos restantes pontos deste subcapítulo, bem como com os elementos relativos às medidas identificadas nos pontos 2.3. e 3.1. deste Relatório.

Estrutura

A Autoridade de Gestão do Programa ON.2⁶¹ é uma estrutura técnica administrada por uma Comissão Diretiva, que integra um Presidente – por inerência, o Presidente da CCDRN – e dois vogais executivos, e por um Secretariado Técnico composto por 84 elementos⁶².

Em 2012, iniciou funções uma nova equipa diretiva do programa, nomeada pela RCM n.º 41/2012, 12 de abril, com efeitos a 1 de março. Passaram a integrar este órgão José Manuel Duarte Vieira, como Presidente, e João Marrana, como Vogal Executivo, e continuou a sua participação na Comissão Diretiva o Vogal Executivo Carlos Duarte, nomeado pelo Governo, sob proposta da ANMP.

Registaram-se, ainda, alterações na estrutura de apoio da Autoridade de Gestão, com a redução de 5 para 4 secretários técnicos e de 4 para 3 chefias de projeto de cariz temporário, em resultado da RCM 76/2012, de 6 de setembro. Esta Resolução decorreu do Compromisso Eficiência do XIX Governo Constitucional, que determinou as linhas gerais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, no sentido de tornar mais eficiente e racional a utilização dos recursos públicos, e procedeu à alteração dos anexos da RCM 25/2008, de 13 de fevereiro. Em conformidade e por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e de Desenvolvimento Regional⁶³, configurou-se nova composição do Secretariado Técnico do ON.2, nos termos que a Figura 2.7.1.1.1 ilustra.

Não são de sinalizar alterações significativas na estrutura dos organismos em que a Autoridade de Gestão delegou competência de gestão, ao abrigo dos contratos de subvenção global com as

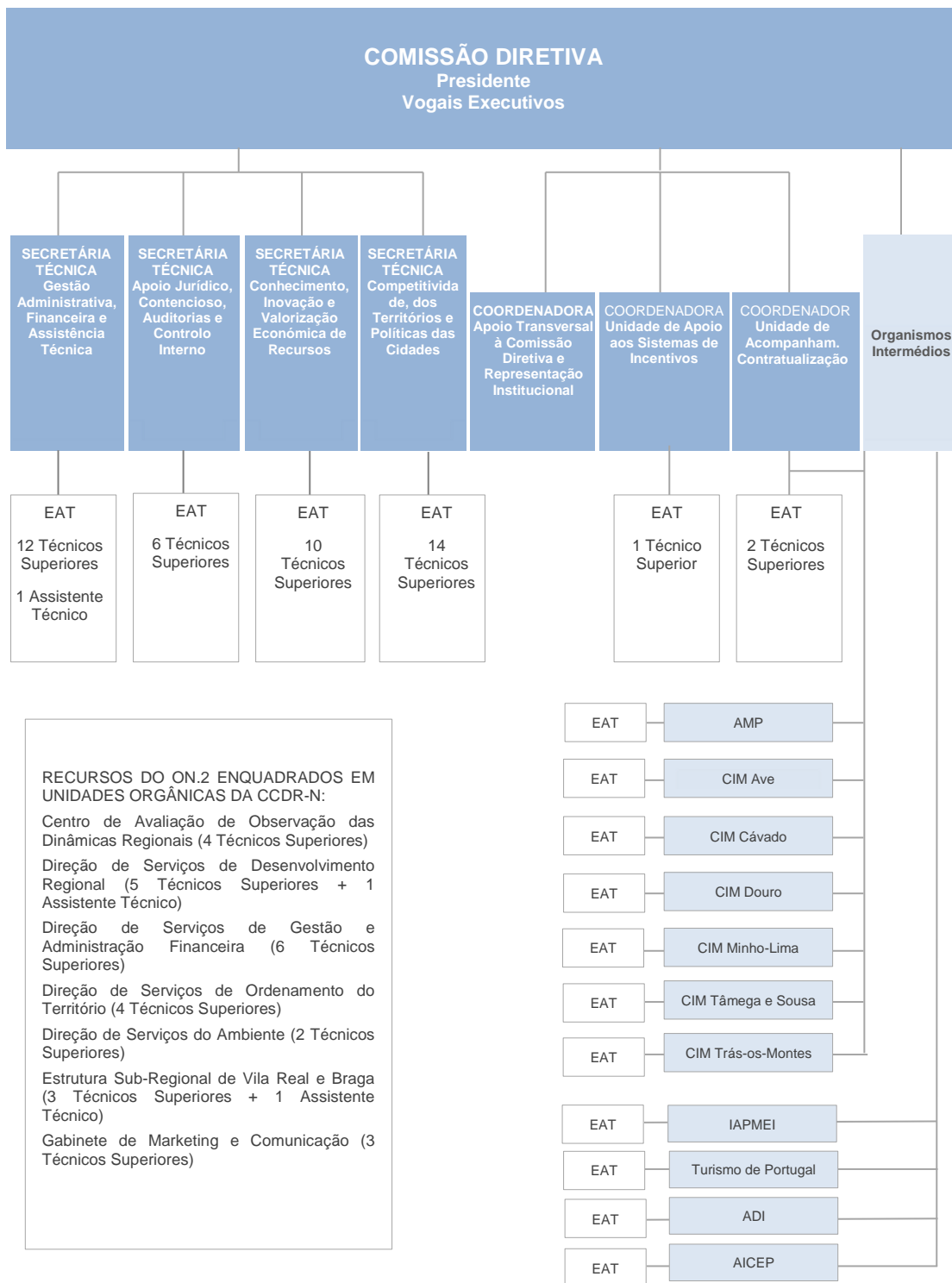
⁶¹ Criada através da Resolução do Conselho de Ministros 169/2007, de 19 de outubro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros 41/2012 de 12 de abril.

⁶² Nos termos do disposto no artigo 56.º do Decreto-Lei 312/2007.

⁶³ Despacho n.º 13077/2012 publicado no Diário da República, 2.ª série, a 4 de outubro de 2012.

Comunidades Intermunicipais e com a Área Metropolitana do Porto ou dos protocolos celebrados com os organismos intermédios no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

Figura 2.7.1.1.1 - Organograma da Autoridade de Gestão



Procedimentos internos estabelecidos

Durante o ano de 2012 foram produzidas novas orientações de apoio às Estruturas Técnicas e às entidades beneficiárias, sumariamente identificadas no quadro seguinte.

Quadro 2.7.1.1.1 – Orientações técnicas e de gestão aprovadas em 2012

| 113

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	
Orientação de Gestão 1 (2008) - Rev 4 (2012)	Regras para Apresentação de Pedidos de Pagamento ao ON.2
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO – Rede Incentivos QREN	
Orientação de Gestão n.º 8/REV2/2012	Avaliação das Metas Contratuais de Execução e Penalidade Financeira
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS	
Orientação Técnica Específica 1 (2012)	Ações de acompanhamento no local das operações promovidas pela Autoridade de Gestão
Orientação Técnica Específica 2 (2012)	Processo interno de avaliação mensal dos compromissos sem capacidade de execução: Objetivos / Periodicidade / Intervenientes / Etapas
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS – Rede Incentivos QREN	
Orientação Técnica n.º 10/REV1/2012	Critério Adicional para Repartição de Atribuição de Responsabilidade entre o POFC e os PO Regionais no Cofinanciamento de Projetos (Sistema de Incentivos à Inovação)

Para além destas orientações, foram definidos e divulgados outros documentos de enquadramento normativo ou de apoio, de modo a melhorar a eficiência e a qualidade da gestão, a saber:

- “Regras para a criação de *overbooking* no âmbito dos Sistemas de incentivos”⁶⁴;
- “Medidas Tendentes à Simplificação Processual no ON2”, incidindo sobre os procedimentos administrativos associados à apresentação de pedidos de pagamento, à abertura de contas de fornecedores e à consequente verificação destes procedimentos por parte das Equipas Técnicas responsáveis;
- “Regras e Critérios a Aplicar na Reprogramação de Operações” abrangidas pela RCM n.º 33/2012, de 1 de março, publicada em DR em 15 de março, ou em situação equiparável (exceto Sistemas de Incentivos);
- “Novas componentes/ações” - considera não admissível, em sede de reprogramação das operações, a inclusão de novas atividades/intervenções ou a introdução de alterações significativas das atividades/intervenções consideradas em sede da candidatura contratada;
- Novo “Guião de Apoio à Apresentação de Contas de Fornecedores”;
- Novo “Guião de apoio ao Preenchimento dos Relatórios de execução”.

⁶⁴ Ver apresentação constante do Ponto “3.1.2.1 Sistemas de Incentivos” deste Relatório.

- Procedeu-se, ainda, à revisão do Manual de Procedimentos, tal como se refere no ponto “2.7.1.2. Sistema de Gestão e Controlo”.

Principais atividades desenvolvidas

A par da realização das tarefas básicas de suporte às principais funções da estrutura de gestão, a atividade levada a cabo pela Autoridade de Gestão ao longo de 2012 foi marcada por algumas linhas de preocupação dominantes:

| 114

- a recuperação de alguns atrasos verificados ao nível da análise e da decisão de concursos com candidaturas ainda pendentes;
- o cumprimento dos objetivos e metas de gestão definidos, designadamente no que respeita à taxa de execução;
- a preparação da reprogramação do Programa e a concretização das alterações dela decorrentes, designadamente das novas tipologias incorporadas (em especial, as abrangidas no Programa “Impulso Jovem”);
- a avaliação de compromissos sem execução, corrigindo a manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira e possibilitando a rápida libertação de recursos (“descativação”), com vista a colmatar a indisponibilidade orçamental verificada em alguns eixos e tipologias de projetos;
- o acompanhamento da contratualização com as Comunidades Intermunicipais e com a AMP e, numa perspetiva mais abrangente, das operações de iniciativa municipal, em especial, tendo em vista assegurar condições para cumprir as “Orientações gerais para a gestão dos Programas Operacionais”, adotadas pela CMC do QREN, em 13 de agosto de 2012, e os compromissos assumidos no âmbito do protocolo celebrado entre a ANMP e o Governo;
- o acompanhamento dos Organismos Intermédios e da Rede dos Sistemas de Incentivos, em particular o modo de fazer face à elevada procura dos promotores;
- a adoção de regras e de práticas de gestão promotoras de uma maior eficiência, assegurando condições para melhorar a capacidade de resposta dos colaboradores e do Sistema de Informação⁶⁵;
- a intensificação das verificações no local e do encerramento de projetos;
- a melhoria do dispositivo de controlo interno e do acompanhamento das auditorias externas.

Em consonância com preocupações sinalizadas, apresenta-se abaixo algumas atividades desenvolvidas, a título ilustrativo e sem pretensões de exaustividade.

⁶⁵ Ver melhorias introduzidas no SIGON.2 identificadas no ponto “2.7.1.3. Sistema de Informação”.

Monitorização da execução

A par da monitorização efetuada pelo Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte⁶⁶, relativa às condições de contexto, bem como à execução e efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de financiamento na Região, a Autoridade de Gestão assegura um conjunto de rotinas de monitorização que visam acompanhamento e controlo de gestão.

Entre estas, contam-se as que decorrem de obrigações da monitorização operacional e financeira do QREN e dos PO coordenada pelo IFDR. Neste âmbito, a Autoridade de Gestão continuou a recolher e a reportar periodicamente um conjunto de dados relativos a fluxos financeiros, indicadores de realização física e financeira e outros indicadores de gestão, de acordo com as normas e as especificações técnicas definidas pelo IFDR. Refira-se que, em 2012, passaram a ser reportados novos indicadores, designadamente relativos a fluxos e tempos médios de alguns procedimentos (ex.: análise de pedidos de pagamento) e à descativação de compromissos.

Adicionalmente, foram asseguradas rotinas de produção de indicadores de gestão que suportaram a reflexão da Comissão Diretiva em áreas como a monitorização do cumprimento de objetivos de gestão (execução, pagamentos e tempos médios de processamento), a gestão de dotações orçamentais e compromissos e a avaliação de compromissos sem capacidade de execução⁶⁷.

Refira-se, ainda, a utilização do Sistema de *Business Intelligence* BI-QREN, aplicação de *data warehouse* associada ao SIGON.2, para auxiliar as decisões de gestão, recurso que deverá ser ainda potenciado no futuro.

Verificações no local

Como se aludiu acima, foi aprovada pela Comissão Diretiva do ON.2, a 4 de outubro de 2012, uma Orientação Técnica Específica que pretende orientar as equipas técnicas deste Programa na preparação e na realização das ações de acompanhamento no local das operações, em termos de periodicidade, constituição da Equipa, aspetos a verificar e documentos de suporte a utilizar.

Nessa sede e atentas as ações de acompanhamento no local já realizadas, quer pela Autoridade de Gestão, quer pelas autoridades externas de controlo, procedeu-se à revisão do modelo de 'Ficha de verificações no local' em uso até esta data. Procurou-se também complementar esse enquadramento com o desenvolvimento de uma nova funcionalidade do SIGON.2 que consubstancia uma desmaterialização significativa do processo e uma agilização da tramitação correspondente.

⁶⁶ Instituído a 15/12/2008, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei 312/2007, pela CMC dos PO Regionais do Continente. É dinamizado pela CCDR-N que lhe presta apoio técnico, administrativo e logístico. Apoia o exercício de competências da Comissão de Acompanhamento Estratégico, em articulação com o Observatório do QREN.

⁶⁷ Neste caso, suportada pela Orientação Técnica Específica 2 (2012) e por uma nova funcionalidade desenvolvida no SIGON.2.

Ao longo de 2012, foram concluídas 76 verificações ao local (60 com incidência em projetos de investimento público e 16 em projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos), o que, embora ainda longe de atingir o nível e a abrangência desejáveis, corresponde a uma melhoria face ao número médio de visitas concluído nos anos anteriores. O quadro seguinte permite identificar a despesa associada às operações visitadas e a correspondente despesa controlada nas ações de verificação.

Quadro 2.7.1.1.2– Visitas realizadas e despesa controlada

| 116

Tipo de Operações	Nº	2012				Nº	Total			
		Despesa Elegível à data da Verificação	Despesa FEDER à data da Verificação	Despesa Elegível Controlada no Local	Despesa FEDER Controlada		Despesa Elegível à data da Verificação	Despesa FEDER à data da Verificação	Despesa Elegível Controlada no Local	Despesa FEDER Controlada
Operações Públicas	60	129.775.955	94.012.075	98.699.270	69.982.594	196	137.780.357	100.808.509	98.988.921	70.221.490
Operações Privadas	16	11.514.407	7.391.332	3.326.749	2.112.453	28	22.682.089	13.325.604	6.049.478	3.560.707
Total	76	141.290.362	101.403.407	102.026.019	72.095.047	224	160.462.446	114.134.113	105.038.399	73.782.197

Refira-se, a este propósito, que as exigências do acompanhamento de outros processos (“Operação Limpeza”, reprogramações, etc.) dificultaram um maior investimento nesta vertente da atividade por parte da estrutura de apoio. No sentido de ultrapassar essas limitações, a Autoridade de Gestão iniciou o processo de contratação de serviços de entidades externas para apoiar os serviços envolvidos na prossecução desta tarefa (Secretariados Técnicos e Estruturas Sub-regionais, com a colaboração das CIM).

Reuniões da Comissão Diretiva

Durante o ano de 2012, a Comissão Diretiva realizou 39 reuniões presenciais, correspondendo a uma periodicidade quase semanal. Quando a urgência o impunha, foram realizadas consultas escritas. Nestas reuniões, para além dos membros deste órgão colegial, participaram igualmente os Secretários Técnicos e Coordenadores, como observadores, bem como outros convidados, sempre que se revelou pertinente (ex.: responsável do Gabinete de Comunicação e Marketing e do CODR). Estas reuniões constituíram momentos privilegiados de partilha de informações, de reflexão e corresponsabilização pela gestão do Programa.

Para além dos assuntos presentes nas ordens de trabalhos de quase todas as reuniões realizadas durante este ano (informações; deliberação sobre operações – admissão e aprovação de candidaturas, alterações/reprogramações, encerramentos, anulações/rescisões; ponto de situação dos compromissos e pagamentos; auditorias), salienta-se a discussão frequente de questões associadas às preocupações dominantes acima enunciadas e que a produção de orientações/documentos de enquadramento ilustra.

Outras reuniões e eventos

Releva-se a intensa dinâmica de reuniões realizadas com beneficiários, de modo especial as reuniões efetuadas com as CIM e a AMP (Presidentes dos Municípios e estrutura técnica) durante o último trimestre do ano, com o intuito de transmitir as principais alterações decorrentes da reprogramação do QREN e do PO, de efetuar um ponto de situação sobre os investimentos de iniciativa municipal e articular com os Municípios as principais linhas de atuação a considerar nesta fase da gestão do Programa (reprogramação: principais características, propostas suplementares, questões em aberto e implicações sobre a contratualização com as CIM e a AMP; Equipa Conjunta ANMP-Governo: atribuições, metodologia de trabalho e pareceres prévios já aprovados; ponto de situação das candidaturas de iniciativa municipal; alterações de taxa de cofinanciamento para 85% e aplicação do mecanismo *Top-Up*; operações a transitar para o POVT e para o POAT; contribuições em espécie; alterações de critérios a considerar na análise de reprogramações de operações).

Foram ainda promovidas reuniões de trabalho e sessões de esclarecimento com os Secretariados Técnicos da Autoridade de Gestão, das Estruturas Sub-Regionais e das estruturas técnicas das CIM e da AMP (por exemplo, a propósito das medidas de simplificação).

Em articulação com o CODR, a Comissão Diretiva do ON.2 participou em várias reuniões globais de monitorização da implementação do QREN e do PO dinamizadas pela tutela, pelo IFDR e pelo Observatório do QREN, em especial sobre a reprogramação do QREN, o acompanhamento de estudos de avaliação, a transferência de projetos de/para o POVT e outros (ex.: Equipa Conjunta de Monitorização da Execução dos Compromissos dos Municípios). Participou ainda nas reuniões das Comissões de Acompanhamento dos restantes PO, sobretudo, dos PO temáticos.

Em 21 de novembro de 2012, a Autoridade de Gestão participou no Encontro Anual dos PO FEDER e Fundo de Coesão com a Comissão Europeia, organizada pelo IFDR. No quadro seguinte apresenta-se, de modo sumário, as principais questões tratadas no encontro bilateral realizado entre a AG e os serviços da CE, no âmbito dos trabalhos preparatórios desse Encontro Anual:

Assuntos	Observações
1. Implementação do Programa	
a) Ponto de situação b) Eventuais dificuldades de execução / medidas adotadas para reforçar a execução c) Eixos Prioritários com grandes diferenças entre a aprovação e a execução d) Situação relativa às transferências de projetos para o POVT	Foi feito pela Autoridade de Gestão um ponto de situação da implementação do programa, tendo como referência os principais itens identificados. A CE colocou algumas questões em torno das medidas tomadas para maximizar a execução, considerando que estão esgotados os mecanismos recentemente adotados (aumento da taxa de cofinanciamento e pagamentos <i>Top Up</i>), designadamente, sobre a possibilidade de aplicar taxas de cofinanciamento superiores (95 ou mesmo 100%) a tipologias específicas. A este propósito, clarificou que a CE não recupera o <i>Top Up</i> (pagará à Autoridade de Gestão à taxa de 95%, correspondendo a um menor valor de investimento). Manifestou o entendimento de que, embora o Estado Membro possa encargar o <i>Top Up</i> como mecanismo de adiantamento de tesouraria, mantendo a programação, esta margem deveria ser preferencialmente aplicada para potenciar os objetivos dos Fundos



Assuntos	Observações
e) Avaliação f) Perspetivas futuras	<p>Estruturais.</p> <p>A este propósito, a representante do IFDR transmitiu a ideia de que este organismo assumiu, nesta matéria, uma posição cautelosa, dada a necessidade de se respeitar taxa máxima identificada nos Regulamentos Específicos e evitando criar expectativas sobre a possibilidade de generalizar essa majoração. À medida que se aproxima o encerramento, poderão eventualmente as Autoridade de Gestão assumir um <i>overbooking</i> mais generoso.</p> <p>No que se refere à avaliação, a CE chamou a atenção o facto de o atraso verificado poder penalizar a utilidade do exercício para a preparação do próximo QEQ. O IFDR salientou que algumas avaliações temáticas um pouco mais avançadas serão um contributo para o efeito (Clusters; PROVERE; Equipamentos de proximidade; Instrumentos de desenvolvimento urbano; pacote de avaliação global do QREN, designadamente, no que toca à internacionalização e eficiência energética). Apesar de serem abordagens parcelares, têm como base as intervenções dos PO. O conhecimento que se gera na rede de avaliação é também relevante.</p>
2. Análise específica	
<p>a) Informação sobre os projetos “Porto de Leixões” e “Sanjonet”</p> <p>b) Ponto de situação relativo às CIM e certificação</p> <p>c) Informação sobre o novo objetivo específico: Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade</p>	<p>No que respeita à operação NORTE-10-0240-FEDER-000038 – “Área Metropolitana Digital WiMax” (Município de São João da Madeira), os representantes da CE lembraram que foi informalmente transmitida à Autoridade de Gestão a preocupação sobre este projeto, já aquando da última reunião da Comissão de Acompanhamento. Feito um enquadramento do projeto e da sua situação atual pela Autoridade de Gestão (ainda não efetuados quaisquer pagamentos), a CE transmitiu o seu entendimento sobre a não elegibilidade no quadro do FEDER, alegando que o investimento em banda só é possível, a título excecional, em “zonas brancas” (S. J. Madeira é considerada zona urbana) e, ainda, porque não se trata de financiar um investimento mas um serviço a um operador. Salientaram que não está em causa a contratação pública mas o respeito do princípio da concorrência (distorção de mercado por estar a oferecer um serviço sem custos para os utilizadores). Por todas estas razões, apelaram à Autoridade de Gestão no sentido de que o projeto seja retirado, sob pena de poder vir a ser desencadeado um processo de formalização de objeções, com os inerentes inconvenientes para o Programa, lembrando que, até esta data, Portugal é o único Estado Membro com todos os projetos sem levantaram quaisquer objeções de fundo e onde não se fez qualquer interrupção de pagamentos.</p> <p>A este propósito, o Senhor Vogal Carlos Duarte deu nota de que o Senhor Presidente da Câmara de São João da Madeira já teria sido sensibilizado para este risco no contexto de uma reunião entretanto realizada, tendo este assumido o compromisso de auscultar informalmente os representantes da CE, até ao final da semana seguinte. Assim, o Senhor Vogal propôs que a deliberação da Comissão Directiva sobre uma eventual rescisão aguarde os resultados desta diligência, proposta que foi aceite.</p> <p>Os representantes da CE mostraram interesse em obter um ponto de situação sobre a operação NORTE-08-0269-FEDER-000001 – “Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões” (APDL), no que respeita à sua eventual classificação como grande projeto e à transferência para o POVT. Manifestam sérias dúvidas sobre a possibilidade de transferir integralmente o projeto para este Programa, designadamente, por considerarem que o centro de investigação e marina de recreio não seriam elegíveis ao Fundo de Coesão. Alertaram ainda para a necessidade de acautelar o seu tratamento como grande projeto. A AG transmitiu a intenção de efetuar a comunicação formal do Grande Projeto, após enquadramento no POVT, informação já comunicada através de um ofício recentemente enviado. Perspetivou a apresentação de nova candidatura ao POVT, em moldes distintos dos atualmente financiados no ON.2, dada a reconhecida dificuldade de financiar a marina de recreio e, eventualmente, os 2 últimos andares do edifício incluído na operação. Referiu, ainda, a necessidade de salvaguardar os interesses do promotor e o cumprimento de regras de elegibilidade, precavendo a ocorrência de problemas posteriores.</p> <p>Neste âmbito, o Senhor Vogal João Marrana informou os restantes membros da Comissão Directiva de que, na semana em curso, seria enviada informação ao POVT.</p> <p>Foi feito o ponto de situação do “Impulso Jovem, tendo os representantes da CE recomendado que a criação líquida de postos de trabalho fosse definida como condição dos apoios, de modo a ultrapassar o mero efeito de substituição. Salientaram, ainda, a importância de se optar por investimentos menos clássicos/tradicionais e identificaram como positiva a associação a projetos de investimento das empresas.</p> <p>Os representantes da CE justificaram a inclusão do ponto relativo às Comunidades Intermunicipais e certificação na OT, com base nos resultados da auditoria recente da IGF e suas recomendações (Categoria 2 da certificação da despesa), razão pela qual importa continuar a acompanhar as Comunidades Intermunicipais.</p> <p>A Autoridade de Gestão fez um ponto de situação sobre as várias auditorias já realizadas às Comunidades Intermunicipais e AMP, podendo concluir-se que os principais problemas</p>

Assuntos	Observações
	estarão resolvidos (aguarda-se o parecer anual da IGF, prevendo-se que as Comunidades Intermunicipais do Ave e do Cávado possam transitar do nível 2 para o nível 3; não tem havido problemas de certificação; permanecem algumas pequenas questões dependentes das tutelas: PROT, RE Mobilidade, ...). Agendada para 17-21 de dezembro uma auditoria do TCE (AMP) e da DG Regio (restantes Comunidades Intermunicipais).
3. Relatório de execução anual	
a) Carta de aceitação do relatório de execução anual de 2011 da CE b) Informações a incluir no relatório de execução de execução anual de 2012	Reiterada a intenção de não alterar o REA, já transmitida à CE informalmente. Não foram colocadas quaisquer objeções. Foi também lembrada a necessidade de colmatar, no relatório de execução anual de 2012, algumas lacunas de informação do Relatório de 2011.
4. Reprogramação de 2012	
a) Ponto de situação	Os serviços da DG Regio disponibilizaram o documento de aprovação da reprogramação para assinatura, no dia 9 novembro. Será agora necessário aguardar pela tramitação do processo nas várias instâncias. Aqueles serviços esperam comunicação da decisão em dezembro.
5. Evento Anual 2012 / 2013	
	A CE foi informada da intenção da Autoridade de Gestão de realizar o Evento Anual no início de dezembro.

O evento anual do ON.2 teve lugar a 5 de dezembro, no Porto, com objetivos a realização de um balanço da aplicação dos fundos comunitários na Região e o debate sobre o contributo das empresas para o seu desenvolvimento, em particular no que respeita às oportunidades na ótica da reindustrialização e do reforço da competitividade de base territorial. Contou com a presença de cerca de 350 participantes⁶⁸.

Formação

Ao longo de 2012, prosseguiu o esforço de qualificação dos colaboradores da estrutura de gestão para o exercício das suas funções, através da participação em ações de iniciativa da própria Autoridade de Gestão ou de outras entidades. De um modo geral, constituíram ações de curta duração, atingindo-se contudo um significativo volume de formação, tendo em conta o número de colaboradores envolvidos.

Sublinhe-se a iniciativa de organização, pela Autoridade de Gestão, de duas ações sobre contratação pública, sobre análise de requisitos em sistemas de informação e *Business Intelligence*, bem como de sessões de esclarecimento sobre a Orientação de Gestão 1 (2011) e a simplificação de procedimentos. Refira-se, ainda, a participação em *workshops* promovidos pelo IFDR em articulação com outras entidades e em ações promovidas pelo INA. Sem pretender ser exaustivo, identifica-se algumas das principais temáticas da formação realizada em 2012, salientando-se a particular

⁶⁸ Consultar a informação disponibilizada sobre o Evento no ponto "6. Informação e Publicidade" deste Relatório.

expressão do volume de formação associada aos temas da contratação pública, informática, avaliação de projetos e questões financeiras:

- Contratação Pública;
- Análise Custo-Benefício em Projetos Cofinanciados;
- Gestão, Acompanhamento e Controlo de instrumentos de engenharia financeira;
- Conceção e Avaliação de Projetos;
- Questões Ambientais relacionadas com a gestão de Financiamentos Comunitários;
- Avaliação Ambiental e Instrumentos de Prevenção e Controlo Ambiental;
- Gestão por Processos e Otimização da Gestão da Informação e racionalização de *workflows*;
- Informática, sistemas de informação, redes (Ex.: *IT Governance* na AP; Análise de Requisitos em Sistemas de Informação; MOSS 2007: *Administration and Troubleshooting*; Microsoft Office 2007 e Windows Vista; Gestão de Melhoria Contínua de Serviços de Tecnologias de Informação (ITIL)"; *Business Intelligence from SQL 2008*; *Writing Queries Using Microsoft SQL Server 2008 Transact SQL*; *Implementing and Maintaining Microsoft SQL Server 2008 Analysis Services*; Gestão da Segurança da Informação (ISO 27001 e 27002); ISTQB *Certified Tester Foundation Level*; Formação HP *Data Protector 6.1*; Controlo e Otimização de Sistemas e Redes de Comunicação).
- Atendimento Telefónico, Atendimento ao Público.

| 120

Sublinhe-se igualmente que a formação das equipas de apoio técnico da AMP e das CIM foi uma preocupação permanente da Autoridade de Gestão, tendo os técnicos daquelas equipas sido incluídos em ações de formação promovidas pela Autoridade de Gestão.

Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento (QREN-EQ)

Conforme registado no Relatório de Execução de 2011, o Governo, face à crise económico-financeira, decidiu celebrar, em novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Este contrato, no valor de 450 milhões de Euros, constituiu a primeira *tranche* de um empréstimo cujo valor global ascende a 1.500 milhões de Euros.

As condições de acesso e de utilização do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro, designado por QREN EQ, foram fixadas pela tutela em 2011⁶⁹, tendo a Autoridade de Gestão do ON.2 colaborado na operacionalização deste instrumento de financiamento, nomeadamente através da emissão de pareceres sobre as propostas de financiamento associadas a projetos apoiados no âmbito do Programa ON.2.

⁶⁹ Despacho 6572/2011, de 4 de abril, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, publicado no DR n.º 80, 2.ª série, de 26 de abril.

Assim, após o período de apresentação de propostas e de pedidos de financiamento pelos Beneficiários do ON.2, que decorreu entre 12 de maio e 28 de junho de 2011, através de plataforma informática desenvolvida pelo IFDR para esse efeito, a Autoridade de Gestão emitiu parecer sobre 367 operações candidatas, no que respeita à sua elegibilidade quanto às condições estabelecidas no referido Despacho 6572/2011. A este universo de candidaturas estava associado um valor de financiamento solicitado de 142,7 milhões de Euros.

| 121

Quadro 2.7.1.1.2 – Candidaturas apresentadas

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	312	115.143	80,7%	55	27.590	19,3%	367	142.733	100,0%

Unidade: Mil Euros

As decisões sobre a afetação desta primeira *tranche* foram tomadas em três fases, conforme a seguir descrito, sendo de referir que a primeira fase ocorreu ainda em 2011. Contudo, como a segunda e a terceira fases reportam ao resultado da primeira fase, esta é lembrada neste Relatório. Uma análise detalhada do acompanhamento do processo é apresentada em Anexo⁷⁰, pelo que aqui se dá nota dos principais elementos que caracterizaram a procura e dos resultados do processo de seleção:

1.ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

Em setembro de 2011, da proposta apresentada pelo IFDR, resultaram as seguintes deliberações da Comissão de Coordenação e Supervisão (CCS):

Quadro 2.7.1.1.3 – Deliberações sobre as propostas e pedidos de financiamento

Tipologia	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%
Aprovados condicionadamente ⁷¹	42	22.536	53,8	46	19.360	46,2	88	41.896	100,0
Não aprovados	153	-	-	8	-	-	161	-	-
A submeter a deliberação da CCS em momento posterior	112	-	-	1	-	-	113	-	-
Com decisão favorável condicionada ao resultado de análises complementares em curso	5	-	-	0	-	-	5	-	-

Unidade: Mil Euros

⁷⁰ Ver **ANEXO A.12** - Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento (QREN-EQ).

⁷¹ Condicionados à aprovação *ex-post* pelo BEI, nos termos do disposto no número 5 do Despacho 6572/2011.

2ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

Em fevereiro de 2012, a CCS adotou, sob a proposta do IFDR, uma segunda decisão relativa à utilização da parte ainda não comprometida da primeira *tranche* do empréstimo-quadro BEI, a qual incidiu fundamentalmente sobre as propostas e os pedidos de financiamento cuja decisão foi diferida para momento posterior. No caso do ON.2, o universo de candidaturas abrangidas por esta segunda decisão foi o seguinte:

| 122

Quadro 2.7.1.1.4 – Candidaturas abrangidas (2ª fase da 1ª tranche)

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	6.810.031	1	21.708.074	96	20.583.564	18	49.101.668	115

A decisão de aprovação de financiamento desta 2ª fase foi adotada pelo valor máximo da parte não comprometida na 1ª fase, adicionado do diferencial entre as aprovações realizadas e os montantes efetivamente contratados.

Face à necessidade de observar critérios de rateio para determinação do montante a alocar, uma vez que o montante solicitado excedeu largamente o montante disponível, foram utilizados nesta 2ª fase os critérios de prioridade e de rateio identificados no Anexo supra referido.

Em fevereiro de 2012, foram tomadas as seguintes deliberações pela CCS, no que respeita aos projetos associados ao ON.2:

Quadro 2.7.1.1.5 – Deliberações sobre as propostas e pedidos de financiamento

Tipologia	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
Aprovados condicionadamente	0	0	9.761.917	95	5.292.817	17	15.054.734	112
Com decisão favorável remetidas para aprovação do BEI (operações QREN com custo total aprovado > 25 M€)	0	0	116.249	1	14.270.400	1	14.386.649	2

3ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

Em setembro de 2012, a CCS adotou, igualmente sob proposta do IFDR, uma terceira decisão relativa à utilização da dotação da primeira *tranche* do empréstimo-quadro BEI libertada no âmbito da rescisão/revisão em baixa de propostas e de pedidos de financiamento aprovados no âmbito da 1ª e 2ª fase de afetação do EQ do BEI.

Para efeitos desta terceira decisão, e no caso concreto do ON.2, foram exclusivamente considerados casos de reclamação apresentados por Municípios sobre o resultado da análise e de decisão de não aprovação do pedido de financiamento. Em todos os casos, o fundamento de não aprovação do pedido de financiamento reembolsável resultava do facto de este não ser compatível com as obrigações em matéria de limite de endividamento a que o Município se encontrava obrigado.

Nestas circunstâncias encontravam-se oito operações, cujo montante total de financiamento QREN-EQ é o que a seguir se evidencia:

| 123

Quadro 2.7.1.1.6 – Candidaturas abrangidas (3ª fase da 1ª tranche)

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	0	0	2.913.308	8	0	0	2.913.308	8

Assim, no que respeita às operações cofinanciadas pelo ON.2, considerando de uma forma consolidada as três fases de afetação do valor da 1ª tranche do QREN EQ, foram aprovados 214 pedidos de financiamento, a que corresponde um montante total de 81,6 milhões de Euros, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 2.7.1.1.7 – Empréstimo Quadro BEI – Fases de Afetação da 1.ª Tranche

Fases de afetação da 1ª tranche	Número de operações	Montante financiamento QREN EQ aprovado
1	92	49.209.283,65 €
2	114	29.441.382,63 €
3	8	2.913.307,71 €
Total	214	81.563.973,98 €

Contudo, ao longo de 2012, 23 dos pedidos de financiamento QREN EQ inicialmente aprovados foram anulados após comunicação da Autoridade de Gestão da anulação do financiamento atribuído às operações. Assim, em 31/12/2012, o montante global de financiamento QREN EQ associado a operações cofinanciadas pelo ON.2 era apenas de 62,7 milhões de Euros, ou seja, menos 18,9 milhões de Euros face ao montante inicialmente aprovado.

Quadro 2.7.1.1.8 – Empréstimo Quadro BEI – Contratos de empréstimo em vigor a 31.12.2012

Fases de decisão	Número de operações	Montante financiamento QREN EQ
1ª Fase da 1ª Tranche	84	46.262.685,78 €
2ª Fase da 1ª Tranche	99	13.496.479,73 €
3ª Fase da 1ª Tranche	8	2.913.307,71 €
Total	191	62.672.473,21 €

| 124

2.7.1.2 Sistema de Gestão e Controlo

Alterações ao Sistema de Gestão e Controlo em 2012⁷²

Nos termos normativos aplicáveis⁷³, na sequência da aprovação da descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do Programa ON.2, esta deve ser atualizada incorporando as alterações entretanto introduzidas.

Tendo em vista a prestação de informação pelo IFDR à IGF em matéria de atualização das descrições dos Sistemas de Gestão e Controlo, para efeitos de ponderação no Parecer Anual sobre o funcionamento dos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas, a Autoridade de Gestão remeteu àquele Instituto, no último trimestre de 2012, os seguintes elementos:

- Sistematização das alterações mais significativas relativas aos procedimentos de gestão e controlo ocorridas após a data a que reporta a última Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO;
- Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO atualizada considerando todas as alterações ocorridas a partir da data da última Descrição comunicada e aceite pela IGF.

Relativamente à Descrição reportada a 2011, as principais alterações que constam deste novo documento são as registadas no seguinte quadro:

Síntese da alteração (a elencagem das alterações seguem a estrutura do índice constante da Descrição do SGC do ON.2)	Referência Documental	
	Tipo	Data
Orientações prestadas à AG e aos OI para garantir a boa execução financeira dos fundos (Ponto 1.4.)	Deliberações da CMC no contexto da RCM 33/2012 de 1 de março	1 de março de 2012, 16 de maio de 2012, 8 de maio de 2012, 14 de julho de 2012
	Deliberação da CMC relativa à aplicação do mecanismo de <i>Top-Up</i>	17 de julho de 2012

⁷² Alterações efetuadas até 31 de outubro de 2012.

⁷³ Nº 1 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de julho.



Síntese da alteração (a elencação das alterações seguem a estrutura do índice constante da Descrição do SGC do ON.2)	Referência Documental	
	Tipo	Data
	Orientações da CMC para a gestão dos Programas Operacionais	13 de agosto de 2012
	Memorando de Acordo entre o Governo e a ANMP	28 de maio de 2012
	Alteração do Regulamento Geral FEDER	21 de dezembro de 2011
	Alteração dos Regulamentos Específicos (Aumento das taxas de cofinanciamento)	8 de agosto de 2012
	Orientações da Autoridade de Certificação sobre a Reprogramação Técnica do QREN 2011	23 de setembro de 2011, 23 de novembro de 2011
	Orientações estabilizadas/finais da Autoridade de Certificação sobre a Iniciativa JESSICA	17 de junho de 2012
	Orientações da Autoridade de Certificação sobre os instrumentos de Engenharia Financeira	9 de agosto de 2011
Funções formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão (ponto 2.1.3)	Alterações aos regulamentos dos Sistemas de Incentivos	24 de fevereiro de 2012, 6 de Setembro de 2012, 6 de novembro de 2012
Organograma e descrição de funções das unidades (ponto 2.2.1.)	Despachos de nomeação e de afetação. Comissão Diretiva e secretários técnicos	6 de março de 2012, 12 de abril de 2012, 4 de outubro de 2012
	Alteração da composição e funções do secretariado técnico do ON.2 - RCM 76/2012	6 de setembro de 2012
	Alteração do organograma da Autoridade de Gestão do ON.2	
Procedimentos escritos a utilizar pelo pessoal da Autoridade de Gestão/dos Organismos Intermédios (Ponto 2.2.2)	Revisão das orientações aos beneficiários relativas à apresentação de pedidos de pagamento e à criação de contas de fornecedores	20 de julho de 2012, 20 de setembro de 2012
	Revisão das orientações de suporte às tarefas das estruturas técnicas relativas às verificações dos pedidos de pagamento, às verificações dos procedimentos de contratação pública e às verificações no local	
	Guia de apoio à apresentação das contas de fornecedores	setembro de 2012
	Revisão do Manual de Procedimentos dos SI	25 de outubro de 2012
Descrição dos procedimentos de seleção e aprovação das operações e de garantia da respetiva conformidade com as regras nacionais e comunitárias aplicáveis durante todo o período da sua execução (ponto 2.2.3)	Alterações dos Regulamentos Específicos	8 de agosto de 2012
	Reprogramação Técnica do QREN 2011	15 de dezembro de 2011
Verificação das operações e tratamento dos pedidos de reembolso (pontos 2.2.4. e 2.2.5.)	Revisão das orientações relativas às verificações dos pedidos de pagamento, às verificações dos procedimentos de contratação pública e às verificações no local	30 de maio de 2012, 4 de outubro de 2012
	Implementação de medidas de simplificação processual no ON.2	30 de maio de 2012
	Orientações estabilizadas/finais da Autoridade de Certificação sobre a Iniciativa JESSICA	17 de junho de 2012
Descrição do processo de transmissão da informação à Autoridade de Certificação pela Autoridade de Gestão (ponto 2.2.6.)	Orientações estabilizadas/finais da Autoridade de Certificação sobre a Iniciativa JESSICA	17 de junho de 2012
Regras de elegibilidade estabelecidas pelo Estado-Membro e aplicáveis ao Programa Operacional (ponto 2.2.7.)	Orientação da Autoridade de Certificação sobre as disposições aplicáveis em matéria de terrenos / contributo em espécie	27 de julho de 2012

Síntese da alteração (a elencação das alterações seguem a estrutura do índice constante da Descrição do SGC do ON.2)	Referência Documental	
	Tipo	Data
Organismos Intermédios (Associações de Municípios) (Ponto 3A.):	Alterações de Organogramas	
Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos) (Ponto 3B.):	Revisão do Manual de Procedimentos dos SI	
	Criação da Bolsa de Descativação de Incentivos	
	Atualização dos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos	
	Acompanhamento de calendário de execução dos projetos e penalidade financeira	
	Regras para a criação de <i>overbooking</i>	
	Alterações aos Organogramas dos OI	
Sistema de Informação (ponto 6)	Evolução do Sistema de Informação desde Outubro/2011 (PITS implementados e a implementar)	

Controlo Interno

No modelo de gestão do QREN, a Autoridade de Gestão do ON.2 é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno que previna e detete as situações de irregularidade, bem como de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objetivos que presidem à auditoria do QREN⁷⁴.

O sistema de controlo interno deve prevenir e detetar as situações de irregularidade e permitir a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas. Estes procedimentos implementados pelas autoridades de gestão não relevam para o esforço de controlo de auditoria, embora a avaliação da fiabilidade deste sistema de controlo interno seja fundamental para a avaliação do risco, a efetuar pela autoridade de auditoria, e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas.

O controlo interno, no sentido referido pelas disposições citadas dos regulamentos comunitários e normativos nacionais aplicáveis, é concretizado no ON.2 a dois níveis: um primeiro nível, exercido pelos secretariados técnicos dos vários Eixos, visando aferir a regularidade das operações, dos procedimentos dos promotores e da despesa apresentada; um outro, através da ação do Secretariado Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditorias e Controlo Interno, que visa dotar a AG de um instrumento de gestão que lhe permita melhorar a qualidade de desempenho, aumentando os níveis de segurança, eficiência e eficácia.

Uma descrição detalhada destes procedimentos consta do “Manual de Procedimentos do Programa Operacional Regional do Norte ON.2 – O Novo Norte”, pelo que se releva neste relatório, de modo especial, os desenvolvimentos ou as alterações ocorridas no exercício de 2012.

⁷⁴ De acordo com o previsto no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho e no artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, bem como no artigo 46º n.º 2 o) do DL n.º 312/2007.

Durante o ano de 2012 foi promovida uma ação de controlo interno à despesa certificada em 2010, abrangendo 35 operações, num esforço correspondente a 22% da despesa certificada em todos os eixos: 14 do Eixo 1, 3 do Eixo 2, 12 do Eixo 3, 5 do Eixo 4 e 1 do Eixo 5. Destas operações, 20 corresponderam a operações com gestão delegada em organismos intermédios: oito nos sistemas de incentivos e 12 no âmbito da contratualização com as associações de municípios. Os resultados desta ação foram aprovados já no decurso de 2013.

Foi também preparado o plano de atividades para 2013, incluindo um conjunto de novas ações, cujos contornos poderão ainda sofrer ajustamentos.

O secretariado técnico dos Eixos promove ações de verificação “on desk” e “on the spot”.

Nas primeiras, são realizadas verificações administrativas, que abrangem os procedimentos de contratação pública realizados pelos promotores, na maioria dos casos anteriores à apresentação da despesa, e verificações da despesa apresentada, quer na vertente administrativa, quer na vertente financeira.

A verificação da contratação pública é feita em todas as operações, tendo como objeto os contratos de valor superior a € 10.000. A verificação da despesa é feita em todos os pedidos de pagamento, nas vertentes administrativa e financeira e, quando aplicável, na vertente física do projeto. Até à entrada em vigor das medidas de simplificação aprovadas em 30 de maio de 2012, os secretariados técnicos verificavam exaustivamente todos os pedidos de pagamento e todos os contratos de valor superior a € 10.000. Assim, após 1 de setembro, a verificação da conformidade das regras da contratação pública pelos secretariados técnicos passou a ser feita por amostragem, nos termos já identificados no ponto 2.2.2. Mercados Públicos deste relatório.

No que respeita às verificações no local, a 4 de outubro de 2012 foi aprovada uma nova Orientação Técnica Específica 1 (2012) – “Ações de Acompanhamento no Local das Operações Promovidas pela Autoridade de Gestão”, introduzindo alguns ajustamento face ao definido na primeira fase do Programa. De facto, foi opção inicial da AG promover um nível total de verificações, mantendo-se em aberto a possibilidade de adotar a verificação por amostragem, caso os resultados viessem a demonstrar que daí não decorreria uma menor segurança. Face ao resultado das ações de acompanhamento no local efetuadas, a Autoridade de Gestão entendeu que seria possível implementar uma metodologia que aliasse a eficácia à eficiência das verificações, sem prejudicar a qualidade de gestão. Introduziu-se assim um processo de amostragem para os projetos de valor FEDER igual ou inferior a 250.000 €, sendo todos os restantes visitados pelo menos uma vez e os grandes projetos visitados todos os anos. No que respeita à supervisão da Autoridade de Gestão no âmbito do processo da contratualização com as Associações de Municípios, são efetuadas reavaliações a 1 em cada 7 operações cofinanciadas.

No caso dos sistemas de incentivos, as ações de verificação são feitas por amostragem conforme descrito no sistema de gestão e controlo.

Em jeito de síntese, apresenta-se no Quadro 2.7.1.2.1 alguns indicadores que traduzem a atividade desenvolvida neste âmbito.

Quadro 2.7.1.2.1 – Ações de verificação

Ações de verificação	2012			TOTAL		
	Sistemas de Incentivos	Investimento Público	Total	Sistemas de Incentivos	Investimento Público	Total
Nº de operações analisadas ⁷⁵	1.574	450	2.024	6.376	3.870	10.246
Nº visitas de acompanhamento no local	16	60	76	28	196	224
Nº contratos públicos validados	n.a.	12.318	12.318	n.a.	28.371	28.371
Nº pedidos de pagamento validados	1.630	12.555	14.185	4.388	24.130	28.518

| 128

Auditorias externas

Os PO estão sujeitos a ações de controlo e auditoria, quer por parte da Autoridade de Auditoria (IGF), quer pelas Estruturas de Auditoria Segregada do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR)⁷⁶. São ainda auditados pela Comissão Europeia e pelo Tribunal de Contas Europeu.

Em 2012, sobre o ON.2 incidiram oito ações de controlo, no âmbito das quais foram auditadas 67 operações, tal como se identifica na listagem constante do **ANEXO A.10 – Auditorias externas**.

Apresenta-se, de seguida, as principais características de cada uma destas auditorias:

ENTIDADES	Nº de Operações	Acompanhamento da Ação de Controlo
Autoridade de Auditoria - IGF		
Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER e FC, no domínio da verificação dos Estudos Custo Benefício Relatório N.º 2012/1371 Processo N.º 2012/12/A2/417	Total:1	Relatório Final
	Eixo 2	
Amostra - Para a definição da amostra, foram solicitados ao IFDR, os Anexos C aos últimos Pedidos de Certificação de Despesas apresentados pelas autoridades de gestão, até 31/dez/2011, os quais permitiram obter uma listagem dos projetos classificados como geradores de receitas pelas respetivas autoridades de gestão, e que foram objeto de validação pela autoridade de certificação. Na sequência, tendo por base critérios de materialidade e de risco, forma selecionados 7 operações, sendo 2 do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), uma do PROCONVERGÊNCIA, uma do INTERVIR+ e uma por cada um dos seguintes programas regionais: Centro (MAIS CENTRO), Alentejo (INALENTEJO), e Norte (ON.2).		
Consequências Financeiras: Não foi apresentada qualquer proposta de correção financeira à operação Auditada.		

⁷⁵ São consideradas todas as operações com exceção das que se encontram no estado “candidatada” (i.e., admitidas e nos estados subsequentes).

⁷⁶ De acordo com o Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, que estabelece as disposições gerais sobre o FEDER, FSE e FC, e atento o disposto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que define o Modelo de Governação do QREN.

Âmbito da Auditoria

A auditoria visou contribuir, em tempo oportuno, para a melhoria dos sistemas de gestão e de controlo em matéria de verificação dos Estudos Custo Benefício e do cálculo do défice de financiamento.

Pretendeu-se proceder a uma análise de risco nesta área e verificar se os procedimentos utilizados pelas autoridades de gestão e de certificação, do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito da verificação dos Estudos Custo Benefício e dos cálculos dos défices de financiamento disponibilizados pelos beneficiários aquando da apresentação das suas candidaturas, proporcionam uma segurança razoável quanto ao cumprimento das regras nacionais e comunitárias, em especial as definidas no artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, dada a especificidade e a complexidade da matéria em apreço.

Complementarmente pretendeu ainda a IGF efetuar o levantamento dos requisitos legais e regulamentares, bem como das orientações metodológicas existentes neste domínio e a elaboração de uma lista de verificação específica que enquadrasse as exigências desta matéria e proporcionasse evidência técnica adequada da sua verificação, não apenas para esta ação, mas também para utilização em ações futuras.

| 129

Principais Recomendações:

- Compatibilizar as Orientações de Gestão com as orientações em vigor, nomeadamente as emitidas pelo IFDR, bem como para que definam os procedimentos para o acompanhamento das operações após o encerramento.
- Proceder à reanálise financeira das operações promovendo, no limite, no respetivo encerramento, a correção do montante máximo a financiar.

Observações:

- As recomendações encontram-se em fase de implementação

Auditoria aos sistemas de gestão e controlo dos organismos intermédios com contratos de delegação de competências, com subvenção global, celebrados com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte - (ON.2)

Relatório N.º 2012/1255

Processo N.º 2012/12/A2/525

Total: 6

Eixo 1

2

Relatório Final

Eixo 4

4

Amostra - Inv. Elegível Executado - 7.242.217,10€

Proposta de Correção Financeira: 103.227,17€

Âmbito da Auditoria

A IGF desenvolveu em 2011 uma auditoria específica atinente ao teste ao funcionamento dos sistemas de gestão e controlo das Comunidades Intermunicipais, enquanto organismos intermédios do ON.2. Essa auditoria, complementou o teste inicial ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do Programa em causa, tendo sido realizada sobre uma amostra de organismos intermédios CIM.

Neste contexto, a auditoria realizada em 2012 visou incidir sobre as CIM não integradas nas amostras das anteriores auditorias, tendo em vista complementar a avaliação do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do Programa.

Principais Recomendações:

- A autoridade de gestão deverá proceder, por um lado, à verificação das receitas geradas em ordem a avaliar o correspondente défice de financiamento, promovendo as correções que se revelarem adequadas, e por outro, à definição de um mecanismo de acompanhamento das receitas líquidas geradas pelas operações, na fase de exploração.
- Desenvolver os procedimentos necessários à correção dos erros detetados na amostra.
- Proceder ao encerramento das operações que se mostrem concluídas.

Observações:

- Foram encetados os procedimentos para a recuperação dos montantes considerados como não elegíveis em Relatório Final
- O acompanhamento das restantes recomendações encontrava-se em implementação.

Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do ON.2 no Domínio da Igualdade de Oportunidades

Relatório N.º 2012/1771

Processo N.º 2012/12/A2/396

Total: 4

Eixo 1 SI

2

Relatório Final

Eixo 4

2

Amostra - Inv. Elegível Executado - 4.204.832,47€

Sem correções Financeiras

Âmbito da Auditoria

A auditoria visou verificar se o sistema de gestão e controlo do FEDER no domínio da igualdade de oportunidades funciona de forma eficaz, de modo a dar uma garantia razoável de que o programa operacional assegura a efetiva promoção da igualdade entre homens e mulheres e a integração da perspectiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos. A par de outros aspetos igualmente importantes, a acessibilidade para as pessoas com deficiência é um dos critérios que deve ser respeitado na definição das operações. Assim, o âmbito da auditoria abrangeu os procedimentos adotados pelas Autoridades de Gestão do FEDER, ao nível das verificações de gestão, administrativas e no local, no domínio da igualdade de oportunidades.

Principais Recomendações:

- Desenvolver e divulgar junto dos beneficiários as normas relativas à matéria de igualdade de oportunidades e não discriminação.
- Integrar no relatório anual de execução a explicação de que forma a integração das orientações das políticas nacionais e comunitárias relativas à igualdade de oportunidades e não discriminação se materializa nas operações aprovadas nele identificado.

Observações:

- As recomendações encontram-se em fase de implementação.

Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do FEDER no âmbito dos Custos Indiretos Relatório N.º 2012/1801 Processo N.º 2012/12/A2/398	Total: 9		Relatório Final
	Eixo 1 SI	5	
	Eixo 2	1	
	Eixo 3	1	
	Eixo 4	1	
	Eixo 5	1	

Amostra - Inv. Elegível Executado - 11.899.792,69€

Sem correções Financeiras

Âmbito da Auditoria

O objetivo principal da auditoria visou verificar se o sistema de gestão e controlo do FEDER no domínio dos custos indiretos funciona de forma eficaz, de modo a dar garantia razoável de que as declarações de despesas apresentadas à CE, no que concerne a estas operações, são corretas e, consequentemente, assegurar que as transações respeitam a legalidade e a regularidade.

O âmbito da auditoria abrangeu, assim, os procedimentos adotados pelas Autoridades de Gestão do FEDER, ao nível das verificações de gestão, administrativas e no local, no domínio dos custos indiretos.

Principais Recomendações:

- Conceber e implementar instrumentos de gestão e avaliação dos custos indiretos.

Observações:

- As recomendações encontram-se em fase de implementação.

Auditoria ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão Relatório N.º 2012/1836 Processo N.º 2012/12/A2/716	Total: 2	Síntese das Principais Conclusões e Recomendações
	Eixo 1	

Amostra - Para a definição da amostra foram solicitados, à Autoridade de Gestão, os mapas da monitorização operacional e financeira reportados a 31/Maio/2012, o qual permitiu obter uma listagem completa das operações com despesa validada à mesma data.

Na sequência, tendo por base critérios de materialidade e de risco, foram selecionadas 2 operações neste PO.

Consequências Financeiras: Não foi apresentada qualquer proposta de correção financeira às operações Auditadas

Âmbito da Auditoria

Esta auditoria teve por objetivo principal determinar se os sistemas de gestão e controlo, implantados ao nível das autoridades de gestão dos programas operacionais do QREN (FEDER), asseguram a verificação do cumprimento das regras nacionais e comunitárias sobre ambiente, nos termos previstos nos art.º 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, de modo a dar uma garantia razoável de que as despesas apresentadas à CE assentam em transações legais e regulares no plano ambiental.

Complementarmente, atenta a complexidade da matéria em análise e a inexistência de um quadro metodológico específico, foi ainda estabelecido como objetivo proceder ao levantamento dos requisitos legais e regulamentares, bem como das orientações metodológicas existentes neste domínio, visando a elaboração de uma lista de verificação específica que enquadre as exigências desta matéria e proporcione evidência técnica adequada da sua verificação, não apenas para esta ação, mas também para utilização em ações futuras.

Principais Recomendações:

- Proceder à atualização das metodologias de supervisão no sentido de evidenciar a verificação das questões ambientais.
- Reforçar a evidência dos contactos estabelecidos com as entidades externas com responsabilidades nos setores do ambiente.
- Emitir opinião, em sede de verificações no local, quanto ao cumprimento sobre as normas ambientais aplicáveis.
- Potenciar a informação de carácter ambiental de modo a permitir a obtenção de um histórico dos beneficiários que contribua para a caracterização do risco ambiental associado.
- Validar todas as obrigações ambientais por parte do beneficiário, nomeadamente das que constituíram condicionantes à correspondente aprovação.

Observações:

- A Autoridade de Gestão não recebeu o Relatório Final, tendo no entanto conhecimento das principais conclusões e recomendações remetidas pela IGF

| 131

Estruturas de Auditoria Segregada do IFDR

Auditoria nº1/12/SC1/Norte Auditoria em operações no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2011 a 31-12-2011	Total: 26		Relatório Final
	Eixo 1 SI	6	
	Eixo 1	2	
	Eixo 2	2	
	Eixo 3	4	
	Eixo 4	11	
	Eixo 5	1	

Amostra: 56.542.145,45€

Auditada 100% da amostra

Proposta de correção financeira: 5.999.343,08€

Âmbito da Auditoria

Nesta auditoria, a Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR (Unidade de Controlo e Auditoria), em articulação com a Autoridade de Auditoria (Inspeção-Geral de Finanças), selecionou uma amostra de vinte e seis operações, com base na listagem de despesa certificada por operação até 31-12-2011, para verificação da regularidade e legalidade das despesas certificadas à Comissão Europeia (CE).

Principais Recomendações:

- Considerando o âmbito desta Auditoria, foram emitidas recomendações por operação que, em termos sucintos, abordam questões atinentes à tramitação das operações nomeadamente no que respeita a cumprimento de prazos procedimentais, apresentação de relatórios anuais, observância das regras de contratação pública, reforço de garantias e caucões.

Observações:

- As recomendações e as correções financeiras encontram-se em fase de implementação.

Comissão Europeia - DG REGIO

2012/PT/REGIO/J4/1118/1 Missão de 23 a 26 de julho "Bridging the assurance gap"	Total: 14		Relatório Preliminar
	Eixo 1	2	
	Eixo 4	12	

Proposta de Correção Financeira: 247.500,00€,

Âmbito da Auditoria

Tratou-se de um inquérito complementar, tendo em vista obter garantias do funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo, mediante a auditoria a Programas Operacionais de alto risco/domínio e temas horizontais, uma vez que a Autoridade de Auditoria (IGF), em 15 de julho de 2011, no relatório de auditoria do Sistema sobre os Organismos Intermédios Comunidades Intermunicipais (CIM) classificou o sistema de gestão e de controlo na categoria 3 (funciona parcialmente; são necessárias melhorias substanciais) e entendeu que apresentavam deficiências graves, em especial ao nível da seleção de projetos, da execução dos controlos de gestão e dos processos de concurso.

Nestes termos, o objetivo específico da missão consistiu em obter garantias razoáveis sobre as medidas tomadas pelos Organismos Intermédios "Área Metropolitana do Porto e Comunidade Intermunicipal Minho Lima, a fim de resolver as deficiências detetadas pela Autoridade de Auditoria.

Principais Conclusões/Recomendações:

- A auditoria das 14 operações levou à deteção de uma irregularidade, que deverá ser objeto de um inquérito mais aprofundado Projeto NORTE-07-0826-FEDER-000187 - «Sistema integrado de modernização Autárquica»
- Os auditores da DG Política Regional validaram a adequação das ações executadas pela AG/OI e a fiabilidade da avaliação positiva das medidas corretivas que a AA tinha apresentado. Além disso, os auditores da REGIO obtiveram provas de que os Organismos Intermediários tinham implementado um serviço que, embora pequeno, era responsável pela realização dos controlos de gestão do artigo 13.º, antes de as despesas serem certificadas à Comissão
- Contudo, os auditores da REGIO consideram que os procedimentos usados podem ser melhorados através da adoção de algumas medidas, nomeadamente, a elaboração de um relatório de síntese global periódico que permita tirar conclusões dos exercícios de reverificação.

Observações:

Em fase de contraditório.

Tribunal de Contas Europeu

Missão de 17 a 21 de Dezembro de 2012 e 21 a 25 de janeiro de 2013 - Declaração de Fiabilidade relativa ao exercício de 2012 DAS 2012	Total: 8		Emissão do Relatório Preliminar (trabalhos de campo)
	Eixo 2	1	
	Eixo 4	7	

Amostra - Inv. Elegível Executado – 8.505.247,38€

Âmbito

Foi objetivo da auditoria determinar se eram legais e regulares as despesas FEDER declaradas e reembolsadas pela Comissão Europeia em oito projetos do PO Norte aleatoriamente selecionados. Ainda na mesma auditoria, foi analisado se, com o sistema de gestão e de controlo aplicado pelo Estado Membro, seria possível detetar os erros identificados pelo Tribunal de Contas Europeu através da realização dos controlos previstos para o efeito na regulamentação aplicável.

No que respeita às taxas de erro, e de acordo com a informação disponibilizada pela IGF no seu Relatório Anual de Controlo, “O resultado das auditorias das operações desenvolvidas pela EAS [para o Sistema comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas] adicionado dos erros identificados na supervisão desenvolvida pela IGF, (...) o erro mais provável corrigido existente na população (...) representa cerca de 1,60% do universo.

Com efeito, os resultados obtidos, considerando todos os erros identificados, apresentam uma estimativa do erro total existente na população que não ultrapassa o limiar da materialidade de 2% definido.”

2.7.1.3 Sistema de Informação

O Sistema de Informação do ON.2 é composto por uma plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2) com interoperabilidade com as aplicações de *Business Process Modelling* (BPM), designada “Expedientíssimo”, e SIG, designada “Mapoteca”, e ligado a um *Datawarehouse* que contém os dados apresentados no Sistema de *Business Intelligence*

BI-QREN para suporte à gestão. Para lhe prestar o suporte técnico necessário, está implementado um conjunto de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL). Adotou-se um conjunto de referenciais no âmbito da Governação dos Sistemas de Informação e da Gestão de Informação, sendo toda a infraestrutura monitorizada por um Sistema de Monitorização e Alarmística de Infraestrutura, configurado com uma orientação ao Serviço, e a gestão de *Issues*, assegurada por um sistema de informação *open-source* desenhado para essa função e partilhado com a equipa de desenvolvimento. Considera-se que o conhecimento do detalhe da infraestrutura e da evolução do Sistema de Informação do ON.2 é proporcionado pela leitura dos relatórios de execução dos anos anteriores, pelo que não se reproduz essa informação neste documento.

| 133

A exemplo do ano anterior, a maior parte das atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Informação do ON.2 visou dar resposta às alterações impostas à gestão do QREN com implicações diretas na gestão do PO, às recomendações das Auditorias (auditoria interna, *Compliance* e melhoria de operacionalização) e aos requisitos para a Certificação de Despesas. Assumiram ainda bastante relevo as tarefas decorrentes dos esforços de simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos empreendidos pela AG. Manteve-se um elevado grau de resposta às solicitações, demonstrando capacidade de reação perante alterações de contexto e solicitações não previstas (e não previsíveis).

Em 2012, manteve-se uma especial preocupação com a segurança, nomeadamente, a que deriva da aplicação da norma ISO 27002, no reforço e expansão da plataforma tecnológica residente nas instalações da CCDR-N.

Conforme previsto em 2011, prosseguiu-se em 2012 nas seis direções então apresentadas:

- Reforço e expansão da plataforma tecnológica residente nas instalações da CCDR-N, tendo sempre presente a preocupação com a segurança e nomeadamente a que deriva da aplicação da norma ISO 27002.
- Manutenção Corretiva e Evolutiva do Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2), assegurando o *compliance Capability Maturity Model Integration* (CMMI).
- Alargamento da Interoperabilidade com a aplicação de Business Process Modelling (BPM) da CCDR-N, designada “Expedientíssimo”, ao nível de Entidades, Documentos, Processos e georreferenciação (“Mapoteca”).
- Alargamento do âmbito de operacionalização de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL).
- Realização de ações tendentes à execução dos Planos Estratégico, Tático de Sistemas de Informação, de Infraestrutura de Tecnologia e de Gestão de Informação, tendo sido revistos todos os planos previstos com enfoque na melhoria do SI do ON2 e em toda a sua infraestrutura de suporte.

- Documentação de processos em *Business Process Model and Notation* (BPMN), uma representação gráfica de processos.

Plataforma Tecnológica

No relatório de execução de 2011, foi referido que se pretendia concluir a implementação do *Disaster Recovery*, para que fosse possível dar resposta ao identificado pela Auditoria da IGF: “*Porém, no caso de ocorrência de incidentes ou desastres naturais, a organização não poderá garantir um conjunto de respostas reflexas*”.

| 134

Assim, em termos de infraestrutura, o ano de 2012 fica marcado por três grandes ações:

- Virtualização da totalidade da infraestrutura de suporte aos sistemas de informação dos processos críticos de negócio, incluindo a totalidade da infraestrutura de suporte ao ON.2, bases de dados incluídas;
- Implementação de um *site* de *Disaster Recovery* para ser ativado em situações de desastre, nomeadamente os desastres naturais;
- Atualização da versão da tecnologia de suporte à Intranet e total integração da solução de Informação de Gestão (*Business Intelligence*) do Programa Operacional ON.2.

Após a criação do *site* de *Disaster Recovery*, foram realizados simulacros de desastres naturais e testado, com sucesso, que a organização consegue “*garantir um conjunto de respostas reflexas*”.

SIGON.2

O SIGON.2 foi implementado através da adaptação do sistema de informação originalmente desenvolvido para o Programa Operacional da Madeira, efetuando-se as alterações necessárias para a gestão de uma intervenção regionalizada, para a realidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e para as especificidades do ON.2. Os indicadores de utilização do SIGON.2 no final de 2012 são os apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2.7.1.3.1 Quadro de Indicadores do SIGON.2

Dimensão	SIGON.2
Entidades	8 (CCDR-N+7CIM)
Executores	5.336
Entidades Pagadoras	3
Eixos	11
Domínios	24
Tipologias	80

Dimensão	SIGON.2
Avisos	739
Programas de Ação/Estratégico.	240
Operações (Inclui Sistemas de Incentivos)	18.367
Despesas	42.959
Pagamentos	30.605
Certificações Despesa	16
Operadores (ativos)	161
Perfis	45

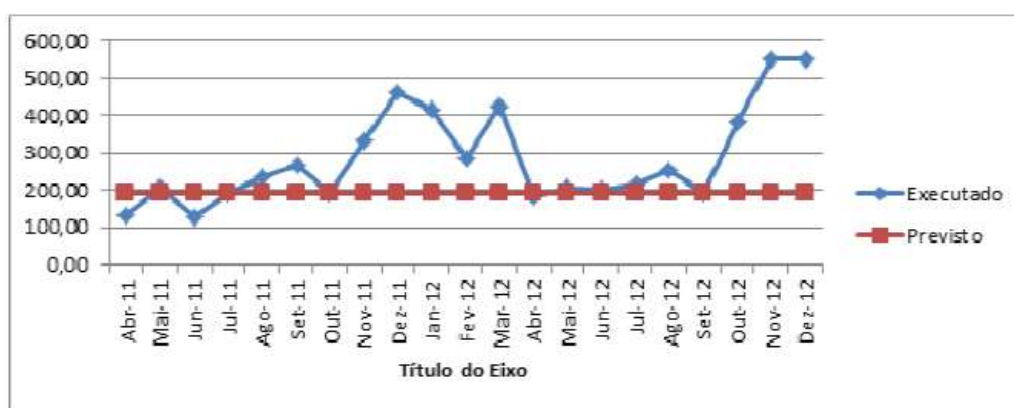
| 135

Face aos valores de 2012, é de salientar o aumento significativo de despesas, pagamentos e certificações de despesas (cerca de 50% nos dois primeiros casos e de 60% no último).

No ano de 2012, verificou-se uma intensificação dos processos de desenvolvimento do SIGON.2, tendo em vista responder a exigências externas e alterações regulamentares supervenientes, mas também à prossecução de objetivos de simplificação e eficiência. Este trabalho representou um investimento significativo da parte da estrutura de apoio à gestão, na definição de requisitos e testes, assim como da equipa de desenvolvimento.

No 'ANEXO A.11 - Tarefas executadas no âmbito do contrato de manutenção e desenvolvimento do SIGON.2', apresenta-se o detalhe dos desenvolvimentos do SIGON.2 ao longo de 2012, sendo notória a sua atonicidade. São também visíveis os momentos ao longo do ano em que houve um maior esforço de desenvolvimento. Isso mesmo pode t ser percecionado no gráfico abaixo.

Figura 2.7.1.3.1 - Evolução do desenvolvimento aplicacional do SIGON.2



Três momentos se destacam no quadro anterior:

Momento 1: em novembro de 2011, reforçou-se o desenvolvimento e teve efeitos nos meses de novembro de 2011 a março de 2012. Neste período, implementou-se um grande conjunto de novos requisitos determinados pela Reprogramação do QREN em 2011, que envolveu uma reorganização

dos Eixos Prioritários e a passagem de um conjunto de Operações de e para outros Programas Operacionais.

Momento 2: em julho de 2012, introduzindo uma ligeira flutuação no mês de agosto, deu-se sequência à implementação de um grande conjunto de novos requisitos por via da Reprogramação do QREN de 2012, que envolveu uma primeira aplicação de uma nova filosofia de gestão dos PO.

Momento 3: entrou em execução, no início do mês de novembro, um reforço de desenvolvimento, com o objetivo de assegurar, até final de dezembro, todos os requisitos essenciais em SIGON.2. Deu-se sequência à implementação de um grande conjunto de requisitos já identificados, quer por via da Reprogramação do QREN em 2012, quer tendentes a uma maior simplificação e desmaterialização de processos.

Os desenvolvimentos com maior duração durante o ano de 2012 foram os seguintes:

- Declarações SS e DGCI - Listagens e alertas
- Elaboração/Simplificação de Fichas de Verificação da AG - Fase 1 (Contratação e Pedidos de Pagamento)
- Relatórios de Execução Anual e Final - Fase 1 (Alterações após validações em testes)
- Preparação para a certificação número 11
- Operação Limpeza
- Relatórios de acompanhamento e auditoria.

De entre os Pedidos de Intervenção Técnica previstos em 2012, realçam-se as seguintes melhorias:

- Montagem de uma Solução de Disaster Recovery
- Relatórios para Observatório do QREN
- Bonificações
- Contratação Pública – Melhoria da criação das contas de fornecedores pelos Promotores e simplificação do procedimento
- Simplificação e elaboração em Sistema de Informação da Ficha de Verificação da Autoridade de Gestão
- Simplificação dos Pedidos de Pagamento
- Melhoria da Gestão de Devedores
- Melhoria da funcionalidade de Indicadores de realização física em candidatura
- Relatórios de execução anual e final
- Melhoria da funcionalidade de correção de formulários de candidatura e relatórios de candidaturas do front-office e do back-office,

ISO27000

Durante o ano de 2012, o Conselho de Segurança de Informação e Privacidade, um órgão colegial e transversal que visa a definição e o cumprimento das políticas definidas no documento “Políticas de Segurança de Informação e Privacidade”, prosseguiu a sua atividade. É de destacar a revisão dos documentos, acomodando as recomendações das Auditorias.

Foi criado um regulamento do acesso ao centro de dados, o que permite aumentar significativamente a segurança da infraestrutura de suporte ao ON.2.

Na preparação das sessões de simulacro de desastre foram elaborados documentos de suporte à recuperação da operacionalidade dos sistemas críticos, constituindo um reforço da adoção da norma ISO27000.

ITIL

O ITIL (da sigla em inglês para “Information Technology Infrastructure Library” - “Biblioteca da Infraestrutura de Tecnologias de Informação”) é, por definição, um conjunto de boas práticas aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI).

No âmbito da gestão de Alterações (um dos processos ITIL), relevam-se os seguintes indicadores, no final de 2012:

- 443 Pedidos de Intervenção técnica (PIT), o que corresponde a um aumento de cerca de 40% face ao número acumulado até ao final de 2011;
- 12.787 horas de desenvolvimento, o que equivale a um aumento de 60% relativamente às horas de desenvolvimento acumuladas até ao final do ano de 2011.

No âmbito da Gestão de Incidentes e Pedidos, verificaram-se as seguintes ocorrências:

Quadro 2.7.1.3.2 - Gestão de Pedidos e incidentes SIGON.2

Incidentes e Pedidos	/mês	Tempo Recuperação
Pedidos de pagamento - solicitações externas	40	1 dia
Alterações/correções de operadores internos	40	1 dia
Pequenas correções ao código do SI	5	3 dias
Recuperação de <i>password</i>	5	1 hora
Correções de dados	50	1 hora
Alteração na Base de Dados	80	1 hora

Durante este ano, não foi solicitado nenhum estudo de uma reclamação ou problema apresentado por promotores (na aceção ITIL). Foi sendo prestado apoio aos promotores, no sentido de esclarecer dúvidas ou ajudar a ultrapassar dificuldades momentâneas. Foram ainda melhorados alguns dos guiões de apoio (ex.: preenchimento dos relatórios de execução anuais e finais, módulo de pagamentos), alguns dos quais divulgados já no início de 2013.

Previsão para 2013

Em 2013, pretende-se prosseguir-se nas seis direções identificadas na introdução a este ponto, designadamente assegurando a concretização das seguintes melhorias:

- Fase de encerramento do Programa
- Informação de gestão e de suporte à decisão
- Tratamento de custos indiretos
- Tratamento de projetos geradores de receitas
- Visualização do conteúdo das operações e dos pedidos de pagamento em *front-office*
- Ajustamentos ao módulo de auditorias
- Utilização de Certificados Digitais
- Solução para submissão de ficheiros de grande dimensão.

2.7.1.4 Organismos Intermédios e Subvenções Globais

Protocolos estabelecidos com os Organismos Intermédios associados à gestão dos Sistemas de Incentivos

Conforme modelo definido pelo Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos⁷⁷, a gestão deste Sistema envolve quatro Organismos Intermédios, a saber:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.);
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E.P.E);
- Agência de Inovação, S.A. (ADI).

Através da celebração de Protocolos, o ON.2 delegou formalmente nestes Organismos um conjunto de competências relacionadas com a gestão do ciclo de vida dos projetos. A sua atuação rege-se, portanto, pelos procedimentos, prazos e outras condições a observar no âmbito do relacionamento

⁷⁷ Decreto-Lei 287/2007, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei 65/2009, de 20 de março

entre as diversas entidades envolvidas, não havendo a registar em 2012 qualquer alteração aos referidos Protocolos.

Os mencionados Organismos veem ainda as suas funções na gestão dos Sistemas de Incentivos contempladas nos Regulamentos Específicos de cada um dos três instrumentos de apoio às empresas: aí se definem quais são, em concreto, os Organismos Intermédios competentes para atuar ao nível de cada um dos Sistemas de Incentivos, concretizando-se ainda prazos e procedimentos que conformam a atuação das entidades intervenientes nas Estruturas de Gestão. A alteração da regulamentação dos Sistemas de Incentivos ocorrida em 2012 não incidiu sobre esta temática, tendo-se portanto mantido o enquadramento aí definido no que concerne ao papel dos Organismos Intermédios na gestão dos apoios às empresas do QREN.

| 139

Adicionalmente, a atuação destas entidades, em articulação com a Autoridade de Gestão, rege-se pelo Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos. Este documento, por sua vez, foi objeto de atualização no ano de 2012, atualização essa que pretendeu essencialmente integrar revisões ocorridas durante o ano de 2012 ao nível de Orientações Técnicas e de Gestão dos Sistemas de Incentivos⁷⁸, bem como ao nível do capítulo relativo a Desistências e Anulações. Esta revisão não consubstanciou, portanto, alterações de fundo face àquele que é o modelo de articulação dos Organismos Intermédios com a Autoridade de Gestão.

Por fim, é de referir a existência de Protocolos para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, a Autoridade de Gestão e dois dos Organismos Intermédios - o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI) e o Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.). Através destes Protocolos delegaram-se nestes Organismos competências de transferências diretas para os beneficiários, relativas aos pagamentos de incentivo. Também a este nível não ocorreram alterações no que respeita ao papel dos referidos Organismos.

Remete-se para o subcapítulo “3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento” (pontos 3.1.2.1 e 3.1.3.1), um ponto de situação das tipologias associadas a esta vertente do programa.

Contratos de delegação com subvenção global estabelecidos com as CIM e a AMP

De acordo com a possibilidade estabelecida no modelo de governação do QREN e dos Programas Operacionais, foi efetivada em 2008 a contratualização com as Comunidades Intermunicipais (CIM) e com a Área Metropolitana do Porto (AMP), através da celebração dos contratos de delegação de competências com subvenção global, tendo por base os Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) com incidência na área de intervenção de cada uma das CIM e da AMP. O modelo de

⁷⁸ É de referir, em particular, a Orientação Técnica 10/REV1/2012, de 11 de janeiro, e a Orientação de Gestão 8/REV2/2012, de 15 de junho.

governança então definido sofreu entretanto algumas alterações, decorrente dos Memorandos de Entendimento assinados entre o Governo e a ANMP, em 2010 e 2011.

No âmbito do 1º Memorando foram avocadas algumas das competências anteriormente delegadas pela AG do PO nas CIM e na AMP, memorando esse que deu origem à assinatura de duas Adendas ao Contrato de Delegação de Competências, assinadas respetivamente em março e abril de 2010 (a primeira focalizada na avocação de competências e a segunda na flexibilização dos valores programados para a Requalificação dos Centros Escolares do 1º Ciclo e Jardins de Infância e para o Ciclo Urbano da Água).

O 2º Memorando promove a criação da Bolsa de Mérito à Execução Municipal, instrumento de elevado impacto gestório e financeiro na Contratualização, por induzir uma nova dinâmica na gestão da Contratualização e permitir o reforço da taxa de cofinanciamento. Este memorando deu origem à assinatura, a 15 de maio de 2011, da 3ª Adenda que materializa o novo valor da subvenção global dedicado a cada CIM e à AMP.

De acordo com o estabelecido pela CMC, a monitorização dos Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) tem vindo a ser desenvolvida em articulação com o Observatório do QREN, estando definido, neste contexto, o tipo e a periodicidade da informação a reportar. O Observatório do QREN, por sua vez, assegura a monitorização à escala nacional do nível de concretização das subvenções globais atribuídas no contexto de cada PTD.

Ponto de situação global

Até final do ano em análise, encontram-se aprovadas e em gestão na Contratualização 670 operações que totalizam um valor FEDER de 701.912.502,33€, a que está associado um custo total de 960.783.384,07€. Estes valores traduzem um decréscimo relativamente ao período anterior, provocado fundamentalmente pela transferência de operações para o POVT, na sequência da 1ª Reprogramação.

Face aos valores globais do Programa, a contratualização representava 14% do número total de operações aprovadas, 28% do respetivo FEDER e 38% do fundo executado⁷⁹. A taxa de compromisso era de 98,5% e a de execução ascendia a 74,9%, em qualquer dos casos com valores superiores ao valor médio do ON.2.

Considerando a reduzida dotação financeira disponível para assunção de novos compromissos e o interregno suspensivo determinado pela “Operação Limpeza”, no final do ano, permaneciam ainda pendentes de decisão algumas candidaturas, como se evidencia no quadro seguinte.

⁷⁹ Uma análise detalhada da dinâmica de seleção de candidaturas e da execução das operações aprovadas é apresentada no capítulo “3. Execução por Eixo Prioritário” deste relatório.

Quadro 2.7.1.4.1 - Candidaturas pendentes em Avisos/Concursos não decididos

Eixos Prioritários	Concursos / avisos abertos pelas CIM/AMP (n.º)	Concursos / avisos abertos (n.º)	Bolsa de Mérito		
			Tipologia	Nº	Candidaturas com decisão pendente FEDER solicitado
EP 1	32	1	AAE	11	25.893.237,00 €
		1	PCI	17	3.445.210,00 €
EP 2	16	1	VERE	3	889.365,00 €
EP 3	5	-	-	-	-
EP 4	91	1	CUA	0	-
		1	EPE	4	5.850.417,00 €
		1	RRE	38	50.795.200,00 €
TOTAL				73	86.873.429,00 €

| 141

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores associados às operações aprovadas, quer em 2012, quer em termos acumulados, inferindo-se um relativo equilíbrio no que respeita às dotações iniciais previstas para execução dos PTD.

Quadro 2.7.1.4.2 - Candidaturas, investimento e FEDER aprovados

CIM/AMP	Até 31.12.2011					Em 2012				TOTAL			
	Nº Oper.	IT	IE	FEDER	Nº de Operações	IT	IE	FEDER	Nº Oper.	IT	IE	FEDER	
AMP	151	259.416	203.542	172.686	3	4.194	3.448	2.859	154	263.609	206.990	175.545	
Ave	68	95.850	82.345	69.993	0	0	0	0	68	95.850	82.345	69.993	
Cávado	76	68.630	66.496	56.522	0	0	0	0	76	68.630	66.496	56.522	
Douro	81	107.165	97.495	82.505	1	1.269	635	539	82	108.435	98.129	83.044	
Minho-Lima	79	121.235	105.005	89.105	4	9.069	9.041	7.685	83	130.305	114.046	96.789	
Tâmega e Sousa	129	204.959	174.831	148.046	2	4.058	3.248	2.761	131	209.017	178.079	150.807	
Trás-os-Montes	75	79.795	77.266	64.947	1	5.144	5.018	4.265	76	84.938	82.284	69.213	
Total	659	937.050	806.980	683.803	11	23.733	21.390	18.109	670	960.783	828.370	701.913	

Unidade: Milhares de Euros

No quadro infra, que apresenta a distribuição do FEDER pelos Eixos Prioritários, verifica-se uma elevada concentração do Fundo no Eixo 4, onde se enquadram as tipologias com maior expressão nos PTD aprovados e contratualizados, correspondendo aos compromissos políticos assumidos pelo Governo na promoção de políticas públicas, com particular ênfase na educação pré-escolar e no ensino básico.

Quadro 2.7.1.4.3 - FEDER aprovado por CIM/AMP e Eixo

CIM/ AMP	EP 1			EP 2			EP 3			EP 4			Total Geral
	AMP/ CIM	BM	Total	AMP/CIM	BM	Total	AMP/ CIM	BM	Total	AMP/ CIM	BM	Total	
AMP	12.751	0	12.751	5.185	6.776	11.961	1.537	0	1.537	140.914	8.382	149.296	175.545
Ave	1.793	0	1.793	1.127	0	1.127	0	0	0	62.257	4.817	67.074	69.993
Cávado	2.439	0	2.439	1.923	0	1.923	529	0	529	51.630	0	51.630	56.522
Douro	1.116	539	1.655	2.650	2.236	4.886	0	0	0	71.259	5.244	76.503	83.044
Minho-Lima	3.130	2.545	5.675	2.078	1.812	3.890	360	0	360	63.405	23.459	86.865	96.789
Tâmega e Sousa	1.252	0	1.252	4.751	4.536	9.287	0	0	0	131.471	8.797	140.268	150.807
Trás-os-Montes	2.720	0	2.720	4.914	1.352	6.266	0	0	0	52.424	7.801	60.226	69.213
Total	25.200	3.084	28.284	22.628	16.712	39.340	2.427	0	2.427	573.361	58.501	631.862	701.913

Unidade: Milhares de Euros

A elevada concentração de FEDER no Eixo 4 (90% do total do FEDER) decorre, sobretudo:

- da inserção da tipologia Requalificação da Rede Escolar EB1 neste Eixo e da aposta política que foi feita neste segmento educativo;
- da deslocalização da tipologia Ciclo Urbano da Água (CUA) do Eixo 3 para o Eixo 4, em resultado da Reprogramação Estratégica do Programa.

Os outros Eixos apresentam taxas de absorção quase residuais assumindo as seguintes expressões: Eixo 1 – 4%, Eixo 2 – 5,6% e Eixo 3 – 0,3%.

A análise das diversas tipologias de investimento e do valor do Fundo que lhe está associado permite compreender melhor esta concentração tão expressiva de FEDER.

Quadro 2.7.1.4.4 - Tipologia de operações e FEDER associado

Tipologia da Operação	N.º Operações				FEDER			
	BM	AMP/CIM	Total	Peso Relativo por Tipologia (operações)	BM	AMP/CIM	Total Fundo	Peso Relativo por Tipologia (FEDER)
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2	9	11	1,64%	2.176	12.954	15.130	2,16%
Apoio à Modernização Administrativa		23	23	3,43%	0	7.524	7.524	1,07%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		7	7	1,04%	0	2.104	2.104	0,30%
Promoção e Capacitação Institucional	12	2	14	2,09%	908	2.618	3.526	0,50%
Valorização Económica de Recursos Específicos	17	26	43	6,42%	16.712	22.628	39.340	5,60%
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental		6	6	0,90%	0	2.427	2.427	0,35%
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"		23	23	3,43%	0	27.977	27.977	3,99%
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	10		10	1,49%	33.106	0	33.106	4,72%
Mobilidade Territorial		199	199	29,70%	0	118.296	118.296	16,85%
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	20	314	334	49,85%	25.395	427.089	452.484	64,46%
Total	61	609	670	100,00%	78.297	623.615	701.913	100,00%

Unidade: Milhares de Euros

Neste contexto, como se salientou acima, assumem particular relevância e expressão as operações de Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico. Em termos financeiros, esta tipologia ascende a cerca de 452 M€, o que corresponde a uma percentagem superior a 64,46% do total FEDER aprovado; em termos físicos, esta tipologia também apresenta a maior expressão dentro da Contratualização, com 334 operações que representam quase 50% do total de aprovações.

| 143

Em segundo lugar, surge a tipologia Mobilidade Territorial, onde assumem maior expressão os investimentos na qualificação dos níveis de serviço da rede viária, com 199 candidaturas aprovadas, totalizando um investimento de 145,3 M€, que beneficiou de uma comparticipação FEDER de 118,3 M€.

As restantes tipologias de investimento, onde se incluem as operações do Ciclo Urbano da Água ainda não transferidas para o POVT, apresentam 137 candidaturas aprovadas, a que corresponde um investimento total de cerca de 171,3 M€ e um FEDER associado de 155, 2 M€.

Analisa-se, de seguida, os aspetos mais relevantes da execução financeira das subvenções globais.

O quadro seguinte evidencia o ponto de situação desta execução e permite constatar o esforço empreendido pelos beneficiários, passando de uma taxa de realização (executado/aprovado) de 56% (em 2011) para uma taxa de 76% (em 2012), o que corresponde a um acréscimo de 36%.

Quadro 2.7.1.4.5 -Taxas de realização por CIM e Eixo

CIM/AMP	EP 1			EP 2			EP 3			EP 4		
	Fundo Aprov.	Fundo Validado	Tx Realiz.	Fundo Aprov.	Fundo Validado	Tx Realiz.	Fundo Aprov.	Fundo Validado	Tx Realiz.	Fundo Aprov.	Fundo Validado	Tx Realiz.
AMP	12.751	3.748	29,4%	11.961	7.144	59,7%	1.537	449	29,2%	149.296	116.666	78,1%
Ave	1.793	523	29,2%	1.127	396	35,2%	-	-		67.074	55.551	82,8%
Cávado	2.439	1.701	69,7%	1.923	1.923	100,0%	529	304	57,4%	51.630	36.244	70,2%
Douro	1.655	1.107	66,9%	4.886	4.656	95,3%	-	-		76.503	61.502	80,4%
Minho-Lima	5.675	3.267	57,6%	3.890	2.378	61,1%	360	354	98,4%	86.865	70.976	81,7%
Tâmega e Sousa	1.252	1.083	86,5%	9.287	4.515	48,6%	-	-		140.268	104.242	74,3%
Trás-os-Montes	2.720	2.418	88,9%	6.266	3.498	55,8%	-	-		60.226	49.277	81,8%
Total	28.284	13.845	49,0%	39.340	24.511	62,3%	2.427	1.107	45,6%	631.862	494.459	78,3%

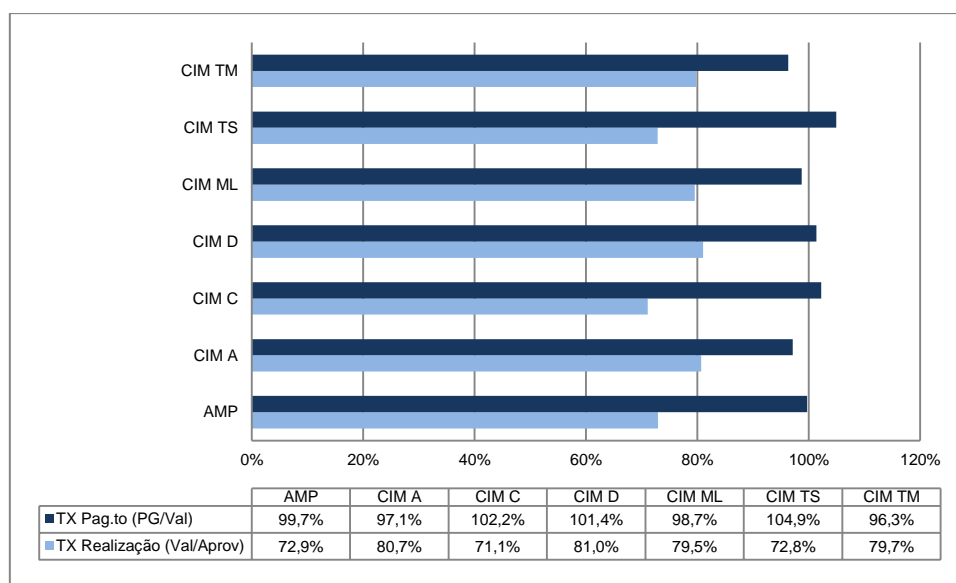
Unidade: Milhares de Euros

Verifica-se algum desequilíbrio entre as diversas tipologias de projetos inseridos nos diferentes eixos prioritários. Assistimos a melhores desempenhos nos projetos do Eixo 4 (onde se inserem as

tipologias referentes à Requalificação da Rede Escolar, Mobilidade Territorial e Ciclo Urbano da Água), com uma taxa de realização de 78,3%, enquanto os restantes Eixos se situam entre 49% e 62%, sem embargo de algumas situações estarem já muito próximas da realização total.

Globalmente, os indicadores de desempenho financeiro protagonizados pelas CIM e pela AMP são os que se apresentam na figura seguinte.

Figura 2.7.1.4.1 - Indicadores financeiros por CIM e AMP



Em jeito de conclusão deste ponto de situação global, salientam-se ainda os seguintes aspetos:

- a execução das verbas afetas à Contratualização constitui um importante fator do desempenho do Programa, sendo significativamente superior à sua taxa média;
- a atuação das CIM e da AMP constitui um forte contributo para a operacionalização da gestão do PO Norte, nomeadamente pelo desenvolvimento das tarefas inerentes às competências não avocadas no âmbito do 1º Memorando de Entendimento;
- o acompanhamento periódico efetuado no âmbito da “Operação Limpeza”, induzida pela RCM nº 33/2012, permitiu uma aceleração da execução dos projetos nela visados, com o evidente benefício de uma reduzida descativação.
- verifica-se uma taxa de pagamento significativamente superior à taxa de realização, o que representa uma elevada capacidade de promover e executar os projetos, recorrendo a adiantamento não-certificáveis (pagamentos contra fatura), concluindo-se que a execução física dos projetos é muito superior à execução financeira;

- constata-se o transvase de dotações de umas tipologias para outras, mais evidente em algumas CIM, na sequência da aplicação do princípio da flexibilidade introduzido pelo 2º Memorando de Entendimento;
- a criação da Bolsa de Mérito induziu um elevado interesse nalgumas CIM e na AMP, provocando um significativo acréscimo de candidaturas;
- a transferência de operações para PO temáticos, particularmente para o POVT, permite a libertação de fundos para alocação a projetos de âmbito regional.

| 145

Principais elementos da atividade desenvolvida em 2012

Encontrando-se praticamente esgotada a dotação financeira afeta à Contratualização, não se verificou qualquer de qualquer concurso e a própria aprovação de candidaturas foi muito reduzida: apenas se aprovaram 11 operações, 10 das quais no âmbito de Avisos da Bolsa de Mérito e 1 no âmbito de Aviso aberto pelas CIM.

O ano de 2012 ficou marcado por importantes alterações legislativas, com implicações ao nível dos compromissos previamente assumidos, que, na sua maioria, tiveram de ser revistos. Assim, a atividade foi caracterizada, sobretudo, pela “acomodação” das várias medidas aplicadas ao QREN e consequentes diligências administrativas e contratuais. A carga processual de gestão e acompanhamento das operações foi também significativamente ampliada devido ao elevado número de reprogramações, sobretudo temporais mas também financeiras, induzidas pela “Operação Limpeza.

Analisa-se, de seguida, as medidas que mais condicionaram o ano de 2012 no contexto da Contratualização:

A) “Operação Limpeza”

Com o objetivo de promover uma análise aos compromissos assumidos no âmbito de QREN e que eventualmente não teriam condições de execução, o Governo aprovou a Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, de 15 de março. Esta determinava, entre outras disposições, a anulação dos compromissos de aprovação de operações sem execução e a revisão dos que apresentavam significativos défices de execução face às disposições da regulamentação geral e específica aplicável e aos compromissos contratuais assumidos pelos beneficiários.

No âmbito do primeiro exercício de monitorização efetuado em março de 2012 para cumprimento dos objetivos determinados pela RCM, foram identificadas 37 operações acompanhadas pela Unidade de

Apoio à Contratualização⁸⁰, sendo que uma delas, a operação NORTE-10-0144-FEDER-000236 - “Construção e Apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Rebordosa n.º 2”, veio a ser rescindida.

Ainda no âmbito desta Operação, a 31 de dezembro do ano em análise encontravam-se em acompanhamento/monitorização 29 operações (4% do total), identificadas em situação de incumprimento formal (sem despesa validada 6 meses após a celebração do contrato) mas que já haviam apresentado pedidos de pagamento. Assim, o esforço desenvolvido permitiu dar cumprimento generalizado às orientações da Operação Limpeza, no tocante aos prazos de execução e ao ritmo de execução financeira, encontrando-se apenas 4% das operações no sistema de monitorização adotado pela Autoridade de Gestão do ON.2.

| 146

B) Transferência de operações para o Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT) e para o Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC)

Por decisão da Comissão Europeia de 15/12/2011, foi aprovada a reprogramação que alterou a decisão inicial do PO Norte. Na sequência desta aprovação, várias operações anteriormente contratadas com a Autoridade de Gestão (AG) do PO Norte vieram a transitar para o POVT, que assumiu, através do contrato de financiamento celebrado, os direitos e obrigações até aí cominados ao PO Norte.

Tratava-se de operações do Ciclo Urbano da Água, aprovadas entre 1 de janeiro e 22 de junho de 2011, que, à data da transição, não tivessem pedidos de pagamento efetuados, bem como uma operação inserida no Regulamento “Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental” nas mesmas circunstâncias de aprovação.

Foram transferidas 32 operações, onde se incluem todas as Operações CUA aprovadas no âmbito da Bolsa de Mérito à Execução Municipal.

Esta transferência, operada entre maio e junho de 2012, mobiliza 27.541.448,77€ do FEDER e compreende as 32 operações identificadas em Anexo⁸¹.

A reprogramação do ON.2 (reprogramação estratégica), aprovada pela Comissão Europeia a 10/12/2012, determina a transferência das restantes operações ainda em gestão no âmbito da Contratualização, totalizando 29 operações das tipologias “Ciclo Urbano da Água” (23) e “Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental” (6), com um FEDER no valor de 30.403.135,67€⁸². Esta transferência ainda não se concretizou, encontrando-se a Autoridade de Gestão a aguardar a validação da documentação por parte do POVT.

Assim, estas operações integram ainda o elenco das 670 operações em acompanhamento e gestão pela Unidade de Apoio à Contratualização e pelas CIM e AMP.

⁸⁰ Ver **ANEXO A.13** - Operações abrangidas pela “Operação Limpeza” (março de 2012).

⁸¹ Ver **ANEXO A.14** - Operações transferidas para o POVT – 1ª reprogramação

⁸² Ver **ANEXO A.15** - Operações transferidas para o POVT – 2ª reprogramação.

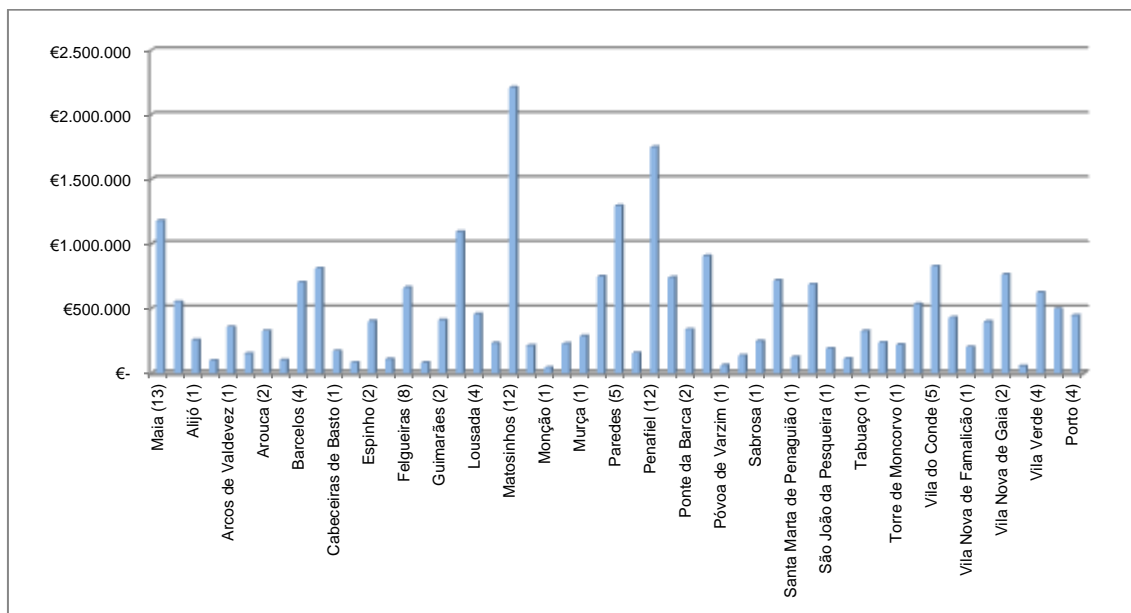
C) Limitação do valor da contribuição em espécie (terrenos) a 10% do custo total elegível da operação

A clarificação feita pelo IFDR relativamente ao Despacho n.º 10/2009, de 24 de setembro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sobre despesas não elegíveis a financiamentos de FEDER e Fundo de Coesão, especificamente sobre “contribuições em espécie”, particularmente terrenos, determinou a observância do limite de 10% previsto no n.º 4 do ponto 5 daquele Despacho.

Em consequência desta orientação e à data da comunicação do IFDR (27/07/2012), verificou-se haver Beneficiários cujas operações entraram em incumprimento, pelo que a Autoridade de Gestão desenvolveu os procedimentos necessários à regularização desta situação. Nesse sentido, procedeu à revisão da decisão do valor de financiamento, bem como à correção das despesas entretanto validadas que excediam o referido limite dos 10% e correspondentes pagamentos, de acordo com o ponto 8 do Anexo ao Despacho n.º 10/2009, de 24 de setembro.

Foram objeto de reformulação 161 operações que darão origem à elaboração de outras tantas adendas contratuais, de modo a evidenciar o novo valor FEDER aprovado, distribuídas pelos municípios identificados no gráfico seguinte.

Figura 2.7.1.4.2 - N.º Operações a corrigir e Novo Montante Elegível (componente terrenos 10%)



Os ganhos financeiros da limitação dos terrenos a 10% do custo total elegível da operação (cerca de 10M€) foram libertados da Contratualização.



D) Incremento da taxa de cofinanciamento para 85%

A Deliberação aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, por consulta escrita de 8 de agosto de 2012, permitiu o incremento da taxa de cofinanciamento para 85% para todas as operações promovidas por entidades que consolidassem para efeitos da contabilidade nacional, desde que não encerradas a 1 de agosto de 2012, o que gerou a consequente elaboração de adendas contratuais

| 148

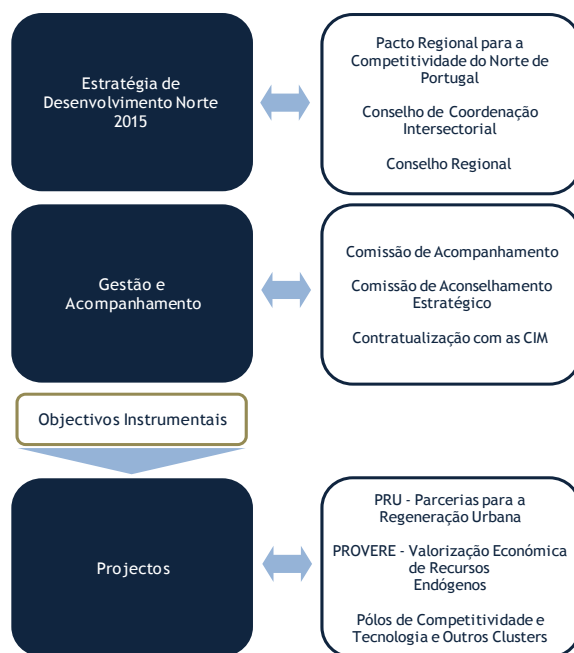
Apesar de nenhuma das operações integradas na Contratualização estar encerrada na data de referência, 12 operações não beneficiaram deste aumento, dado que os seus promotores não se enquadravam no universo das entidades que consolidavam para efeitos de contabilidade nacional.

Em termos acumulados, verifica-se que cerca de 125 M€ do valor contratualizado se devem quer ao aumento do financiamento aos Centros Escolares por aumento dos valores de referência para construção e majoração dos projetos com características construtivas potenciadoras de eficiência energética, quer à possibilidade de incorporação da elegibilidade dos terrenos dos Centros Escolares na modalidade de “contribuição em espécie”, mas principalmente às sucessivas atualizações de taxas de cofinanciamento que ocorreram ao longo de execução do Programa.

A finalizar este ponto, julga-se oportuno referir que as entidades beneficiárias da Contratualização desenvolveram um esforço digno de realce, quer para assegurarem o cumprimento dos prazos contratuais de início de execução física e financeira das operações, quer para aumentarem a sua execução financeira.

2.7.1.5 Outras Parcerias

Nos termos do número 2 do Artigo 11º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, o desenvolvimento de trabalhos em parceria abrange a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais. No caso do ON.2 – “O Novo Norte”, a consecução do princípio da parceria a esses diferentes níveis, envolvendo os parceiros mais representativos ao nível da Região do Norte, em termos sectoriais e territoriais, encontra-se esquematizada na figura seguinte.



Parcerias de nível estratégico

O ano de 2012 fica marcado pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, que procede à definição do modelo organizacional das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que compreende, entre os seus órgãos, o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional.

O Conselho de Coordenação Intersectorial, enquanto órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central à escala da Região aguarda, à data de elaboração deste Relatório, a designação dos seus membros por parte das respetivas tutelas.

O Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte foi constituído apenas no início do ano de 2013, através do Despacho n.º 3/SEAOT/2013, de 25 de janeiro, que procede à designação dos seus membros. De acordo com esse modelo de designação ministerial, o Conselho Regional integra todas as autarquias da área de atuação da CCDDR-N, acrescidas de um leque de uma dezena de entidades associativas e de representação setorial: Associação Nacional de Freguesias, entidades presentes no Conselho Económico e Social, Conselho de Reitores, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Turismo, ONG do Ambiente, Federações e Associações de Desenvolvimento Regional, Local e Cívico.

Assim, não são de assinalar desenvolvimentos ocorridos em 2012, uma vez que o primeiro encontro deste órgão consultivo ocorreu já a 14 de março de 2013. É de destacar, nessa sede, a eleição e a recondução dos órgãos do Conselho, a apresentação do ponto de situação relativo ao "ON.2 - O Novo Norte" e a preparação do referencial regional para definição do próximo quadro comunitário 2014-2020, sob o título "Iniciativa Norte 2020".



A Iniciativa NORTE 2020 visa uma estratégia regional para o horizonte 2014-2020, promovendo à escala regional o mote da estratégia "Europa 2020": um "crescimento inteligente, inclusivo e sustentável". Tendo em vista a implementação de uma estratégia que sustente este crescimento a três dimensões, uma iniciativa da CCDDR-N e do seu Conselho Regional, numa parceria com o Jornal de Notícias, assinalou o lançamento oficial da Iniciativa NORTE 2020, a 4 de abril, na Alfândega do Porto, dando assim início a um período de reflexão e de debate público, por via de um conjunto de conferências e *workshops* temáticos, onde os atores regionais desempenharão um papel fundamental. O envolvimento dos diversos setores da economia e da sociedade facultará uma visão ampla da realidade regional, que sustentará uma estratégia coordenada e condizente com as especificidades da Região do Norte.

| 150

O modelo de governação da iniciativa Norte 2020 (aprovado pelo Conselho Regional, na sua reunião de 14 de março de 2013) prevê ainda a constituição de um Comité de Pilotagem, cujas principais funções passam pelo acompanhamento dos trabalhos em curso e pela apresentação de contributos concretos para a definição da estratégia regional. Foram já realizados os trabalhos conducentes à constituição e organização deste Comité de Pilotagem, no sentido de integrar representantes das Comunidades Intermunicipais da região e da Área Metropolitana do Porto, das universidades, das empresas, das entidades do sistema científico e tecnológico, do setor social, assim como peritos e individualidades relevantes no contexto regional.

Reunida no passado dia 9 de abril, a Comissão Permanente do Conselho Regional, entendeu aprovar os principais documentos desenvolvidos para a preparação da estratégia regional NORTE 2020, a metodologia inerente a esta iniciativa, bem como o agendamento de uma reunião para 15 de abril com os representantes dos setores com assento no Conselho Regional (Universidades, Associações Empresariais, Sindicatos, Associações de Desenvolvimento Regional, etc.), no sentido de debater a iniciativa "Norte 2020" e o novo período de programação 2014-2020, nomeadamente o próximo Programa Operacional Regional do Norte e respetivo modelo de governação.

Parcerias ao nível da gestão e acompanhamento

A este nível, a dinamização do trabalho de parceria exerce-se, fundamentalmente, através do estabelecimento de protocolos que associam outras entidades à gestão do programa, bem como através da participação de duas outras instâncias: a Comissão de Aconselhamento Estratégico e Comissão de Acompanhamento, cuja constituição se encontra definida, respetivamente, nos Artigos 41º e 42º do Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril.

Dada a sua relevância, a informação relativa à atividade desenvolvida em 2012 no âmbito dos contratos de delegação com subvenção global e os protocolos celebrados com os organismos intermédios foi referida, de forma autónoma, no ponto anterior.

No âmbito da gestão, continuaram a ser envolvidas outras entidades, de modo especial, nas tarefas de apreciação do mérito de operações, na realização de ações de verificação ao local e de ações de controlo, bem como no apoio à manutenção e desenvolvimento do sistema de informação. Refira-se, de modo especial, algumas entidades que, por determinação de certos Regulamentos Específicos ou por iniciativa da AG, participaram nas comissões técnicas de avaliação com o objetivo de qualificar e/ou agilizar o processo de apreciação do mérito das operações, nomeadamente a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e a Direção Regional de Educação, a Agência para a Energia (ADENE), serviços especializados da CCDR-N e de instituições do ensino superior, bem como outros peritos convidados a título individual.

| 151

Refira-se, ainda, a colaboração do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, na perspetiva da avaliação e monitorização, corporizada na elaboração de estudos e processos de monitorização regular, no acompanhamento de exercícios de avaliação e no apoio aos órgãos de governação, como a Comissão Diretiva e a Comissão de Acompanhamento. Neste ano, releva-se o especial contributo no processo de reprogramação do ON.2, no acompanhamento dos estudos de avaliação coordenados pelo Observatório do QREN, na preparação da avaliação intercalar do ON.2 e do referencial regional para definição do próximo quadro comunitário (“Iniciativa Norte 2020”). Para além dos relatórios trimestrais “Norte Conjuntura”, foi ainda publicado o documento “Condições de Contexto e Políticas Públicas. A Situação Económica e Social da Região do Norte e a Execução do QREN em 2011”, disponibilizado a todos os participantes do Evento Anual do Programa.

Durante o ano de 2012 e no que respeita à Comissão de Acompanhamento do Programa, destaca-se a seguinte atividade:

- Reunião presencial (7ª), a 22 de junho, em Guimarães, onde se aprovou o relatório de execução de 2011 e o plano de comunicação e se discutiu a reprogramação do ON.2, no contexto da reprogramação do QREN.
- Consulta escrita de 9 de julho, que aprovou a reprogramação do Programa ON.2, na sequência da discussão feita na reunião de junho.
- Consulta escrita de 4 de outubro, que aprovou a alteração dos critérios de seleção do Sistema de Incentivos I&DT Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) e do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QUALIFICAÇÃO PME).

Não foram convocadas, neste ano, quaisquer reuniões da Comissão de Aconselhamento Estratégico⁸³.

⁸³ Nos termos do Artigo 41º do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro (replicado através do Decreto-lei nº74/2008 de 22 de Abril), a Comissão de Aconselhamento Estratégico é presidida pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional.

Parcerias ao nível das operações

Ao nível da programação do ON.2 – “O Novo Norte”, previa-se nas tipologias de beneficiários entidades de carácter federador (cujos associados são, eles próprios, associações), dada a sua constituição e o seu modelo de funcionamento. Deste modo, é importante notar que ao longo da execução do Programa se tem aprovado candidaturas a muitas entidades desta natureza. Por conseguinte estas candidaturas incorporam intrinsecamente este princípio da parceria.

Mas, para além disso, o Programa contém linhas de política que preveem especificamente a promoção de parcerias de carácter regional. São os casos mais emblemáticos das PRU - “Parcerias para a Regeneração Urbana” e das RUCI – “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, do PROVERE – “Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos” e dos “Polos de Competitividade e Tecnologia” e “Outros Clusters” (neste caso, com partilha de responsabilidades entre vários Programas, sendo o POFC o programa competente nos termos do regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva).

As PRU integram-se no Eixo Prioritário 4 do ON.2 – “O Novo Norte” e constituem um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Dinamizadas desde a conceção à execução por uma parceria local, apresentam os seguintes objetivos específicos: a) Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; b) Promover os fatores de igualdade entre homens e mulheres; c) Estimular a revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados; d) Qualificar o ambiente urbano e os fatores determinantes da qualidade de vida da população; e) Reforçar a atratividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana e f) Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos.

As RUCI integram-se também no Eixo 4 do ON.2 – “O Novo Norte” e constituem um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Apresenta os seguintes objetivos específicos: a) apoiar a afirmação das cidades enquanto nós de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional ou internacional; b) promover o reforço das funções económicas superiores das cidades, através da obtenção em rede de limiares e sinergias para a qualificação das infraestruturas tecnológicas e o desenvolvimento dos fatores de atracção de atividades inovadoras e competitivas; c) estimular a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento, valorizando os fatores de diferenciação; d) promover a inserção das cidades em redes internacionais e afirmar a sua imagem internacional; e) otimizar o potencial das infraestruturas e dos equipamentos, numa perspetiva de rede.

No que se refere às PRU, foram assinados, até 2012, 34 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana e estão aprovadas 5 redes urbanas para a competitividade e inovação, envolvendo 14 cidades. Com a aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana, que vem substituir os regulamentos das PRU e das RUCI, passamos a ter apenas operações individuais que, no final de

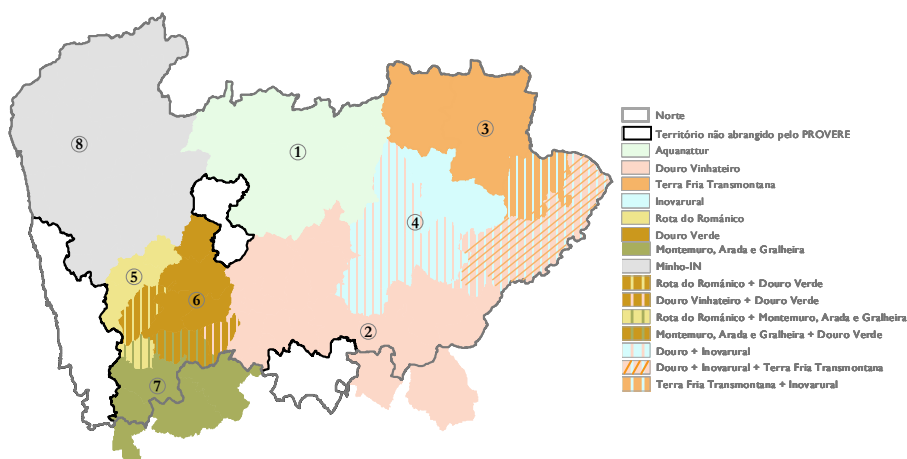
2012, totalizavam 465 operações, das quais 60 já se encontram concluídas. Durante o ano, registou-se a rescisão dos contratos de financiamento de 24 operações. Por outro lado, de acordo com o estabelecido pela CMC, a monitorização da Política de Cidades (PRU e RUCI) tem vindo a ser desenvolvida em articulação com o Observatório do QREN, estando definido nesse contexto o tipo e a periodicidade (mensal) da informação a reportar. O Observatório do QREN, por sua vez, assegura a monitorização à escala nacional do nível de concretização dos respetivos Programas de Ação, não sendo aceites reformulações, a não ser ao nível das operações individuais.

| 153

O PROVERE é uma das Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial estabelecidas no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva. Destina-se aos territórios com menores oportunidades de desenvolvimento devido à sua baixa densidade populacional, institucional, de relações económicas e sociais, etc.. Através deste programa, pretende-se estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial, visando dar valor económico a recursos endógenos tendencialmente inimitáveis - recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc.. Os PROVERE são dinamizados, desde a fase inicial de planeamento até à sua implementação e monitorização, por uma parceria, com a forma jurídica de um consórcio, envolvendo os principais atores responsáveis pela execução do respetivo Programa de Ação, sejam entidades públicas, associações ou empresas.

O processo de criação e formalização desta EEC⁸⁴, em 25 de julho de 2009, conduziu ao reconhecimento de 8 Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE da Região do Norte, identificadas no mapa seguinte.

Figura 2.7.1.5.1 – PROVERE Região do Norte



⁸⁴ Ver relatórios de execução anteriores e ponto “3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos” deste Relatório.

É de salientar que a EEC PROVERE designada “Turismo e Património do Vale do Côa” é enquadrada pelo PO MAIS CENTRO, tendo uma abrangência territorial que engloba alguns Municípios da Região do Norte. Por seu turno, a EEC “Montemuro, Arada e Gralheira”, enquadrada no ON.2, abrange municípios da Região Centro.

Na sequência da avaliação de cada uma das oito EEC PROVERE da Região do Norte, de acordo com o estabelecido no ponto 12 dos referidos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte⁸⁵, realizou a reprogramação dos oito Programas de Ação, aprovada pela Autoridade de Gestão do PO competente, neste caso, o ON.2 – “O Novo Norte”. A entidade líder do consórcio AQUANATUR apresentou uma nova proposta de reprogramação, aprovada pela Autoridade de gestão em 24 de janeiro de 2012, decorrente do processo de aprofundamento da negociação das compensações e contrapartidas do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

A informação que consta do quadro seguinte, sobre as reprogramações aprovadas, deve ser analisada tendo em consideração esta situação muito particular. As diferenças entre os Programas de Ação iniciais e os reformulados devem-se, nas situações mais relevantes, à assimilação na nova versão dos montantes candidatados aos Sistemas de Incentivo, que foram significativamente superiores aos previstos. No entanto, as modalidades de financiamento estabelecidas nos Sistemas de Incentivos são diferentes das respeitantes aos restantes projetos, pelo que quando se transformam os apoios por essa via em equivalentes a fundo perdido, chega-se a uma taxa de cofinanciamento comunitário implícita bastante inferior à registada nos projetos de iniciativa pública.

Quadro 2.7.1.5.1 - Quadro Síntese de Reformulação dos Projetos-âncora das EEC PROVERE na Região do Norte

Designação do PROVERE	Investimento Total no Programa de Ação Inicial	Investimento Total no Programa de Ação Reformulado
Minho IN	14.341.800	14.265.477
Douro - Região Vinhateira	11.920.500	15.816.663
Terra Fria Transmontana	11.520.000	10.416.789
Paisagens Milenares no Douro Verde	9.999.938	11.860.371
Montemuro, Arada e Gralheira	7.106.535	6.764.493
Rota do Românico do Vale do Sousa	10.600.000	10.600.000
Inovarural	11.999.743	16.027.279
Aquanatur*	10.166.940	27.403.693
Total	87.655.456	113.154.765

* Proposta de Reprogramação aprovada em janeiro de 2012

⁸⁵ Entidade da Administração Pública designada para a dinamização, acompanhamento e avaliação das EEC PROVERE, nos termos da alínea c) do número 11 do artigo 7º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva.

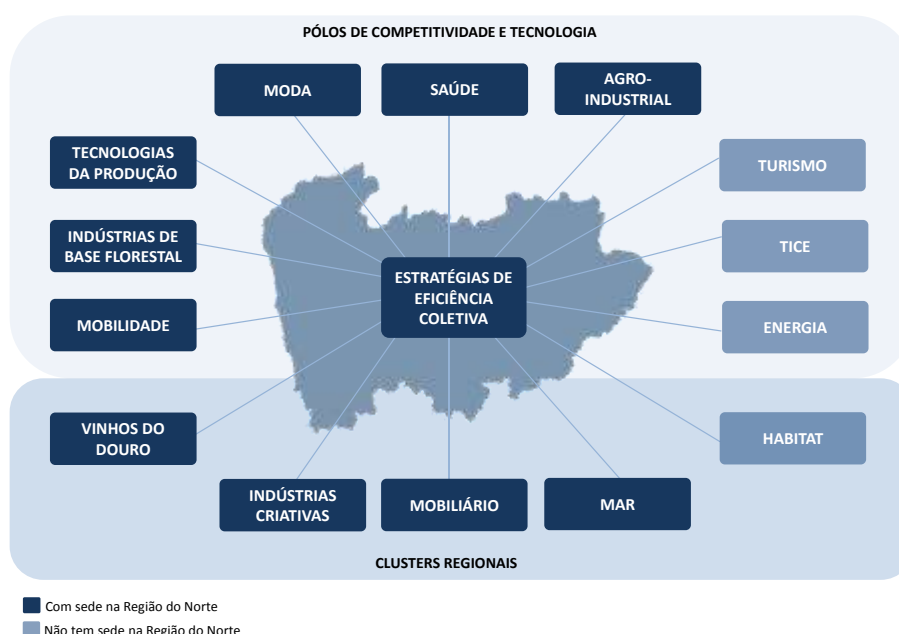
Decididas as reprogramações dos Programas de Ação, a Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte” lançou novos Avisos para cofinanciamento de projetos-âncora, num montante global de FEDER de, aproximadamente, 39 M€.

Assim, para garantir o financiamento dos projetos classificados como operações âncora, foram abertos em 2011 e 2012 os seguintes Avisos para Apresentação de Candidaturas: Aviso EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011; EEC PROVERE-Aquanatur-PA/1/2011; EEC PROVERE-DRV-PA/1/2011; EEC PROVERE-Inovarural-PA/1/2011; EEC PROVERE-MAG-PA/1/2011; EEC PROVERE-PMDV-PA/1/2011; EEC PROVERE-RRVS-PA/1/2011; EEC PROVERE-TFT-PA/1/2011; EEC PROVERE-Turismo e Património do Vale do Côa-PA/1/2011 e EEC PROVERE/PA/1/2012.

Em 2012, foi aprovada a operação designada “Requalificação das Margens do Rio Avelames” decorrente do concurso EEC PROVERE/PA/1/2010, e contratadas 2 operações no âmbito dos concursos EEC PROVERE/PA/1/2010 (1) e PROVERE/PC/1/2010 (1).

Dada a medida imposta pela CMC do QREN de sujeitar a parecer prévio da Equipa Conjunta a aprovação das candidaturas de iniciativa municipal, como é referido na análise ao EP 2, no final de 2012 aguardavam aprovação 64 candidaturas, com um montante total de investimento elegível de cerca de 50,7 M€ (40,4 M€ FEDER).

Ainda no quadro das Estratégias de Eficiência Coletiva, refira-se que o processo que culminou com o reconhecimento formal de 19 Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters. Este processo envolveu a CCDR-N e a Autoridade de Gestão do ON.2 em diferentes etapas: na dinamização dos atores regionais, na avaliação das candidaturas pela Comissão de Avaliação, na análise dos projetos previstos nos respetivos Programas de Ação e na emissão de pareceres sobre o seu enquadramento futuro no ON.2 - “O Novo Norte”.



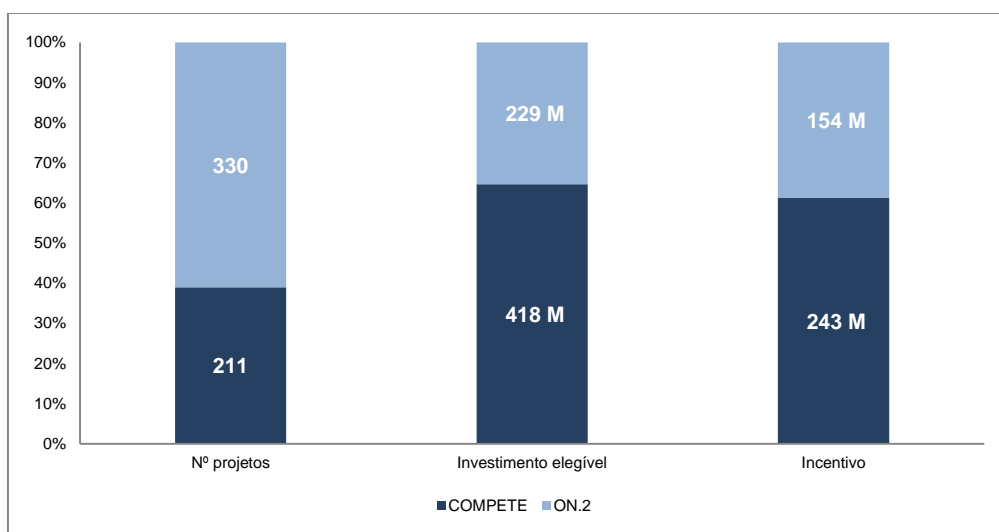
Destas Estratégias de Eficiência Coletiva, 10 ficaram sediadas na Região do Norte: 6 Polos (“Saúde”, “Moda”, “Agroindustrial”, “Indústrias de Base Florestal”, “Automóvel e Mobilidade” e “Tecnologias de Produção”) e 4 Clusters (“Mar”, “Indústrias Criativas”, “Vinhos” e “Mobiliário”). Sendo assim, o ON.2 – “O Novo Norte” tem-se assumido como um dos principais instrumentos de financiamento, quer dos projetos-âncora, quer dos projetos complementares, previstos nos respetivos Programas de Ação.

| 156

PCT/OC	Designação do Projeto Âncora	Designação do Promotor	Regulamento/Instrumento	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Comunitário
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela		4.392.022	3.074.415
	Promoção e Desenvolvimento da Nautica de Recreio e dos Desportos Náuticos - Terminal de Cruzeiros de Leixões	Administração dos Portos do Douro e Leixões APDL, SA		45.750.948	25.500.000
	Centro de Mar - Equipamento de Remo de Viana do Castelo			1.851.240	1.573.554
	Centro de Mar - Equipamento de Vela de Viana do Castelo		Valorização Económica de Recursos Específicos	2.000.000	1.700.000
	Centro de Mar - Centro de Canoagem de Viana do Castelo	Município de Viana do Castelo		1.978.306	1.681.560
	Centro de Mar - Centro de Interpretação Ambiental e de Documentação do Mar			750.000	637.500
	Centro de Mar - Estudo de Mercado e Plano Geral de Actividades			89.515	71.612
	Programa de Comunicação e Promoção do Centro de Mar	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima		1.250.000	1.062.500
Cluster das Indústrias Criativas	Reforço do P. INC (Centro de Excelência e Convergência para as Indústrias Criativas e Inovação)	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	Valorização Económica de Recursos Específicos	2.023.460	1.416.422
	Centro de Criatividade Digital	Universidade Católica Portuguesa		11.267.808	7.887.465
Cluster dos Vinhos do Douro	Desenvolvimento de Competências - Formação e Divulgação - "Rede de capacitação Institucional para a Promoção da Empregabilidade - Douro"	Direcção Regional de Educação do Norte	Promoção e Capacitação Institucional	298.320	208.824
Total				71.651.620	44.813.854

No que respeita a projetos-âncora, até ao final de 2012, foram aprovadas 11 candidaturas de natureza pública ou assimilável, envolvendo um investimento elegível de 71,6M€ e uma contrapartida FEDER de 44,8M€. Estes projetos estão inseridos nos clusters do “Conhecimento e da Economia do Mar”, das “Indústrias Criativas” e dos “Vinhos do Douro”. Durante o exercício de 2012, foram aprovadas 5 candidaturas associadas ao “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”, envolvendo um investimento elegível de 7,8M€ e uma contrapartida FEDER de 6,6M€.

No que respeita aos projetos empresariais, apoiados pelos Sistemas de Incentivos, verifica-se que o ON.2 assegurou o cofinanciamento FEDER de cerca de 154 milhões de Euros, respeitante a 330 candidaturas, que representam um investimento elegível de aproximadamente 229 milhões de Euros. Estes apoios foram veiculados para os seguintes Polos e Clusters: PCT do Turismo; PCT da Moda; PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica; *PCT Engineering & Tooling*; Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal; PCT das Tecnologias de Produção; PCT da Energia; Cluster da Pedra Natural; Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte; Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro; Cluster Habitat Sustentável; PCT Agroindustrial; Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar; PCT das Indústrias de Base Florestal; PCT da Saúde; PCT das Indústrias da Mobilidade.



Por último, é de referir que, em 2012, foi lançado o estudo de “Avaliação da estratégia e do processo de implementação das EEC – tipologia Clusters”, com o objetivo de contribuir para o acompanhamento estratégico da política pública de EEC-Clusters (tipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” e “Outros Clusters”), por via da avaliação da estratégia seguida, do processo de implementação e dos primeiros resultados. Assim, este trabalho, incluído na Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC), debruça-se sobre a atual política de clusterização em Portugal e sobre os seus primeiros resultados.

2.7.2. Avaliação do ON.2

O enquadramento normativo vigente estabelece que a elaboração estabelece que a elaboração do Plano Global de Avaliação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) é da responsabilidade do Observatório do QREN⁸⁶. A versão inicial do PGA foi aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do QREN, em 26 de fevereiro de 2009. Deste Plano faz parte o próprio Plano de Avaliação do ON.2 – “O Novo Norte” aprovado, por sua vez, pela respetiva Comissão Diretiva (em 27 de outubro de 2008) e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais (em 23 de dezembro de 2008).

⁸⁶ Cf. alínea f) do n.º 1 do Artigo 8º do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril), decorrente da possibilidade explicitada no n.º 1 do Artigo 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

O Plano previa a atualização ou a adaptação dos diversos exercícios de avaliação nele considerados, sob a forma de um processo anual de revisão que “deverá originar atualizações do PGA, da responsabilidade da Rede de Interlocutores de Avaliação, sob coordenação do Observatório do QREN. Esta revisão deverá ocorrer durante o último trimestre de cada ano civil de vigência do QREN. Poderão ainda ocorrer atualizações extraordinárias do PGA”. No que concerne à atualização efetuada em 2012, as alterações introduzidas prendem-se, genericamente, com o ajustamento dos calendários previstos para o ciclo de avaliações intercalares dos PO FEDER e Fundo de Coesão e para algumas das avaliações temáticas ou transversais. No que se refere ao ON.2 - “O Novo Norte”, a única alteração no Plano e da Avaliação incluída nesta última atualização resulta da adiamento do início do exercício da respetiva avaliação intercalar. Esta revisão do cronograma dos diversos exercícios de avaliação resultou de dificuldades verificadas no processo de autorização, pelas tutelas, das aquisições de serviços correspondentes, processo desenvolvido em conjunto, para todos os PO, pelo Observatório do QREN.

| 158

Apesar de não ter sido possível iniciar os trabalhos de avaliação do Programa ON.2 durante o exercício de 2012, foram ultimadas as diligências preparatórias, designadamente, as cláusulas técnicas do respetivo Caderno de Encargos. Assim, importa salientar que este documento estabelece um conjunto de questões de avaliação em torno de cinco temas, que são apresentadas de seguida.

Quadro 7.1.2.1 - Questões a considerar na Avaliação Intercalar do Programa ON.2

(1) Pertinência das recomendações da Avaliação da Operacionalização e níveis de cumprimento
<p>Este exercício de avaliação deve iniciar-se onde se concluiu o anterior, isto é, deve permitir analisar em que medida as recomendações da Avaliação da Operacionalização do ON.2 – “O Novo Norte” têm sido cumpridas pela Autoridade de Gestão, no contexto do <i>follow up</i> realizado. Não se trata de uma mera verificação, mas da análise da pertinência dessas recomendações e do seu cumprimento na fase atual do ciclo de execução do ON.2 – “O Novo Norte”.</p>
Questões de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> Qual o nível de cumprimento das recomendações da Avaliação da Operacionalização do ON.2 – “O Novo Norte”? E das que se cumprem num determinado momento, como são aquelas que produziram impactos nos processos de reprogramação do ON.2 – “O Novo Norte”? E das outras? Será que essas outras ainda mantêm a mesma pertinência? A manter-se, devem cumprir-se da mesma forma, atenta a atual fase do ciclo do Programa Operacional e, concomitantemente, as decisões de gestão que foram sendo assumidas aos mais diversos níveis do seu modelo de governação?
(2) Releitura do diagnóstico e das prioridades
<p>Em qualquer avaliação intercalar, é pertinente analisar de que forma o diagnóstico inicial, que sustentou a programação, se mantém atual. Essa pertinência é acrescida quando, como se sabe, durante o período de execução do Programa se registaram diferentes crises económico-financeiras às escalas mundial, europeia e nacional. Esse exercício deve também permitir verificar se as prioridades e os objetivos mantêm a devida adequação. Em particular, deve aferir se as alterações registadas quando das reprogramações, técnica e estratégica do ON.2 – “O Novo Norte” permitiram dar resposta a essas alterações de contexto.</p>
Questões de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> O diagnóstico efetuado em sede de elaboração do ON.2 – “O Novo Norte” ainda se mantém atual? Que aspetos devem ser atualizados? Quais as consequências dos impactos da crise financeira internacional, da crise das dívidas soberanas na União Europeia e da crise financeira, económica e social em Portugal na atualização desse diagnóstico? Existindo a necessidade de revisão do diagnóstico, que alterações devem ser efetuadas na matriz SWOT? O que deve ser mantido? E alterado? E introduzido de novo?

- Face à (previsível) necessidade de alteração do diagnóstico, as prioridades estratégicas e os objetivos específicos do ON.2 – “O Novo Norte” mantêm a mesma pertinência? São ainda mais pertinentes? Devem ser revistos? Em que medida as sucessivas reprogramações do ON.2 – “O Novo Norte” permitiram dar resposta à alteração das condições de contexto e à maior ou menor pertinência das prioridades e dos objetivos face a esse contexto?

(3) Execução vs programação

Neste conjunto de questões, pretende-se averiguar se a forma como tem vindo a ser implementado o ON.2 – “O Novo Norte” é compatível com os objetivos de gestão financeira estabelecidos. Esta componente não só apresenta um valor intrínseco como constitui uma parte da explicação para o desempenho registado no que respeita às realizações físicas. Com as questões de avaliação que se seguem, pretende-se verificar se as aprovações e, sobretudo, a execução estão de acordo com o programado, quer em termos globais e por Eixo Prioritário, quer no que respeita à Tabela de *Earmarking*.

| 159

Questões de Avaliação

- O atual ritmo de aprovação em termos globais do ON.2 – “O Novo Norte” é compatível com a programação? É relativamente a cada um dos Eixos Prioritários? E, dentro de cada Eixo Prioritário, à ventilação pelas diversas fontes de financiamento? A taxa média de cofinanciamento de cada Eixo Prioritário, resultante das operações aprovadas, é compatível com a programada? A que se devem os eventuais desvios? Quais as consequências das sucessivas reprogramações do ON.2 – “O Novo Norte” nessa taxa média?
- O atual ritmo de execução em termos globais do ON.2 – “O Novo Norte” é compatível com as principais metas de gestão estabelecidas? A relação entre a aprovação e a execução é a mais adequada face aos objetivos de execução (Regras “n+3” e “n+2” e encerramento, pelo menos, em 2015)? Como é que tem evoluído essa relação? O desempenho registado nos diferentes Eixos Prioritários e Objetivos Específicos/Tipologias é idêntico? Onde se registam os melhores desempenhos? E os piores? A que se deve esses desempenhos menos conseguidos? Que medidas de gestão devem ser tomadas para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação?
- A percentagem da despesa aprovada nos temas prioritários *Earmarking* face ao total é compatível com a programada após as sucessivas reprogramações? Em que temas se registam maiores desvios? Esses desvios devem-se a não aprovação de operações nas áreas onde estes ocorrem ou existem outras razões?

(4) Execução vs realização, resultados e impactos

A Avaliação Intercalar do ON.2 - O Novo Norte está muito dirigida à análise das realizações e dos resultados das intervenções apoiadas até ao momento e, em particular, à aferição do contributo das intervenções para os objetivos deste Programa Operacional, ou seja, ao impacto real e potencial das intervenções. A Avaliação Intercalar do ON.2 – O Novo Norte deverá, assim, disponibilizar informação e conhecimento relevantes e inovadores sobre: (i) a evolução dos indicadores de realização e de resultado e seus determinantes; (ii) a evolução de indicadores de realização e de resultado que traduzam objetivos que não estejam refletidos na lista de indicadores deste Programa Operacional e seus determinantes (quando aplicável); (iii) os desvios verificados no desempenho até ao momento, face às metas de realização e resultado estabelecidas, os motivos que justificam os desvios, bem como a consequência destes para a concretização dos objetivos deste Programa Operacional; (iv) o contributo das intervenções já implementadas para os objetivos (ou seja, os seus impactos, efetivos ou potenciais, tendo em conta as realizações e os resultados contratualizados ou, sobretudo, verificados das intervenções apoiadas); (v) eventuais ajustamentos a adotar de modo a potenciar os impactos das intervenções e a sua sustentabilidade, tendo por referência os objetivos deste Programa Operacional; (vi) iniciativas que, pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade para outros públicos ou outros contextos, possam ser consideradas como boas práticas e utilizadas como objeto de divulgação e promoção do ON.2 – “O Novo Norte” junto dos seus destinatários finais, mas também junto das diferentes partes interessadas.

Questões de Avaliação

- As realizações alcançadas estão em linha com as metas estabelecidas? Quais são os principais desvios? Quais são as razões desses desvios? Resultam das aprovações? Resultam da maior ou menor dificuldade de os promotores apresentarem e desenvolverem projetos relevantes face aos objetivos? Quais são os fatores críticos que explicam esse desempenho? São fatores internos ou externos à gestão em sentido estrito? Esse (melhor ou pior) desempenho tem consequências na prossecução dos objetivos específicos e das prioridades estratégicas do ON.2 – “O Novo Norte”? Existe margem de manobra para a adoção de medidas proativas de gestão que permitam melhorar o alinhamento estratégico da execução face à programação? Quais?
- Os resultados alcançados estão em linha com as metas estabelecidas? Quais são os principais desvios? Quais são as razões desses desvios? Resultam das aprovações? Resultam da maior ou menor dificuldade de os promotores apresentarem e desenvolverem projetos relevantes face aos objetivos? Resultam da qualidade na conceção e execução das operações, nomeadamente no estabelecimento das metas e na capacidade técnica, financeira e de gestão necessária para as alcançar? Quais são os fatores críticos que explicam esse desempenho? São fatores internos ou externos à gestão em sentido estrito? Esse (melhor ou pior) desempenho tem consequências na prossecução dos objetivos específicos e das prioridades estratégicas do ON.2 – “O Novo Norte”? Existe margem de manobra para a adoção de medidas proativas de gestão que permitam melhorar o alinhamento estratégico da execução face à programação? Quais?
- Quais os contributos efetivos das intervenções apoiadas para a concretização dos objetivos do Programa Operacional em

termos globais e em cada uma das suas prioridades estratégicas? Esses contributos das intervenções para as mudanças visadas, enquanto objetivos, por este Programa Operacional são os esperados? Existem efeitos não esperados, positivos ou negativos, nomeadamente de caráter cíclico e anticíclico? Em caso afirmativo, quais são esses efeitos e de que modo são convergentes ou divergentes com os objetivos deste Programa Operacional? Todos esses impactos são sustentáveis numa perspetiva de médio e de longo prazo?

(5) Plano de Comunicação

O Plano de Comunicação do ON.2 – “O Novo Norte” estrutura-se em torno de quatro objetivos. Um primeiro, de natureza mais global, que prevê a indução de uma associação entre a política de coesão e os Fundos Estruturais, através do Programa Operacional Regional em concreto, e a ideia da construção da União Europeia e de uma cidadania que lhe corresponda. Dois outros objetivos de natureza mais operacional, relacionados com a notoriedade pública e a acessibilidade ao Programa Operacional, visam dinamizar a procura de financiamento, tendo em consideração a oferta existente em sentido amplo, abrangendo aqui aspetos de estratégia de desenvolvimento regional e dos seus objetivos, explicitados no ON.2 – “O Novo Norte”, as oportunidades de financiamento específicas que propicia e os seus resultados (esperados ou efetivos). Finalmente, um quarto objetivo refere-se à promoção de uma outra (ideia da) Região do Norte, mais empreendedora, mais criativa, tecnologicamente mais desenvolvida, que permita responder aos desafios de desenvolvimento que o próprio ON.2 – “O Novo Norte” coloca. Este é o sentido estratégico deste Plano de Comunicação e é sobre o *road map* que este implica que se deve focar o exercício de avaliação. As questões que se seguem visam construir esse roteiro de avaliação, sendo certo que a execução deste Plano de Comunicação foi considerada em sede de Avaliação da Operacionalização do ON.2 – “O Novo Norte” e que as respostas às questões devem reportar-se, essencialmente, ao período posterior a esse exercício.

| 160

Questões de Avaliação

- O Plano de Comunicação tem sido implementado de acordo com o programado? Os objetivos estabelecidos têm sido prosseguidos? E as ações revistas de acordo com o exercício do *follow up* e das diferentes fases de comunicação têm sido implementadas? Foram realizadas parcerias de divulgação? A promoção na imprensa, quer de *advertising* quer de *publicity*, tem sido assegurada? A divulgação e a comunicação eletrónica, através do próprio *site* e da *newsletter*, têm sido continuamente desenvolvidas? Com que abrangência? E os eventos públicos, associados à divulgação da estratégia, das oportunidades de financiamento e dos resultados alcançados, têm sido convenientemente programados e realizados de acordo com as necessidades de gestão do ON.2 – “O Novo Norte”? Os outros suportes de divulgação e comunicação (brochuras, *flyers*, *mailing*) são os necessários? Têm sido produzidos nas quantidades requeridas face aos públicos-alvo a que se destinam? A política de *branding* foi a mais adequada e as ações de extensão da marca “O Novo Norte” têm tido o destaque previsto no Plano de Comunicação? Que progressos se verificam na comunicação para “novos públicos” prevista no Plano de Comunicação? Que perspetivas existem? Já foi lançada uma ação de comunicação dirigida ao planeamento do novo ciclo de programação dos fundos estruturais?
- E os resultados? O *board* de indicadores foi revisto em função do alcance conseguido na primeira fase do Plano de Comunicação? Os indicadores revistos de realização e de resultado e respetivas metas estabelecidas no Plano de Comunicação têm sido concretizados? Que dizer em matéria de acessibilidade? O *site* tem tido um número crescente de utilizadores? Esses utilizadores estão alinhados com os públicos-alvo? Que apoio encontram, face às suas necessidades? A informação relevante, por este ou por outros meios, tem chegado aos públicos-alvo definidos? Qual o alcance da aposta nas redes sociais? Qual a perceção da opinião pública e publicada relativamente ao ON.2? Está associada aos Fundos Estruturais? À política regional? À Região do Norte e à ideia que dela se pretende transmitir? À CCDR-N? Há evidências de que a política de extensão de marca começa a ter resultados? O *branding* permite colocar “O Novo Norte” como uma marca global da Região do Norte? Que avaliação se faz dos resultados atuais face aos registados em devido tempo relativamente ao “ON – Operação Norte”? São melhores? Em quê e porquê? São piores? Em quê e porquê? Que medidas se devem pôr em prática para potenciar os resultados até agora alcançados?
- E em termos regulamentares? As obrigações de informação e publicidade têm sido definidas, implementadas e monitorizadas? O papel desenvolvido pela Autoridade de Gestão junto das entidades beneficiárias, previsto no Plano de Comunicação e na regulamentação comunitária, tem sido concretizado? A análise das aplicações e recursos de comunicação de entidades beneficiárias tem sido devidamente realizada? Os dispositivos de informação, sensibilização, monitorização e esclarecimento existem e funcionam? Com que grau de especificação e com que resultados? E estes são melhores ou piores do que os obtidos no período de programação anterior?

A Autoridade de Gestão do ON.2 – O Novo Norte desenvolveu, de seguida, os necessários procedimentos de contratação pública, tendo o concurso realizado conduzido à seleção da empresa Quaternaire. Assinado o contrato, a realização dos trabalhos foi já iniciada.

Ainda em relação à Avaliação da Operacionalização do ON.2 – “O Novo Norte”, o Relatório Final foi concluído e validado, quer pelo Grupo de Acompanhamento, quer pela Comissão Diretiva, ainda no ano de 2011. No entanto, o encerramento deste processo apenas ocorreu em 2012, ano em que

efetuou resposta às recomendações (*follow up*), o que constitui uma obrigação da Autoridade de Gestão do ON.2. Após a elaboração deste *follow up*, o processo concluiu-se com as respetivas consultas à Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e à Comissão de Acompanhamento do ON.2 – “O Novo Norte”, nos termos, respetivamente, do ponto 10 do Artigo 14º e da alínea d) do ponto 1 do Artigo 43º do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de setembro (repblicado através do Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de abril). O encerramento da última consulta foi em 24-5-2012.

| 161

A atualização do *follow-up* da avaliação da operacionalização está integrada na própria avaliação intercalar a ser realizada em 2013. Conforme se pode constatar pela análise das questões de avaliação acima descritas, o primeiro grupo de questões incide exatamente na análise da pertinência dessas recomendações e do seu cumprimento na fase atual do ciclo de execução do ON.2 – “O Novo Norte”.

Articulação entre o Plano de Avaliação do ON.2 e o Plano Global de Avaliação do QREN

Os exercícios de avaliação ao nível do ON.2 inserem-se num contexto mais amplo de nível QREN. É nesse contexto que deve ser aferida a importância da “Avaliação Intercalar do ON.2 - “O Novo Norte” no Contexto da Estratégia do QREN”, tendo em consideração as conclusões e as recomendações a que se chegar. Não só este exercício contribui para os objetivos do PGA como os restantes exercício de avaliação previsto no PGA, com incidência na Região do Norte, não podem deixar de ser considerados neste exercício de avaliação mais específico. Refira-se, a este propósito, o exercício de avaliação da responsabilidade do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, concluído em 2012, designado por “Estudo de Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão”.

Durante o ano de 2012 foram lançados diversos estudos de avaliação no âmbito do QREN. Estes estudos abordam algumas temáticas transversais a vários PO, sendo o seu acompanhamento e os seus resultados de muito interesse para esta Autoridade de Gestão. No quadro seguinte apresentam-se de forma resumida esses exercícios de avaliação.

Quadro 2.7.2.2 - Exercícios de avaliação em curso

Designação	Incidência	Objetivos
Avaliação dos investimentos em equipamentos de proximidade	QREN	Aferir a pertinência, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos investimentos em equipamentos de proximidade apoiados pelo QREN nas regiões do Continente até ao momento, bem como o contributo destes investimentos no esforço de combate à crise económica que se fez sentir desde finais de 2008 e na dinamização económica local.
Avaliação da estratégia e do processo de implementação das EEC – tipologia PROVERE	QREN	Contribuir para o acompanhamento estratégico da política pública de EEC-PROVERE, lançada pelos Programas Operacionais competentes em 2008 (Aviso de candidatura de 21 de outubro de 2008) e que, em julho de 2009, conduziu ao reconhecimento formal de 25 redes EEC-PROVERE, por via da avaliação da estratégia seguida, do seu processo de implementação e dos seus primeiros resultados.

Designação	Incidência	Objetivos
Avaliação da estratégia e do processo de implementação das EEC – tipologia Clusters	QREN	Contribuir para o acompanhamento estratégico da política pública de EEC-Clusters, que inclui as tipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros Clusters” (OC), lançada pelo QREN em 2008 e que conduziu ao reconhecimento formal de 19 Clusters (11 PCT e 8 OC), por via da avaliação da estratégia seguida, do seu processo de implementação e dos seus primeiros resultados.
Avaliação estratégica do QREN	QREN	Esta avaliação pretende aferir o modo como a implementação do QREN tem vindo a dar resposta às grandes prioridades e orientações estratégicas nacionais e comunitárias, em particular em 4 temáticas distintas: (i) a redução do abandono escolar precoce; (ii) Contributo do QREN para a inclusão social de indivíduos residentes em territórios urbanos problemáticos; (iii) a inovação e a internacionalização das empresas, em particular das PME; (iv) o aumento da eficiência energética, particularmente nas intervenções em contexto urbano.

Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN

A nova perspetiva sobre “Avaliação” no atual período de programação conduziu à definição de um modelo de governação que garantisse a realização de um processo de planeamento ao nível do QREN e dos PO e a dinamização e acompanhamento de todo o processo de realização dos estudos de avaliação. Assim, já no documento de programação do PO Regional do Norte se previa a constituição da “Rede de Avaliação do QREN 2007-2013”, coordenada pelo Observatório do QREN e composta por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais e, ainda, por representantes das Autoridades de Certificação (IFDR, IP e IGFSE, IP) e das Autoridades de Gestão de todos os Programas Operacionais do QREN. Esta Rede tem como principais funções contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do “Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013”, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação, por forma a evitar a sobreposição de estudos em áreas temáticas semelhantes, bem como a aproveitar as sinergias provenientes da colocação do conhecimento de cada entidade ao serviço de todos.

A Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN foi instituída e dinamizada em 2008 pelo Observatório do QREN, com o objetivo primordial de promover a elaboração do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, conforme previsto no Decreto-Lei 312/2007, de 17 de setembro (alterado e republicado no Decreto-Lei 74/2008, de 22 de abril).

Em 2012, as atividades e os trabalhos desenvolvidos ao nível da Rede de Avaliação centraram-se no acompanhamento dos exercícios de avaliação em realização e no lançamento de novos estudos de avaliação.

Quadro 2.7.2.3 - Exercícios de avaliação em curso

13ª Reunião da Rede de Avaliação (20.julho.2012)
<p>Nesta reunião foi efetuado o habitual ponto de situação do Plano Global de Avaliação do QREN e do PO, com enfoque especial para os resultados dos exercícios de <i>follow-up</i> dos estudos de avaliação da operacionalização já concluídos, tendo sido apresentados os casos particulares do ON.2 – “O Novo Norte” e do “Mais Centro”. No que toca à preparação e ao acompanhamento dos exercícios de avaliação intercalar da generalidade dos PO, foi apresentado o caso particular da Avaliação Intercalar dos PO da Região Autónoma da Madeira pelo facto de este exercício de avaliação estar já concluído.</p> <p>Foi ainda efetuada uma apresentação dos resultados preliminares do “Estudo de análise contrafactual dos impactos dos incentivos às empresas apoiados pelos fundos estruturais”, da responsabilidade do Observatório do QREN.</p> <p>Importa ainda referir que esta reunião contou com a presença de representantes da Comissão Europeia, nomeadamente, Veronica Gaffey, Acting Director for Policy Development e Chefe da Unidade de Avaliação da DG Regio, e Ines Hartwig, da Unidade de Avaliação DG Emprego, Assuntos Sociais & Inclusão.</p>
14ª Reunião da Rede de Avaliação (20.novembro.2012)
<p>Nesta reunião foi efetuado o balanço da implementação do Plano Global de Avaliação do QREN e do PO, com enfoque especial nos diversos exercícios de avaliação da responsabilidade do Observatório do QREN, que se encontram em execução, e noutros, que estão a constituir os grupos de acompanhamento alargado.</p> <p>Foi dado particular destaque ao processo de revisão dos planos de Avaliação de cada PO, por forma a ser possível efetuar a revisão do PGA do QREN.</p> <p>Foi ainda apresentado, por parte da equipa da Universidad de Sevilla – I3E que se encontra a realizar o estudo da “Meta-avaliação”, um relatório preliminar que incluía apenas a análise documental relativamente aos temas a considerar neste estudo de avaliação da responsabilidade do Observatório do QREN.</p>

2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

O processo de preparação do ON.2 – “O Novo Norte” foi acompanhado pela elaboração do “Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica” (AAE)⁸⁷ para as intervenções Cofinanciadas pelo FEDER e/ou pelo FC do QREN, dando cumprimento às normas previstas na Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de julho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. No momento seguinte, transpuseram-se para os dispositivos institucionais de gestão as preocupações, conclusões e recomendações desse relatório.

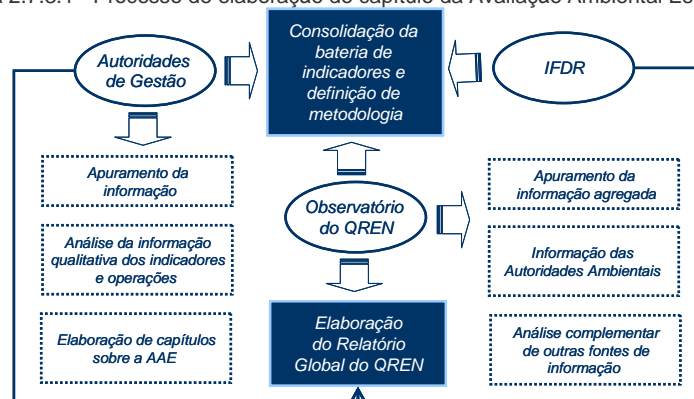
Deste modo, a Autoridade de Gestão assumiu responsabilidades em matéria de controlo dos efeitos ambientais inerentes à execução do ON.2 – “O Novo Norte”. Daí resulta a necessidade da monitorização ambiental e de sustentabilidade e da aferição dos efeitos sobre o ambiente decorrentes da execução do Programa, bem como o acompanhamento da concretização das recomendações resultantes daquele processo. Esse trabalho é realizado em articulação com o Observatório do QREN, uma vez que os resultados desta monitorização sustentam a AAE do QREN como um todo. A metodologia de elaboração deste capítulo foi inicialmente desenvolvida para o Relatório de Execução de 2009, que, conjuntamente com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente

⁸⁷ Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

decorrentes da aplicação do QREN, constituíram o primeiro reporte enquadrado nos requisitos de *follow up* inerentes ao regime de AAE⁸⁸.

Este processo, realizado anualmente ao nível QREN, encontra-se resumido na figura seguinte:

Figura 2.7.3.1 - Processo de elaboração do capítulo da Avaliação Ambiental Estratégica



| 164

Desde o reporte referente a 2009 que a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (MEA) não se revela possível por dificuldades no seu apuramento ao nível das candidaturas apoiadas, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação ao nível QREN. Por esse motivo, a concretização apenas se verificará em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos.⁸⁹ Por outro lado, alguns dos indicadores que permitem quantificar o nível de concretização das recomendações não têm ainda uma metodologia definida que permita a recolha de informação nas candidaturas apoiadas, pelo que algumas das recomendações são ilustradas através de estudos de caso.

Assim, no âmbito da monitorização ambiental estratégica de nível QREN, e atendendo às necessidades e limitações de recolha e de análise de informação, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

Designação	Objetivos
Avaliação e quantificação dos indicadores de MEA relativos a “Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados” e a “Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza”	Contribuir para: (i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados; (ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica: reduzir a taxa de perda de biodiversidade, reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.

⁸⁸ De acordo com o Decreto-lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

⁸⁹ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE, ou padrão de consumo de materiais ou de consumos energéticos.

Designação	Objetivos
Avaliação sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO	Pretende-se realizar um estudo de avaliação para estimar o consumo de materiais nas seguintes dimensões: (i) padrão de consumo de materiais associados aos projetos apoiados; (ii) intensidade de materiais dos projetos apoiados; (iii) padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; (iv) intensidade energética dos projetos apoiados; (v) padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

A metodologia de aplicação dos conceitos relativa aos indicadores que a seguir se apresentam está estabilizada desde o Relatório de Execução de 2010, o que significa que os procedimentos de recolha, tratamento e análise de informação são idênticos aos dos últimos relatórios de execução.

Análise do desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 – “O Novo Norte”

Este exercício pressupõe uma associação entre os objetivos estratégicos definidos na AAE, os regulamentos e as tipologias de intervenção, bem como uma adequada seleção de indicadores para a medição do efeito produzido pelo ON.2 – “O Novo Norte” nos objetivos estratégicos mencionados.

Em termos gerais, o ON.2 – “O Novo Norte” incorpora alguns objetivos específicos dedicados à área do ambiente e da sustentabilidade, sendo ainda uma preocupação transversal inerente à sua gestão operacional que se encontra transposta, nomeadamente, em muitos Regulamentos Específicos e/ou Avisos de Concursos.

Neste âmbito, note-se que, em resultado das reprogramações de 2011 e de 2012, foram transferidos para o POVT algumas das tipologias de operações e Regulamentos Específicos particularmente importantes na área ambiental. Estão nesta situação a “Otimização de Gestão de Resíduos”, a “Reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas”, a “Prevenção e Gestão de Riscos (ações materiais)” e o “Ciclo Urbano da Água”.

De qualquer forma, continua a ser no Eixo 3 - “Valorização do Espaço Regional” que se incluem os Objetivos Específicos e, consequentemente, os Regulamentos Específicos com maior enfoque nas questões de valorização e qualificação ambiental, nomeadamente: (i) as ações de valorização do litoral na perspetiva do conhecimento, preservação e conservação, ordenamento e requalificação da orla costeira, (ii) as ações de valorização e qualificação ambiental, que abrangem projetos de preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais; (iii) a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, no que respeita a ações imateriais que incluem a elaboração de planos de emergência de proteção civil, ações de divulgação e sensibilização no domínio da proteção civil, (iv) a gestão ativa de espaços protegidos e classificados, que inclui ações de gestão que visam a conservação da natureza e da biodiversidade nas áreas classificadas, bem como a sua valorização.

Outros Regulamentos Específicos podem estar, de alguma forma, relacionados com as questões ambientais. No entanto, importa destacar os investimentos realizados nos Sistemas de Incentivos, nomeadamente, no que respeita ao apoio específico a investimentos em duas áreas: o ambiente e a eficiência energética. Na primeira, inclui-se, entre outros, o apoio a investimentos associados ao controlo de emissões, à realização de auditorias ambientais, à gestão de resíduos, à certificação ambiental e à introdução de tecnologias eco-eficientes, enquanto na segunda se apoia a realização de investimentos que possibilitem o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia utilizadas pelas empresas com base na utilização de recursos renováveis.

| 166

Relativamente a outros Regulamentos Específicos com objetivos dirigidos às questões do ambiente, importa referir o Regulamento Específico da Energia. Contudo a reprogramação de 2012 conduziu à transferência da elegibilidade desta tipologia para o POVT, embora permaneçam no ON.2 – “O Novo Norte” as operações apresentadas até 15 de julho de 2012.

Pretende-se nos próximos pontos estabelecer uma relação entre os objetivos da AAE e o desempenho de gestão do ON.2 – “O Novo Norte” que lhe está associado, por via de alguns indicadores físicos nacionais e comunitários definidos para esse efeito (ver anexo C.7).

Objetivos da AAE e Desempenho do ON.2

- **Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos** – para este objetivo estratégico de monitorização da avaliação ambiental contribuem os projetos apoiados pelo Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA), do Eixo 1 do ON.2 – “O Novo Norte”. Neste objetivo específico estão contratadas 91 lojas do cidadão ou centros e balcões multisserviços que permitirão servir uma população de 2.416 mil habitantes. Outras tipologias do SAMA têm também contribuído para este objetivo estratégico, nomeadamente as iniciativas que propiciaram a desmaterialização e a reengenharia de processos ao nível de organismos da Administração Pública (ver Estudo de Caso na Recomendação 6).
- **Garantir a universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis** – os projetos contratados no âmbito do objetivo específico “Qualificação dos Serviços Regionais de Saúde do Eixo 3 do ON.2 – “O Novo Norte” contribuem para este objetivo estratégico. Neste âmbito, no final do ano de 2012 estão contratadas 29 operações, em que cerca de metade corresponde à construção de centros de saúde e extensões. Relativamente à população servida pelas infraestruturas apoiadas, a Região do Norte está totalmente coberta devido à existência de operações com uma abrangência territorial da região, como é o caso da operação do Instituto Português Oncologia do Porto, EPE.
- **Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições de ensino** – Para este objetivo estratégico da avaliação ambiental contribuem os projetos contratados no âmbito da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. Assim, o número de alunos que beneficiam destes apoios agrega as crianças da educação pré-escolar e os alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico dos estabelecimentos apoiados. São beneficiados por estas intervenções cerca de 109 mil alunos, em mais de 350 estabelecimentos apoiados.
- **Reduzir a pobreza e promover a equidade, a igualdade de oportunidades e a coesão social** – É possível encontrar apoios que contribuem para este objetivo estratégico, uma vez que este coincide com uma das prioridades estratégicas do ON.2 – “O Novo Norte”. No entanto, utilizando o valor do indicador comum comunitário relativo a “projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão



Objetivos da AAE e Desempenho do ON.2

- social" (ICC 41), importa notar que estão contratadas 65 operações que, por sua vez, incluem operações de alguns Programas para a Regeneração Urbana, bem como operações de apoio a equipamentos sociais do Regulamento da Coesão Local.
- **Promover a melhoria da qualidade do ambiente urbano** – Neste objetivo estratégico, o contributo do ON.2 – “O Novo Norte” é efetuado através das operações aprovadas no âmbito das Parcerias para Regeneração Urbana. Nesta tipologia de operações estão contratadas 33 parcerias para a regeneração urbana, com uma área de intervenção global de 3.925.362m², abrangendo cerca de 1 milhão de pessoas.
 - **Reforçar a competitividade territorial** – Neste objetivo estratégico, importa salientar o contributo do PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que se traduz no apoio a 9 Programas de Ação. Após a aprovação dos projetos de gestão das parcerias (sob a forma jurídica de consórcio) para a execução dos respetivos programas, foram contratadas 18 operações.
 - **Aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis** – Neste objetivo estratégico, o contributo do ON.2 – “O Novo Norte” é efetuado por alguns dos projetos apoiados no Regulamento Específico da Energia. Nos projetos contratados, a capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis é de 4.804MWh.
 - **Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas** – foram aprovados 35 projetos que asseguram a intervenção em 552.593^{ha} de áreas protegidas e classificadas da Região do Norte.
 - **Servir 95% da população com sistema públicos de abastecimento de água e 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas** - as aprovações verificadas até ao final do ano no regulamento do Ciclo Urbano da Água permitem um acréscimo da população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais de, respetivamente, 121 e 55 mil habitantes, concorrendo, assim, para a consecução dos objetivos nacionais.
 - **Controlar o risco de contaminação do solo e recuperação de passivos ambientais** – as 4 operações registadas, no âmbito da Recuperação de Passivos Ambientais, permitem assegurar a reabilitação de 1 Km² de áreas degradadas e/ou contaminadas.
 - **Reduzir o risco de erosão costeira** – neste objetivo estratégico o ON.2 – “O Novo Norte” tem projetos contratados no âmbito das Ações de Valorização do Litoral que correspondem a intervenções em quase 88 Km de extensão de costa para a redução do risco associado à dinâmica costeira.
 - **Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos e garantir a cobertura do território por sistema de proteção de riscos** – Até ao final do ano de 2012, encontram-se contratadas 20 operações que envolvem a elaboração de planos municipais de emergência de proteção civil e a criação de sistemas de prevenção de gestão de riscos naturais e tecnológicos. Estas operações contribuem para que 96,5% do território da Região estejam cobertos por planos de emergência, que abrangem uma população de 3.523 mil habitantes.

Os pontos anteriormente apresentados permitem verificar que as relações estabelecidas entre os objetivos estratégicos da AAE e os respetivos instrumentos e atividades de gestão permitem concluir que o ON.2 – “O Novo Norte” apresenta um desempenho ambiental e de sustentabilidade relevante. No entanto, note-se que este impacto é inferior ao dos anos anteriores, uma vez que os processos de reprogramação têm conduzido à transferência para o POVT de operações muito associadas às questões ambientais.



Análise do grau de cumprimento das recomendações da AAE

No âmbito do “Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica”, produzido no início do atual período de programação, foram apresentadas várias recomendações a ter em conta durante a fase de execução dos programas do QREN. Este conjunto de recomendações mereceu, posteriormente, um novo exercício de reflexão e aprofundamento realizado por uma equipa técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação do Observatório do QREN, com o objetivo de identificar um sistema de monitorização que permitisse avaliar o cumprimento das referidas recomendações. Como corolário dessa reflexão, pretendia-se chegar a indicadores que permitissem incorporar as preocupações constantes nas referidas recomendações da AAE.

| 168

A Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte”, em colaboração com o Observatório das Dinâmicas Regionais, vem acompanhando esta matéria desde o primeiro momento, tendo procedido à recolha, sistematização e análise da informação necessária, quer para efeitos de elaboração deste capítulo do Relatório de Execução, quer para efeitos da preparação do documento “Relatório de Avaliação Ambiental e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN”, elaborado anualmente pelo Observatório do QREN. Cumpre referir que a informação até agora recolhida diz respeito a indicadores de monitorização física das operações contratadas até ao final de dezembro de 2012 no âmbito do ON.2 – “O Novo Norte”.

Apresenta-se, em seguida, uma síntese da análise efetuada à aplicação das Recomendações, tendo em atenção os indicadores calculados com base em toda a informação recolhida, mas também, nos casos em que não estão definidos indicadores, através da apresentação de operações concretas que ilustram exemplos da sua aplicação.

Recomendação (R1): “Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos”.

Como se referiu anteriormente, as preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao ON.2 – “O Novo Norte”. Deste modo, estão expressas em diferentes normativos: Regulamentos Gerais, Regulamentos Específicos, Avisos de Concursos, etc.. De facto, a Autoridade de Gestão assume o compromisso de considerar critérios de natureza ambiental na seleção das operações a apoiar, sejam esses critérios condições de admissão e de aceitação, despesas elegíveis, licenciamentos, critérios de seleção ou outros.

A existência desses normativos, onde se explicitam preocupações ambientais, permite evidenciar o grau de empenhamento da Autoridade de Gestão na observância das normas que impendem sobre esta matéria e na valorização desta componente nos projetos a aprovar. Estes critérios estão presentes no processo de seleção em 87% das operações contratadas.

Recomendação (R2): “Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infraestruturas e equipamentos”.

Na definição estratégica do programa operacional regional existiu, desde logo, o intuito de privilegiar a componente imaterial das intervenções de apoio ao desenvolvimento. Fechado um ciclo de investimento no reforço da dotação infraestrutural da Região do Norte, importava, agora, acrescentar valor e novas funcionalidades a essas infraestruturas e equipamentos.

Importa referir que o rácio das intervenções de natureza imaterial é calculado através da seleção das operações com uma componente imaterial superior a 75% da despesa elegível sobre a totalidade das operações contratadas. Assim, o rácio do número de operações de natureza imaterial representa 60% do total das operações. Já o peso do investimento total nas operações de natureza imaterial é de 27%, o que constitui um valor muito positivo face a anteriores períodos de programação.

Estes projetos de natureza maioritariamente imaterial abrangem operações de quase todas as tipologias, mas importa notar que as apoiadas pelos sistemas de incentivos de Qualificação e Internacionalização e de Investigação & Desenvolvimento representam dois terços, embora apenas um terço em termos de investimento.

Recomendação (R3) “Privilegiar projetos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitetura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade”.

À data de 31 de dezembro de 2012, a preocupação evidenciada nesta recomendação pode ser avaliada através das operações apoiadas através do Sistema de Incentivos de Investigação e Desenvolvimento do Eixo 1 do ON.2 – “O Novo Norte”, que representam já 117 M€ em quase quatrocentos projetos contratados. No entanto, como ainda não foi possível definir um indicador para este efeito, tal como nos anos anteriores, a aferição da concretização desta recomendação é efetuada através de um “estudo caso” (Cfr. tabela abaixo).

Dados Gerais

- Aviso: Aviso para Apresentação de Candidaturas n.º 07/2008 - SI I&DT | Projetos Individuais (NORTE-02-2008-02)
- Designação: NFAP - NATURE FRIENDLY AIRSHIP PROJECT
- Calendarização: 01-09-2008 a 31-08-2011
- Promotor: NORTÁVIA, TRANSPORTES AÉREOS S. A.
- Investimento Total: 869.329,07 Euros
- Investimento Elegível: 611.260,65 Euros
- FEDER: 453.544,84 Euros



Objetivos

A Nortávia, Transportes Aéreos, S.A. dedica-se à exploração de atividades aeronáuticas no âmbito da aviação ligeira, nomeadamente a manutenção de aeronaves, publicidade aérea e fotografia e filmagem aérea. Com o presente projeto, a empresa visa o desenvolvimento de uma aeronave (dirigível) do tipo LTA (Lighter Than Air) com características inovadoras no que diz respeito à forma aerodinâmica, elevado isolamento térmico e hidrofobicidade do invólucro e ambientalmente sustentável, apostando numa fonte de energia híbrida, que combinará o motor de combustão e a energia elétrica fotovoltaica.

Definiram-se como objetivos tecnológicos e metas do projeto, os seguintes pontos:

1) O desenvolvimento de uma aeronave do tipo LTA com as seguintes características:

- a. Fonte de energia híbrida (combustão e elétrica fotovoltaica);
- b. Forma aerodinâmica inovadora do invólucro;
- c. Propulsão vetorizada;
- d. Invólucro com elevada relação resistência mecânica/gramagem;
- e. Invólucro com elevado isolamento térmico e hidrofobicidade;
- f. Células fotovoltaicas integradas;
- g. Reservatório de gás com elevada impermeabilidade ao hélio.

2) O desenvolvimento de metodologias de conceção e investigação de novos produtos, que permitam à Nortávia, Transportes Aéreos S. A. manter-se na linha de frente deste sector de mercado, nomeadamente, de forma a permitir o "scale-up" industrial da produção das aeronaves, bem como a própria escala das mesmas, permitindo a conceção de aeronaves maiores para uma penetração comercial em aplicações como turismo, comércio, publicidade, etc.

3) A incorporação na empresa de um ativo incorpóreo importante, sob a forma de propriedade industrial, com um valor de mercado muito superior ao seu custo de obtenção.

Ações

No projeto NFAP estão contempladas várias fases: gestão do projeto, definição dos requisitos/especificações de execução, desenvolvimento do produto inovador, validação e implementação das novas funcionalidades nos cerâmicos tradicionais.

As duas primeiras atividades, de coordenação e gestão do projeto e gestão de custos indiretos, dizem respeito a atividades de gestão e são horizontais a todo o projeto.

Na atividade 3 de desenho técnico e definição das especificações dos materiais e estruturas serão obtidos os projetos conceptual, preliminar e detalhado que acompanham as diferentes fases do projeto.

Após estas especificações, seguem-se as atividades de investigação e desenvolvimento técnico-científico (atividade 4), inicialmente à escala laboratorial com o desenvolvimento dos materiais e tecnologias a aplicar. Após o desenvolvimento dos materiais e metodologias de aplicação, segue-se o *scaling-up* (atividade 5) para a escala piloto, realizando-se provas de conceito e definindo-se o modo de atuação e adaptação das novas tecnologias.

A atividade 6 contempla os testes, ensaios e validação das metodologias aplicadas tendo em consideração as funcionalidades pretendidas e a elaboração de dossiês técnicos, de forma a validar a estratégia de intervenção científico-tecnológica.

A atividade 7 é transversal a todo o projeto e pressupõe um estudo de mercado, permitindo à Empresa definir a sua estratégia de comercialização e marketing junto dos consumidores. Nesta atividade está também incluída a divulgação da informação através dos meios adequados.

Recomendação (R4): “Os incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projetos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, "business & biodiversity".

Esta recomendação aplica-se apenas ao universo das empresas, pelo que os indicadores de apoio à sua monitorização são apurados considerando os projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos do Eixo 1 do ON.2 – “O Novo Norte”. Assim, os projetos de inovação empresarial no domínio do

ambiente representam 39% no total de projetos contratados nos sistemas de incentivos, embora em termos de investimento correspondam apenas a 7 %.

Recomendação (R5): “Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais”.

| 171

Não foi também possível até ao momento definir uma metodologia associada ao cálculo dos indicadores definidos para este efeito: rácio de adoção de instrumentos e de práticas de gestão ambiental em empresas e rácio de financiamento em empresas com adoção de instrumentos e de práticas de gestão ambiental. Deste modo, entendemos apresentar um “estudo de caso” para demonstrar o cumprimento da recomendação (Cfr. tabela abaixo).

Dados Gerais
<ul style="list-style-type: none"> Aviso: <i>Aviso para Apresentação de Candidaturas n.º 03/2010 - SI Qualificação de PME Projetos Individuais (NORTE-01-2010-03)</i> Designação: <i>INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HOTEL COM RESTAURANTE</i> Calendarização: <i>30-06-2011 a 07-05-2012</i> Promotor: <i>DIAS & FILHOS EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS, LDA.</i> Investimento Total: <i>92.604,32 Euros</i> Investimento Elegível: <i>92.604,32 Euros</i> FEDER: <i>41.671,94 Euros</i>
Objetivos
<p>O presente projeto enquadra-se na sua totalidade tipologia de "Diversificação e Eficiência Energética", visando exclusivamente o aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis, com investimentos em imobilizado corpóreo destinado a equipamento específico de na área da eficiência energética e energias renováveis, e outras despesas incluindo-se investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente a auditoria energética e certificação energética final das instalações obrigatórias no presente aviso.</p> <p>Os investimentos respeitam a instalações de sistemas Solares Térmicos para aquecimento de águas, sistemas de climatização e ainda os investimentos relacionados com a sua envolvente passiva num Estabelecimento Hoteleiro - Hotel Verdeal - com a classificação de 3 estrelas.</p>
Ações
<p>Realização de (i) Diagnóstico Energético (ii) Instalação de Sistema Solar Térmico e Película para redução do fator solar e (iii) realização de Auditoria Energética.</p> <p>A redução de emissões de CO2 associada a estas medidas é de 0.606062575132395%, com uma redução de consumo de energia primária de 3.52581098901099tep.</p> <p>Os coletores serão colocados na cobertura do edifício e considerou-se que a inclinação dos coletores seria de 35º com uma orientação de 20º. A cobertura apresenta uma inclinação de cerca de 15º. Não existem obstáculos que provoquem sombreamentos.</p> <p>Durante a auditoria verificou-se que o consumo médio em AQS é de 3200l/dia, a tubagem de água quente tem um comprimento de 17m, e está isolada.</p>

Recomendação (R6): “Deve ser promovida a adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais”

Tal como para a recomendação anterior, não está ainda definida pelo Observatório do QREN a metodologia de cálculo dos indicadores previstos para este efeito: rácio de adoção de instrumentos e de práticas de gestão ambiental na administração pública e rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental. Assim, passamos a apresentar um “estudo de caso” para demonstrar o cumprimento da recomendação (Cfr. tabela abaixo).

| 172

Dados Gerais
<ul style="list-style-type: none"> • Aviso SAMA/1/2007 • Designação da Operação: SIMPLEX AUTÁRQUICO da Câmara Municipal do Porto • Calendarização: 01-05-2008 a 30-04-2012 • Promotor: Município do Porto • Investimento Total: 1.566.676,06€ • Investimento Elegível: 1.168.260,36€ • FEDER: 993.021,31€
Objetivos
<p>O projeto “SIMPLEX AUTÁRQUICO da Câmara Municipal do Porto” assume os seguintes objetivos comuns:</p> <p>i) promover a integração e transversalidade dos serviços da Autarquia e destes com outros serviços públicos; ii) promover a racionalização e eficiência da organização; iii) potenciar a qualificação dos recursos humanos; iv) disponibilizar serviços que, concebidos do ponto de vista dos cidadãos e empresas, vão de encontro às suas reais necessidades e expectativas; v) dispensar os cidadãos e as empresas dos procedimentos e formalidades administrativas desnecessários; vi) facilitar o acesso à informação aos cidadãos e às empresas, com base na contínua promoção da acessibilidade aos serviços; vii) assegurar a desmaterialização dos processos arquivados e ativos; viii) contribuir para a criação de uma infraestrutura de dados espaciais, à escala regional, através da disponibilização <i>online</i> de serviços de gestão do Plano Municipal de Ordenamento do Território; ix) incentivar a cidadania eletrónica; x) dar coerência às ações desenvolvidas, tornando-as visíveis como um todo coeso; xi) consolidar as iniciativas implementadas através da utilização sistemática de ferramentas de avaliação; xii) conferir sustentabilidade, no presente e no futuro, à qualidade do serviço prestado aos cidadãos e às empresas.</p>
Ações
<p>Esta candidatura integra medidas, de âmbito municipal e intersectorial, enquadradas em três componentes que se complementam entre si - Qualificação do Atendimento (7 medidas), Racionalização da Gestão (8 medidas) e Administração em Rede (14 medidas).</p> <p>A componente Qualificação do Atendimento que integra 7 medidas orientadas para os cidadãos e empresas, relacionadas com o desenvolvimento de soluções integradas de gestão de interações, de reforço da plataforma multicanal integrada através da disponibilização de novas ferramentas, entre outras, e uma medida mais diretamente voltada para as empresas – a criação de um balcão de atendimento municipal na Loja de Empresa.</p> <p>A componente Racionalização da Gestão que engloba as medidas relacionadas com a reengenharia de sistemas que pretendem suprimir procedimentos desnecessários, melhorar a eficiência da organização e reduzir os custos de organização e funcionamento, em função das necessidades dos cidadãos e das empresas. As medidas de desmaterialização orientam-se para os processos internos e também para os processos de interação da Autarquia com outras entidades, segundo uma perspetiva de integração transversal. Aqui enquadram-se 8 medidas que, versando sobre aspetos essenciais à organização interna, têm como destinatários os cidadãos e as empresas, como a simplificação de procedimentos e a reengenharia de processos, a criação da unidade de digitalização, a solução de gestão integrada de fiscalização, a solução de gestão de projetos e de sistemas de informação, etc.</p> <p>O componente Administração em Rede totaliza 14 medidas relacionadas com infraestruturas tecnológicas, com interoperabilidade, com sistema de autenticação e com a disponibilização de serviços eletrónicos aos cidadãos e às empresas. Este componente está presente num conjunto de medidas que aspiram desenvolver mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Autarquia e desta com entidades externas, nomeadamente, implementar a assinatura eletrónica proporcionada pelo Cartão do Cidadão. Outras medidas são relativas à disponibilização de formulários eletrónicos das mais diversas áreas de prestação de serviços da Autarquia, bem como a disponibilização online de instrumentos de gestão territorial (cartografia, plano de ordenamento, etc), pagamentos online, licenciamento urbanístico digital, transformação do atual site institucional num balcão de atendimento virtual de referência de acordo com as prioridades.</p>

Recomendação (R7): “Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas”.

A “construção sustentável e a gestão ambiental” pressupõem a adoção de práticas nas operações infraestruturais que visem, nomeadamente, a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e da eficiência energética ou de proteção e preservação de biodiversidade urbana. Incide apenas nas operações aprovadas de natureza exclusivamente infraestrutural com investimento total a partir de 5 M€.

O número de operações infraestruturais com estas características é, apesar de tudo, relativamente reduzido. Pelas suas dimensões, estas operações revestem-se de um carácter singular e demonstrativo. Por outro lado, esta é uma matéria que vai sendo assimilada pela legislação em vigor e pelas práticas concretas de licenciamento das diversas entidades, particularmente em construções de raiz. Assim, o peso das operações infraestruturais com um investimento acima dos 5 M€ que adotam as “boas práticas” é muito significativo (87%).

Recomendação (R8): “As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem”.

Para aferir o nível de concretização desta recomendação, foram selecionados dois indicadores: o número de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental apoiadas nas operações contratadas do ON.2 – “O Novo Norte” e o número de pessoas beneficiadas por essas ações.

As ações selecionadas (2.615) provêm de operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados e também da valorização e qualificação ambiental. Os seus resultados, expressos no número de cidadãos abrangidos, são muito significativos, visto que estas iniciativas chegaram, num ou noutro momento, a todos os habitantes da Região do Norte (3.689.682).

Recomendação (R9): “Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proativa na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa”.

Relativamente a esta recomendação foi quantificada a inclusão de ações proativas, preventivas, demonstrativas e de sensibilização em diversos regulamentos e tipologias de operações, nomeadamente, na Valorização do Litoral, na Valorização e Qualificação Ambiental, na Energia, na Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados, na Prevenção e Gestão de Riscos e nos

Sistemas de Incentivos. Assim, neste universo de 1.068 projetos, verifica-se que 29% (314) incluem ações desta natureza.

Recomendação (R10): “Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infraestruturas em detrimento de construções novas”.

| 174


A opção de requalificar, por oposição a novas construções, existiu desde o primeiro momento da definição da estratégia do ON.2- “O Novo Norte”. Esta opção esteve patente na conceção das “Parcerias para a Regeneração Urbana” e na requalificação do parque escolar (Centros Escolares). Mas esta preferência tem também acompanhado a aprovação de outros equipamentos, nomeadamente nas unidades de saúde e da coesão social e nas infraestruturas de mobilidade territorial.

Desta forma, uma parte importante (43%) das intervenções de carácter infraestrutural corresponde a operações de requalificação, reconstrução, remodelação ou adaptação de infraestruturas já existentes.

Em síntese, no quadro seguinte apresenta-se a quantificação dos indicadores que pretendem monitorizar o nível de cumprimento, ao longo da execução do programa operacional, das recomendações apresentadas no início do período de programação.

Recomendação	Designação do Indicador	Unidades	Valor
R1	Rácio da integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	87%
R2	Rácio das intervenções de natureza imaterial	(%)	60%
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	25%
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	39%
	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	7%
R7	Rácio dos projetos infraestruturais que contemplam práticas de conceção, construção e gestão sustentáveis	(%)	87%
R8	Ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(n.º)	2.615
	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(hab.)	3.689.682*
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proativas de proteção ambiental	(%)	29%
R10	Rácio dos projetos de regeneração/requalificação de construções e infraestruturas	(%)	43%

*Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011



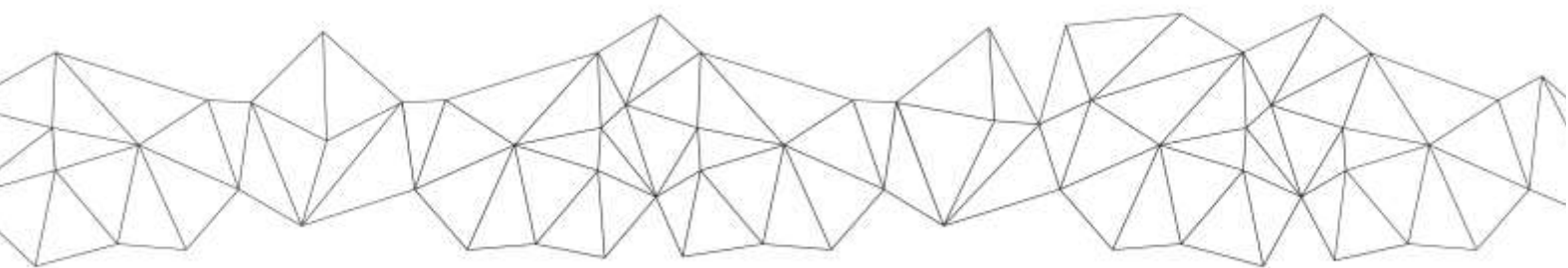
Com base na informação recolhida e analisada ao longo deste capítulo, verifica-se que a Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte” tem conseguido dar bom seguimento às recomendações previstas no “Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica”, mobilizando os meios que tem disponíveis para este efeito.

Análise Complementar e Mecanismos de Participação

| 175

A análise apresentada neste capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções cofinanciadas pelo FEDER e Fundo de Coesão e que também abrangem o território da Região do Norte (em concreto, os programas temáticos da Valorização do território e dos Fatores de Competitividade).

O Observatório do QREN, responsável pela elaboração e apresentação desse Relatório, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como pela promoção do envolvimento do público em geral e das entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO. Sem prejuízo dos contributos individuais de cada PO, a AAE tem um carácter global e, assim sendo, é também a esse nível que o processo de *accountability* se deve situar.



3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO



3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sua atual configuração, em resultado das duas reprogramações aprovadas, o Eixo Prioritário (EP) 1 apresenta uma dotação global de 962 M€ e engloba dez objetivos específicos, integrando os dois objetivos específicos do “anterior” EP 5, entretanto extinto, e um novo objetivo específico - “Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade (especialmente) dos ativos jovens em situação de desemprego”⁹⁰.

Estes objetivos corporizam-se num conjunto de apoios ao investimento empresarial, com uma dotação de 481,8M€, veiculados através dos Sistemas de Incentivos, associados aos objetivos 2 e 4 do referido Eixo tendo as empresas como principal grupo de beneficiários. Num segundo grande grupo incluem-se os outros instrumentos que concorrem para os restantes oito objetivos e, ainda, para o objetivo 2, com um FEDER programado de 480,2 M€ que integra algumas tipologias cuja gestão foi alvo de protocolos estabelecidos com as CIM e AMP (“contratualização”). Neste quadro, são apoiadas iniciativas de natureza pública e/ou em parceria com outras entidades regionais e locais sem fins lucrativos.

Apresenta-se, de seguida, a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário 1 (incluindo Sistemas de Incentivos e contratualização com as CIM/AMP, tal como expressa nos indicadores de Eixo e respetivos Indicadores Comuns Comunitários.

Em complemento do apresentado no ponto “2.1.1. Realização física do ON.2 - O Novo Norte”, importa referir que, respeita aos indicadores de resultado relativos aos Sistemas de Incentivos, os dados reais das variáveis necessárias ao seu cálculo (Vendas e Valor Acrescentado Bruto) apenas serão disponibilizados pelas empresas no momento de encerramento dos projetos apoiados, regra geral, no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação. Contudo, ainda que se mantenham as limitações que motivaram o não apuramento dos indicadores em causa em momentos anteriores, optou-se presentemente por proceder à contabilização, ainda que preliminar, dos indicadores de resultado relativos aos projetos dos Sistemas de Incentivos.

No entanto, é de salientar que os resultados obtidos deverão ser encarados com algumas reservas, atendendo à inexistência de operações com encerramento de projeto nesta medida de apoio e porquanto a utilização da informação previsional prestada em sede de candidatura, pelos promotores dos projetos com encerramento de investimento, para cômputo destes indicadores proporciona uma informação de relevância limitada e não vinculativa.

⁹⁰ Ver Figura 1.1. Estrutura Programática do ON.2 (Ponto 1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE).

De notar ainda que se entendeu considerar para o apuramento destes indicadores um universo circunscrito apenas ao Sistema de Incentivos à Inovação. A opção por esta delimitação decorre, por um lado, do facto de as variáveis elementares requeridas pelos indicadores de resultado serem também relevantes na avaliação de desempenho prevista no âmbito desta medida de apoio, e por outro, de uma questão de harmonização com o universo considerado para os Indicadores Comuns Nacionais que utilizam as variáveis Vendas e Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Já no que se refere ao emprego criado no âmbito dos Sistemas de Incentivos, enquanto indicador de resultado, não obstante dever ser aferido com o encerramento dos projetos, são apresentados, valores previsionais sinalizados pelas empresas em sede de candidatura, ainda a título preliminar e sem carácter vinculativo. No quadro dos apoios ao investimento público, e tendo em conta a respetiva natureza e características, nenhum dos projetos encerrados concorre para o cômputo do indicador de criação de emprego.

| 178

Quadro 3.1.1.1 – Realização Física do Eixo Prioritário 1 (incluindo SI e Contratualização)⁹¹

INDICADORES EIXO (ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 37.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006								
Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
OE 1 – Consolidação dos serviços coletivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação								
N.º de Unidades de I&D apoiadas	Realização Contratada	0	0	1	61	69	72	-
	Realização Executada	0	0	0	0	0	2	-
	Metas	-	-	-	30	-	-	100
Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	-
	Realização Executada	-	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	+5%	-	-	+10%
OE 2 – Apoio à Criação e Consolidação de Clusters Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica em Sectores que Promovam o Interface com as Competências e Capacidades Regionais em Ciência e Tecnologia								
N.º de projetos apoiados promovidos por empresas de	Realização Contratada	-	-	-	-	706	838	-

⁹¹ Corresponde à Tabela 3.1: Realização Física do Eixo Prioritário (do IFDR) e reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro.

⁹² Este indicador apenas capta operações que cofinanciam, em exclusivo, unidades de I&D do SCTN, com exclusão das empresas (i.e., contabilizados os projetos de I&D em copromoção empresas / entidades do SCTN, as quais ascendiam a 76, no final de 2012.

base tecnológica	Realização Executada	-	-	-	-	10	82	-	Contratados 838 projetos de sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia (atenta a classificação da OCDE). Incremento líquido de 132 projetos face ao número apurado no ano transato, dada a evolução positiva das aprovações.
	Metas	-	-	-	250	-	-	750	
Variação anual média das vendas nas empresas apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	-	A variação anual média das vendas nas empresas apoiadas atingiu provisionalmente o valor de 16,79%. Este valor supera a meta de 10% estabelecida para o indicador, superação que contudo, cf. atrás referido, deverá ser encarada, com alguma reserva.
	Realização Executada	-	-	-	-	-	16,79%	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	10%	

OE 3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial

Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial (m2)	Realização Contratada	0	0	54.072	116.011	1.178.424	1.729.105	-	Os projetos de acolhimento empresarial abrangidos pela Contratualização totalizavam a área de 145.105 m2, contribuindo os restantes com uma área de 1.584.000 m2 (4 operações referentes a 4 áreas de acolhimento empresarial). Tendo em conta as 3 operações que se encontram em processo de análise pela AG, existe uma expectativa de cumprimento da meta estabelecida.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	104.159	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	2.500.000	
Nº de empresas instaladas nas áreas de acolhimento apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	n.d.	-	A Área de Parques de Ciência e Tecnologia (m2)" (160.134 m2), corresponde a 4 PCT, sendo que apenas se uma operação/unidade foi concluída.
	Realização Executada	-	-	-	-	-	16	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	400	
Área de infraestruturas/equipamentos nos Parques de Ciência e Tecnologia (m2)	Realização Contratada	0	0	3.651	28.135	160.134	160.134	-	Para este OE1 contribuem ainda as operações dos Avisos SAPCTIEBT-IEBT&SP/1/2010 e SAPCTIEBT-IEFIEBT/1/2008 e as referentes a programas de empreendedorismo (SAPCTIEBT-ET/1/2008).
	Realização Executada	0	0	0	0	3.651	3.651	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	145.000	
Nº de empresas instaladas nos Parques de Ciência e Tecnologia	Realização Contratada	-	-	1	102	256	256	-	
	Realização Executada	-	-	-	-	1	1	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	180	

OE 4 – Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor em sectores de especialização

N.º de projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas	Realização Contratada	-	-	-	-	1.091	1.260	-	A evolução dos projetos contratados verificada em 2012 (+169) contou com o incremento do volume de aprovações líquidas entretanto ocorrido.
	Realização Executada	-	-	-	-	39	162	-	
	Metas	-	-	-	130	-	-	1.200	
Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	-	É também aqui de registar um valor provisional que supera a meta de 2% para a taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas – 3,65%. Do mesmo modo, também aqui se aplicam as limitações já acima assinaladas para os indicadores de resultado relativos aos projetos dos Sistemas de Incentivos.
	Realização Executada	0	0	0	0	-	3,65%	-	
	Metas	-	-	-	2%	-	-	2%	

OE 5 – Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade (especialmente) dos ativos jovens em situação de desemprego

N.º de estágios apoiados	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0	-	A criação de condições para a implementação desta medida
--------------------------	-----------------------	-----	-----	-----	-----	-----	---	---	--

	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		foi dada pela divulgação em 2012 do Aviso IJ/1/2012, pelo que apenas em 2013 foram aprovadas as 3 operações.
	Metas							5.150	
N.º de estagiários integrados após a conclusão do estágio	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Metas						0	2.850	
N.º de ativos abrangidos em ações de formação para a inovação e gestão	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Metas						0	13.500	
N.º de ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Metas						0	13.250	
N.º de iniciativas de criação de emprego apoiadas	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Metas						0	2.850	
N.º de pessoas abrangidas por iniciativas de criação do emprego apoiadas	Realização Contratada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Realização Executada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0		
	Metas							3.950	
OE 6 – Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial									
N.º de ações coletivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização Contratada	0	0	72	94	94	79	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	0	22	-	Não foram contratadas em 2012 quaisquer operações. Aguardam ainda decisão da AG as 77 candidaturas apresentadas em 2011 (Aviso SIAC/2010).
	Metas	-	-	-	10	-	-	200	
N.º de entidades envolvidas nas ações coletivas apoiadas	Realização Contratada	0	0	7	9	9	8	-	A rescisão de um contrato (Aviso SIAC/2008) implicou a redução para 79 ações e 8 entidades envolvidas.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	2	-	
	Metas	-	-	-	20	-	-	70	
OE 7 – Promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento									
N.º de equipamentos coletivos com acesso à banda larga	Realização Contratada	-	-	-	-	1.071	939	-	Contribuem para este OE 7 operações da Contratualização e 23 da vertente não contratualizada.
	Realização Executada	-	-	-	-	0	61	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	400	As operações já contratadas nos concursos EDSC/1/2008 (1, promovida pelo GEPE/ME) e EDSC/2/2009 (20, de Municípios e CIM/Associações de Municípios) abrangem 939 equipamentos coletivos (616 EB1/JI e 323 escolas EB23/ES), permitindo abranger, respetivamente, 100.548 e 219.170 pessoas. A redução, em 2012, neste indicador deve-se à rescisão
Nº de utilizadores de banda larga nos equipamentos coletivos apoiados	Realização Contratada	-	-	-	-	327.960	319.718	-	
	Realização Executada	-	-	-	-	0	8.231	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	300.000	

N.º de concelhos com acesso à banda larga	Realização Contratada	-	-	-	-	44	44	-	de 2 operações (EDSC/2/2009).
	Realização Executada	-	-	-	-	-	0	-	A operação apoiada no âmbito do Aviso EDSC-RNGZR/2011 abrange 44 concelhos da RN e permite o acesso à banda larga de 244.147 pessoas, o que só por si ultrapassa os indicadores de realização e de resultado.
	Metas	-	-	-	-	-	-	40	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em alta) da meta estabelecida, ainda que se perspetive que a mesma não seja muito significativa.
Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	-	-	-	-	244.147	244.147	-	
	Realização Executada	-	-	-	-	-	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	230.000	

OE 8 – Promoção de Ações de Eficiência Energética

N.º de projetos de eficiência energética	Realização Contratada	0	0	0	0	23	22	-	Em 2012, foi aprovada 1 operação (Aviso E-IRFL/1/2009) e contratadas 2 (Avisos Energia/UAG/1/2010 e E-IRFL/1/2009).
	Realização Executada	0	0	0	0	0	1	-	Para além dos 22 projetos contratados, regista-se o apoio a 6 Agências de Energia. Em 2012, foram rescindidas 3 operações.
	Metas	-	-	-	6	-	-	250	O atraso identificado neste domínio deve-se, em certa medida, ainda que não exclusivamente, à indefinição sobre as tipologias de operações que poderiam continuar a ser financiadas pelo ON.2 e as que "transitariam" para o POVT como consequência da reprogramação estratégica de 2012. Existe ainda um número significativo de operações que poderão vir a ter acolhimento no POVT, deixando nessa medida de ser cofinanciadas pelo ON.2.
Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projetos de eficiência energética)	Realização Contratada	0	0	0	0	29%	29%	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	0	30%	-	
	Metas	-	-	-	15%	-	-	15%	

OE 9 – Modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada Local

N.º de lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços	Realização Contratada	0	67	82	93	93	91	-	No âmbito da contratualização registam-se 12 operações contratadas, não se tendo verificado alterações em 2012. Fora do contexto da Contratualização, são 39 as operações contratadas incorporando a rescisão de 2 operações. O cumprimento da meta do indicador de resultado deve-se ao facto de várias das Lojas se localizarem em concelhos demograficamente relevantes.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	5	-	Em 2012 foram concluídas 2 operações, abaixo do desejável. Contudo, espera-se um acréscimo significativo em 2013 (já entregues os Relatórios Finais de 5 operações).
	Metas	-	-	-	90	-	-	90	
População servida pelas lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços	Realização Contratada	0	1.721.213	2.168.468	2.416.662	2.416.662	2.416.662	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	0	89.252	-	
	Metas	-	-	-	2.400.000	-	-	2.400.000	

OE 10 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local

N.º de projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Contratada	0	9	9	22	120	143	-	Em 2012, foram contratadas 33 novas operações perfazendo um total acumulado de 145 projetos.
	Realização Executada	0	0	9	9	9	14	-	A execução reflete o resultado das aprovações de 2008 (PROVERE – Ações Preparatórias) encerradas já em 2010.
	Metas	-	-	-	90	-	-	200	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em baixa) da meta estabelecida, ainda que se perspetive que a mesma não seja muito significativa.
N.º de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Contratada	0	423	423	1.164	2.479	2.702	-	
	Realização Executada	0	0	423	423	423	491	-	
	Metas	-	-	-	350	-	-	1.500	

INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS (CORE INDICATORS)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
Emprego Criado									
1. Empregos criados	Realização Contratada	0	0	0	0	0	3.765	-	No âmbito dos Sistemas de Incentivos, não obstante o indicador de resultado dever ser aferido com o encerramento dos projetos, são apresentados, valores previsionais sinalizados pelas empresas em sede candidatura, ainda a título preliminar e sem caráter vinculativo. No quadro dos apoios ao investimento público, e tendo em conta a respetiva natureza e características, nenhum dos projetos encerrados concorre para o cômputo do indicador de criação de emprego.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	-	
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico									
4. N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	0	33	178	289	407	450	-	Os SI contribuem com um total de 397 projetos de I&DT com incentivo contratado, dos quais 28 contam já com a verificação do encerramento do seu investimento. A estes 397 projetos dos SI, acrescem 53 no âmbito do Regulamento Específico SAICT totalizando 450 projetos contratados no EPI.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	32	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	500	
5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	28	54	62	76	-	De entre os projetos de I&DT é ainda de destacar os 76 projetos contratados que dizem respeito a projetos de cooperação entre empresas e/ou instituições de investigação.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	80	
Ajudas diretas ao investimento nas PME									
7. N.º de projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização Contratada	0	245	906	1.432	1.798	2.103	-	A realização contratada superava já a meta definida para 2013. Aos 2.103 contratados (mais 305 que 2011) está associado um investimento induzido de 262,5 M€, sendo que 244 projetos contavam já com a verificação do encerramento, com um correspondente investimento induzido de 25 M€.
	Realização Executada	0	0	0	8	49	244	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	2.000	
8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	135	216	248	258	-	Das 258 novas empresas pode já mensurar-se o encerramento do investimento relativo a 30 delas. Saliencia-se que os projetos de investimento contratados preveem a criação de 3.765 postos de trabalho. De notar que, apesar de existirem projetos cujo investimento se encontra já concluído, não se encontra ainda disponível a informação relativa aos postos de trabalho efetivamente criados com referência ao ano pós projeto no âmbito dessas operações. Por este motivo assinalam-se apenas as previsões dos promotores apresentadas em sede de candidaturas, não sendo reportada informação relativa à realização executada.
	Realização Executada	0	0	0	0	6	30	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	250	
9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	-	-	-	-	-	3.765	-	
	Realização Executada	-	-	-	-	-	-	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	-	
10. Investimento Induzido (milhões de Euros)	Realização Contratada	0	53	141	227	262	263	-	
	Realização Executada	0	0	0	1	9	25	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	260	
Sociedade de Informação									
11. N.º de projetos	Realização Contratada	0	90	223	345	386	448	-	Os 448 projetos contratados (356 provenientes dos SI, 30 da Contratualização e 62 os restantes tipologias) incluem os do objetivo específico "Modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada Local", antes integrados no "antigo" EP 5. Duas das operações relativas à informatização de escolas EB23 e do Ensino Secundário, são contabilizadas como projetos, embora a intervenção incida sobre 834 escolas de toda a RN.
	Realização Executada	0	0	0	1	7	44	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	400	

12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	0	0	0	0	244.147	244.147	-
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	230.000
Energias renováveis								
23. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	0	0	7	12	-
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	5
24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização Contratada	0	0	0	0	4.804	4.804	-
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	-
Turismo								
34. N.º de projetos	Realização Contratada	0	13	40	86	104	113	-
	Realização Executada	0	0	0	0	11	22	-
	Metas ⁹⁴	-	-	-	-	-	-	275
35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	-	-	-	-	-	730	-
	Realização Executada	-	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	-

No tema "Energias Renováveis" contrataram-se, em 2012, as primeiras 12 [SI + restante EP1] operações que contribuem para a quantificação dos respetivos indicadores apresentados, sendo que uma das operações contempla dois projetos distintos. Nesta temática, o contributo dos Sistemas de Incentivos, de acordo com a metodologia definida, conta com 5 projetos contratados.

Os 113 projetos com incentivo contratado no EP 1 eram 113 exclusivamente de iniciativa empresarial.⁹³ Destaque ainda para a criação de emprego que, previsivelmente, poderá estar associada aos projetos do sector contratados no âmbito dos Sistemas de Incentivos – 730 postos de trabalho (dados ainda previsionais sinalizados pelas empresas em sede candidatura).

No que diz respeito ao contributo dos Sistemas de Incentivos para o desenvolvimento das prioridades estabelecidas, 2012 foi um ano de continuidade nos progressos registados, salientando-se um incremento significativo no número de projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas. O reforço da dotação resultante da reprogramação deverá refletir-se, a breve trecho, na melhoria dos indicadores de realização.

Quanto às restantes tipologias, realça-se como positiva a intervenção nas áreas da sociedade da informação/economia digital/governo eletrónico e da CI&DT. No primeiro caso, ultrapassada a fase de contratação, os projetos encontram-se numa fase adiantada de execução e muitos estão prestes a ser concluídos. No segundo caso, alguns projetos infraestruturais de maior complexidade apenas puderam ser contratados em 2012, o que se repercute na execução ainda pouco expressiva. Regista-se ainda alguns atrasos na aprovação de algumas tipologias, designadamente, dos Centros de Informação Turística e dos projetos na área da eficiência energética, cujas razões se identifica no ponto 3.1.3.

⁹³ Este indicador será também contabilizado no Eixo Prioritário 2, sobretudo fruto de investimentos financiados no âmbito de intervenções públicas.

⁹⁴ A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

Globalmente, os indicadores de realização estão próximas ou ultrapassam as metas definidas para 2015. Naturalmente, o novo objetivo recentemente incorporado não apresenta ainda resultados visíveis. Considerando que ainda são pouco significativos os projetos encerrados, os indicadores de resultado apresentam também valores pouco expressivos. Sem prejuízo de poder vir a ser necessário efetuar algum ajustamento pontual, não se perspetiva a ocorrência de desvios relevantes.

3.1.2. Análise Qualitativa

No final de 2012, 75% dos Avisos lançados no âmbito do Eixo 1 estavam já decididos, abrangendo a quase totalidade de dotação FEDER posta a concurso. Encontrando-se abertos 14 concursos recentemente lançados.

Quadro 3.1.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Total		Em aberto		Encerrados				Tempos médios de decisão	
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos Nº	Fundo aprovado	Dias previstos	Dias efetivos
Total PC	2.661.645	381	2.786.190	16	61.187	365	2.635.009	304	2.815.988	62	110
EP 1	962.002	190	1.126.206	14	46.798	176	1.029.306	142	1.061.527	61	88
SI	481.800	109	550.300	13	39.000	96	497.850	77	669.088	63	72
Contratualização	44.720	32	50.562			32	45.911	24	28.366	58	99
Outros	435.483	49	525.344	1	7.798	48	485.546	41	364.073	61	181

Unidade: Milhares de Euros

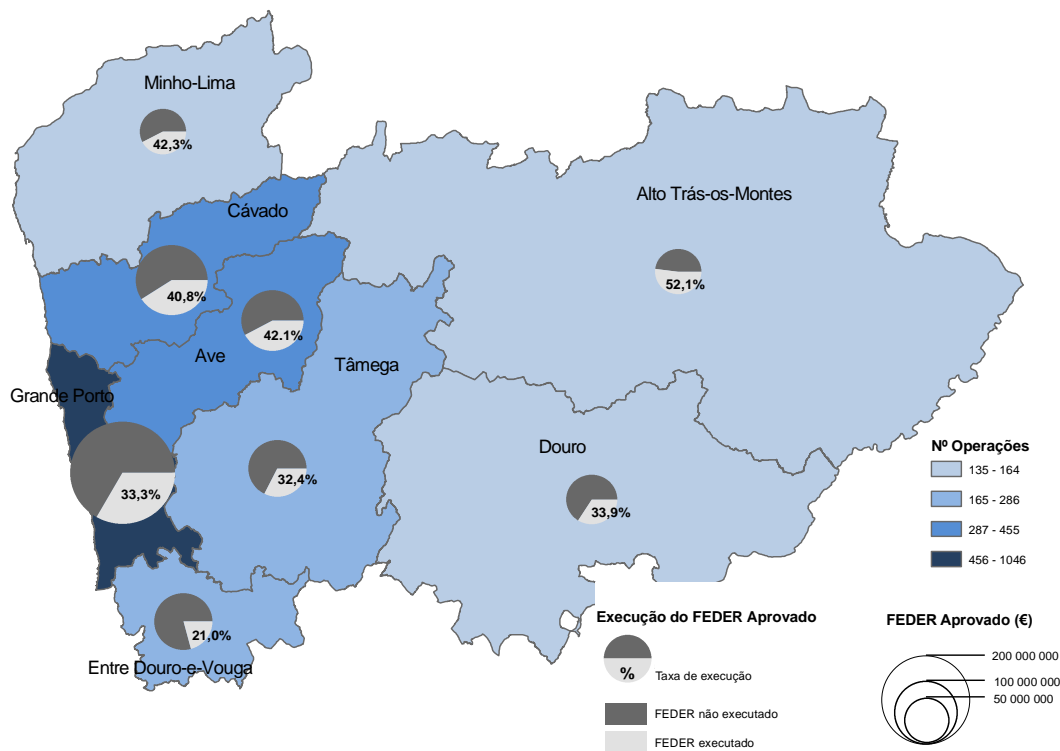
O Eixo Prioritário 1 abrangia 2.989 operações aprovadas (63% do total de operações do PO). Não obstante apresentar uma taxa de compromisso próxima da taxa média do Programa, o nível de concretização estava aquém dos valores globais médios⁹⁵.

Quadro 3.1.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 1

Eixo Prioritário	Nº de Operações aprovadas	Indicadores financeiros (Fundo) %				
		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total PO	4.737	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
EP 1	2.989	94,87%	36,79%	38,78%	41,44%	106,87%
SI	2.616	110,3%	46,0%	41,7%	45,2%	108,4%
Contratualização	55	63,2%	31,0%	49,0%	50,5%	103,3%
Outros	318	81,0%	27,2%	33,5%	33,7%	100,7%

⁹⁵ Ver **ANEXO C.2** - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo II do IFDR

Figura 3.1.2.1 - Operações, Aprovação e Execução por NUTS III - Eixo 1



As pequenas empresas promovem 44% das operações deste Eixo e são responsáveis pela maior fatia de FEDER aprovado (32%), seguidas das micro empresas, com igual peso no que toca ao número de operações (44%), embora com projetos de menor dimensão financeira (26%). De entre as entidades exteriores ao universo empresarial, são as “Entidades privadas sem fins lucrativos”, a “Administração Autónoma Local” e as “Instituições do Ensino Superior” que absorvem a parte mais significativa do FEDER aprovado.

Quadro 3.1.2.3 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário

Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 1	2.989	912.620.725	353.880.102	38,8%
Administração Autónoma Local	176	81.613.006	26.547.335	32,5%
Administração Direta Serviços Centrais	3	33.722.033	31.928.859	94,7%
Administração Direta Serviços Periféricos	7	5.146.441	651.444	12,7%
Administração Indireta Serviços Personalizados	17	11.863.653	4.850.595	40,9%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	7	1.716.461	351.736	20,5%
Associações empresariais	22	21.025.124	3.966.643	18,9%



Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
Associações Públicas	5	22.181.309	6.803.695	30,7%
Centros de I&D	6	3.264.655	1.652.504	50,6%
Empresa de média dimensão (recomendação 2003/361/CE)	13	4.322.234	2.752.430	63,7%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	9	17.236.154	122.373	0,7%
Entidade Privada sem fins lucrativos	64	117.609.868	45.578.946	38,8%
Fundação	2	193.354	64.643	33,4%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	6	558.327	163.445	29,3%
Instituições do Ensino Superior	45	63.861.278	8.695.350	13,6%
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	1.299	235.429.228	97.467.856	41,4%
Moradores e suas associações	3	599.982	368.770	61,5%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	1	207.837	14.510	7,0%
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	1.304	292.069.781	121.898.969	41,7%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

No que se refere à distribuição por atividade económica, as “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” e as “Indústrias transformadoras diversas” assumem o maior peso no que se refere ao número de operações aprovadas e ao FEDER associado. Já as operações das áreas da “Educação”, dos “Transportes” e dos “Correios e telecomunicações” apresentam as melhores taxas de execução.

Quadro 3.1.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica

Eixo Prioritário / Atividade Económica	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 1	2989	912.620.725	353.880.102	38,8%
Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	29	8.981.581	2.435.025	27,1%
Atividades associadas ao ambiente	29	10.133.756	3.102.606	30,6%
Atividades de saúde humana	4	54.898.756	17.873.349	32,6%
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	832	197.892.964	66.174.059	33,4%
Administração pública	71	42.046.718	20.009.175	47,6%
Agricultura, caça e silvicultura	2	41.505	16.180	39,0%
Comércio por grosso e a retalho	534	51.327.010	18.869.731	36,8%
Construção	81	3.856.362	1.095.636	28,4%
Construção de material de transporte	23	8.584.966	3.871.101	45,1%
Correios e telecomunicações	1	34.895.600	18.483.301	53,0%
Educação	42	63.775.455	37.914.586	59,5%
Fabrico de têxteis e produtos têxteis	131	29.895.348	10.967.037	36,7%
Hotéis e restaurantes	105	96.327.819	49.431.249	51,3%



Eixo Prioritário / Atividade Económica	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
Indústrias alimentares e das bebidas	123	20.226.663	7.637.908	37,8%
Indústrias transformadoras diversas	716	189.635.204	73.284.700	38,6%
Não se aplica	20	8.364.293	7.075.751	84,6%
Outros serviços não especificados	150	66.825.973	12.069.425	18,1%
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	60	21.529.063	1.754.679	8,2%
Transportes	36	3.381.689	1.814.605	53,7%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Considerando a sua especificidade, apresenta-se separadamente a análise qualitativa relativa aos Sistemas de Incentivos e às tipologias de investimento público (incluindo as contratualizadas).

Importa referir que no contexto do EP1 não estão previstos mecanismos de engenharia financeira.

3.1.2.1 Sistemas de Incentivos

Enquadramento Normativo

Na sua configuração inicial, a regulamentação específica de apoio a estas tipologias encontrava-se totalmente aprovada em 2007, ano em que se iniciou a apresentação de candidaturas⁹⁶. Este enquadramento normativo foi mais tarde alvo de alguns ajustamentos, registando-se em 2012, alterações ao nível de algumas tipologias do SI Qualificação de PME (criação do “Vale Energia ou Ambiente”, “Vale Empreendedorismo” e “Vale Internacionalização”) e das entidades a contratar para prestação dos serviços de apoio. O impacto destas alterações, em termos de aprovações, vem a ter expressão já no ano de 2013, designadamente com a observação de elevados níveis de procura por este instrumento de apoio.

Concursos e Processo de Seleção⁹⁷

Desde os primeiros concursos, abertos em finais de 2007, e até ao final do ano de 2012, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 109 concursos para apresentação de candidaturas a apoio ao investimento empresarial, dos quais 77 se encontravam decididos a 31-12-2012. A dotação FEDER associada à totalidade dos concursos lançados ascendeu a 550,3M€.

⁹⁶ Ver **ANEXO C.11** - Regulamentação Específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário | Anexo XI do IFDR

⁹⁷ Como já referido, são tidos em conta os dados do anexo XII da Norma IFDR e ao anexo C.12 que integra este Relatório. Incluindo-se como “Avisos” as diferentes fases de um mesmo concurso da modalidade “em contínuo” (Sistemas de Incentivos). Se assim não fosse, apenas se considerariam 100 concursos.



Ainda que com algum incremento, o Programa manteve ao longo de 2012 um perfil mais contido no que concerne à disponibilização de novas verbas a concurso face ao “auge” da oferta ocorrido em 2009, contando apenas com o lançamento de 13 novos concursos (19, se considerarmos todas as suas fases), envolvendo uma dotação de 70 M€ de FEDER. Com efeito, o nível de compromisso atingia já valores expressivos, pelo que a dotação disponibilizada nos concursos abertos no final do ano foi já dimensionada tendo por base um exercício orçamental para estimar níveis aceitáveis de *overbooking*, levado a cabo no contexto da Rede dos Sistemas de Incentivos QREN.

| 188

Perante a insuficiência de verbas para fazer face à potencial procura de apoios pelas empresas e atendendo ao atual contexto económico, tornava-se adequada a manutenção da oferta de incentivos ao investimento empresarial, sendo porém fundamental compatibilizá-la com a adequada execução e encerramento dos programas e portanto com níveis aceitáveis de compromisso.

Importa salientar que do referido exercício orçamental de *overbooking*⁹⁸ resultou para o ON.2 a alocação de verbas a novos concursos a decorrer até ao final de 2013 num montante que ascendia globalmente a 42 M€. Note-se, contudo, que ocorreu já no ano de 2013 uma atualização destas estimativas com consequências ao nível das dotações disponíveis nos avisos ainda em curso.

Paralelamente, no final do ano, com o objetivo de simplificar o processo de decisão e de introduzir um melhor planeamento no acesso aos apoios disponíveis para PME, estabeleceu-se uma metodologia de receção contínua de candidaturas, com decisões faseadas, para os novos concursos a realizar até ao final do atual período de programação.

Dos 13 concursos lançados em 2012, envolvendo uma dotação de 70 M€ de FEDER, 9 enquadravam-se nesta modalidade de apresentação de candidaturas; a 31-12-2012, decorria a segunda fase para 6 dos referidos concursos. Como vem sendo prática desde o início do presente quadro comunitário, o lançamento desses concursos foi feito em conjunto com as restantes Autoridades de Gestão envolvidas na Rede Incentivos QREN (POFC e Programas Operacionais Regionais do Continente).

No que aos níveis de admissibilidade diz respeito, é de observar uma tendência para a estabilidade em torno dos registos já ocorridos em anos anteriores. Para a totalidade do período, das 7.416 candidaturas apresentadas a concursos decididos, foram consideradas admitidas 4.148 candidaturas com um custo total previsto de 1.838,0 M€, representado cerca de 56% do número candidaturas e aproximadamente 44% do investimento (no ano anterior, 65% e 48%, respetivamente). Comparada com a média do programa, esta taxa de admissibilidade está próxima no que ao nº de candidaturas diz respeito (65%) mas revela uma maior seletividade no que toca ao custo total (66%).

Por sua vez, quando se aferem os níveis de aprovação das candidaturas admitidas, verifica-se uma tendência ligeiramente crescente face ao observado em 2011. Assim, do total de candidaturas

⁹⁸ Aprovado por Despacho exarado pelo Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, a 22 de outubro de 2012.

admitidas (4.148) foram aprovadas 3.356 (80,9% vs. 76,5% em 2011), envolvendo um investimento total de cerca de 1.408,0 M€ (76,6% Vs. 74,6% em 2011) e um investimento elegível de 1.108,1 M€, ao qual corresponde um valor global de incentivo FEDER atribuído no montante de 669.088.236,36 Euros. Este valor da taxa de aprovação é superior à média do Programa, quer no que toca ao número de operações, quer quanto ao fundo envolvido.

De facto, contrariamente ao ocorrido em 2010 e, embora em menor grau, também em 2011, registou-se em 2012 um esforço no sentido de corresponder à procura de apoios pelas empresas, tendo sido possível a aprovação de todos os projetos com parecer favorável, suportada no exercício orçamental relativo a níveis aceitáveis de *overbooking* acima referido.

Estes números expressam aprovações brutas, havendo ainda que ter em consideração o total de anulações e as rescisões acumuladas ao longo do período para determinar o montante de compromisso "líquido" assumido pela Autoridade de Gestão, que ascendia, em 31-12-2012, a 531.603.021,18 Euros (+28% face aos valores verificados em finais de 2011). A este propósito, cabe referir que, em 2012, foram anuladas/rescindidas 285 operações, no valor de 64,5 M€.

O quadro seguinte permite identificar os contributos de cada um dos três sistemas de incentivos:

Quadro 3.1.2.1.1 – Candidaturas aprovadas e contratadas – Repartição por Sistemas de Incentivos

Sistemas de Incentivos	Operações		FEDER Aprovado		Fundo Médio por Candidatura	Taxa Média de Cofinanciamento
	N.º	% do Total	€	% do Total		
SI I&DT	402	15,40%	63.965.628,96	12,00%	159.118,48	64,20%
SI Inovação	431	16,50%	328.428.390,47	61,80%	762.014,83	67,00%
SI Qualificação de PME	1783	68,20%	139.209.001,75	26,20%	78.075,72	50,30%
TOTAL	2616	100,00%	531.603.021,18	100,00%	203.212,16	61,30%

Conforme se pode constatar, o Sistema de Incentivos à Qualificação de PME é o mais procurado pelas micro e pequenas da Região do Norte e continua a ser responsável pela maior fatia de projetos aprovados (cerca de 68% do total), peso que aumentou face a 2011. No que se refere ao montante total de incentivo aprovado, o seu peso relativo é só de 26%, o que reflete a reduzida dimensão média dos projetos apoiados no âmbito deste SI (FEDER médio requerido de cerca de 78 mil Euros, o menor de entre os três Sistemas de Incentivos), verificando-se a manutenção da tendência de diminuição desta dimensão financeira média. Com efeito, apesar da menor taxa média de cofinanciamento (cerca de 50%) que caracteriza esta medida, a possibilidade de apoio a investimentos de menor dimensão é particularmente apelativa para as micro e pequenas empresas.

O Sistema de Incentivos à Inovação destaca-se como sendo o que concentra o maior peso de incentivo FEDER aprovado (cerca de 62%), uma vez que é através deste instrumento que se financiam os investimentos de natureza produtiva, tais como a compra de equipamento produtivo ou a

realização de obras de construção (no caso de projetos do sector do Turismo), que estão normalmente associados montantes financeiros mais avultados. É também por isso que aqui se encontram os projetos de maior dimensão - incentivo médio aprovado por candidatura da ordem dos 762 mil Euros - bem como as maiores taxas médias de cofinanciamento (67%). Acresce ainda referir que o diferencial entre o peso de projetos apoiados no SI Inovação e o financiamento por estes obtido (17% vs. 62%) aumentou face ao “gap” registado em 2011 (20% vs. 63%), refletindo também um acréscimo no montante FEDER médio por projeto.

| 190

Por último, importa referir a prestação do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), que continua a ser aquele que acolhe a menor fatia do incentivo FEDER aprovado (apenas 12%). Veja-se ainda que o incremento do montante de incentivo aprovado neste instrumento (12%) foi significativamente inferior ao registado para a totalidade dos Sistemas de Incentivos (28%), bem distante do que se verificou no SI Qualificação de PME (acréscimo de 43%). Por sua vez, o SI Inovação progrediu aproximadamente em linha com a evolução global, vendo o respetivo incentivo aprovado aumentar 26%.

Na perspetiva do número total de projetos aprovados, observa-se um aumento médio de 39% face ao ano transato. É de destacar o crescimento de 60% no âmbito do SI Qualificação de PME, significativamente acima da média, para que terá certamente contribuído o alargamento de dotações orçamentais a concurso ocorrido em 2012, conjugado com o maior interesse que as empresas demonstram por este instrumento, como anteriormente evidenciado. Assinala-se também a expressiva procura que tem reiteradamente caracterizado a modalidade de projetos simplificados (vales). Estão em causa projetos de dimensão particularmente reduzida e de natureza claramente mais simplificada e, por isso, especialmente atrativos. Tais alterações terão reflexos nas aprovações de 2013.

Veja-se, por sua vez, a variação de apenas 4% do número de projetos aprovados no SI I&DT, claramente inferior à média global registada e também inferior ao que se observa no incentivo aprovado nesta medida de apoio. Assim, verificou-se um aumento do fundo que em média é atribuído por projeto.

Por último, cabe referir que, até ao final de 2012, encontravam-se celebrados com os promotores de projetos de Sistemas de Incentivos 2.115 contratos (+17% face ao valor de 2011), representando 81% do número de projetos aprovados até então e 80% do respetivo incentivo. Contrariamente ao observado em 2011, o ano seguinte evidenciou um aumento do diferencial entre aprovações e contratações, assistindo-se portanto a uma desaceleração do processo de contratação que não conseguiu acompanhar o aumento do ritmo de aprovações. Tal dever-se-á, porventura a alguma incapacidade para imprimir maior celeridade nos procedimentos de contratação atendendo ao sobredimensionamento das aprovações, mas também ao facto de um significativo volume delas ter ocorrido já na fase final do ano.

Tempos médios de decisão

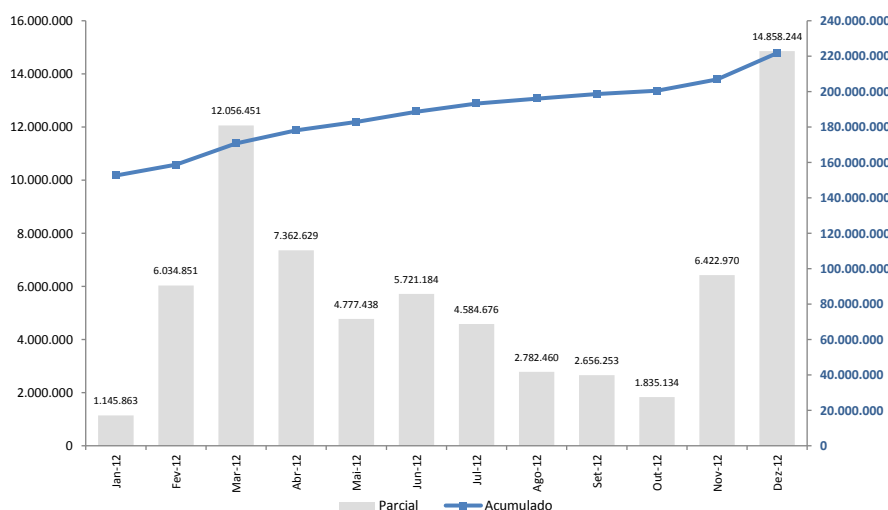
Os tempos médios efetivos de decisão (cerca de 72 dias) continuaram a evidenciar um pequeno desvio face aos previstos em sede de abertura de concurso (63 dias), desvio que não é muito distinto do historicamente verificado. Esta variação (+14%) é significativamente inferior à média registada no programa (+82%).

| 191

Execução

Importa assinalar uma continuidade da tendência positiva observada em anos anteriores, sobretudo se atendermos ao atual contexto económico e financeiro. Pese embora, durante o ano de 2012, tenha sido transferido para os promotores um montante global de 60,2 M€ de FEDER, inferior em cerca de 23% ao valor pago em 2011, importa salientar o aumento da importância dos pagamentos no montante total de incentivo aprovado (45% do fundo total aprovado vs. 43% em 2011). De destacar especialmente o incremento do nível de execução (42% do incentivo aprovado por comparação com 36,5% no ano anterior).

Figura 3.1.2.1.1 – Execução dos Sistemas de Incentivos no ano de 2012 (FEDER)



Por outro lado é de notar que, em 31-12-2012, os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado) da ordem dos 46%, inferior à média do Programa, evidenciando a manutenção do resultado obtido para o mesmo rácio em 2011. Contudo, esta estabilidade não decorre de um inferior desempenho na execução FEDER, mas surge por força da reprogramação estratégica ocorrida no ano em análise que determinou um reforço da dotação alocada aos Sistemas de Incentivos do ON.2 de cerca de 151,3 M€.



A progressão registada na execução é ainda assinalável, particularmente, se atendermos ao aumento do ritmo de aprovações registado em 2012. Para esta evolução terá seguramente contribuído a implementação de medidas específicas tendo em vista a libertação de compromissos com baixa capacidade de execução, a que aludiremos no ponto seguinte. Adicionalmente, não se poderá deixar de salientar a progressão registada na verificação de encerramentos dos investimentos – se no final de 2011 este registo atingia os 52 projetos, no fim de 2012 ascendia a 248 operações, com um incentivo associado de cerca de 35 M€. Sem prejuízo deste incremento, estes números apresentam uma reduzida expressão face aos montantes de aprovações, pelo que se impõe a aceleração da redução do “gap” entre o nível de aprovações e o nível de execução, desafio com que a Autoridade de Gestão se continuará a defrontar.

| 192

Aprovação e Execução por Sub-Região, Beneficiário e Área de Atividade

No que concerne à distribuição regional do FEDER aprovado por NUTS III continua a destacar-se o Grande Porto com cerca de 30% do incentivo aprovado, a que correspondem cerca de 159 M€, seguindo-se o Ave com 14% das verbas (aproximadamente 73 M€) e o Cávado, com cerca de 71 M€ ou 13% dos apoios concedidos. Com a menor representatividade no incentivo aprovado, e também em consonância com o padrão registado em anos transatos, segue a sub-região do Minho-Lima (26 M€ ou 5% do total), que, no entanto, se apresenta como a sub-região com maior nível de Execução (Execução FEDER/FEDER Aprovado) – cerca de 56% - logo seguida da região de Trás-os-Montes, que atingiu 55% para este mesmo indicador. A preponderância do Grande Porto nas aprovações não se reflete de igual modo no nível da execução, já que conta apenas com uma Execução FEDER de cerca de 39% do respetivo Fundo Aprovado.

No que concerne à distribuição por tipologia de beneficiário, destaca-se o peso das pequenas empresas, com cerca de 50% do número de candidaturas aprovadas e 55% do FEDER aprovado.

Quanto à distribuição por área de atividade, assinala-se o domínio do grupo das “atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, com cerca de 31% do número de candidaturas aprovadas e 19% do FEDER aprovado, e das Indústrias transformadoras diversas que representam 27% das candidaturas aprovadas e uma fatia de 36% do fundo aprovado. De destacar ainda a atividade de Hotéis e Restaurantes que, com apenas 4% das candidaturas, recolhe 18% do incentivo atribuído.

Complementaridade com outros instrumentos

No que respeita à possibilidade do financiamento através do FEDER de ações que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE, importa referir que os Sistemas de Incentivos apoiaram, ao abrigo desta exceção, 4,76 M€ (vs. 4,33 M€ até ao final de 2011) em iniciativas de formação

incluídas nos projetos aprovados. Mantém-se, portanto, a reduzida presença destes apoios na totalidade do incentivo aprovado – inferior a 1% - e um crescimento a um ritmo inferior ao observado para o incentivo total. Cabe ainda referir que a execução associada a este tipo de despesas se mantinha, também em finais de 2012, em níveis residuais (cerca de 4,5% do respetivo incentivo aprovado).

Relativamente aos procedimentos de articulação e de demarcação estabelecidos com outros instrumentos de financiamento, não se registaram em 2012 alterações assinaláveis, pelo que se remete para a informação disponibilizada em relatórios de execução anteriores e para os elementos disponibilizados no ponto “2.6. Complementaridade com outros instrumentos” deste Relatório.

| 193

Boas Práticas

Como boa prática ilustrativa da aposta na internacionalização apresenta-se no **ANEXO B.1** o projeto NORTE-07-0401-FEDER-018203 – “Promoção da Internacionalização da Empresa”, promovido pela “Época Gold - Mobiliário Internacional, S.A.”, apoiado no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME. Trata-se um projeto promovido por uma empresa do setor do mobiliário, área com alguma tradição na Região do Norte e que tem vindo a conseguir incorporar maior valor acrescentado nos seus produtos por via do *design*.

Apoiada no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação, veja-se caso da empresa Serafim Fertuzinhos, SA que se dedica ao fabrico de vários tipos de tesouras (NORTE-07-0403-FEDER-017714 – “Fabricação de Tesourões”), um exemplo de promoção da competitividade através da aquisição de equipamentos produtivos (cf. **ANEXO B.1**).

No âmbito do SI I&DT, selecionamos um exemplo de uma indústria tradicional da região Norte – a indústria têxtil - a apostar na inovação e num crescimento inteligente para promover a sua competitividade. (cf. **ANEXO B.1** relativo ao projeto NORTE-07-0402-FEDER-005375 – “Funcionalização de estruturas laminadas através de tecnologias de modificação superfície”, promovido pela empresa “Neves & Companhia, LDA”).

3.1.2.2 Outras Tipologias do Eixo 1

Enquadramento Normativo

Com exceção do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, estabilizado em 2007, a regulamentação específica de apoio às restantes tipologias foi ultimada apenas em 2008⁹⁹. Este enquadramento normativo foi mais tarde alvo de alguns ajustamentos, já reportados em anteriores relatórios-

| 194

Concursos e Processo de Seleção

Em resultado do que acima se refere, o lançamento dos primeiros concursos da maioria das tipologias apenas ocorreu no final de 2008. Até ao final do ano de 2012, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento de 81 concursos (32 no âmbito da Contratualização e 49 nas restantes tipologias), 65 dos quais se encontravam já decididos a 31-12-2012 (24 na Contratualização e 41 nas restantes). A dotação FEDER associada a esses 81 concursos ascendeu a 576 M€.

Durante o ano de 2012, foi divulgado apenas 1 Aviso, relativo a um Convite Público (o Aviso IJ/1/2012) inserido no Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas – «Impulso Jovem», nova tipologia decorrente da reprogramação do ON.2 entretanto aprovada. Este Plano Estratégico, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, que define um conjunto de medidas de apoio à empregabilidade jovem e às pequenas e médias empresas, e visa o financiamento de candidaturas através do Regulamento Específico “Sistema de Apoio a Ações Coletivas”, integrado no Eixo Prioritário 1 do ON.2 orientado para a “Competitividade, Inovação e Conhecimento”. As candidaturas apresentadas no âmbito deste Convite visam, nomeadamente, complementar os sistemas de incentivos diretamente orientados para as empresas, potenciando os seus resultados com a criação de condições envolventes, com particular relevo para as operações imateriais da competitividade de natureza coletiva.

De modo resumido, pode afirmar-se que através da divulgação do Aviso IJ/1/2012 foram criadas pelo ON.2 as condições necessárias para a apresentação de candidaturas que visem a promoção de ações imateriais dirigidas ao fomento do empreendedorismo, nomeadamente o relacionado com o associativismo juvenil e o inerente ao setor cooperativo, inovador e com potencial de escalabilidade, e à criação de emprego através de projetos de associativismo juvenil e de apoio à criação de cooperativas.

No que aos níveis de admissibilidade diz respeito, é de observar uma tendência para a estabilidade em torno dos registos já ocorridos em anos anteriores. Das 1.362 candidaturas apresentadas a

⁹⁹ Ver **ANEXO C.11** - Regulamentação Específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário | Anexo XI do IFDR

concursos decididos (Contratualização: 115; Outras: 1.247), foram consideradas admitidas 981 candidaturas (Contratualização: 72; Outras: 909), representado cerca de 72% do número de candidaturas (Contratualização: 62,6%; Outras: 72,9%) e aproximadamente 83% do investimento (Contratualização: 56%; Outras: 85%). Comparada com a média do Programa, estes valores da taxa de admissibilidade são superiores quer no número de candidaturas (65%) quer no montante (66%).

Apesar de em 2012 ter sido divulgado apenas um novo aviso, pode concluir-se pelas razões que se detalham no ponto seguinte (e que antecipamos em resumo: a reprogramação do ON.2, a “Operação Limpeza” e a exigência do parecer prévio da Equipa Conjunta ANMP-Governo para a aprovação de candidaturas), que no final deste ano se registavam ainda alguns concursos não completamente decididos (15, dos quais 8 na contratualização e 7 nas restantes tipologias). Assim, foi feito um esforço no sentido da conclusão do processo de análise das candidaturas ainda pendentes, possibilitando uma decisão definitiva.

Assim, durante este ano foram aprovadas 32 novas operações admitidas (2 da vertente contratualizada e 30 das restantes), envolvendo um cofinanciamento FEDER de 29,9 M€. Em termos acumulados, desde o arranque do Programa, foram aprovadas 400 das 981 candidaturas admitidas (56 da vertente contratualizada e 344 das restantes), envolvendo um cofinanciamento FEDER de 392 M€. Esta taxa de aprovação líquida (41%, sendo 77,8% no caso da Contratualização e 37,8% nas restantes) é inferior à média do Programa, quer no número de operações, quer quanto ao fundo envolvido.

Em 2012, por desistência dos próprios promotores ou por iniciativa da AG, em resultado do processo de monitorização dos compromissos sem capacidade de execução, foram anuladas/rescindidas 25 operações, no valor de 11,15 M€ Euros.

Considerando a totalidade de operações anuladas ou rescindidas desde o arranque do Programa,, o compromisso “líquido” assumido pela Autoridade de Gestão em 31-12-2012 ascendia a 381 M€, dos quais 28 M€ associados à Contratualização e 353 M€ às restantes vertentes, o que representa um acréscimo de 8% face aos valores verificados em finais de 2011 (Contratualização: 8%; Outras: 9%).

Conforme se pode constatar no Anexo C.3, as tipologias de projetos financiadas no âmbito dos RE Energia e Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística são as mais procuradas no se refere ao número de candidaturas apresentadas e ao montante solicitado, respetivamente. Já os RE “Promoção e Capacitação Institucional” e “Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas” são responsáveis pela maior fatia das aprovações no que toca a número de projetos (cerca de 40,3% do total) e de FEDER associado (32,9%).

É no Regulamento Específico Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas que se encontram os projetos de maior dimensão financeira com um FEDER médio aprovado por candidatura na ordem dos 3,4 M€, sendo que os maiores valores médios ocorrem no RE “Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica”. Inversamente, os RE “Apoio a Ações

Coletivas” e “Promoção e Capacitação Institucional” concentram os projetos de menor montante médio.

Os processos de seleção dos vários Regulamentos Específicos registam diferentes níveis de seletividade, relevando-se os RE Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas e Apoio a Ações Coletivas como os que apresentam maior e menor nível de admissibilidade (respetivamente, 98,4% e 10,8%), no quadro de uma tendência média acima da verificada no Programa. Já no que respeita a taxa de aprovação bruta (aprovados/apresentados), salienta-se os RE “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento” e “Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento” como os que apresentam o maior e menor valor (91,4% e 8%).

| 196

Por último, cabe referir que, até ao final de 2012, encontravam-se celebrados com os promotores destas tipologias 358 contratos (+13% face ao valor de 2011), representando um nível de contratação de 89,5% no que se refere ao número de operações e de 95,7% do respetivo FEDER. Face a 2011, regista-se assim uma aceleração do processo de contratação, não obstante os constrangimentos verificados em 2012 que durante alguns meses impediram a Autoridade de Gestão do ON.2 de aprovar novas operações e de celebrar contratos referentes a operações já aprovadas.

Da atividade desenvolvida ao longo de 2012 no âmbito dos avisos ainda não decididos até ao fim de 2012, destacam-se os seguintes aspetos:

. Apenas foi lançado um aviso relativo a um Convite Público (o Aviso IJ/1/2012) inserido Programa «Impulso Jovem», sendo que as 3 operações apresentadas apenas foram aprovadas em 2013.

No âmbito do objetivo específico da “Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação”, salienta-se que, embora tenha sido aprovada e contratada em 2012 no contexto do Aviso SAIECT-IETIEFE/EN/2011, a operação n.º NORTE-07-0162-FEDER-000058, designada “Campus da Porto Business School”, transitou para o ano de 2013 a conclusão do processo de decisão de uma última operação ainda pendente no âmbito deste Aviso.

O atraso registado na aprovação das operações de pendor infraestrutural (tal é o caso das abrangidas pelo Aviso supra identificado) está associado em larga medida ao facto de se tratar de intervenções com níveis acrescidos de exigências formais no que se refere à verificação das condições necessárias à sua aprovação (vg. disposição de documento comprovativo da aprovação dos projetos de arquitetura e de especialidades; dados os montantes envolvidos, requerem, na grande maioria dos casos a análise à luz das normas aplicáveis dos projetos geradores de receitas); em relatórios do ON.2 referentes a anos anteriores estas circunstâncias já foram apontadas como causas condicionadoras de um ritmo mais célere de aprovação de operações. Decorre assim que os anos de 2013 e de 2014 são anos muito importantes para aferir os resultados das operações já contratadas, no âmbito deste objetivo específico, considerando os prazos máximos de execução de 24 e, nalguns casos, de 36 meses para os projetos infraestruturais.



Quanto ao objetivo específico da “Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial” e no que diz respeito à componente da rede regional de áreas de acolhimento empresarial, importa referir que as áreas de acolhimento empresarial de nível regional, nos termos em que foram definidas nos referenciais dos concursos, constituem igualmente a uma tipologia exigente. A experiência revela uma elevada morosidade dos potenciais promotores quanto à aquisição dos terrenos necessários, seja devido aos montantes financeiros envolvidos seja pelo elevado número de proprietários envolvidos. Ultrapassadas algumas dificuldades decorrentes do quadro regulamentar vigente encontram-se contratadas a 31.12.2012, 19 operações, estando ainda pendentes de apreciação 3 candidaturas sobre as quais será tomada em 2013 decisão sobre a viabilidade de, em tempo útil, ocorrer a sua aprovação e execução no atual período de programação. Não obstante a pendência destes 3 casos, pode, mesmo assim, registar-se que as 4 operações contratadas até final de 2012 (excetuando a contratualização) darão um contributo importante para uma adequada oferta de solo industrial na Região.

| 197

Já no que se refere às intervenções geridas pelas CIM e pela AMP estão aprovados e contratados projetos de áreas de acolhimento empresarial, que integram a rede complementar e correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes. No ano de 2012, foram aprovadas e contratadas 2 operações e encontrava-se ainda pendente a decisão sobre 11 candidaturas, com um total de FEDER solicitado de 25,9M€.

. No quadro do objetivo específico da “Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial”, importa assinalar a situação do Aviso SIAC/2010 no âmbito do qual aguardam decisão as 77 candidaturas apresentadas. Sobre este Aviso será tomada em breve decisão pela Autoridade de Gestão do ON.2, considerando a disponibilidade financeira do ON.2, atualmente muito diferente da existente à data em que aquele Aviso foi divulgado. De fato, ao longo de 2012, diversas razões conduziram à diminuição da disponibilidade financeira do Eixo 1 (investimento público), entre as quais se destacam a aprovação da reprogramação do ON.2 e a alteração introduzida em diversos Regulamentos Específicos do QREN, designadamente o aumento das taxas máximas de comparticipação comunitária para 85%.

Sobre o objetivo específico da “Promoção de Ações de Eficiência Energética” destaca-se que no ano de 2010 criaram-se condições para apoio a ações de eficiência energética através da divulgação dos seguintes Avisos de concurso:

- E-EEA/1/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos coletivos (IPSS e ADUP);
- E-EEA/2/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos desportivos municipais;
- E-EEEHS/1/2010 orientado para a eficiência energética em edifícios de habitação social existentes;

- Energia/UAG/2010 orientado para o apoio a projetos de investimento em Unidades Autónomas de Gás (UAG) inseridas no sistema de abastecimento de gás natural, e ainda
- PDRTAE/1/2010, visando a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP).

Todos estes concursos tiveram uma adesão elevada, sobretudo os concursos E-EEA/1/2010 e E-EEA/2/2010 com a apresentação de 277 e 124 candidaturas, respetivamente. No 1º trimestre de 2011 foi ainda aberto o concurso E – EEIP/1/2011 orientado para a eficiência energética na iluminação pública. Cumpre assinalar que este concurso é orientado para um leque mais vasto de tecnologias que o permitido em anterior concurso dinamizado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (o Aviso E-IRFL/1/2009, que se destinava a financiar a utilização de reguladores de fluxo luminoso). Desta feita, diversos promotores optaram por não assinar o contrato de financiamento relativo às operações aprovadas no contexto do Aviso E-IRFL/1/2009, suspendendo o início da execução das operações aprovadas neste concurso. Esclarece-se, contudo, que no novo Aviso (E- EEIP/1/2011 – Eficiência Energética na Iluminação Pública) determina-se a obrigatoriedade de apresentação da desistência da operação anterior, caso a nova candidatura venha a ser aprovada.

Neste objetivo específico, em 2012, foram aprovadas 6 operações no âmbito dos concursos E-EEA/1/2010 (5) e E-IRFL/1/2009 (1) e foram contratadas 2 operações resultantes dos concursos E-IRFL/1/2009 e Energia/UAG/1/2010.

Em termos acumulados, em 31.12.2012 estavam já aprovadas 59 operações, correspondendo a um montante de 21,5M € de FEDER e de 32,6M € de despesa elegível, encontrando-se contratadas 24 operações, correspondendo a um montante de 10,8M € de FEDER e de 18,9M € de despesa elegível.

Assim, as tipologias e os instrumentos previstos para a promoção da eficiência energética foram praticamente todos postos lançados ao longo de 2010, sendo que as aprovações e contratações relativas ao aviso EEA/1/2010 ocorreram em 2012 e concentrar-se-ão em maior escala em 2013. Para além do elevado número de candidaturas apresentadas, outros fatores contribuíram para o atraso verificado no processo de decisão, salientando-se o impasse provocado pela “Operação Limpeza”, a necessidade de sujeitar os projetos a parecer prévio da Equipa Conjunta ANMP-Governo e a reprogramação dos PO do QREN, no âmbito do qual foi necessário negociar a delimitação de elegibilidades e transferência de tipologias e de projetos para o POVT. Alguns dos elementos desta delimitação apenas foram estabilizados no início de 2013, definindo-se os projetos a transitar, pelo que se pode prever uma aceleração das aprovações e contratações no corrente ano.

Já o objetivo específico “Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local” foi objeto, no ano de 2010, da abertura de um conjunto coerente e assaz completo de concursos na vertente não contratualizada, mais exatamente 8 concursos, totalizando o montante de 37.108.306 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 174 candidaturas, com um montante global de 37.807.146 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de

58.050.390 €. De entre os concursos divulgados pela Autoridade de Gestão do ON.2 no âmbito deste objetivo específico, ganharam expressão muito significativa na procura de financiamento, as iniciativas associadas à realização de eventos culturais e científicos com projeção internacional. Neste contexto, em 2012, foram aprovadas 19 operações e contratadas 33.

No que respeita à contratualização, não foram aprovadas em 2012 quaisquer operações neste domínio; todavia aguardam decisão 28 candidaturas.

| 199

Tempos médios de decisão

Os tempos médios efetivos de decisão no âmbito do Eixo 1 (exceto SI) (cerca de 174 dias) continuaram a evidenciar um desvio face ao previsto em sede de abertura de concurso (60 dias). Este desvio é superior à média registada no Programa, para o que contribuem o elevado número de candidaturas apresentadas em alguns concursos, a complexidade e morosidade de alguns projetos infraestruturais e o impasse verificado em 2012 no processo de análise e decisão das operações de alguns avisos, como se aludiu anteriormente e se reforça no ponto “3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver”.

Execução

Tal como se detalha no ponto “3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos”, a execução física do Eixo Prioritário 1 (sem SI) permite perspetivar que, embora com ritmos distintos, serão atingidos os resultados visados no âmbito dos diversos objetivos específicos.

No final de 2012, os indicadores de execução financeira destas tipologias apresentam um desempenho inferior à média do Programa, em grande medida devido ao arranque mais tardio dos avisos e das respetivas contratações. Assim, as taxas de execução, de realização e de pagamento apresentavam, respetivamente, os valores seguintes: 27,5% (PO: 52,3%), 34,7% (PO: 54,7%) e 35% (PO: 55,9%).

Tendo em conta de modo conjugado o incremento observado nas aprovações e nas contratações e o grau de maturidade das operações, é legítimo prever, para 2013, um crescimento na execução física e financeira. A aceleração da execução impõe-se como um desafio para a AG ao longo do próximo ano, exigindo uma monitorização e um acompanhamento dos projetos que permitam encerrar os investimentos no calendário adequado.

Assim, prevê-se uma intensificação do encerramento de operações, até agora ainda pouco significativo, e dos correspondentes processos de verificação no local. De facto, até ao final de 2012, apenas haviam sido encerradas 9 operações.

Aprovação e Execução por Sub-Região, Beneficiário e Área de Atividade

No que concerne à distribuição regional por NUTS III destaca-se o Grande Porto com cerca de 29% do número de candidaturas (2% na contratualização; 27% nas restantes) e 28% do FEDER aprovado (2% na contratualização; 26% nas restantes).

No que concerne à distribuição por tipologia de beneficiário, assinala-se o peso preponderante da Administração Autónoma Local, com cerca de 46% do número de candidaturas (14% na contratualização; 32% nas restantes) e de 21% do FEDER aprovado (7% na contratualização; 14% nas restantes).

| 200

Quanto à distribuição por área de atividade, destaca-se a Administração Pública, com cerca de 49% do número de candidaturas (12% na contratualização; 37% nas restantes) e 34% do FEDER aprovado (6% na contratualização; 28% nas restantes).

Complementaridade com outros instrumentos

No que se refere à possibilidade do financiamento através do FEDER de ações que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE, regista-se que não foi configurada essa possibilidade no ON.2, com exceção do domínio dos Sistemas de Incentivos.

Boas Práticas

Em Ficha de Projeto que constitui o **ANEXO B.2** ao presente Relatório identificamos a Operação n.º NORTE-07-0162-FEDER-000061 designada “Região Norte: Base Tecnológica do Cluster da Aeronáutica Nacional” cuja especificidade e enfoque temático lhe conferem singularidade. Dessa Ficha constam elementos de informação que permitem apreender de modo mais concreto os objetivos e a caracterização desta operação.

No domínio das áreas de acolhimento empresarial aprovadas pelo ON.2, a Operação n.º NORTE-07-0363-FEDER-000014, designada “Parque Empresarial de Recuperação de Materiais” cuja melhor caracterização e objetivos constam do **ANEXO B.2** vem, em primeira linha, dar resposta a um problema com que há vários anos se debate o território abrangido pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria da Feira, a saber, uma grande dispersão dos locais de armazenamento de sucatas metálicas naquele território e a necessidade de criar uma solução integrada deste problema. Trata-se de um projeto que resolve um problema de natureza ambiental e de ordenamento do território e concorre para o incremento da competitividade daquele território, por via da infraestruturização de uma área gerida numa lógica condominial, na qual se poderão instalar empresas que atuem em diversos sectores de atividade.



Destaca-se ainda o projeto relativo à construção das novas instalações do I3S (NORTE-07-0162-FEDER-000032 “Instalação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S)”. Este projeto que melhor se identifica no **ANEXO B.2**, tem associados resultados que demonstram bem a sua relevância regional e nacional. De facto, esta infraestrutura constitui um exemplo louvável de racionalização e de integração de infraestruturas de CI&DT, permitindo acolher cerca de 280 doutorados, 60% dos quais com dedicação exclusiva à investigação, 250 bolseiros, 100 técnicos e outro pessoal administrativo de três instituições. Este projeto irá permitir o crescimento médio anual previsional de 5% nos negócios de I&DI e de 10% na prestação de serviços (nacional e internacional).

| 201

No que se refere aos apoios à promoção da eficiência energética e em demonstração das duas tipologias sobre as quais recaíram em 2012 decisões de aprovação e de contratação, consta como **ANEXO B.2** ao presente relatório a Ficha de Projeto relativa ao projeto relacionado com a rede de distribuição de gás natural, que permitirá expandir uma alternativa ao consumo de eletricidade, designadamente no âmbito do uso doméstico em concelhos onde essa oferta era deficitária.

Destacamos ainda no **ANEXO B.2** o projeto designado “Centro Bem Estar Social Barqueiros - Eficiência Energética e Energias Renováveis” (NORTE-07-0765-FEDER-000105), que constitui uma importante intervenção num equipamento coletivo de apoio social gerido por uma Instituição particular de Solidariedade Social (IPSS). Este projeto visa a utilização racional de energia e a eficiência energético-ambiental por via da implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energia com base em fontes renováveis. Dos resultados associados a esta intervenção, destacam-se não só a diminuição do consumo energético e, consequentemente, a diminuição dos custos para a instituição, como a redução da emissão de CO₂, dando assim cobertura a uma preocupação geral de proteção ambiental.

Do conjunto de apoios à Promoção e Capacitação Institucional e como exemplo de contributo específico em matéria de promoção da igualdade de oportunidades, destacamos no **ANEXO B.2** a operação designada “DSAI 2012 - *Software Development for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion*”. A conferência apoiada contribuiu para melhorar e aprofundar o conhecimento geral sobre as populações com necessidades especiais, tendo sido também objeto de atenção a sensibilização para as questões da Acessibilidade e para o Combate à Infoexclusão, em geral, e no âmbito das organizações, em particular. O evento decorreu de 19 a 22 de julho de 2012 e contou com a presença de 101 participantes, dos quais 39 estrangeiros, e 53 oradores, dos quais 26 estrangeiros.

Por último, salienta-se igualmente em Ficha que constitui o **ANEXO B.2** ao presente Relatório o projeto n.º NORTE-07-0364-FEDER-00001, promovido pela UPTEC (“Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto”), candidatado em 2012 ao Prémio RegioStars 2013, fazendo-se também menção a este facto no capítulo “6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO”.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver¹⁰⁰

3.1.3.1 Sistemas de Incentivos

Ao nível dos Sistemas de Incentivos, cumpre aqui salientar as duas principais dificuldades com que o ON.2 se deparou:

- (i) escassez de recursos do Programa para manter a oferta de apoios às micro e pequenas empresas da Região do Norte e, adicionalmente, dar resposta aos continuamente elevados níveis de procura;
- (ii) incapacidade de os promotores acelerarem significativamente a execução dos projetos, por força do difícil contexto económico e financeiro que o nosso país tem atravessado, com consequências particularmente limitadoras em termos de acesso ao crédito pelas empresas.

No que toca à escassez de recursos, cabe referir que os Sistemas de Incentivos se depararam progressivamente com o esgotamento das verbas alocadas a estas medidas de apoio no contexto do Programa. Para fazer face a esta dificuldade, mostrara-se prementes, a descativação de compromissos sem capacidade de execução e a realização de um exercício orçamental que permitisse aferir níveis aceitáveis de *overbooking*, promovendo, como boa prática de gestão, a plena utilização dos fundos.

Relativamente à libertação de verbas, e pese embora a existência de um mecanismo de “*Descativação de Incentivos*” ao nível dos Sistemas de Incentivos¹⁰¹, foi desencadeado, em março de 2012, um processo mais incisivo de descativação de incentivo associado a projetos com reduzida capacidade de execução decorrente da designada “*Operação Limpeza*”, determinada pela RCM 33/2012, a que se aludiu no ponto 2.3. Assim, a conjugação da aplicação desta RCM com a das regras já em vigor nos Sistemas de Incentivos permitiu efetivamente libertar, ao tempo da referida “*Operação*”, um conjunto de compromissos, o que se revelou de crucial importância.

Apesar do reforço de dotação de 151,3 M€ que adveio da reprogramação estratégica posteriormente ocorrida, a escassez de recursos exigia ainda que se atendesse à necessidade de aprovar em *overbooking*, exercício que veio a realizar-se com a participação dos Programas Operacionais envolvidos na gestão destes apoios ao investimento empresarial (Rede dos Sistemas de Incentivos QREN), posteriormente aprovado por Despacho do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, a 22 de outubro de 2012, conforme anteriormente referido. Deste

¹⁰⁰ Relativamente aos principais problemas constantes do relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º do Regulamento (CE) 1083/2006/12, bem como as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão na sua resolução, ver ponto 2.7.1.3.do presente relatório.

¹⁰¹ Criado pela Orientação de Gestão 10/2011 da Rede de Incentivos QREN.

Despacho resultou para o ON.2 a possibilidade de se atingir um *overbooking* de 29%, possibilitando o acolhimento da elevada procura (com parecer favorável) registada nos concursos decididos em outubro de 2012, bem como a alocação de uma dotação de 42 M€ a novos concursos a lançar e a decorrer até ao final de 2013.

Complementarmente e conforme já antes assinalado, foi adotada uma metodologia de receção de candidaturas até então não utilizada para a generalidade das tipologias de projetos. Com o objetivo de simplificar o processo de decisão e introduzir um maior planeamento no acesso aos apoios disponíveis para as PME, pretendeu-se, regra geral, estabelecer e divulgar nos novos concursos a receção de candidaturas de forma contínua até final do QREN, com decisões faseadas. Porém e atendendo ao elevado nível de compromissos, determinava-se que as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais poderiam suspender a receção de candidaturas a qualquer momento, através de comunicação prévia com uma antecedência mínima de 3 dias úteis.

Relativamente à incapacidade de os promotores acelerarem significativamente a execução dos projetos e em complemento de um conjunto significativo de medidas de flexibilização já anteriormente adotadas¹⁰², surgem também em 2012 medidas que visam mitigar uma das principais dificuldades sentidas pelas empresas, designadamente ao nível do acesso ao crédito junto das instituições bancárias. A revisão da Norma de Pagamentos dos Sistemas de Incentivos (Orientação de Gestão 04/REV3/2012), em novembro de 2012, propôs-se contribuir para uma melhoria da liquidez das empresas de modo a induzir uma aceleração da execução e o encerramento dos projetos de investimento apoiados. Com efeito, para além da possibilidade de dispensa da apresentação de Garantia Bancária pelas PME, quando exista incentivo reembolsável em dívida no encerramento dos investimentos, passou a ser possível que os pagamentos intercalares de incentivos aos beneficiários atingissem 95% do incentivo aprovado ou apurado, em função do grau de execução do projeto.

Os impactos destas medidas deverão ser mais visíveis em 2013, esperando-se que contribuam designadamente para a celeridade dos procedimentos de encerramento dos investimentos.

Tendo presente o exposto, poder-se-á concluir que os esforços encetados tendo em vista ultrapassar os difíceis desafios que se têm vindo a colocar à Autoridade de Gestão, quer do ponto de vista dos elevados níveis de compromisso, quer do ponto de vista da execução, têm vindo a produzir resultados no sentido pretendido. É, contudo, desejável dar continuidade e potenciar esses resultados, esperando-se que os impactos de algumas das medidas até aqui implementadas, nomeadamente em termos dos pagamentos aos promotores, continuem ainda refletir os seus efeitos no futuro. De facto, urge intensificar a redução do diferencial entre o nível de aprovações e o nível de execução, visando acautelar a plena execução e o adequado encerramento do programa. Por outro lado, a dinâmica da procura, que continuamente vem atingindo níveis recorde, coloca a gestão da

¹⁰² Vd, por exemplo o “Mecanismo excecional de reformulação de projetos” (Orientação de Gestão 06/2010), que permitiu a revisão dos mesmos sem penalização para os promotores.

oferta de apoios sob grande pressão e agudiza o cenário de escassez de recursos, particularmente evidente no ano em apreço.

Este desafio é particularmente exigente, não só porque as dificuldades tenderão a mostrar-se ainda mais evidentes em 2013 mas também porque as diligências levadas a cabo para ultrapassar as dificuldades geram, elas próprias, novos desafios, designadamente ao nível das capacidades de gestão: por um lado, urge a necessidade de descativação de verbas e de aumento do nível de execução dos projetos; por outro lado, a modalidade de receção de candidaturas agora em vigor, conjugada com a persistente dinâmica da procura, exige maior disponibilidade da gestão. Conforme atrás referenciado, a propósito da incapacidade de o processo de contratação acompanhar o aumento do ritmo de aprovações registado em 2012, a forte pressão que a conjugação dos vários procedimentos coloca sobre os recursos disponíveis poderá vir a constituir também uma dificuldade com reflexos indesejáveis, nomeadamente, ao nível do cumprimento de prazos.

| 204

3.1.3.2 Outras Tipologias do Eixo Prioritário 1

O ano de 2012 foi marcado por várias dificuldades e desafios de que se salientam os seguintes:

Um significativo acréscimo de tarefas a cargo da gestão do ON.2.

Esse acréscimo adveio da conjugação de determinados fatores que aqui se evidenciam:

- i) a reprogramação estratégica do ON.2, aprovada em dezembro de 2012 pela Comissão Europeia;
- ii) a aplicação da RCM n.º 33//2012, de 15 de março (“Operação Limpeza”);
- iii) a suspensão da abertura de novos avisos de apresentação de candidaturas, de aprovação de operações, de reprogramações visando o acréscimo do valor da participação de fundos comunitários e da celebração de contratos;
- iv) a definição de condicionantes à aprovação de “operações de iniciativa municipal” estipulada pela deliberação da CMC de 13 de agosto de 2012.

De facto, o processo de monitorização e de decisão das situações mais críticas a ter em conta naquele exercício de “descativação” implicou um consumo de tempo e de recursos técnicos do ON.2 muito significativo durante todo o ano de 2012, pela intensificação dos processos de monitorização e, ainda, dos muitos pedidos de reprogramação que dela resultaram.



O constrangimento imposto à celebração de contratos, incluindo os respeitantes a operações já aprovadas, implicou no caso do Eixo 1 uma dilação de vários meses entre a data de aprovação das operações e a celebração do correspondente contrato de financiamento, com inevitáveis consequências para o ritmo de execução financeira deste Eixo.

De todos estes fatores condicionadores da atuação do ON.2, em geral, resultou para o Eixo 1 o retardamento do início da execução financeira, em particular, para as operações cujo contrato de financiamento ficou suspenso em virtude da referida determinação do Conselho de Ministros de 15 de março de 2012, bem como para as operações de iniciativa municipal cuja aprovação só pôde ocorrer após a obtenção de parecer positivo emitido pela Equipa Conjunta. Enquadram-se neste último conjunto 4 candidaturas apresentadas no âmbito do Aviso PCI-I/2/2010.

| 205

Todas estas condicionantes de que resultou um significativo acréscimo de tarefas a cargo das equipas de apoio técnico do ON.2 foram geridas de modo a que não resultasse prejudicado o cumprimento da meta de execução financeira (de 53%) definida para o Programa para esse ano.

Sendo certo que a conjugação dos fatores acima assinalados condicionou a atuação do Eixo 1 (não SI) ao longo de 2012, certo é também que a designada “Operação Limpeza” acabou por contribuir positivamente para a seletividade das operações no sentido de que manteve as que revelaram capacidade de execução, ainda que nalguns casos, com ajustamento dos correspondentes montantes de investimento elegível e de comparticipação FEDER, ao mesmo tempo que eliminou o compromisso de FEDER associado a projetos sem capacidade de execução.

A persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Os atrasos na execução das operações contratadas estão relacionados com os seguintes fatores:

- i) A conjuntura económica adversa que o país atravessa, realçando-se, do lado dos promotores, as dificuldades sentidas na mobilização da comparticipação nacional, constatando-se alguma dilação temporal na execução dos projetos. De modo especial em algumas tipologias de operações apoiadas no âmbito do Eixo 1, os promotores dependem de transferências provenientes de forma direta ou indireta do Orçamento do Estado (ex.: entidades do SCTN; Agência de Modernização Administrativa, etc) ou sofrem fortes restrições na afetação de recursos aos projetos em curso, em resultado da aplicação de medidas de austeridade (por ex., a “Lei dos Compromissos” aplicável às entidades de cariz municipal).
- ii) O muito elevado número de candidaturas apresentadas a diversos concursos abertos, tendo em conta a natureza predominantemente imaterial e de baixo volume de investimento que caracteriza as operações (por exemplo, nos domínios da promoção da capacitação institucional e da eficiência energética).


- iii) A morosidade de alguns procedimentos de contratação pública das empreitadas, das aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas, conjugada com a deficiente instrução que continua a caraterizar muitos dos procedimentos, o que origina atrasos na sua análise, bem como dos pedidos de pagamento associados.
- iv) A dificuldade com que se debatem os promotores no que se refere aos processos de expropriação por utilidade pública (tipicamente os referentes a áreas de acolhimento empresarial)
- v) A natureza “pesada” e complexa de alguns projetos infraestruturais, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista funcional (especialmente caraterística de certas tipologias como os parques de ciência e tecnologia e as áreas de acolhimento empresarial). Nestas tipologias, a análise da admissibilidade e de aceitação das candidaturas confrontou-se, de forma recorrente e persistente, face ao que havia sido identificado em anos transatos, com o atraso na entrega da documentação necessária que permita a verificação pela Autoridade de Gestão da integralidade das condições de admissão e de aceitação das operações, permitindo a sua aprovação definitiva e posterior contratação dos projetos (ex.: a aprovação dos projetos de execução, a demonstração do direito a intervir nos imóveis, em particular nos terrenos, e a detenção de Declaração de Impacte Ambiental válida).

| 206

No sentido de ultrapassar ou minimizar estas dificuldades, deu-se continuidade a algumas medidas já adotadas nos anos anteriores, designadamente:

- apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 1 e 2 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto presencialmente (reuniões de trabalho) como por contactos telefónicos (linha dedicada do NovoNorte 25) e por correio eletrónico (www.novonorte.25@ccdr-n.pt);
- dentro do enquadramento regulamentar e das orientações emanadas pela Comissão Diretiva do ON.2, uma intensificação das reformulações das operações, de modo a garantir a sua completa execução;
- divulgação de orientações de gestão com o objetivo de esclarecer dúvidas existentes;
- melhoria da plataforma informática SIGON.2, de modo a incorporar os mecanismos de simplificação adotados, tanto ao nível do mecanismo da abertura das contas de fornecedores que deixou de constituir uma etapa prévia à submissão dos pedidos de pagamento, como da análise dos procedimentos de contratação pública e dos pagamentos.

Adicionalmente, releva-se as seguintes medidas adotadas em 2012:

- 
- o aumento das taxas de comparticipação que incidiu sobre pedidos de pagamento apresentados no ano de 2012 de um conjunto alargado de promotores, o que permitiu mitigar as dificuldades de tesouraria sentidas;
 - a implementação do empréstimo-quadro do BEI vocacionado para o financiamento de parte da comparticipação nacional;
 - a flexibilização da exigência de garantias bancárias.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar pelos resultados obtidos durante o ano de 2012.

3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

No âmbito do processo de reprogramação de 2012 do PO Regional do Norte 2007-2013, aprovado em 2012, o montante FEDER global atribuído ao EP 2 passou a ser de 230,4 M€, incluindo o FEDER afeto às subvenções globais para as CIM / AMP. Este Eixo prioritário abrange um conjunto de apoios a iniciativas de natureza pública e/ou em parceria com outros agentes regionais e locais sem fins lucrativos, corporizando os contributos para os cinco objetivos específicos tal como anteriormente identificados¹⁰³.

Apresenta-se no quadro seguinte a informação relativa à execução física deste Eixo Prioritário (incluindo contratualização com as CIM/AMP), tal como expressa nos indicadores de Eixo e respetivos Indicadores Comuns Comunitários, assinalando-se algumas observações que poderão apoiar a leitura dos dados.

Globalmente, no que respeita à execução física deste eixo prioritário, releva-se os progressos verificados, em particular, no domínio das Indústrias Criativas, com destaque para os Grandes Eventos apoiados.

Na sua grande maioria os indicadores de realização estão próximos ou ultrapassam as metas definidas para 2015. Considerando que ainda são pouco significativos os projetos encerrados, os indicadores de resultado apresentam também valores pouco expressivos. Sem prejuízo de poder vir a ser necessário efetuar alguns ajustamentos pontuais, não se perspetiva a ocorrência de desvios relevantes.

Como se refere noutros capítulos deste Relatório, em especial, nos capítulos 2.3 e 3.2.3, o atraso provocado pela intervenção da Equipa Conjunta no que se refere à aprovação de projetos de iniciativa municipal condicionou de modo muito significativo o nível de aprovações no EP 2.

Por último, importa ainda referir que, em resultado da reprogramação do QREN e do Programa ON.2, a AG pondera a possibilidade de transferir para o POVT parte do investimento associado ao projeto designado “Novo terminal de Cruzeiros do porto de Leixões”.

¹⁰³ Ver Figura 1.1. Estrutura Programática do ON.2 (Ponto 1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE)

Quadro 3.2.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 2 (inclui Contratualização)¹⁰⁴
INDICADORES DE EIXO (ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 37.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
OE 1 – Valorização económica da excelência turística regional									
N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Contratada	0	0	21	47	67	57	-	As 57 operações contratadas estão integradas Avisos TDIM/1/2008 (28 operações), TDINF/1/2008 (21 operações), CIT Douro/2010 (7 operações) e CIT PNP/2010 (1 operação), totalizando um montante FEDER contratado de 31,88 M€.
	Realização Executada	0	0	1	1	6	15	-	Em 2012 foram contratadas 2 operações ("Loja Interativa de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro" e a "Loja Interativa de Turismo da Maia"), envolvendo 520.468€ FEDER.
	Metas	-	-	-	50	-	-	75	Foram rescindidos 11 operações (1 do Aviso TDIM/1/2008, 2 do Aviso TDINF/1/2008 e 8 do Aviso CIT Douro/2010).
N.º de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Contratada	-	-	-	-	1.257.523	1.256.053	-	No final de 2012, já se encontravam concluídas 7 operações do concurso TDIM/1/2008. A redução face a 2011 deve-se à rescisão de 1 operação (NORTE-08-0169-FEDER-000009) e à atualização dos valores de 2 outras operações (NORTE-08-0169-FEDER-000003 e NORTE-08-0169-FEDER-000055).
	Realização Executada	-	-	-	-	1.009.000	1.029.130	-	Realça-se a superação (em larga escala) desta meta a qual se fica a dever ao cômputo efetuado no projeto designado "Exposição Fotográfica Douro Natural" realizada em estações do Metro de Lisboa e do Porto, permitindo deste modo a visualização da exposição aos respetivos utentes durante o mês da sua duração.
	Metas	-	-	-	-	-	-	500.000	
N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Contratada	-	-	-	-	3	4	-	Operações apoiadas no âmbito dos Avisos EHT/1/2010 (1) – ao qual corresponde a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto - e CIT PNP/2010 (3), no valor global de 7,3 M€ FEDER.
	Realização Executada	-	-	-	-	0	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	70	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em baixa) da meta estabelecida,
N.º de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Contratada	-	-	-	-	91.650	99.078	-	O valor identificado em 2011 corresponde ao valor médio anual previsto nas operações contratadas.
	Realização Executada	-	-	-	-	0	0	-	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em baixa) da meta estabelecida
	Metas	-	-	-	-	-	-	1.500.000	
OE 2 – Valorização económica de novos usos do mar									
N.º de infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Contratada	0	0	0	2	2	6	-	Em 2012 foram contratadas 5 operações (Aviso EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar"). Considerando ainda as operações contratadas em 2010 ("Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" - MAR/TC/PCT/1/2009 e a "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC" - MAR/IEBT/DC&T/1/2009), totaliza um FEDER de 35,4 M€.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	Até 31.12.2012, o nº de operações contratadas a contribuir para o indicador "N.º de infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos" é de 6, num montante total de FEDER contratado de 34,3M€.
	Metas	-	-	-	2	-	-	7	
N.º de visitantes e utilizadores das infraestruturas e equipamentos	Realização Contratada	0	0	0	68.255	68.255	156.815	-	No final de 2012, contabilizavam-se 156.815 (por ano), em termos de operações contratadas. Esclarece-se que nos Relatórios de Execução do ON.2

¹⁰⁴ Corresponde à Tabela 3.1: Realização Física do Eixo Prioritário (do IFDR) e reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro. Assinala-se com * os indicadores associados a tipologias a transferir para o POVT, em resultado da reprogramação aprovada em dezembro de 2012.

coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	referentes a 2010 e 2011 foram considerados 187 passageiros/dia: valor médio previsto na operação "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões". No presente Relatório ajusta-se aquele cômputo considerando o n.º de passageiros por ano, desta forma sendo possível harmonizar com o cômputo efetuado para outras operações que concorrem para o cálculo do mesmo indicador.
	Metas	-	-	-	200.000	-	-	1.500.000	
OE 3 – Valorização da cultura e da criatividade									
Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização Contratada	0	0	0	11	12	60	-	Até 31.12.2012 já se encontravam contratadas 83 operações resultantes dos concursos SACIC-GE/1/2009 (11 operações), SACIC-IF/1/2009 (7 operações), SACIC-IF/PA/2010 (1 operação), BCEJ/2011 (6 operações) e GCEC/2011 (58 operações), a que correspondem 60 eventos e um montante FEDER contratado de 62,1 M€.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	2	-	Em 2012 foram contratadas 61 operações no âmbito dos concursos/convites BCEJ/2011 (6) e GCEC/2011 (55). Destas operações, 48 contribuem para o indicador de realização física "Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados".
	Metas	-	-	-	20	-	-	90	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em baixa) da meta estabelecida.
Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização Contratada	0	0	0	2.072.456	2.073.456	3.009.370	-	A estimativa deste indicador de resultado nas operações contratadas até 31.12.2012 é de 3.009.370.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	176.500	-	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em baixa) da meta estabelecida, ainda que a mesma não seja significativa.
	Metas	-	-	-	808.889	-	-	3.500.000	
OE 4 – Valorização de novos territórios de aglomeração de atividades económicas									
Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento (m²)	Realização Contratada	0	0	195.880	252.880	3.791.460	544.571	-	OE totalmente integrado nas intervenções incluídas na subvenção global atribuída às CIM / AMP. O indicador de realização física ultrapassa em muito meta estabelecida do indicador para 2015 (200.000).
	Realização Executada	0	0	0	0	0	33.518	-	Chama-se à atenção para a correção face ao que foi apresentado no Relatório Anual de 2011, já que se constatou que os valores indicados para as operações "Centro Empresarial de Campo_1ª Fase_Via Distribuidora" e "Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros" estavam inflacionados (os promotores consideraram a totalidade da área ampliada e não apenas aquela que foi objeto de intervenção apoiada pelo ON.2).
	Metas	-	-	-	-	-	-	200.000	Poderá vir a ser necessária uma revisão (em alta) da meta estabelecida, ainda que a mesma não seja significativa.
Nº de empresas instaladas nas áreas infraestruturadas qualificadas e reordenadas de acolhimento empresarial integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	-	-	-	-	-	n.d.	-	Este indicador só foi introduzido na 1ª Reprogramação do ON.2. Considerando que todas as operações foram contratadas em momento anterior, não foram identificados elementos sobre este indicador. Contudo, e dado que algumas operações já se encontram concluídas fisicamente, entendeu-se importante fazer o apuramento do indicador ao nível da execução.
	Realização Executada	-	-	-	-	-	32	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	90	
Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	-	-	-	-	12	22	-	Em 2012 estavam já contratadas 22 ações de qualificação, às quais correspondem 88.630 participantes, superando já, cada um destes indicadores, a meta estabelecida para 2015.
	Realização Executada	-	-	-	-	-	8	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	10	
Nº de participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos	Realização Contratada	-	-	-	-	50.000	88.630	-	
	Realização Executada	-	-	-	-	-	41.530	-	

territoriais de desenvolvimento	Metas	-	-	-	-	-	-	45.000	
OE 5 – Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da atividade económica do(s) território(s) rural(is)									
Nº de programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização Contratada	0	0	8	8	9	9	-	O conjunto de candidaturas relativas a ações âncora das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE de promoção municipal ou equiparada que aguardam aprovação por parte da Autoridade de Gestão do POR Norte correspondem a um financiamento FEDER de cerca de 40,5 M€.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	3	-	-	9	
Nº de ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização Contratada	-	-	-	-	17	18	-	Este montante integra operações que se encontram já em execução física e que totalizam cerca de 23,6 M€ (com um FEDER correspondente de 18,8 M€). O atraso na contratação e execução ficou-se a dever, em especial à medida imposta pela CMC do QREN de sujeitar a parecer prévio da Equipa Conjunta a aprovação das candidaturas de iniciativa municipal.
	Realização Executada	-	-	-	-	0	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	60	
Indicadores Comuns Comunitários (<i>core indicators</i>)									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico									
4. N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	0	0	0	4	4	3	-	Foi rescindida a operação "Centro de Criatividade Digital", mantendo-se as restantes 3 operações contratadas em 2010 ("Parque de Ciências e Tecnologias do Mar" da operação "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" - MAR/TC/PCT/1/2009; "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do polo do mar do UPTEC" - MAR/IEBT/DC&T/1/2009; incubadora da operação "Reforço das infraestruturas específicas do PINC 1" - SACIC – IF/PA/2010). A estes 3 projetos corresponde um FEDER de 30M€. Registou-se em 2012 a rescisão da operação "Centro de Criatividade Digital" (FEDER de 7,9M€). Estes valores concorrem para os indicadores em causa, embora o contributo maioritário seja assegurado pelo EP1.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	500	
Turismo									
34. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	21	48	98	165	-	São aqui contabilizadas as operações contratadas no âmbito dos concursos/convite TDIM/1/2008, TDINF/1/2008, CIT Douro/2010, CIT PNP/2010, EHT/1/2010, GCEC/2011, BCEJ/2011, a operação "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" de acordo com o convite MAR/TC/PCT/1/2009, a operação "Centro de Mar Centro de Interpretação Ambiental e de Documentação do Mar" de acordo com o convite EEC Mar/PA/1/2011 e também algumas operações contratadas nos concursos do PROVERE (EEC PROVERE/PA/1/2010, EEC PROVERE/PC/1/2010 e EEC PROVERE-MinhoN-PA/1/2011).
	Realização Executada	0	0	1	1	6	14	-	
	Metas ¹⁰⁵	-	-	-	-	-	-	275	

¹⁰⁵ A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

3.2.2. Análise qualitativa

Enquadramento Normativo

O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e articulado de objetivos específicos, os quais foram objeto de um trabalho aprofundado de preparação, quer no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu – no seguimento da Iniciativa Norte 2015 – quer, posteriormente, no quadro da definição das Estratégias de Eficiência Coletiva.

Assim, em complemento do regulamento específico “Valorização Económica de Recursos Específicos” que enquadra a totalidade das intervenções deste Eixo, é ainda de salientar o papel do Regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) a que já se aludiu anteriormente (Ponto 2.7.1. Acompanhamento: Parcerias), em especial a associada ao PROVERE.

O PROVERE, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, criado no âmbito do QREN e das suas Estratégias de Eficiência Coletiva, visa o apoio e a promoção de consórcios locais ou regionais, de entidades públicas e privadas, orientados para a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial.

As EEC PROVERE estabelecidas resultaram de um concurso e de um processo de seleção nacionais, envolvendo financiamento de carácter transversal não só dos diversos Programas Operacionais Regionais e Temáticos do QREN como também do PRODER e do PROMAR. Depois de selecionadas por uma Comissão de Avaliação nacional, foram reconhecidas por Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal, de 15 de julho de 2009, envolvendo as diversas tutelas relevantes de então, em função da origem dos financiamentos¹⁰⁶.

Esses Despachos configuram compromissos formais com exigências para ambas as partes: para as Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais Regionais (responsáveis pela gestão global das EEC PROVERE da correspondente região NUTS II) e para os Consórcios – que contam com a participação de atores públicos e, obrigatoriamente, privados - responsáveis pela implementação dos respetivos Programas de Ação (contendo projetos âncora e complementares a financiar por diversos Programas, sobretudo pelos Regionais).

Aprovado o regulamento específico “Valorização Económica de Recursos Específicos” e dos correspondentes critérios de seleção, foi possível abrir os primeiros concursos para apresentação de candidaturas ainda em 2008. Este enquadramento normativo foi mais tarde alvo de alguns ajustamentos, já reportados em anteriores relatórios.

¹⁰⁶ A título de exemplo, o Despacho da EEC PROVERE “Paisagens Milenares do Douro Verde” envolve o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Economia e Inovação e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Já em 2011 foi efetuada a avaliação de todas as EEC PROVERE e a correspondente reprogramação dos Programas de Ação.

Concursos e Processo de Seleção

Até ao final do ano de 2012, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento de 46 concursos (16 no âmbito da Contratualização e 30 nas restantes tipologias), 63% dos quais se encontravam decididos a 31-12-2012 (75% na Contratualização e 57% nas restantes). A dotação FEDER associada aos concursos abertos ascendeu a 292 milhões de Euros (211 nas operações aprovadas no âmbito dos concursos já decididos), maioritariamente afeta às vertentes não contratualizadas (cerca de 80%).

| 213

Quadro 3.2.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Total		Em aberto		Encerrados				Tempos médios de decisão	
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos Fundo aprovado		Dias previstos	Dias efetivos
Total PO	2.661.645	381	2.786.190	16	61.187	365	2.635.009	304	2.815.988	62	110
EP 2	230.407	46	292.191	1	2.390	45	288.001	29	210.583	64	177
. Contratualização	41.965	16	33.972			16	32.672	12	39.340	56	78
. Outros	188.441	30	258.218	1	2.390	29	255.329	17	171.243	69	195

Unidade: Milhares de Euros

A iniciativa de lançamento de concursos teve uma dinâmica expressiva, de modo especial, em 2009 (no caso da contratualização) e nos anos de 2010 e 2011 (nas outras vertentes), neste último caso, em resultado de uma dinâmica acrescida das EEC, ações essas que pretendiam garantir uma execução sustentada do Eixo 2 e dos seus objetivos específicos.

Durante o ano de 2012, foi divulgado apenas um Aviso, relativo ao Convite Público EEC PROVERE/PA/1/2012, que contemplou exclusivamente os projetos-âncora das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE “Aquanatur”, “Douro – Região Vinhateira” e “Terra Fria Transmontana” com cofinanciamento enquadrado no Programa ON.2 e que não foram admitidos no âmbito dos Avisos anteriormente divulgados pela AG.

Registam-se, neste Eixo, níveis de admissibilidade superiores aos valores médios do Programa, em especial nos Avisos da Contratualização. Das 427 candidaturas apresentadas a concursos decididos (Contratualização: 52; Outras: 375), foram consideradas admitidas 339 candidaturas (Contratualização: 49; Outras: 290), representado cerca de 79% do número candidaturas (Contratualização: 94%; Outras: 77%). A taxa de aprovação bruta do Eixo (aprovadas/apresentadas) ascendia, assim, a 56% no que se refere ao número de candidaturas e 86% quanto ao custo total, valores superiores ao do Programa

Como se refere no ponto seguinte mais em detalhe, o constrangimento gerado pela necessidade de obtenção de parecer prévio por parte da Equipa Conjunta constituiu o principal entrave ao fecho dos concursos, pelo que, no final do ano de 2012, registavam-se ainda 17 Avisos não completamente decididos (dos quais 4 na contratualização e 13 nas restantes tipologias). Assim, apenas na primeira parte do ano de 2013 foi possível avançar de forma decisiva na conclusão do processo de análise das operações ainda pendentes e ultimar a sua decisão sobre um número significativo de operações.

Em termos líquidos acumulados (descontadas todas as anulações/rescisões verificadas desde o início do Programa), até 31.12.2012, encontravam-se aprovadas 221 operações (Contratualização: 43; Outros: 178), representando um FEDER global de 192,5M€ (80% associado à vertente não contratualizada).

| 214

Em 2012, por desistência dos próprios promotores ou por iniciativa da AG, em resultado do processo de monitorização dos compromissos sem capacidade de execução, foram anuladas/rescindidas 16 operações, no valor de 18.043 mil Euros.

Assim, o compromisso "líquido" assumido pela Autoridade de Gestão em 31-12-2012 ascendia a 192 milhões de Euros, dos quais 39 milhões de Euros associados à Contratualização e 153 milhões de Euros às restantes vertentes, o que representa um acréscimo de 20% face aos valores verificados em finais de 2011 (Contratualização: 3%; Outras: 26%). A taxa de compromisso (total aprovações/programação) situava-se, pois, em cerca de 83,5%, o que representa um enorme incremento face ao nível de aprovações acumuladas até ao final de 2011.

Deste modo, o cenário observado em 2012, principalmente ao nível de aprovações e contratações, evidencia um grande incremento na implementação dos instrumentos previstos.

Salienta-se a elevada procura nos Avisos GCEC/2011 e SACIC-IF/1/2009, respetivamente, no que se refere ao número de candidaturas e ao montante solicitado. Já em relação às aprovações, os Avisos GCEC/2011 e Mar/TC/PCT/1/2009 são responsáveis pela maior fatia das aprovações no que toca a número de projetos (cerca de 24% do total) e de FEDER associado (12%).

O projeto apoiado no âmbito do Aviso Mar/TC/PCT/1/2009 (Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões) é o que evidencia maior dimensão financeira, envolvendo um FEDER aprovado de 25.500 mil Euros. Inversamente, os Avisos CIT Douro/2010 e CIT PNP/2010 concentram os projetos de menor montante médio.

Por último, cabe referir que, até ao final de 2012, encontravam-se celebrados com os promotores destas tipologias 227 contratos (+47% face ao valor de 2011), representando uma taxa de contratação de 95% no que se refere ao número de operações e 97% do respetivo FEDER. Face a 2011, assistiu-se assim a uma aceleração do processo de contratação, o que se foi conseguido em grande medida por efeito da aprovação de 55 candidaturas (de um universo de 58, 3 das quais haviam sido aprovadas em 2011) operações associadas ao evento Guimarães 2012 – Capital

Europeia da Cultura e das 6 operações relacionadas com o evento Braga 2012 Capital Europeia da Juventude.

Da atividade desenvolvida ao longo de 2012 no âmbito dos Avisos ainda não decididos até ao fim de 2012, destaca-se os seguintes aspetos:

- No que respeita ao Objetivo Específico da “Valorização Económica da Excelência Turística Regional” verificou-se em 2012, a aprovação de 10 operações, decorrentes do convite abrangido pelo Aviso CIT PNP/2010, tendo nesse ano, sido contratadas 2 operações (“Loja Interativa de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro” e “Loja Interativa de Turismo da Maia”).
- No Objetivo Específico “Valorização Económica de Novos Usos do Mar”, no ano de 2012 foram aprovadas e contratadas 5 candidaturas no contexto do Aviso EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”, das quais 4 são de natureza infraestrutural e 1 de natureza imaterial.
- Relativamente ao Objetivo Específico “Valorização da Cultura e da Criatividade”, recorda-se aqui que no ano de 2012 se completou a apresentação da totalidade das candidaturas (58) associadas ao Aviso GCEC/2011 que materializam todas as iniciativas integradas no Programa de Ação que permite apoiar a organização do grande evento “*Guimarães Capital Europeia da Cultura 2010*”. Neste contexto, foram aprovadas e contratadas em 2012, 55 operações, envolvendo 20,4 M€ (FEDER).

| 215

Já no âmbito do Aviso BCEJ/2011, que permitiu apoiar a realização do grande evento “Braga 2012: Capital Europeia da Juventude”, foram também aprovadas e contratadas no ano em análise 6 operações, envolvendo um investimento elegível de 4,4 M€ (FEDER).

- O Objetivo Específico “Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas” está totalmente integrado nas intervenções abrangidas pela subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada “contratualização”. Refira-se que no âmbito deste Objetivo, 3 candidaturas estavam ainda pendentes.
- Finalmente, o Objetivo Específico “Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Atividade Económica dos Territórios Rurais” foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.

Quadro 3.2.2.2-- EEC PROVERE enquadradas pelo ON.2

Designação do Programa de Ação (Líder do Consórcio)
Terra Fria Transmontana (Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano)
Aquanatur – Complexo Termal do Alto Tâmega (ADRAT)
Inovarural (Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal)
Rota do Românico do Vale do Sousa (Comunidade Urbana Vale do Sousa)
Minho IN (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima)
Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG)
Douro – Região Vinhateira (CCDRN)
Paisagens Milenares no Douro Verde (Dolmen)

| 216

Em 2012 foi aprovada a operação designada “Requalificação das Margens do Rio Avelames” decorrente do concurso EEC PROVERE/PA/1/2010, e contratadas 2 operações no âmbito dos concursos EEC PROVERE/PA/1/2010 (1), PROVERE/PC/1/2010 (1).

Como se refere noutros capítulos do presente Relatório (vg. capítulos 2.3 e 3.2.3), as candidaturas de iniciativa municipal conheceram em 2012 uma desaceleração no ritmo de aprovações, dada a necessidade de previamente obterem o parecer prévio da Equipa Conjunta. Esta medida afetou muito particularmente as candidaturas integradas no âmbito das EEC PROVERE. A operação designada “Requalificação das Margens do Rio Avelames” constituiu uma exceção ao impasse criado neste domínio, logrando obter a decisão de aprovação e a celebração do respetivo contrato de financiamento em 2012, tendo em tempo conseguido obter o referido parecer prévio.

Considerando a forte ligação entre os objetivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”; OE3 / “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”; OE5 / EEC PROVERE), e bem assim a necessidade de que essas Estratégias se materializem nos projetos que integrem os respetivos Programas de Ação (em particular os Projetos-âncora) a Autoridade de Gestão desencadeou em 2011 a abertura de concursos no contexto das EEC, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 58,9 M€, incluindo o EEC Mar/PA/1/2011. Como resultado do trabalho de articulação com as EEC, vários projetos em fase de candidatura ou de apreciação denotam um grau de maturação elevado. Não obstante o grau de maturidade que se identifica em vários projetos, a mesma não teve tradução em execução no ON.2 na medida em que muitos desses projetos carecem da intervenção da Equipa Conjunta dado serem de iniciativa municipal, razão pela qual se verificou um atraso na tomada de decisão de aprovação e contratação, o que se repercutirá numa maior delonga até que aquela maturidade se traduza em execução financeira para o ON.2.

Tempos médios de decisão

Os tempos médios efetivos de decisão (cerca de 177 dias) evidenciam um grande desvio face aos previstos em sede de abertura de concurso (64 dias), em grande medida explicado pelos constrangimentos introduzidos pela Operação Limpeza e falta de dotação.

Execução

| 217

O Eixo Prioritário 2 abrangia 221 operações aprovadas (4,7%% do total de operações do PO e % do FEDER aprovado), apresentando uma taxa de compromisso e um nível de concretização inferiores à média do Programa, o que é fortemente determinado pelo atraso verificado na componente não contratualizada. Tendo em conta o atraso inicial verificado em matéria de concursos e aprovações, considera-se que estes números refletem um nível satisfatório de execução física e financeira do Eixo Prioritário 2. Isso mesmo transparece nos Indicadores de Realização, constatando-se um significativo número de operações contratadas nos vários dos objetivos específicos definidos para o Eixo.

Quadro 3.2.2.3 - Principais indicadores financeiros do Eixo 2

Eixo Prioritário	Nº de Operações aprovadas	Indicadores financeiros (Fundo) %				
		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total PO	4737	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
EP 2	221	83,5%	36,9%	44,1%	46,8%	106,0%
Contratualização	43	93,7%	58,4%	62,3%	67,6%	108,5%
Outros	178	81,3%	32,1%	39,4%	41,4%	105,0%

A Figura 2.1.2.5 - Evolução da Execução do EP2, por anos ¹⁰⁷ ilustra o forte incremento na execução deste Eixo verificado em 2012.

À luz da evolução observada nas aprovações e nas contratações em 2012, é de prever, para 2013, esta tendência de crescimento em termos de execução física e financeira.

Salienta-se, ao nível da execução, um nível satisfatório apresentado pelas operações enquadradas pelos concursos TDIM/1/2008, TDINF/1/2008 e EHT/1/2010. No seu conjunto, os concursos já lançados associados à temática do Turismo configuram um nível de apoio público sem precedentes ao desenvolvimento turístico da região, sobretudo se tivermos em conta que projetos relevantes enquadrados nos objetivos associados à economia do mar e à valorização da cultura e da criatividade apresentam igualmente uma vocação turística. Este forte incremento do nível de apoio está em correspondência com o crescimento que a atividade turística tem observado na região.

¹⁰⁷ Ver ponto 2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

Quanto ao Objetivo Específico “Valorização Económica de Novos Usos do Mar”, cabe aqui realçar dois dos projetos-âncora mais relevantes previstos na EEC: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL) e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto). Este projeto foi contratado logo no início de 2010 e ilustra a relevância do Objetivo Específico e o esforço que está a ser realizado para aumentar radicalmente a execução do Eixo Prioritário 2, dada a sua dimensão financeira. No ano de 2012 a execução deste projeto continuou a ser bem expressiva.

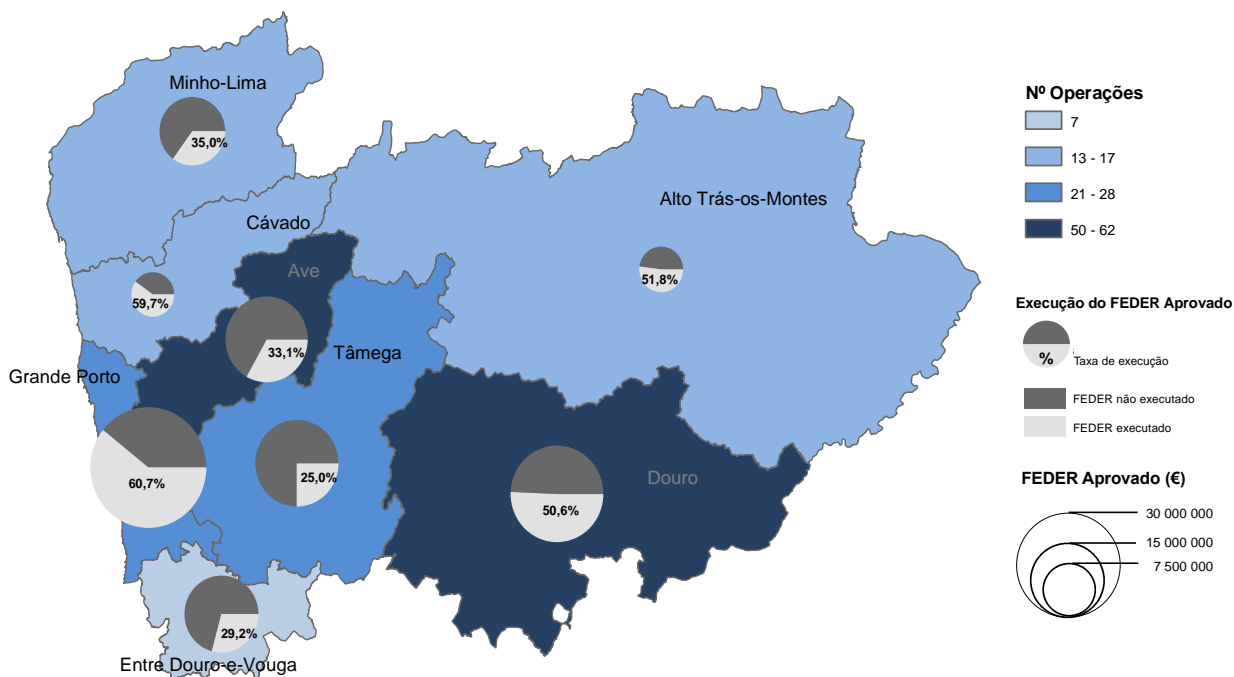
Refira-se, igualmente, o contributo dos projetos da Contratualização associados ao Objetivo Específico “Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas. Apesar do seu diminuto peso no conjunto do Eixo, apresentam níveis concretização superiores à média do Programa, tal como expressos pelas taxas de execução, realização e pagamento.

Assim, prevê-se uma intensificação do encerramento de operações, até agora ainda pouco significativo, e dos correspondentes processos de verificação no local. De facto, até ao final de 2012, apenas haviam sido encerradas 3 operações.

Aprovação e Execução por Sub-Região, Beneficiário e Área de Atividade

No que concerne à distribuição regional por NUTS III destaca-se o Ave com cerca de 26% do nº de candidaturas (0,4% na contratualização; 26% nas restantes) e 12% do FEDER aprovado (0,1% na contratualização; 12% nas restantes).

Figura 3.2.2.1 - Operações, Aprovação e Execução por NUTS III - Eixo 2



No que concerne à distribuição por tipologia de beneficiário, assinala-se o peso preponderante da Administração Autónoma Local, com cerca de 44% do número de candidaturas (16% na contratualização; 28% nas restantes) e 46% do FEDER aprovado (17% na contratualização; 29% nas restantes).

Quadro 3.2.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário

| 219

Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 2	221	192.467.059	84.918.915	44,1%
Administração Autónoma Local	95	94.426.266	36.870.416	39,0%
Administração Direta Serviços Periféricos	6	6.729.301	2.015.796	30,0%
Administração Indireta Serviços Personalizados	2	8.564.970	5.845.082	68,2%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	1	1.047.453	0	0,0%
Associações empresariais	9	3.056.726	2.601.525	85,1%
Associações Públicas	6	2.089.085	1.237.882	59,3%
Centros de I&D	1	405.650	252.852	62,3%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	9	9.979.297	6.289.684	63,0%
Entidade Privada sem fins lucrativos	53	47.660.428	21.332.698	44,8%
Fundação	12	7.231.920	3.318.665	45,9%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	24	10.636.083	4.671.156	43,9%
Instituições do Ensino Superior	1	165.900	83.117	50,1%
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	2	473.981	400.042	84,4%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Quanto à distribuição por área de atividade, assinala-se o peso preponderante da Administração Pública, com cerca de 60% do número de candidaturas (8% na contratualização; 52% nas restantes) e 58% do FEDER aprovado (6% na contratualização; 52% nas restantes).

Quadro 3.2.2.5 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica

Eixo Prioritário / Atividade Económica	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 2	221	192.467.059	84.918.915	44,1%
Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	140	102.577.501	40.937.886	39,9%
Atividades associadas ao ambiente	2	1.055.130	1.055.130	100,0%
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	17	16.118.103	6.707.493	41,6%
Construção	2	977.308	802.441	82,1%
Educação	2	1.028.010	68.668	6,7%
Outros serviços não especificados	45	29.409.806	11.671.560	39,7%
Transportes	13	41.301.201	23.675.737	57,3%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Complementaridade com outros instrumentos

Não se verifica, neste Eixo, o recurso à possibilidade do financiamento através do FEDER de ações que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE¹⁰⁸.

Relativamente aos procedimentos de articulação e demarcação estabelecidos com outros instrumentos de financiamento, cumpre referir, de modo especial, os concretizados na esfera das EEC, seja na fase inicial de enquadramento (já descritos em relatórios anteriores), seja ao nível aprovação e execução de operações, dada a prevista complementaridade de vários Programas no seu financiamento (não só dos diversos Programas Operacionais Regionais e Temáticos do QREN como também do PRODER e do PROMAR). Assim, e no que toca às EEC com expressão na Região do Norte, salienta-se a complementaridade com os Sistemas de Incentivos, bem como com o PO MAIS CENTRO. Recorda-se que uma das oito EEC PROVERE enquadrada pelo Programa ON.2, “Montemuro, Arada e Gralheira”, tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Centro. Por seu turno, a EEC PROVERE designada “Turismo e Património do Vale do Côa” é enquadrada pelo PO MAIS CENTRO, tendo uma abrangência territorial que engloba alguns Municípios da Região do Norte. Por esse motivo, a Autoridade de Gestão do ON.2 resulta incumbida, a par da Autoridade de Gestão do MAIS CENTRO, de proceder à abertura de Convite Público, tendo em vista que sejam apresentadas as candidaturas relativas a projetos-âncora localizados em concelhos da respetiva NUT.

Boas Práticas

Pela importância, impacto e calendário dos eventos Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura e Braga 2012 – Capital Europeia da Juventude sintetiza-se nas correspondentes Fichas de Projeto que constituem o **ANEXO B.3** ao presente relatório o essencial da sua expressão nas operações participadas pelo ON.2.

¹⁰⁸ Previsto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver¹⁰⁹

Neste domínio remete-se, no essencial, para as dificuldades a que já se fez menção no Eixo Prioritário 1, em particular, no que se refere a projetos de natureza infraestrutural.

De modo mais específico para o EP 2, destaca-se o maior impacto que teve para este Eixo a medida imposta pela CMC do QREN de sujeitar a parecer prévio da Equipa Conjunta a aprovação das candidaturas de iniciativa municipal.

| 221

Esta medida revelou-se inibidora da tomada de decisão de aprovação de um número considerável de candidaturas (64), às quais estava associado um montante total de 40,4 M€ de comparticipação FEDER, dado que este montante global era bastante superior ao diferencial entre o conjunto de operações validadas na 1ª reunião da Equipa Conjunta e os 60 M€ estabelecidos como limite para o Programa ON.2.

Para além de obstar à aprovação das operações, a medida em causa dificultou os avanços no estado de maturidade dos projetos, dado que os promotores das candidaturas aguardavam a decisão da Equipa Conjunta para iniciarem os correspondentes procedimentos de contratação pública. Traduziu-se, ainda, numa intensa pressão dos promotores junto da AG no sentido de as mesmas serem aprovadas, atendendo à expectativa resultante do teor dos respetivos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal e do facto de muitos terem já responsabilidades contratuais expressivas.

O impasse gerado pela adoção daquela medida importou para a Autoridade de Gestão do ON.2 um fator acrescido de preocupação no que se refere à perspetiva de execução financeira desse Eixo para os tempos mais imediatos. Acresce referir que algumas dessas candidaturas revestem natureza infraestrutural, importando a adoção de procedimentos de contratação pública e a necessidade de obtenção de visto prévio por parte do Tribunal de Conta, factos que, necessariamente, condicionarão o início da sua execução financeira.

Na medida em que o impasse daquela medida persistiu durante todo o ano de 2012 e, portanto, num tempo considerado para além do aceitável, a Autoridade de Gestão do ON.2 diligenciou, logo no início de 2013, no sentido de sensibilizar as instâncias adequadas - a Tutela assegurada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e o próprio IFDR - para que as EEC PROVERE fossem subtraídas à necessidade de obtenção do referido parecer prévio por parte da equipa Conjunta ou, pelo menos, que para essa apreciação não fosse considerado o *plafond* atribuído ao ON.2, atento o enquadramento que lhes subjaz e os compromissos formais que daí advêm e considerando, ainda, as consequências da não aprovação das operações âncora. Este constrangimento apenas veio a ultrapassar-se em 2013, com a extinção da Equipa Conjunta.

¹⁰⁹ Relativamente aos principais problemas constantes do relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º do Regulamento (CE) 1083/200612, bem como as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão na sua resolução, ver ponto 2.7.1.3. do presente relatório.

3.3. Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo Prioritário (EP) 3 apresenta atualmente uma dotação global de 260,8 M€ e abarca quatro objetivos específicos maioritariamente relacionados com a qualificação de serviços nos domínios do ambiente, cultura e património e saúde, bem como a qualificação da rede de espaços de sustentabilidade¹¹⁰.

| 222

Estes objetivos consubstanciam-se num conjunto de apoios geridos diretamente pela AG, a que correspondem cerca de 264,4 M€, e outros que foram alvo da contratualização com as CIM e a AMP, num valor que ascende a 2,4 M€. Na sequência da reprogramação efetuada, designadamente, em resultado da transferência de operações para o POVT e dos ajustamentos entre os Eixo 3 e 4 do Programa ON.2, os apoios afetos à contratualização têm uma expressão residual (menos de 1%).

A informação relativa à execução física do Eixo Prioritário 3 (incluindo contratualização com as Associações de Municípios), ao nível dos indicadores de Eixo e respetivos Indicadores Comuns Comunitários, consta do Quadro seguinte. Nele se salientam alguns aspetos sucintos que permitem efetuar uma mais adequada interpretação dos dados e a análise do nível de implementação e do progresso verificado, por objetivo específico e tipologia.

Este quadro considera os valores acumulados no final de cada ano relativos às candidaturas contratadas até 31 de dezembro de 2012 e têm em conta a aprovação da reprogramação do Programa Operacional do Norte ON.2, em finais de dezembro de 2012. Assim, são evidenciados alguns ajustamentos nos indicadores e respetiva quantificação, designadamente em resultado de tipologias de projetos que transitaram para o POVT. Algumas variações resultam, ainda, da revogação de operações, em consequência da monitorização e da descativação de compromissos sem execução.

¹¹⁰ Ver Figura 1.1. Estrutura Programática do ON.2 (Ponto 1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE).

Quadro 3.3.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 3¹¹¹

Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Regionais de Valorização e Proteção Ambiental								
Projetos apoiados de valorização do litoral (n.º)	Realização Contratada	0	12	12	12	24	24	-
	Realização Executada	0	0	0	1	5	9	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	20
Área de costa interveniçã nos projetos de valorização do litoral (ha)	Realização Contratada	0	942	942	942	4.410	4.397	-
	Realização Executada	0	0	0	50	607	942	-
	Metas	-	-	-	-	-	-	20.000
Ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	313	313	313	-
	Realização Executada	0	0	0	0	8	102	-
	Metas	-	-	-	7	-	-	300
Pessoas abrangidas pelas ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	1.558.022	1.558.022	1.558.022	-
	Realização Executada	0	0	0	0	128.694	420.022	-

. Ação de Valorização do Litoral (AVL) - No final de 2012, encontrava-se ultrapassada em 20% a meta relativa ao nº de operações). No que respeita à linha de costa interveniçã, as operações incidem sobre 87,94 km dos 142 km da extensão de costa da Região do Norte, muito aquém dos 20.000 ha estabelecidos como meta. Isto deve-se à sua incorreta definição (de acordo com a metodologia utilizada pelo PROT Norte, dever-se-ia ter considerado como área o produto da extensão de costa interveniçã por uma largura de intervençã de 500 metros, isto é, uma meta de 7.100 ha). Para este valor, a meta de 2015 estaria cumprida em 61,92%. Encontram-se já executados projetos com incidência em 942 ha de extensão de costa. Os atuais 4.397 ha são inferiores aos registados em 2011, devido a ajustamento da área de intervençã da operação da Polis Litoral Norte.

. Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas - Passivos Ambientais (RLCZE) – Regista-se uma operação rescindida em 2012. Esta tipologia transitará para o POVT. Os 4 projetos aprovados dizem respeito a 14 ações, com uma área de incidência de 1,083 km² e servindo uma população de cerca de 14,4 mil hab. Estão encerrados 2 dos 4 contratados.

. Ações de Valorização e Qualificação Ambiental (AVQA) - Concluído, já em 2010, um estudo de caracterização da Região do Norte em termos de qualidade do ar e emissões atmosféricas e a definição de estratégias de melhoria da qualidade do ar.

. Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – No final de 2012, eram 6 os projetos contratados, dos quais 4 já se encontram fisicamente concluídos. Estas operações contemplam a realização de 9 ações de sensibilização que abrangem uma população estimada de 445.951 hab. Oito destas ações foram realizadas, abrangendo uma população de 418.451 hab. Esta tipologia vai transitar para o POVT.

. Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) – Aprovados 76 projetos, dos quais 56 materiais (equipamentos e viaturas de combate a incêndio para as corporações de bombeiros) e 20 imateriais (planos municipais de emergência e proteção civil). No entanto, 44 das operações materiais transitaram já para o POVT, prevendo-se na última reprogramação do PO a transição das restantes 12, pelo que apenas serão de considerar no PO Norte os 20 Planos Municipais referidos (83 dos 86 municípios da RN

¹¹¹ Corresponde à Tabela 3.1: Realização Física do Eixo Prioritário (do IFDR) e reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro. Assinala-se com * os indicadores associados a tipologias a transferir para o POVT, em resultado da reprogramação aprovada em dezembro de 2012.

	Metas	-	-	-	1.000.000	-	1.750.000	-	- taxa de cobertura: 86,5%). Estas 20 operações preveem 313 ações, abrangendo uma população de 1.558.022 hab, estando cumprida a meta relativa ao número de ações mas aquém quanto à população a abranger. Se se considerar a população abrangida pelos planos de emergência (83 dos 86 municípios = 3.523.914 hab) esta meta pode considerar-se superada.
OE 2 – Qualificação da Rede Regional de Espaços de Sustentabilidade									
Intervenções de gestão ativa em áreas classificadas (n.º)	Realização Contratada	0	11	35	36	36	35	-	. Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC) – Encontram-se contratadas 35 operações referentes ao indicador “número de intervenções de gestão ativa em áreas classificadas”, menos uma do que em 2011 por rescisão contratual. Encontra-se assim cumprida a meta de 2015 (35 intervenções). No que respeita ao indicador “Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa” é de referir que a área classificada total da Região do Norte é de 2.128.590 há, sendo a situação de partida de 30% desta área, ou seja 638.577 ha. Tendo em conta a área aprovada até ao final de 2012, no valor de 552.593 ha, verifica-se que se está perante uma área intervencionada de 1.191.170 há (638.577 + 552.593 ha). Assim, já se encontra ultrapassada a meta de 1.000.000 ha estabelecida para 2015.
	Realização Executada	0	0	0	1	6	14	-	
	Metas	-	-	-	16	-	-	35	
Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa (ha)	Realização Contratada	0	552.593	552.593	552.593	552.593	552.593	-	
	Realização Executada	0	0	0	24.480	552.593	552.593	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	1.000.000	
OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Cultura e Património									
Projetos de dinamização cultural e do património (n.º)	Realização Contratada	0	24	26	61	62	60	-	. Dinamização Cultural e do Património (PC) – Este novo indicador do Eixo 3 inclui as aprovações relativas ao Regulamento Específico do Património. No final de 2012 estavam contratadas 60 operações (menos duas do que em 2011 por rescisão das mesmas), das quais 30 já se encontram fisicamente encerradas. No que respeita ao número de visitantes e utilizadores de ações de dinamização, estão previstos nas operações contratadas 1.115.868 participantes, tendo já sido contabilizados nas ações concluídas cerca de 624 mil participantes. Tendo em conta as metas definidas para 2015, estas já se encontram ultrapassadas tanto no número de projetos como no número de visitantes esperados.
	Realização Executada	0	0	0	2	11	30	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	60	
Visitantes e utilizadores das ações de dinamização cultural e do património (n.º)	Realização Contratada	0	265.988	285.138	820.819	875.550	1.115.868	-	. Equipamentos Culturais (BA e TCT) - Este novo indicador do Eixo 3 inclui as aprovações relativas aos avisos do Bibliotecas e Arquivos e Teatros e Cine Teatros. No final de 2012 estavam contratadas 43 operações, das quais 20 se encontram fisicamente encerradas. No que respeita à população abrangida por equipamentos culturais, estão servidos pelas operações contratadas 1.272.050 habitantes, dos quais 860.720 habitantes pertencem aos 20 projetos concluídos. Pode concluir-se que está cumprida a 86% a meta para 2015 que é de 50 equipamentos. No que respeita à população servida, a meta de 2015 (2.000.000 habitantes) encontra-se cumprida a 63,60%.
	Realização Executada	0	0	0	256	218.371	623.841	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	300.000	
Equipamentos culturais (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	47	48	43	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	3	20	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	50	
População abrangida por equipamentos culturais (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	1.247.556	1.269.980	1.272.050	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	271.784	860.720	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	2.000.000	
OE 4 – Qualificação dos Serviços Regionais de Saúde									
Projetos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Contratada	0	18	31	31	29	29	-	. Saúde (S) – Em 2012 existem 29 projetos contratados de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ligeiramente abaixo da meta prevista para 2015 (30 projetos). No entanto, relativamente ao indicador “população
	Realização Executada	0	0	0	5	13	18	-	

	Metas	-	-	-	71	-	30		abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 29 projetos já contratados abrangem mais de 3.717.604 habitantes, cumprindo a meta de 3.750.000 habitantes prevista para 2015 em 99,1%. No final de 2012, estavam encerradas 18 operações.
População abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Contratada	0	2.818.728	3.004.026	3.004.026	3.717.604	3.717.604	-	
	Realização Executada	0	0	0	44.724	551.884	3.717.604	-	
	Metas	-	-	-	1.097.272	-	3.750.000		

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
Ambiente									
27. N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	5	7	6		Ver acima “Observações” relativas ao OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Regionais de Valorização e Proteção Ambiental (Resíduos Sólidos Urbanos)
	Realização Executada						4		
	Metas							n.a.	
28. N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	1	1	1		
	Realização Executada				1	1	1		
	Metas							1	
29. Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais *	Realização Contratada					1,083	1,083		
	Realização Executada					0,035	1,035		
	Metas				n.a.			n.a.	
Prevenção de Riscos									
31. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	0	32	76	20		Ver acima “Observações” relativas ao OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Regionais de Valorização e Proteção Ambiental (Riscos Naturais e Tecnológicos) Apenas foram consideradas as operações aprovadas no âmbito dos RE Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais e Imateriais, de acordo com a metodologia definida pelo IFDR em Abril/2010.
	Realização Executada					7	8		
	Metas							20	
32. População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações	Realização Contratada								Até ao final de 2012 não houve projetos aprovados que contribuam para este indicador
	Realização Executada								
	Metas								
33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização Contratada				3.523.914	3.523.914	3.523.914		População servida por Planos de Proteção de Riscos
	Realização Executada				86.005	779.027	946.053		
	Metas				0			3.500.000	

Saúde							
	Realização Contratada	0	18	31	31	29	29
38. N.º de projetos	Realização Executada				5	13	18
	Metas						30

Ver acima "Observações" relativas ao OE 4 – Qualificação dos Serviços Regionais de Saúde

3.3.2. Análise qualitativa

Enquadramento Normativo

O Eixo Prioritário 3 engloba um conjunto de quatro objetivos específicos que, conjugadamente, corporizam a prioridade estratégica de valorização e de qualificação dos níveis de acesso e de qualidade de provisão dos principais serviços coletivos regionais, conciliando as prioridades regionais com as necessidades locais, numa perspetiva sustentável de médio prazo

A regulamentação específica de enquadramento, na sua configuração inicial (incluindo aprovação de critérios de seleção), foi estabilizada no final de 2007 para parte significativa dos dez Regulamentos Específicos (RE) aplicáveis, sendo os restantes ultimados já em 2008.

Para além de alterações transversais aos vários RE do QREN, não são de assinalar, em 2012, mudanças significativas no enquadramento normativo.

Concursos e Processo de Seleção

Até ao final do ano de 2012, foram abertos 25 concursos (5 no âmbito da Contratualização e 20 nas restantes tipologias), 92% dos quais se encontravam decididos a 31-12-2012. A dotação FEDER associada aos concursos abertos ascendeu a 237,6M€, registando-se 300M€ nas operações aprovadas no âmbito dos concursos já decididos, quase totalmente afetos às vertentes não contratualizadas.

Quadro 3.3.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Total		Em aberto		Encerrados			Tempos médios de decisão		
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos Fundo aprovado	Nº	Dias previstos	Dias efetivos
Total PC	2.661.645	381	2.786.190	16	61.187	365	2.635.009	304	2.815.988	62	110
EP 3	260.814	25	237.585			25	237.435	23	299.981	80	172
Contratualização	2.427	5	1.295			5	1.145	4	2.427	46	113
Outros	258.388	20	236.290			20	236.290	19	297.555	87	173

Unidade: Milhares de Euros

A dinâmica de abertura de avisos foi mais expressiva nos anos de 2009 e 2010, não se registando em 2012 o lançamento de novos concursos.

Registam-se, neste Eixo, níveis de admissibilidade superiores aos valores médios do Programa, em especial nos Avisos da Contratualização, quer no que diz respeito a número de candidaturas quer ao seu custo total. Das 659 candidaturas apresentadas a concursos decididos foram admitidas 72%, correspondendo a 78% do custo total apresentado. Por seu lado, a taxa de aprovação bruta do Eixo (aprovadas/apresentadas) ascendia, a 42% no que se refere ao número de candidaturas (inferior aos 49% do Programa) e 54% quanto ao custo total (superior ao valor médio do PO).

| 227

Em termos líquidos acumulados (descontadas todas anulações/rescisões verificadas desde 2007), até 31.12.2012, encontravam-se aprovadas 254 operações (Contratualização: 6; Outros: 248), representando um FEDER global de 266,9 M€.

Até essa data, por desistência dos próprios promotores ou por iniciativa da AG, em resultado do processo de monitorização dos compromissos sem capacidade de execução, foram anuladas/rescindidas 69 operações, no valor de 43 M€, maioritariamente no âmbito do Aviso “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais” por terem transitado para o POVT.

Assim, o compromisso “líquido” assumido pela Autoridade de Gestão em 31-12-2012 ascendia a 267M€ Euros, dos quais apenas 2,4M€ associados à Contratualização. A taxa de compromisso (total aprovações/programação) situava-se em cerca de 102,3%. Este nível de compromisso considera o *overbooking* transitório autorizado e tem vindo a ser atenuado com o encerramento em baixa das operações e com as rescisões/desistências atrás indicadas.

Salienta-se a elevada procura nos Avisos do Património Cultural e da Saúde, respetivamente, no que se refere ao número de candidaturas e ao montante FEDER aprovado. Já os Avisos das tipologias Património Cultural são responsáveis pela maior fatia das aprovações no que toca a número de projetos (cerca de 24,2% do total) enquanto os da Saúde tem o maior peso no FEDER aprovado (52,65%).

É no âmbito dos projetos apoiados pelos Avisos da Saúde que se encontram os projetos de maior dimensão financeira, com um FEDER médio aprovado por candidatura da ordem dos 4,2 mil Euros. Inversamente, os Avisos dos Riscos Naturais e Tecnológicos concentram os projetos de menor montante médio (cerca de 260 mil Euros).

Por último, cabe referir que, até ao final de 2012, apenas duas operações não haviam sido contratadas (Valorização e Animação do Património Cultural), encontrando-se celebrados todos os contratos de financiamento das restantes candidaturas aprovadas (taxa de contratação de 99,3% e 99,7%, respetivamente, no que se refere ao número de candidaturas e ao FEDER associado).

Tempos médios de decisão

Os tempos médios efetivos de decisão (cerca de 172 dias), superiores à média do Programa (110), evidenciam um grande desvio face aos previstos em sede de abertura de concurso (80 dias), em grande medida explicado pelo elevado número de candidaturas, que ultrapassaram em muito as expectativas, e pelos constrangimentos processuais em sede de análise das candidaturas apresentadas.

| 228

Execução

Considerando o que acima se refere, em 2012, as tarefas de gestão concentraram-se no acompanhamento das operações, designadamente no esforço de incremento da sua execução financeira, bem como nos procedimentos decorrentes da alteração dos Regulamentos Específicos (majoração da taxa de cofinanciamento FEDER para um máximo de 85% nas operações aprovadas) e na aplicação da metodologia de monitorização e descativação de compromissos sem capacidade de execução, como previsto na RCM n.º 33/2012, de 15 de março de 2012, a que se aludiu no capítulo anterior.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores financeiros relativos à implementação dos apoios do Eixo 3, em geral superiores aos valores do Programa, sendo de realçar a já elevada taxa de execução.

Quadro 3.3.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 3

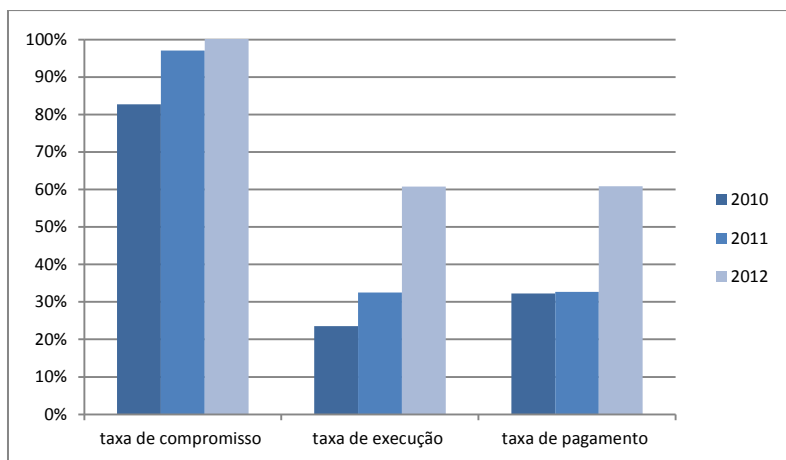
Eixo Prioritário	Nº de Operações aprovadas	Indicadores financeiros (Fundo) %				
		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total PO	4737	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
EP 3	254	102,3%	60,8%	59,4%	60,9%	102,5%
Contratualização	6	100,0%	45,6%	45,6%	47,8%	104,7%
Outros	248	102,3%	60,9%	59,5%	61,0%	102,5%

Do montante de fundo comunitário aprovado, encontravam-se executados, a 31 de dezembro de 2012, cerca de 158,5 M€, tendo sido efetivamente pagos aos beneficiários 162,4 M€.

Numa análise comparativa da execução do Eixo Prioritário, representada no gráfico seguinte, regista-se um significativo incremento no decurso do ano de 2012, salientando-se a evolução da taxa de execução de 32,46% em 2011 para 60,77% em 2012 (cf. igualmente o Gráfico 2.6 - Evolução da Execução do EP3¹¹²).

¹¹² Ver ponto 2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

Figura 3.3.2.1 - Evolução recente dos níveis de compromisso, execução e pagamentos no Eixo 3



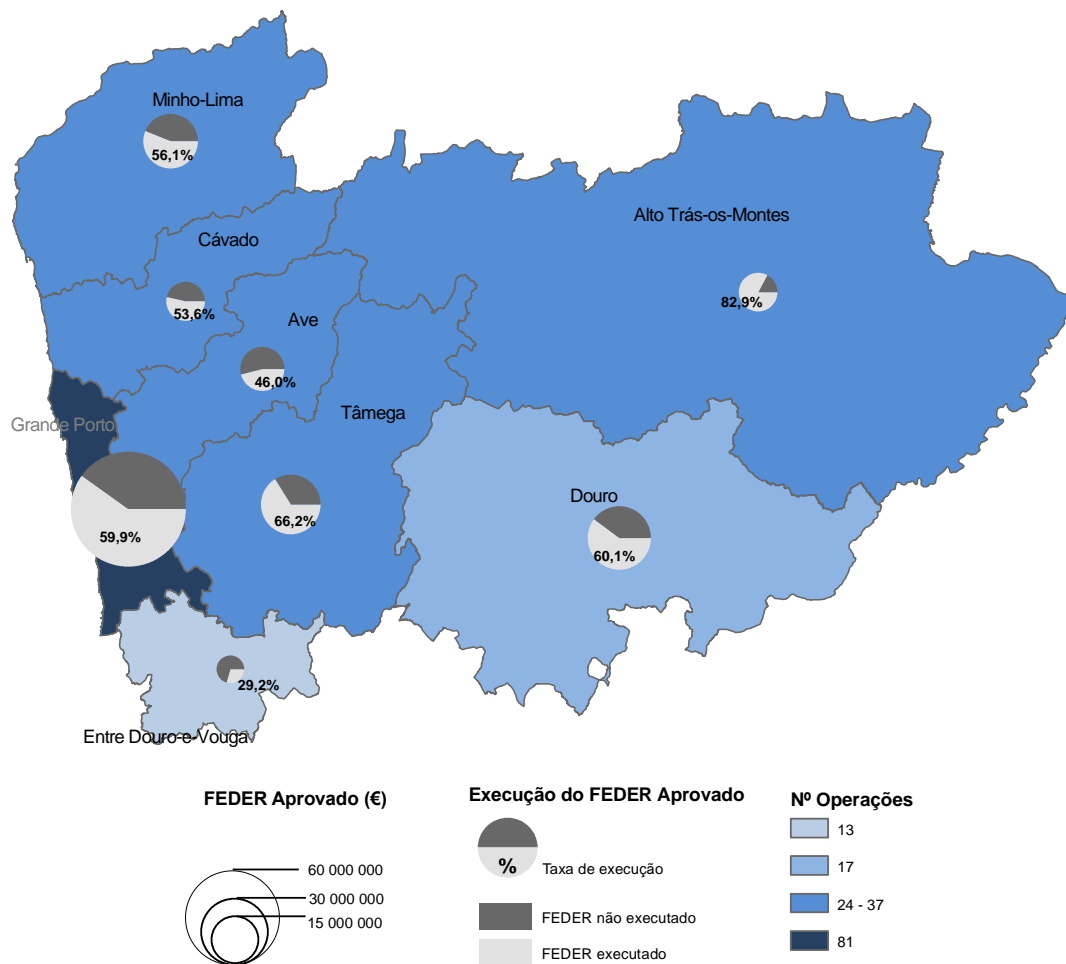
Em termos absolutos, durante o ano de 2012, a execução das operações do eixo prioritário correspondeu a 67,3 M€, sendo cerca de 0,4 M€ referentes às operações incluídas na delegação de competências nas associações de municípios e na Área Metropolitana do Porto, e 66,9 M€ às demais operações do Eixo 3.

A aplicação da metodologia de descativação de compromissos, prevista na RCM n.º 33/2012, de 15 de março de 2012, embora se tenha traduzido numa sobrecarga de trabalho de gestão, promoveu a aceleração da execução das operações e o aumento do número de projetos encerrados, com a correspondente necessidade de intensificação dos trabalhos de acompanhamento da execução física dos projetos. Esta situação traduziu-se no aumento do número de visitas de acompanhamento (físico, administrativo e financeiro). Assim, durante o ano, foram realizadas 36 visitas de acompanhamento a operações das tipologias do Eixo 3, sob gestão direta da autoridade de gestão.

Aprovação e Execução por Sub-Região, Beneficiário e Área de Atividade

No que concerne à distribuição regional por NUTS III, destaca-se o Grande Porto com cerca de 32% do número de candidaturas e 45% do FEDER aprovado.

Figura 3.3.3.2 – Operações, Aprovação e Execução por NUTS III – Eixo 3



No que concerne à distribuição por tipologia de beneficiário no âmbito do Eixo 3, assinala-se o peso preponderante da Administração Autónoma Local, com cerca de 60% do número de candidaturas e 40% do FEDER aprovado.

Quadro 3.3.2.3 - Operações aprovadas, contratadas e concluídas, em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário

Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 3	254	266.867.328	158.495.935	59,4%
Administração Autónoma Local	152	105.524.398	54.033.696	51,2%
Administração Direta Serviços Periféricos	7	3.480.062	1.344.031	38,6%
Administração Indireta Serviços Personalizados	21	50.002.878	43.392.237	86,8%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	1	329.726	309.615	93,9%
Associações empresariais	1	692.056	660.164	95,4%

Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	30	93.952.473	49.542.813	52,7%
Entidade Privada sem fins lucrativos	32	9.668.866	6.166.788	63,8%
Fundação	2	518.276	509.478	98,3%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	5	2.016.142	1.960.164	97,2%
Instituições do Ensino Superior	3	682.453	576.949	84,5%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

| 231

Quanto à distribuição por área de atividade, assinala-se o domínio da atividade “Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais”, com cerca de 57% do número de candidaturas, enquanto as “Atividades de saúde humana” representam 47% do FEDER aprovado.

Quadro 3.3.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica

Eixo Prioritário / Atividade Económica	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 3	254	266.867.328	158.495.935	59,4%
Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	144	55.008.436	29.111.859	52,9%
Atividades associadas ao ambiente	81	87.696.907	44.089.757	50,3%
Atividades de saúde humana	29	124.161.985	85.294.319	68,7%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Complementaridade com outros instrumentos

Não se verifica, neste Eixo, o recurso à possibilidade de financiamento através do FEDER de ações que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE¹¹³.

Boas Práticas

Os projetos adiante apresentados constituem operações com execução física já concluída e são demonstrativos de boas práticas desenvolvidas no âmbito das tipologias apoiadas neste Eixo.

Encontram-se em anexo as respetivas fichas de projeto (**ANEXO B.4**), apresentando-se de seguida a identificação das referidas operações, bem como os motivos pelos quais foram consideradas relevantes:

¹¹³ Previsto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de julho.



- Ações de Valorização e Qualificação Ambiental: Operação “Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado, Homem e Neiva” - A manutenção das funções e componentes dos ecossistemas, assegurando a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies, requer o uso inteligente dos recursos naturais, garantindo que eles tenham longevidade. Considera-se o projeto “Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado, Homem e Neiva” como um exemplo dessa forma de proceder.

O conhecimento das condições da água dos rios Cávado, Homem e Neiva, permitiu a seleção dos locais com melhores condições para as práticas balneares e a elaboração de todos os estudos técnicos necessários para que essas áreas possam ser, numa próxima fase, intervencionadas. A seleção e a criação destas áreas é um passo para a prevenção de acidentes e para a preservação e a sustentabilidade dos ecossistemas fluviais, proporcionando a visitação e o usufruto consciente, e sensibilizando os utentes para a valoriza o e qualifica o ambiental.

| 232

- Gestão ativa de Espaços Protegidos e Classificados: Opera o “Valoriza o e qualifica o da estrutura ecológica do concelho de Melgaço” - O projeto em causa constitui um exemplo do uso inteligente dos recursos naturais, garantindo que eles tenham longevidade. Para que no concelho de Melgaço fosse conseguida a promo o da conserva o e da visita o das suas paisagens e valores naturais, que constituem a sua estrutura ecológica, foi necessário o seu conhecimento prévio, aliando a sua preserva o   aço ou ina o humana, por meio do estudo da “Agroecologia e a conserva o da biodiversidade em zonas de montanha”.

Simultaneamente, e sendo um território diverso, foram intervencionadas:

- a área marginal do rio Minho, pela limpeza de espécies infestantes e pela cria o do passadiço, possibilitando a aproxima o dos habitantes e dos visitantes ao rio;
-  reas de montanha, com a recupera o da Saibreira de Portos, a recupera o do acesso ao pântano da Seara e a beneficia o do acesso   Sr.  de Numão, prevenindo a permanência das saibreiras e preservando ou melhorando as condi o es de acesso e visita o, salvaguardando a capacidade de carga daquele território.
- Património Cultural: Opera o “Casa Museu Teixeira Lopes - Requalifica o e Moderniza o” - Trata-se de uma opera o que se insere na oferta cultural de um equipamento, com valor patrimonial, em que o seu caráter de interven o infraestrutural está intimamente relacionado com o nível imaterial da dinamiza o dos seus serviços, assegurando deste modo o critério de complementaridade. Distingue-se dos restantes projetos pelas seguintes razões:
 - permite a reabilita o de um imóvel com valia patrimonial, promovendo a reposi o da sua traça original;
 - contribui para a atra o de novos públicos/visitantes ao Museu Teixeira Lopes, pelo investimento nas novas formas de comunica o através do equipamento multim dia e



abertura/utilização deste equipamento pelo espaço exterior, através da loja/livraria e espaço adaptado para realização das oficinas de pintura;

- possibilita um acréscimo na qualificação do Museu Teixeira Lopes, na medida em que passou a garantir a acessibilidade de públicos específicos, proporcionando a criação de novos públicos, em cumprimento dos requisitos de pertença à Rede Portuguesa de Museus (RPM).

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Como se refere no ponto anterior, o ano de 2012 caracterizou-se pelo intenso trabalho de gestão, quer pela necessidade de intensificação da execução do Programa Operacional, quer pelos encargos decorrentes da aplicação da RCM n.º 33/2012, de 15 de março. Acresce que a aceleração da execução das operações e o aumento do número de projetos encerrados conduziram à necessidade de reforçar os trabalhos de acompanhamento da execução física dos projetos.

Para além da exigência destes desafios, os principais problemas encontrados prendem-se com os atrasos na execução das operações contratadas, situação relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa, agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e de aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Em termos de execução, não obstante os esforços já envidados, persistem problemas decorrentes da insuficiente instrução dos processos pelos promotores, nomeadamente ao nível da verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina atrasos na análise, e ao nível dos pedidos de pagamento a eles associados.

No sentido de combater esta situação, deu-se continuidade às medidas já em curso nos anos anteriores, relevando-se, ao nível do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4:

- o apoio no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto presencialmente (reuniões de trabalho) como por contactos telefónicos (linha dedicada do novonorte 34) e por correio eletrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);
- dentro das possibilidades regulamentares, a aceitação de reformulações temporais, físicas e financeiras, por forma a permitir o encerramento das operações, com a libertação, caso seja o caso, de verbas não utilizadas, designadamente por causa de adjudicações abaixo do valor de aprovação;
- intensificação das visitas de acompanhamento após a definição da amostra de visitas a executar.



Este Eixo beneficiou dos esforços de clarificação de procedimentos, simplificação e aumento da eficiência transversais a todo o Programa, designadamente a produção de orientações de gestão e a melhoria da plataforma informática SIGON.2 e do Manual de Gestão.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar tanto pelos resultados obtidos durante o ano de 2012, em que se registou uma taxa de execução de 60,77%, como no que respeita ao aumento significativo dos projetos encerrados durante este ano.

3.4. Eixo Prioritário 4 – Coesão Local e Urbana

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da última reprogramação, o Eixo Prioritário 4 viu a sua dotação reduzida em cerca de 83M€, assumindo atualmente o valor de 1.134 M€, o que lhe atribui o maior peso da dotação FEDER do Programa (43%). Visando promover a coesão local e urbana, abarca três objetivos específicos, associados à qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade, à mobilidade e aos transportes e ao sistema urbano regional¹¹⁴.

Estes objetivos consubstanciam-se num conjunto de apoios geridos diretamente pela AG, a que correspondem cerca de 490 M€ e outros que foram alvo da contratualização com as CIM e a AMP, num valor que ascende a 632 M€. Os principais beneficiários dos apoios são as entidades de cariz municipal.

Apresenta-se, de seguida, a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário 4 (incluindo contratualização com as Associações de Municípios), ao nível dos indicadores de Eixo e respetivos Indicadores Comuns Comunitários. Nela se incluem alguns elementos que poderão contribuir para uma melhor apreensão do nível de implementação e do progresso verificado, considerando os objetivos específicos e as tipologias aplicáveis.

O quadro seguinte considera os valores acumulados no final de cada ano relativos às candidaturas contratadas até 31 de dezembro de 2012 e tem em conta a aprovação da reprogramação do Programa Operacional do Norte ON.2, em finais de dezembro de 2012. Assim, são evidenciados alguns ajustamentos nos indicadores e respetiva quantificação, designadamente em resultado da transição para o POVT de certas tipologias de projetos. Algumas variações resultam, ainda, da revogação de operações, em consequência da monitorização e da descativação de compromissos sem execução.

Quadro 3.4.1.1 - Realização Física do Eixo Prioritário 4¹¹⁵

INDICADORES EIXO (ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 37.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006								
Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
OE 1 – Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade								
Centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico	0	241	254	292	331	333	-	*Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

¹¹⁴ Ver Figura 1.1. Estrutura Programática do ON.2 (Ponto 1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE).

¹¹⁵ Corresponde à Tabela 3.1: Realização Física do Eixo Prioritário (do IFDR) e reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro. Assinala-se com * os indicadores associados a tipologias a transferir para o POVT, em resultado da reprogramação aprovada em dezembro de 2012.

remodelados/ ampliados (n.º)	Realização Executada	0	12	17	134	212	269	-	(RRE) – Esta tipologia abrange a construção e a remodelação/ampliação de centros escolares, encontrando-se contratados 333 centros escolares, valor superior às metas previstas tanto para 2010 como para 2015.
	Metas	-	-	-	112	-	-	325	
Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	87.891	-	As intervenções referidas abrangem 87.891 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas de 2010 e de 2015. É ainda de notar que se encontram fisicamente concluídos 269 centros escolares que servem 70.297 alunos.
	Realização Executada	0	2.635	3.744	20.484	56.950	70.297	-	
	Metas	-	-	-	22.100	-	-	67.500	
Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliadas / requalificadas (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	0	0	23	-	• Rede escolar do 2º e 3º ciclo do ensino básico (EB 23) - Encontram-se contratados 23 escolas, valor superior à meta prevista para 2015. As intervenções referidas abrangem 21.455 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou a meta de 2015.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	9	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	12	
Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliadas / requalificadas (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	0	0	21.455	-	Encontram-se fisicamente concluídas 9 escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico que servem 8.276 alunos.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	8.276	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	7.500	
Equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	27	46	38	-	• Equipamentos Sociais (ES): Creches e Unidades de Cuidados Continuados Integrados – Encontram-se contratadas 26 Creches, abrangendo 1.051 novos utentes e 12 Unidades de Cuidados Continuados Integrados que abrangem 485 novos utentes. Os valores registados durante o ano de 2012 são inferiores aos referentes ao ano anterior, devido à desistência dos projetos de oito equipamentos (uma creche e sete unidades de cuidados continuados). Assim, estão contratados 38 operações para 1.536 novos utentes e que irão servir uma população estimada de 1,4 milhões de habitantes. Encontram-se, pois, cumpridas as metas estabelecidas, com a exceção da referente o número de utentes apoiados (2000 utentes), o que corresponde a uma taxa de cumprimento de 76,8% da meta referida. • Equipamentos Desportivos (ED) – Foram contratados 154 equipamentos desportivos, abrangendo uma população de 544.025 habitantes. Neste âmbito, foi dada prioridade aos
	Realização Executada	0	0	0	0	2	13	-	
	Metas	-	-	-	7	-	-	50	
Utentes dos equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	1.082	1.805	1.536	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	80	569	-	
	Metas	-	-	-	230	-	-	2.000	
Equipamentos desportivos apoiados (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	134	139	154	-	

	Realização Executada	0	0	0	19	62	87	-	equipamentos (polidesportivos, pavilhões e piscinas) que apresentassem grande ligação aos estabelecimentos de ensino próximos. Salienta-se que o aumento do número de equipamentos face ao ano de 2011 não resulta da aprovação de novos projetos, mas do facto de, das 139 operações contratadas (valor coincidente com o de 2011), algumas terem como objeto mais do que um equipamento desportivo. Refira-se que no ano de 2012 se registou a rescisão dos contratos de financiamento de 11 operações. Neste momento, encontram-se concluídos 87 equipamentos que servem uma população de cerca de 304.770 habitantes. No que respeita às metas de 2015 estas já se encontram cumpridas, tanto para o número de equipamentos desportivos (120) como para a população abrangida (500.000 habitantes).
	Metas	-	-	-	-	-	-	120	
População abrangida pelos equipamentos desportivos apoiados (n.º)	Realização Contratada	0	0	0	569.663	551.932	544.025		
	Realização Executada	0	0	0	65.646	249.098	304.770		
	Metas	-	-	-	-	-	-	500.000	
OE 2 – Qualificação do Sistema Urbano Regional									
Intervenções integradas de requalificação urbana (n.º)	Realização Contratada	0	8	55	55	40	38	-	• Reabilitação Urbana - Os Programas de Ação e Programas Estratégicos aprovados no âmbito das PRU e RUCI integram: a) 14 cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades; b) 33 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana, estando praticamente cumprida a meta de 2015 (35 Protocolos de Parceria), o que corresponde a uma execução de cerca de 97%. Encontra-se já fisicamente concluído um dos Programas de Ação. Incluídas nas Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) e nas Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação (RUCI), atualmente enquadradas no Regulamento Específico Reabilitação Urbana, encontravam-se aprovadas 465 operações, registando-se durante o ano de 2012 a rescisão dos contratos de financiamento de 24 operações. Das operações aprovadas, 160 já se encontram fisicamente concluídas. A população abrangida por intervenções de requalificação urbana apoiadas totalizava 1,1 milhões de habitantes, tendo sido ultrapassada as
	Realização Executada	0	0	0	0	0	1	-	
	Metas	-	-	-	2	-	-	50	
População abrangida por intervenções de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização Contratada			400.000	1.000.000	1.000.000	858.408	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	0	21.780	-	
	Metas	-	-	-	100.000	-	-	1.000.000	
Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas (n.º)	Realização Contratada	0	0	14	14	14	14	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	8	-	-	14	
Espaço público integrado em projetos de requalificação urbana que deixam	Realização Contratada	0	0	6.250	15.065	47.945	73.279	-	

de estar afetos à circulação automóvel (m2)	Realização Executada	0	0	0	0	4.830	31.597	-	meta estabelecida para 2015.
	Metas	-	-	-	8.000	-	-	15.000	Nos projetos apoiados, 73.279 m2 de espaço público integrado em projetos de requalificação urbana deixaram de estar afetos à circulação automóvel, encontrando-se cumpridas as metas 2010 e de 2015. Regista-se que, nos projetos já fisicamente encerrados, este indicador representa 31.597 m2.
Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização Contratada	0	8	37	36	34	33	-	A área intervencionada por operações de regeneração urbana é igual a 3.925.362 m2, ultrapassando as metas estabelecidas para 2010 e 2015.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	1	-	
	Metas	-	-	-	12	-	-	35	
Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização Contratada	0	0	138.030	3.052.495	6.752.556	3.925.362	-	
	Realização Executada	0	0	0	505.841	785.464	1.545.867	-	
	Metas	-	-	-	160.000	-	-	1.250.000	
População abrangida por operações de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização Contratada			220 570	1.127.271	1.102.373	1.099.658	-	
	Realização Executada	0	0	0	185.509	487.946	853.305	-	
	Metas	-	-	-	24.000	-	-	1.000.000	
OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade e Transportes									
Projetos apoiados (Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade Territorial) (n.º)	Realização Contratada	0	0	49	139	188	199	-	* Mobilidade Territorial (MT) – Encontram-se contratados 199 projetos de qualificação dos serviços regionais de Mobilidade Territorial dos quais 141 projetos já encerrados. A rede apoiada no âmbito dos projetos contratados integra 119,27 km de novas estradas (102,09 km já executados) e 1.289,94 km de reconstrução/beneficiação de estradas existentes (estando concluídos 1.234,56 km). No que respeita ao cumprimento das metas de 2015, refira-se que só não está cumprida a meta de estradas requalificadas (1500 km), embora os valores de contratação correspondam já a 93,95% daquela meta. No que respeita às operações de tratamento de pontos negros, estão
	Realização Executada	0	0	0	23	84	141	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	150	
Novas Estradas (km)	Realização Contratada	0	0	7,32	76,75	93,85	119,27	-	
	Realização Executada	0	0	0	0	60,06	102,09	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	70	
Estradas reconstruídas (km)	Realização Contratada	0	0	357,21	1.054,93	1.206,37	1.289,94	-	
	Realização Executada	0	0	0	170,50	519,15	1.234,56	-	
	Metas	-	-	-	-	-	-	1.500	

Operações de tratamento de pontos negros rodoviários (n.º)	Realização Contratada	0	0	4	65	69	55	-	aprovadas 55 intervenções, das quais 24 já se encontram concluídas. Este valor é inferior à meta estabelecida para 2015 (76 operações), estando, assim, a meta cumprida em 72,4%.
	Realização Executada	0	0	0	0	0	24	-	
	Metas	-	-	-	22	-	-	76	

INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS (CORE INDICATORS)

	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Observações
Transportes									
13. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	49	139	188	199		Ver acima "Observações" relativas ao OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade e Transportes
	Realização Executada				23	84	141		
	Metas							150	
14. N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7	77	94	119		
	Realização Executada					60	102		
	Metas							70	
16. N.º de km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357	1.055	1.206	1.290		
	Realização Executada				171	1.040	1.235		
	Metas							1.500	
17. N.º de km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto) *	Realização Contratada	0	0	1	8	8	0		
	Realização Executada			1	7	8	0		
	Metas				n.a.			n.a.	
22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto) *	Realização Contratada	0	0	38.940	161.342	161.342	0		Transitaram para o POVT em 2012
	Realização Executada					161.342	0		
	Metas				n.a.			n.a.	
19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Contratada								
	Realização Executada								
	Metas								
20. Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de estrada	Realização Contratada								Até ao final de 2012 não houve projetos aprovados que contribuissem para estes indicadores
	Realização Executada								
	Metas								
21. Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de ferrovias	Realização Contratada								
	Realização Executada								
	Metas								
Ambiente									

25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervençionados	Realização Contratada	0	0	0	0	181.898	121.846	• Ciclo Urbano da Água - - Componente Abastecimento de Água (CUA) No final de 2012 estavam contratados 311,86 km de rede a intervirerionar visando servir 121.846 habitantes. Encontravam-se concluídos 273,293 km de abastecimento de água, sendo a população servida de 45.484 habitantes. Esta tipologia de projetos transitará para o POVT.
	Realização Executada					84.988	45.484	
	Metas							
26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervençionados	Realização Contratada	0	0	0	0	49.488	55.436	• Ciclo Urbano da Água - Componente Águas Residuais - No final de 2012 estavam contratados 270,275 km de rede a intervirerionar, servindo 55.436 habitantes. Encontram-se concluídos 269,95 km de rede de saneamento de águas residuais, sendo a população servida de 54.471 habitantes. A transitar para o POVT.
	Realização Executada					18.211	54.471	
	Metas							
Educação								
36. N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254	292	331	356	Ver acima "Observações" relativas aos indicadores de educação relativos OE 1 – Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade
	Realização Executada			17	134	218	278	
	Metas							
37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	109.346	
	Realização Executada		2.635	3.744	20.484	56.950	78.573	
	Metas							
Reabilitação Urbana								
39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	373	489	427	Foram consideradas as operações de Regeneração Urbana (PRU).
	Realização Executada				13	68	159	
	Metas							
Competitividade das Cidades								
40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0	0	40	38	Foram consideradas as operações de Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação (RUCI).
	Realização Executada						1	
	Metas							
Inclusão Social								
41. Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social.	Realização Contratada	0	0	0	39	39	65	Foram consideradas as operações relativas a Equipamentos sociais apoiados e as operações de Regeneração Urbana (PRU) que contribuem para este indicador.
	Realização Executada						20	
	Metas							

3.4.2. Análise qualitativa¹¹⁶

Enquadramento Normativo

Este Eixo Prioritário contribui para a prossecução de três objetivos específicos subjacentes à prioridade estratégica de colocar as pessoas e as suas comunidades no centro da estratégia sustentável de desenvolvimento regional, promovendo o seu bem-estar, a coesão local e uma sociedade inclusiva, desenvolvendo um sistema urbano simultaneamente competitivo e equilibrado, criando igualdade de oportunidades de acesso a níveis mínimos de serviços públicos e concretizando as aspirações de uma sociedade plural e diversificada.

Os regulamentos específicos aplicáveis (8), na sua configuração inicial (incluindo aprovação de critérios de seleção), foram estabilizados no final de 2007 no que se refere à Política de Cidades e à Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, sendo os restantes ultimados já em 2008 e, no caso da Iniciativa JESSICA, já em 2010.

Uma vez transferida do POVT a elegibilidade das Escolas do 2º e do 3º ciclos do Ensino Básico, o respetivo RE passou também a integrar o leque dos que enquadram os apoios do Programa ON.2.

Para além dos ajustamentos transversais entretanto efetuados aos vários RE do QREN, não são de assinalar, em 2012, mudanças significativas no enquadramento normativo.

Concursos e Processo de Seleção

Até ao final do ano de 2012, foram abertos 106 concursos (91 no âmbito da Contratualização e 15 nas restantes tipologias), 91% dos quais se encontravam decididos a 31-12-2012. A dotação FEDER associada aos concursos abertos ascendeu a 1.064,7 M€, registando-se 1.192 M€ nas operações aprovadas no âmbito dos concursos já decididos, 54% dos quais nas tipologias contratualizadas.

Quadro 3.4.2.1 - Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura a 31/12/2012

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Total		Em aberto		Encerrados			Tempos médios de decisão		
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos Fundo aprovado	Nº	Dias previstos	Dias efetivos
Total PO	2.661.645	381	2.786.190	16	61.187	365	2.635.009	304	2.815.988	62	110
EP 4	1.133.513	106	1.064.683	1	12.000	105	1.014.741	96	1.192.262	58	139
. Contratualização	623.795	91	628.909			91	590.967	83	647.575	47	88
. Outros ¹¹⁷	509.717	15	435.774	1	12.000	14	423.774	13	544.686	123	181

Unidade: Milhares de Euros

¹¹⁶ Salienta-se que, não obstante a Iniciativa JESSICA ter passado a integrar este Eixo Prioritário, dada a sua especificidade remete-se a análise detalhada para o ponto “2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira” deste Relatório.

¹¹⁷ Inclui dados relativos à Iniciativa JESSICA, contabilizada como 1 Aviso/1 operação.



A dinâmica de abertura de avisos foi mais expressiva nos anos de 2009 e 2010. Em 2012, foi apenas aberto um concurso, correspondente a uma oferta de FEDER de 12 M€, destinado a financiar a nova tipologia (esquadras das forças de segurança pública) acolhida neste Eixo em resultado da última reprogramação. No âmbito deste concurso foram submetidas 17 candidaturas.

Registam-se, neste Eixo, níveis de admissibilidade claramente superiores aos valores médios do Programa no que respeita ao número de candidaturas, em especial nos Avisos da Contratualização, e ligeiramente inferiores, no que toca a custo total associado. Foram admitidas 1.557 candidaturas das apresentadas no âmbito de concursos decididos, o que corresponde a uma taxa de admissibilidade de 91,3% face ao número de candidaturas e de 89,6% face ao custo total apresentado. A taxa de aprovação bruta do Eixo (aprovadas/apresentadas) ascendia 78,3% do número de candidaturas e 73,7% do custo total apresentado, valores significativamente superiores aos valores médios do Programa (49% e 50%).

| 242

Em termos líquidos acumulados (descontadas todas anulações/rescisões verificadas desde 2007), até 31.12.2012, encontravam-se aprovadas 1.223 operações (Contratualização: 566; Outros: 657), representando um FEDER global de 1.122 M€.

Até essa data, por desistência dos próprios promotores ou por iniciativa da Autoridade de Gestão, em resultado do processo de monitorização dos compromissos sem capacidade de execução e da transferência para o POVT de algumas tipologias, foram anuladas/rescindidas 146 operações, no valor de 197 M€, o que corresponde à maior taxa de anulação verificada no PO, considerando o FEDER envolvido (14,9%). O contributo mais expressivo é dado pelas operações anuladas/rescindidas no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, devido ao facto de não reunirem condições para serem executadas, seguida do Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”, devido à transferência de operações para o POVT.

Assim, o compromisso “líquido” assumido pela Autoridade de Gestão em 31-12-2012 ascendia a 1.122 M€ (dos quais 632 M€ associados à Contratualização), o que representa um acréscimo de 6,7% face aos valores verificados em finais de 2011. A taxa de compromisso (total aprovações/programação) situava-se, pois, em cerca de 99%.

Situam-se neste Eixo as tipologias de investimento público com maior procura e aprovação, quer em número de candidaturas, quer em valores de FEDER total envolvido (Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, seguida das Parcerias para a Regeneração Urbana), apenas suplantadas por algumas tipologias dos Sistemas de Incentivos às Empresas. São também apoiadas neste Eixo a tipologia de operações com maior investimento médio: a Requalificação da Rede Escolar (4,618 M€, no caso das EB23 e 2,020 M€, nas EB1 e JI).

Por último, cabe referir que, até ao final de 2012, estavam ainda pendentes de decisão final 221 operações admitidas, das quais 92 escolas EB1/JI, e aguardavam a celebração do respetivo contrato 14 operações contratadas.

Tempos médios de decisão

Os tempos médios efetivos de decisão (cerca de 139 dias), superiores à média do Programa (110), evidenciam um grande desvio face aos previstos em sede de abertura de concurso (58 dias), em grande medida explicado pelo elevado número de candidaturas apresentadas, que ultrapassaram em muito as expectativas, e pelos constrangimentos processuais em sede de análise das candidaturas apresentadas.

| 243

Execução

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores financeiros relativos à implementação dos apoios do Eixo, evidenciando, de modo geral, o seu bom desempenho na ótica da execução. Este Eixo apresenta, nestes indicadores, os valores mais elevados do Programa.

Quadro 3.4.2.2 - Principais indicadores financeiros do Eixo 4

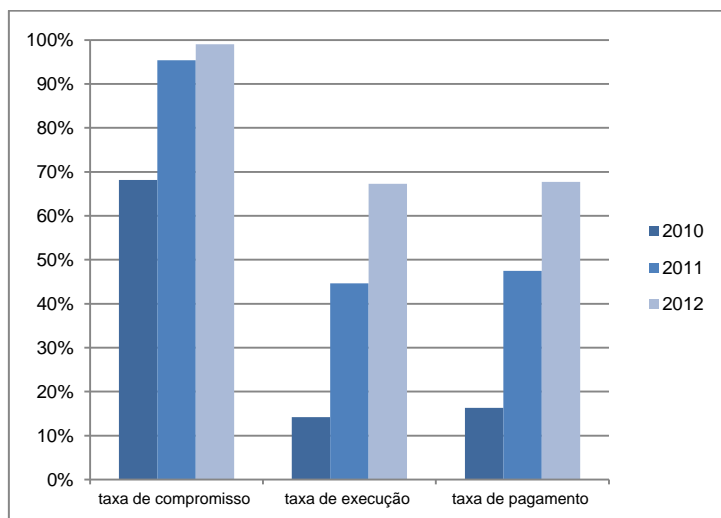
Eixo Prioritário	Nº de Operações aprovadas	Indicadores financeiros (Fundo) %				
		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total PO	4737	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
EP 4	1.223	99,0%	67,3%	67,9%	67,7%	99,6%
Contratualização	566	101,3%	79,3%	78,3%	78,2%	99,9%
Outros	657	96,2%	52,6%	54,7%	54,2%	99,2%

Do montante de fundo comunitário aprovado, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2012, cerca de 762,6 M€, tendo sido efetivamente pagos aos beneficiários 759.9 M€, dos quais 65% na contratualização.

Como se evidencia na Figura 2.1.2.7 - Evolução da Execução do EP4, por anos¹¹⁸ e também o gráfico seguinte permite constatar, ocorre um significativo incremento da execução no decurso do ano de 2012, salientando-se a evolução da respetiva taxa de 44,63% (2011) para 67,28% (2012)

¹¹⁸ Ver ponto 2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

Figura 3.4.2.1 - Evolução recente dos níveis de compromisso, execução e pagamentos no Eixo 4



Em termos absolutos, durante o ano de 2012, a execução das operações do eixo prioritário correspondeu a 219,7 M€, dos quais 134,9 M€ referentes às operações incluídas na delegação de competências nas associações de municípios e na Área Metropolitana do Porto, e 84,8 M€ nas demais operações do eixo 4.

Tal como já se referiu a propósito do Eixo 3, também no Eixo 4 a aplicação da metodologia de descativação de compromissos prevista na RCM n.º 33/2012, de 15 de março, promoveu a aceleração da execução das operações e o aumento do número de projetos encerrados, envolvendo uma sobrecarga de trabalho de gestão e a intensificação dos trabalhos de acompanhamento da execução física dos projetos. Esta situação traduziu-se no aumento do número de visitas de acompanhamento (físico, administrativo e financeiro). Assim, durante o ano, foram realizadas 46 visitas de acompanhamento a operações incluídas na delegação de competências nas associações de municípios e na Área Metropolitana do Porto, e 91 visitas às demais operações do eixo 4.

Considerando o que acima se refere, em 2012 e no que se refere à Política de Cidades, não houve aprovação de novas candidaturas, motivo pelo qual a gestão teve como foco principal os aspetos referentes à execução física e financeira das operações individuais incluídas nos Programas de Ação das Parcerias para a Regeneração Urbana e nos Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação (RE da Reabilitação Urbana).

Neste ano, no âmbito das demais tipologias, incluindo a delegação de competências nas associações de municípios, para além da abertura do Aviso relativo às esquadras das forças de segurança pública, acima referido, foi ainda decidido um concurso da mobilidade territorial, aberto em finais de 2011 e deu-se continuidade à análise de quatro concursos, abertos em 2010 e 2011, que ainda não se encontram totalmente decididos.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Quadro 3.4.2.3 - Ponto de Situação dos Concursos com atividade em 2012

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas		Justificação
						N.º	Investimento/ custo total	
RREB23/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	20-12-2010	Encerrado	29-07-2011	37.000.000	24	68.619.021	Encontram-se admitidas 13 candidaturas para um fundo a concurso de 37 M Euros. Já se encontram aprovadas 7 candidaturas.
EPE/1/2010	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	27-10-2010	Encerrado	08-12-2011	5.000.000	8	10.391.480	Foram submetidas 14 candidaturas, 6 estão já admitidas e não aprovadas
EPE/1/2011- Bolsa de Mérito	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	25.05.2011	Encerrado	22-11-2011	20.000.000	17	48.316.310,41	10 candidaturas aprovadas, 3 desistidas e 4 ainda pendentes de decisão.
AMP-PMU/1/2011	Mobilidade Territorial	06-12-2011	Decidido	30-12-2011	783.922	1	980.413,96	
BM/III/RRE/01/2011	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	12-07-2011	Encerrado	31-12-2011	30.000.000	58	134.937.716,77	20 candidaturas aprovadas e 38 pendentes de aprovação.
EPE-SP/1/2012	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	19-11-2012	Encerrado	08-03-2013	12.000.000	17	17.536.847,86	Das 17 candidaturas submetidas, 2 são desistidas

| 245

De forma genérica, os atrasos evidenciados na análise das candidaturas tiveram um agravamento durante o ano de 2012, devido à suspensão da aprovação de operações decorrente da deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional, aprovada por consulta escrita em 8 de maio 2012, na sequência da reprogramação técnica do QREN. Acresce a este motivo o facto de, após o levantamento da suspensão referida, ter sido imposta a obrigatoriedade de parecer prévio da Equipa Conjunta de Monitorização da Execução dos Compromissos dos Municípios para a aprovação de candidaturas que aumentassem os compromissos associados aos municípios¹¹⁹.

Refira-se ainda que aplicação ao Programa Operacional da alteração dos Regulamentos Específicos, permitindo a majoração da taxa de cofinanciamento FEDER para um máximo de 85%¹²⁰, provocou o aumento da taxa de compromisso do Eixo, fazendo depender as novas aprovações da descativação de fundo decorrente das rescisões de contratos de financiamento, previstas na RCM n.º 33/2012, de 15 de março.

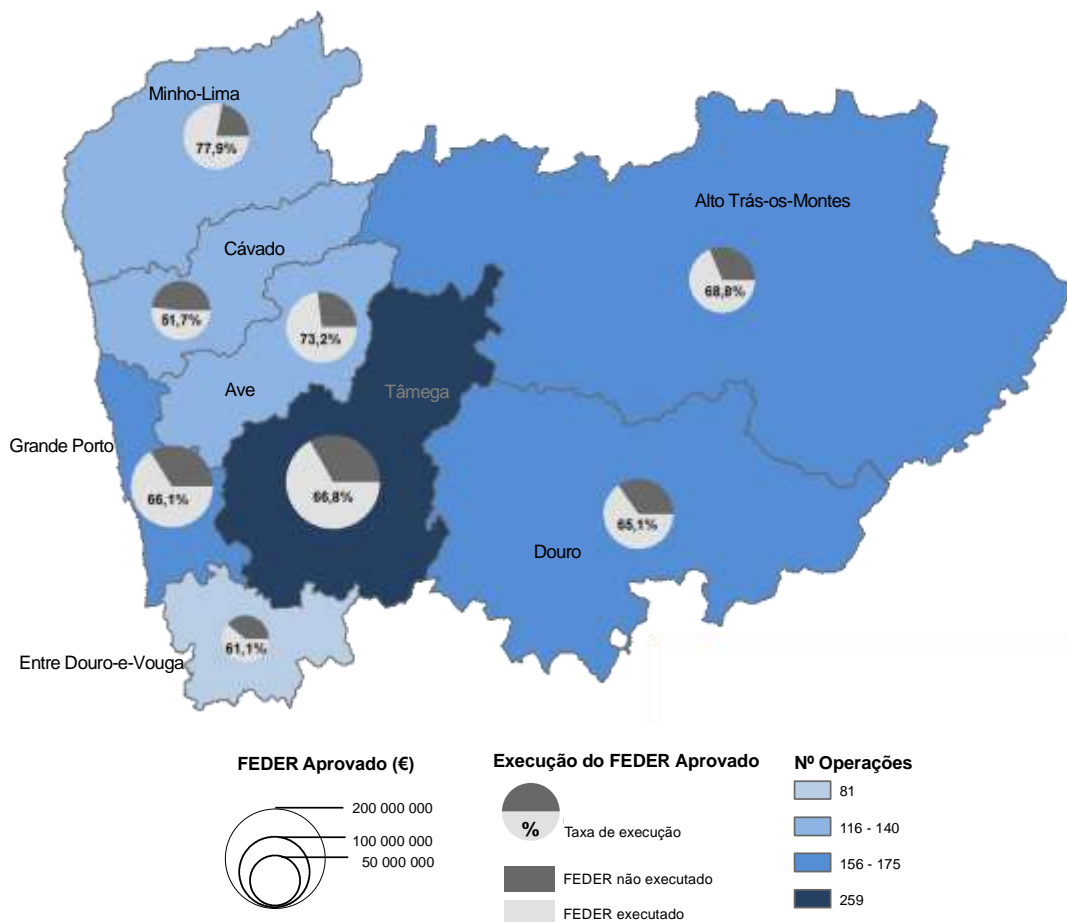
¹¹⁹ Criada pelo Despacho n.º 11670/2012, de 8 de agosto, dos Ministros de Estado e das Finanças, Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e da Economia e do Emprego

¹²⁰ Por deliberação da Comissão Diretiva do Programa ON.2, de 21 de agosto de 2012.

Aprovação e Execução por Sub-Região, Beneficiário e Área de Atividade

No que concerne à distribuição regional por NUTS III destaca-se o Tâmega com cerca de 21% do número de candidaturas (50% na contratualização; 50% nas restantes) e 21% do FEDER aprovado (64% na contratualização; 36% nas restantes).

Figura 3.4.2.2 – Operações, Aprovação e Execução por NUTS III – Eixo 4



No que concerne à distribuição por tipologia de beneficiário, assinala-se o domínio da Administração Autónoma Local, com cerca de 87% do número de candidaturas (53% na contratualização; 47% nas restantes) e 91% do FEDER aprovado (62% na contratualização; 38% nas restantes).

Quadro 3.4.2.4 - Operações aprovadas (aprovadas, contratadas e concluídas) em 31/12/2012, por Eixo / Tipologia do Beneficiário

Eixo Prioritário / Tipologia dos Beneficiários	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 4	1223	1.122.277.987	762.571.608	67,9%
Administração Autónoma Local	1060	992.637.982	693.667.527	69,9%
Administração Direta Serviços Periféricos	5	2.146.649	1.621.527	75,5%
Administração Indireta Serviços Personalizados	3	3.076.762	1.348.873	43,8%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	1	105.539	97.328	92,2%
Centros de I&D	2	363.786	201.626	55,4%
Concessionários de serviços públicos, em particular na área dos transportes e ambiente;	2	3.157.677	806.087	25,5%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	25	36.081.698	19.572.514	54,2%
Entidade Privada sem fins lucrativos	114	79.131.710	42.192.551	53,3%
Fundação	3	126.820	83.741	66,0%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	4	3.099.647	1.399.226	45,1%
Instituições do Ensino Superior	2	1.149.718	1.004.452	87,4%
Microempresa (recomendação 2003/361/CE)	2	1.200.000	576.156	48,0%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

| 247

As candidaturas aprovadas durante o ano de 2012 correspondem a casos de beneficiário único (Municípios), não se verificando situações de parcerias.

Quanto à distribuição por área de atividade, assinala-se o peso preponderante da “Construção”, com cerca de 35% do número de candidaturas, enquanto a “Educação” tem um peso de 48% do FEDER aprovado.

Quadro 3.4.2.5 - Operações aprovadas, contratadas e concluídas, em 31/12/2012, por Eixo / Atividade Económica

Eixo Prioritário / Atividade Económica	N.º Operações	FEDER Aprovado	FEDER Executado	Taxa de Realização
EP 4	1223	1.122.277.987	762.571.608	67,9%
Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	216	120.960.930	48.092.132	39,8%
Atividades financeiras	1	30.000.000	30.000.000	100,0%
Captação, tratamento e distribuição de água	23	27.976.564	22.397.210	80,1%
Construção	427	288.803.731	159.025.079	55,1%
Educação	357	536.240.890	400.441.037	74,7%
Transportes	199	118.295.872	102.616.150	86,7%
Total PO	4737	2.545.868.591	1.393.123.789	54,7%

Complementaridade com outros instrumentos

Também não se verifica, no Eixo 4, o recurso à possibilidade do financiamento através do FEDER de ações abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE¹²¹.

Boas Práticas

Os projetos adiante apresentados constituem operações com execução física já concluída e são demonstrativos de boas práticas desenvolvidas no âmbito das tipologias apoiadas neste Eixo.

Encontram-se em anexo as respetivas fichas de projeto, apresentando-se de seguida a identificação das referidas operações, bem como os motivos pelos quais foram consideradas relevantes:

- Reabilitação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-Escolar: Operação “Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Mouriz” - A construção do Centro escolar de Mouriz seguiu critérios e padrões de qualidade identificáveis desde a conceção do projeto. Prova disso é o reconhecimento pela *World Architecture Community*, tendo sido considerada pelo júri “um exemplo de criatividade, originalidade e de inspiração para a nova arquitetura contemporânea”.

Este centro escolar destaca-se pelo seu espaço interior, versátil e sobretudo polivalente, proporcionando uma experiência espacial e educativa diversificada, dotando os alunos de todas as ferramentas necessárias para um bom desenvolvimento educativo. O edifício foi projetado de forma a minimizar a necessidade de funcionários em áreas de supervisão, gestão e segurança.

De forma a tornar o edifício mais eficiente em termos energéticos, foram concentradas as áreas desportivas e letivas no mesmo espaço (sem autonomizar o pavilhão), o revestimento das fachadas do edifício foi aplicado segundo o sistema de fachada ventilada e com recurso a diversos isolamentos de forma a maximizar os níveis de conforto acústico e térmico. Em termos de sustentabilidade, este é um edifício produtor/consumidor de energia que obtém através de painéis solares fotovoltaicos. Possui ainda caldeiras de biomassa para aquecimento, preconizando o aproveitamento de resíduos de materiais lenhosos.

- Rede de Equipamentos Sociais: Operação “Construção de Raiz de Creche” - Entre outros aspetos, as creches constituem um meio de facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, isto é, entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares. A disponibilização pública (ou privada sem fins lucrativos) deste tipo de equipamento social é, assim, fundamental também em termos de igualdade de género, porque o desempenho da mulher no mercado de trabalho está muito mais condicionado pelas responsabilidades de âmbito doméstico do que no caso dos homens, já que - como muitos estudos o demonstram - a mulher dedica muito mais horas do que o homem às tarefas domésticas o que inclui o cuidar dos filhos.

¹²¹ Previsto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.



O edifício em questão foi pensado por forma a garantir o uso eficiente dos recursos energéticos, recorrendo a técnicas de construção que passam pela construção com lintéis suspensos, pelo isolamento térmico das placas e das paredes. Também as superfícies vidradas são de vidro que restringe a entrada dos raios UV e da temperatura e a caixilharia é adequada. Foi feita a impermeabilização total do edifício.

Conta com um sistema de monitorização e controlo da temperatura, recorrendo automaticamente ao aquecimento ou ao arrefecimento.

| 249

A iluminação do edifício é feita com o máximo recurso à luz natural e tem instalado um sistema de domótica.

Quer as superfícies vidradas, quer as claraboias, contam com sistemas mecânicos de sombreamento, no sentido de otimizar a relação entre a iluminação e a temperatura no interior do edifício.

O aquecimento é feito com recurso a painéis solares ou à caldeira a gás, estando o depósito da água quente implantado em zona de baixa variação térmica e devidamente isolado.

- Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação: Operação “EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável” - O EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável é um exemplo da consecução dos objetivos da sustentabilidade na construção, assumindo deste modo um papel de destaque na Rede ecoCITRAS, contribuindo para a visão estabelecida para a rede, em que se afirma que “as Cidades de Trás-os-Montes irão adotar um modelo de desenvolvimento comum em torno da sustentabilidade ambiental e do conceito “eco”, nas vertentes da agro-indústria, da energia, do turismo e da construção, que será pioneiro no nosso País e que permitirá atrair investimentos e pessoas que necessitem de um campo de ensaio para a aplicação de novos conceitos e tecnologias ligados a estes temas”.

O EcoPolis incorporará um conjunto de aspetos inovadores em termos de construção sustentável, como a escolha criteriosa dos materiais, de preferência reciclados, a redução das necessidades energéticas através da instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis, o aproveitamento das águas da chuva, a reciclagem das águas cinzentas e a utilização de sistemas passivos para manter a temperatura ambiente, por exemplo, no caso do arrefecimento, tirando partido de fontes frias de modo a arrefecer o edifício.

O EcoPolis deverá ainda incluir um conjunto de sistemas para gestão de recursos, sejam eles eletricidade, gás natural ou água, bem como para controlo e monitorização das emissões de gases com efeito de estufa e efluentes. Estes sistemas deverão estar associados a uma plataforma Web de modo a permitir uma avaliação em tempo real e a promover o carácter demonstrador deste projeto.

O presente projeto tem como principal objetivo criar um centro de referência à escala regional e nacional nas áreas da construção e do urbanismo sustentável.

- Parcerias para a Regeneração Urbana: Operação “Regeneração urbana do centro histórico da Vila de Mesão Frio” - Entende-se o projeto como uma “alavanca” para a dinamização da sede do concelho pela coerência com as intervenções já levadas a cabo, bem como pela perspetiva da conclusão da regeneração global do centro histórico, promovendo condições para o incremento das atividades económicas, num concelho do interior da Região do Norte.

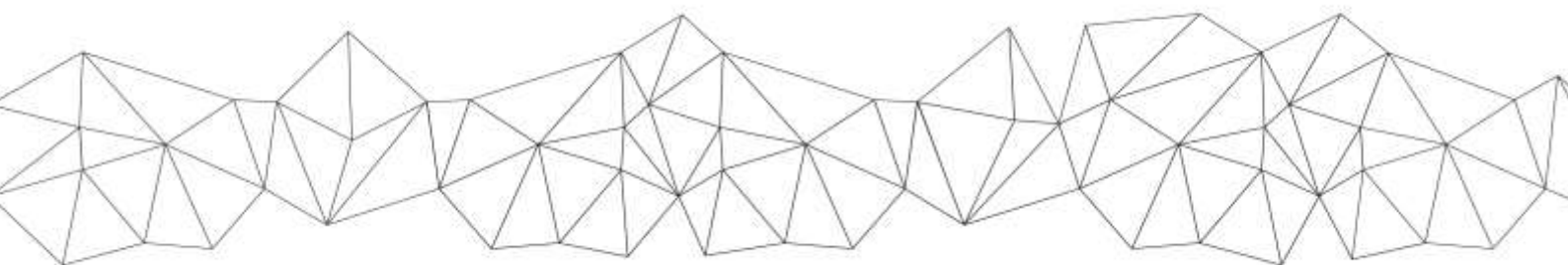
As intervenções propostas têm resultados diretos na comodidade e bem-estar das populações, dotando o Concelho de Mesão Frio de um espaço físico atrativo e modernizado, promovendo ações integradas de valorização económica e em zonas prioritárias de regeneração urbana, com o objetivo recuperar e qualificar os espaços públicos da Vila, remodelar o Mercado Municipal, construir o acesso ao Centro Escolar e a uma zona de construção prioritária, promovendo a recuperação urbana de várias zonas do Centro Histórico, adaptando os espaços às exigências atuais das habitações e dos espaços comerciais, preservando simultaneamente os elementos arquitetónicos que caracterizam a zona.

| 250

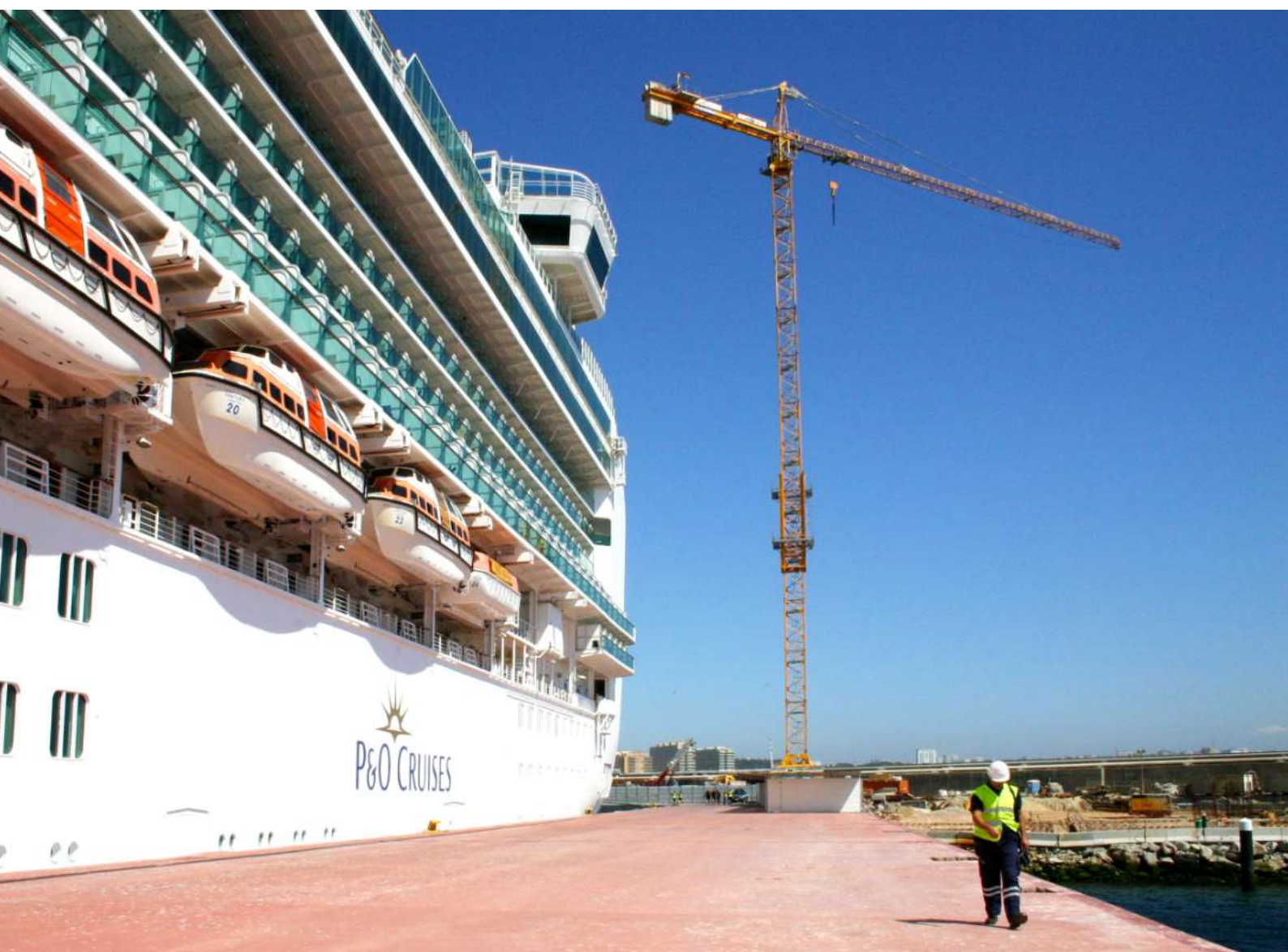
3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

De modo geral, aplicam-se também ao Eixo 4 os aspetos já identificados a propósito do Eixo 3 (ver ponto 3.3.3), com os matizes também sublinhados na análise qualitativa supra, no que respeita aos motivos dos atrasos verificados na aprovação de projetos (ver ponto 3.4.2).





4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS



4.1. Grandes projetos

O projeto a que corresponde o processo n.º NORTE-08-0269-FEDER-000001, designado “Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões”, promovido pela Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. (de ora em diante designada apenas por APDL), foi aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2 em 01.02.2010, tendo o respetivo contrato de financiamento sido celebrado em 17.03.2010. Na decisão de aprovação foram considerados os seguintes dados:

- . Investimento Total – 49.753.671 Euros
- . Investimento Elegível – 49.753.671 Euros
- . Montante de Decisão - 45.750.948,19 Euros
- . Comparticipação FEDER – 25.500.000 Euros
- . Taxa de comparticipação – 70%.

A Autoridade de Gestão do on.2 divulgou, em 17 de julho de 2009, no âmbito da Ação Específica de Valorização da Economia do Mar, o Convite MAR/TC/PCT/1/2009, tendo em vista apoiar, num montante máximo de 25,5 M€ FEDER, o projeto do Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e Parque de Ciências e Tecnologias do Mar.

O investimento contempla a construção de um novo cais para cruzeiros, permitindo a acostagem de navios cruzeiros até 300 metros de comprimento, com fundos a -10 metros (ZHL); um novo edifício - que abrangerá nova estação de passageiros e o parque de ciência e tecnologias do mar da Universidade do Porto (que funcionará em parte da cave e nos dois pisos superiores do edifício); um porto de recreio para 170 lugares, com zona seca e serviços básicos de apoio às embarcações, à entrada da doca, e com espaços de conveniência e funções de apoio aos tripulantes e navegantes, sob o edifício da estação; um cais para a navegação marítimo-turística; acessos diretos à cidade de Matosinhos.

Este projeto resulta de um encontro institucional entre a APDL, SA e a Universidade do Porto que procurou resolver duas questões distintas. Por um lado, a vontade da APDL, ao construir um novo terminal de cruzeiros, de poder atrair para a respetiva área portuária funções que, possuindo uma ligação direta com o mar e o transporte marítimo, pudessem ser importantes na afirmação nacional do Porto de Leixões e melhorar a relação com a envolvente metropolitana. Por outro lado, o desejo da Universidade do Porto criar um Centro de Ciência e Tecnologia do Mar, num espaço marítimo e próximo da própria Universidade. A candidatura apresentada, apesar de ter como beneficiário efetivo apenas a APDL, tem esta lógica subjacente.

Destaca-se que este projeto é considerado de impacto relevante para a Região do Norte, previsto nos objetivos e estratégias definidas nas Agendas do Mar e do Turismo, tendo sido ainda reconhecido como um projeto-âncora na Estratégia de Eficiência Coletiva denominada “Cluster do Conhecimento e Economia do Mar”, formalmente reconhecida por Despacho Ministerial de 15 de julho de 2009,



subscrito pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Salienta-se que as questões de índole ambiental foram devidamente salvaguardadas pela Autoridade de Gestão. Tratando-se de um projeto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, foi solicitada pela Autoridade de Gestão do ON.2, no contexto das condições de admissão e aceitação da candidatura em causa, a Declaração de Impacto Ambiental. Tendo em conta que a mesma foi emitida com ressalvas quanto ao cumprimento de algumas condições - Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada, foi ainda solicitada pela mesma Autoridade de Gestão informação quanto à forma como a APDL iria dar cumprimento a essas exigências. A APDL apresentou um documento onde constam as ações a desenvolver com vista ao cumprimento dessas exigências. Em face do teor aí descrito, a Autoridade de Gestão do ON.2 entendeu estar salvaguardado, pela entidade em causa, o cumprimento das obrigações que sobre si impendem no domínio da proteção do ambiente.

| 254

Em síntese, pretende-se com este projeto:

- criar condições de acostagem de navios de cruzeiros com uma dimensão não superior a 300m, através das dragagens necessárias e da construção de um novo molhe;
- criar condições para escala de navios de grande dimensão, potenciando a visita da cidade e da região. Captar grande número de turistas, organizando uma oferta muito diversificada em terra;
- criar condições de embarque e desembarque de passageiros, e respetivo carregamento de bens de viagem, em início ou fim de cruzeiro, em articulação com a proximidade ao aeroporto e à grande capacidade hoteleira da cidade do Porto;
- potenciar o turismo náutico com a construção de um porto de recreio;
- favorecer a articulação com a oferta turística já presente na região, nomeadamente com a construção de uma estrutura marítimo-turística;
- criar espaços laboratoriais, de experimentação e criação de ciência em diversos temas ligados ao mar, esperando-se que resulte na criação de 200 empregos na área da investigação.
- desenvolver um espaço de exibição e divulgação científica para públicos generalistas e escolares.

A parceria da APDL com a Universidade do Porto para o desenvolvimento no espaço de Leixões e de Matosinhos de um Parque de Ciência e Tecnologia do Mar vem criar condições únicas de concentração de funções de ciência, de produção, de divulgação de saber e de empreendedorismo associadas entre si e fortemente ligadas a um dos mais singulares recursos de futuro do país: o mar.

A APDL, na qualidade de entidade beneficiária da referida operação, enviou à Autoridade de Gestão do ON.2, em 23 de outubro de 2012, uma comunicação por via da qual assinala que, a curto prazo, serão desenvolvidos determinados investimentos complementares, em concreto:

- (i) Manga móvel desde o cais até ao edifício do Terminal, no valor estimado de oitocentos mil Euros;
- (ii) Passeio à cota baixa, que liga o Edifício do Terminal à Cidade, com um valor previsto de investimento de dois M€.

| 255

Mais consta desse ofício que as contas de imobilizado associadas ao Novo Terminal de Cruzeiros irão refletir estas novas componentes de investimento, gerando um valor total de investimento esperado superior a 50 M€. Apesar de as componentes de investimento objeto de candidatura atingirem neste momento um valor inferior ao candidatado, com um valor total previsto atual de 48,9 M€, a APDL sugere, no mesmo ofício, a classificação do Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões como Grande Projeto.

Em face desta informação que a Autoridade de Gestão do ON.2 transmitiu também em 2012 à DG Regio e ao IFDR, serão adotadas no decurso do ano de 2013 as diligências necessárias para o tratamento desta operação como “Grande Projeto”.

No enquadramento supra, salienta-se que o processo de apresentação do grande projeto à Comissão Europeia (CE) não foi formalmente iniciado em 2012, sendo intenção da Autoridade de Gestão do ON.2 efetuar a correspondente notificação até ao final do primeiro semestre de 2013, procedendo ao envio do correspondente formulário ao IFDR, após análise dos dados necessários, dando assim cumprimento ao estabelecido no Artigo 16.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

A operação do “Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões”, conforme objeto de candidatura ao ON.2, envolve, no essencial, as seguintes duas empreitadas e as respetivas fiscalizações: as Obras Marítimas e o Edifício do Novo Terminal de Cruzeiros. Em termos da respetiva execução financeira no ON.2, a intervenção relacionada com as Obras Marítimas atingia, no final de 2012, 96,49%, enquanto a intervenção no Edifício do Terminal de Cruzeiros atingia, na mesma data, uma execução de 20, 73%.

Em síntese, e considerando o acima exposto, sistematiza-se no quadro abaixo a única alteração ocorrida em 2012 com reflexo na lista indicativa de grandes projetos do ON.2.

Quadro 4.1.1. - Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos¹²²

Eixo Prioritário	Designação do grande projeto	Beneficiário	Custo Total Previsto (Mil Euros)	Observações
EP 2	Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões	Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. (APDL)	52.554,	

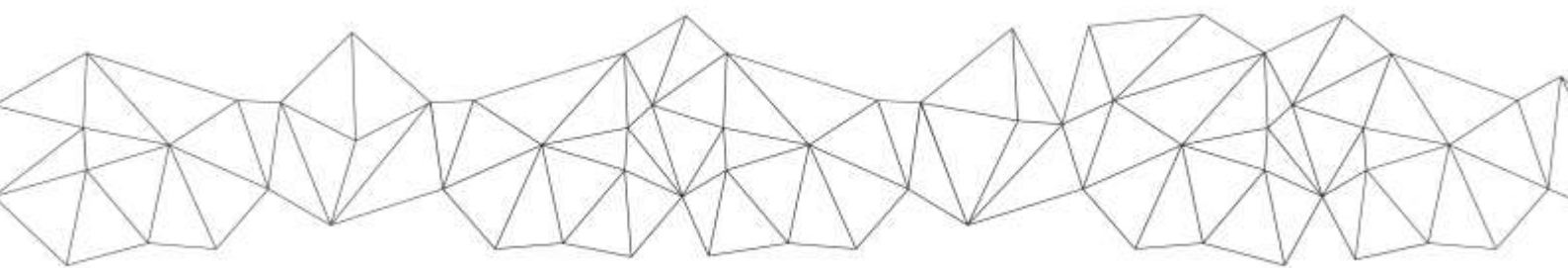
¹²² Este quadro corresponde à Tabela 4.2 do IFDR.





4.2. Projetos ambientais

No âmbito do Programa não foram apoiados projetos ambientais com um custo total entre 25 e 50 M€, pelo que nada há a assinalar na ótica do acompanhamento específico previsto no ponto 5-A do Anexo I do Regulamento (UE) n.º 832/2010.



5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA





O Eixo 5 - Assistência Técnica tem como objetivo capacitar a Autoridade de Gestão do ON.2 para o eficaz desenvolvimento das suas competências, designadamente as que respeitam à realização das atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa Operacional, em geral, e das iniciativas previstas e em curso no seu âmbito, em particular.

Poderá integrar, igualmente, em caso de disponibilidade financeira, a prossecução de ações visando um melhor conhecimento da Região do Norte, bem como estudos no âmbito do desenvolvimento regional como suporte à tomada de decisão e a criação de instrumentos de apoio ao planeamento e ordenamento do território e à gestão estratégica da Região.

Os beneficiários da Assistência Técnica são, no caso do ON.2: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), enquanto entidade responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão e ao Observatório das Dinâmicas Regionais (CODR); os Organismos Intermédios da rede dos Sistemas de Incentivos (OI) e as Associações de Municípios, no âmbito da delegação de competências por subvenção global.

Este Eixo tem uma dotação FEDER de 74.909.197 Euros, o que corresponde a 2,81% da dotação total do Programa, encontrando-se, assim, abaixo do limite máximo de dotação a afetar à assistência técnica (4%), de acordo com o artigo 46º nº 1 alínea a) do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

De acordo com o regulamentado, as candidaturas de assistência técnica são anuais, coincidentes com o ano económico, pelo que anualmente são abertos avisos para esta tipologia de operações.

No final de 2011, foram publicitados três convites para apresentação de candidaturas para despesas incorridas durante 2012, no montante global de 14 M€. Cada convite destinava-se a um tipo de beneficiários, ou seja, um à Autoridade de Gestão, um aos Organismos Intermédios - Sistemas de Incentivos e um aos Organismos Intermédios - Associações de Municípios. Destes três processos, cuja data de encerramento ocorreu apenas em novembro de 2012, encontrava-se decidido em 31/12/2012 um conjunto de 10 operações, que abarcavam um investimento elegível de 11,9 M€ e uma comparticipação FEDER de 10,1 M€.

Em 31/12/2012, encontravam-se comprometidos 68,9% da dotação disponível neste Eixo, a que correspondia o montante FEDER de 52 M€, cuja utilização por beneficiário se encontra evidenciada no quadro que se segue:

Quadro 5.1 – Monitorização do Eixo Prioritário 5 a 31/12/2012

Tipo de Beneficiários	N.º Operações	Inv Elegível Aprovado	FEDER Aprovado	Inv Elegível Executado	FEDER Executado	FEDER Pago	Taxa Reação	Taxa Pagamento
Autoridade de Gestão	5	41.926	35.637	26.641	22.645	26.150	63,5%	73,4%
CCDR-N	5	41.926	35.637	26.641	22.645	26.150	63,5%	73,4%
Organismos Intermédios - Associações de Municípios	25	9.478	8.056	4.188	3.560	4.505	44,2%	55,9%
AMP	4	1.787	1.519	1.319	1.121	1.233	73,8%	81,1%
CIM Ave	4	2.019	1.716	529	449	645	26,2%	37,6%
CIM Cávado	4	846	719	643	546	638	76,0%	88,7%
CIM Douro	2	195	166	0	0	0	0,0%	0,0%
CIM Minho-Lima	5	913	776	804	683	757	88,0%	97,5%
CIM Tâmega e Sousa	4	3.050	2.593	668	568	1.031	21,9%	39,8%
CIM Trás-os-Montes	2	668	568	226	192	202	33,9%	35,5%
Organismos Intermédios - Sistemas de Incentivos	20	9.344	7.942	8.297	7.053	6.320	88,8%	79,6%
ADI	5	1.200	1.020	940	799	894	78,3%	87,6%
AICEP	5	1.321	1.123	1.055	896	885	79,8%	78,8%
IAPMEI	5	6.224	5.290	6.009	5.107	4.287	96,5%	81,0%
Turismo de Portugal	5	599	509	294	250	254	49,1%	49,8%
Total Eixo	50	60.748	51.635	39.126	33.257	36.975	64,4%	71,6%

Unidade: Mil Euros

Assim, a execução do Eixo 5 regista, no final de 2012, uma taxa de realização de 64,4% relativamente ao aprovado, um valor acima da média do Programa e que se justifica pela tipologia das operações, dado existir, praticamente, uma coincidência entre o ano de programação e o ano de execução. De referir também a elevada taxa de pagamento, 71,6%, que resulta fundamentalmente do facto de os beneficiários desta tipologia de operações receberem, logo após a celebração dos Termos de Aceitação, um adiantamento FEDER equivalente a 30% do fundo aprovado e pagamentos *Top-Up* associados a cada despesa validada/paga durante o ano de 2012.

A distribuição das diversas componentes de despesa cofinanciada era, em termos acumulados, desde o início do Programa e até em 31 de dezembro de 2012, a que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 5.2 – Distribuição do Investimento aprovado no âmbito da assistência técnica a 31 de dezembro de 2012

Tipo de Despesas	Investimento Elegível Aprovado	Distribuição Relativa
Estrutura de Apoio Técnico (EAT)	29.425	48,4%
Bens e serviços correntes de apoio à EAT	25.317	41,7%
Equipamentos de Apoio à EAT	5.671	9,3%
Outras despesas	334	0,6%
Total	60.748	100,0%

Unidade: Mil Euros

São de destacar as despesas com as Estruturas de Apoio Técnico da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios, que correspondem a cerca de 48,4% do total do montante comprometido

neste ano. Esta tipologia respeita essencialmente a remunerações certas e permanentes com pessoal das equipas técnicas e a encargos obrigatórios da entidade patronal com a segurança social, assim como a abonos eventuais, designadamente encargos com ajudas de custo.

Os bens e serviços correntes de apoio à gestão, que ascendem a 41,7%, incluem encargos com instalações, comunicações, deslocações, formação, estudos, avaliações, realização de reuniões dos órgãos de gestão e trabalhos especializados, nomeadamente com peritos, avaliadores e consultores.

A aquisição de equipamentos informáticos – *hardware* e *software* –, e de equipamento administrativo e básico não ultrapassa 9,3% da despesa aprovada.

Relativamente aos anos anteriores, realce-se, mais uma vez, a manutenção dos encargos com as EAT, os peritos e os consultores. Foi ainda um ano de intensa aposta na melhoria do sistema de informação do Programa Operacional (SIGON.2), incluindo o alargamento da interoperabilidade com outros Sistemas de Informação, com particular ênfase nos casos do Expedientíssimo da CCDRN e do Sistema de Informação do IFDR.

Como informação adicional, e considerando as operações de Assistência Técnica aprovadas para o ano de 2012, é possível detalhar a execução da despesa, por grandes tipologias, apresentando o seguinte apuramento:

Quadro 5.3 – Distribuição da Despesa Executada no âmbito de candidaturas da Assistência Técnica para 2012

Tipo de Despesas	Execução Apresentada	%
Remunerações das EAT da AG e dos OI	5.913	71,2%
Encargos com Instalações	443	5,3%
Sistemas de Informação	423	5,1%
Material e Equipamento Informático	366	4,4%
Peritos / Avaliadores / Consultores	335	4,0%
Prestadores de Serviços (EAT)	205	2,5%
Publicidade e Comunicação	182	2,2%
Deslocações	176	2,1%
Comunicações	143	1,7%
Estudos	68	0,8%
Formação	20	0,2%
Obras	15	0,2%
Fornecimentos Diversos	19	0,2%
Total Assistência Técnica 2012	8.308	100,0%

Unidade: Milhares de Euros

A análise do quadro permite constatar que, no ano de 2012, as remunerações das EAT da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermediários pesam mais de 70% na estrutura de despesa das candidaturas aprovadas no Eixo 5, cerca de 6M€, e os encargos com bens e serviços correntes de

apoio às EAT representam cerca de 24%, totalizando 2M€. Esta alteração na estrutura da despesa relativamente às aprovações acumuladas acima apresentadas resulta, essencialmente, do Programa Operacional se encontrar na fase final de execução, em que os gastos com sistemas de informação e em consultadoria são menores. Para tal contribui também o contexto de crise económica e financeira, em que foram impostas fortes restrições à despesa das entidades públicas, em geral, e consequentemente às entidades responsáveis pela gestão do ON.2, com destaque para a própria Autoridade de Gestão. As dificuldades enfrentadas nos processos de autorização de aquisições de bens e serviços constituíram, em 2012, o principal problema a assinalar, quer no âmbito da intervenção da AG, quer dos Organismos Intermédios, impedindo ou atrasando a concretização de várias ações a realizar com recurso à prestação de serviços de terceiros.

| 262

Nas despesas com bens e serviços correntes de apoio às EAT, são de destacar as despesas de encargos com as instalações (5,3%), as despesas com os sistemas de informação (5,1%) e, ainda, as compras de material e equipamento informático (4,4%), bem como as despesas com peritos, avaliadores e consultores externos (4,0%).

Nos respetivos capítulos deste Relatório relativos ao sistema de informação e à publicidade e comunicação do ON.2 é dada informação adicional e mais detalhada sobre a natureza das despesas efetuadas em 2012.

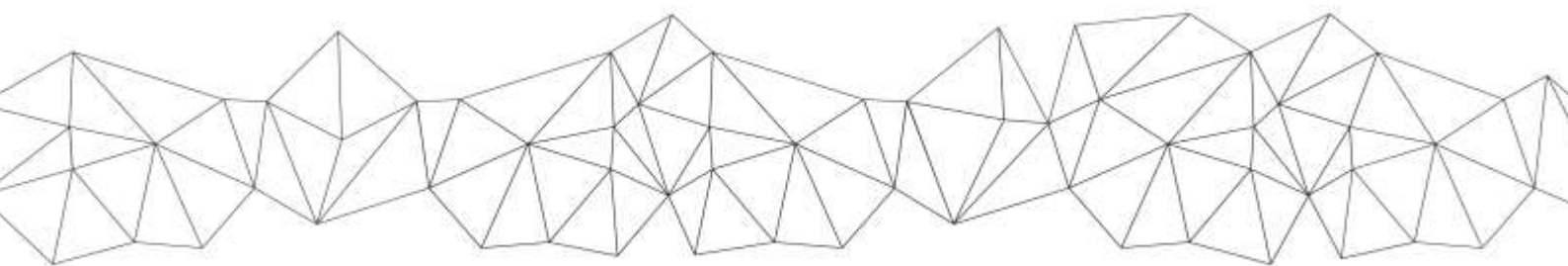
Os indicadores de realização e resultado referentes ao Eixo 5 – Assistência Técnica tiveram a seguinte execução:

Quadro 5.4 - Realização Física do Eixo Prioritário 5

Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) 1083/2006)		Até 2012	2013	2014	2015
Nº de candidaturas analisadas	Realização Contratada ¹²³	4.186			
	Realização Executada	289			
	Metas				7.000
N.º de visitas a projetos	Realização Contratada ¹²⁴	1659			
	Realização Executada	224			
	Metas				2.000
Nº de notícias publicadas na imprensa escrita (nacional, regional e local)	Realização Contratada				
	Realização Executada	4.626			
	Metas				4.000
Nº de visitas/acessos ao website do ON.2 – “O Novo Norte”	Realização Contratada				
	Realização Executada	841.000			
	Metas				600.000

¹²³ Para este indicador foram consideradas todas as operações que à data de 31/12/2012 registavam o estado Contratado e Concluído. Este último estado foi tido em conta na contabilização da 'Realização Executada'.

¹²⁴ Para este indicador foram consideradas as operações que constam do indicador 'N.º candidaturas analisadas' mas com data prevista de conclusão até 31/12/2012. Foi também tida em consideração a metodologia descrita na Orientação Técnica Específica 1 (2012). No cálculo da 'Realização executada' foram consideradas todas as visitas registadas em Sistema de Informação, realizadas até 31/12/2012, independentemente do respetivo Relatório estar ou não validado.



6. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE



Contexto geral de implementação



Para o “ON.2 – O Novo Norte”, 2012 foi um ano de importantes conquistas, mas também de uma mudança de paradigma resultante da conjuntura socioeconómica do país. Se, por um lado, os constrangimentos financeiros dos promotores e as dificuldades inerentes à reprogramação do QREN colocaram novos desafios à gestão do Programa Operacional, por outro, o seu desempenho foi assinalável. O ON.2 encerra o ano executando o maior volume financeiro da sua história: 492 M€, ou seja, mais 3 milhões do que no ano transato.

| 264

No Plano de Comunicação do ON.2, apresentado à Comissão Europeia a 14 de abril de 2008, 2012 corresponde à fase “Boas práticas e Encerramento”. Nesta fase, é privilegiada a aposta na promoção do reconhecimento de projetos que constituem boas práticas no contexto das iniciativas apoiadas pelo Programa, ilustrando, à luz de casos concretos, o sucesso e os benefícios da aplicação dos fundos comunitários. Em 2012, este documento foi revisto e atualizado, tendo presente as recomendações da “Avaliação da Operacionalização do ON.2 – O Novo Norte” e a consideração da segunda e terceira fases do Plano de Comunicação.

Considerando a informação que adiante se explicitará sobre os progressos e concretizações do Plano de Comunicação no ano em análise, importa aqui recordar o quadro de objetivos estratégicos definidos para a comunicação do “ON.2 – O Novo Norte”:

1. Desenvolver e sustentar uma notoriedade pública regional e nacional diferenciadora e adequada ao conhecimento e ao sucesso do Programa Operacional e à concretização dos seus objetivos, tendo por referência as suas prioridades estratégicas, oportunidades de financiamento e o conhecimento dos seus resultados concretos e relevantes;
2. Promover a acessibilidade ao Programa, à sua estrutura, mecanismos de gestão e canais de informação, por parte dos “potenciais beneficiários”, dos *players* de desenvolvimento regional, dos órgãos de comunicação social, assim como da sua Comissão de Acompanhamento e dos “utilizadores internos”, contribuindo para a satisfação das suas necessidades ou cumprimento de obrigações, favorecendo relações de transparência e de *good will* institucional;
3. Contribuir ativamente para a coordenação e complementaridade entre os diversos canais de informação e comunicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, participando dos esforços de orientação da sua “procura” e de qualificação da visibilidade pública da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia em Portugal, em especial na Região do Norte;
4. Projetar e sustentar uma identidade afirmativa e promissora do Programa Operacional, que potencie a compreensão da sua “visão estratégica” e a construção de uma imagem mais positiva, criativa e de mudança da Região do Norte.

Principais progressos do Plano de Comunicação em 2012

A comunicação na área dos fundos comunitários representa um contributo fundamental para a perceção das políticas públicas promovidas no contexto europeu, especialmente quando promovida a uma escala de proximidade, como acontece no caso do ON.2. A proximidade em relação à realidade

que diretamente beneficia dos fundos estruturais torna a perceção pública destes mais clara e evidente.

A fase “Ponto alto de realização, resultados e avaliação” do Plano de Comunicação do ON.2, decorrida em 2010 e 2011, revelou-se uma importante rampa de lançamento para esta nova etapa, onde a estratégia de comunicação foi direcionada para uma divulgação das “boas práticas” no universo de projetos beneficiários do ON.2. Esta etapa manter-se-á em 2013, a par do encerramento.

| 265

Face às metas definidas no Plano de Comunicação, o ano de 2012 encerra com os seguintes resultados:

Objetivo	Ponto de situação em 2012
Obter 500 mil visitas Web até 2013.	623 mil visitas Web
Registrar 5 mil contactos externos recebidos via telefone e respondidos via e-mail.	10.514 chamadas telefónicas
Medir os níveis de procura documental (operações de <i>download</i>). Considerar-se-á atingido o indicador se a sua dimensão for, de pelo menos, 300 mil <i>downloads</i> (até 2013).	290 mil <i>downloads</i> (a 10 mil do objetivo e ainda a um ano do timing definido)
Medir níveis de participação em eventos e ações de RP face aos <i>targets</i> definidos e <i>mailings lists</i> utilizadas. (Considerar-se-á atingido o indicador se a totalidade do n.º de participantes for, até final de 2013, superior a 80 mil.)	86.384 participantes
Medir o n.º de ações de comunicação mediática, face ao PO regional anterior. (Considerar-se-á atingido o indicador no caso de um acréscimo de 100% do seu número.)	4990 notícias publicadas com referência ao Programa
Obter um número de inscrições na newsletter eletrónica superior a 5.000.	6.794 registos na base da newsletter
Realizar pelo menos 600 inserções publicitárias até final de 2013.	775 inserções publicitárias
Incremento médio anual de 10% da publicação de FAQ.	Objetivo alcançado: em 2009 foram publicadas 7 FAQ; 3 em 2010; 2 em 2011 e 2 em 2012.
Realizar em média uma ação promocional/sensibilização criativa, anual, dirigida a “novos públicos”.	2 ações: Norte School e Dia da Europa com as escolas
Garantir total de acessibilidade Web a cidadãos c/ necessidades especiais.	Página Web em conformidade com as regras de acessibilidade.
Realizar 50% do investimento publicitário previsto na dotação orçamental do Plano de Comunicação até final da 2ª fase	Até 2011, foram investidos 553 089€ (50,3% da dotação orçamental global)
Registrar, em média, a publicação de 5 artigos na imprensa por cada ação de comunicação efetuada (<i>media scanning</i>).	A média global 2008/2012 é de 9 artigos por ação de comunicação.
Registrar um número de artigos publicados na imprensa, de conteúdo “positivo” ou “neutro” (análise qualitativa) superior a 75%.	Em 2012, 92,3% das notícias são positivas.



Objetivo	Ponto de situação em 2012
<p>Medir a alteração das perceções junto de potenciais beneficiários e <i>players</i> regionais sobre notoriedade, transparência, acessibilidade, volume e qualidade de informação, <i>branding</i>, face ao PO regional anterior, no âmbito do inquérito de opinião. (Considerar-se-á atingido o indicador de sucesso – eficácia do Plano de Comunicação, no caso de se verificar a melhoria das perceções na maioria das tipologias analisadas.</p> <p>NOTA: Este indicador deverá ser analisado no contexto do inquérito de opinião a realizar pelo Observatório do QREN</p>	<p>Inquérito de opinião não concluído.</p>
<p>Medir por amostragem o n.º operações financiadas com correta execução do normativo de “informação e publicidade” e “manual de identidade”. (Considerar-se-á atingido o indicador se verificado em 50% dos casos.)</p>	<p>Anualmente é elaborado o relatório de amostragem “Análise de Aplicações e Recursos de Comunicação de Entidades Beneficiárias”. Em 2012, foram verificadas 2 incorreções em 15 suportes de operações analisados, o que equivale a uma correta execução em mais de 85%.</p>

Execução Financeira em 2012

No que diz respeito às realizações efetuadas ao abrigo do Plano de Comunicação do ON.2 em 2012, o valor global de investimento foi de cerca de 100 mil Euros. Deste montante, a maior fatia foi alocada à realização de eventos (perto de 50% do valor total), com especial destaque para o evento anual do ON.2 e para a iniciativa NORTE SCHOOL. De assinalar, neste contexto, o investimento efetuado nas edições e produções de materiais info-promocionais, em cerca de 18 mil euros, e a promoção publicitária que contou com um montante que ascendeu aos 13 mil euros.

Além da execução atrás mencionada, cuja responsabilidade direta é da Autoridade de Gestão do Programa, importa referir o investimento efetuado em 2012 pelas Associações de Municípios da Região do Norte, na qualidade de organismos intermédios, num montante de aproximadamente 80 mil Euros. Na sua maioria, esse investimento correspondeu ao estabelecimento de parcerias mediáticas, designadamente através da aquisição de conteúdos informativos e promocionais num canal televisivo de cariz regional.

Principais marcos

Apresentado o quadro geral de desempenho da estratégia de comunicação do ON.2 até 2012, nomeadamente ao nível financeiro, há que destacar as principais realizações do ano:

- i) a divulgação de projetos de excelência a nível europeu, com forte destaque para a participação nos prémios europeus *RegioStars* com o projeto do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – UPTEC e a sua apresentação em Bruxelas, durante os *Open Days 2012* – Semana Europeia das Regiões;

- ii) Uma aposta em metodologias de promoção de um contacto mais direto com os beneficiários (parcerias na divulgação dos projetos apoiados pelo Programa, por exemplo);
- iii) Conquista de “novos públicos”, através de uma presença assídua no *Facebook* e *Twitter* e de iniciativas como o “Norte School”. Pretende-se, assim, ampliar significativamente o leque dos destinatários das ações de comunicação implementadas e promover uma lógica de comunicação mais imediata e simples.

Participação nos prémios europeus *Regiostars* 2012 e 2013

Não perdendo a oportunidade de, novamente, colocar iniciativas financiadas pelo ON.2 nos holofotes europeus, foi apresentado ao *Regiostars 2013* um novo projeto da Região do Norte. O Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – UPTEC foi o candidato nortenho à categoria “Smart Growth” e conquistou um lugar no leque de finalistas. O vencedor é anunciado em 2013.

Tendo já sido finalista dos “Prémios NOVO NORTE”, o UPTEC teve ainda a oportunidade de realizar uma apresentação em Bruxelas, durante os *Open Days 2012 – Semana Europeia das Regiões*.

Mas o UPTEC não é a estreia da Região do Norte nos prémios *Regiostars*. Esta conquista surge já depois do Norte ter sido finalista com três outros projetos. Ainda em 2012, “Redescobrir Vila do Conde” e “Seniores em movimento” alcançaram essa mesma posição. O Norte é, assim a região portuguesa que mais projetos levou à final desta competição de referência da política regional europeia.



Imagens da sessão de audiência aos finalistas dos *Regiostars 2012*. A Região do Norte marcou presença com os projetos, “Redescobrir Vila do Conde” e “Seniores em movimento”.

Parceria com beneficiários do Programa para divulgação dos projetos e respetivo cofinanciamento

Com a notoriedade que o Programa conquistou progressivamente junto dos seus públicos-alvo, foram surgindo solicitações, por parte dos beneficiários do ON.2, para uma colaboração na divulgação relativa aos projetos cofinanciados. Uma divulgação sem custos, tirando partido dos canais de comunicação e dos contactos existentes na estrutura do Programa. Por exemplo, através da inclusão de conteúdos na *news/letter*, do envio de uma nota de imprensa, de um mailing específico, da inserção de uma notícia alusiva ao projeto, entre outras. Este facto revela o reconhecimento do impacto das ações de comunicação implementadas no contexto do ON.2 e possibilita uma maior interação com os promotores.

Desta interação, resultam oportunidades de melhoria na estratégia do próprio Programa, graças a um contacto direto com aquelas que são as conquistas, mas também as dificuldades ou limitações dos promotores.

Em 2012, esta prática foi privilegiada, proporcionando a inclusão de membros da Comissão Diretiva do ON.2 nos programas dos eventos em causa e 15 notícias específicas no *site* do Programa.



Notícia disponível em <http://www.novonorte.gren.pt/noticias/concurso-mundial-de-bruxelas-2012- chega-ao-norte-com-apoio-do-on-2/>



Notícia disponível em <http://www.novonorte.gren.pt/pt/noticias/detalhes.php?id=2501>

Consolidação da presença do ON.2 nas redes sociais

Em 2011, a comunicação web do ON.2 deixou de se restringir ao website www.novonorte.gren.pt e passou a abranger as redes sociais. As páginas criadas no Facebook (www.facebook.com/novonorte) e no Twitter (www.twitter.com/novonorte) passaram a servir de canais para mensagens que, em muitos casos, nem sequer são divulgadas no *site* oficial.

Pela sua natureza imediata, rápida e pela lógica de pertença a uma comunidade, as redes sociais permitem a promoção de um vasto conjunto de iniciativas que beneficiam do apoio do Programa Operacional e que aí ganham um novo espaço de destaque. O sentimento de reconhecimento por parte dos promotores que beneficiam dessa divulgação contribui para a notoriedade do Programa e, simultaneamente, permite uma atualização regular dos conteúdos disponibilizados.

Uma página “estática” nas redes sociais vale zero ou, pior, prejudica à partida o protagonista que evidencia a incapacidade de sustentar a presença que criou. É nas interações com a comunidade que adere ao perfil que se encontra o maior benefício desta opção e, no caso da página do ON.2 no Facebook, 2012 encerra com 823 adesões. Um número significativo, face à especificidade do Programa e à ainda reduzida presença e adesão a perfis desta natureza nas redes sociais.

Em relação ao Twitter, cujo impacto em Portugal é francamente menor que o do Facebook, o ON.2 termina o ano em análise com 127 seguidores. O Twitter tem-se revelado menos relevante no que diz respeito à mobilização pública, mas mais na disponibilização de informação atualizada em permanência, servindo de fonte para muitas atividades relacionadas com a comunicação do ON.2.

Modelo participativo de newsletter

| 270

No ano de 2012, manteve-se a difusão mensal de uma newsletter dedicada ao Programa, mas com a introdução de uma nova metodologia nalgumas das edições: o destaque central dedicado a testemunhos de beneficiários, recolhidos especificamente com esse fim. Detendo, no final do ano, uma base com mais de 6500 contactos, a visibilidade conferida aos projetos adquire, assim, uma dimensão assinalável.

Na sequência desta iniciativa, o Programa recebeu alguns pedidos de inclusão na rubrica “testemunhos”.



Comunicação web em 2012

À semelhança do que verificámos no ano de 2011, o alargamento dos canais de comunicação do ON.2 permite atingir novos públicos mas, simultaneamente, dispersá-los, o que se reflete, nomeadamente, na redução do número de acessos ao *website*. Mas essa redução (ver quadro abaixo) resulta, em grande medida, da publicação de um menor número de novos avisos para concursos. Acresce, ainda, o facto de os próprios beneficiários serem promotores de mais de um projeto e, por isso, existe documentação e outro tipo de informação a que não necessitam de aceder, pois recolheram a informação em momentos anteriores. A mesma razão explicará a diminuição que se verifica nos *downloads* (de 60 para 20 mil).

As atualizações mantiveram um ritmo médio de 3 por semana e, na área de notícias, foram publicados 62 novos artigos.

Quadro 6.1 - Evolução de Acessos 2008-2012 (www.novonorte.gren.pt)

2008	2009	2010	2011	2012
90.965	80.000	373.000	250.000	47.000

Quadro 6.2 – Indicadores Gerais Web 2012

ON.2 - Indicadores Gerais Web 2012 (estimativa)	Valores
Visitas (homepage área ON.2)	47.000
Downloads	20.000
Atualizações (est. 3 atualiza. p/ semana)	150

Apesar da diminuição verificada no número de *downloads* de ficheiros do *site* do ON.2, o facto de o Manual de Identidade manter a sua posição no *top* dos mais procurados revela a sensibilização dos beneficiários para a necessidade de cumprir as normas de publicitação do apoio comunitário atribuído.

A posição ocupada pela lista dos projetos aprovados (investimento público) assinala o (re)conhecimento de uma prática de salvaguarda da transparência inerente à aplicação dos fundos estruturais.

Quadro 6.3 - ON.2 - Indicadores Específicos Web - ficheiros mais descarregados

ON.2 - Indicadores Específicos Web - ficheiros mais descarregados (estimativa)	Valores
Orientação de Gestão 4/2009	1.260
Manual de Identidade do ON.2	1.131
Orientação de Gestão 1/2011	1.123
Projetos aprovados (Investimento Público)	1.106
Orientação de Gestão 1 – Revisão 4/2012	1.014

Relativamente à *newsletter* do ON.2, cujas alterações implementadas já mereceram consideração, há a registar um total de 12 edições remetidas para mais de 6500 contactos.

Comunicação mediática



Tendo sido 2012 um ano atípico, com alterações na equipa de gestão do Programa Operacional e com o processo de reprogramação do QREN, a aposta na comunicação mediática evidenciou um abrandamento. No entanto, manteve-se, como não poderia deixar de ser, um domínio central da comunicação do ON.2.

Com o contributo de um total de 19 eventos (incluindo sessões de assinaturas dos contratos de cofinanciamento e uma conferência de imprensa), o

ano somou 23 notas de imprensa.

Analisando as 877 notícias com referência ao ON.2, em 2012, verificamos que cerca de 82 por cento são publicadas na imprensa escrita. A rádio mantém-se como o meio de menor peso e, na televisão, o interesse do Porto Canal nas temáticas do Programa tem-se mantido.



A notoriedade do ON.2 manifesta-se, entre outros aspetos, na percentagem das notícias positivas: praticamente 82 por cento. Mesmo mediante a contestação verificada aquando da reprogramação do QREN (tema maioritariamente responsável pelas notícias negativas), o Programa sustenta a sua imagem positiva, mantendo-se significativamente acima da meta fixada no “Board de Indicadores de Eficácia”, no Plano de Comunicação, a saber, de um “número de artigos publicados na imprensa de

conteúdo ‘positivo’ ou ‘neutro’ superior a 75%”.

Quadro 6.4 - Resultados Mediáticos do ON.2

ANO	Imprensa	Online	Rádio	Tv	Total
2012	717	88	14	58	877

Quadro 6.5 - Análise Qualitativa da Notoriedade Mediática do ON.2

Notícias Positivas	718	81.9%
Notícias Neutras	81	9.2%
Notícias Negativas	77	8.8%

| 273

Criatividade na antiga Oliva quer abranger todo o Norte

S. JOÃO DA MADEIRA
Projeto custará nove milhões e ocupa 14 mil metros quadrados

Milene Marques
locus@ja.pt

POLO DE CRIATIVIDADE para criar riqueza no Norte do país a partir de S. João da Madeira, a Oliva Creative Factory (OCF) é hoje lançada oficialmente em 14 mil metros quadrados da antiga metalúrgica. O projeto municipal para as indústrias criativas tem capacidade inicial para incubar 15 empresas e está já a receber propostas de jovens empreendedores.

O design de produto e gráfico, o design de moda, o audiovisual, a multimédia e o desenvolvimento de software são as áreas a privilegiar para integrar o pólo empresarial da Oliva que, além da incubadora, conta com um "business center" com oito gabinetes para empresas já no mercado.

"As atividades áreas criativas, como as artes visuais, as performativas, o artesanato



Haverá atividades pontuais até abertura oficial em 2013

CURIOSIDADES // PROJETO EM SÍNTESE

INCUBADORA CRIA 38 POSTOS DE TRABALHO

A incubadora funcionará em espaço aberto com 38 postos de trabalho divididos por 15 núcleos (podrá posteriormente ser alargado). Os interessados a conhecer a um lugar poderão já enviar a sua ideia de negócio através do email olivacreativefactory@cm-sjm.pt e encontrar mais informação em www.olivacreativefactory.com.

DA SALA PARA EVENTOS A UMA ESCOLA DE DANÇA

O centro terá uma sala para a realização de eventos como concertos, apresentações de modelos, seminários, uma sala de reuniões e outra de residências artísticas. Terá ainda uma ala dedicada às artes com salas de exposições, salas para formação artística, uma oficina de restauro da Fundação Ricardo Espírito Santo, uma escola de dança, entre outros.

e a joalharia, se servirem para potenciar o novo tecido industrial tradicional já existente ou se podem servir-se dele para se potenciarem também poderão estar na OCF", explica Susana Mesquita, diretora-executiva.

Esta é uma das missões do projeto de nove milhões de euros (financiado em 80% pelo Programa Operacional Regional do Norte), que reconverte o espaço da antiga Oliva: frutificam sinergias e convertem o espaço em município, mas também do Norte. Dada esta aposta num cluster de indústrias criativas no Norte, foram convidados para debater a questão os presidentes das câmaras da Frelsa, de Vareda, de Santo Tirso e de S. João da Madeira, na sessão de hoje, que conta ainda com a presença do secretário de Estado do Empreendedorismo, da Inovação e Competitividade.

Apresentando a especialista em cidades criativas Charles Landry mostrou-se positivo relativamente à iniciativa, mas lembrou que o êxito de um projeto destes depende de outros pontos estratégicos da cidade. ■

De notar, igualmente, que os órgãos de comunicação social regionais detêm uma posição de destaque, sendo responsáveis por perto de 63 por cento dos conteúdos. Uma constatação natural e expectável perante a natureza regional do Programa. À semelhança do que acontecia em 2011, os conteúdos noticiosos surgem, muitas vezes, por iniciativa dos próprios promotores dos projetos que, assim, asseguram o cumprimento das normas de publicitação do cofinanciamento neste domínio (ver exemplo ao lado).

Jornal de Notícias, 30.05.2012

Evento anual

A realização de "uma grande ação de informação anual" sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma "boa prática" de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público assumida pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo como tema dominante os principais números, factos e perspetivas futuras da aplicação do ON.2 e do QREN na Região do Norte.



Aspeto da sala onde decorreu o evento anual do ON.2 e que contou com cerca de 350 participantes.

O evento anual do ON.2 teve lugar a 5 de dezembro, no Porto, com o duplo objetivo de realizar um balanço da aplicação dos fundos comunitários na Região e debater o contributo das empresas para o seu desenvolvimento, em particular no que respeita às oportunidades na ótica da reindustrialização e do reforço da competitividade de base territorial.



A iniciativa contou com a presença de um reputado quadro de oradores, dos quais se destaca o Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, e uma significativa participação de instituições regionais, municípios, empresas e personalidades da sociedade civil regional, num conjunto de cerca de 350 presenças

À margem da sessão, foram assinados contratos de financiamento comunitário, no âmbito do sistema de incentivos do ON.2 ao investimento de micro e pequenas empresas.

BOAS PRÁTICAS

Não deixando de constituir grandes marcos da comunicação do ON.2, no ano em apreço, a iniciativa “Norte School” e o Dia da Europa com as escolas assumiram-se como boas práticas. Isto porque, não só se encontravam enquadradas no objetivo de conquistar novos públicos, como se confirmaram casos de sucesso. O balanço destas ações manifesta uma pertinência inequívoca da sua continuidade.

Organização e encerramento do “Norte School”

A iniciativa “Norte School”, que desafiou os estudantes do ensino secundário a pensarem a Região do Norte no horizonte 2020, teve o seu lançamento em 2011, mas a sua realização e encerramento foram realizados ao longo do ano em análise.



Registo fotográfico da cerimónia final de encerramento e entrega dos Prémios “Norte School”

Em resposta ao desafio, 60 candidaturas, oriundas de 24 concelhos distintos da Região, foram desenvolvidas em contexto curricular, materializando as diferentes perspetivas nas categorias “Artes & Design”, “Letras & Jornalismo” e “Estudos e Planeamento”.

A iniciativa mereceu uma página de Facebook específica (<https://www.facebook.com/norteschool>), um blog (<http://norteschool.blogspot.pt/>) e uma área no site (<http://www.ccdr-n.pt/pt/gca/index.php?id=2062>).

Esta foi uma aposta em novos públicos, com o objetivo de introduzir na comunidade escolar as temáticas da integração comunitária, do desenvolvimento regional e da importância dos fundos comunitários.

Dia da Europa com as escolas

No dia 9 de maio, foi organizada uma sessão comemorativa do Dia da Europa, nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), onde estiveram presentes algumas das turmas finalistas do concurso “Norte School”.

Cerca de 100 pessoas assistiram a uma apresentação sobre a integração de Portugal na União Europeia e o impacto dos investimentos apoiados pelo ON.2 na Região, com lugar para a menção de iniciativas apoiadas nos concelhos das turmas em causa.

O contacto estabelecido com as escolas, os professores e os alunos permitiu realizar outras sessões de apresentação do ON.2, algumas das quais a pedido das próprias escolas.

| 276

Rede de Comunicação do QREN

A Rede de Comunicação do QREN constitui um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos programas operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e de transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

No âmbito desta Rede destacam-se, em 2012, os seguintes *resultados*, para os quais o ON.2 contribuiu ativamente:

- i) Atualização do portal www.qren.pt com notícias, projetos cofinanciados e concursos lançados;
- ii) Um serviço integrado de media *clipping* partilhado pelas diversas estruturas de comunicação do QREN;
- iii) A participação nacional na Rede Comunitária INFORM;
- iv) Exposição alusiva a projetos emblemáticos;
- v) Organização e planeamento do estudo de opinião do QREN a realizar junto de diferentes públicos-alvo.

Comunicação Interna

Neste contexto, o Plano de Comunicação incide os seus esforços em quatro domínios específicos:

- i) O desenvolvimento da *newsletter* eletrónica interna;
- ii) A gestão do endereço geral do ON.2 (novonorte@ccdr-n.pt) que registou, de janeiro a dezembro de 2012, um conjunto de 520 operações de reencaminhamentos internos de mensagens;
- iii) O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;
- iv) A gestão de conteúdos informativos na intranet;

- v) A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.

Atualização do Plano de Comunicação

No arranque do Programa Operacional, a Autoridade de Gestão estabilizou um referencial estratégico no domínio da comunicação, que antecipou o conjunto de atividades para o biénio 2008/2009 – correspondendo à primeira fase do Plano de Comunicação – permitindo proceder posteriormente aos ajustamentos considerados adequados face à evolução subsequente da execução do Programa. Esta revisão foi feita linearmente, com a identificação do conjunto integral das ações de comunicação a implementar, enquadradas nas diferentes fases e ficou concluída em agosto de 2012, altura em que foi de novo submetida à aprovação da Comissão Diretiva do ON.2.

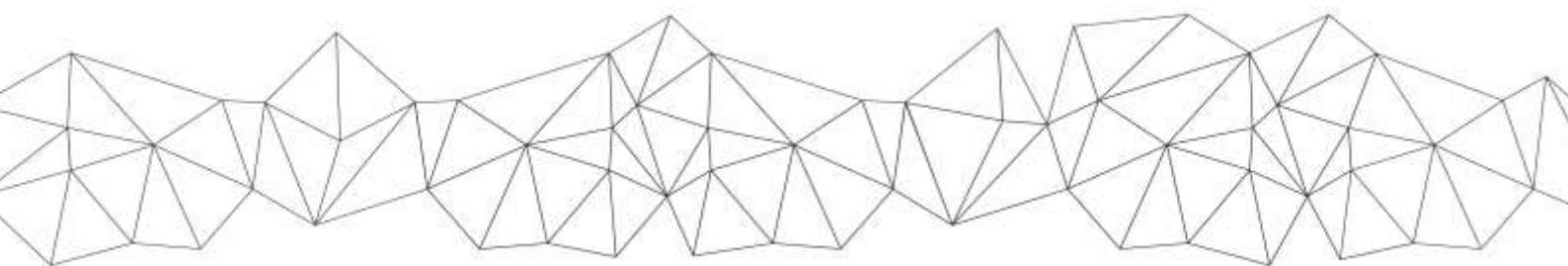
Neste contexto, e uma vez encerradas as ações da fase 1, relativa ao biénio 2008/2009, foram elencadas as ações de comunicação relativas às fases 2 (2010/2011) e 3 (2012/2013). Como que a fechar o ciclo de comunicação do ON.2, a Fase 3 privilegia o reconhecimento de boas práticas lançadas nos anos anteriores, atribuindo notoriedade a ações anteriormente estruturadas. Destacam-se os projetos que mais contribuem para exemplificar a aplicação adequada dos fundos comunitários em iniciativas de desenvolvimento regional e comunica-se que, sem este investimento, não seria possível concretizar parte significativa dos projetos. É ainda na última fase que se começam a delinear novas ações de comunicação centradas no planeamento de um novo ciclo de aplicação dos fundos estruturais.

Horizonte 2020



O ano de 2012, conforme previsto no Plano de Comunicação, marcou o arranque dos trabalhos em torno do próximo ciclo comunitário 2014-2020. A estratégia de comunicação associada à iniciativa regional NORTE 2020 encontra-se já delineada, tendo divulgação pública prevista para o ano de 2013.

Não obstante, o trabalho de planeamento desenvolvido junto dos parceiros regionais teve início no ano em análise. Em dezembro, por exemplo, o evento da Universidade do Minho “Estratégia EUROPA 2020 na Região do Norte: universidades, inovação e desenvolvimento regional” contou com a colaboração do Programa Operacional Regional do Norte.



7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013



Balanço Global da Execução em 2012

No final de 2012, com 4.737 operações aprovadas e um FEDER associado de 2.546 M€, o Programa registava uma taxa de compromisso de 95,7% das verbas programadas, entretanto reduzidas em cerca de 50M€ como resultado da reprogramação aprovada. Em termos líquidos, face ao ano anterior, registou-se um acréscimo de 675 candidaturas aprovadas e de 132,4 M€ FEDER, tendo a taxa de compromisso aumentado 6,65 pontos percentuais.

| 279

Neste ano, registou-se uma execução FEDER de 491,8 M€, valor ligeiramente superior ao executado em 2011 (488,8M€). Este aumento da execução do fundo andou a par da diminuição do correspondente valor de investimento elegível, resultante da conjugação de vários fatores que se identificam no relatório, entre os quais se salienta a transferência de projetos para o POVT, a intensificação da descativação de operações, um aumento do FEDER comprometido por via do aumento das taxas para 85%, sem impacto no investimento elegível das operações, etc. Estes mesmos fatores determinaram fortes oscilações da execução ao longo do ano.

Globalmente, a taxa de execução ascendeu a 52,3% (33,2% em 2011). Não obstante ter ficado ligeiramente aquém das metas que a AG tinha estabelecido para si própria, ultrapassou a meta definida pela tutela, superando não só a programação estabelecida para o ano, mas também as metas definidas regulamentarmente (regra n+3), contribuindo para recuperar os atrasos registados nos primeiros anos de execução. Este desempenho sempre será de valorizar, considerando o difícil enquadramento em que desenvolveram a sua atividade os promotores e a AG. Entre os principais fatores que condicionaram a realização do PO neste período conta-se as reprogramações de 2011 e de 2012 e as alterações do quadro regulamentar, de modo especial, a RCM n.º 33//2012, de 15 de março (“Operação Limpeza”), as deliberações da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 8 de maio de 2012 (suspensão de novos compromissos) e de 13 de agosto de 2012 (criação da Equipa Conjunta Governo –ANMP) e as várias alterações dos Regulamentos Específicos.

Continuou a verificar-se uma correlação positiva entre os valores de aprovação e os de execução dos Eixos, salientando-se o desempenho dos Eixos 3 e 4, com uma taxa de execução acima da média do Programa. Os restantes eixos, com níveis bastante inferiores, continuaram a recuperar parte do atraso de anos anteriores.

O contributo esperado do ON.2 para os temas associados às prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas *earmarking*) representa atualmente 73,3% da dotação FEDER do programa operacional. No final de 2012, verificava-se que o FEDER aprovado em temas *earmarking* correspondia a 72,2% do total dos temas prioritários, revelando uma grande consonância das aprovações com as prioridades definidas. As infraestruturas de ensino, com 559M€, o investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação, com 334,3M€, e os projetos

integrados de reabilitação urbana e rural, com 304 M€, são os temas assumem o maior contributo para os temas *earmarking*, respetivamente, com 22, 13 e 12%.

Estes números refletem a opção do Programa na prossecução das prioridades da União Europeia e do Governo: promoção da competitividade, qualificação das pessoas, criação de emprego e inovação.

No que respeita ao tipo de território, são de destacar as operações localizadas em aglomerações urbanas, que justificam 1.647 M€ FEDER aprovado (65%) e um valor executado de 59%. No que se refere às atividades económicas, o investimento distribui-se, essencialmente, pelos sectores da educação (24%) e da reabilitação urbana/construção (12%), assumindo ainda alguma relevância o investimento ligado a serviços prestados a empresas, à ação social e serviços coletivos e a transportes (entre os 6 e os 11%).

Os principais beneficiários do ON.2 são as entidades públicas, destinatárias de 66% do FEDER aprovado, com destaque para as que integram a administração autónoma local, tipologia fundamentalmente representada pelos municípios (77% do total das entidades públicas). São também as entidades públicas que apresentam taxas de execução mais elevadas (entidades da administração direta central do Estado, serviços personalizados do Estado e entidades da administração autónoma local, com relevância para os municípios).

Outra conclusão relevante prende-se com o impacto do ON.2 na coesão territorial interna à Região do Norte. Com base nos valores acumulados em finais de 2012, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afeto à Área Metropolitana do Porto (26% do total), seguida do Tâmega e Sousa (15%). No entanto, a maior incidência do investimento *per capita* verifica-se tendencialmente nas subregiões com menores rendimentos per capita.

Previsões e perspetivas para 2013

No contexto a vários níveis adverso que caraterizou o ano em apreço, o Programa conseguiu acelerar definitivamente a execução. A conjuntura económica recessiva e as restrições orçamentais continuarão seguramente a fazer-se sentir, pelo que se torna ainda mais importante que o Programa cumpra os seus objetivos e o faça de modo ágil, tendo em vista mitigar as dificuldades de concretização sentidas pelos promotores.

Atentas estas dificuldades e considerando a fase do ciclo de gestão em que nos encontramos, as principais preocupações da AG centrar-se-ão, necessariamente, na resposta aos seguintes desafios:

- assegurar, na medida das disponibilidades orçamentais, a aprovação das candidaturas pendentes que assegurem o cumprimento das condições requeridas, em especial as candidaturas apresentadas no âmbito dos Avisos relativos aos sistemas de incentivos;

- incrementar a execução dos projetos, tendo como metas o cumprimento da Regra n+2 do ano 2013 e uma taxa global de execução do Programa de 75%. Para tal, é crucial prosseguir a monitorização periódica de compromissos sem capacidade de execução e alcançar uma redução significativa dos tempos médios de análise dos pedidos de pagamento;
- reduzir de forma significativa o número de operações fisicamente concluídas e que aguardam o encerramento;
- intensificar os esforços de controlo interno;
- definir regras de encerramento do Programa, especialmente uma metodologia de *overbooking*, maximizando a aplicação estratégica dos fundos disponíveis e garantindo um encerramento compatível com o arranque do próximo período de programação;
- concluir o exercício de avaliação intercalar, procurando ter em conta os seus resultados na preparação do próximo ciclo de programação.

| 281

Tendo em especial atenção as metas de execução estabelecidas pela Autoridade de Gestão, em articulação com os Organismos Intermédios, bem como o cronograma de apresentação de pedidos de certificação de despesa definido pelo IFDR para 2013, foram efetuadas as previsões dos Pedidos de Pagamento a enviar à Comissão Europeia¹²⁵ nos anos de 2013 e 2014, tal como constam do quadro seguinte.

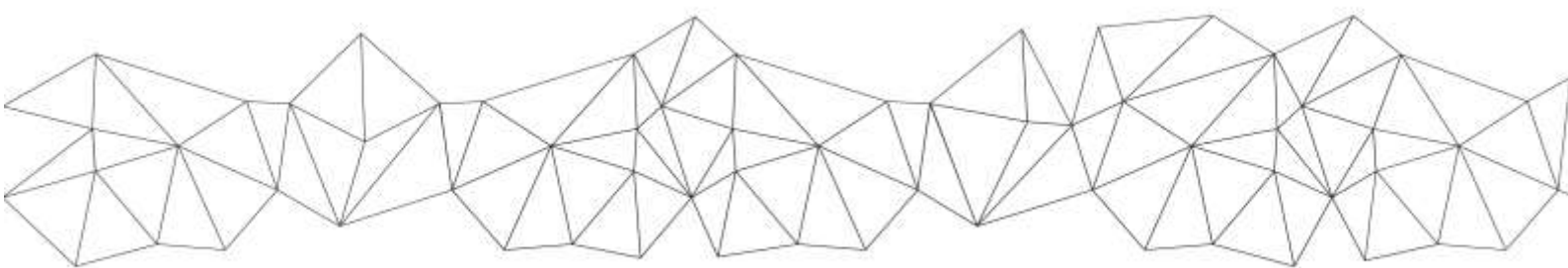
Quadro 7.1 – Previsões de Pedidos de Pagamento a efetuar à CE

EIXO PRIORITÁRIO	Em 2013		Em 2014	
	Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
EP 1 - Sistemas de Incentivos	136.465.304	108.735.554	160.941.242	101.701.162
EP 1 - Outros Regulamentos	144.549.403	115.176.964	252.750.737	203.376.912
EP 2	80.899.338	68.764.437	90.237.236	66.675.625
EP 3	75.432.859	64.117.930	34.105.076	25.120.507
EP 4	350.573.094	296.164.149	167.488.395	137.523.362
EP 5	14.367.402	12.212.292	30.549.091	25.966.728
TOTAL PO	802.287.399	665.171.327	736.071.777	560.364.297

Unidade: Mil Euros

Face aos fatores de incerteza que caracterizam este tempo e à dimensão dos desafios que pretende enfrentar, a Autoridade de Gestão está ciente das dificuldades que encontrará na prossecução dos objetivos e no cumprimento das metas que assume. Não obstante, dispõe-se a envidar todos os esforços nesse sentido, em articulação com as entidades competentes, com a colaboração de todos os que trabalham na gestão do ON.2 e, sobretudo, dos promotores.

¹²⁵ Nos termos do estipulado no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro.



ANEXOS



ANEXOS

ANEXOS A – Quadros e Apontamentos Complementares

ANEXOS B – Fichas de Projeto

ANEXOS C – Tabelas estabelecidas pelo IFDR

ÍNDICE DOS QUADROS E APONTAMENTOS COMPLEMENTARES

ANEXO A.1 – OBJETIVOS E REGULAMENTOS ESPECÍFICOS DO ON.2, POR EIXO PRIORITÁRIO	VI
ANEXO A.2 - MODELO DE GOVERNAÇÃO DO QREN E DO ON.2.....	VIII
ANEXO A.3 - MODELO DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS NO ON.2	VIII
ANEXO A.4 - IMPACTO DA QUEBRA DE SÉRIE DO INQUÉRITO AO EMPREGO NA REGIÃO DO NORTE.....	IX
ANEXO A.5 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE FACE AO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PORTUGAL: QUESTÕES METODOLÓGICAS	IX
ANEXO A.6 - INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO DE 2012	XI
ANEXO A.7 – EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE 2005-2012 (EM % DO TOTAL DE CADA ANO)	XIII
ANEXO A.8 - PRINCIPAL CONTRIBUTO DO EIXO PRIORITÁRIO 4 PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	XV
ANEXO A.9 - PRINCIPAL CONTRIBUTO DO EIXO PRIORITÁRIO 1 (SISTEMAS DE INCENTIVOS) PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: EMPREENDEDORISMO JOVEM E/OU FEMININO	XVII
ANEXO A.10 – AUDITORIAS EXTERNAS	XX
ANEXO A.11 - TAREFAS EXECUTADAS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SIGON.2.....	XXIII
ANEXO A.12 - EMPRÉSTIMO-QUADRO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (QREN-EQ)	XXIV
ANEXO A.13 - OPERAÇÕES ABRANGIDAS PELA “OPERAÇÃO LIMPEZA” (MARÇO DE 2012).....	XXVIII
ANEXO A.14 - OPERAÇÕES TRANSFERIDAS PARA O POVT – 1ª REPROGRAMAÇÃO	XXIX
ANEXO A.15 - OPERAÇÕES TRANSFERIDAS PARA O POVT – 2ª REPROGRAMAÇÃO	XXX

ÍNDICE DAS FICHAS DE PROJETOS

ANEXO B.1 – FICHAS DE PROJETO DO EIXO PRIORITÁRIO 1 – SISTEMAS DE INCENTIVOS	XXXII
ANEXO B.2 – FICHAS DE PROJETOS DO EIXO PRIORITÁRIO 1 – INVESTIMENTO PÚBLICO	XXXIV
ANEXO B.3 – FICHAS DE PROJETO DO EIXO PRIORITÁRIO 2.....	XLIII
ANEXO B.4 – FICHAS DE PROJETO DO EIXO PRIORITÁRIO 3.....	XLVI
ANEXO B.5 – FICHAS DE PROJETOS DO EIXO PRIORITÁRIO 4.....	XLIX

ÍNDICE DOS ANEXOS DO IFDR

ANEXO C.1 - REALIZAÇÃO FÍSICA DOS INDICADORES COMUNS NACIONAIS | ANEXO I DO IFDR _____ LIV

ANEXO C.2 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31.12.12 (VALORES ACUMULADOS) | ANEXO II DO IFDR _____ LVIII

ANEXO C.3 - APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR REGULAMENTO ESPECÍFICO ATÉ 31.12.12 (VALORES ACUMULADOS) | ANEXO III DO IFDR _____ LIX

ANEXO C.4 - APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR NUTS ATÉ 31.12.12 (VALORES ACUMULADOS) | ANEXO IV DO IFDR _____ LXI

ANEXO C.5 - APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO) | ANEXO V DO IFDR _____ LXII

ANEXO C.6 - TEMPLATE 1: OPERAÇÕES IMPLEMENTADAS DE INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA INTEGRADOS EM FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO | ANEXO VI DO IFDR _____ LXVI

ANEXO C.7 - INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE | ANEXO VII DO IFDR _____ LXXV

ANEXO C.8 - RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA - INDICADORES DE EIXO - ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2009 | ANEXO VIII DO IFDR _____ LXXVI

ANEXO C.9 - RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA - INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS - ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2009 | ANEXO IX DO IFDR _____ LXXXIV

ANEXO C.10 - OPERAÇÕES APROVADAS POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31.12.12 (VALORES ACUMULADOS) | ANEXO X DO IFDR _____ LXXXVIII

ANEXO C.11 - REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA / CALENDÁRIO DE CONCURSOS POR EIXO PRIORITÁRIO | ANEXO XI DO IFDR _____ LXXXIX

ANEXO C.12 - PROCESSO DE SELEÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31.12.12 (VALORES ACUMULADOS) | ANEXO XII DO IFDR _____ XCIX



ANEXOS A – Quadros e Apontamentos Complementares

ANEXO A.1 – Objetivos e Regulamentos Específicos do ON.2, por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário	Objetivo Específico	Regulamento Específico
EP 1	01 Consolidação dos serviços coletivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
		Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
		Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas
	02 Apoio à criação e consolidação de clusters emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)
		Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)
		Incentivos à Inovação (SI Inovação)
		Apoios à Formação Profissional
		Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	03 Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e acolhimento empresarial	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
		Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	04 Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)
		Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)
		Incentivos à Inovação (SI Inovação)
		Apoios à Formação Profissional
EP 2	05 Promoção de ações coletivas de desenvolvimento empresarial	Apoio a Ações Coletivas
	06 Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
	07 Promoção de ações de eficiência energética	Energia
	08 Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local	Apoio à Modernização Administrativa
	09 Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local	Promoção e Capacitação Institucional
	10 Promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade (especialmente) dos ativos jovens em situação de desemprego	Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro empresas.
	01 Valorização da excelência turística regional (Programa de Promoção da Marca Porto Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento turístico do Vale do Douro)	Valorização Económica de Recursos Específicos
	02 Promoção económica de novos usos do mar	Valorização Económica de Recursos Específicos
	03 Valorização da cultura e da criatividade	Valorização Económica de Recursos Específicos
	04 Valorização de novos territórios de aglomeração de atividades económicas	Valorização Económica de Recursos Específicos
EP 3	01 Qualificação dos serviços coletivos regionais de valorização e proteção ambiental	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental
		Ações de Valorização do Litoral

Eixo Prioritário	Objetivo Específico	Regulamento Específico
	01 Qualificação dos serviços coletivos regionais de valorização e proteção ambiental	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais
		Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais
		Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas
		Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental
	02 Qualificação da rede regional de espaços de sustentabilidade	Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados
	03 Qualificação dos serviços regionais de cultura e património	Valorização e Animação do Património Cultural
		Rede de Equipamentos Culturais
EP 4	01 Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde
		Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.
		Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"
		Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)
	02 Qualificação do sistema urbano regional	Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico
		Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação*
		Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana*
		Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano
	03 Qualificação dos serviços regionais de mobilidade e transportes	Iniciativa Comunitária Jessica*
		Mobilidade Territorial
EP 5	01 Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
		Ações de Assistência Técnica

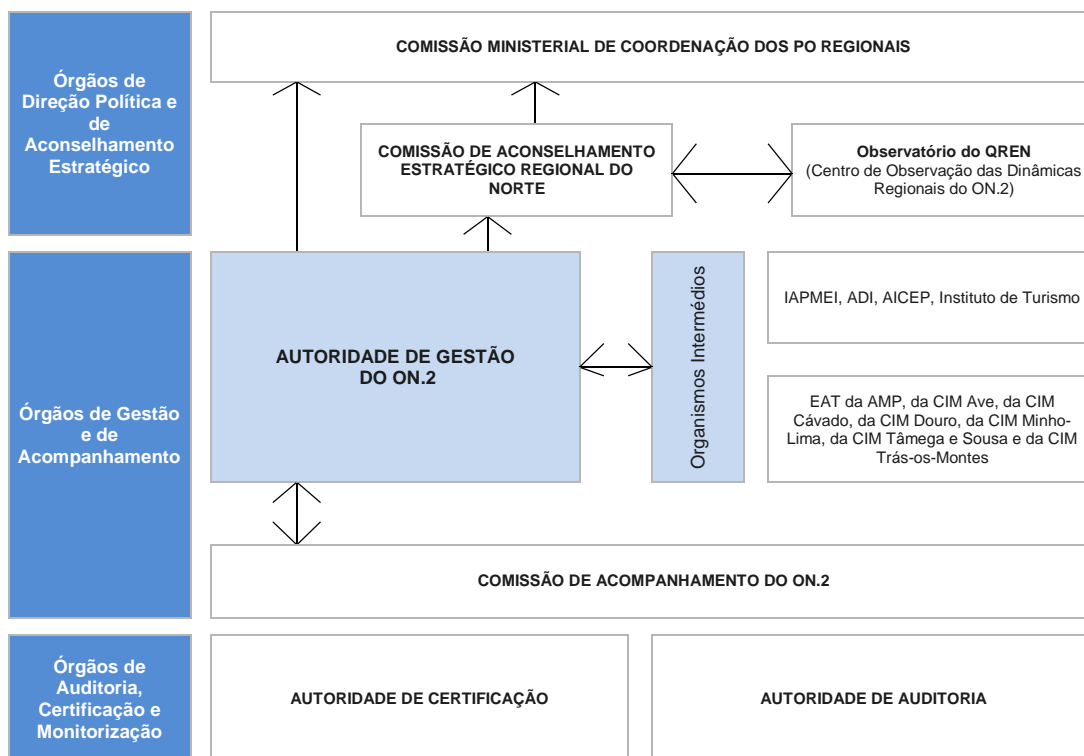
* Em 31/12/2012, encontrava-se em vigor o Regulamento Específico Reabilitação Urbana (RERU), inicialmente aprovado em 11 de junho de 2011 e alterado em 14 de maio de 2012. Este Regulamento revogou os dois regulamentos da Política de Cidades assinalados e incorporou, ainda, o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do Fundo Jessica.

ANEXO A.2 - Modelo de Governação do QREN e do ON.2

IPLOGIA DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE TGOVERNAÇÃO	QREN	ON.2
DIRECÇÃO POLÍTICA	Comissão Ministerial de Coordenação	
COORDENAÇÃO TÉCNICA GLOBAL	Comissão Técnica de Coordenação do QREN	
MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA	Observatório do QREN, Centro de Racionalidade Temática, Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte	
MONITORIZAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	
AUDITORIA E CONTROLO	Inspeção-Geral de Finanças, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	
GESTÃO		Autoridade de Gestão do ON.2
ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO		Comissão de Aconselhamento Estratégico
CONTROLO INTERNO		Autoridade de Gestão do ON.2
AVALIAÇÃO		Autoridade de Gestão do ON.2
PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E INSTITUCIONAL		Comissão de Acompanhamento

viii

ANEXO A.3 - Modelo de articulação entre os órgãos no ON.2



ANEXO A.4 - Impacto da quebra de série do Inquérito ao Emprego na Região do Norte**Impacto da quebra de série do Inquérito ao Emprego na Região do Norte**

No presente relatório, a informação referente ao emprego e a maior parte da informação referente ao desemprego na Região do Norte (apenas com a exceção do Desemprego Registrado, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, IEFP), tem por fonte o Inquérito ao Emprego (IE), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2011, este inquérito inaugurou uma nova metodologia, cuja principal novidade consistiu na alteração do modo de recolha da informação, com a adoção do modo telefónico. O INE esclareceu, então, estarmos perante uma quebra de série e alertou que os resultados não permitiam “uma comparação direta com os dados anteriores”.

Entretanto, o INE incluiu, na edição referente ao 1º trimestre da publicação Estatísticas do Emprego, um artigo no qual se quantificam os efeitos estimados da quebra de série sobre as principais variáveis do IE, com ventilação regional. Para a Região do Norte, os impactos estimados são muito reduzidos. O impacto sobre a estimativa de taxa de desemprego, em particular, terá sido de menos uma décima de ponto percentual. Nas restantes regiões, o impacto sobre a estimativa da taxa de desemprego no 1º trimestre de 2011 foi sempre mais expressivo e de sinal contrário. A nível nacional, o INE estimou então em 1 ponto percentual o acréscimo na taxa de desemprego motivado pela quebra de série.

O impacto da quebra de série do IE terá pois sido reduzido no que se refere à Região do Norte. Apesar de tudo, é possível que, em particular para estimativas mais desagregadas, o confronto dos resultados obtidos para 2011 com os referentes a 2010 seja afectado pela referida quebra de série. Tal deverá ter acontecido, nomeadamente, nas estimativas do emprego regional em alguns ramos de actividade. No entanto, o confronto dos resultados de 2012 com os de 2011 já não sofre qualquer influência da quebra de série ocorrida em 2011.

ix

ANEXO A.5 - Importância relativa da Região do Norte face ao comércio internacional de Portugal: questões metodológicas**Importância relativa da Região do Norte face ao comércio internacional de Portugal: questões metodológicas**

A determinação do peso relativo do Norte face ao total das exportações portuguesas (ou das importações) não é um exercício tão imediato como, à partida, se esperaria. Em causa está o critério que deve presidir à afetação regional dos fluxos observados no comércio internacional de mercadorias.

O critério vulgarmente utilizado pelo INE, é o da localização da sede do “operador” estatístico, expressão que designa a entidade diretamente responsável por um particular fluxo de importação ou exportação. Em 2012, as empresas com sede na Região do Norte foram responsáveis por exportações de mercadorias num montante global de 16,8 mil milhões de euros (resultados preliminares), valor que representa 37,0% das exportações portuguesas no mesmo ano.

Esta proporção, porém, está subavaliada, já que o total das exportações nacionais inclui uma componente, designada por “extra-regio”, que agrega os fluxos em relação aos quais não se conhece a localização da sede do operador (por serem provenientes de estimativas produzidas pelo INE para abarcar os casos de não-resposta bem como os casos de isenção de declaração estatística, ditos “abaixo do limiar”), bem como os casos em que o operador estatístico é uma empresa estrangeira, sem sede no nosso país. Ora, certamente que alguns desses fluxos seriam atribuíveis à Região do Norte. Assim, parece mais curial não confrontar o valor atribuído ao Norte diretamente com o total nacional de exportações, mas sim com o total nacional expurgado da componente “extra-regio”. Este novo cálculo indica que, em 2011, as empresas com sede na Região do Norte terão contribuído com 38,3% das exportações nacionais (exceto “extra-regio”).

Por outro lado, o critério da localização das sedes é relativamente penalizador para a Região do Norte. Com efeito, em vários casos as empresas estão presentes na região com um ou mais estabelecimentos, nomeadamente industriais, realizam aqui parte da sua produção e da sua atividade exportadora, mas têm a sua sede fora da Região do Norte.

O INE disponibiliza também, embora apenas para o comércio internacional com estados membros da União Europeia (comércio internacional intracomunitário), resultados estatísticos construídos de acordo com um critério alternativo, que permite obviar àquele inconveniente. Trata-se de um critério que procura seguir a ótica do produto (e não já a da empresa), levando em conta a localização física das mercadorias, permitindo assim aproximar a noção de região de origem das exportações (ou de destino das importações). Desta forma, aproximamo-nos mais da real atividade exportadora da região. Porém, em relação ao comércio com países terceiros (comércio extracomunitário) não existe alternativa ao uso dos dados organizados regionalmente segundo a sede do operador. Em todo o caso, é sabido que a maior parte do comércio internacional de Portugal (e também da Região do Norte), tem como parceiros comerciais os países da UE. A alternativa pode ser, então, fixar um critério misto, mediante a soma de duas parcelas:

1ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para a UE (ou provenientes da UE) com origem na Região do Norte, entendida esta como origem (ou destino) física das mercadorias; e

2ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para fora da UE (ou provenientes de fora da EU) realizadas por empresas com sede na Região do Norte.

Em 2012, este critério misto atirava o valor das exportações da Região do Norte para 17,3 mil milhões de euros

Importância relativa da Região do Norte face ao comércio internacional de Portugal: questões metodológicas

(valor ainda provisório, que deverá estar estimado por defeito), sendo que a primeira das parcelas (relativa às exportações para a UE com origem física na Região do Norte) representava cerca de quatro quintos (79,6%) desse valor global.

Acreditamos que aquilo que, com este critério misto, se perde em coerência do ponto de vista metodológico, é compensado com o que se ganha ao alcançar uma melhor aproximação à real atividade exportadora da Região do Norte. Mesmo assim, podemos considerar que aquela soma ainda subavalia as exportações da Região do Norte, ao considerar o comércio extracomunitário apenas de acordo com o critério da localização das sedes dos operadores.

Avaliada como a soma daquelas duas parcelas (critério misto), a atividade exportadora da Região do Norte, em 2012, representou 38,0% do total das exportações nacionais e 39,3% do total das exportações nacionais expurgado da componente "extra-regio". Considera-se que esta última proporção (39,3%) corresponde à melhor estimativa do verdadeiro peso relativo da Região do Norte no conjunto da atividade exportadora nacional, no ano de 2012. Salvo indicação em contrário, a análise do comércio internacional da Região do Norte no presente relatório terá por referência o acima denominado critério misto.

Naturalmente, o mesmo tipo de exercício pode ser efetuado também no que diz respeito aos fluxos de importação de mercadorias. Em 2012, as importações de mercadorias da responsabilidade de operadores cuja sede se situava na Região do Norte totalizaram 11,6 mil milhões de euros (valor provisório), enquanto o critério misto (nos termos acima definidos) avaliava em 12,2 mil milhões de euros as importações de mercadorias para o Norte de Portugal.

ANEXO A.6 - Indicador Local de Desemprego Registrado de 2012

Região Norte, por Município	Desemprego Registrado (média anual 2012; IEPF)	População residente dos 15 aos 64 anos (Estimativa a 31/12/2011)	Indicador Local de Desemprego Registrado
Região Norte	280.366	2.486.801	11,27%
Mesão Frio	481	2.884	16,68%
Espinho	3.348	20.968	15,97%
Lamego	2.711	17.451	15,53%
Vila Nova de Gaia	32.194	207.782	15,49%
Cinfães	1.943	13.073	14,86%
Baião	1.997	13.532	14,76%
Santo Tirso	7.084	48.964	14,47%
Trofa	3.988	27.594	14,45%
Valongo	9.063	65.510	13,83%
Castelo de Paiva	1.567	11.390	13,76%
Resende	958	7.202	13,30%
Freixo de Espada à Cinta	265	2.010	13,18%
Cabeceiras de Basto	1.405	10.753	13,07%
Gondomar	15.160	116.305	13,03%
Tabuaço	520	4.029	12,91%
Amarante	4.833	38.028	12,71%
Marco de Canaveses	4.656	36.894	12,62%
Guimarães	13.868	111.595	12,43%
Paredes	7.448	60.930	12,22%
Celorico de Basto	1.584	13.094	12,10%
Fafe	4.106	34.233	11,99%
Porto	18.084	152.257	11,88%
Paços de Ferreira	4.705	39.737	11,84%
Vizela	2.008	16.993	11,82%
Mirandela	1.745	14.776	11,81%
Tarouca	600	5.179	11,59%
Amares	1.441	12.577	11,46%
Vieira do Minho	927	8.173	11,34%
Alfândega da Fé	330	2.935	11,24%
Ribeira de Pena	436	3.928	11,10%
Vila Nova de Famalicão	10.284	93.539	10,99%
Peso da Régua	1.247	11.376	10,96%
Braga	13.955	127.660	10,93%
Mondim de Basto	517	4.744	10,90%
Chaves	2.799	25.748	10,87%
Maia	10.196	93.930	10,85%
Armamar	414	3.822	10,83%
Moimenta da Beira	679	6.277	10,82%
Vila do Conde	5.821	54.589	10,66%
Póvoa de Varzim	4.603	43.277	10,64%
Santa Marta de Penaguião	487	4.579	10,64%
Valpaços	1.020	9.600	10,63%
Penafiel	5.298	50.271	10,54%
Terras de Bouro	467	4.471	10,45%

Região Norte, por Município	Desemprego Registado (média anual 2012; IEFP)	População residente dos 15 aos 64 anos (Estimativa a 31/12/2011)	Indicador Local de Desemprego Registado
Região Norte	280.366	2.486.801	11,27%
Macedo de Cavaleiros	966	9.374	10,31%
Sabrosa	394	3.829	10,29%
Alijó	727	7.132	10,19%
Santa Maria da Feira	9.788	96.283	10,17%
Lousada	3.358	33.387	10,06%
Vila Flor	397	3.982	9,97%
Matosinhos	11.853	120.966	9,80%
Ponte da Barca	718	7.399	9,70%
Vila Real	3.274	34.649	9,45%
Torre de Moncorvo	451	4.775	9,45%
Vila Verde	2.949	31.459	9,37%
Vila Pouca de Aguiar	756	8.066	9,37%
Viana do Castelo	5.421	58.508	9,27%
Boticas	305	3.292	9,26%
Bragança	2.088	22.582	9,25%
Paredes de Coura	504	5.521	9,13%
São João da Madeira	1.352	14.897	9,08%
Murça	322	3.575	9,01%
Póvoa de Lanhoso	1.301	14.460	9,00%
Valença	805	8.977	8,97%
Mogadouro	486	5.483	8,86%
Caminha	914	10.586	8,63%
Carraceda de Ansiães	305	3.625	8,41%
Ponte de Lima	2.336	27.980	8,35%
Arcos de Valdevez	1.077	12.988	8,29%
Vinhais	400	4.858	8,23%
Barcelos	6.829	83.743	8,15%
Sernancelhe	277	3.433	8,07%
Penedono	139	1.737	8,00%
Esposende	1.823	23.510	7,75%
São João da Pesqueira	384	4.958	7,75%
Vila Nova de Foz Côa	321	4.188	7,66%
Felgueiras	3.122	40.770	7,66%
Miranda do Douro	326	4.258	7,66%
Vila Nova de Cerveira	427	5.788	7,38%
Vimioso	177	2.437	7,26%
Oliveira de Azeméis	3.149	46.566	6,76%
Montalegre	375	5.966	6,29%
Arouca	861	14.792	5,82%
Vale de Cambra	852	14.933	5,71%
Monção	620	11.526	5,38%
Melgaço	199	4.904	4,06%

Fonte: Cálculos próprios, com base em: IEFP, Desemprego Registado por concelhos e INE, Estimativas Provisórias de População Residente (exercício ad-hoc), in INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2011 (ano de edição: 2012)

ANEXO A.7 – Exportações da Região do Norte 2005-2012 (em % do total de cada ano)

Sec. NC	Cap. NC	DESIGNAÇÃO	2005	2009	2010	2011	2012
XI		Matérias têxteis e suas obras	24,8%	20,9%	19,6%	18,3%	17,0%
		<u>das quais:</u>					
	61	Vestuário e seus acessórios, de malha	11,9%	10,1%	9,1%	8,3%	7,6%
	62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	4,6%	3,6%	3,4%	3,1%	3,0%
	63	Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos	4,3%	3,2%	3,0%	2,7%	2,5%
	59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%
	52	Algodão	1,1%	0,9%	0,9%	1,0%	0,8%
	56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais, cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	0,6%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%
	60	Tecidos de malha	0,3%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
XVI		Máquinas e aparelhos	21,8%	14,9%	15,0%	15,0%	15,7%
	85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios	13,1%	9,4%	10,2%	10,3%	10,3%
	84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	8,7%	5,6%	4,7%	4,7%	5,4%
VII		Plástico e borracha	5,6%	7,6%	7,9%	8,2%	8,6%
	40	Borracha e suas obras	3,1%	4,3%	4,3%	4,4%	4,8%
	39	Plástico e suas obras	2,4%	3,3%	3,6%	3,8%	3,8%
	64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	8,7%	9,0%	8,7%	8,6%	8,4%
XV		Metais comuns e suas obras	6,6%	6,9%	7,9%	8,2%	8,3%
		<u>dos quais:</u>					
	73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,8%	3,2%	3,3%	3,0%	3,3%
	72	Ferro fundido, ferro e aço	1,9%	1,5%	1,9%	2,7%	2,5%
	76	Alumínio e suas obras	0,7%	0,9%	1,2%	1,1%	1,1%
	74	Cobre e suas obras	0,6%	0,5%	0,7%	0,6%	0,5%
	87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	5,8%	8,7%	9,2%	9,0%	7,5%
IX		Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	6,9%	6,6%	6,2%	5,8%	5,7%
		<u>das quais:</u>					
	45	Cortiça e suas obras	5,3%	5,1%	4,7%	4,4%	4,3%
	44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,5%	1,4%	1,5%	1,4%	1,3%
IV		Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados	3,9%	5,1%	4,7%	4,5%	4,5%
		<u>dos quais:</u>					
	22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,2%	4,1%	3,8%	3,4%	3,5%
	94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	4,2%	5,0%	5,1%	4,7%	4,5%
XIV	71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas	0,1%	0,9%	1,7%	3,3%	4,2%

Sec. NC	Cap. NC	DESIGNAÇÃO	2005	2009	2010	2011	2012
VI		Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	2,9%	3,1%	2,9%	3,2%	3,5%
		<i>dos quais:</i>					
	29	<i>Produtos químicos orgânicos</i>	<i>1,2%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,8%</i>	<i>1,1%</i>	<i>1,3%</i>
	30	<i>Produtos farmacêuticos</i>	<i>0,6%</i>	<i>1,2%</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,8%</i>
27		Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	1,2%	2,2%	1,8%	2,3%	3,2%
I		Animais vivos e produtos do reino animal	1,8%	2,1%	2,4%	2,5%	2,5%
		<i>dos quais:</i>					
	03	<i>Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos</i>	<i>0,8%</i>	<i>1,0%</i>	<i>1,3%</i>	<i>1,3%</i>	<i>1,1%</i>
	04	<i>Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos</i>	<i>0,9%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,9%</i>
48		Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,2%	1,5%	1,7%	1,5%	1,5%
68		Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
90		Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	0,5%	0,4%	0,6%	0,6%	0,6%
		Outros (capítulos da Nomenclatura Combinada com menos de 0,5% do total em 2011)	3,5%	4,3%	4,0%	3,6%	3,6%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2011 e 2012 provisórios)

Nota: A tabela acima identifica cada um dos capítulos da Nomenclatura Combinada (NC) que representavam, em 2012, pelo menos 0,5% do total das exportações da Região do Norte. Quando dois ou mais desses capítulos pertencem à mesma secção da NC, a tabela inclui também o total da respetiva secção. Além disso, é também referido o total da secção IV da NC, da qual apenas um capítulo se destaca, mas onde o remanescente para o total da secção assume expressão relevante (aproximadamente 1% do total). A secção XIV da NC é composta apenas pelo capítulo 71.

ANEXO A.8 - Principal contributo do Eixo Prioritário 4 para a Igualdade de Oportunidades

Código da Operação	Designação da Operação	Investimento Elegível	Feder
NORTE-10-0156-FEDER-000167	Creche de Darque	612.857,14	429.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000168	CICS - Creche	380.714,30	266.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000171	Mansores com vida	234.991,75	199.742,99
NORTE-10-0156-FEDER-000172	Candidatura a Equipamentos de Creche	306.000,00	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000174	Creche de Ronfe	643.500,00	429.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000175	O Sorriso do "Bem Estar"	15.981,71	13.584,45
NORTE-10-0156-FEDER-000178	Centro Comunitário de Arcozelo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	278.571,43	195.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000180	Creche de Margaride	306.428,57	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000181	Creche Municipal O Cantinho Encantado	278.571,43	195.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000182	Alargamento de uma creche	244.238,06	182.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000183	Creche de Leça da Palmeira	306.428,57	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000185	Creche de Areosa	173.824,00	130.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000186	Creche de Santiago de Custóias	306.428,57	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000187	Creche de S. Mamede de Infesta	260.878,41	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000188	Novo Equipamento Social - Construção Creche	465.634,55	395.789,36
NORTE-10-0156-FEDER-000191	Creche XXI	164.540,03	115.178,03
NORTE-10-0156-FEDER-000192	Creche do Centro Social e Cultural de Carreço	278.571,43	195.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000196	Criação de Raiz de Creche	579.717,12	429.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000198	Construção de Raiz de Creche	536.256,00	429.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000199	Lustosa Criança	600.000,00	429.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000200	Construção de Raiz de Creche	282.040,90	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000201	Infantário Casa do Povo da Madalena	445.714,29	312.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000202	Creche da Zona Industrial de Padreiro - Arcos de Valdevez	483.508,53	390.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000203	Creche do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	84.575,00	71.888,75
NORTE-10-0156-FEDER-000205	Dignitas Vitae	306.428,58	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000206	Creche do Centro Paroquial e Social de Lanheses	306.428,57	214.500,00
NORTE-10-0156-FEDER-000223	Unidade de Cuidados Continuados de Boticas	1.842.857,14	1.290.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000224	Unidade de Cuidados Continuados Integrados a Pessoas Dependentes de Média Duração e Reabilitação	1.611.658,36	1.290.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000225	Unidades de Cuidados Continuados - Unidade de Longa Duração e Manutenção	1.533.864,44	1.118.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000236	Remodelação do Hospital e criação de Unidade de Cuidados Continuados em Vila Verde	2.968.828,00	2.150.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000238	Unidade de Convalescença Vilagerações	1.577.613,15	1.204.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000243	Unidade de Cuidados Continuados da Associação para o Desenvolvimento da Figueira	1.351.428,57	946.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000248	Unidade de Saúde de Longa Duração e Manutenção - Gelfa	2.518.571,42	1.763.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000251	Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa	2.016.683,00	1.411.678,10
NORTE-10-0156-FEDER-000253	UCCI S. PEDRO	2.457.142,87	1.720.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000255	S.C.M.M. - U.C.C. - Convalescença e Longa Duração	2.518.571,43	1.763.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000256	Unidade de Cuidados Continuados Integrados	3.685.714,27	2.579.999,99
NORTE-10-0156-FEDER-000257	Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença e Longa Duração	3.501.428,57	2.451.000,00
NORTE-10-0241-FEDER-000016	Inclusão social e valorização socio-económica e profissional	461.090,48	391.926,91
NORTE-10-0241-FEDER-000076	Projecto de Inserção da População Local	96.800,00	67.760,00
NORTE-10-0241-FEDER-000077	Ampliação da Residência de 3ª Idade	610.000,00	518.500,00
NORTE-10-0241-FEDER-000166	BANCO SOLIDÁRIO	6.450,00	5.442,24
NORTE-10-0241-FEDER-000261	Atelier Sénior de actividades culturais	12.000,00	10.191,96
NORTE-10-0241-FEDER-000263	Jornadas Femininas	11.500,00	9.767,30
NORTE-10-0241-FEDER-000266	Atelier da Juventude	12.000,00	10.191,96
NORTE-10-0241-FEDER-000267	Fórum económico e social	11.000,00	9.342,63
NORTE-10-0241-FEDER-000316	Crescer Cidadão	12.500,00	10.625,00
NORTE-10-0241-FEDER-000317	Forum Cidadania	21.450,00	18.232,50
NORTE-10-0241-FEDER-000333	Centro de Dia - Requalificação	100.000,00	84.973,63

Código da Operação	Designação da Operação	Investimento Elegível	Feder
NORTE-10-0241-FEDER-000336	Cruz Vermelha Portuguesa - Apoio Domiciliário	98.097,19	83.348,35
NORTE-10-0241-FEDER-000340	Creche	200.000,00	163.924,45
NORTE-10-0241-FEDER-000352	Creche - ADSFMargaride	500.000,00	400.000,00
NORTE-10-0241-FEDER-000356	Centro de Acolhimento	75.000,00	63.750,00
NORTE-10-0241-FEDER-000373	ESPAÇO NOVA GERAÇÃO	11.450,00	9.732,50
NORTE-10-0241-FEDER-000381	Semana da Juventude	52.000,00	44.200,00
NORTE-10-0241-FEDER-000391	REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DE ACTIVIDADES SOCIO-ECONÓMICAS	427.712,31	363.555,47
NORTE-10-0241-FEDER-000396	Projecto MUSA - Criação e Programação no Feminino	300.000,00	255.000,00
NORTE-10-0241-FEDER-000440	Requalificação do Edifício Villa Maria - Lar de Idosos	540.319,03	432.255,22
NORTE-10-0241-FEDER-000451	Fórum Sociocultural - Apoio à Criança Carênciada	8.390,96	6.855,81
NORTE-10-0241-FEDER-000475	Forum Sociocultural - Apoio Senior	56.000,00	44.800,00
NORTE-10-0241-FEDER-000484	Forum Sociocultural - Cidadania e Igualdade de Género e Violência Doméstica	48.116,10	38.927,01
NORTE-10-0241-FEDER-000493	Espaço Jovem Norte	149.919,49	119.935,59
NORTE-10-0241-FEDER-000494	Espaço Jovem Sul	75.000,00	60.000,00
NORTE-10-0241-FEDER-000525	Elaboração do Guia de Boas Práticas de Intervenção Social do Concelho de Bragança	18.327,00	15.577,95
NORTE-10-0241-FEDER-000529	Inclusão Social e Valorização Socio-económica e profissional	340.317,18	289.269,60
Total	65 operações	40.722.629,90	29.737.447,75

ANEXO A.9 - Principal contributo do Eixo Prioritário 1 (Sistemas de Incentivos) para a Igualdade de Oportunidades: Empreendedorismo Jovem e/ou Feminino

Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Custo total elegível aprovado	FEDER aprovado	Empreendedorismo Feminino	Empreendedorismo Jovem
NORTE-07-0203-FEDER-001290	SOLUÇÕES APLICACIONAIS À MEDIDA	TOPIC SHARE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	165.250	107.413	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-003661	O LANÇAMENTO INTERNACIONAL DOS PRODUTOS DA UT	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	1.295.863	972.864		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-004915	ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS	ONDA DE ÁGUA - UNIPESSOAL, LDA	490.435	367.826		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-004928	CRIAÇÃO DE EMPRESA POR JOVENS EMPREENDEDORES, DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS NA ÁREA DO EXERCÍCIO E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE	HEALTH CORPORATION LABORSANO, LDA	142.960	107.220		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-004964	COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE PROTHEUS, INCLUINDO A SUA ADAPTAÇÃO E A CRIAÇÃO DE NOVOS MÓDULOS E SOLUÇÕES.	BSOLUS - BUSINESS SOLUTIONS, SOC. UNIPESSOAL, LDA	142.424	106.818		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-005042	BIG ILLUSION	BIG ILLUSION - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	198.950	149.213		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-005055	INOVAÇÃO NAS PLATAFORMAS DE ELAVAÇÃO	DINÂMICA VIRTUAL - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	185.980	139.485		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-005096	BRINGCONCEPT - O CONCEITO REVOLUCIONÁRIO NA RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA EM PORTUGAL	BRINGCONCEPT -, LDA	975.050	734.312	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-005132	PROJECTO SI INOVAÇÃO PENHA REALIZAR	PENHA REALIZAR, EVENTOS E RESTAURAÇÃO, LDA	2.698.689	2.024.016		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-005185	CRIAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PLATAFORMA 'ESCOLINHAS'	TECLA COLORIDA - SOFTWARE EDUCATIVO, LDA	351.944	263.958		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-005665	ALLTO DOURO	GREENGRAPE, LDA	235.715	176.787	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-005685	BIOERGOS - VALORIZAÇÃO ÓLEOS ALIMENTARES USADOS PRODUZINDO BIODIESEL	BREVODISSEIA VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA	106.573	79.930	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-006935	ROBÓTICA VIRTUAL	GLOBIPÓTESE - UNIPESSOAL, LDA	308.400	231.300	Sim	Sim
NORTE-07-0203-FEDER-013089	DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA LINKINTENSE: INÍCIO DA COMERCIALIZAÇÃO DO SOFTWARE IPOINT	LINKINTENSE, LDA	286.448	214.836		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-013682	IAAS - INFRASTRUCTURE-AS-A-SERVICE	CCBG CONSULTING, LDA	495.062	371.297		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-013748	ORGALAXY - PLATAFORMA GLOBAL DE APOIO A TRANSAÇÕES COMERCIAIS	ORGALAXY, LDA	343.700	257.775	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-013775	TAKEACITY.COM - PORTAL GLOBAL DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E CULTURAL	TAKE A CITY, LDA	380.500	285.375	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-013801	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONTEÚDOS CRIATIVOS, CULTURAIS E DE LAZER	OSTV, LDA	315.521	236.641		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-017301	IC MOLDES: INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA CONCEÇÃO DE MOLDES INJECTADOS EM MATERIAIS COMPOSITOS, SECTORES NICHOS E MERCADOS EMERGENTES	ICMOLDES - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM MOLDES, LDA	51.526	38.645		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-017696	CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SECTORES COM FORTE DINÂMICA DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS, INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	RETRATIDEIA - UNIPESSOAL, LDA	1.389.777	1.042.333		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-017734	ENVIEMPREENDE	ENVISOLUTIONS, LDA	61.939	46.454		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-017852	COVII TICE - PROJECTO DE LANÇAMENTO DA COVII NO MERCADO GLOBAL DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	COVII - COMPUTER VISION INTERACTION, LDA	348.973	261.805		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-018099	CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SECTORES COM FORTE DINÂMICA DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS, INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	ROLAMUITO - REPARAÇÃO DE JANTES, LDA	1.156.721	867.541		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-022255	TECNO4Y - ASSEMBLAGEM E TESTE DE EQUIPAMENTO ELECTRONICOS	TECNO4Y	216.553	153.168		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-022308	CRIAÇÃO DE EMPRESAS QUE DESENVOLVAM ACTIVIDADES EM SECTORES COM FORTES DINÂMICAS DE CRESCIMENTO	TUIZZI, LDA	191.400	143.550		Sim

Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Custo total elegível aprovado	FEDER aprovado	Empreendedorismo Feminino	Empreendedorismo Jovem
NORTE-07-0203-FEDER-022413	SOLUÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO SECTOR DO TURISMO	B-AROUND, LDA	154.499	115.874		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-022510	DIASPORA ? A ARTE DA FILIGRANA PORTUGUESA NO MUNDO	REMARKABLE SPHERE ARTE & DESIGN UNIPessoal, LDA	181.004	135.753	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-026562	MAGNÓRIO: PRODUÇÃO DE CINEMA E TELEVISÃO	MAGNÓRIO, LDA	113.590	85.193		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-026622	CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SETOR COM FORTE DINÂMICA DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO DE PRODUTOS, INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PARALELO ESSENCIAL-ATIVIDADES DE EDIÇÃO, LDA	508.537	381.403	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-026631	CRIAÇÃO DA PASSOS NO AR ENQUANTO EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS, QUE PRETENDE PRESTAR SERVIÇOS INOVADORES, BASEADOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO.	PASSOS NO AR, LDA	134.882	101.162		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-026932	PRODUÇÃO DE MODELOS DE ENSINO DENTÁRIOS - DSM E DPSM	DENTEDUCO - MODELOS DENTÁRIOS UNIPessoal, LDA	1.055.100	791.325		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-026983	HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL - N2O - EMISSÕES ZERO	NARRATIVAZUL, LDA	71.300	53.475		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-027044	FEEL DOURO	FEELDOURO, LDA	1.430.034	1.072.526		Sim
NORTE-07-0203-FEDER-027122	CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SETOR COM FORTE DINÂMICA DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO DE PRODUTOS, INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PPRR- INJEÇÃO, LDA	417.408	313.056	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-027162	DUCK TOURS - CRIAÇÃO EMPRESA DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA ALTAMENTE INOVADORA	DUCK TOURS, SA	527.275	395.456	Sim	
NORTE-07-0203-FEDER-027326	IAAS CLOUD COMPUTING	VMUSE, LDA	1.166.055	874.541		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-001328	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO COM LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA	229.450	149.143		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-003652	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA INOVADORA E COMPETITIVA	ADELINO VITORINO & FILHO, LDA	196.195	147.146		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-004923	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA MÓVEIS J.E. FIÚZA, LDA. ESTIMULANDO A SUA ORIENTAÇÃO PARA OS MERCADOS INTERNACIONAIS.	MÓVEIS J.E.FIÚZA, LDA	206.073	154.555	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005054	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA CAIXILHARIA EM ALUMÍNIO	SEAL - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, LDA	321.220	240.915		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-005099	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	406.013	304.509	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005106	INFINIT LABEL	CASO RARO., LDA	747.115	560.336		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-005174	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE NOVOS PRODUTOS DERIVADOS EM ARAME, DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	EUROWIRE, LDA	2.942.568	2.206.926	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005642	CRIAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL ÚNICA EM PORTUGAL	FRIGOFAMA - COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	999.925	750.444	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005673	QUINTA DOS PADRES SANTOS	QUINTA DOS PADRES SANTOS - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	602.650	451.987	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005682	CRIAÇÃO DE UM EMPREENHIMENTO TURÍSTICO DE HABITAÇÃO ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO DE UMA MORADIA DO SÉC. XIX QUE PERTENCEU AO ILUSTRE MANUEL DE ESPREGUEIRA	SEMPRE VERÃO - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	286.141	214.606	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-005689	TRIÂNGULO DE PEDRA - PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	TRIÂNGULO DE PEDRA, LDA	859.247	644.435	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-006852	CRIAÇÃO DE HOTEL RURAL DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS E INOVAÇÃO TURÍSTICA	HOTEL RURAL DA AZENHA, LDA	2.630.972	1.973.229	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-006882	CRIAÇÃO DE EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO MERCADO	DECORXISTO, LDA	558.500	418.875		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-006901	EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO - FIBERECO	FIBERECO-INDUSTRIAL, LDA	613.762	460.321		Sim

Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Custo total elegível aprovado	FEDER aprovado	Empreendedorismo Feminino	Empreendedorismo Jovem
NORTE-07-0403-FEDER-006913	QUINTA DE SANTIAGO DA GEMIEIRA - 15 QUARTOS DE LUXO EM PAISAGENS RURAIS	OLINDUNA - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA	1.512.439	1.134.329	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-006928	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITO	GRANITENDER - GRANITOS E EMPREITADAS, LDA	2.830.212	2.122.659	Sim	Sim
NORTE-07-0403-FEDER-012034	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE TURISMO RURAL DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	BAIRRO DO CASAL - TURISMO DE ALDEIA	383.607	287.705	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-013179	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITO	GRANITOS DA GINJEIRA, LDA	2.483.909	1.862.932	Sim	Sim
NORTE-07-0403-FEDER-013248	ADOÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E LAYOUT DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MOBILIÁRIO EM KIT	QUINTEIRO & QUINTEIRO, LDA	441.108	330.831		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-013260	PROJECTO PRÉ-AVE II	PRÉ-AVE II PRÉ-FABRICADOS, LDA	2.418.129	1.813.597		Sim
NORTE-07-0403-FEDER-013379	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA INERBRITAS, LDA., ESTIMULANDO O SEU CRESCIMENTO SUSTENTADO E VANTAGEM COMPETITIVA, TANTO NO MERCADO NACIONAL COMO INTERNACIONAL.	INERBRITAS, TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	1.502.476	1.126.857	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-013543	QUINTA DE FIÃES - AGROTURISMO	QUINTA DE FIÃES, LDA	777.297	582.973	Sim	
NORTE-07-0403-FEDER-022240	AGROTURISMO DO SOLAR DA QUINTA DA PORTELA	CÁTIA BARBOSA TÃO, UNIPESSOAL, LDA	539.715	404.787	Sim	Sim
NORTE-07-0403-FEDER-026606	5ENSESINFOOD LDA	5ENSESINFOOD, LDA	985.751	739.313	Sim	

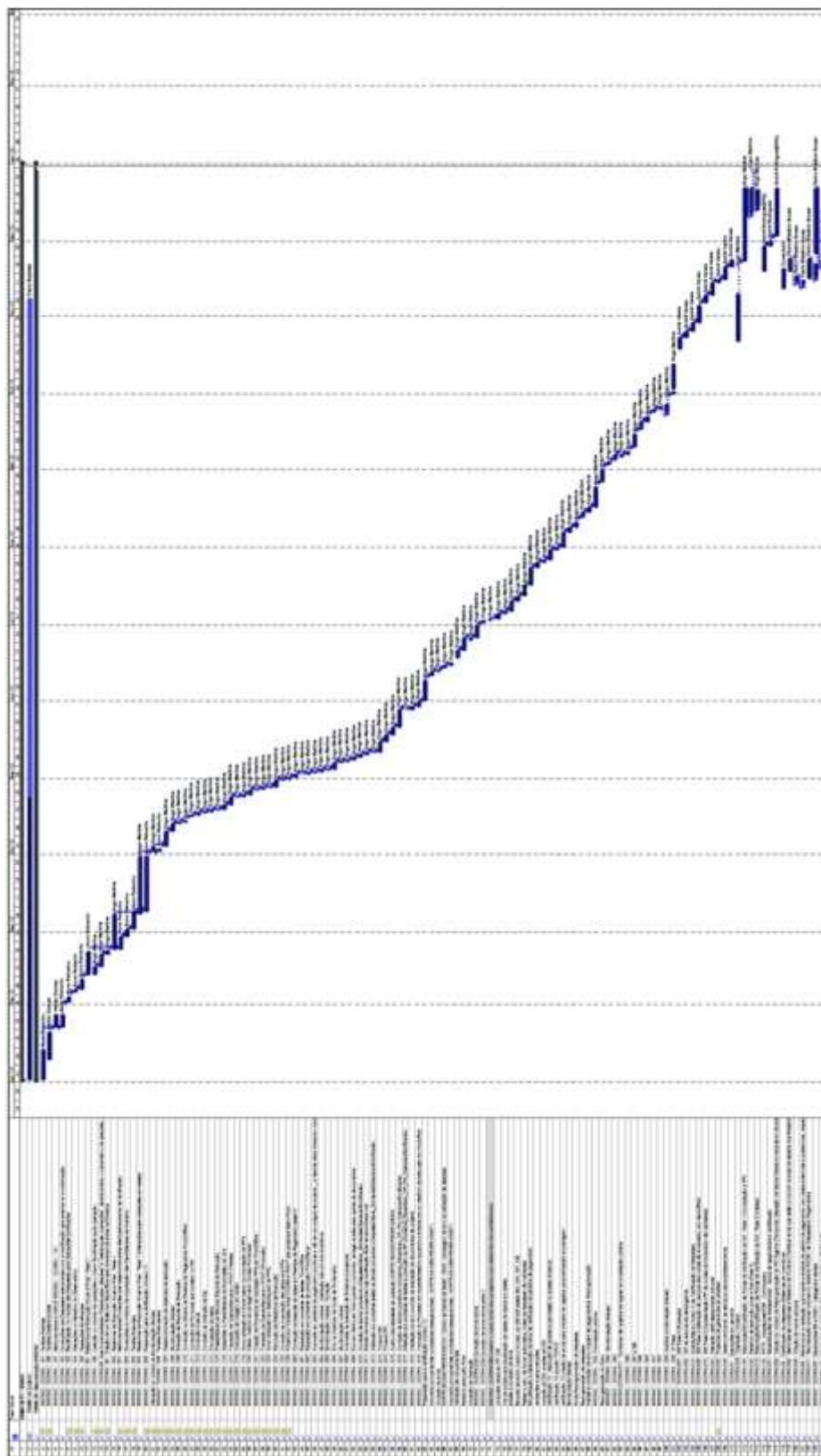
ANEXO A.10 – Auditorias externas

Nº	Designação	Processo	Código da Operação	Designação operação	Beneficiário
Autoridade de Auditoria - IGF					
1	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER e FC, no domínio da verificação dos Estudos Custo Benefício	PROCESSO N.º 2012/12/A2/417	NORTE-08-0269-FEDER-000001	Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões	APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões. S.A.
2	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo dos organismos intermédios com contratos de delegação de competências, com subvenção global, celebrados com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte - (ON.2)	PROCESSO N.º 2012/12/A2/525	NORTE-10-0144-FEDER-000084	Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar da Sé	Município de Bragança
			NORTE-10-0350-FEDER-000093	Pavimentação da Estrada Municipal de Ligação entre a E.N. 15 e a E.N. 314, passando por Avidagos	Município de Mirandela
			NORTE-10-0350-FEDER-000203	Parque de Estacionamento do Seixo	Município de Vila Real
			NORTE-07-0363-FEDER-000005	Construção Da Zona Ofical de Santa Marta de Penaguião	Município de Santa Marta de Penaguião
			NORTE-07-0826-FEDER-000214	Desmaterialização e Certificação Integral dos Processo e Serviços	Município de Resende
			NORTE-10-0154-FEDER-000018	SISTEMA DO SOUSA - EXECUÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	Penafiel Verde, Entidade Empresarial Local - EEM
3	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do on.2 no domínio da igualdade de oportunidades	PROCESSO N.º 2012/12/A2/396	NORTE-07-0203-FEDER-005132	Projeto SI Inovação Penha Realizar	Penha Realizar, Eventos e Restauração, Lda
			NORTE-07-0403-FEDER-013260	Projeto Pré-Ave II	Pré-Ave II Pré-Fabricados, Lda.
			NORTE-10-0156-FEDER-000199	Lustosa Criança	Centro Social Paroquial de Lustosa
			NORTE-10-0241-FEDER-000016	Inclusão social e valorização socio-económica e profissional	Gaiurb - Urbanismo e Habitação, E.E.M.
4	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do FEDER no âmbito dos Custos Indiretos (9 operações)	PROCESSO N.º 2012/12/A2/398	NORTE-07-0162-FEDER-000008	Desenvolvimento de Competencias do ISQ na Região Norte	Instituto de Soldadura e Qualidade
			NORTE-07-0202-FEDER-001514	High Power Fiber Laser (Lasers de Alta Potência em Fibra óptica)	Multiwave Photonics - Tecnologias Ópticas e Electrónicas, S.A.
			NORTE-07-0202-FEDER-011512	RFID aplicado à cadeia de valor da produção, centros de distribuição e comércio a retalho de calçado	CREATIVESYSTEMS - Sistemas e Serviços de Consultadoria, LDA
			NORTE-07-0202-FEDER-011986	Desenvolvimento de Plataforma Laser para Impressão de Documentos de Identidade e Segurança	Multiwave Photonics - Tecnologias Ópticas e Electrónicas, S.A.
			NORTE-07-0402-FEDER-003483	Produção de Biomassa a Partir dos Subprodutos do Azeite	Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, CRL
			NORTE-08-0169-FEDER-000004	Festa das Amendoeiras em Flor	Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos
			NORTE-09-0448-FEDER-000087	Requalificação do Serviço de Urgência Básica do Hospital São Miguel	Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.
			NORTE-10-0241-FEDER-000065	Vinho do Porto - Cultura e Valorização do Produto e do seu Entrepasto	Associação das Empresas de Vinho do Porto
			NORTE-11-0173-FEDER-000021	Assistência Técnica-CCDRN-2010	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
5	Auditoria ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	PROCESSO N.º 2012/12/A2/716	NORTE-07-0826-FEDER-000199	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Santo Tirso	Agência para a Modernização Administrativa, IP
			NORTE-07-0403-FEDER-003008	Hotel das Termas de S. Vicente	Hotel do Monte - Actividades Hoteleiras, Lda
Controlo Estrutura Segregada - IFDR					
6	Auditoria em operações no	Auditoria nº1/12/SC1/Norte	NORTE-07-0201-FEDER-004261	GLOBALTECHSOLUTIONS	MICROPOLIS SA

Nº	Designação	Processo	Código da Operação	Designação operação	Beneficiário
	âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2011 a 31-12-2011		NORTE-07-0202-FEDER-011512	SHOEID - RFID APLICADO À CADEIA DE VALOR DA PRODUÇÃO, CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO A RETALHO DE CALÇADO	CREATIVESYSTEMS - SISTEMAS E SERVIÇOS DE CONSULTADORIA, LDA
			NORTE-07-0364-FEDER-000012	Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela
			NORTE-07-0401-FEDER-012726	SUSTENTAR O CRESCIMENTO DE UMA EMPRESA REFERÊNCIA NA MODA	TETRIBÉRICA, SA
			NORTE-07-0403-FEDER-005126	POTENCIAR A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	HEXA PAINEL COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DERIVADOS DE PAPEL, SA
			NORTE-07-0403-FEDER-007780	INOVAR PARA COMPETIR	SEARAFIM FERTUZHOS, SA
			NORTE-07-0403-FEDER-013184	CRIAÇÃO EMPRESARIAL PRIVADA DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE GNV: MUDANÇA DO PARADIGMA DOS COMBUSTÍVEIS FOSSEIS PARA OS NATURAIS	GOLD ENERGY ? COMERCIALIZADORA DE ENERGIA, SA
			NORTE-07-0826-FEDER-000159	SIMPLEX AUTÁRQUICO da Câmara Municipal do Porto	Município do Porto
			NORTE-08-0169-FEDER-000089	Escola de Hotelaria e Turismo, Porto	Turismo de Portugal, IP
			NORTE-08-0369-FEDER-000035	PORTO SHOW TIME	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários
			NORTE-09-0230-FEDER-000032	Gestão e monitorização da biodiversidade do Norte de Portugal	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.
			NORTE-09-0352-FEDER-000076	Biblioteca Municipal de Cinfães	Município de Cinfães
			NORTE-09-0448-FEDER-000073	NOVO HOSPITAL DE PROXIMIDADE DE LAMEGO	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
			NORTE-09-0448-FEDER-000114	Remodelação do Serviço de Radioterapia	Instituto Português Oncologia do Porto, EPE
			NORTE-10-0144-FEDER-000024	Centro Escolar de Valença	Município de Valença
			NORTE-10-0144-FEDER-000125	Centro Escolar de Airões	Município de Felgueiras
			NORTE-10-0144-FEDER-000225	CENTRO ESCOLAR DE MURÇA	Município de Murça
			NORTE-10-0144-FEDER-000306	Requalificação e Ampliação da EB1/JI Areia Arvore	Município de Vila do Conde
			NORTE-10-0156-FEDER-000040	Construção de Piscina Municipal	Município de Terras de Bouro
			NORTE-10-0156-FEDER-000261	Construção do Centro Cultural de Viana do Castelo Coliseu e Arranjos Exteriores	Município de Viana do Castelo
			NORTE-10-0241-FEDER-000066	Instituto de Design/Agenda de Design	Município de Guimarães
			NORTE-10-0241-FEDER-000157	RECUPERAÇÃO DO EDIFICIO DO CINETEATRO	Município de Fafe
			NORTE-10-0241-FEDER-000297	Requalificação da Praça do Município	Município de Santa Marta de Penaguião
			NORTE-10-0350-FEDER-000016	Requalificação/beneficiação da Rede Viária Municipal de Arcos de Valdevez	Município de Arcos de Valdevez
			NORTE-10-0350-FEDER-000087	Conservação e Sinalização da Rede Viária Municipal	Município de Bragança
			NORTE-11-0173-FEDER-000021	Assistência TécnicaCCDRN2010	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
Comissão Europeia - DG REGIO					
7	MISSÃO DE 23 A 26 DE JULHO "Bridging the assurance gap"	2012/PT/REGIO/J4/1118/1	NORTE-10-0350-FEDER-000038	Intervenções de Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável	Município do Porto
			NORTE-07-0826-FEDER-000187	Sistema Integrado de Modernização Autárquica	Município da Maia
			NORTE-07-0363-FEDER-000017	Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria de	Município de Gondomar

Nº	Designação	Processo	Código da Operação	Designação operação	Beneficiário
				Gondomar, 1ª Fase	
			NORTE-10-0144-FEDER-000335	CENTRO ESCOLAR DE BOAVISTA LOURINHA	Município de Gondomar
			NORTE-10-0144-FEDER-000305	CENTRO ESCOLAR DE VALBOM	Município de Gondomar
			NORTE-10-0144-FEDER-000268	Centro Escolar Bento Freitas/Poente	Município de Vila do Conde
			NORTE-10-0350-FEDER-000155	Qualificação da Rede Viária Urbana e Municipal – Viana do Castelo	Município de Viana do Castelo
			NORTE-10-0350-FEDER-000016	Requalificação/beneficiação da Rede Viária Municipal de Arcos de Valdevez	Município de Arcos de Valdevez
			NORTE-10-0144-FEDER-000147	Centro Escolar de Monção	Município de Monção
			NORTE-10-0154-FEDER-000041	Rede de Esgotos e Abastecimento de Água Ponte de Lima 2013 Fase 2	Município de Ponte de Lima
			NORTE-10-0144-FEDER-000109	EB1/JI da Sede do Concelho de Arcos de Valdevez	Município de Arcos de Valdevez
			NORTE-10-0154-FEDER-000034	Alargamento da Rede de Esgotos Ponte de Lima 2013	Município de Ponte de Lima
			NORTE-10-0154-FEDER-000039	Rede de Saneamento de Monção: Mazedo, Bela e Troviscoso	Município de Monção
			NORTE-10-0144-FEDER-000017	Construção do Centro Escolar de Mujães	Município de Viana do Castelo
Tribunal de Contas Europeu					
8	Missão de 17 a 21 de Dezembro de 2012 e 21 a 25 de Janeiro de 2013 - Declaração de Fiabilidade relativa ao exercício de 2012 (DAS 2012)	DAS 2012	NORTE-08-0469-FEDER-000018	Operação Integrada de Requalificação do Centro, Envolvente Turística e Ribeirinha de Cerva Fase 1	Município de Ribeira de Pena
			NORTE-10-0144-FEDER-000065	Centro Escolar da Vila	Município de Vila Nova de Cerveira
			NORTE-10-0144-FEDER-000127	Centro Escolar de Torrados	Município de Felgueiras
			NORTE-10-0144-FEDER-000200	Centro Escolar de Paços de Ferreira	Município de Paços de Ferreira
			NORTE-10-0144-FEDER-000280	CENTRO ESCOLAR DE CABEÇA SANTA	Município de Penafiel
			NORTE-10-0144-FEDER-000337	CENTRO ESCOLAR DA VENDA NOVA	Município de Gondomar
			NORTE-10-0154-FEDER-000040	Ampliação das Redes de Abastecimento de Água e de drenagem de Águas Residuais 1ª Fase	Município de Viana do Castelo
			NORTE-10-0350-FEDER-000084	QUALIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO DA REDE DE EENN E EEMM BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	Município de Boticas

ANEXO A.11 - Tarefas executadas no âmbito do contrato de manutenção e desenvolvimento do SIGON.2



ANEXO A.12 - Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento (QREN-EQ)

Conforme registado no Relatório de Execução de 2011, o Governo, face à crise económico-financeira, decidiu celebrar, em Novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Este contrato, no valor de 450 milhões de euros, constituiu a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1.500 milhões de euros.

As condições de acesso e de utilização do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro, designado por QREN EQ, foram fixadas no Despacho 6572/2011, de 4 de abril, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, publicado no DR n.º 80, 2.ª série, de 26 de abril.

xxiv

Após o período de apresentação de propostas e de pedidos de financiamento pelos Beneficiários do ON.2, que decorreu entre 12 de maio de 2011 e 28 de junho de 2011, através de plataforma informática desenvolvida pelo IFDR para esse efeito, a Autoridade de Gestão emitiu parecer sobre 367 operações candidatas, no que respeita à sua elegibilidade quanto às condições estabelecidas no referido Despacho 6572/2011. A este universo de candidaturas estava associado um valor de financiamento solicitado de 142,7 milhões de Euros.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	312	115.143	80,7%	55	27.590	19,3%	367	142.733	100,0%

UN: Mil Euros

As decisões sobre a afetação desta primeira tranche foram tomadas em três fases, conforme a seguir descrito, sendo de referir que a primeira fase ocorreu, ainda, em 2011. Contudo, dada as segunda e terceira fases reportarem ao resultado da primeira fase, esta é relembada neste Relatório.

1ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

No período que decorreu até 9 de agosto de 2011, o IFDR efetuou a análise dos pedidos e das propostas de financiamento apresentados à luz dos requisitos gerais e específicos estabelecidos no Despacho 6572/2011, tendo em vista a formulação e apresentação de uma proposta de deliberação à Comissão de Coordenação e Supervisão (CCS).

Neste contexto a CCS, em reunião que teve lugar no dia 13/09/2011 aprovou a proposta apresentada pelo IFDR, nos termos da qual os pedidos/candidaturas a financiamento se agrupam nas seguintes tipologias de situações:

- 1) Propostas e pedidos de financiamento que, por observarem os requisitos estabelecidos no Despacho 6572/2011, foram aprovados condicionadamente a financiamento com fundos do QREN-EQ, ou seja, condicionados, nos termos do disposto no número 5 deste Despacho à aprovação ex post pelo BEI.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	42	22.536	53,8%	46	19.360	46,2%	88	41.896	100,0%

UN: Mil Euros

- 2) Propostas e pedidos de financiamento que, por não observarem os requisitos estabelecidos no Despacho 6572/2011, não foram aprovados para financiamento.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	153	-	-	8	-	-	161	-	-

UN: Mil Euros

- 3) Propostas e pedidos de financiamento a submeter a deliberação da CCS sobre financiamento através de fundos do QREN-EQ em momento posterior.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	112	-	-	1	-	-	113	-	-

UN: Mil Euros

- 4) Propostas e pedidos de financiamento com decisão favorável de financiamento condicionada ao resultado de análises complementares em curso.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	5	-	-	0	-	-	5	-	-

UN: Mil Euros

Na sequência destas decisões comunicadas pelo IFDR em 22 de setembro de 2011, a Autoridade de Gestão do ON.2, nos termos do número 9 do Anexo 5 do Despacho 6572/2011, notificou em 29 do mesmo mês todas as entidades que apresentaram pedidos de financiamento ao EQ-BEI, da deliberação da CCS.

2ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

Em fevereiro de 2012, a CCS adotou, sob a proposta do IFDR, uma segunda decisão relativa à utilização da parte ainda não comprometida da primeira tranche do empréstimo-quadro BEI, a qual incidiu, fundamentalmente, sobre as propostas e os pedidos de financiamento cuja decisão foi diferida para momento posterior (alínea 3) supra).

Para esta segunda decisão, foram consideradas as propostas e os pedidos de financiamento apresentados no período anterior para o efeito fixado, tendo a decisão tido em consideração:

- As propostas e os pedidos de financiamento sobre as quais recaiu a decisão de ficarem a aguardar um momento de decisão posterior (alínea 3);
- Os casos de reclamação sobre o resultado da análise e de decisão de não aprovação que foram julgadas fundamentadas;
- Os pedidos de financiamento que passaram a ter cabimento dentro dos limites de endividamento municipal, em resultado de reprogramações QREN ocorridas, bem como de desistência de operações aprovadas na 1.ª fase.

No caso do ON.2, o universo de candidaturas abrangidas por esta segunda decisão foram:

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	6.810.031	1	21.708.074	96	20.583.564	18	49.101.668	115

A decisão de aprovação de financiamento da 2ª fase de afetação da 1ª tranche do QREN EQ foi adotada pelo valor máximo da parte não comprometida na 1ª fase de afetação adicionado do diferencial entre as aprovações realizadas e os montantes efetivamente contratados.

Face à necessidade de observar critérios de rateio para determinação do montante a alocar, uma vez que o montante de financiamentos solicitados excedeu largamente o montante disponível, nesta 2ª fase foram utilizados os seguintes critérios de prioridade e rateio:

- Foram prioritariamente consideradas as candidaturas da 1ª fase de decisão sobre as quais foi apresentada reclamação considerada fundamentada;
- Não foram consideradas as propostas e os pedidos de financiamento associados a operações QREN cujo custo total aprovado era superior a 50 M€, para favorecer um processo de decisão célere e para ponderar o montante disponível para compromisso;
- Foi sequencialmente considerado o peso relativo das restantes candidaturas apresentadas em cada PO e que integraram a decisão de aguardarem um momento de decisão posterior, face ao valor global das candidaturas a submeter a decisão;
- No âmbito de cada PO, o montante indicativo que lhe foi atribuído foi repartido proporcionalmente pelo conjunto das candidaturas de «PIDDAC», «Municípios» e de «Outras Entidades» em função do seu peso relativo;
- Dentro destes limites de disponibilidades indicativas foi considerada uma alocação por valor crescente a financiar, acomodável no montante disponível para alocação, até à concorrência do mesmo, conjugada com a diversificação das entidades titulares das operações abrangidas.

xxvi

A CCS, em reunião que teve lugar no dia 28 de fevereiro de 2012, aprovou a proposta apresentada pelo IFDR, nos termos da qual os pedidos/candidaturas a financiamento se agrupam na tipologia de situações que de seguida se apresenta. Cada uma dessas situações encontra-se ilustrada em quadros que a seguir se evidenciam. Assim:

- 1) Propostas e pedidos de financiamento que, por observarem os requisitos estabelecidos no Despacho 6572/2011, foram aprovados condicionadamente a financiamento com fundos do QREN-EQ;

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	0	0	9.761.917	95	5.292.817	15	15.054.734	112

- 2) Propostas e pedidos de financiamento com decisão favorável de financiamento que, por se encontrarem associados as operações QREN com custo total aprovado superior a 25 milhões de euros, serão remetidas pela CCS, para aprovação do BEI.

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	0	0	116.249	1	14.270.400	1	14.386.649	2

De acordo com o disposto no n.º 9 do Anexo 5 ao Despacho 6572/2011, uma vez comunicada pelo IFDR a deliberação da CCS que recaiu sobre as propostas e os pedidos de financiamento relativos a cada um dos PO, a Autoridade de Gestão do ON.2 notificou em 10 de abril de 2012 as entidades interessadas do teor de tal deliberação.

Para esse efeito e considerando que os fundamentos que estiveram subjacentes à não aprovação de pedidos/propostas de financiamento por parte da CCS se alicerçam exclusivamente na inobservância de requisitos fixados no Despacho 6572/2011, tendo como tal sido adotada a única decisão concretamente admissível sem margem de escolha entre alternativas possíveis, nesta 2ª fase não foi considerada a realização, por parte da Autoridade de Gestão do ON.2, de audiência prévia às entidades interessadas, por desnecessária.

3ª Fase de Afetação da 1ª Tranche

Em 19 de setembro de 2012, a CCS adotou, igualmente sob proposta do IFDR, uma terceira decisão relativa à utilização da dotação da primeira tranche do empréstimo-quadro BEI libertada no âmbito da rescisão/revisão em baixa de propostas e pedidos de financiamento aprovados no âmbito da 1ª e 2ª fase de afetação do EQ do BEI.

Para efeitos desta terceira decisão, e no caso concreto do ON.2, foram exclusivamente considerados casos de reclamação apresentados por Municípios sobre o resultado da análise e de decisão de não aprovação do pedido de financiamento. Em todos os casos, o fundamento de não aprovação do pedido de financiamento reembolsável resultava do facto deste não ser compatível com as obrigações em matéria de limite de endividamento a que o Município se encontrava obrigado.

Nestas circunstâncias encontravam-se oito operações, cujo montante total de financiamento QREN-EQ é o que a seguir se evidencia:

PO	PIDDAC		Municípios		Outros		Total	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
NORTE	0	0	2.913.308	8	0	0	2.913.308	8

A Autoridade de Gestão do ON.2, em 22 de outubro de 2012, notificou as entidades interessadas da deliberação da CCS que recaiu sobre os respetivos pedidos de financiamento reembolsável.

Considerando de uma forma consolidada as três fases de afetação do valor da 1ª tranche do QREN EQ, na parte respeitante a operações cofinanciadas pelo ON.2, foram aprovados 214 pedidos de financiamento, a que corresponde um montante total de 81,6 milhões de euros, conforme se encontra evidenciado no quadro que se segue:

Fases de afetação da 1ª tranche	Número de operações	Montante financiamento QREN EQ aprovado
1	92	49.209.283,65 €
2	114	29.441.382,63 €
3	8	2.913.307,71 €
Total	214	81.563.973,98 €

Contudo, ao longo de 2012, 23 dos pedidos de financiamento QREN EQ inicialmente aprovados foram anulados após comunicação da Autoridade de Gestão da anulação do financiamento atribuído às operações. Assim, em 31/12/2012 o montante global de financiamento QREN EQ associado a operações cofinanciadas pelo ON.2 era apenas de 62,7 milhões de euros, ou seja, menos 18,9 milhões de euros face ao montante inicialmente aprovado.

Estado da decisão em 31/12/2012	Número de operações	Montante financiamento QREN EQ
1ª Fase da 1ª Tranche	84	46.262.685,78 €
2ª Fase da 1ª Tranche	99	13.496.479,73 €
3ª Fase da 1ª Tranche	8	2.913.307,71 €
Total	191	62.672.473,21 €

ANEXO A.13 - Operações abrangidas pela “Operação Limpeza” (março de 2012)

Designação do Beneficiário	N.º Operações	Código do Aviso
CIM do Minho-Lima	1	PCI/1/2011-Bolsa de Mérito
Indáqua	1	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
Município de Alfândega da Fé	1	CIM-TM/MT/01/2010
Município de Barcelos	5	CIMC/RE/02/2010
Município de Braga	1	CIMC/RE/01/2010
Município de Caminha	1	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
Município de Cinfães	1	CIMTS/RRE/2/2010
Município de Esposende	2	CIMC/MT/02/2010
	1	CIMC/RE/02/2010
Município de Felgueiras	1	CIMTS/III/RRE/01/2010
Município de Guimarães	1	CIMdoAVE/REEMM/01/2009
	1	EPE/1/2011-Bolsa de Mérito
Município da Maia	1	AMP/PMU/1/2009
Município de Mondim de Basto	1	CIMA/EPN/1/2010
Município de Oliveira Azeméis	1	AMP/SAAAEL/2/2010
Município de Paredes	2	CIMTS/III/RRE/01/2008
Município de Paredes de Coura	1	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
Município de Penedono	2	CIMD/MT/3/2010
Município de Ponte de Lima	1	ML/III/RRE/1/2009
Município de Sta Maria Feira	1	AMP/PMU/1/2009
Município de Tabuaço	1	CIMD/MT/3/2010
Município de Torre de Moncorvo	1	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
	1	CIMD/RRE/2/2010
	1	CIMD/MT/3/2010
	1	CIMD/MT/2/2010
Município de Vieira do Minho	1	CIMA/RRE/2/2010
Município de Vila Pouca de Aguiar	1	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
Município de Vinhais	1	CIM-TM/MT/01/2010
Serviços Municipalizados e de Saneamento Básico Viana do Castelo	2	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito
N.º Total de Operação	37	

ANEXO A.14 - Operações transferidas para o POVT – 1ª reprogramação

Designação do Beneficiário	N.º Operações	Custo Total Elegível Aprovado	FEDER Aprovado
CMPEA-Empresa Águas Município Porto, E.M.	1	1.208.875,11 €	967.100,09 €
EAMB – Esposende Ambiente, EEM	1	375.511,19 €	300.408,95 €
Empresa Municipal Água e Resíduos de Vila Real, E. M.	1	774.893,30 €	619.914,64 €
Empresa Municipal Água e Resíduos de Vila Real, E. M.	1	579.521,68 €	463.617,34 €
INDAQUA Vila do Conde - Gestão Águas Vila Conde	1	968.079,53 €	677.655,67 €
Município de Bragança	1	1.422.972,00 €	1.138.377,60 €
Município de Caminha	2	2.765.010,28 €	2.212.008,22 €
Município de Felgueiras	3	3.127.319,25 €	2.501.855,41 €
Município de Lousada	1	800.199,40 €	640.159,52 €
Município de Mirandela	2	1.295.038,33 €	1.036.030,66 €
Município de Mogadouro	1	1.525.031,30 €	1.220.025,04 €
Município de Monção	1	272.513,37 €	218.010,70 €
Município de Mondim de Basto	1	184.736,80 €	147.789,44 €
Município de Montalegre	1	263.296,09 €	210.636,88 €
Município de Paredes de Coura	1	2.742.870,78 €	2.194.296,62 €
Município de Peso da Régua	1	459.175,55 €	367.340,44 €
Município de Peso da Régua	1	1.335.840,69 €	1.068.672,55 €
Município de Ponte de Lima	1	2.789.002,25 €	2.231.201,80 €
Município de Sernancelhe	1	556.624,77 €	445.299,82 €
Município de Torre de Moncorvo	1	685.580,99 €	548.464,79 €
Município de Valença	1	279.774,60 €	223.819,68 €
Município de Vila Nova de Cerveira	1	261.769,78 €	209.415,82 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	2	5.212.501,63 €	4.170.001,30 €
Município de Vinhais	1	777.133,62 €	621.706,90 €
Penafiel Verde, Entidade Empresarial Local	1	976.936,38 €	781.549,10 €
Serv. Municipal Saneamento Básico Viana Castelo	2	2.907.612,24 €	2.363.089,79 €
Total	32	34.547.820,91 €	27.578.448,77 €

ANEXO A.15 - Operações transferidas para o POVT – 2ª reprogramação

Designação do Beneficiário	N.º de Operações	Custo Total Elegível Aprovado	FEDER Aprovado
AGS Paços de Ferreira - Soc. Concessionária Sist. Abastecimento Água e Saneamento	1	2.836.214,37 €	1.985.350,06 €
Águas de Gondomar, S.A.	1	1.674.752,53 €	1.172.326,77 €
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	1	5.972.626,66 €	5.076.732,66 €
EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE,EEM	1	2.338.586,64 €	1.987.798,64 €
Maiambiente E.M.	1	1.808.378,40 €	1.537.121,64 €
Município de Arcos de Valdevez	1	371.807,64 €	316.036,49 €
Município de Barcelos	1	234.070,00 €	198.959,50 €
Município de Caminha	1	732.930,03 €	622.990,53 €
Município de Esposende	2	388.813,33 €	330.491,33 €
Município de Fafe	1	858.040,63 €	729.334,54 €
Município de Felgueiras	1	771.850,92 €	656.073,28 €
Município de Lousada	1	1.592.566,41 €	1.353.681,45 €
Município de Melgaço	1	780.778,43 €	663.661,67 €
Município de Monção	2	1.486.844,23 €	1.263.817,60 €
Município de Paredes de Coura	1	821.558,06 €	698.324,35 €
Município de Ponte da Barca	1	314.403,91 €	267.243,32 €
Município de Ponte de Lima	2	4.814.846,11 €	4.092.619,19 €
Município de Valença	1	767.058,31 €	651.999,56 €
Município de Valongo	1	1.166.331,33 €	991.381,63 €
Município de Viana do Castelo	1	1.422.248,83 €	1.208.911,51 €
Município de Vila Nova de Cerveira	1	818.279,23 €	695.537,35 €
PENAFIEL VERDE, ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL - EEM	1	2.693.300,08 €	2.289.305,07 €
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	1	375.144,99 €	225.086,99 €
Serviços Municipalizados e de Saneamento Básico de Viana do Castelo	1	982.053,52 €	834.745,49 €
Valorminho-Valorização e Tratamento de Resíduos S.A	1	224.854,50 €	134.912,70 €
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães Vizela, EIM, S.A.	1	492.579,23 €	418.692,35 €
TOTAL	29	36.740.918,32 €	30.403.135,67 €



ANEXOS B – Fichas de Projeto

ANEXO B.1 – Fichas de Projeto do Eixo Prioritário 1 – Sistemas de Incentivos

Aviso	Sistema de Incentivos à Qualificação de PME (NORTE-01-2010-04)
Designação	PROMOÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA
Promotor	Época Gold - Mobiliário Internacional, S.A.
Data do Contrato	07-09-2011
N.º da Operação	NORTE-07-0401-FEDER-018203
Calendarização	27-01-2011 a 26-01-2013
Objetivos	A Época Gold, é uma pequena empresa fundada em 2005, em Paços de Ferreira, que fabrica mobiliário para sala, quartos e hotelaria de elevada qualidade e inovação, direcionado para um segmento médio alto que aprecia qualidade e design inovador. Recentemente ganhou o concurso para mobilar o Palácio do presidente do Turquemenistão assim como de um hotel de 7 estrelas na Líbia. Lista como principais clientes: Pinto & Leite, Kostic, Catarino - Mobiliário e Decoração de Interiores, Salon Nº 1 - Sieges Jour et Nuit, Unipavimentos, Induplano e Areva T & D SAS - ERT 3135. Em 2009 exportou 40% da sua produção para 5 mercados, maioritariamente para Espanha e França. Pretende com o projeto reforçar a sua presença em 3 mercados tradicionais (França, Espanha e Federação Russa) e dar a conhecer as suas marcas e os seus produtos a 5 novos mercados: Líbia, Marrocos, Tunísia, Argélia e Brasil.
Ações	A estratégia proposta para atingir os objetivos a que se propõe nesta candidatura passa por: <ul style="list-style-type: none"> • Prospeção de novos mercados; • Reformulação do site na internet; • Conceção de material promocional com novas linhas adequadas às exigências de futuros clientes - elaboração e impressão de catálogos para todos os mercados internacionais onde a empresa pretende intervir com este projeto; • Desenvolvimento de novas coleções (para França e Espanha) - cada coleção contém o desenvolvimento de pelo menos uma versão de: quarto completo em várias medidas (cama, mesas de cabeceira, cómoda, chifonier, roupeiro, cadeira, banqueta, moldura), sala de jantar com vários tamanhos de mesa, aparador e louceiro, e muitas peças soltas a que nós chamamos de complementos (consolas, mesas de apoio, mesas de centro, móvel de entrada, sapateira). O desenvolvimento de uma linha compreende um estudo muito técnico (medidas apropriadas para cada peças, proporções, conhecimento das máquinas que existem na fábrica para perceber limitações e/ou eventualmente permitir uma maior rentabilidade. • Participação em feiras internacionais - em França a empresa irá participar numa feira destinada a profissionais, feira de fabricantes, é o que irá acontecer em Marrocos também, mas simultaneamente em França a empresa irá participar em Feiras destinadas ao consumidor final.
Investimento Elegível	450.100,00 Euros
FEDER	225.050,00 Euros



Fonte: Reportagem Fotográfica ON.2 2012

Aviso	Sistema de Incentivos à Inovação (NORTE-03-2010-01)
--------------	---

Designação	Fabricação de Tesourões
Promotor	Serafim Fertuzinhos, SA
Data do Contrato	15-07-2011
N.º da Operação	NORTE-07-0403-FEDER-017714
Calendarização	01-04-2011 a 31-08-2012
Objetivos	A Serafim Fertuzinhos, é uma pequena empresa de cariz familiar que se dedica ao fabrico de vários tipos de tesouras, para a indústria alimentar, para vindimas e colheitas, para podas e desbaste. Sendo líder (e praticamente o único produtor deste tipo de tesouras) no mercado nacional, tem apenas concorrentes no exterior, nomeadamente as empresas Felco (Suíça), Bahco (Suécia) e Fiskars (Finlândia). Com o presente projeto, a empresa pretende responder aos seus concorrentes externos, iniciando a produção de novos produtos para aumentar o portfólio de oferta. Assim, serão feitos vários investimentos por forma a dotar a empresa das condições necessárias à produção e lançamento de 3 novos produtos de campo e com aplicações distintas: Tesourões de grande robustez destinados à floresta, tesourões destinados à poda de Kiwis e Tesourões para aplicação geral.
Ações	<p>A empresa pretende fazer, entre outros, os seguintes investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro de maquinaria - equipamento necessário à produção de componentes para os tesourões. • Granalhadora - equipamento destinado à preparação das superfícies a submeter a tratamento. • Retificadora - equipamento muito específico de retificação de superfícies trabalhadas. • Serra de fita - Equipamento de corte, destinado ao corte dos cabos dos tesourões. • Forno de indução de cabos - Equipamento para executar o aquecimento dos componentes, para serem submetidos à estampagem, dos tesourões que vão fixar as lâminas e a ligação aos cabos dos tesourões • Forno de indução de têmpera - forno onde vão ser aquecidas as lâminas dos tesourões, para serem submetidos à têmpera • Forno de indução para lâminas - Equipamento para executar o aquecimento das lâminas dos tesourões, para serem submetidos à estampagem. • Máquina de amolar WSM - equipamento específico para amolar as lâminas de corte dos tesourões, permitindo efetuar as serrilhas necessárias ao produto em questão • Máquina de amolar BG2 - equipamento que se destina a amolar as lâminas dos tesourões. • Máquina de blisters - Equipamento especificamente desenhado para efetuar os blisters (trata-se das embalagens cartão/plástico, em que o plástico é moldado pelo calor, ao produto a embalar), para tesourões. • Túnel de revenido - equipamento para efetuar o revenido das peças anteriormente temperadas • Scanner 3D, CAD/CAM e software para engenharia inversa • Design - investimento associado ao desenho dos tesourões, no sentido de lhe conferir, para além da ergonomia perfeita, um sentido estético que lhe aumente a atratividade. • Comercial e Marketing – o mix atual vai sofrer alterações, passando a empresa a poder contar com um reforço da oferta de produto, pela via do lançamento de um novo produto. Na área relativa a divulgação dos produtos, deverão ser mais exploradas as potencialidades da Internet, com o objetivo de atingir novos segmentos de mercado, através de uma forte presença na economia digital, a partir de um portal que explora a tecnologia B2B. • Internacionalização - reforço da aposta no mercado brasileiro, através da sua presença feiras da especialidade.
Investimento Elegível	4.040.170, 00 Euros
FEDER	2.626.110,50 Euros



Fonte: <http://www.serafimfertuzinhos.com/>

Aviso	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (NORTE-02-2008-08)
Designação	FUNCIONALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS LAMINADAS ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DE MODIFICAÇÃO SUPERFÍCIE (PLASMA, UV E REVESTIMENTOS).

Promotor	NEVES & COMPANHIA, LDA
Data do Contrato	10-09-2009
N.º da Operação	NORTE-07-0402-FEDER-005375
Calendarização	18-02-2009 a 31-10-2011
Objetivos	A Neves & C.ª, Lda (Coltec) é uma pequena empresa, constituída em Julho de 1981 que atualmente, desenvolve a atividade de laminação têxtil, colagens diretas, revestimentos com termoadesivos, revestimentos com autoadesivos e aplicação de filmes impermeáveis e respiráveis, para utilização em tecidos e malhas destinados a têxteis lar, têxteis hospitalares, vestuário técnico, desportivo, fardamento e hoteleiro. Cerca de 55% da faturação é para o mercado nacional e os restantes 45% para a UE. O projeto visa o desenvolvimento de uma nova linha de estruturas laminadas (contracoladas) e de têxteis funcionais inovadores obtidos por revestimento (coating), para a indústria têxtil e do vestuário, especialmente para os subsectores automóvel, saúde, desporto, têxtil-lar, vestuário de proteção e calçado, prevendo-se a aplicação de aditivos/técnicas em estruturas têxteis laminadas e de substratos têxteis.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> Estudos Preliminares - O objetivo desta atividade é identificar e definir a estratégia científico-tecnológica a seguir ao longo da execução de todo o projeto. Para isso serão levadas a cabo diferentes tarefas, nomeadamente: Levantamento das necessidades vs oportunidades; Pesquisa de componentes tecnológicos (Plasma e revestimento) e matérias-primas; Análise dos constrangimentos da tecnologia de laminação vs materiais. Especificações Técnicas - O objetivo desta atividade consiste na especificação técnica dos processos, produtos e de forma de utilização, que servirá de base à estratégia de investigação e desenvolvimento das novas linhas de laminação e revestimentos, a desenvolver ao longo da execução do projeto. Para isso serão levadas a cabo diferentes tarefas, nomeadamente: Ficha de especificação técnica dos processos; Ficha de especificação técnica dos produtos; Ficha de especificação técnica da utilização. Investigação e desenvolvimento de linha inovadora de laminação e revestimento - Os objetivos desta atividade consistem em: Formulação de soluções de laminação e revestimento inovadoras e flexíveis; Análise das tecnologias de laminação e revestimentos, materiais e formulações; Definição da metodologia de validação; Controlo e análise da eficiência dos componentes da linha de laminação e revestimento em função dos materiais têxteis a laminar; Ensaios químicos e físicos aos materiais laminados e revestidos. Protótipo – promover a metodologia de transferência de tecnologia para ambiente industrial. Nesta atividade serão desenvolvidos protótipos em ambiente industrial de estruturas laminadas (contracoladas) e têxteis funcionais obtidos por revestimento. Está também contemplada a elaboração dos dossiers técnicos onde serão colocadas as fichas de especificação do processo e do produto. Divulgação, disseminação e marketing - desenvolver um plano de marketing adequado de forma a orientar as estratégias das empresas em obter maior eficiência, eficácia e efetividade nas atividades orientadas para o marketing. Neste projeto é também objetivo estudar o impacto do novo produto ao nível do cliente final e de potenciais mercados (que não os tradicionalmente têxteis).
Investimento Elegível	215.475,31 Euros
FEDER	96.963,89 Euros



Fonte: Reportagem Fotográfica ON.2 2012

ANEXO B.2 – Fichas de Projetos do Eixo Prioritário 1 – Investimento Público

Aviso	SAIECT-IEC/2/2010
Designação	Instalação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S)
Promotor	Universidade do Porto

Data de aprovação	28/12/2010
Data do contrato	30/05/2011
N.º da operação	NORTE-07-0162-FEDER-000032
Calendarização	01-08-2009 a 31-12-2014
Objetivos	<p>A operação em apreço visa assegurar condições para a instalação e qualificação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde – I3S, o qual resulta da colaboração entre o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), o Instituto de Engenharia Biomédica (INEB) e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP). Este projeto contribuirá para a concretização dos objetivos preconizados na política nacional e regional na área da ciência, tecnologia e inovação, por via da dinamização do conceito de cooperação em rede no domínio da Biomedicina e da Saúde. As novas instalações acomodarão cerca de 280 doutorados, 60% dos quais com dedicação exclusiva à investigação, 250 bolseiros, 100 técnicos e outro pessoal administrativo.</p> <p>A operação apresenta os seguintes objetivos:</p> <p>.Objetivo 1: Contribuir para a criação de 105 novos empregos diretos na área de I&DI;</p> <p>.Objetivo 2: Proporcionar condições e envolvimento que contribuam para a conceção e realização de uma taxa de crescimento na ordem dos 5% dos projetos de I&DI desenvolvidos pelo I3S;</p> <p>.Objetivo 3: Proporcionar condições e envolvimento que contribuam para a conceção e realização de uma taxa de crescimento na ordem dos 5% no que toca aos projetos internacionais;</p> <p>.Objetivo 4: Participar em mais 7 redes institucionais internacionais, desenvolvendo parcerias integradas com empresas e instituições de suporte relevantes;</p> <p>.Objetivo 5: Aumentar em 10% por ano a prestação de serviços na área da I&DI, apostando claramente na valorização económica das competências técnico-científicas já adquiridas pelos três institutos.</p>
Ações	O investimento proposto contempla os custos relativos à construção e equipamento informático e básico do edifício do I3S, a localizar no Pólo Universitário da Asprela, em espaço anexo ao edifício já existente do IPATIMUP, com uma área de intervenção de 17.778,50 m2. Para além da construção do edifício principal, a operação incorpora, ainda, obras de intervenção no atual edifício do IPATIMUP e outras intervenções no espaço exterior, em particular, na zona de ligação entre os dois edifícios.
Investimento Elegível	21.478.339,26 euros
FEDER	18.256.588,37 euros (taxa de 85%)



Aviso	Energia/UAG/1/2010
Designação	Operação de Expansão das Redes de Distribuição com Ligação a UAG
Promotor	Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A.
Data de aprovação	02/08/2011
Data do contrato	07/09/2012

N.º da operação	NORTE-07-0765-FEDER-000101
Calendarização	01/07/2008 a 31/03/2013
Objetivos	<p>A concretização da Operação visa o investimento ao nível da rede de distribuição do gás natural na Região Norte, contribuindo desse modo para a transferência do consumo de eletricidade para o gás natural, nomeadamente no que se refere ao uso doméstico. A expansão das redes de distribuição com ligação às UAGs permitirá, assim, expandir a alternativa ao consumo de eletricidade a um universo mais alargado de utilizadores naquela região.</p> <p>Os principais objetivos estratégicos da Sonorgás com a implementação da Operação são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar o abastecimento de gás natural nos concelhos onde atua, ampliando a rede existente e consolidando a restante malha urbana destes mesmos concelhos; 2. Contribuir para uma maior equidade nas condições de vida das populações do Interior Norte; 3. Incrementar a segurança de fornecimento; 4. Contribuir para a competitividade da atividade económica nos concelhos da área de atuação; e 5. Promover a eficiência energética, sendo este um fator decisivo para a competitividade regional.
Ações	<p>A presente operação consiste no investimento de expansão das redes de distribuição com ligação às UAGs de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Peso da Régua/Santa Marta de Penaguião, Arcos de Valdevez/Ponte da Barca e Póvoa de Lanhoso.</p> <p>A ampliação da rede existente, que pretende consolidar a malha urbana dos atuais pólos de consumo, consistirá na construção de mais 81,8Km de rede, distribuída pelo cinco atuais pólos de consumo. A este investimento está associada a construção de cerca de 3.049 ramais.</p>
Investimento Elegível	10.106.338,32 euros
FEDER	4.042.535,32 euros (taxa de 40%)



Aviso	SAIECT-IETIEFE-EA/2011
Designação	Região Norte: Base Tecnológica do Cluster aeronáutico Nacional
Promotor	CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
Data de aprovação	29/08/2012
Data do contrato	29/08/2012
N.º da operação	NORTE-07-0162-FEDER-000061
Calendarização	01/10/2011 a 31/12/2013
Objetivos	<p>A operação "Região Norte: Base tecnológica do cluster aeronáutico nacional" (ou, abreviadamente, "BT-Aerocluster") visa financiar o investimento em infraestrutura física e equipamentos de uma infraestrutura tecnológica direcionada para o reforço da base de competências nas áreas do design, stress, materiais, teste e fabrico aeronáutico, promovendo a consolidação do cluster aeronáutico nacional, induzindo o posicionamento de fornecedores nacionais nas cadeias de valor dos construtores de aeronaves e contribuindo para a concretização dos objetivos estratégicos do cluster aeronáutico nacional, bem como para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.</p> <p>O projeto surge no âmbito da estratégia de desenvolvimento do cluster aeronáutico nacional, no quadro do Pólo da Competitividade e Tecnologia da Mobilidade. Tem por base uma oportunidade concreta resultante de um convite formulado pelo Governo Brasileiro ao Governo Português, em 2009, para participar no "Programa KC-390". A infraestrutura aeronáutica a criar constitui, assim, uma das principais ações de suporte à participação nacional neste Programa que visa o desenvolvimento pela Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. ("EMBRAER") da aeronave KC-390, uma aeronave de transporte tático (avião multiuso, militar e civil) que pretende concorrer no segmento de mercado dos atuais Hércules C-130. A RCM n.º 42/2011, de 24 de Outubro de 2011 e o Despacho do Ministro das Finanças e do Ministro da Economia e do Emprego n.º 15136/2011, de Novembro de 2011, vieram definir o modelo dessa participação, bem como as entidades competentes para a conclusão do processo negocial, conferindo especificamente à EEA – Empresa de Engenharia Aeronáutica, S.A. ("EEA") o papel de gestão da parceria das aeroestruturas e a relação de parceria com a EMBRAER.</p> <p>O envolvimento do CEIIA no processo decorre de um processo de avaliação do potencial de fornecimento de engenharia, processo esse conduzido e decidido pela EMBRAER. Uma vez que, por forma do modelo institucional definido nos termos acima referidos, o "Contrato de Engenharia" foi celebrado entre a EEA e a EMBRAER, foi posteriormente celebrado entre a EEA e o CEIIA o contrato através do qual este último assegura a execução de todas as atividades (design, ensaios e testes) de aeroestruturas que haviam sido inicialmente cometidas ao CEIIA pela EMBRAER, numa lógica de capacitação e reforço de competências.</p> <p>Assim e em síntese, são objetivos específicos da presente operação:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Criar e dinamizar uma infraestrutura aeronáutica de suporte à participação de Portugal no Programa KC-390, com capacidade para atrair e alavancar outros programas aeronáuticos; b) Desenvolver a base de competências existente com capacidade desde o design até à certificação de aeroestruturas, através do reforço da engenharia e respetiva validação; c) Projetar o <i>cluster</i> aeronáutico nacional, com a participação em redes de I&D e projetos com construtores aeronáuticos de referência a nível mundial.
Ações	<p>Para prosseguir os objetivos supra identificados, a presente candidatura prevê o financiamento das seguintes intervenções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Configuração e construção de infraestrutura física e técnica - Esta atividade tem como objetivo conceber, projetar, construir, testar e certificar uma infraestrutura aeronáutica de suporte à participação de Portugal no Programa KC-390 com capacidade para atrair e alavancar outros programas aeronáuticos. Abrange a empreitada e serviços conexos relativos à construção de raiz de um edifício (gestão da obra, projeto de execução, obra), bem como aquisição e instalação do mobiliário técnico, da infraestrutura informática de apoio geral, de engenharia e de ensaios e testes, bem como os sistemas de segurança e confidencialidade. O edifício a construir, com uma área total de construção de 13.431 m², ficará localizado num terreno no gaveto formado entre a Estrada da Circunvalação e a Avenida Dom Afonso Henriques, em Matosinhos, e será composto por dois volumes (Edifício 1 e Edifício 2), sendo o primeiro, de forma elíptica, destinado às áreas demonstrativas e administrativas e o segundo, de geometria próxima do retangular, vocacionado para a engenharia e fabrico de protótipos, armazenagem, realização de testes e atividades de experimentação conexas. A opção pela construção de raiz, em Matosinhos, em alternativa à expansão das atuais instalações do CEIIA sedeadas no TECMAIA, foi assumida pelo CEIIA entidade em resultado de não ter sido possível assegurar a sustentabilidade e exequibilidade as diversas propostas alternativas apresentadas pelo TECMAIA – Parque Tecnológico da Maia, S.A. junto de terceiros (instituições financeiras detentoras de direitos sobre os terrenos oferecidos). 2) Reforço da infraestrutura de design e desenvolvimento aeronáutico - Esta atividade abrange o reforço da capacidade do CEIIA nas áreas de design, stress e materiais, através da aquisição de hardware e software específico de acordo com as necessidades do programa KC-390. Não estão incluídas licenças de manutenção para anos posteriores à capacitação, a assegurar através de futuras medidas de financiamento. 3) Criação da infraestrutura de ensaios e teste - Equipamentos de suporte aos ensaios <i>full</i> e <i>partial scale</i>, bem como os equipamentos de suporte aos ensaios destrutivos e não destrutivos. Para além disso, está aqui prevista uma componente imaterial associada ao trabalho que o PIEP tem desenvolvido associado à metodologias e tecnologias de ensaios, testes e inspeção e que serviu de base ao dimensionamento dos ensaios e testes. 4) Parcerias de I&D nacionais e internacionais - Esta atividade tem como objetivo projetar o cluster aeronáutico nacional, com a participação em redes de I&D e projetos com construtores aeronáuticos de referência a nível mundial. Engloba as tarefas de conceção, desenvolvimento e implementação do "Programa A+" liderado pelo CEIIA e coordenado pelo Professor Doutor Manuel Heitor, do Instituto

	<p>Superior Técnico. Este programa irá estabelecer uma plataforma de colaboração internacional para a formação avançada e investigação industrial em aeronáutica, e será gerido por uma rede de importantes instituições internacionais em constituição, composta por Von Karman Institute ("VKI", da Bélgica); Universidade de Cranfield ("UC", do Reino Unido); Instituto Tecnológico de Aeronáutica ("ITA", do Brasil) e o Massachusetts Institute of Technology ("MIT", dos EUA). Prevê-se a abertura da plataforma a outras instituições nacionais, designadamente à Universidade do Minho e à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.</p> <p>Nesta atividade estão também incluídas as tarefas relacionadas com a apresentação a nível internacional dos resultados atingidos com as atividades de I&D com vista ao reconhecimento e credibilização da capacidade técnica da base tecnológica a nível internacional e dessa forma potenciar a atração de novos projetos de I&D e de desenvolvimento tecnológico.</p> <p>5) Gestão e coordenação do projeto - Esta atividade inclui as tarefas de preparação, implementação e dinamização dos vários mecanismos de planeamento, acompanhamento, avaliação e controlo do projeto, bem como do plano de divulgação.</p>
Investimento Elegível	17.651.580,24 euros
FEDER	12.356.106,17 euros (taxa de 70%)



Aviso	E – EEA/1/2010 - Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Coletivos (IPSS e ADUP)
Designação	Centro Bem Estar Social Barqueiros - Eficiência Energética e Energias Renováveis
Promotor	CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE BARQUEIROS
Data de aprovação	24-01-2012
Data do contrato	10-04-2013
N.º da operação	NORTE-07-0765-FEDER-000105
Calendarização	15-12-2011 a 31-03-2014
Objetivos	<p>A presente operação, “Centro Bem Estar Social Barqueiros - Eficiência Energética e Energias Renováveis”, apresenta como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a utilização racional de energia e a eficiência energético-ambiental num equipamento social coletivo, gerido por uma IPSS. - a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energia com base em fontes renováveis tendo em vista a diminuição dos consumos e os custos de energia da instituição. - a produção de energia através de fontes renováveis, permitindo reduzir os consumos de energia na instituição em 16,6 tep, traduzindo-se essa redução numa diminuição de CO2 na ordem das 31,38 toneladas.
Ações	<p>A operação em causa, realizada num equipamento coletivo social existente gerido por uma IPSS, visa a produção de energia através do aproveitamento de fontes de energia renováveis, nomeadamente com a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de uma central fotovoltaica para produção de energia elétrica, tendo em vista o autoconsumo; - Instalação de uma central solar térmica para aquecimento de águas sanitárias e pré-aquecimento ambiente; - Instalação de uma central de biomassa para apoio à central solar térmica. <p>O projeto tem por base o diagnóstico ou auditoria energética realizada no edifício alvo da intervenção e a definição de medidas de eficiência energética.</p>
Investimento Elegível	144.375,52 euros
FEDER	101.062,86 euros

xxxix



Aviso	SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008
Designação	Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
Promotor	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela
Data de aprovação	30/08/2010
Data do contrato	30/08/2010
N.º da operação	NORTE-07-0364-FEDER-000012
Calendarização	01/01/2009 a 30/06/2014
Objetivos	<p>A candidatura em apreço é promovida pela UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela. Esta entidade é responsável pela dinamização do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (abreviadamente designado pela mesma sigla, UPTEC), da qual fazem parte a Universidade do Porto – U.Porto (entidade sem fins lucrativos do SCTN), Fundação Gomes Teixeira e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto - Portuspark (todas estas, entidades sem fins lucrativos que têm como objeto, entre outros, a promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica na Região Norte).</p> <p>O projeto em causa, denominado “Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto” reveste excepcional relevância para o completamento da rede de Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) na Região Norte, valorizando-se o conhecimento, a tecnologia e a inovação enquanto fatores de promoção para a criação de emprego altamente qualificado em áreas de elevado valor acrescentado e com vocação exportadora - Ciências da Saúde e Engenharias - em linha com os objetivos consagrados no QREN e Agenda Regional – Norte 2015.</p>
Ações	<p>As componentes do projeto encontram-se estruturadas segundo os seguintes eixos centrais:</p> <p>1 – Construção do Edifício Central do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, na Asprela, em continuidade com o edifício da Incubadora de Base Tecnológica, com uma área total de 18 286 m2 e uma área útil para a instalação de iniciativas inovadoras da ordem de 11 000 m2.</p> <p>Pretende-se, sobretudo, assegurar a criação de uma infraestrutura da envolvente empresarial nas áreas de inovação, assistência técnica e tecnológica, formação e qualidade, capacitando-a de serviços ligados à gestão e facilitação dos negócios. O Edifício Central prevê ainda uma série de infraestruturas comuns, quer de apoio à gestão, como por exemplo salas de reunião e salas de conferências, quer de apoio a todos os utentes do parque, como espaços de lazer, restauração e ATM.</p> <p>Assim, neste edifício será instalado um Gabinete de Desenvolvimento de Produtos, dotado de equipamentos de impressão a 3D em materiais compósitos e poliméricos, digitalizadores 3D para engenharia inversa, máquinas de CNC de 5 eixos para maquinaria e prototipagem de peças de aço, polímeros e aglomerados, mesa de corte, autoclave, etc., que em conjunto com os laboratórios do Centro de Incubação servirão as empresas do Parque e constituirão também suporte aos serviços técnico-científicos da U.Porto.</p> <p>Salienta-se que este edifício tem por objetivos essenciais albergar as instalações da sede da entidade gestora do UPTEC, bem como um conjunto alargado de serviços básicos como restauração, serviços bancários, espaços de lazer e espaços de serviços partilhados como uma sala polivalente e instalações anexas, constituindo um conjunto suscetível de funcionar também como centro de formação e sede de um “Laboratório de Brain-Storming”.</p> <p>2 – Construção de um Centro de Inovação, fisicamente integrado no Pólo da Asprela da Universidade do Porto, com uma área total de 1822 m2 e uma área útil de cerca de 1300 m2, já totalmente reservada para iniciativas no domínio da inovação, com particular intervenção do departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia.</p> <p>Esta é uma estrutura que permitirá o acolhimento de um número alargado de empresas que valorizam o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação na área das Engenharias. O Centro de Inovação assume-se pois como uma infraestrutura de acolhimento qualificada de atividades empresariais com natureza inovadora, fisicamente integrado no Pólo da Asprela da Universidade do Porto e, por conseguinte, próximo de um importante subsistema de criação e difusão de conhecimento da Região. Estando fisicamente próximo do Centro de Incubação, este investimento reforçará e capacitará o nó da Asprela da U.Porto, em linha com o previsto no Sistema Regional de Inovação (SRI).</p> <p>Este edifício destina-se a acolher três centros de Inovação: a Rede de Competência em Polímeros (www.arcp.pt), um centro financiado pela Sonae Indústria e um terceiro centro orientado para desenvolver tecnologias na área das energias renováveis, que ainda se encontra em fase de constituição.</p> <p>3 – Melhoria da Capacidade de Gestão, para além das operações atrás enunciadas de cariz essencialmente infraestrutural, o UPTEC, enquanto um ator privilegiado para a promoção de transferência de conhecimento e de transformação de conhecimento em inovação da Região Norte, propõe-se qualificar o seu atendimento às empresas, racionalizando o seu modelo de organização e gestão e simplificando a desmaterialização de processos. Mais concretamente, o UPTEC pretende realizar uma série de encontros, quer na Europa quer nos EUA, que funcionem como verdadeiras ações de benchmarking. Com estas ações pretende-se ver, analisar, estudar e avaliar outras infraestruturas cuja semelhança possa aportar a este modelo de negócio alterações e adaptações que permitam uma melhoria contínua no funcionamento do Parque.</p> <p>Em suma, com este projeto, o UPTEC pretende assumir-se como um Parque de Ciência e Tecnologia de referência na Região Norte, dinamizador da transferência de conhecimentos entre a U.Porto, os centros de I&D e as empresas.</p>

Investimento Elegível	14.785.534,36 euros
FEDER	11.828.427,48 (80%) + Bónus de 49.515,76 - 11.877.943,24



Aviso	PCI-I/2/2010
Designação	DSAI 2012 - Software Development for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion
Promotor	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Data de aprovação	24-01-2012
Data do contrato	23-08-2012
N.º da operação	NORTE-07-0927-FEDER-000191
Calendarização	01-09-2011 a 31-12-2012
Objetivos	São objetivos desta conferência contribuir para melhorar e aprofundar o conhecimento geral sobre a temática; a divulgação da investigação realizada em Portugal; proporcionar um espaço de debate das novas tendências e projetos de software para populações com necessidades especiais; partilhar experiências e práticas; contribuir para a criação de sinergias entre entidades, nomeadamente entre a Indústria e as Universidades; e finalmente, contribuir para a sensibilização para as questões da Acessibilidade e ao Combate à Infoexclusão em geral e em particular no âmbito das organizações.
Ações	<p>A presente operação concretizou-se em 4 ações distintas:</p> <p>1. Conceção, organização e divulgação</p> <p>As atividades preparatórias da conferência incluíram reuniões entre os membros do comité organizador, visita ao local de realização da conferência, criação de material publicitário do evento, criação de um sítio Web de suporte à conferência, divulgação do evento em universidades/centros de investigação estrangeiros e em centros de apoio a pessoas com necessidades especiais e a criação de materiais de suporte à conferência.</p> <p>2. Implementação e acompanhamento</p> <p>“Conferência DSAI 2012” realizada entre 19 e 22 de Julho de 2012 e que incluiu workshops e várias sessões da conferência em espaços distintos: Biblioteca Almeida Garret, no palácio de Cristal (Porto), no barco hotel e no Museu do Douro.</p> <p>3. Promoção regional</p> <p>A divulgação regional concretizou-se, nomeadamente, através das viagens que o barco hotel realizou do Porto até à Régua, da Régua até Bitetos, com posterior transporte ao Convento de Alpendurada, onde se realizou o jantar de gala da conferência, e viagem de regresso da Régua ao Porto.</p> <p>4. Memória, avaliação e divulgação</p> <p>Todos os trabalhos publicados na conferência deverão continuar a ser indexados por motores de pesquisa científicos, tais como o “Thomson Reuters ISI Web of Knowledge”. Esta conferência teve revistas científicas associadas para publicação dos melhores artigos científicos apresentados na conferência. Estava também prevista a gravação de imagens a colocar no sítio Web da conferência, a publicação de notícias de divulgação do evento em jornais nacionais e que seriam feitas tentativas de publicação em jornais estrangeiros. Serão também analisados e divulgados os dados acerca do impacto do evento.</p> <p>Os principais destinatários deste evento eram profissionais, investigadores e estudantes nas áreas de desenvolvimento de software Inclusivo, informática e tecnologias de informação.</p>
Investimento Elegível	50.669,04 euros
FEDER	35.468,33 euros



ANEXO B.3 – Fichas de Projeto do Eixo Prioritário 2

Aviso	Programa de Valorização Económica de Recursos Específicos Rede de Informação Turística do Pólo Douro - CIT - Centros de Informação Turística do Douro - Douro-Convite Público para Apresentação de Candidaturas – CIT Douro/2010
Designação	Centro de Informação Turística de Vila Nova de Foz Côa
Promotor	Município de Vila Nova de Foz Côa
Data de aprovação	21/12/2010 e 19-04-2011
Data do contrato	27-04-2011
N.º da operação	NORTE-08-0162-FEDER-000092
Calendarização	01/07/2011 a 31/12/2012
Objetivos	Pretende-se remodelar e requalificar um edifício existente, em termos arquitetónicos e de infraestruturas, e dotá-lo dos requisitos técnicos e funcionais adequados ao pleno funcionamento de um Centro de Informação Turístico "Âncora", respeitando integralmente as orientações técnicas constantes do Aviso "CIT Douro/2010, nomeadamente, ao nível do layout de Arquitetura e do design dos CIT, bem como das características técnicas dos equipamentos informáticos e multimédia.
Ações	A intervenção proposta contempla as seguintes ações: - Execução de trabalhos de Construção Civil (Demolições diversas, revestimento de pavimentos, paredes e tetos entre outras) de forma a adaptar o edifício às especificidades das novas funções; - Fornecimento e montagem de módulos de mobiliário específico; - Reformulação das Infraestruturas elétricas, de deteção de Incêndios, de telecomunicações e de AVAC; - Implementação de uma rede de dados estruturada; - Fornecimento e Instalação de equipamento informático, respetivos sistemas operativos e software de escritório eletrónico; - Fornecimento e instalação de equipamento multimédia e software de gestão de conteúdos; - Preparação e produção de conteúdos culturais e turísticos sobre o Concelho de Vila Nova de Foz Côa; - Fornecimento de soluções de equipamento de domótica que optimize a gestão e funcionamento do CIT
Investimento Elegível	224.777,14 euros
FEDER	191.060,57 euros

xliii



Aviso	Valorização Económica de Recursos Específicos - Valorização da Cultura e da Criatividade - Grandes Eventos - BCEJ/2011
Programa de Ação	Braga 2012: Capital Europeia da Juventude
Promotor	Fundação Bracara Augusta (FBA) Município de Braga
Calendarização	De 20/05/2011 a 01/08/2011
Dotação FEDER	4.500.000,00 Euros
Candidaturas	<p>Em 19/05/2011, foi divulgado o Convite Público para apresentação de candidaturas de projetos integrados no evento "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude".</p> <p>Foram apresentadas 6 candidaturas (as 5 primeiras, de natureza imaterial; a última, de natureza infraestrutural):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de Mobilização, Sensibilização e Avaliação de Públicos e Agentes; • Y. YOU; • Y. WORLD; • Y. LIFE; • Projetos Especiais; • GeNeRation. <p>A aprovação das candidaturas decorreu entre 20/12/2011 e 03/08/2012; os respetivos contratos de financiamento foram celebrados entre 12/01/2012 e 07/09/2012.</p> <p>Os contratos de financiamento das 6 operações envolveram um investimento elegível total de 6.061.933,17€, correspondendo a uma participação FEDER de 4.491.837,58€ (taxa FEDER: 70,00%, as 5 primeiras operações; 80,00%, a última operação).</p> <p>Por promotor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FBA – 5 operações / Investimento elegível: 3.577.089,46€; • Município de Braga – 1 operação / Investimento elegível: 2.484.843,71€.
Investimento elegível	6.061.933,17 euros
FEDER	4.491.837,58 euros



Aviso	Valorização Económica de Recursos Específicos - Valorização da Cultura e da Criatividade - Grandes Eventos - GCEC/2011
Programa de Ação	Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura
Calendarização	De 08/07/2011 a 30/06/2012
Dotação FEDER	20.590.000,00€ (inclui reforço da dotação inicial)
Promotor	Fundação Cidade de Guimarães (FCG) A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, C.I.P.R.L. (Oficina) Círculo de Arte e Recreio (CAR)
Candidaturas	<p>Em 07/07/2011, foi divulgado o Convite Público para apresentação de candidaturas dos projetos integrados no Programa de Ação "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012". A submissão das candidaturas decorreu sob a modalidade "em contínuo".</p> <p>Foram apresentadas 58 candidaturas (3 em 2011 e as restantes em 2012).</p> <p>A aprovação das candidaturas decorreu entre 25/10/2011 e 11/10/2012; os respetivos contratos de financiamento foram celebrados entre 11/11/2011 e 18/10/2012.</p> <p>Os contratos de financiamento das 58 operações envolvem um investimento elegível total de 29.208.876,00€, correspondendo a uma comparticipação FEDER de 20.446.213,20€ (taxa FEDER: 70,00%).</p> <p>Por promotor:</p> <ul style="list-style-type: none"> – FCG – 23 operações / Investimento elegível: 13.540.519,00€; – Oficina – 33 operações / Investimento elegível: 14.668.357,00€; – CAR – 2 operações / Investimento elegível: 1.000.000,00€. <p>As candidaturas abrangem os projetos integrados nos seguintes 8 <i>clusters</i> previstos Programa de Ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Arte – Áreas de programação: Arte e Arquitetura; Arte Performativa; Música; Cinema e Audiovisual; – Comunidade; – Cidade; – Pensamento; – Tempos Cruzados; – Projetos Especiais; – Produção; – Gestão e Avaliação.
Investimento elegível	29.208.876,00€
FEDER	20.446.213,20€ (taxa FEDER: 70,00%)



ANEXO B.4 – Fichas de Projeto do Eixo Prioritário 3

Aviso	AVQA/1/2007
Designação	Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado Homem e Neiva
Executor	Comunidade Intermunicipal do Cávado
Data de Contratação	19 de dezembro de 2008
Nº da operação	NORTE-09-0131-FEDER-000012
Calendarização	Início: 01-05-2008; conclusão: 23-02-2012
Objetivos	Contribuir para a preservação valorização e salvaguarda das águas, visando o desenvolvimento sustentável e o cumprimento de normas ambientais, através da monitorização e também da promoção de atividades intrínsecas ao meio ambiente, contribuindo para as boas práticas ambientais.
Ações	<p>A Rede de praias fluviais dos Rios Cávado Homem e Neiva consistiu no desenvolvimento das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Elaboração dos estudos técnicos das especialidades de engenharia, arquitetura e topografia das praias fluviais de Navarra, Cavadinho e Faial, constando uma série de normas e equipamentos que devem ser tidos em conta no processo de execução. – Monitorização da qualidade das águas balneares. – Promoção e divulgação, através de publicação de informação detalhada de cada praia fluvial no Sistema de Informação Geográfica, e colocação de painéis de informação dos projetos nas praias fluviais. – Realização de um seminário de apresentação do projeto “Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado Homem e Neiva” (28 fevereiro de 2012)
Entidades Parceiras	(não aplicável)
Investimento Elegível	102.815,20 Euros
FEDER	87.392,93 Euros

xlv



Aviso	GAEPC/1/2007
Designação	Valorização e qualificação da estrutura ecológica do concelho de Melgaço
Executor	Município de Melgaço
Data de Contratação	6 de agosto de 2008
Nº da operação	NORTE-09-0230-FEDER-000025
Calendarização	Início: 01-08-2008; conclusão: 28-02-2011
Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a organização espacial de paisagens rurais de elevado valor natural no Planalto de Castro Laboreiro e nos vales dos rios Trancoso e Mouro; 2. Avaliar a influência da organização espacial das paisagens rurais nos padrões de ocorrência e na conservação de espécies endémicas e raras da flora vascular; 3. Analisar a evolução recente das paisagens rurais e estimar o impacto provável dessa evolução no estado de conservação das espécies endémicas e raras da flora vascular e dos seus habitats; 4. Projetar a evolução futura das paisagens rurais e prever o impacto dessa evolução no estado de conservação das espécies endémicas e raras da flora vascular e dos seus habitats; 5. Propor estratégias de gestão das paisagens visando a salvaguarda das espécies endémicas e raras da flora vascular e de outros atributos ecológicos fundamentais dos ecossistemas; e 6. Promover a visitação, divulgação e interpretação dos valores naturais em paisagens rurais de elevado valor natural.
Ações	<p>A presente candidatura pretendeu contribuir para a caracterização, cartografia, conservação e divulgação dos valores naturais do concelho de Melgaço. Através da:</p> <p>Construção do Percurso Marginal do Rio Minho- Esta intervenção consistiu nas seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Limpeza de levada, incluiu desmatagem da vegetação existente, bem como remoção e transporte a vazadouro de materiais, bem como reposição pontual da sua estrutura; Execução de passadiço em madeira de pinho tratada, com largura de 1,20m, incluindo dois pontos de descanso; Limpeza e marcação de trilhos, obedecendo à sinalética internacional; Execução de Painéis expositivos; Conceção e design de folhetos de divulgação; Impressão de folhetos de divulgação; <p>Recuperação da Saibreira de Portos, da recuperação do acesso ao pântano da Seara e da beneficiação do acesso à Sr.ª de Numão</p> <p>Estudo - A Agro-ecologia e a conservação da biodiversidade em zonas de montanha, em que se desenvolveram as seguintes ações/etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Cartografia detalhada das populações dos principais endemismos e espécies raras da flora vascular, análise de padrões de ocorrência e identificação de atributos espaciais e ecológicos promotores da ocorrência das espécies; Construção de modelos preditivos da distribuição dessas espécies para implementação de cenários de evolução da paisagem; Identificação de ações concretas de conservação da biodiversidade e gestão da paisagem a incluir em futuras candidaturas (PDR, Life+); Produção de conteúdos para divulgação em diversos formatos, sobre a Flora, os seus Habitats e os Sistemas Tradicionais de Ordenamento e Gestão do Território, em articulação com estruturas físicas existentes no concelho (Porta de Lamas de Mouro do P.N. Peneda-Gerês, Museu de Castro Laboreiro).
Investimento Elegível	302.102,62 Euros
FEDER	256.787,23 Euros



Aviso	PC/1/2007
Designação	Casa Museu Teixeira Lopes - Requalificação e Modernização
Executor	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.
Data de Contratação	2 de dezembro de 2008
Nº da operação	NORTE-09-0347-FEDER-000004
Calendarização	Início: 20-07-2009; conclusão: 30-03-2011
Objetivos	<p>Este museu, que pertence à Rede Portuguesa de Museus (RPM), detém um importante acervo das obras dos escultores Teixeira Lopes e Diogo de Macedo, e enquadra-se na política museológica nacional ao intervir na promoção e modernização deste imóvel cultural cumprindo, assim, com as suas funções museológicas. Com a finalidade de valorizar a salvaguarda do património cultural e arquitetónico de Vila Nova de Gaia, possui uma valia patrimonial cuja abrangência ultrapassa este concelho, e para a qual contribui a concretização dos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - remodelação e modernização das instalações da Casa Museu Teixeira Lopes, através de uma intervenção de natureza infra estrutural, e respetiva aquisição de equipamento, melhorando a prestação dos seus serviços aos visitantes e em especial a públicos específicos em matéria de acessibilidades.
Ações	<p>A intervenção na Casa Museu Teixeira Lopes consistiu no desenvolvimento das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - requalificação de espaços, interior e exterior, melhorando condições de conservação, repondo originalidades que tinham sido adulteradas e permitindo a exposição de esculturas no jardim; - aquisição de equipamento, para melhoria das condições de conservação e de estabilidade térmica do edifício, assim como reformulação dos circuitos de iluminação e sistema de segurança do Museu; - melhoria das condições de acessibilidades e acolhimento de públicos específicos (plataformas elevatórias); - dinamização, mais intensa, de atividades educativas, pela criação de um novo espaço para a oficina de pintura; - permitir a abertura ao exterior através da alteração da receção da Casa-Museu, nomeadamente pela organização de postos de informação multimédia e instalação de uma loja/livraria. <p>Esta intervenção é considerada replicável pelo seu caráter potencialmente exemplar ao nível das “...vertentes relacionadas com a intervenção de reposição do edificado na antiga casa do escultor, às ações de recuperação da traça original do jardim e às componentes multimédia da operação ...” (Parecer do GPEARL, MC)</p>
Investimento Elegível	469.129,31 €
Feder (85%)	398.759,91 €



ANEXO B.5 – Fichas de Projetos do Eixo Prioritário 4

Aviso	CIMTS/III/RRE/01/2007
Designação	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Mouriz
Executor	Município de Paredes.
Data de Contratação	4 de agosto de 2008
Nº da operação	NORTE-10-0144-FEDER-000046
Calendarização	Início: 13-02-2009; conclusão: 31-03-2013
Objetivos	Contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos; eliminar os regimes duplos de funcionamento; eliminar situações de edifícios em construção precária, designadamente estruturas pré-fabricadas; reduzir ou eliminar situações de agregação.
Ações	<p>O presente projeto visou a construção de raiz do Centro Escolar de Mouriz, com 3 salas do pré-escolar e 12 salas do 1.º ciclo, e foi projetado para um universo de 363 alunos.</p> <p>A intervenção proposta permitiu integrar níveis de ensino, requalificar o parque escolar, através do encerramento de escolas de pequena dimensão, melhorar as condições de ensino e aprendizagem e consolidar o objetivo da Escola a Tempo Inteiro.</p> <p>Este novo Centro Escolar permitiu ultrapassar a situação precária, e que foi sempre encarada pelo Município como provisória, do funcionamento de refeitórios em estruturas pré-fabricadas alugadas para o efeito ou em salas de aula descartivadas. Grande parte das escolas que são descartivadas/encerradas em resultado da construção deste novo equipamento, encontram-se nesta situação. Assim foram descartivadas, com as atuais valências a Escola EB1 de Soutelo, Escola EB1/JI de Lourosa, Mouriz, Escola EB1/JI de Olho de Mouro, Vila Cova e Escola EB1/JI de Insuela, Besteiros.</p> <p>Este centro escolar destaca-se pelo seu espaço interior, versátil e sobretudo polivalente, proporcionando uma experiência espacial e educativa diversificada, dotando os alunos de todas as ferramentas necessárias para um bom desenvolvimento educativo.</p> <p>O edifício foi projetado de forma a minimizar a necessidade de funcionários em áreas de supervisão, gestão e segurança.</p>
Investimento Elegível	2.237.264,00 Euros
FEDER	1.901.674,40 Euros

xlix



Aviso	ES/1/2009
Designação	Construção de Raiz de Creche
Executor	Creche Mãe e Patronato da Sagrada Família - Centro Social e Paroquial de S. Adrião
Data de Contratação	31 de março 2010
Nº da operação	NORTE-10-0156-FEDER-000200
Calendarização	Início: 02-08-2010; conclusão: 07-04-2011
Objetivos	Este projeto visa reforçar o acesso a um equipamento / serviço que contribui para a promoção da coesão territorial, através da construção de raiz de uma Creche, criando lugares para 33 utentes.
Ações	A Operação em apreço teve por objetivo a construção de parte de um edifício, destinada ao funcionamento de uma creche. Esta instalação funciona ao nível do 1º andar, estando outas valências (Pré-escolar e CATL) a funcionar ao nível do piso de entrada.
Investimento Elegível	282.040,90 €
FEDER	214.500,00 €



Aviso	RUCI/1/2008
Designação	EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável
Executor	Município de Bragança
Data de Contratação	11 de agosto de 2011
Nº da operação	NORTE-10-0240-FEDER-000021
Calendarização	Início: 28-01-2011; conclusão: 04-08-2013
Objetivos	O presente projeto tem como principal objetivo criar um centro de referência à escala regional e nacional nas áreas da construção e do urbanismo sustentável.
Ações	<p>No âmbito deste projeto, foram realizadas as obras de requalificação e adaptação dos edifícios, para instalação do Balcão Único de Atendimento e um conjunto de departamentos e serviços municipais e do "Centro de Memória" das unidades militares que durante algumas décadas estiveram aquarteladas em Bragança.</p> <p>O EcoPolis deverá incorporar um conjunto de aspetos inovadores em termos de construção sustentável, como a escolha criteriosa dos materiais, de preferência reciclados, a redução das necessidades energéticas através da instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis, o aproveitamento das águas da chuva, a reciclagem das águas cinzentas e a utilização de sistemas passivos.</p> <p>Por sistemas passivos entende-se a implementação de dispositivos construtivos nos edifícios, com o objetivo de contribuir para o seu aquecimento ou arrefecimento natural. No caso do aquecimento, estes sistemas pretendem maximizar a captação do sol no Inverno, através de vãos envidraçados bem orientados e dimensionados, aos quais se podem associar elementos massivos que permitirão o armazenamento da energia solar e a sua utilização em horas posteriores.</p> <p>No caso do arrefecimento, os sistemas passivos tiram partido de fontes frias de modo a arrefecer o edifício. Uma fonte fria no Verão é o próprio solo, cuja temperatura é sempre inferior à temperatura do ar exterior, sendo pois uma excelente fonte de arrefecimento dos edifícios. Outra fonte fria é o ar exterior, que em determinadas horas do dia (noite e manhã) apresenta uma temperatura inferior à temperatura interior dos próprios edifícios. Existem ainda outros sistemas de arrefecimento como o arrefecimento radiativo, que tira partido da diferença de temperatura radiativa entre a envolvente do edifício e a temperatura do "céu", e o arrefecimento provocado pela evaporação de água.</p> <p>O EcoPolis deverá ainda incluir um conjunto de sistemas para gestão de recursos, sejam eles eletricidade, gás natural ou água, bem como para controlo e monitorização das emissões de gases com efeito de estufa e efluentes. Estes sistemas deverão estar associados a uma plataforma Web de modo a permitir uma avaliação em tempo real e a promover o carácter demonstrador deste projeto.</p> <p>A zona que se pretende converter em centro de referência nas áreas da construção e do urbanismo sustentável é conhecida como "Forte São João de Deus", aí se situando diversos serviços de carácter público, incluindo os próprios serviços do município de Bragança.</p>
Investimento Elegível	3.500.000,00 €
FEDER	2.975.000,00 €



Aviso	PRU/1/2008
Designação	Regeneração urbana do centro histórico da Vila de Mesão Frio
Data de Contratação	3 de março de 2011
Nº da operação	NORTE-10-0241-FEDER-000227
Calendarização	Início: 02-05-2011; conclusão: 31-03-2013
Executor	Município de Mesão Frio
Objetivos	Os objetivos a alcançar com a realização da presente operação consistem em: -promover a qualidade do espaço urbano; -satisfazer as necessidades de acesso ao Centro Escolar que se encontra em construção; -potenciar a disponibilização de solo para a edificação de uma zona de construção prioritária como consta no Relatório de Revisão do PDM e ainda dinamizar a feira semana uma vez que esta é um forte promotor do comércio local
Ações	A presente operação visa o enquadramento global no espaço físico da Vila de Mesão Frio e consiste em quatro arranjos urbanísticos na Vila, sendo estes nos casos de maior necessidade e não intervencionados nos últimos anos, na construção do acesso ao Centro Escolar bem como a uma zona de construção prioritária e na remodelação do Mercado Municipal: - Ação 1 - "beneficiação dos espaços públicos da Vila de Mesão Frio": o enquadramento global no espaço físico da Vila de Mesão Frio de quatro arranjos urbanísticos, designadamente, Zona A - Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, Zona B - Largo da Independência, Zona C - Largo do Cruzeiro e Zona D - Travessa da Cerca - Miradouro; - Ação 2: construção do acesso ao Centro Escolar de Mesão Frio que apresenta a dupla função de acessibilidade e criação de nova frente urbana. - Ação 3: Reabilitação do Mercado Municipal, para satisfazer as necessidades que este tipo de espaços hoje exigem, com remodelação das lojas, ampliação e criação de outras, pois tendo sido edificado no início da década de 1980, não satisfaz as atuais solicitações.
Investimento Elegível	2.837.399,21 Euros
FEDER	1.999.997,58 Euros

Requalificação dos Espaços Públicos**Construção do acesso ao Centro Escolar****Reabilitação do Mercado Municipal**

ANEXOS C – Anexos do IFDR

ANEXO C.1 - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais | Anexo I do IFDR

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)	
				Exec.	Contr.	Exec.	Contr.
Agenda Fatores de Competitividade							
FC-ICN-Tri-001	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	355	1.686		
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	78	638		
FC- ICN-Tri-002_a	Realização	Euros	Investimento total nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	65.972.959,29	819.171.353,56		
FC- ICN-Tri-002_b	Realização	Euros	Investimento elegível nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	59.283.088,01	690.221.443,01		
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	30	258		
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	11	135		
FC-ICN-Anual-003_a	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projeto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	2.810.824	18.733.762		
FC-ICN-Anual-003_b	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projeto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	7.818.834	142.690.247		
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transacionável e internacionalizável	48	306		
FC-ICN - Anual-005_a	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	16.642.973,61	78.860.881,92		
FC-ICN - Anual-005_b	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projeto	48.393.458,58	425.547.380,24		
FC-ICN - Anual-006_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pré-projecto	9.365.079,27	86.325.543,30		
FC-ICN - Anual-006_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto	29.367.946,74	493.848.694,33		
FC-ICN - Anual-007_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	3.831.209,77	14.471.184,42		
FC-ICN - Anual-007_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projeto	8.320.318,44	146.845.674,38		
FC-ICN - Anual-008_a	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pré-projecto	45.974.701,28	266.864.797,21		
FC-ICN - Anual-008_b	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto	102.081.317,33	945.359.976,65		
FC-ICN-Tri-006_a (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	5.147.848,63	374.693.942,31		

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)	
				Exec.	Contr.	Exec.	Contr.
FC-ICN-Tri-006_b (**)	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	4.650.635,39	341.873.416,24		
FC-ICN - Anual-012_a	Realização	Euros	Investimento total em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	40.607.105,39		
FC-ICN - Anual-012_b			Investimento elegível em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	39.210.632,72		
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Coletivas	22	79		
FC-ICN - Anual-014_a	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Coletivas	834.630,53	2.457.269,4		
FC-ICN - Anual-014_b			Investimento elegível nas Ações Coletivas	825.730,57	2.422.361,1		
FC-ICN - Anual-015_a	Realização	m2	Área infraestruturada nos Parques de C&T	3.651	166.104		
FC-ICN - Anual-015_b	Realização	m2	Área infraestruturada nas Incubadoras de empresas	2.374	26.984		
FC-ICN - Anual-015_c	Realização	m2	Área infraestruturada nas áreas de acolhimento empresarial	104.159	1.729.105		
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projetos pilotos de eficiência energética	1	22		
FC-ICN - Anual-017_a	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projeto	662.768,00	39.072.339,70		
FC-ICN - Anual-017_b	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projeto	463.938,00	27.877.194,62		
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	5	91		
FC-ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	89.252	2.416.662		
FC-ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas		n.a.		
FC-ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos		n.a.		
FC-ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		9		
Agenda Valorização do Território							
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/retificada	1.336,65	1.409,21		
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada				
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	273,29	311,86		
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de coletores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	269,95	270,28		
VT-ICN - Anual-018	Realização	nº	ETAR construídas				

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)	
				Exec.	Contr.	Exec.	Contr.
VT-ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano				
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	8	9		
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	418.951	445.951		
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	14	35		
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	552.593	552.593		
VT-ICN-Tri- 013_a	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	9	24		
VT-ICN-Tri- 013_b	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	8	20		
VT-ICN-Tri- 013_c	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	2	4		
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	946.053	3.523.914		
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	1	33		
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana		147		
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	853.305	1.099.658		
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	1.545.867	3.925.362		
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		5		
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		14		
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		18		
VT-ICN-Tri- 014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	13	38		
		nº	Equipamentos desportivos	87	154		
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	20	43		
		nº	Unidades de saúde	18	29		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	255.714	1.076.087		

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)	
				Exec.	Contr.	Exec.	Contr.
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	304.770	544.025		
		nº	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cinéteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	860.720	1.272.050		
		nº	População abrangida por unidades de saúde	3.717.604	3.717.604		
VT-ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro				
VT-ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervençionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	18,84	87,94		
VT-ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervençionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco				
VT-ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	13,95%	96,51%		
Agenda Potencial Humano							
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	269	333		
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	9	23		
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados				
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados				
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados				
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	70.297	87.891		
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	8.276	21.455		
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados				
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados				
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados				

ANEXO C.2 - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo II do IFDR

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)				Aprovações (AP)			Execução (EX)				Fundo pago ao Beneficiário (PG)			
	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Nº operações	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos
Total PO	3.215.062	3.045.870	2.661.645	4737	3.907.599	3.402.509	3.061.283	2.545.869	1.812.708	1.678.651	1.393.124	1.427.493	18.166	715.122	694.204
FEDER	3.215.062	3.045.870	2.661.645	4737	3.907.599	3.402.509	3.061.283	2.545.869	1.812.708	1.678.651	1.393.124	1.427.493	18.166	715.122	694.204
EP 1	1.207.265	1.046.832	962.002	2989	1.572.047	1.356.854	1.024.405	912.621	511.811	386.510	353.880	378.190	18.166	89.657	270.366
EP 2	271.067	271.067	230.407	221	271.078	257.522	257.522	192.467	115.822	115.822	84.919	90.003	0	45.857	44.146
EP 3	306.841	306.841	260.814	254	419.934	360.212	360.212	266.867	216.359	216.359	158.496	162.426	0	53.798	108.628
EP 4	1.341.761	1.333.002	1.133.513	1223	1.567.658	1.367.173	1.358.397	1.122.278	929.589	920.833	762.572	759.899	0	514.397	245.502
EP 5	88.128	88.128	74.909	50	76.882	60.748	60.748	51.635	39.126	39.126	33.257	36.975	0	11.413	25.562

Unidade: Mil Euros

Eixo Prioritário	Fundo				Indicadores financeiros (Fundo)				
	Programado (PR)	Aprovado (AP)	Executado (EX)	Pago (PG)	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total PO	2.661.645	2.545.869	1.393.124	694.204	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
FEDER	2.661.645	2.545.869	1.393.124	694.204	95,7%	52,3%	54,7%	56,1%	102,5%
EP 1	962.002	912.621	353.880	270.366	94,9%	36,8%	38,8%	41,4%	106,9%
EP 2	230.407	192.467	84.919	44.146	83,5%	36,9%	44,1%	46,8%	106,0%
EP 3	260.814	266.867	158.496	108.628	102,3%	60,8%	59,4%	60,9%	102,5%
EP 4	1.133.513	1.122.278	762.572	245.502	99,0%	67,3%	67,9%	67,7%	99,6%
EP 5	74.909	51.635	33.257	25.562	68,9%	44,4%	64,4%	71,6%	111,2%

Unidade: Mil Euros

ANEXO C.3 - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo III do IFDR

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Aprovações				Execução			Tx EX/AP (Fundo)
	Nº Operações	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	
Total PO	4.737	3.402.508.708	3.061.283.113	2.545.868.591	1.812.707.793	1.678.650.882	1.393.123.789	54,7%
FEDER	4.737	3.402.508.708	3.061.283.113	2.545.868.591	1.812.707.793	1.678.650.882	1.393.123.789	54,7%
EP 1	2.989	1.356.853.707	1.024.404.749	912.620.725	511.810.767	386.510.043	353.880.102	38,8%
Apoio a Ações Coletivas	8	2.422.361	2.422.361	1.695.653	1.449.414	1.449.414	1.014.590	59,8%
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	15	60.697.459	60.697.459	45.350.229	7.827.611	7.827.611	6.580.860	14,5%
Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	37	160.048.984	160.048.984	128.536.593	42.002.290	42.002.290	34.708.996	27,0%
Apoio à Modernização Administrativa	62	36.043.581	36.043.581	30.637.044	19.751.086	19.751.086	16.788.423	54,8%
Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	15	61.758.798	61.758.798	49.707.674	19.829.491	19.829.491	16.156.526	32,5%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	30	88.736.530	88.736.530	67.928.407	60.816.057	60.816.057	47.732.941	70,3%
Energia	59	32.551.559	32.551.559	21.508.813	2.445.015	2.445.015	1.746.579	8,1%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	431	490.491.797	328.428.390	328.428.390	234.065.275	157.850.847	157.850.847	48,1%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	402	99.649.629	67.052.496	63.965.629	37.539.184	26.133.890	25.292.618	39,5%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1.783	276.997.421	139.209.002	139.209.002	76.335.199	38.654.196	38.654.196	27,8%
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2	5.408.667	5.408.667	3.245.200	1.052.843	1.052.843	631.706	19,5%
Promoção e Capacitação Institucional	145	42.046.921	42.046.921	32.408.092	8.697.303	8.697.303	6.721.820	20,7%
EP 2	221	257.522.458	257.522.458	192.467.059	115.822.139	115.822.139	84.918.915	44,1%
Valorização Económica de Recursos Específicos	221	257.522.458	257.522.458	192.467.059	115.822.139	115.822.139	84.918.915	44,1%
EP 3	254	360.211.750	360.211.750	266.867.328	216.359.343	216.359.343	158.495.935	59,4%
Ações de Valorização do Litoral	24	46.237.617	46.237.617	39.131.638	24.449.794	24.449.794	20.714.750	52,9%
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	12	8.818.311	8.818.311	7.415.688	6.114.084	6.114.084	5.120.006	69,0%
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	35	41.133.475	41.133.475	34.892.038	19.086.460	19.086.460	16.164.741	46,3%
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	29	186.920.062	186.920.062	124.161.985	126.485.887	126.485.887	85.294.319	68,7%
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	6	3.031.261	3.031.261	2.426.572	1.475.757	1.475.757	1.106.753	45,6%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais	20	7.188.717	7.188.717	6.025.821	2.457.254	2.457.254	2.067.826	34,3%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	12	3.272.092	3.272.092	2.367.585	2.155.728	2.155.728	1.575.339	66,5%

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Aprovações				Execução			Tx EX/AP (Fundo)
	Nº Operações	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas	4	4.650.943	4.650.943	3.830.971	1.294.049	1.294.049	983.506	25,7%
Rede de Equipamentos Culturais	52	26.650.812	26.650.812	22.231.314	11.722.128	11.722.128	9.555.267	43,0%
Valorização e Animação do Património Cultural	60	32.308.460	32.308.460	24.383.716	21.118.200	21.118.200	15.913.426	65,3%
EP 4	1.223	1.367.173.157	1.358.396.520	1.122.277.987	929.589.393	920.833.206	762.571.608	67,9%
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	23	33.709.657	33.709.657	27.976.564	26.557.326	26.557.326	22.397.210	80,1%
Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)	178	116.438.112	116.438.112	90.237.278	56.424.586	56.424.586	43.835.106	48,6%
Iniciativa Comunitária Jessica	1	46.153.846	37.397.659	30.000.000	46.153.846	37.397.659	30.000.000	100,0%
Mobilidade Territorial	199	140.028.618	140.028.618	118.295.872	121.518.440	121.518.440	102.616.150	86,7%
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	427	347.634.499	347.614.049	288.803.731	192.200.147	192.200.147	159.025.079	55,1%
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	38	36.804.160	36.804.160	30.723.653	5.082.306	5.082.306	4.257.026	13,9%
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	16	72.203.228	72.203.228	50.542.260	53.542.440	53.542.440	37.479.708	74,2%
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	341	574.201.036	574.201.036	485.698.631	428.110.302	428.110.302	362.961.329	74,7%
EP 5	50	60.747.637	60.747.637	51.635.491	39.126.151	39.126.151	33.257.229	64,4%
Ações de Assistência Técnica	50	60.747.637	60.747.637	51.635.491	39.126.151	39.126.151	33.257.229	64,4%

ANEXO C.4 - Aprovações e execução por NUTS até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo IV do IFDR

NUTS	Aprovações				Execução			Tx EX/AP (Fundo)
	Nº Operações	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	
Total PO	4.737	3.402.508.708	3.061.283.113	2.545.868.591	1.812.707.793	1.678.650.882	1.393.123.789	54,7%
FEDER	4.737	3.402.508.708	3.061.283.113	2.545.868.591	1.812.707.793	1.678.650.882	1.393.123.789	54,7%
Regiões Convergência	4.737	3.402.508.708	3.061.283.113	2.545.868.591	1.812.707.793	1.678.650.882	1.393.123.789	54,7%
NORTE	4.646	3.221.351.093	2.898.127.035	2.415.439.368	1.685.550.574	1.563.261.084	1.300.517.128	53,8%
Minho-Lima	349	274.324.572	258.908.578	215.165.147	168.288.491	161.273.101	136.150.998	63,3%
Cávado	615	323.172.775	278.876.497	243.301.831	147.238.132	129.597.840	113.139.645	46,5%
Ave	673	369.613.569	325.202.183	277.202.912	202.603.493	185.440.698	157.547.179	56,8%
Grande Porto	1.330	926.058.373	815.858.559	665.686.766	459.701.889	421.292.061	343.865.213	51,7%
Tâmega	604	508.603.811	469.037.901	386.018.964	284.107.505	269.230.043	217.177.988	56,3%
Entre Douro e Vouga	349	228.767.694	197.944.513	169.236.627	79.647.480	72.137.604	61.500.873	36,3%
Douro	373	347.329.768	327.867.167	266.953.104	189.067.753	179.543.729	147.423.104	55,2%
Alto Trás-os-Montes	353	243.480.531	224.431.637	191.874.017	154.895.830	144.746.007	123.712.129	64,5%
Não regionalizável	91	181.157.615	163.156.078	130.429.224	127.157.219	115.389.798	92.606.660	71,0%

ANEXO C.5 - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) | Anexo V do IFDR

		Fundo						
Código		Designação do Tema Prioritário	Programado		Aprovação		Execução	
			Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo			771.602.420	2623	752.872.024	97,6%	272.420.848	36,2%
1	Atividades de IDT em centros de investigação		31.977.989	10	2.782.101	8,7%	353.857	12,7%
2	Infraestruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica		102.168.804	34	113.428.428	111,0%	32.309.530	28,5%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e polos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)		94.840.664	87	49.793.785	52,5%	16.876.973	33,9%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)		35.666.218	285	30.077.945	84,3%	13.101.887	43,6%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas		82.948.745	38	82.867.734	99,9%	13.169.123	15,9%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adoção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)		4.000.000	8	3.095.018	77,4%	221.700	7,2%
7	Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)		300.000.000	471	334.256.646	111,4%	160.555.700	48,0%
8	Outros investimentos em empresas		120.000.000	1686	132.407.977	110,3%	34.979.663	26,4%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME		0	4	4.162.389	#DIV/0!	852.414	20,5%
Sociedade da informação			120.219.052	171	114.241.876	95,0%	72.951.172	63,9%
10	Infraestruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)		41.220.636	2	35.146.865	85,3%	18.708.180	53,2%
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)		44.487.658	47	49.272.360	110,8%	37.467.344	76,0%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)		23.351.181	50	23.122.581	99,0%	12.943.966	56,0%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio eletrónico, educação e formação, redes, etc.)		1.092.577			0,0%		
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME		10.067.000	72	6.700.070	66,6%	3.831.683	57,2%
Transportes			159.274.336	201	149.829.455	94,1%	120.296.615	80,3%
16	Transporte ferroviário		1.541.432					
22	Estradas nacionais		15.959.202	7	3.849.676	24,1%	3.352.373	87,1%
23	Estradas regionais/locais		104.655.991	183	114.386.292	109,3%	98.755.979	86,3%
24	Pistas para ciclistas		5.024.995	5	4.785.596	95,2%	4.349.928	90,9%

Fundo							
Código	Designação do Tema Prioritário	Programado		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
25	Transportes urbanos	628.731	4	668.027	106,2%	601.162	90,0%
26	Transportes multimodais	1.572.312					
28	Sistemas de transporte inteligentes	639.864	1	639.864	100,0%	256.001	40,0%
29	Aeroportos	1.595.921					
30	Portos	26.834.550	1	25.500.000	95,0%	12.981.173	50,9%
31	Transporte por via navegável (regional e local)	821.338					
Energia		39.953.172	85	29.049.996	72,7%	4.906.564	16,9%
35	Gás natural	4.445.522	2	4.442.535	99,9%	202.808	4,6%
40	Energias renováveis: solar	19.799.975	2	151.220	0,8%	0	0,0%
41	Energias renováveis: biomassa	1.489.999					
43	Eficiência energética, cogeração, gestão da energia	14.217.676	81	24.456.240	172,0%	4.703.756	19,2%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos		57.038.834	130	87.448.845	153,3%	50.956.414	58,3%
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	423.047	5	2.502.273	591,5%	913.397	36,5%
45	Gestão e distribuição de água (potável)	1.534.165	11	12.166.856	793,1%	7.487.035	61,5%
46	Tratamento de água (águas residuais)	1.425.931	12	14.660.687	1028,1%	13.767.149	93,9%
47	Qualidade do ar	1.177.917	7	1.130.915	96,0%	956.566	84,6%
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	586.344	1	622.991	106,3%	621.842	99,8%
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	2.784.368	8	6.973.835	250,5%	3.883.604	55,7%
51	Promoção da biodiversidade e proteção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	21.827.364	29	20.971.437	96,1%	10.848.482	51,7%
53	Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	6.489.361	31	7.928.376	122,2%	3.299.304	41,6%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	20.790.337	26	20.491.475	98,6%	9.179.034	44,8%
Turismo		92.524.860	118	90.546.064	97,9%	49.185.160	54,3%
55	Promoção dos recursos naturais	37.270.162	24	39.798.948	106,8%	17.050.528	42,8%

Fundo							
Código	Designação do Tema Prioritário	Programado		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
56	Proteção e desenvolvimento do património natural	14.896.214	29	14.699.157	98,7%	10.500.993	71,4%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	40.358.484	65	36.047.960	89,3%	21.633.638	60,0%
Atividades culturais		124.335.556	223	136.543.846	109,8%	67.821.091	49,7%
58	Proteção e preservação do património cultural	35.957.722	66	37.279.941	103,7%	15.612.890	41,9%
59	Desenvolvimento das infraestruturas culturais	73.198.122	78	63.862.901	87,2%	36.076.182	56,5%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	15.179.712	79	35.401.004	233,2%	16.132.019	45,6%
Reabilitação urbana e rural		353.949.897	368	303.646.318	85,8%	180.663.352	59,5%
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	353.949.897	368	303.646.318	85,8%	180.663.352	59,5%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		17.185.278	15	8.542.632	49,7%	1.474.717	17,3%
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	10.298.297	2	5.580.274	54,2%	88.557	1,6%
63	Conceção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	4.798.790	4	909.377	19,0%	549.127	60,4%
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	2.088.191	9	2.052.981	98,3%	837.033	40,8%
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		71.382.996	14	10.084.844	14,1%	4.947.279	49,1%
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	2.393.880	2	84.165	3,5%	72.273	85,9%
66	Implementação de medidas ativas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	25.013.265					
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em atividade e ao prolongamento da vida ativa	2.393.880					
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	36.013.265	7	7.320.584	20,3%	2.669.719	36,5%
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	3.213.265	5	2.680.096	83,4%	2.205.287	82,3%
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	2.355.441					
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		1.424.942	0	0	0,0%	0	0,0%
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	1.424.942					
Melhorar o capital humano		2.587.989	1	1.080.665	41,8%	909.949	84,2%

Fundo							
Código	Designação do Tema Prioritário	Programado		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de ações destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	1.427.324					
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de atividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	1.160.665	1	1.080.665	93,1%	909.949	84,2%
Investimento em infraestruturas sociais		724.487.781	578	751.809.820	103,8%	520.352.413	69,2%
75	Infraestruturas de ensino	535.000.000	372	559.176.440	104,5%	404.409.281	72,3%
76	Infraestruturas de saúde	133.570.721	36	137.183.663	102,7%	88.289.825	64,4%
79	Outras infraestruturas sociais	55.917.060	170	55.449.716	99,2%	27.653.307	49,9%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		30.510.824	110	32.491.048	106,5%	4.792.082	14,7%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	30.510.824	110	32.491.048	106,5%	4.792.082	14,7%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		20.257.999	35	18.011.947	88,9%	4.063.940	22,6%
81	Mecanismos para melhorar a conceção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	20.257.999	35	18.011.947	88,9%	4.063.940	22,6%
Assistência Técnica		74.909.197	65	59.669.209	79,7%	37.382.193	62,6%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	59.927.358	48	49.956.417	83,4%	32.228.814	64,5%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	14.981.839	17	9.712.793	64,8%	5.153.379	53,1%
TOTAL Temas Prioritários		2.661.645.133	4737	2.545.868.591	95,7%	1.393.123.789	54,7%
TOTAL Earmarking		1.950.916.807	3708	1.837.650.317	94,2%	981.184.413	53,4%

ANEXO C.6 - Template 1: Operações implementadas de Instrumentos de Engenharia Financeira integrados em Fundos de Participação | Anexo VI do IFDR

No.	Required information/data	Required format	Instruction
Question 1	Number of financial engineering instrument operations implemented with a holding fund	1	If under this Operational Programme financial engineering instrument(s) is/are implemented with holding fund(s), a number of holding funds which signed funding agreement(s) with Managing Authority should be indicated in this section. A number of financial intermediaries under each holding fund is not relevant here, as the question concerns the number of operations.
I. Description and identification of the entities which implement the financial engineering instrument(s) - level of holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
I.1	Holding fund (name and registered place of business)	JESSICA Holding Fund Portugal - Luxembourg	Name: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
I.2	Legal status of holding fund	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders	Separate block of finance	choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution		
I.2.1*	name and registered place of business of co-financing partners	Financing Partners; MA Norte, and DGTF, Portugal	Official name, country and city where the holding fund co-financing partner(s) was/were officially registered. This section can be repeated as many times as many co-financing partner(s) holding fund has.
I.3	Holding fund manager	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
	European Investment Bank (EIB)	European Investment Bank (EIB)	choice of only 1 option allowed
	European Investment Fund (EIF)		
	financial institution other than the EIB/EIF		
	other body		
I.3.1	name and registered place of other body	text	Official name, country and city where the financial institution other than EIB/EIF or other body was officially registered.
I.4	Procedure for selecting the holding fund manager	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law	Contract to EIB	choice of only 1 option allowed
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		
	award of a contract directly to the EIB or the EIF		
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	20-07-2009	Date of signature of funding agreement between managing authority and holding fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
I.6	Number of financial engineering instruments implemented under this specific holding fund	1	Number of specific funds (loan, guarantee, equity/venture capital or other funds) implemented through a holding fund. If there are several financial intermediaries implementing the same product (e.g. the same loan) they are considered to be distinct specific funds which should be reported separately. For each specific fund section II below should be repeated.
II. Description and identification of the entities which implement financial engineering instrument - level of the specific financial engineering instrument implemented with a holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		//////////////////////////////////// //	Sections II.1 – II.7 relate to a specific fund and should to be repeated accordingly for each specific fund implemented with the holding fund described previously in section I.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
II.1	Financial engineering instrument (name and registered place of business)	BPI JESSICA Loans, Porto (Contrat 81247)	Official name of the specific fund implemented with a holding fund: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)?	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
	(a) financial engineering instruments for enterprises		choice of only 1 option allowed
	(b) urban development funds	UDF	
	(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing		
II.3	Type of financial product offered by the financial engineering instrument to the final recipients	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
II.3.1	equity	clicking box <input type="checkbox"/>	choice of min. 1 and max. 4 options allowed
II.3.2	loan	Loan	
II.3.3	guarantee	clicking box <input type="checkbox"/>	
II.3.4	other product (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)	clicking box <input type="checkbox"/>	
II.4	Financial engineering instrument manager (name and registered place of business)	Banco BPI, Porto, Portugal	Official name of specific fund manager: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.7	Legal status of the financial engineering instrument	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders		choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance	
III. Operational Programme contributions paid to the financial engineering instrument (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		//////////////////////////////////// //	Sections III.2 - III. 4 relate to the contributions paid by the MA to the holding fund. Sections III.5 –III.5.5 relate to the contributions paid by the holding fund to the specific fund
III.2	Operational Programme contributions paid to the holding fund	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds paid to the holding fund	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
III.2.1.1*	ERDF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	30.000.000	ERDF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between managing authority and holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.2	ERDF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)	30.000.000	ERDF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ERDF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ERDF assistance has been withdrawn from the Holding fund then the MA should report the net ERDF amount (ERDF amount paid –ERDF amount withdrawn).

No.	Required information/data	Required format	Instruction
III.2.1.3*	ESF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		ESF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between the managing authority and the holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.4	ESF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)	-	ESF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ESF assistance committed in the funding agreement and paid into the account of the holding fund. If part of ESF assistance has been withdrawn from the holding fund then the MA should report the net ESF amount (ESF amount paid – ESF amount withdrawn).
III.2.2	Amounts of national co-financing paid to the holding fund	//////////////////// //	//////////////////// //////////////////// ////////////////////
III.2.2.1*	National public co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	16.153.846	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between holding fund and Managing Authority. Any other national public financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.2	National public co-financing paid to the holding fund (in EUR)	16.153.846	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement and paid into the account of the holding fund.
III.2.2.3*	National private co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between holding fund and Managing Authority. National private co-financing means only this part of national private financing which is part of the OP resources [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.4	National private co-financing paid to the holding fund (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed to holding fund in the funding agreement and paid into the account of the holding fund [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.3	Other ERDF or ESF Operational Programme(s) providing contributions to the holding fund	OP Territorial Enhancement - 2007PT16UPO001 - PA9 - Development of the National Urban System (ERDF) OP Centro - 2007PT161PO003 - PA2 - Development of towns and urban systems OP Lisbon - 2007PT162PO001 - PA 3 - Social cohesion OP Alentejo - 2007PT161PO004 - PA2 - Urban development OP Algarve - 2007PT161PO005 - PA3 - Territorial enhancement and urban development	Titles and CCI numbers of other Operational Programme(s) contributing to the same holding fund should be reported in this section.
III.3*	Amounts of other assistance paid to the holding fund outside this Operational Programme (in EUR)	83.846.154	This section relates to funding paid to the holding fund which does not constitute part of the Operational Programme concerned. As the national/ regional authorities or any other body or investor may decide to provide additional funding to a holding fund, the optional section III.3 cover this possibility.
III.4	Management costs and fees paid to the holding fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	1.105.702	Total amount of management costs and fees paid from Operational Programme contributions to the holding fund until 31 December 2012, in accordance with the conditions of the relevant funding agreement. Management costs and fees paid from other Operational Programmes contributing to the same holding fund should not be reported.
III.5	Operational Programme contributions paid from the holding fund to the specific fund	//////////////////// //	Sections III.5 –III.6 relate to the specific fund and have to be repeated accordingly for each specific fund.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
III.5.1*	Operational Programme contributions committed to the specific fund in the legal agreement with holding fund (in EUR)	46.153.846	This section relates to Operational Programme contributions (Structural Funds and national public and private co-financing) committed in the funding agreement signed between holding fund and specific fund. Resources committed from other Operational Programmes or other sources should not be reported.
III.5.1.1*	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	30.000.000	This section relates only to this part of the amount indicated under III.5.1* which comes from the Structural Funds (ERDF or ESF resources).
III.5.2	Operational Programme contributions paid to the specific fund in line with the legal agreement with holding fund (in EUR)	46.153.846	Amount of operational programme assistance paid from the holding fund to specific fund, means the amount of assistance committed in the funding agreement and paid into the account of the specific fund. This amount relates to the operational programme contribution (Structural Funds and national co-financing). Resources paid from other OPs (contributing to the same FEI) or other sources should not be reported.
III.5.3	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	30.000.000	This amount relates only to this part of the amount indicated under III.5.2 which comes from Structural Funds (ERDF and ESF resources)
III.5.4	out of which national public co-financing paid to the specific fund (in EUR)	16.153.846	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national public co-financing of this particular Operational Programme.
III.5.5	out of which national private co-financing paid to the specific fund (in EUR)	The private co-financing comes at project level and not at HF level	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national private co-financing of this particular Operational Programme [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation].
III.6	Management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	575.161,23	Operational Programme contribution to management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund until 31 December 2012, in accordance with the conditions of the relevant agreement.
IV. Operational Programme contributions paid by financial engineering instrument(s) to final recipients (Article 67(2)(j)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.1	Operational Programme contributions paid to final recipients in loans	//////////////////////////////////// //	If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different loan products, the entire section IV.1 should be repeated as many times as many funding agreements for different loan products have been signed with this particular specific fund.
IV.1.1	Name of loan product	BPI JESSICA Loans	Name of loan product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients. The name of loan product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.1.2*	Number of final recipients supported	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.1.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.1.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises(SMEs) which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.1.2.2.1*	out of which microenterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Definition of a "microenterprise(s)" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.1.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals who signed a contract for loan product with the specific fund, and to whom the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.1.2.4*	out of which urban projects	2	Total number of urban projects supported with loan. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.1.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with loan.
IV.1.3*	Number of loan contracts signed with final recipients	2	Number of loan contracts that the specific fund signed with final recipients (including the contracts for loans for which no disbursement took place).
IV.1.4*	Total value of loans committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	4.095.000	Total value of loans in contracts signed with final recipients should be indicated. This amount should include Operational Programme contributions and other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of OP.
IV.1.4.1*	out of which Operational Programme contributions	1.100.000	Operational Programme contributions assistance (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) committed in signed loans should be reported in this section. If the loans were also financed from other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of the Operational Programme, those other resources should not be reported.
IV.1.5	Amounts of Operational Programme contributions paid to final recipients in loans (in EUR)	750.000	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.1.5.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	750.000	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.1.5, provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.1.6	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this loan product	11-10-2011	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.2	Operational Programme contributions paid to final recipients in guarantees	//////////////////////////////////// //	If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different guarantee products, the entire section IV.2 should be repeated as many times as many funding agreements for different guarantee products have been signed with this particular specific fund.
IV.2.1	Name of guarantee product		Name of guarantee product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients. The name of guarantee product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.2.2*	Number of final recipients supported	//////////////////////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.2.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution was (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.2.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were effectively (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of

No.	Required information/data	Required format	Instruction
			enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.2.2.2.1*	out of which micro-enterprises		Total number of micro-enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.2.2.3*	out of which individuals		Total number of individuals to whom the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.2.2.4*	out of which urban projects		Total number of urban projects to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.2.2.5*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012.
IV.2.3*	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed with final recipients (in EUR)		Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) irrespective whether the loan was disbursed or not.
IV.2.4	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts for loans paid to final recipients (in EUR)		Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) for the loans which were disbursed by the end of 2012.
IV.2.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of the amount indicated under IV.2.4. which was provided from Structural funds (=ERDF or ESF resources)
IV.2.5*	Number of loans paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed with final recipients		Number of loans disbursed until the end of 2012 in respect of which the guarantees supported from Operational Programme contributions have been committed/provided.
IV.2.6	Amount of loans actually paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed (in EUR)		Total amount of loans guaranteed with OP resources and disbursed to final recipients.
IV.2.7	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this guarantee product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.3	Operational Programme contributions paid to final recipients in equity/venture capital	//////////////////// //	//////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.3.1	Name of equity/venture capital product		Name of equity/venture capital product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients. The name of equity product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.3.2*	Number of final recipients supported	//////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.3.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.3.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2012. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.3.2.2.1*	out of which microenterprises		Total number of microenterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment (or a part of it) until the end of 2012. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.3.2.3*	out of which urban projects		Total number of urban projects supported with equity/venture capital product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.3.2.4*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the specific fund effectively made investment until the end of 2012.
IV.3.3*	Number of equity/venture capital investments made in line with agreements signed between holding fund and specific (equity/venture capital) fund		Number of agreements with final recipients for which investment was made by end of 2012.
IV.3.4	Amounts of Operational Programme contributions paid to investments made in line with agreements (in EUR)		Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing), paid to final recipients should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.3.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of amount indicated in section IV.3.4, which was provided from Structural Funds (=ERDF & ESF resources).
IV.3.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this equity/venture capital product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.4	Operational Programme contributions paid to final recipients in other financial products	//////////////////// //	"Other financial product" means the products other than those covered by the provisions under sections IV.1.1, IV.2.1, IV.3.1 of this template. Under section IV.4 the products like guarantee fee subsidies, interest rate subsidies and other products in line with section 4.3 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011) should be reported. If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different other financial products, the entire section IV.4 should be repeated as many times as many funding agreements for other financial product have been signed with this specific fund.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.4.1	Name of other financial product		Name of other financial product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients or for the benefit of final recipients. The name of other product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.4.2*	Number of final recipients supported	//////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////
IV.4.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises supported with other financial product. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.4.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) supported with other financial product. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.4.2.2.1*	out of which microenterprises		Total number of micro-enterprises supported with other financial product. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.4.2.3*	out of which individuals		Total number of individuals supported with other financial product. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation
IV.4.2.4*	out of which urban projects		Total number of urban projects supported with other financial product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.4.2.5*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with other financial product.
IV.4.3	Amounts of Operational Programme contributions paid to the final recipients (in EUR)		Amounts of Operational Programme contribution i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing, paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients (in a case when the subsidy is paid directly to the financial intermediary), should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients or to the benefit of final recipients, until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested should not be reported in this section.
IV.4.3.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of amount indicated in section IV.4.3, which was provided from Structural Funds (ERDF and ESF) and paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients until the end of 2012.
IV.4.4*	Number of other financial products provided to final recipients		Total number of final recipients supported with other financial product.
IV.4.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this (other)financial product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.5	Indicators	//////////////////// //	//////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.5.1*	Number of jobs created	128	Core indicator n°1 for ERDF and CF at OP level (definition: gross direct jobs created, full time equivalents, Source: "Working Document No. 7. Indicative Guidelines on evaluation methods: Reporting on core indicators for the European Regional Development Fund and the Cohesion Fund" (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/sf2000_en.htm))

ANEXO C.7 - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade | Anexo VII do IFDR

Refª Indicador	Unidade	Indicador	Realização Contratada (31-12-2012)
FCOMP-04-025	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	
FCOMP-04-026	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	4.804
FC-ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	2.416.662
FC-ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	
FC-ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	
FC-ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	9
VT-ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	
VT-ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	552.593
VT-ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	3.523.914
VT-ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	1.099.658
VT-ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	3.925.362
VT-ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	3.717.604
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	-
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	121.846
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	55.436
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	1,083
VT-ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	
VT-ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	
VT-ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	87,94
VT-ICN-AAE-025	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	96,51%
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	109.346
CORE - 041	Nº	Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	65

ANEXO C.8 - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009 | Anexo VIII do IFDR

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
EP 1	N.º de unidades de I&D apoiadas	Realização Contratada	0	0	1	61	69	72	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	2	
		Metas				30			100
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	
		Realização Executada	-	-	-	-	-	-	
		Metas				5%			10%
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de projetos apoiados promovidos por empresas de base tecnológica	Realização Contratada	-	-	-	-	706	838	
		Realização Executada	-	-	-	-	10	82	
		Metas				250			750
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Variação anual média das vendas nas empresas apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	
		Realização Executada	-	-	-	-	16,79%		
		Metas				-			10%
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Área de infraestruturas /equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	Realização Contratada	0	0	54.072	116.011	1.178.424	1.729.105	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	104.159	
		Metas	-	-	-	-	-		2.500.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-	
		Realização Executada	-	-	-	-	-	16	
		Metas				-			400
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Área de infraestruturas /equipamentos nos Parques de C&T	Realização Contratada	0	0	3651	28.135	160.134	160.134	
		Realização Executada	0	0	0	0	3.651	3.651	
		Metas				-			145.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de empresas instaladas nos Parques de C&T	Realização Contratada	0	0	1	102	256	256	
		Realização Executada	0	0	0	0	1	1	
		Metas				-			180
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas	Realização Contratada	-	-	-	-	1.091	1260	
		Realização Executada	-	-	-	-	39	162	
		Metas				130			1.200
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Realização Contratada	-	-	-	-	-		
		Realização Executada	-	-	-	-	-	3,65%	
		Metas				2%			2%
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de estágios apoiados	Realização Contratada							

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	Realização Executada								
									5.150
	N.º de estagiários integrados após a conclusão do estágio	Realização Contratada							
		Realização Executada							
		Metas							2.850
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada							
		Realização Executada							
		Metas							13.500
	N.º de activos que concluíram acções de formação para a inovação e gestão	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada							
		Realização Executada							
		Metas							13.250
	N.º de iniciativas de criação de emprego apoiadas	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada							
		Realização Executada							
		Metas							2.850
	N.º de pessoas abrangidas por iniciativas de criação do emprego apoiadas	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada							
		Realização Executada							
		Metas							3.950
	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada	0	0	72	94	94	79	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	22	
	N.º de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Metas				10			200
		Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada	0	0	7	9	9	8	
	N.º de equipamentos colectivos com acesso à banda larga	Realização Executada	0	0	0	0	0	2	
		Metas				20			70
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de utilizadores de banda larga nos equipamentos colectivos apoiados	Realização Contratada	-	-	-	-	1.071	939	
		Realização Executada	-	-	-	-	0	61	
		Metas				-			400
	N.º de concelhos com acesso à banda larga	Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada	-	-	-	-	327.960	319.718	
		Realização Executada	-	-	-	-	0	8.231	
	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Metas				-			300.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
		Realização Contratada	-	-	-	-	44	44	
		Realização Executada	-	-	-	-	0	0	
		Metas				-			40
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	-	-	-	-	244.147	244.147	

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	Realização Executada	-	-	-	-	0	0		
					-				230.000
	Nº de projetos de eficiência energética	Realização Contratada	0	0	0	23	22		
		Realização Executada	0	0	0	0	1		
		Metas			6				250
	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projetos de eficiência energética)	Realização Contratada	0	0	0	29%	29%		
		Realização Executada	0	0	0	0	30%		
		Metas			15%				15%
	Nº de lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços	Realização Contratada	0	67	82	93	93	91	
		Realização Executada	0	0	0	0	5		
		Metas				90			90
	População servida pelas lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços (*)	Realização Contratada	0	1.721.213	2.168.468	2.416.662	2.416.662		
		Realização Executada	0	0	0	0	89.252		
		Metas			2.400.000				2.400.000
	Nº de projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Contratada	0	9	9	22	120	143	
		Realização Executada	0	0	9	9	14		
		Metas				90			200
	Nº de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Contratada	0	423	423	1.164	2.479	2.702	
		Realização Executada	0	0	423	423	491		
		Metas				350			1.500
EP 2	N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Contratada	0	0	21	47	67	57	
		Realização Executada	0	0	1	1	6	15	
		Metas				50			75
	Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Contratada	-	-	-	-	1.257.523	1.256.053	
		Realização Executada	-	-	-	-	1.009.000	1.029.130	
		Metas				-			500.000
	N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Contratada	-	-	-	-	3	4	
		Realização Executada	-	-	-	-	0	0	
		Metas				-			70
	Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Contratada	-	-	-	-	91.650	99.078	
		Realização Executada	-	-	-	-	0	0	
		Metas				-			1.500.000
	N.º de infraestruturas e equipamentos coletivos de	Realização Contratada	0	0	0	2	2	6	

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
		Metas				2				7
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	N.º visitantes e utilizadores das infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Contratada	0	0	0	68.255	68.255	156.815		
		Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
		Metas				200.000				1.500.000
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização Contratada	0	0	0	11	12	60		
		Realização Executada	0	0	0	0	0	2		
		Metas				20				90
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização Contratada	0	0	0	2.072.456	2.073.456	3.009.370		
		Realização Executada	0	0	0	0	0	176.500		
		Metas				808.889				3.500.000
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento e empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	0	0	195.880	252.880	3.791.460	544.571		
		Realização Executada	0	0	0	0	0	33.518		
		Metas				-				200.000
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Nº de empresas instaladas nas áreas infraestruturadas, qualificadas e reordenadas de acolhimento empresarial integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-		
		Realização Executada	-	-	-	-	-	32		
		Metas				-				90
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	-	-	-	-	12	22		
		Realização Executada	-	-	-	-	0	8		
		Metas				-				10
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	Nº de participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Contratada	-	-	-	-	50.000	88.630		
		Realização Executada	-	-	-	-	0	41.530		
		Metas				-				45.000
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	N.º de programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização Contratada	0	0	8	8	9	9		
		Realização Executada	0	0	0	0	0	0		
		Metas				3				9
		Valor de Referência / Situação de Partida								
	N.º de ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização Contratada	-	-	-	-	17	18		
		Realização Executada	-	-	-	-	0	0		
		Metas				-				60
		Valor de Referência / Situação de Partida								
EP 3	N.º de projetos apoiados de valorização do litoral	Realização Contratada	0	12	12	12	24	24		
Realização Executada		0	0	0	1	5	9			
Metas					2		-		20	
Valor de Referência / Situação de Partida										
	Área de costa intervencionada nos projetos	Realização Contratada	0	942	942	942	4.410	4.397		

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	de valorização do litoral (ha)	Realização Executada	0	0	0	50	607	942	
		Metas	-	-	-	-	-	-	20.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização Contratada	0	0	0	313	313	313	
		Realização Executada	0	0	0	8	102		
		Metas			7		-		300
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de pessoas abrangidas pelas ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários apoiadas	Realização Contratada	0	0	0	1.558.022	1.558.022	1.558.022	
		Realização Executada	0	0	0	128.694	420.022		
		Metas	-	-	-	1.000.000	-	-	1.750.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de intervenções de gestão ativa em áreas classificadas	Realização Contratada	0	11	35	36	36	35	
		Realização Executada	0	0	0	1	6	14	
		Metas				16		-	35
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa	Realização Contratada	0	552.593	552.593	552.593	552.593	552.593	
		Realização Executada	0	0	0	24.480	552.593	552.593	
		Metas				-	-	-	1.000.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de projetos de dinamização cultural e do património	Realização Contratada	0	24	26	61	62	60	
		Realização Executada	0	0	0	2	11	30	
		Metas	-	-	-	-	-	-	60
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de visitantes e utilizadores das ações de dinamização cultural e do património	Realização Contratada	0	265.988	285.138	820.819	875.550	1.115.868	
		Realização Executada	0	0	0	256	218.371	623.841	
		Metas	-	-	-	-	-	-	300.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de Equipamentos culturais	Realização Contratada	0	0	0	47	48	43	
		Realização Executada	0	0	0	0	3	20	
		Metas	-	-	-	-	-	-	50
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	População abrangida por equipamentos culturais	Realização Contratada	0	0	0	1.247.556	1.269.980	1.272.050	
		Realização Executada	0	0	0	0	271.784	860.720	
		Metas	-	-	-	-	-	-	2.000.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	População abrangida pelos projetos de reconfiguração/requalificação de serviços de saúde	Realização Contratada	0	2.818.728	3.004.026	3.004.026	3.717.604	3.717.604	
		Realização Executada	0	0	0	44.724	551.884	3.717.604	
		Metas	-	-	-	1.097.272	-	-	3.750.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de projetos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização Contratada	0	18	31	31	29	29	
		Realização Executada	0	0	0	5	13	18	
		Metas	-	-	-	71	-	-	30
		Valor de Referência / Situação de Partida							
EP 4	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de	Realização Contratada	0	241	254	292	331	333	

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/ requalificados	Realização Executada	0	12	17	134	212	269	
		Metas	-	-	-	112	-	-	325
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Alunos abrangidos por centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/ requalificados	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	87.891	
		Realização Executada	0	2.635	3.744	20.484	56.950	70.297	
		Metas	-	-	-	22.100	-	-	67.500
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados / requalificados	Realização Contratada	0	0	0	0	0	23	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	9	
		Metas	-	-	-	-	-	-	12
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados / requalificados	Realização Contratada	0	0	0	0	0	21.455	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	8.276	
		Metas	-	-	-	-	-	-	7.500
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de equipamentos sociais apoiados	Realização Contratada	0	0	0	27	46	38	
		Realização Executada	0	0	0	0	2	13	
		Metas	-	-	-	7	-	-	50
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Realização Contratada	0	0	0	1.082	1.805	1.536	
		Realização Executada	0	0	0	0	80	569	
		Metas	-	-	-	230	-	-	2.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de Equipamentos desportivos apoiados	Realização Contratada	0	0	0	134	139	154	
		Realização Executada	0	0	0	19	62	87	
		Metas	-	-	-	-	-	-	120
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	População abrangida pelos equipamentos desportivos apoiados	Realização Contratada	0	0	0	569.663	551.932	544.025	
		Realização Executada	0	0	0	65.646	249.098	304.770	
		Metas	-	-	-	-	-	-	500.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de Intervensões integradas de requalificação urbana	Realização Contratada	0	8	55	55	40	38	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	1	
		Metas	-	-	-	2	-	-	50
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas	Realização Contratada	0	0	400.000	1.000.000	1.000.000	858.408	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	21.780	
		Metas	-	-	-	100.000	-	-	1.000.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e inovação e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	Realização Contratada	0	0	14	14	14	14	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	8	-	-	14
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	m2 de espaço público integrado em projetos de	Realização Contratada	0	0	6.250	15.065	47.945	73.279	

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Realização Executada	0	0	0	0	4.830	31.597	
		Metas	-	-	-	8.000	-	-	15.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização Contratada	0	8	37	36	34	33	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	1	
		Metas	-	-	-	12	-	-	35
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização Contratada	0	0	138.030	3.052.495	6.752.556	3.925.362	
		Realização Executada	0	0	0	505.841	785.464	1.545.867	
		Metas	-	-	-	160.000	-	-	1.250.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas	Realização Contratada	0	0	220.570	1.127.271	1.102.373	1.099.658	
		Realização Executada	0	0	0	185.509	487.946	853.305	
		Metas	-	-	-	24.000	-	-	1.000.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de projetos apoiados	Realização Contratada	0	0	49	139	188	199	
		Realização Executada	0	0	0	23	84	141	
		Metas	-	-	-	-	-	-	150
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de Km de novas Estradas	Realização Contratada	0,00	0,00	7,32	76,75	93,85	119,27	
		Realização Executada	0,00	0,00	0,00	0,00	60,06	102,09	
		Metas	-	-	-	-	-	-	70,00
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0,00	0,00	357,21	1.054,93	1.206,37	1.289,94	
		Realização Executada	0,00	0,00	0,00	170,50	519,15	1.234,56	
		Metas	-	-	-	-	-	-	1.500,00
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização Contratada	0	0	4	65	69	55	
		Realização Executada	0	0	0	0	0	24	
		Metas	-	-	-	22	-	-	76
		Valor de Referência / Situação de Partida							
EP 5	Nº de candidaturas analisadas	Realização Contratada					4186		
		Realização Executada					289		
		Metas							7.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	N.º de visitas a projetos	Realização Contratada					1659		
		Realização Executada					224		
		Metas							2.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de notícias publicadas na imprensa escrita (nacional, regional e local)	Realização Contratada							
		Realização Executada					4.626		
		Metas							4.000
		Valor de Referência / Situação de Partida							
	Nº de visitas/acessos ao website do ON.2 – “O Novo	Realização Contratada							

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	...	2015
	Norte"						841.000		
	Realização Executada								
	Metas								600.000
	Valor de Referência / Situação de Partida								

ANEXO C.9 - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009 | Anexo IX do IFDR

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015
Emprego criado	1. Empregos criados	Realização - Contratada						3.765	
		Realização - Executada							
		Metas							
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
Investigação e Desenvolvimento	4. N.º de Projetos de I&DT	Realização - Contratada		33	178	293	411	453	
		Realização - Executada		0	0	0	0	32	
		Metas							500
	5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		5	28	54	62	76	
		Realização - Executada		0	0	0	0	0	
		Metas							80
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização - Contratada		245	906	1.432	1.798	2.103	
		Realização - Executada		0	0	8	49	244	
		Metas							2.000
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização - Contratada		30	135	216	248	258	
		Realização - Executada		0	0	0	6	30	
		Metas							250
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada						3.765	
		Realização - Executada							
		Metas							
	10. Investimento Induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada		53	141	227	262	263	
		Realização - Executada		0	0	1	9	25	
		Metas							260
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Realização - Contratada		90	223	345	386	448	
		Realização - Executada		0	0	1	7	44	
		Metas							400
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada		0	0	0	244.147	244.147	
		Realização - Executada		0	0	0	0	0	
		Metas							230.000
Transportes	13. N.º de projetos	Realização - Contratada		0	49	139	188	199	
		Realização - Executada		0	0	23	84	141	
		Metas				-			150
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada		0	7	77	94	119	

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015
		Realização - Executada		0	0	0	60	102	
		Metas				-			70
	15. N.º de Km de novas estradas nas RTE	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização - Contratada		0	357	1.055	1.206	1.290	
		Realização - Executada		0	0	171	1.040	1.235	
		Metas				-			1.500
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização - Contratada		0	1	8	8	0	
		Realização - Executada		0	1	7	8	0	
		Metas				-			n.a.
	18. N.º de Km de novas ferrovias nas RTE	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	19. N.º de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	20. Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de estradas	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	21. Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de ferrovias	Realização - Contratada							
		Realização - Executada							
		Metas							
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbano	Realização - Contratada		0	38.940	161.342	161.342	0	
		Realização - Executada		0	0	0	161.342	0	
		Metas							n.a.
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Realização - Contratada		0	0	0	7	12	
		Realização - Executada		0	0	0	0	0	
		Metas							5
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada		0	0	0	4.804	4.804	
		Realização - Executada		0	0	0	0	0	
		Metas							4.804
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada		0	0	0	181.898	121.846	
		Realização - Executada		0	0	0	84.988	45.484	
		Metas							n.a.
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada		0	0	0	49.488	55.436	
		Realização - Executada		0	0	0	18.211	54.471	
		Metas							n.a.
	27. N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		0	3	5	7	6	
		Realização - Executada		0	0	0	0	4	
		Metas							n.a.

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015
	28. N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada		0	1	1	1	
		Realização - Executada		0	1	1	1	
		Metas						1
	29. Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais	Realização - Contratada		0	0	1,083	1,083	
		Realização - Executada		0	0	0,035	1,035	
		Metas						n.a.
	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa	Realização - Contratada						
		Realização - Executada						
		Metas						
Prevenção de riscos	31. N.º de projetos (Prevenção de riscos)	Realização - Contratada		0	0	32	76	20
		Realização - Executada		0	0	0	7	8
		Metas						20
	32. População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações	Realização - Contratada						
		Realização - Executada						
		Metas						
	33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização - Contratada		0	0	3.523.914	3.523.914	3.523.914
		Realização - Executada		0	0	86.005	779.027	946.053
		Metas						3.500.000
Turismo	34. N.º de Projetos	Realização - Contratada		13	61	134	202	278
		Realização - Executada		0	1	1	17	36
		Metas						275
	35. N.º de empregos criados	Realização - Contratada		0	0	0	0	730
		Realização - Executada		0	0	0	0	0
		Metas						
Educação	36. N.º de projetos (Educação)	Realização - Contratada		241	254	292	331	356
		Realização - Executada		0	17	134	218	278
		Metas						337
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		52.907	55.933	66.466	88.910	109.346
		Realização - Executada		2.635	3.744	20.484	56.950	78.573
		Metas						75.000
Saúde	38. N.º de projetos	Realização - Contratada		18	31	31	29	29
		Realização - Executada		0	0	5	13	18
		Metas						30
Reabilitação Urbana	39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização - Contratada		0	14	373	489	427
		Realização - Executada		0	0	13	68	159
		Metas						400
Competitividade das cidades (RUCI)	40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		0	0	0	40	38
		Realização - Executada		0	0	0	0	1
		Metas						40
Inclusão social	41. N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de	Realização - Contratada		0	0	39	39	65
		Realização - Executada		0	0	0	0	20

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015
	serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Metas							40

ANEXO C.10 - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo X do IFDR

Este anexo encontra-se disponível para consulta no endereço: www.ccd-r-n.pt/on2anexoc10

ANEXO C.11 - Regulamentação Específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário | Anexo XI do IFDR

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 1	Apoio a Acções Colectivas	07-04-2008	SIAC/2008	2008-12-15	2009-02-04
	Apoio a Acções Colectivas	07-04-2008	SIAC/2010	2010-11-16	2011-02-25
	Apoio a Acções Colectivas	07-04-2008	IJ/1/2012	2012-12-11	2013-01-31
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	SAAAEL/1/2008	2008-10-10	2009-06-30
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	AMP/ALE/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	CIMD/AAL/1/2009	2009-05-21	2009-06-09
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	SAAAEL/1/2009	2009-07-20	2009-12-18
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	CIMTS/I/AAL/1/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	ML/I/ALE/1/2009	2009-05-06	2009-05-26
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	CIMC/ALE/01/2009	2009-05-08	2009-06-19
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	ML/I/ALE/2/2009	2009-05-21	2009-06-26
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	SAAAEL/1/2010	2010-01-12	2010-07-02
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	AMP/ALE/1/2010	2010-03-15	2010-03-19
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	CIMC/ALE/01/2010	2010-01-19	2010-02-05
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	ML/I/ALE/1/2010	2010-03-01	2010-03-31
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	AMP/SAAAEL/2/2010	2010-08-03	2010-10-22
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	SAAAEL/1/2011	2011-05-11	2011-06-17
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	07-04-2008	AAE/01/2011 – Bolsa de Mérito	2011-10-20	2011-12-31
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	00-01-1900	SAESCTN-PIIC&DT/1/2011	2011-06-03	2011-07-26
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAICT/1/2008	2008-09-25	2008-10-24
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/1/2009	2009-03-06	2009-04-30
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETRIET/1/2009	2009-03-06	2009-07-15
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE/1/2009	2009-07-31	2009-07-31
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/1/2010	2010-03-18	2010-07-02
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/2/2010	2010-03-18	2010-07-02
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010	2010-06-28	2010-10-29
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/3/2010	2010-11-25	2011-01-03
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE/EN/2011	2011-06-01	2011-10-28
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE-EA/2011	2011-11-10	2012-01-06
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	SAMA/1/2007	2007-12-21	2008-06-04
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	SAMA/1/2008	2008-09-08	2009-06-08
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	AMP/MGE/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMTS/V/MGE/01/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMC/OGAP/01/2009	2009-05-08	2009-07-10
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMTM/SAMA/1/2009	2009-05-13	2009-06-09
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	AMP/MGE/2/2009	2009-06-03	2009-06-09
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMC/ODAR/01/2009	2009-04-29	2009-06-26
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMC/OGAP/01/2010	2010-01-19	2010-02-24
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMC/ODAR/01/2010	2010-07-07	2010-10-29
	Apoio à Modernização Administrativa	08-11-2007	CIMA/ORMOGAP/1/2010	2010-10-27	2010-11-12
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	07-04-2008	SAPCTIEBT-ET/1/2008	2008-12-02	2009-03-02
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	07-04-2008	SAPCTIEBT-IEFIEBT/1/2008	2008-12-02	2009-03-02

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	07-04-2008	SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008	2008-12-02	2009-03-02
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	07-04-2008	SAPCTIEBT/IEFPCT-IEFIEBT/1/2010	2010-03-31	2010-05-28
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	07-04-2008	SAPCTIEBT-IEBT&SP/1/2010	2010-11-25	2011-03-18
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	EDSC/1/2008	2008-09-25	2008-10-24
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	CIMC/SOL/1/2009	2009-05-08	2009-07-10
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	EDSC/1/2009	2009-04-15	2009-05-15
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	EDSC/2/2009	2009-08-15	2009-11-06
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	CIMTM/EDSC/01/2009	2009-12-18	2010-03-01
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	CIMC/SOL/01/2010	2010-07-07	2010-10-29
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	CIMA/CDCSOL/1/2010	2010-10-26	2010-11-12
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	07-04-2008	EDSC-RNGZR/2011	2011-01-12	2011-01-26
	Energia	07-04-2008	E-PDRTAE/1/2009	2009-06-30	2009-12-21
	Energia	07-04-2008	E-IRFL/1/2009	2009-06-30	2009-12-07
	Energia	07-04-2008	E-SESPC/1/2009	2009-06-30	2009-12-21
	Energia	07-04-2008	Energia/UAG/1/2010	2010-02-23	2010-09-06
	Energia	07-04-2008	E-PDRTAE/1/2010	2010-02-02	2010-04-30
	Energia	07-04-2008	E-EEA/1/2010	2010-07-20	2010-12-02
	Energia	07-04-2008	E-EEA/2/2010	2010-07-20	2010-12-07
	Energia	07-04-2008	E-EEEHS/1/2010	2010-11-11	2011-05-27
	Energia	07-04-2008	E - EEIP/1/2011	2011-03-28	2011-07-29
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projecto Individual e de Cooperação	2007-11-15	2008-01-28
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjunto	2007-11-15	2007-12-31
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projecto Individual e de Cooperação	2008-02-15	2008-04-16
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjunto	2008-02-15	2008-04-16
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2008-05-02	2008-06-16
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2008-09-30	2008-11-28
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	2008-09-30	2008-11-28
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	2008-09-30	2008-11-28
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2008-09-30	2008-12-19
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2009-04-07	2009-05-18
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	2009-04-07	2009-05-12
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2009-04-13	2009-05-11
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	2009-04-20	2009-06-30
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2009-06-24	2009-10-15
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2009-07-09	2009-10-15
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2009-08-12	2009-10-13

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Qualificação de PME)				
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	2009-08-12	2009-10-13
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2009-09-15	2009-10-13
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2009-09-25	2009-11-27
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	2009-09-25	2009-11-27
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2010-05-12	2010-06-18
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	2010-05-12	2010-06-30
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais - Solar Térmico	2010-06-01	2010-11-30
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2010-11-15	2011-01-25
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2011-01-25	2011-03-09
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	2011-03-01	2011-04-18
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	2011-03-01	2011-04-18
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Conjuntos - Internacionalização	2011-05-02	2011-06-24
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos Individuais - Promoção da Propriedade Industrial	2011-12-23	2012-04-02
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Inovação	2011-12-23	2012-02-03
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projetos Individuais	2012-02-27	2012-04-16
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	2012-07-31	2012-10-31
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Simplificado	2012-10-24	2013-11-13
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Projetos Individuais	2012-10-24	2013-09-16
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Conjuntos - Outras Tipologias	2012-10-24	2012-12-31
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	08-11-2007	Vale Simplificado	2012-11-24	2013-03-14
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	2007-11-15	2008-02-29
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências internas de I&DT	2007-11-15	2008-01-31
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Demonstradores	2008-03-03	2008-04-30
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2008-03-17	2008-05-15
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	2008-03-17	2008-05-15
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2008-04-03	2008-07-15
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Vale I&DT	2008-05-02	2008-06-16
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Colectiva	2008-10-01	2008-12-12
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Vale I&DT	2008-09-30	2008-12-19
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2008-11-03	2009-01-16
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2008-11-03	2009-01-16
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	2008-11-03	2009-01-16

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	2009-02-11	2009-03-10
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2009-04-13	2009-05-14
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Vale I&DT	2009-04-13	2009-05-13
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências internas de I&DT	2009-04-14	2009-05-18
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências internas de I&DT	2009-04-14	2009-05-18
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Colectiva	2009-04-14	2009-05-18
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	2009-05-27	2009-07-15
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2009-06-15	2009-10-09
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Vale I&DT	2009-09-15	2009-10-13
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências internas de I&DT	2009-09-23	2009-10-21
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências internas de I&DT	2009-09-23	2009-10-21
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Colectiva	2009-09-25	2009-11-20
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2009-09-25	2009-11-27
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2009-12-03	2010-02-01
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2010-11-15	2011-02-11
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Vale I&DT	2011-01-25	2011-03-09
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2011-02-01	2011-04-04
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	2011-02-16	2011-04-21
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2011-06-06	2011-09-15
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos em Co-promoção	2011-07-21	2011-09-30
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projectos Individuais	2011-12-23	2012-03-26
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Capacitação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos de I&DT	2011-12-23	2012-02-17
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projetos em Co-promoção - Desenvolvimento e Ensaios de Estruturas para Aeronáutica	2012-01-30	2012-02-20
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Projetos de I&DT Empresas Individuais	2012-10-12	2013-08-20
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Co-Promoção	2012-10-12	2013-08-30
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Núcleos de I&DT	2012-10-12	2013-08-30
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Individual	2012-11-16	2013-03-12
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	I&DT Co-Promoção	2012-11-16	2013-03-12
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	08-11-2007	Núcleos de I&DT	2012-11-16	2013-03-12
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2007-11-15	2008-01-29
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2007-11-15	2008-01-30
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Projectos de Regime Especial		
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2008-03-10	2008-05-23
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2008-03-10	2008-05-23
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2008-10-15	2008-12-31
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2008-10-15	2008-12-31
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado - Empreendedorismo Feminino	2008-12-02	2009-03-02
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Projectos de Regime Especial		
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-02-11	2009-03-10
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-04-15	2009-05-29
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2009-04-15	2009-05-21
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-05-27	2009-07-15
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2009-06-24	2009-09-30
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-07-03	2009-09-30

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-08-12	2009-11-09
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2009-08-12	2009-11-09
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2009-11-27	2010-02-01
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2009-11-27	2010-02-01
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2010-11-15	2011-01-24
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2010-11-15	2011-01-24
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2011-03-01	2011-05-04
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2011-03-01	2011-05-04
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva (MOBI-E - PCT das Indústrias da Mobilidade)	2011-05-26	2011-08-22
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva - PROVERE	2011-12-23	2012-04-26
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Projetos do Regime Especial		
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2012-02-27	2012-04-26
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2012-02-27	2012-04-26
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2012-10-24	2013-09-05
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2012-10-24	2013-09-05
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Inovação Produtiva	2012-11-30	2013-02-18
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	08-11-2007	Empreendedorismo Qualificado	2012-11-30	2013-02-18
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	07-04-2008	PCCTDC/1/2010	2010-10-28	2011-04-04
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	07-04-2008	PCCTDC/2/2010	2010-10-28	2011-04-04
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	Provere - Acções Preparatórias	2008-05-15	2008-07-11
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	AMP/PCIDRL/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	CIMTS/V/PCIDRL/1/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	CIMTM/PCI/1/2009	2009-05-13	2009-06-09
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	CIMTM/PCI/2/2009	2009-07-30	2009-08-31
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	ML/V/PCI/01/2010	2010-02-08	2010-02-26
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-I/1/2010	2010-02-23	2010-06-01
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-CIMs e AMP/2010	2010-04-29	2010-07-21
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-Redes Institucionais/2010	2010-05-13	2010-08-27
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PROVERE-CGP/2010	2010-05-21	2010-06-15
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-Desenvolvimento Regional/2010	2010-06-01	2010-09-21
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI/ML/2010	2010-07-07	2010-11-30
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI - CIMs e AMP/2/2010	2010-09-17	2010-11-30
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-I/2/2010	2010-10-14	2010-12-30
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI-CIM's e AMP/3/2010	2010-12-16	2011-01-31
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI/ML/2011	2011-01-27	2011-12-30
	Promoção e Capacitação Institucional	07-04-2008	PCI/1/2011-Bolsa de Mérito	2011-05-26	2011-12-31
EP 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	TDINF/1/2008	2008-11-04	2009-04-20
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	TDIM/1/2008	2008-11-04	2009-03-02
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EHT/1/2009	2009-06-01	2009-11-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	Mar/TC/PCT/1/2009	2009-07-20	2009-09-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	Mar/IEBT/DC&T/1/2009	2009-11-26	2010-03-01
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	Mar/IEBT/1/2009	2009-07-20	2009-09-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	SACIC-GE/1/2009	2009-03-06	2009-08-10
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	SACIC-IF/1/2009	2009-03-06	2009-07-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	SACIC/GCEC/PA/1/2009	2009-09-25	2010-02-26
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	AMP/AIVT/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMTS/II/AIVT/1/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMTM/VERE/1/2009	2009-05-13	2009-06-09

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMD/AIVT/1/2009	2009-05-21	2009-06-09
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	ML/II/AIVT/1/2009	2009-06-03	2009-07-07
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMdoAVE/AIVT/01/2009	2009-08-17	2009-09-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	ML/II/AIVT/02/2009	2009-09-08	2009-12-18
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	ML/II/AIVT/2/2009	2009-10-14	2009-12-18
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMTM/VERE/02/2009	2009-12-18	2010-02-01
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMC/AIVT/01/2009	2009-04-29	2009-06-03
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIT Douro/2010	2010-02-02	2010-09-14
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EHT/1/2010	2010-02-23	2010-03-31
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIT PNP/2010	2010-04-15	2010-12-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	SACIC-IF/PA/2010	2010-06-01	2010-06-18
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMC/AIVT/01/2010	2010-01-19	2010-02-26
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMD/AIVT/01/2010	2010-03-08	2010-03-31
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	ML/II/AIVT/01/2010	2010-06-23	2010-10-29
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE/PC/1/2010	2010-04-15	2010-07-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE/PA/1/2010	2010-04-15	2010-07-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIMA/AIVT/1/2010	2010-10-13	2010-11-12
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	CIM-TM/VERE/01/2010	2011-01-17	2011-12-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011	2011-04-21	2011-09-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC Mar/PA/1/2011	2011-04-21	2011-09-09
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	BCEJ/2011	2011-05-20	2011-08-01
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	VERE/1/2011-Bolsa de Mérito	2011-05-23	2011-11-10
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	VEETR/Rota das Catedrais/2011	2011-06-01	2011-08-01
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	GCEC/2011	2011-07-08	2012-06-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	VEETR/Porto Welcome Center/2011	2011-07-14	2011-09-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-DRV-PA/1/2011	2011-09-09	2012-02-03
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-Inovarural-PA/1/2011	2011-09-09	2012-02-03
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-MAG-PA/1/2011	2011-09-09	2012-02-03
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-PMDV-PA/1/2011	2011-09-09	2012-03-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-RRVS-PA/1/2011	2011-09-09	2012-03-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-TFT-PA/1/2011	2011-09-09	2012-02-03
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-Aquanatur-PA/1/2011	2011-10-21	2012-04-02
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE-Turismo e Património do Vale do Côa-PA/1/2011	2011-12-09	2012-04-30
	Valorização Económica de Recursos Específicos	07-04-2008	EEC PROVERE/PA/1/2012	2012-12-24	2013-01-24
EP 3	Ações de Valorização do Litoral	08-11-2007	AVL/1/2007	2007-12-21	2008-04-04
	Ações de Valorização do Litoral	08-11-2007	AVL/1/2010	2010-10-27	2010-11-30
	Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	08-11-2007	AVQA/1/2007	2007-12-21	2008-04-07
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	08-11-2007	GAEP/1/2007	2007-12-21	2008-04-07
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	08-11-2007	GAEP/1/2008	2008-11-06	2009-03-16
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	08-11-2007	GAEP/01/2009	2009-09-17	2009-09-25
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	08-11-2007	S/1/2007	2007-12-21	2008-06-11
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	08-11-2007	S/1/2008	2008-11-19	2008-12-15
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	08-11-2007	S/1/2011	2011-01-26	2011-02-28
	Optimização da Gestão de Resíduos e	07-04-2008	AMP/RS/1/2009	2009-04-24	2009-06-01

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Melhoria do Comportamento Ambiental				
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	07-04-2008	CIMC/RS/1/2009	2009-05-27	2009-06-05
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	07-04-2008	CIMdoAVE/RS/01/2009	2009-08-03	2009-08-14
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	07-04-2008	ML/III/RS/01/2010	2010-07-07	2010-10-29
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	07-04-2008	CIMA/RS/1/2010	2010-10-19	2010-10-29
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	07-04-2008	RNT/1/2009	2009-01-07	2009-04-30
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	07-04-2008	RNT/2/2009	2009-01-07	2009-03-31
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	07-04-2008	RNT/01/2010	2010-02-08	2010-03-15
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	07-04-2008	RNT/01/2011	2011-06-03	2011-06-14
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	07-04-2008	RLCZE/1/2009	2009-08-06	2009-09-22
	Rede de Equipamentos Culturais	07-04-2008	REC-PCR/1/2009	2009-02-27	2009-03-31
	Rede de Equipamentos Culturais	07-04-2008	BA/1/2009	2009-04-01	2009-05-15
	Rede de Equipamentos Culturais	07-04-2008	TCT/1/2009	2009-04-01	2009-05-15
	Rede de Equipamentos Culturais	07-04-2008	PCR/1/2010	2010-02-17	2010-04-15
	Valorização e Animação do Património Cultural	08-11-2007	PC/1/2007	2007-12-21	2008-04-09
	Valorização e Animação do Património Cultural	08-11-2007	PC/1/2009	2009-04-01	2009-05-18
EP 4	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	AMP/CUA/1/2009	2009-05-27	2009-06-22
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	ML/III/CUA/1/2009	2009-06-01	2009-06-22
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	ML/III/CUA/2/2009	2009-06-22	2009-07-13
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	AMP/CUA/2/2009	2009-06-26	2009-07-01
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMTS/III/CUA/1/2009	2009-07-13	2009-09-08
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMTM/CUA/01/2009	2009-12-18	2010-03-15
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	ML/III/CUA/01/2010	2010-02-15	2010-03-31
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	ML/III/CUA/2/2010	2010-03-01	2010-03-31
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	ML/III/CUA/03/2010	2010-06-23	2010-10-29
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMA/CUAVBMNV/1/2010	2010-06-28	2010-11-12
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMC/CUA/01/2010	2010-08-30	2010-10-29
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMD/CUA/01/2010	2010-11-23	2010-12-03
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIMTS/III/CUA/01/2010	2010-12-02	2010-12-14
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CIM-TM/CUA/01/2010	2011-01-17	2011-12-31
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	07-04-2008	CUA/1/2011-Bolsa de Mérito	2011-05-24	2011-06-02
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	ES/1/2009	2009-04-01	2009-05-15
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	ED/1/2009	2009-04-01	2009-07-07
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	EPE/1/2010	2010-10-27	2011-12-08
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	ES/1/2010	2010-10-27	2010-12-15
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	EPE/1/2011-Bolsa de Mérito	2011-05-25	2011-11-22
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	07-04-2008	EPE-SP/1/2012	2012-11-20	2013-02-25
	Iniciativa Comunitária Jessica	19-10-2010	Jessica-2010	2010-07-14	2010-07-16
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	MT/1/2008	2008-10-27	2011-03-31
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	AMP/PMU/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	AMP/PMU/2/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTS/IV/PMU/1/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMC/STPP/1/2009	2009-05-08	2009-06-19
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMC/EPN/01/2009	2009-05-08	2009-06-19
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/1/2009	2009-05-13	2009-06-22
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/1/2009 (2)	2009-05-13	2009-06-22
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/2/2009	2009-05-13	2009-06-22
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/PMUS/1/2009	2009-07-13	2009-08-28

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/EPN/1/2009	2009-07-13	2009-08-21
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/PMUS/2/2009	2009-12-04	2009-12-28
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/04/2009	2009-12-18	2010-02-01
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	ML/IV/MT/1/2009	2009-04-16	2009-05-07
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	AMP/PCSUR/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMC/REEMM/1/2009	2009-04-17	2009-05-06
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	ML/IV/MT/2/2009	2009-04-28	2009-05-18
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTS/IV/PCSUR/1/2009	2009-05-11	2009-06-19
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/3/2009	2009-05-13	2009-06-22
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMD/MT/1/2009	2009-05-21	2009-06-09
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMdoAVE/REEMM/01/2009	2009-08-12	2009-09-30
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTM/MT/05/2009	2009-12-18	2010-01-15
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMC/MT/02/2010	2010-07-07	2010-10-29
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/REEMM/1/2010	2010-01-18	2010-01-29
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMC/MT/01/2010	2010-01-19	2010-02-19
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMD/MT/01/2010	2010-02-22	2010-07-23
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	ML/IV/MT/01/2010	2010-05-12	2010-05-31
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	ML/IV/MT/02/2010	2010-06-23	2010-10-29
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/EPN/1/2010	2010-08-18	2010-11-12
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMD/MT/2/2010	2010-08-16	2010-11-26
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMD/MT/3/2010	2010-08-16	2010-11-26
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/QSTPP/1/2010	2010-10-12	2010-10-29
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMA/REEMM/2/2010	2010-10-13	2010-11-12
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTS/IV/PCSUR/01/2010	2010-10-13	2010-10-29
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIMTS/IV/PMU/01/2010	2010-12-15	2010-12-22
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	CIM-TM/MT/01/2010	2011-01-17	2011-12-30
	Mobilidade Territorial	07-04-2008	AMP-PMU/1/2011	2011-12-06	2011-12-30
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	08-01-2007	PRU/1/2007	2007-12-21	2008-04-11
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	08-01-2007	PRU/1/2008	2008-05-12	2010-05-19
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	08-01-2007	PRU/2/2008 - Grandes Centros	2008-06-20	2008-10-20
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	08-11-2007	RUCI/1/2008	2008-03-10	2010-12-31
	Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico		EB 23/1/2009 - Escolas POVT	2009-02-16	2009-03-13
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIML/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMA/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMC/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTM/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMD/RRE/1/2007	2007-12-21	2008-04-17
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTS/III/RRE/01/2007	2007-12-21	2008-04-09
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIML/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo	08-11-2007	CIMA/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.				
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMC/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTM/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMD/RRE/1/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTS/III/RRE/01/2008	2008-05-30	2008-07-07
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMC/RE/1/2009	2009-04-17	2009-05-20
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/1/2009	2009-04-24	2009-06-01
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMA/RRE/1/2009	2009-06-08	2009-06-30
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTS/III/RRE/01/2009	2009-09-22	2009-10-08
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	ML/III/RRE/1/2009	2009-09-29	2009-12-30
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMD/RRE/1/2009	2009-10-26	2009-11-06
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMC/RE/01/2010	2010-01-19	2010-02-11
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMD/RRE/01/2010	2010-02-08	2010-02-12
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMA/RRE/1/2010	2010-03-05	2010-03-19
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	RRE/1/2010	2010-03-19	2010-03-26
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	RRE/2/2010	2010-03-19	2010-03-26
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	ML/III/RRE/01/2010	2010-07-07	2010-10-29
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTS/III/RRE/01/2010	2010-07-08	2010-10-29
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMC/RE/02/2010	2010-07-07	2010-11-16
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMA/RRE/2/2010	2010-10-12	2010-11-12
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMD/RRE/2/2010	2010-10-20	2010-12-02
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	CIMTS/RRE/2/2010	2010-11-09	2010-11-30
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP-RRE/1/2010	2010-12-13	2011-02-28
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP-RRE/2/2010	2010-12-13	2011-02-28
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	RREB23/1/2010	2010-12-20	2011-07-29
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/1/2010	2010-12-07	2011-02-28
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/2/2010	2010-12-07	2011-02-28
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/3/2010	2010-12-07	2011-03-14

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação / alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP-RRE/1/2011	2011-03-24	2011-12-31
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	AMP/RRE/2/2011	2011-04-08	2011-12-30
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-11-2007	BM/III/RRE/01/2011	2011-07-12	2011-12-31
EP 5	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/1/2008	2008-05-21	2008-06-06
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/1/2009	2009-01-09	2009-02-05
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/2/2009	2009-02-05	2009-12-23
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/3/2009	2009-06-01	2009-06-22
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/4/2009	2009-06-01	2009-11-26
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/1/2010	2010-01-18	2010-03-08
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/2/2010	2010-01-18	2011-01-04
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/03/2010	2010-11-25	2010-12-20
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/04/2010	2011-01-01	2011-11-30
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/05/2010	2011-01-01	2011-11-30
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/06/2010	2011-01-01	2011-12-09
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/01/2011	2011-12-12	2012-11-01
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/02/2011	2011-12-12	2012-11-01
	Acções de Assistência Técnica	07-04-2008	AT/03/2011	2011-12-12	2012-11-30

ANEXO C.12 - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados) | Anexo XII do IFDR

Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura												
Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Total até 31-12-2012			Em aberto a 31-12-2012		Encerrados a 31-12-2012				Tempos médios de decisão	
		Fundo					Dos quais decididos				Dias previstos	Dias efetivos
		Nº	Montante	% do PO	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Nº	Fundo em candidaturas aprovadas		
Total PO	2.661.645.133	381	2.786.190.116	104,7%	16	61.187.336	365	2.635.009.288	304	2.815.988.179	62	110
EP 1	962.002.177	190	1.126.205.799	117,1%	14	46.797.726	176	1.029.306.424	142	1.061.526.743	61	88
EP 2	230.406.824	46	292.190.903	126,8%	1	2.389.610	45	288.001.294	29	210.583.218	64	177
EP 3	260.814.425	25	237.585.195	91,1%			25	237.435.195	23	299.981.104	80	172
EP 4	1.133.512.510	106	1.064.683.219	93,9%	1	12.000.000	105	1.014.741.376	96	1.192.261.623	58	139
EP 5	74.909.197	14	65.525.000	87,5%			14	65.525.000	14	51.635.491	70	46

xcix

Eixo Prioritário	Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas			Candidaturas aprovadas		
	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total	Fundo
Total PO	11.625	9.084.692.615	781.479	7.553	6.012.503.621	796.042	5.658	4.519.742.990	2.815.988.179
EP 1	8.778	5.346.937.748	609.129	5.129	2.781.023.934	542.216	3.756	1.964.568.048	1.061.526.743
EP 2	427	458.870.078	1.074.637	339	395.883.047	1.167.797	238	298.967.639	210.583.218
EP 3	659	905.890.949	1.374.645	476	703.205.061	1.477.322	278	487.288.896	299.981.104
EP 4	1.706	2.294.771.479	1.345.118	1.557	2.055.092.755	1.319.905	1336	1.692.036.174	1.192.261.623
EP 5	55	78.222.360	1.422.225	52	77.298.823	1.486.516	50	76.882.233	51.635.491

Eixo Prioritário	Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
Total PO	65,0%	66,2%	48,7%	49,8%	74,9%	75,2%	4.692	2.617.745.076	82,9%	93,0%
EP 1	58,4%	52,0%	42,8%	36,7%	73,2%	70,6%	2.817	881.432.265	75,0%	83,0%
EP 2	79,4%	86,3%	55,7%	65,2%	70,2%	75,5%	227	204.062.329	95,4%	96,9%
EP 3	72,2%	77,6%	42,2%	53,8%	58,4%	69,3%	276	299.048.105	99,3%	99,7%
EP 4	91,3%	89,6%	78,3%	73,7%	85,8%	82,3%	1322	1.181.566.885	99,0%	99,1%
EP 5	94,5%	98,8%	90,9%	98,3%	96,2%	99,5%	50	51.635.491	100,0%	100,0%